



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 103ª SESSÃO À 106ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 34
2 DE JULHO A 5 DE JULHO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Preocupação com a difícil situação financeira de Municípios Paraenses e com a criminalidade no interior do Pará. Senador Mario Couto.	364	Registro do artigo intitulado “Está chegando perto”, e das matérias “Compadre era ‘faz-tudo’ da família Lula” e “PF faz busca e apreensão em casa de irmão de Lula”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> e nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Gazeta Mercantil</i> , edições de 28 de março, 06 e 05 de junho de 2006. Senador João Tenório.	186
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro da matéria intitulada “Genoíno, Palocci e João Paulo, a bancada do silêncio”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de março de 2007. Senador João Tenório.	40	Registro da matéria intitulada “Eterna campanha”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 13 de abril de 2007. Senador Papaléo Paes.	190
Registro da matéria intitulada “Entidades de consumidores reagem e criticam ministra”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007. Senador Cícero Lucena.	41	Registro da matéria intitulada “FHC cobra de Lula reformas para coibir corrupção no País”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	191
Registro da matéria intitulada “Sem terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 17 de abril de 2007. Senador Papaléo Paes.	43	Registro das matérias intituladas “Relatório da PF aponta para Vavá” e “Compadre de Lula está envolvido ‘até o pescoço’, diz diretor da PF”, publicadas no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edições de 14 e 11 de junho de 2007, respectivamente. Senador Cícero Lucena.	191
Registro da matéria intitulada “Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	44	Registro da matéria intitulada “Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam em 24%”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de maio de 2007. Senador Marconi Perillo.	193
Registro do artigo e da matéria intitulados “Os meus nambiquaras” e “Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> e no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edições de 2 e 31 de maio de 2007. Senador Sérgio Guerra.	45	Registro da matéria intitulada “No DF, 650 funcionários do órgão vão às ruas protestar”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2007. Senador Mario Couto.	194
Registro da matéria intitulada “Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2007. Senador Mario Couto.	48	Registro da matéria e do editorial intitulados “No Paraguai, Lula é atacado por jornal local” e “Atrasos do PAC envolvem gestão e não só licenças”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>Valor Econômico</i> , edições de 21 e 9 de maio de 2007. Senador Sérgio Guerra.	195
Registro da matéria intitulada “Crescimento pode ser vôo de galinha”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de maio de 2007. Senador Marconi Perillo.	49	Registro da matéria e do artigo intitulados “O espetáculo do crescimento ainda não começou” e “Lula na inércia da história do Brasil”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>Jornal do Brasil</i> e <i>Folha de S. Paulo</i> , edições de 8 de maio e 25 de março de 2007. Senador João Tenório.	336

	Pág.		Pág.
Registro do editorial intitulado “O Ibama, o bode e o bagre”, publicado na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 2 de maio de 2007. Senador Mario Couto.	340	<i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	561
Registro das matérias intituladas “Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos”, “Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula”, e do artigo intitulado “Homem ao mar”, publicados nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 7 de junho, 31 de maio e 27 de abril de 2007. Senador Sérgio Guerra.	341	Registro das matérias intituladas “Mangabeira, que já acusou Lula de corrupto, pode ser ministro” e “Conselho suspende procurador por 45 dias”, publicadas, respectivamente, nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 19 de abril e 22 de maio de 2007. Senador Papaléo Paes.	562
Registro do artigo intitulado “Deboche à Nação”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de abril de 2007. Senador Marconi Perillo.	345	CRISE AÉREA	
Registro da matéria intitulada “Vale faz nova ameaça de adiar investimento”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007. Senador Flexa Ribeiro.	346	Sugestão de privatização da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, como solução para a crise no setor aéreo do País. Senador José Agripino.	24
Registro da matéria intitulada “São Paulo vai devolver 30% de ICMS”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de junho de 2007. Senador Cícero Lucena.	347	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Registro das matérias intituladas “Economistas temem fim de reformas” e “Lista é de mimos, não corrupção, diz Tarso”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2007. Senador Papaléo Paes.	349	Manifestação sobre os fundos constitucionais destinados ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Senador Expedito Júnior.	68
Registro das matérias intituladas “Frei Betto lava mágoas e cobra Lula em livro” e “Chefe da máfia se dizia amigo de Lula, revela testemunha”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 3 e 7 de junho de 2007. Senador Sérgio Guerra.	551	Realização da quinquagésima nona Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belém/PA, no período de 8 a 13 de julho de 2007, com o tema: “Amazônia: um desafio nacional”. Senador José Nery.	402
Registro da matéria intitulada “O Rio não é o Haiti”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2007. Senador Mario Couto.	553	EDUCAÇÃO	
Registro dos artigos intitulados “É tudo em nome da tal ‘democracia popular’” e “Comemorando o quê?”, publicados, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 2 de maio e 26 de março de 2007. Senador Marconi Perillo.	555	Comentários acerca da falta de recursos destinados ao transporte escolar nos municípios brasileiros. Senador Flexa Ribeiro.	304
Registro das matérias intituladas “Inkra atropela lei ambiental, aponta estudo” e “Morelli tem trânsito no Campo Majoritário do PT”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 15 e 6 de junho de 2007. Senador Cícero Lucena.	556	EXECUTIVO	
Registro dos artigos intitulados “Dois encontros, um só sentimento” e “A crise e o ministro que finge sê-lo”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> , edições de 28 de março e 11 de abril de 2007. Senador João Tenório.	558	Críticas à excessiva edição de medidas provisórias pelo Executivo. Senador Mozarildo Cavalcanti.	304
Registro da matéria intitulada “Governo vê perda de R\$40 bi com cartéis”, publicada no jornal		GOVERNO ESTADUAL	
		Registro de solicitação ao Governador Eduardo Braga, do Amazonas, no sentido de quebrar o isolamento da estrada de Boca do Acre/AM. Senador Arthur Virgílio.	535
		GOVERNO FEDERAL	
		Manifestação contrária à idéia de se dar ao Presidente da República a possibilidade de convocar plebiscitos sem aprovação do Congresso Nacional. Senador Mão Santa.	1

Pág.	Pág.
Considerações sobre a idéia de se dar ao Presidente da República a possibilidade de convocar plebiscitos sem aprovação do Congresso Nacional. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	3
Apelo ao Presidente Lula, no sentido de que tome a responsabilidade pela defesa da democracia. Senador Papaléo Paes.	6
HOMENAGEM	
Homenagem à festa do boi-bumbá realizada em Parintins/AM e às agremiações culturais Garantido e Caprichoso. Senador João Pedro.	16
Registro do aniversário de emancipação do município Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Senador Magno Malta.	62
Registro do 42º Festival Folclórico de Parintins/AM, e homenagem ao Boi Bumbá Caprichoso e ao Garantido. Senador Arthur Virgílio.	73
Registro de evento em comemoração aos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará. Senador José Nery.	85
Homenagem aos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará. Aparte ao Senador José Nery. Senador Mozarildo Cavalcanti.	86
Homenagem aos 97 anos de criação da cidade de Piripiri/PI. Senador Mão Santa.	322
Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Senador Flexa Ribeiro.	563
Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador José Nery.	566
Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mario Couto.	566
HOMENAGEM PÓSTUMA	
Homenagem de pesar pelo falecimento de Emílio Batistela e Filomena Batistela. Senador Raimundo Colombo.	79
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, ocorrido no dia 29 de junho de 2007. Senador Eduardo Azeredo.	290
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Senador Marconi Perillo.	291
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Senador Flávio Arns.	291
Encaminhamento à votação do Requerimento nº. 787, de 2007, que requer a mudança da data da Sessão Especial do Senado, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna, para o dia 11 de julho de 2007. Senador Sibá Machado.	312
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil. Senador Arthur Virgílio.	317
Registro do falecimento do dirigente sindical Francisco do Nascimento Nogueira, fundador do Partido dos Trabalhadores no Amazonas. Senador João Pedro.....	371
Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Senador Jayme Campos.	381
Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senadora Serys Silhessarenko.	381
Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Mão Santa.	381
Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Garibaldi Alves Filho.	382
Transcurso de um ano do falecimento do ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira. Senador Arthur Virgílio.	535
IGREJA CATÓLICA	
Registro de nota intitulada “Democracia e Ética”, de autoria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que trata do momento político nacional. Senador Pedro Simon.	197
Considerações acerca da escolha do Brasil como sede da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Senador Mão Santa.	369
JUDICIÁRIO	
Comentário acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de que o ex-ministro Ronaldo Sardemberg não pode ser condenado pela Lei de Improbidade Administrativa. Senador Augusto Botelho.	363

	Pág.		Pág.
Registro de evento extremamente importante da Associação dos Magistrados do Brasil – “Juizes contra a corrupção”. Agradecimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, por unanimidade, aprovou o requerimento para a constituição de um grupo de trabalho para examinar e agilizar a tramitação de projetos que tratam da agilização no tramite do processo penal. Senadora Ideli Salvatti.	367	MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Denúncia de que uma juíza de Direito do município de Cassilândia/MS, após afastar prefeito, vice-prefeito e vereadores, designou outro juiz de Direito para assumir a prefeitura, sem amparo legal. Senador Valter Pereira.	370	Mensagem n°. 103, de 2007 (n°. 416/07, na origem), que informa ao Senado Federal que se ausentará do País no período de 3 a 5 de julho de 2007, a fim de participar da Cimeira Brasil – União Européia em Lisboa, Portugal, e da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em Bruxelas, Bélgica.	40
LEGISLATIVO		Mensagem n°. 104, de 2007 (n°. 447/2007, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.	422
Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que fixa prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei para os quais a Casa iniciadora houver, pela maioria de seus membros, solicitado urgência. Senador Mozarildo Cavalcanti.	304	Mensagem n°. 105, de 2007 (n°. 446/2007, na origem), que encaminha ao Senado Federal o relatório de execução da Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.	441
MEDIDA PROVISÓRIA		(MERCOSUL)	
Medida Provisória n° 379, de 2007, que altera dispositivos da Lei n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.	31	Relato da participação de S.Exa. na reunião do Parlamento do MERCOSUL, realizada em Montevidéu, Uruguai. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	22
MENSAGEM DO CONGRESSO NACIONAL		Reflexão sobre a situação do MERCOSUL. Senador Fernando Collor.	376
Mensagem n°. 88, de 2007 – CN (n°. 420/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei n°. 11.439, de 29 de dezembro de 2006, e em aditamento à Mensagem n°. 347, de 2007 (n°. 81, de 2007, no Congresso Nacional), a complementação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2007.	161	Defesa da aproximação do MERCOSUL com a Venezuela. Aparte ao Senador Fernando Collor. Senador Mão Santa.	377
Mensagem n°. 89, de 2007 – CN (n°. 424/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6° do art. 2° da Lei n°. 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007, em substituição ao encaminhado parcialmente pela Mensagem n°. 342, de 2007 (n°. 64, de 2007, no Congresso Nacional).	161	Sugestões para o crescimento econômico e geográfico do MERCOSUL. Aparte ao Senador Fernando Collor. Senador Sibá Machado.	378
		Importância do MERCOSUL para o fortalecimento da economia dos países sul-americanos. Senador Inácio Arruda.	387
		Importância da entrada da Venezuela no MERCOSUL. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador Eduardo Suplicy.	388
		Considerações acerca da entrada da Venezuela no MERCOSUL. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador Heráclito Fortes.	389
		Oposição à entrada da Venezuela no MERCOSUL. Senador Arthur Virgílio.	548
		MICROEMPRESA	
		Considerações sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada pelo Senado Federal, o que proporciona impulso definitivo em um dos setores mais importantes da economia. Senador Renan Calheiros.	51
		Comemoração da vigência do Estatuto das Pequenas e Médias Empresas, em primeiro de julho de 2007. Senador Francisco Dornelles.	292

Pág.	Pág.
MOVIMENTO ESTUDANTIL	
<p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Inácio Arruda. 206</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador João Pedro. 209</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senadora Ideli Salvatti. 210</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Mão Santa. 211</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Sibá Machado. 212</p> <p>Saudações ao Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Gustavo Petta. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Eduardo Suplicy. 215</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Cristovam Buarque. 215</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 216</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Valdir Raupp. 218</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senadora Serys Slhessarenko. 219</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Mozarildo Cavalcanti. 220</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador José Nery. 220</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Marconi Perillo. 221</p>	<p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Augusto Botelho. 224</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Flexa Ribeiro. 225</p> <p>Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC. Senador Flávio Arns. 226</p> <p>MOVIMENTO TRABALHISTA</p> <p>Registro de posse da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. 59</p> <p>(OAB)</p> <p>Defesa da extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Senador Gilvam Borges. 365</p> <p>Defesa da permanência do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Valter Pereira. 366</p> <p>PARECER</p> <p>Parecer n°. 575, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre as Mensagens n°. 77 e 78, de 2007 (n°.s 229 e 228/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2007. Senador Romero Jucá. 91</p> <p>Parecer n°. 576, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado n°. 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei n°. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei n°. 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas. Senador Valter Pereira. 243</p> <p>Parecer n°. 577, de 2007 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado n°. 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei n°. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária,</p>

	Pág.		Pág.
previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Senador Amir Lando.	250	POLÍTICA AGRÍCOLA	
Parecer n.º. 578, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado n.º. 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei n.º. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Senador Eduardo Azeredo.	256	Participação de S.Exa. no lançamento, feito pelo Presidente Lula, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Senador João Pedro.	84
Parecer n.º. 579, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado n.º. 126, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei n.º. 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para a sua liberação. Senador Eduardo Azeredo.	274	POLÍTICA CULTURAL	
Parecer n.º. 580, de 2007 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Lei do Senado n.º. 186, de 2007, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	411	Comentários sobre a conquista do título de Capital Brasileira da Cultura 2008 pela cidade de Caxias do Sul/RS. Senador Paulo Paim.....	59
PESCA		Voto de louvor ao Doutor Sérgio da Costa e Silva, criador e diretor do projeto “Música no Museu”, pelo seu empenho em favor da democratização e da difusão da cultura no País. Senador Francisco Dornelles.	335
Apoio à atividade pesqueira profissional nas bacias dos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide.	9	Defesa da inclusão do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo contemporâneo. Senador Paulo Paim.	351
Posicionamento do Governo Federal em relação à criação de mecanismos em defesa dos pescadores de lagosta, com enquadramento na nova legislação. Senador Romero Jucá.	303	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
PODERES CONSTITUCIONAIS		Satisfação com a aprovação, pelo Senado, do projeto que cria as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). Senador Gilvam Borges.	18
Reflexão sobre o desgaste que vêm sofrendo os Poderes Legislativo e Judiciário. Senador Papaléo Paes.	6	Registro do editorial intitulado “PAC NO RIO – Resgate do sonho carioca”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 5 de julho de 2007. Senador João Pedro.	371
Considerações acerca do desgaste que vêm sofrendo os Poderes Legislativo e Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.	8	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
POLÍTICA		Registro da aprovação de recursos pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que o Governo da Guiana possa construir a estrada que liga o Porto de Georgetown à fronteira com o Brasil. Senador Romero Jucá.	21
Comentários acerca da pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) que atestou o descrédito da população com a classe política. Senador Valter Pereira.	370	Comentários acerca do custo dos aviões para o Setor Aéreo Brasileiro. Senador Heráclito Fortes.	369
		Comemoração dos cem anos da Ferrovia Madeira-Mamoré. Senador Expedito Júnior.....	550
		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
		Alerta para a situação do Estado do Acre, cujo meio ambiente está prejudicado pelo aquecimento global. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	22
		Regozijo pela aprovação de Projeto de Lei de autoria de S.Exa., na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, que autoriza o Governo Federal a elaborar e implantar o projeto de revitalização do rio Itapecuru, no Maranhão. Senador Edison Lobão.	385

	Pág.		Pág.
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA			
Registro do décimo terceiro aniversário de lançamento do Plano Real. Senador Marco Maciel.	64	dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flexa Ribeiro.	300
Comentários a respeito da implantação do Plano Real. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.	65	Apoio à entrada da Venezuela no MERCOSUL, por interesses maiores dos povos venezuelanos e brasileiros para além dos governos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Suplicy.	301
Considerações sobre o décimo terceiro aniversário de lançamento do Plano Real. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Francisco Dornelles.	66	Considerações acerca da entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Flávio Arns.	302
Comentários sobre a importância do Plano Real para a economia brasileira. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senadora Kátia Abreu.	67	Comentários a respeito do posicionamento do Governo Lula diante da possível entrada da Venezuela no MERCOSUL. Senador Romero Jucá.	303
Alerta para a falsa estabilidade proporcionada pelo Plano Real. Senador Sérgio Guerra.	72	Críticas ao ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Senador Valter Pereira.	313
Comentários sobre a estabilidade econômica que o Plano Real proporciona ao País. Senador Arthur Virgílio.	73	Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Sibá Machado.	314
POLÍTICA ENERGÉTICA			
Registro de audiência pública realizada na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que debateu a expansão da cana-de-açúcar no Brasil. Senador Sibá Machado.	390	Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Eduardo Azeredo.	314
Considerações acerca da expansão da agroindústria do açúcar, e o que ela pode representar para o crescimento energético do País. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Sérgio Guerra.	393	Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Eduardo Suplicy.	315
Ocorrência de apagão elétrico na cidade de Tefé/AM. Senador Arthur Virgílio.	535	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
POLÍTICA EXTERNA			
Alerta para a entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Senador José Agripino.	298	Considerações sobre o reajuste das taxas de foro e laudêmio cobradas pela ocupação de terras da União no Rio de Janeiro. Senador Francisco Dornelles.	292
Oposição à entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.	299	POLÍTICA INDIGENISTA	
Comentários acerca da entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Eduardo Azeredo.	300	Comentários acerca do impedimento de construção de postos de saúde em comunidades indígenas pela Prefeitura do Município de Bonfim/RR. Senador Mozarildo Cavalcanti.	75
Repúdio à entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva		Considerações sobre a falta de atendimento médico e dentário nas comunidades indígenas da	

VIII

	Pág.		Pág.
Amazônia. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Romeu Tuma.	76	Considerações acerca da parte do PIB aplicada no Programa Bolsa Família. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	328
POLÍTICA INDIGENISTA		Importância do papel econômico-financeiro e dos programas de inclusão social da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Senador Romero Jucá.	351
Comentários acerca da homologação, pelo Presidente da República, da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Senador Mozarildo Cavalcanti.	546	POLÍTICA TRIBUTÁRIA	
POLÍTICA INDUSTRIAL		Preocupação com a dificuldade de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em diversos municípios brasileiros. Senador Francisco Dornelles.	63
Comemoração do crescimento de 1,3% da produção industrial, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Senadora Ideli Salvatti.	360	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
Comentários sobre o crescimento da produção industrial, e suas conseqüências para a diminuição da taxa de desemprego. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Augusto Botelho.	361	Projeto de Lei da Câmara n°. 43, de 2007 – Complementar (n°. 79/2007 – Complementar na Casa de origem), que altera a Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes à tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Supersimples).	469
POLÍTICA INTERNACIONAL		Projeto de Lei da Câmara n°. 44, de 2007 (n°. 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República (em regime de urgência nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal), que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis n°s 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória n°. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	508
Análise sobre o que S.Exa. considera ter sido importante na “Era Blair”. Senador Eduardo Suplicy. ..	567	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Comentários acerca da vida política de Tony Blair, Primeiro-Ministro Britânico. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Gerson Camata. ...	568	Projeto de Lei do Senado n°. 391, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	99
Comentários acerca da vida política de Tony Blair, Primeiro-Ministro Britânico. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa.	570	Projeto de Lei do Senado n°. 392, de 2007, que altera a Lei n°. 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura. Senadora Lúcia Vânia.	100
POLÍTICA SOCIAL			
Registro do primeiro Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas, no município de Luziânia/GO. Senador João Pedro.	84		
POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA			
Importância do desenvolvimento do Programa Bolsa Família. Senador Eduardo Suplicy.	81		
Preocupação com a situação das famílias que moram na zona do alagado, próxima à barragem do Tucuruí, que serão removidas para construção de eclusas. Senador Mario Couto.	316		
Apreensão com a situação das famílias que moram na zona do alagado, próxima a barragem do Tucuruí, que serão removidas para a construção de eclusas. Senador Flexa Ribeiro.	317		
Comentários sobre o Programa Renda Básica de Cidadania. Senador Eduardo Suplicy.	325		

Pág.	Pág.
<p>Projeto de Lei do Senado n°. 393, de 2007, que institui o Programa Melhor Idade, e dá outras providências. Senadora Lúcia Vânia.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 394, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 395, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 396, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade da continuidade do tratamento de sujeito de pesquisa em seres humanos com fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos, por meio da sua dispensação gratuita pela instituição pesquisadora no decorrer da pesquisa até a efetiva comercialização, e pelo fabricante, quando já comercializado, e sobre a divulgação dos resultados da pesquisa. Senador Flávio Arns.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 397, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 398, de 2007, que altera o art. 141 do Decreto-Lei n°. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado através da Internet, e o art. 14 de Decreto-Lei n°. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito. Senador Expedito Júnior.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 399, de 2007, que denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães”, o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal. Senador Cristovam Buarque.....</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 400, de 2007, que altera o § 2º do art. 48 da Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Senador Wilson Matos.</p> <p>Projeto de Lei do Senado n°. 401, de 2007, que altera o art. 159 da Lei n°. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trâns-</p>	<p>sito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Senador Marconi Perillo.</p> <p>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 55, de 2007, que altera a Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 56, de 2007, que confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas. Senador Pedro Simon.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 57, de 2007, que altera o § 4º e acrescenta § 12 ao art. 14, e acrescenta dispositivos e parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal. Senador Pedro Simon.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 58, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição Federal, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos Projetos de Lei encaminhados a esta. Senador Mozarildo Cavalcanti.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 59, de 2007, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição n°. 60, de 2007, que acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais. Senador Francisco Dornelles.</p> <p>REFORMA POLÍTICA</p> <p>Defesa de uma reforma política. Senador Raimundo Colombo.</p> <p>Considerações sobre a votação da reforma política na Câmara dos Deputados. Senador Tião Viana.</p> <p>Necessidade de votação da reforma política. Senador Garibaldi Alves Filho.</p> <p>Considerações acerca da necessidade de se fazer uma reforma política no País. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Sibá Machado.</p>
103	466
112	466
125	145
138	149
138	153
286	157
288	233
289	239
463	79
463	367
463	382
463	383

	Pág.		Pág.
Considerações acerca da necessidade de se fazer uma reforma política no País. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Jayme Campos.....	384	REQUERIMENTO	
Considerações acerca da necessidade de se fazer uma reforma política, o que é um entrave para consolidação da democracia no País. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Inácio Arruda.	384	Requerimento n°. 776, de 2007, que requer autorização para representar o Senado Federal em missão no exterior no XXI Jamboree Mundial, comemorativo ao centenário do movimento escoteiro a realizar-se em Londres, no período de 27 a 30 de julho. Comunica, ainda, que se ausentará do País no período de 13 a 31 de julho de 2007. Senador Flávio Arns.	40
REGIMENTO INTERNO		Requerimento n°. 777, de 2007, que requer voto de aplauso ao Grupo Caprichoso, grande vencedor do 42º Festival Folclórico de Parintins/2007. Senador Arthur Virgílio.	74
Aviso aos funcionários do IBAMA acerca do adiamento da votação de Medida Provisória. Senador Heráclito Fortes.	83	Requerimento n°. 778, de 2007, que requer a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS n°. 202, de 2005, a fim de que esta proposição prossiga a sua tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senadora Kátia Abreu.	86
Pedido de reunião à Mesa Diretora para que delibere sobre determinada matéria. Senador José Agripino.	163	Requerimento n°. 779, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado n°. 304, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Expedito Júnior.	86
Considerações acerca da audiência pública para votação da Medida Provisória n°. 366, de 2007. Senador Expedito Júnior.	185	Requerimento n°. 780, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado n°. 293, de 2007, que “acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei n°. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências, para dispor sobre publicidade”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	86
Considerações acerca da audiência pública para votação da Medida Provisória n°. 366, de 2007. Senador Romero Jucá.	186	Requerimento n°. 781, de 2007, que requer ao Ministro da Saúde informações, da FUNASA, acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas, por falta de assistência médica. Senador Arthur Virgílio.	87
Apresentação de Projeto de Lei que dispõe sobre o afastamento preventivo de Senadores que ocupem cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão, no caso de sofrerem representação regimental contra seus atos. Senador Delcídio Amaral.	293	Requerimento n°. 782, de 2007, que requer voto de aplauso ao Embaixador Brasileiro Sérgio Queiroz Duarte pela sua nomeação para o cargo de alto representante da ONU para assuntos de desarmamento. Senador Arthur Virgílio.....	88
Comentários acerca do Projeto de Resolução que modifica a forma de se compor o Conselho de Ética do Senado Federal. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	295	Requerimento n°. 783, de 2007, que requer voto de aplauso à Senhora Lila Covas, pelo lançamento de seu livro “Histórias e Receitas De Uma Vida”. Senador Arthur Virgílio.	89
Comentários a respeito do afastamento de Senadores que sofrem representação regimental contra seus atos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa.	295	Requerimento n°. 784, de 2007, que requer voto de aplauso para Federação Catarinense de Municípios, FECAM, que completa 27 anos no dia 3 de julho de 2007. Senadora Ideli Salvatti.	90
Comentários acerca da demora no afastamento de Senadores que sofrem representação regimental contra seus atos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Cristovam Buarque.	295		
Justificativa à Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2006, de autoria de S.Exa., que propõe alteração à Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy.	325		
Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2006, de autoria de S.Exa., que propõe alteração à Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa.	326		

Pág.	XI Pág.
<p>Requerimento n.º 785, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Expedito Júnior.</p> <p>Requerimento n.º 786, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Doutor Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocorrido em 29 de junho de 2007. Senador Marconi Perillo.....</p> <p>Requerimento n.º 787, de 2007, que requer a mudança da data da Sessão Especial do Senado, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna, para o dia 11 de julho de 2007. Senador Sibá Machado.</p> <p>Requerimento n.º 788, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento da atriz Alcina Miranda Tetemberg, a Lícia Magna das novelas de TV, do teatro e do cinema que o Brasil todo reverencia. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento n.º 789, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento do professor Antonio Werna de Salvo, Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Requerimento n.º 790, de 2007, que requer voto de homenagem aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, completados no dia 2 de julho de 2007, e que seja comunicado ao Magnífico Professor Doutor Alex Bolonha Fiúza de Mello. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Requerimento n.º 791, de 2007, que requer que além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS – sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 5, de 2007. Senador Eduardo Azeredo.</p> <p>Requerimento n.º 792, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado n.º 510, de 1999, que “acrescenta a letra <i>i</i> ao art. 38 da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência. Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Requerimento n.º 793, de 2007, que requer que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprecie o PLC n.º 85, de 2006, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. Senador Flávio Arns.....</p> <p>Requerimento n.º 794, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento</p>	<p>do escritor, professor de literatura brasileira e biógrafo de Rubem Braga, Marco Antonio Carvalho Freitas. Senador Magno Malta.</p> <p>Requerimento n.º 795, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre contrato firmado entre a Petrobrás e a empresa TGS Consultoria. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento n.º 796, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre as denúncias de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Requerimento n.º 797, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar, e apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina. Senador Raimundo Colombo.</p> <p>SALÁRIO MÍNIMO</p> <p>Comentários sobre Projeto de Lei que trata do estabelecimento de critérios para a política de salário mínimo. Senador Osmar Dias.</p> <p>SAÚDE</p> <p>Considerações sobre o Relatório de Atividades, apresentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Senador Romero Jucá.</p> <p>Agradecimento ao Ministro da Saúde, José Temporão, que recebeu portadores de obesidade mórbida em seu gabinete. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Alerta para a epidemia de dengue no Brasil. Senador Mão Santa.....</p> <p>Registro da insatisfação de profissionais com a situação da Saúde no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.</p> <p>SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>Indignação com barbárie sofrida pela trabalhadora doméstica Sirley Dias. Senadora Serys Slhessarenko.</p> <p>SENADO FEDERAL</p> <p>Cobranças de maior rapidez no processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador João Pedro.</p> <p>Leitura de nota do PT sobre decisão da Mesa do Senado Federal, que devolveu o processo contra o Senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senadora Ideli Salvatti.</p>
90	404
227	405
228	408
229	410
230	71
232	50
232	70
232	77
233	375
233	379
233	16
233	76

	Pág.		Pág.
Leitura de decisão dos Senadores do PDT, que recomendaram ao Senador Renan Calheiros o seu afastamento temporário da Presidência do Senado Federal até o encerramento do processo no Conselho de Ética. Senador Jefferson Péres.	79	ral. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Almeida Lima.	167
Apoio à decisão da Mesa do Senado Federal de enviar o processo contra o Senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Eduardo Suplicy.	81	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Demóstenes Torres.	169
Registro da presença, no Senado Federal, de uma delegação de parlamentares da Austrália. Senador Heráclito Fortes.	85	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador José Nery.	170
Encaminhamento à Mesa de Proposta de Emenda à Constituição de 2006, que institui eleições diretas para suplentes no Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy.	161	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Pedro Simon.	172
Sugestão, em nome do PSDB, ao Senador Renan Calheiros para que se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Arthur Virgílio.	161	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador José Agripino.	173
Apoio à sugestão do PSDB para que o Senador Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Tasso Jereissati.	163	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Eduardo Suplicy.	174
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Cristovam Buarque.	164	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Marconi Perillo.	175
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senadora Marisa Serrano.	164	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Renato Casagrande.	175
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Valdir Raupp.	165	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Jarbas Vasconcelos.	176
Apoio à sugestão do PSDB para que o Senador Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sérgio Guerra.	166	Manifestação sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Almeida Lima.	183
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Mario Couto.	167	Comentários a respeito dos procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Eduardo Suplicy.	185
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati. Senador Sérgio Guerra.		Considerações sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Demóstenes Torres.	185
		Considerações sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Sérgio Guerra.	186
		Conclusão das tratativas sobre os três relatores que irão compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. Senador Arthur Virgílio.	317
		Comentários acerca do desejo do Conselho de Ética em agir com sensatez, com transparên-	

Pág.	Pág.
	nomeação dos três relatores que irão compor o grupo. Senador Wellington Salgado de Oliveira. 321
	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy. 332
318	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal. Senador Magno Malta..... 333
	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal. Senador Wellington Salgado de Oliveira. 333
318	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal. Senador Mão Santa. 334
	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal. Senador José Nery. 335
319	Considerações acerca dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Heráclito Fortes. 400
	Considerações acerca dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy. 400
320	
	Considerações acerca de sua participação dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Renato Casagrande. 401
320	
	TELECOMUNICAÇÕES
321	
	Comentários acerca da atuação da <i>Rede Globo de Televisão</i> . Senador Romero Jucá. 198

Ata da 103ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem de inscrição.

V. Exª terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo; Senadores e Senadoras do Brasil; brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quarta-feira, à noite, atendi a um compromisso cultural e político a convite do extraordinário Senador Geraldo Mesquita.

Mas, neste Brasil, ô caro Presidente Luiz Inácio, sabemos que há pesquisas por aí em que Vossa Excelência está com um índice superior ao do período em que ganhou as eleições. Aprendi, Senador Papaléo, com Petrônio Portella, a não agredir os fatos, mas aprendi a estudar profundamente as pesquisas. Fui professor de Biologia, de Fisiologia e médico e, como tal, analisamos tudo. Realmente, Vossa Excelência, Presidente Lula, está com um índice de popularidade extraordinário, nem precisava fazer a pesquisa, a eleição mostrou isso. Aqui, não vou questionar o Bolsa-Família, chamado por alguns de “Bolsa-Esmola”, mas, Senador Papaléo, entre dois nordestinos, sou mais o “Rei do Baião”, Luiz Gonzaga, que dizia que “uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Luiz Gonzaga, o poeta salmista do Nordeste.

Sr. Presidente, Senador Papaléo, ainda há um outro fato, que ninguém contesta: estamos aqui para um debate qualificado, e cadê o PT? O PT, nós sabemos, levou este País a... Cadê o debate qualificado?

Há uma outra coisa muito interessante para a qual faço uma reflexão. Sei que posso ser uma voz solitária – Rui Barbosa foi voz solitária, defendendo a camp-

na cívica; Joaquim Nabuco, brasileiras e brasileiros, ó raça negra, foi voz solitária defendendo os escravos, era sozinho –, mas, Papaléo, entendo de Medicina há 40 anos, e acho que a civilização, hoje, tem de ter uma família organizada e planejada, com paternidade e maternidade responsáveis. No entanto, no interior do Nordeste, uma gestante pobre, que não tem nenhum conhecimento, que vive no campo, quando dá à luz, recebe quatro salários mínimos, isto é, R\$1.400,00. Os países civilizados têm a família em alta conta. Rui Barbosa dizia que “a Pátria é a família amplificada”. Entendo que essa família tem de ser qualificada, não tem que ter quantidade. Então, esse estímulo está na contramão, Luiz Inácio! Sei disso mais do que Vossa Excelência! Sei que Vossa Excelência é o Presidente, sei que teve muitos votos, mas eu sei disso bem mais do que Vossa Excelência. As famílias interioranas, sem condições de planejar e educar seus filhos, estão proliferando. As mães, Papaléo, antigamente, não procuravam os hospitais para ligar as trompas. Hoje, elas dizem: “com esse menino, eu comprei uma televisão; com este que está na barriga, vou dar uma moto para o meu marido”.

É! Isso acontece há alguns anos! Está aí esse pessoal procriando, sem condições de educar os filhos. Não vejo futuro. É triste, sei. Sou otimista, mas...

Luiz Inácio, este é o debate qualificado, e não há nenhum de vocês. Estão aí todos os aloprados atrás dos DAS. Está saindo agora uma medida provisória...

Papaléo, trouxe a mídia. Como ela ataca os Parlamentares! Há dois artigos nessa mídia toda, o resto é “pau” nos legisladores. E não merecemos tanto assim. Não é assim, não. É o fim.

Que comece o Governo!

Papaléo, comprei uma passagem para Rio Branco, e, sem aviso, fomos levados para Manaus. Está uma zorra! Está uma zorra! Acabei chegando ao Acre, Sr. Presidente, e fiquei encantado. O povo é educado, não há um prédio público ou uma praça destruída ou um muro pichado. Compareci, então, à solenidade promovida pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, que lança livros, em estímulo à cultura. O nosso Senador mantém

um centro cultural, com biblioteca e com computadores para a mocidade, e lança livros.

Papaléo, fiquei encantado. Li *Amazônia dos Brabos*, de Archibaldo Antunes, um autor novo, que até parece fisicamente com V. Ex^a, que conta a bravura do povo do Acre, mais ou menos como passou no seriado da Globo. O Acre é um Estado diferente. É como o Piauí. Ele foi à guerra para ter aquelas terras. Nós fomos à guerra para colocar os portugueses para fora.

O nosso próprio Senador lançou um livro, que estou lendo, *A Política ao Alcance de Todos*. Fiquei encantado com o lado cultural do Acre, com a população educada. Não se vê um prédio público pichado. Pelo contrário. Visitei a Assembléia, cujo Presidente é uma figura extraordinária, do PCdoB. Lá existem obras de arte que nunca vi, pintura de madeira em madeira, uma arte toda decorada.

Depois, fui conhecer o Estado da Senadora Fátima Cleide, Rondônia. Como eu estava próximo, fui namorar a Adalgisa lá. Vimos aquelas festas juninas e tudo.

Nem tudo está perdido, não. Os policiais foram lá... Eu não sabia, não tinha nem mercado, porque não era missão oficial, eu queria mesmo era conhecer, eu ia namorar lá. O Senador Expedito Júnior e o Governador nos receberam, e recebi dos policiais civis uma placa de homenagem, por estarmos atentos.

A imagem do político não está como estão dizendo. Com isso tudo, veio gente pedir autógrafa. Um Senador da República, no meio do povo, aplaudido, tirando retrato. Lá, vi a história da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré.

É o brasileiro trabalhando. Em Rondônia, há um Brasil inteiro, com gente até do Piauí.

Li os jornais e revistas – viajei quarta-feira à noite e passei quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo –, e é grave o momento, Senador Papaléo, Senador João Pedro.

Dois feitos marcaram a minha vida. Eu estava no Maracanã e vi Geraldo Vandré. Foi uma confusão. Tom Jobim ganhou com *Sabiá*. O povo quis quebrar. Geraldo disse: “Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está aqui para julgar, e eu, para cantar. Vamos cantar”. Pegou um tamborete e cantou: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”. Essa música mudou o País.

Senador João Pedro, venha para cá escutar. Acabei de falar em algo extraordinário. Senador Geraldo Mesquita, falo da situação política. Estou dizendo que não é assim, não. O carinho que recebi... E fui espontaneamente ao Estado de Rondônia. Dei autógrafos,

tiraram fotografias, recebi aplausos. Quer dizer, não é assim como estão falando. Aqui, há Senadores...

Há outro fato triste. Estava no Rio de Janeiro, no Maracanã, e nunca me esqueci. Era residente de cirurgia – residente, V. Ex^a sabe, não tem nem aquele radiozinho – e tal, quando vi uma algazarra, uma vibração, aplausos. Eu não tinha um rádio de pilha, mas ali havia o que chamávamos “boca no mundo”: uns altofalantes para noticiar os gols do Brasil naquele tempo. Senador Geraldo Mesquita Júnior, houve aquela confusão, aquela euforia, gritos. Pensei que Pelé tivesse feito um gol, em São Paulo. Sabem o que era? “Presidente Castelo Branco acaba de fechar o Congresso Nacional.” Houve festa – eu estava lá.

Ó Luiz Inácio atentai bem! Eu sei que o Presidente Chávez fez assim! Eu sei que o Presidente do Equador, mais esperto que ele, fez isso em seis meses. Há também a Nicarágua, a Bolívia...

Vamos embora, Senador João Pedro, para o debate qualificado!

Assim, essa imagem que estão fazendo dos congressistas é perigosa – o Senador João Pedro mostrou bom senso. Vi o que aconteceu naquela época. Hoje, a euforia não ficaria no Maracanã.

E não é verdade que... Estive com os cidadãos simples e comuns, andei em todas as ruas, no mercado público, e houve carinho do povo, respeitando a figura de Senadores. Depois, passei em Rondônia. Minha intenção era somente namorar Adalgisa, mas ganhei até placa, dei autógrafos, tirei retratos.

Então, a figura não é assim, não! Não é como estão querendo mostrar, não! Este Senado Federal tem o seu sentido histórico. O povo tem de parar para pensar. Em Cuba existe, está aí. Eu conheci Cuba, fui ao Congresso. Lá existe Congresso, eleição. E eles discutem: “Aqui, a democracia é melhor”. Lá existe eleição. Eu fui lá. Não há partido; cada um é votado. Agora, por exemplo, o Senador Papaléo Paes tem voto lá e é eleito. Terminada a eleição, ele vai para seu hospital e fica lá. De seis em seis meses, é convocado. São trezentos deputados. Fui ver a ata da eleição do Fidel: trezentos deputados, trezentos votos. O irmão dele: trezentos. E só ficam no Parlamento os três. O resto todo fica trabalhando. E há Congresso.

Hugo Chávez está aí. O mundo vê. O mais esperto deles é o do Equador, porque Chávez está no poder há seis anos. Está até devagar. O do Equador, em seis meses, já fechou, já cassou, ele mesmo, 19 parlamentares. Eles recorreram à Justiça, o juiz expediu uma liminar, e o Presidente mandou prendê-lo. Prendeu oito dos que queriam voltar, e nove fugiram para a Colômbia.

A Bolívia está aí. A Nicarágua está aí. O Brasil ainda está nesta democracia porque aqui é meio complicado. É complicado! Luiz Inácio, nosso Presidente, não tem certeza de que existe o Senado. O resto todo ele já tem, já botou no bolso.

A UNE. Certa vez, quando era médico residente, saí com todos os estudantes, cantando: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”. A UNE está comprada. Cadê a UNE? Ganhando dinheiro!

Então, a última resistência, brasileiras e brasileiros, é aqui. Este é um dos melhores Senados em 183 anos.

Em 1972, eu, com Elias Ximenes do Prado, conquistávamos uma Prefeitura, tomando da Arena, o MDB. É muita luta, e há gente de muita luta, mas só estão buscando o lado negativo.

Está aí o Rui Barbosa! Esta Casa é a última resistência democrática deste País. Eu fui representar este Congresso e falei sobre o perigo do Chávez. “Não, mas...” Olha lá! O da Colômbia foi rápido, em seis meses. Também o da Bolívia e o da Nicarágua. E Cuba é que comanda. José Dirceu é discípulo de Cuba.

Olha, que teve um problema, teve! Ninguém vai dizer que não teve. Que nós temos que ter a solução, nós temos, mas não é avacalhando todo mundo, não. É longa e sinuosa a estrada daqui. Eu cheguei aqui estudando e trabalhando; trabalhando e estudando; fazendo o bem sem olhar a quem. Minha cidade e meu Estado sabem. Sou neto do homem que foi o mais rico do Estado do Piauí – teve dois navios, fábricas no Rio de Janeiro e vendeu mais do que o coco carioca; botamos a Dunorte. Quarenta anos como médico, fui Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador duas vezes, e meu patrimônio está aí, a minha conta está aberta desde o meu primeiro cheque, que eu coloquei no Banco da Lavoura – nem existe mais, é o Real.

Geraldo Mesquita, figura que mais se assemelha a Rui Barbosa, porque tem fidelidade ao Direito, à justiça, eu sou um médico cirurgião – às vezes dá certo; Juscelino foi um médico cirurgião.

Mas esta Casa é a última resistência.

Eu soube que houve um discurso aqui dizendo que o Presidente devia fazer um plebiscito. Na Câmara, houve mais de um. Estamos atentos aqui. Essa é a nossa missão, a nossa coragem. Como ontem ouvi, na igreja, as palavras do Apóstolo Paulo: “Percorri, preguei, guardei minha fé e combati o bom combate”. Estamos aqui como o Apóstolo Paulo.

Se o Presidente da República fizer um plebiscito... O Hitler fez e ganhou todos. O Hitler sabia a história. Napoleão Bonaparte disse: “eu quero ser rei”, e foi rei.

Deram-lhe a coroa, e foi até um Bispo que a colocou na cabeça dele.

Então, um plebiscito agora? Não. Está aí o resultado. É porque tem que passar por aqui.

Em Cuba não existe? Na Venezuela não existe? Na Colômbia não existe? Na Bolívia não existe? Na Nicarágua não existe? Estamos caminhando no mesmo modelo, nós. Isto aqui não funcionava segunda nem sexta-feira. Eram poucos de nós.

Estamos aqui!

O Brigadeiro Eduardo Gomes, que combateu a ditadura Vargas, afirmou: “O preço da liberdade democrática é a eterna vigilância”. Daí o nosso papel.

Senador Papaléo, tenho um *e-mail* ali, porque eu disse que ia ao Estado do Geraldo Mesquita, cobrando-me. Não conheço seu Estado. Tem a palavra Geraldo Mesquita, que quero parabenizar. Acabei de ler o livro. Esse seu escritor é bom. É Archibaldo Antunes, que escreveu o livro *Amazônia dos Brabos*. V. Ex^a sabe daquela novela. A gente não tinha tempo para assistir àquela novela toda. Tem conteúdo, tem competência, essa é uma vocação. Acabei de gostar do Galdez, do Prado, que lhe sucedeu, não é?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É verdade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E há a bravura daquele povo que luta e que trabalha, o seringueiro, que constrói um Brasil puro e decente. Gostei muito do seu Estado. Vi um povo educado, um povo bravo, aquela obra de arte que me lembrou a Itália do Renascimento de Leonardo da Vinci, de Rafael, a marchetaria. É uma arte extraordinária!

Concedo o aparte a esse Senador que faz um serviço educativo e cultural ímpar. Vou tentar imitá-lo no Estado do Piauí.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Boa tarde, Senador Mão Santa e Senador Papaléo, que preside esta sessão. V. Ex^a estava falando de algo que deve prender a atenção de todos os brasileiros, V. Ex^a estava falando do Poder Legislativo, que o povo brasileiro, durante muito tempo, na sua existência, lutou para manter altaneiro, digno do próprio povo, e que, hoje, sofre, por parte da mídia, Senador Mão Santa – não identifiquei ainda quais são os propósitos, mas eles não são saudáveis –, uma campanha sistemática de descrédito, de desmoralização. Como V. Ex^a bem o disse, há fatos aqui desabonadores ao longo da existência do Poder Legislativo. Isso é verdade, mas o Poder Legislativo é algo de fundamental importância, não para mim, não para V. Ex^a, não para o Senador Papaléo, mas para o povo brasileiro. Temo o raciocínio da exclusão do Poder Legislativo no cenário democrático brasileiro. É algo muito sombrio. Portanto,

perfilo-me, junto-me ao povo brasileiro nesta reflexão: o que está acontecendo? Será que é essa extensão toda? Será que o Poder Legislativo, de fato, é a Geni? Este Poder deve sumir do mapa? Penso que o povo brasileiro precisa ter a autonomia para refletir sobre isso, dissociado dessa enxurrada de críticas que se abateu, nos últimos tempos, sobre o Poder Legislativo, e pensar sobre o que o povo brasileiro quer de fato, porque isto aqui pertence a ele – não pertence a mim nem a V. Ex^a. Mas creio que esse é um assunto que vai prender ainda a atenção de todos nós e do povo brasileiro durante muito tempo. Eu queria aproveitar esta oportunidade para agradecer, de público, a V. Ex^a a presença em meu Estado nesse último fim de semana. Fiz um convite a V. Ex^a para que comparecesse a um singelo evento que promovemos na Capital do nosso Estado, Rio Branco: o lançamento de uma nova série de publicações editadas pelo nosso gabinete, com a contribuição expressiva da Gráfica do Senado, chamada *Biblioteca Popular*. V. Ex^a, como disse há pouco, já leu o primeiro volume da coleção, um romance escrito pelo jornalista Archibaldo Antunes, do nosso Estado, que retrata a saga do nordestino indo para o Acre, para a Amazônia, cortar seringa. Retrata todo aquele drama, toda aquela epopéia que se desenvolveu durante quase um século em nossa região. V. Ex^a compareceu ao evento. Aqui, faço um registro: a visita de V. Ex^a me sensibilizou, porque é muito difícil, Senador Mão Santa, a gente se desviar da agenda do nosso próprio Estado. Quantas vezes já não fui convidado – por V. Ex^a, inclusive, para ir ao seu Estado – para ir a outros locais do País participar de eventos promovidos pelos colegas Senadores? E nos vemos privados disso, porque nossa agenda no Estado é muito pesada nos fins de semana. E V. Ex^a, com enorme generosidade, dispôs-se a ir ao nosso Estado. O povo acreano gosta muito de V. Ex^a – isso é verdade –, um dos Parlamentares mais lembrados por onde ando. V. Ex^a compareceu, fez-se presente, foi à Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo do nosso Estado, fez uma visita, foi muito bem-recebido, andou pelas ruas da cidade. V. Ex^a e eu andamos por lá, sem a preocupação com o fato de que pessoas do nosso País nos tentam apontar como vilões. Não somos vilões; somos pessoas decentes, pessoas de bem, e estamos trabalhando em prol do nosso País. As andanças que fizemos mostram exatamente isto: o respeito que a população tem por todos nós. Portanto, eu queria, aqui, Senador Mão Santa, em meu nome, em nome da minha equipe de trabalho, em nome de dezenas e centenas de acreanos que privaram da sua companhia no nosso Estado, na nossa Capital, dizer o nosso muito obrigado pela presença de V. Ex^a em nos-

so Estado, abrilhantando aquela pequena solenidade, aquele pequeno evento, que, para mim, é de grande importância. Portanto, nossos agradecimentos a V. Ex^a e à D. Adalgisa, que, em sua companhia, também se fez presente, conhecendo nossa terra e permitindo que o povo acreano, ou parcela dele, conhecesse V. Ex^a pessoalmente. Meu muito obrigado!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos àquele povo, que nos deixou encantados com sua civilidade, com sua educação. Eu estava perto e falei a Odacir Soares que gostaria de conhecer Rondônia. O Senador Júnior, o Governador e o povo têm grande sensibilidade e me outorgaram aquela placa em Rondônia – isso não estava previsto, pois eu ia mesmo era conhecer o Estado –, como amigo que sou da Polícia Civil, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado, como defensor dessas idéias pelas quais lutamos aqui, Odacir Soares. Encantado com aquele povo da Amazônia, recebi essa placa de Cícero Evangelista Moreira, o Presidente.

Senador Papaléo, é um povo que trabalha e que nos faz acreditar no Brasil, no respeito aos políticos. Senti que nossa imagem não é essa que a imprensa está mostrando, tanto em um Estado como em outro. Odacir, sem merecer, fui convidado a dar autógrafos e a tirar retratos. Essa é a nossa imagem; não é o que estão querendo passar. *Errare humanum est!* Se há erro – isso é humano –, vamos corrigi-lo.

Senador Geraldo Mesquita e Senador Papaléo, a mídia massacra o Poder Legislativo. Qual o motivo desse massacre? O Poder Judiciário tem as cadeias para amedrontar! Falem! Existem as cadeias! O nosso Luiz Inácio tem a chave do cofre, tem o dinheiro! Quem vai falar do Executivo? Aqui, não temos isso, mas somos a salvaguarda dessas liberdades. Se este País ainda está assim, é porque eles temem a voz do povo e de Deus se manifestarem no Senado.

Eu já soube de discursos aqui – não ouvi, pois não estava presente – defendendo que o Presidente tenha o direito de fazer plebiscito. Se o Lula o fizer nessas circunstâncias, será rei e poderá até ter um lugar em qualquer igreja e ir para o altar. Mas isso tem de passar por aqui, e, aqui, muitos têm como exemplo Rui Barbosa. Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. E nosso compromisso é com o povo brasileiro. Somos o povo, somos o resultado do povo. Sei que o Presidente Luiz Inácio tem aqueles... Mas, se somarmos os nossos, não teremos menos do que ele. Somos a Pátria.

Eu queria dizer que, da mídia toda, nem tudo está perdido. Dois artigos eu saliento. Papaléo, houve aquele seu esforço tremendo como extraordinário Presidente da Subcomissão de Saúde, de que fiz parte

na Legislação passada. Há um artigo de Adib Jatene: “Dengue, uma oportunidade perdida”. E eu disse, no Acre, do respeito que eu tinha por aquele Estado, o que aprendi de Sófocles, o primeiro ambientalista, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem. E falo da admiração que tenho por Adib Jatene, o maior médico vivo deste País. Deus me deu o privilégio de ajudar cirurgias no nascer da cirurgia cardiovascular do Brasil. Depois, quando governei o Piauí, ele, com sensibilidade, ajudou-nos a construir um pronto-socorro. Então, está aqui, Papaléo! Quantas vezes adverti sobre o dengue? Ele não é escritor, mas ele se debruçou sobre o assunto e fez um artigo completo, que não vai dar tempo de ler. Adib Jatene, 78 anos, cardiologista, professor emérito da Faculdade de Medicina, Diretor-Geral do Hospital do Coração, foi Ministro da Saúde do Governo Fernando Collor e do Governo Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, o melhor cirurgião cardiovascular. Faltou ele dizer apenas o melhor título que ele tem: filho do Acre. Ele é um brabo da Amazônia.

Ô Papaléo, V. Ex^a está fazendo um trabalho extraordinário e está preocupado. O mosquitinho do dengue acabou em 1950. Oswaldo Cruz venceu o mesmo mosquitinho, que transmitia a febre amarela, e nosso Ministro está apanhando – e feio. Em Mato Grosso do Sul, há uma epidemia; no Piauí, estamos para ganhar a medalha de ouro. E ele mostra a gravidade do dengue hemorrágico, o índice de morte, a preocupação, e dá a saída: a CPMF, a Medida Provisória nº 29. Então, Papaléo, faça uma reflexão e convide Adib Jatene, o maior nome da Medicina do Brasil, para orientar esse Governo a vencer o dengue.

Fico até estranhando. Falei de Fidel Castro, mas o dengue lá acabou. E, na Colômbia, Papaléo, também apareceu o dengue por lá e acabou. Fico a meditar: será que é porque eles fumam maconha? Então, vamos fumar, porque lá acabou o dengue, e, aqui, essa doença não acaba.

Ô Papaléo, medite! Ô João Pedro, morreram cinco no último fim de semana em Teresina. O dengue hemorrágico matava em 4% a 4,5% dos casos e, agora, em 13,5%. Ou o vírus ficou mais potente, ou o hospedeiro ficou mais débil. O Papaléo começou a chamar a atenção para isso. Parabéns!

Há outro artigo a que gostaria de me referir e que tenho debatido muito aqui, Luiz Inácio. Ô Luiz Inácio, votei em V. Ex^a em 1994.

João Pedro, nosso dinheiro não é capim. Ô cabra macho é este aqui: Ubiratan Iorio, economista. É interessante o que eu disse. Pergunto, João Pedro, se o Luiz Inácio não teme a Deus. Sei que ele está forte,

poderoso. Nunca houve um tão forte, e não vou agredir os fatos. Mas ele não é temente a Deus, não?

Ô Geraldo Mesquita, V. Ex^a, que é homem de cultura, deve-se lembrar de Cervantes, de *Dom Quixote de La Mancha*. Dizem que é o livro mais lido depois da *Bíblia*. Dom Quixote de La Mancha, sonhador pela justiça, pelo dever do fraco, no fim, vira-se para Sancho Pança e diz: “Companheiro velho, vou premiá-lo. Vou dar-lhe uma ilha para governar, a ilha Bravatária”. Aí o caboclo velho, o Sancho Pança, diz: “Não posso, sou analfabeto”. E Dom Quixote disse: “Você vai ser governador de Bravatária. Eu quero, eu lhe dou. A ilha é minha. Você vai governar. Você é temente a Deus”. Isso é uma sabedoria. Ensinou Sancho Pança a governar. Digo isso em homenagem ao Centro de Cultura que V. Ex^a fundou. Ele ensinou: “Arruma uma mulher decente para casar, seja honesto, não tenha preguiça, não beba muito, seja asseado, seja justo”. Ser justo é mais difícil. E disse mais: “Esqueci-me de lhe ensinar uma coisa: só não há jeito para a morte”. Ô Senado, aprenda: só não há jeito para a morte! Vamos sair desse rolo que esta aí! Então, vai-se embora e deixa ali Sancho Pança. E sabe que ele foi um bom Presidente, Luiz Inácio? Sancho Pança foi justo, humano, temente a Deus. Mas bate a saudade, e Dom Quixote volta, Papaléo. Aí ele diz assim: “E aí, Sancho Pança, como é esse negócio de governo?”. Ele responde: “É um golfo de confusão”.

Estamos vivendo esse golfo de confusão. Mas se lembrem de que ele disse que só não há jeito para a morte. Temos de dar um jeito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, eu lhe concederei mais um minuto, para que V. Ex^a encerre seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o suficiente. Sr. Presidente, pensei que V. Ex^a fosse me convidar para voltar ao Acre. Não era isso, mas está certo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex^a é sempre bem-vindo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nosso dinheiro não é capim. E ele diz o seguinte: “Um avestruz pesa de 90 quilos a 150 quilos”. Lá deve haver avestruz; no Piauí, não há. Uma galinha não dá quilo e meio – pesa mais ou menos 1,3 quilo. Aí ele diz que avestruz come muito capim, e a galinha, pouco. Esse governo está um avestruz gigante. Eles contam as nomeações, citam o número exato que o Presidente Lula tem aqui. Eu dizia 24 mil, mas eles dão o número exato: 22.228, fora os que vêm. Bush nomeia 4,5 mil, e Lula nomeou 22.228. E está chegando a Sealopra. Cargo? Há cargo lá? Aí é que digo que ele não é temente a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, peço-lhe que encerre seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vi cargos serem criados aqui por medida provisória! Brasileiras e brasileiros, meus generais deste Brasil, coronéis, médicos, engenheiros e professoras, há gente que vai ganhar R\$10.488,00 por mês sem fazer concurso. É a porta larga – a que Cristo se referiu – da safadeza e da sem-vergonhice. São R\$10.488,00! Sou médico aposentado, tenho quarenta anos como cirurgião. Nem olho para o contracheque, que dá úlcera. Mando a Adalgisinha recebê-lo. É pouquinho!

És tementes a Deus? Dom Quixote disse que Sancho Pança o era. Não sei se Lula o é, estou em dúvida, porque, ao mesmo tempo em que deu aumento de 139% para esses aloprados que aí estão, deu apenas 3% para os funcionários. Isso é que pergunto. Meu amigo, Luiz Inácio, meu Presidente, Deus está vendo, é injustiça: foram 139% de aumento para esses aloprados nomeados pela porta larga e 3% para quem trabalha, para o funcionário. Isso não é justiça. Rui Barbosa disse: “Só há um caminho para a salvação, a lei e a justiça”. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Isso não é justiça! Então, está aqui o quadro.

E o artigo traz o seguinte: “Nosso dinheiro não é capim. Aumentando a máquina”. E quem paga é o povo!

Dou um conselho a todos nós: aqui, não somos um Poder, somos um instrumento da democracia para fazer leis, para falar pelo povo. O Executivo não é Poder, é instrumento do povo para trabalhar. O Judiciário também é um instrumento. O poder é do povo, que paga as contas e está sendo injustiçado. Ó Deus, salve o povo brasileiro!

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupado pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Mão Santa pelo pronunciamento, e o Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo aparte. Cumprimento-os pela lucidez com que V. Ex^{as} abordaram os assuntos que trouxeram a esta Casa.

Queria chamar a atenção para esse assunto, que é muito sério. Percebe-se a intenção de se desgastar o Senado Federal, visto que, acredito, já conseguiram atingir em cheio a Câmara dos Deputados. Agora querem atingir esta Casa, que seria o símbolo maior da democracia brasileira. Isso não é bom para o País, não é bom para a nossa democracia, não é nada saudável para todos aqueles que lutaram para conseguir que tivéssemos de volta no Brasil a liberdade que temos, principalmente aquela de que usufruí a imprensa brasileira. Essa liberdade se dá graças à democracia, se dá graças aos três poderes que funcionam: o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Poder Judiciário. A liberdade é o que caracteriza a democracia.

Como falou o Senador Mão Santa: no Equador, o próprio Presidente cassou dezenove mandatos. Entraram na Justiça, mas os oito que queriam voltar foram presos, e os nove que se safaram fugiram.

Chamo, portanto, a atenção para esse grande poder, o poder da imprensa, o poder do povo representado pela imprensa, que corre o mesmo risco que todos nós corremos na ditadura. Talvez os mais jovens não se lembrem, mas toda notícia que ia para os jornais, para uma revista, para ser comentada no rádio ou na televisão, tinha uma censura prévia. Eram censurados até determinados pseudônimos ligados a algum tipo de movimento. Artistas tinham suas composições vetadas, porque a ditadura, se avaliasse suas músicas como negativas para o sistema instalado no país, impedia que fossem divulgadas.

Os teatros eram vigiados, as peças eram submetidas à censura prévia para ver se eram aprovadas ou não.

Então, chamo a atenção para isso sim, chamo a atenção porque estamos vendo modelos de ditadura na América do Sul que nos preocupam. Está aí o exemplo da Venezuela e outros exemplos sendo seguidos nos quais a imposição do Executivo é clara e evidente.

Sou médico, a política aconteceu na minha vida por um acaso, nunca me preparei para ser um político e fazer parte de partido político, mas o exercício da Medicina me preparou muito bem para saber o que é o sofrimento do povo. Falo aqui em nome de um povo que me conhece, que me trouxe para a política partidária porque acredita e sempre acreditou no meu trabalho, trabalho feito com dedicação a esse povo que, reconhecendo-me, mandou-me para cá, para representar o meu Estado.

Acredito que os cientistas políticos, que estudam a política mais profundamente, tenham uma visão técnica e possam até elaborar o seu pensamento de uma maneira mais consistente do que eu o faço, mas tenho o direito, como cidadão, como homem que tem

54 anos de idade e que tem uma experiência de vida, de poder julgar, de dizer que temos plenas condições de olharmos para este quadro que estamos vendo e ficarmos temerosos. Por quê? Porque é nítido, é claro, é evidente que estamos todos sob fogo cruzado para sermos desmoralizados da mesma maneira que o Judiciário, que é o grande poder de sustentação e defesa do povo, está sendo levado a ser denegrido, a ser enfraquecido, a perder sua credibilidade diante do povo. E nós, políticos, que hoje estamos aqui defendendo os nossos Estados e as leis, estamos também sendo cruelmente atacados, pois desmoralizam não um, dois ou três que cometem seus erros e que precisam ser punidos, mas a Casa toda, o Congresso Nacional todo. E quem está sobrando desses ataques? O Executivo.

Senador Geraldo Mesquita – quero que todos os brasileiros prestem atenção –, nenhum Senador ou Deputado é ordenador de despesa. Não temos dinheiro passando por nossas mãos, não mandamos executar obra alguma, porque nosso dever é legislar. De repente, o Poder Executivo, que tem a chave do cofre, que tem o poder de dar mensalão e mensalinho, de comprar votos, de subornar, ou seja, de cometer o mesmo crime do subornado, passa incólume por todo esse processo.

Se estamos gozando de plena democracia, de direitos iguais, não entendo, sinceramente, por que a imprensa não consegue dar aos escândalos do Executivo o mesmo destaque que dá aos escândalos que envolvem a Câmara e o Senado.

Senador Geraldo Mesquita e Senador Mão Santa, todos os amigos dos amigos dos amigos do Presidente Lula, sem exceção – não existe exceção –, envolveram-se em escândalos financeiros. Não foram boatos, problemas particulares, pessoais ou de família, mas escândalos financeiros, ou seja, estiveram envolvidos com corrupção, ladroagem ou roubalheira. E a imprensa não dá o valor que deveria a esses casos tão importantes e, todos os dias, massacra, sem exceção, todos os representantes do povo no Congresso Nacional.

A imprensa é extremamente importante e necessária. Se não fosse ela, não saberíamos de todos esses escândalos. Mas peço à imprensa que seja democrática, faça com que o povo não seja teleguiado por uma meia dúzia e ouça o que está ocorrendo em todos os Poderes.

No Poder Executivo está a grande sujeira, porque é ele que tem condições de negociar. O Parlamentar elabora suas emendas, e o Executivo quem as libera.

É o Executivo que tenta subornar o Parlamentar, dizendo: “Vote com o Governo, que eu libero sua emenda”.

Senador, é muito séria a situação, é muito grave o que estamos passando. Não tiro da minha cabeça que, neste processo todo de desgaste do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, está o dedo do Executivo.

Quando acontecem escândalos no Poder Executivo, o Presidente da República responde à Nação que não sabia de nada. Senador Mão Santa, como V. Ex^a não sabe que um amigo seu, que está numa sala grudada à sua, está fazendo falcatrua? Pode-se até não saber, mas, com certeza, desconfia-se. O Presidente vai sempre dizer que não sabe de nada, fica fazendo suas festas, seus discursos, falando a voz do povo. Muito bem! Mas isso tudo está uma hipocrisia.

Presidente, não estamos levantando nada contra Vossa Excelência. Mas Vossa Excelência é conhecedor de que muitos dos problemas que o País passa é consequência da sua ausência nas rédeas deste País, é consequência da facilidade com que Vossa Excelência permite que este Congresso seja desmoralizado. Vossa Excelência mesmo, em algumas ações que pratica, desmoraliza este Congresso. Vossa Excelência desmoraliza este Congresso no momento em que o impede de legislar. Quem está legislando hoje é o Presidente da República, por meio das medidas provisórias.

As medidas provisórias impedem que esta Casa faça o trabalho estipulado pela legislação. E somos nós que permitimos isso. As medidas provisórias vêm para cá e aprovamos todas. Por quê? Já estão executadas. O que podemos fazer? Então, esta Casa tem de reagir.

Temos nossos problemas internos. Passamos hoje por uma grave situação, que deve ser resolvida internamente. A opinião pública precisa ter conhecimento de todas as questões, que devem ser mostradas com honestidade e com clareza.

Só quem sofre um problema como esse é que vai sentir. Ninguém se conforma com a injustiça. Não podemos condenar ninguém, porque parte da imprensa já condenou. Não podemos ser injustos! Hoje, vemos algumas ações, por exemplo, da Polícia Federal – e contarei um exemplo de arbitrariedade – que condenam cidadãos inocentes. Vou repetir o que já contei aqui. A Polícia Federal fez uma operação no Amapá. Gravaram um telefonema de um dos cabeças da corrupção conversando com uma senhora. Não sei se cito o nome. Vou citar. Falava com uma senhora chamada Ivani. Na segunda-feira, invadiram a Secretaria de Saúde e perguntaram quem era Ivani. Havia uma assistente social com esse nome.

A Polícia Federal entrou na sala dela e algemou a moça. Houve fotografias, filmagem, execração pública! Sabem o que tinha acontecido? A Sr^a Ivani, que estava falando com um dos cabeças, tinha sido empregada

da casa dele e estava cobrando direitos trabalhistas. Ele tinha dito: “Mas eu já te dei 800. Na segunda-feira, você pega os 200 e estamos acertados”. Ele tinha pagado R\$800,00 na sexta-feira e ia pagar os outros R\$200,00 na segunda-feira. No entanto, eles foram à Secretaria de Saúde para pegar uma assistente social com o mesmo nome, que nem tinha falado com o cidadão! Conclusão: essa moça está condenada, diante da sociedade.

Se isso acontecesse com qualquer um de nós, estaria certo? Com os problemas que estão ocorrendo nesta Casa, não podemos condenar ninguém, sem ouvir todas as partes. Senão, seria injustiça. Não podemos deixar que o regime fascista seja representado por alguns poucos. O normal seria que se provasse que o cidadão cometeu um erro antes de ser preso, mas hoje, no nosso País, inverteu-se tudo: prende-se alguém, que tem de provar que é inocente. Não é a Justiça que tem de provar que ele é o infrator. Inverteu-se completamente o processo.

Então, volto a dizer que é nossa responsabilidade – nós que temos uma tribuna – é ficarmos atentos para verificar se não estamos sendo conduzidos para um regime político ditatorial, um regime político concentrado no Executivo, porque não é possível – volto a repetir – que, com todos os escândalos que já vimos e ouvimos de todos os amigos do Presidente da República, sem exceção, os que foram Ministros, Deputados, Chefes de Gabinete, todos eles envolvidos nas mais graves corrupções que já presenciamos em Governos desta República. A Imprensa procura chamar a atenção para coisas importantes como mensalão, mensalinho, problemas nesta Casa – e é nossa obrigação apurar e nós vamos apurar com clareza, com seriedade e com justiça.

O fato é que desviam e generalizam, como se todos nós aqui fôssemos pessoas sem moral para representarmos o nosso povo. Quem nos conhece são aqueles que convivem conosco. Se nos mandaram para cá, isso significa que eles confiam em todos nós. E aqui cada um tem o direito e a obrigação de cumprir seu dever. Aqueles que erram têm de ser punidos, sem exceção. Mas não vamos cometer injustiça de dizer que 81 Senadores são pessoas irresponsáveis. Não vamos cometer injustiça! Vamos ser honestos com todos, justos com todos, porque esta Casa é que sustenta a democracia no Brasil. Esse ensaio de desmoralização do Poder Legislativo e do Poder Judiciário nos preocupa muito, principalmente diante do comportamento do Sr. Presidente. Parece que não está acontecendo nada e, de repente, diante dos poderes desmoralizados, ele faz o discurso demagógico e popular: “E agora meu povo,

sobrou eu e vocês. Como é que nós vamos fazer? Vamos nos unir? Vamos governar a sós este País?”

Aí vai ser a desgraça de uma Nação rica, próspera e que nos dá orgulho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, hoje, segunda-feira, V. Ex^a faz um pronunciamento sobre o qual o País tem de fazer uma reflexão. V. Ex^a simboliza a figura do Senado. V. Ex^a é médico, tem uma esposa médica, uma família bem construída, chegou aqui sem gastar um tostão, como eu. É longo e sinuoso o caminho, Geraldo Mesquita. V. Ex^a anda de peito aberto na sua cidade. Eu só vi aplauso, respeito e admiração. Senador Papaléo, o último imposto de renda que eu fiz foi com José de Aragão, irmão desse Renato de Aragão. Geraldo Mesquita, quando terminou, ele disse: “Mas, Mão Santa, você está mais pobre do que quando entrou no Governo?” Aí um adversário faz uma acusação...e nós temos 64 anos. Fui Secretário de Saúde de um dos maiores municípios do Piauí, Parnaíba. Fui Prefeito, Governador, e tive todas as contas aprovadas, como V. Ex^{as}. Leiam ao menos a Bíblia: “Não julgueis para não serem julgados”. Ter um momento de reflexão. V. Ex^a representa o Senador. Aqueles que não conheceram e que não leram Rui Barbosa, o médico que faz o bem sem olhar a quem, que chegou aqui sem comprar um voto. Tenho aqui um *e-mail* de Daniel Andrade, chamando-me de Senador Mão e Voz Santa. Ele sugere que quando eu for a sua cidade leia dois livros, de Elson Martins, escritor e jornalista acreano, e Daniel de Andrade-Gaia, intitulados *Um Novo Mercado Velho e Amapá*. Senador Geraldo Mesquita, quando vi o Chávez meter o pau no nosso Senado da República... Papaléo, não falaria do Amapá sem ouvi-lo. Geraldo Mesquita, não falaria do Acre sem ouvi-lo. Como é que Chávez esculhamba o Senado da República sem ouvir o irmão querido dele, Luiz Inácio Lula da Silva?! Ô, Luiz Inácio, eu sou mais sofrido e mais vivido do que Vossa Excelência, fui Prefeitinho, Governador do Estado. É muito estranho como Chávez, que é irmão dele, mete o pau no Senado da República. Eu iria falar da Câmara de Vereadores do Acre, ou do Amapá sem ouvir V. Ex^{as}? V. Ex^a falaria da Câmara de Vereadores da minha cidade? É muito estranho. Há uma programação. E, aqui, brasileiro e brasileira, nós somos os últimos bravos do Brasil. Este País pode ser Cuba, este País pode ser Venezuela, este País pode ser Equador, Bolívia, Nicarágua, todos com o mesmo ideal. Aqui já houve discurso que Lula podia fazer um plebiscito, e se ele fizer, com essa máquina, se ele

quiser ser rei, ele consegue. Napoleão foi, Hitler foi ditador. A gente sabe como funcionam essas coisas. Então V. Ex^a faz a advertência. Eu acredito ainda. Ô, Luiz Inácio, sei que você disse que não gosta muito de ler, mas peça um filme de Mitterrand. O Gilvam Borges é um companheiro que lê. Então, no seu último livro, Mitterrand – já moribundo, com câncer – disse: “Quero deixar um conselho aos governantes – atentai bem, Luiz Inácio, Mitterrand, que, durante 14 anos, governou a França onde nasceu a Liberdade, Igualdade e Fraternidade – é fortalecer os contra-poderes.” Seria o Executivo fortalecer o Legislativo. E Vossa Excelência não nos deixa mais fazer uma lei. Vossa Excelência está ajudando nessa avacalhação. Desconfio de como o Chávez ia ousar falar do Congresso, Vossa Excelência, que, como todos sabem, é companheiro dele. O negócio está muito feio. Olha, eu li na mídia – nem sei, Gilvam Borges, mas isso não se faz – que um Deputado, e nem conheço, está sendo acusado porque, na fábrica dele, num açude, morreu um homem afogado. O sócio dele já foi julgado. Não há nada, porque foi logo o juizinho da cidade. Tem até acidente de carro aparecendo. Eu saí porque a minha suplente é minha mulher. Que pecado é esse?! Foram contingências políticas! Eu tinha um irmão Deputado Federal; queriam candidatá-lo, e eu não quis me chocar. Que coisa! Está sendo muito violento! Brasileiras e brasileiros, os últimos bravos que estão a defender a democracia somos nós no Senado. Esta Casa nunca funcionou às segundas-feiras e às sextas-feiras em 180 anos! Começou conosco! Como disse o Senador Papaléo Paes, são três as missões do Senado: fazer leis boas e justas – se não estamos fazendo é porque o Executivo não está deixando, entupindo-nos de medidas provisórias; controlar o Poder Executivo e os outros – estamos sem força; e a outra é o que o Senador Papaléo Paes está fazendo, como disse Teotônio Vilela, Parlamento é falar, é resistir, falando, e falar, resistindo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero solicitar a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que é um homem reconhecido como um grande lutador, pela recomposição democrática deste País, que tome responsabilidade, para que sejam preservados os Poderes que sustentam a democracia. Se existe qualquer má intenção do Senhor Presidente, solicito à imprensa brasileira que avalie muito bem os fatos, para ver se não está sendo influenciado por forças que não querem a democracia no País viva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com prazer, Senador Papaléo.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Fátima Cleide, que representa Rondônia com muita dignidade nesta Casa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada pela generosidade de suas palavras, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, sexta-feira, dia 29 de junho, foi o Dia de São Pedro, o apóstolo pescador e padroeiro dos pescadores. De norte a sul deste País, pescadores artesanais enfeitam seus barcos, fazem procissão a São Pedro e festejam em suas comunidades. Em todas as tradições brasileiras, é dia de agradecer e alimentar esperanças: esperança de fartura para a comunidade, de segurança no mar e nos rios para os pescadores e para os ciclos de vida que os sustentam.

Esse personagem tão importante na cultura brasileira desde cedo aprende que o equilíbrio da natureza é também o equilíbrio do homem, sabe cuidar e entender a natureza e precisa que todos façamos o mesmo.

O dia 29 de junho, Sr. Presidente, é Dia do Pescador, embora ainda não o seja oficialmente, pois tramita neste Congresso Nacional projeto de lei que propõe este reconhecimento.

Ao pescador artesanal – àquele que traz dos rios, dos lagos ou do mar o alimento para sua família e abastece nossas feiras, garantindo o seu e o nosso sustento com equilíbrio e dignidade –, dedico minha homenagem e o pronunciamento que faço hoje.

Pessoalmente, sou nascida e criada nas beiradas do rio Madeira, um dos rios mais piscosos do mundo, que atravessa, farto e forte, minha querida Porto Velho, a capital de Rondônia. E, por isso mesmo, Sr. Presidente, senti-me profundamente gratificada quando relatei, na Comissão de Meio Ambiente deste Senado Federal, o projeto de lei da Câmara, de autoria do Deputado Koyu Iha, que dispõe sobre a política pesqueira nacional e regula a atividade pesqueira no Brasil – e aguarda aprovação do Plenário do Senado Federal.

Regulamentação importantíssima, feita com todo zelo, para dar suporte à política desenvolvida, também com todo zelo, pelo Governo Federal desde 2003, a partir da criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – hoje, sob gestão do Ministro Altemir Gregolin, a coordenar uma política de Estado que acredita no pescador artesanal como importantíssimo agente do desenvolvimento, responsável e sustentável, a partir de nosso imenso potencial pesqueiro, seja de água doce ou do mar.

Sr. Presidente, desde que foi criada, a Seap articulou, junto a diversas instituições financeiras, a cria-

ção de linhas de crédito específicas para a pesca e para a aqüicultura, como forma de recuperar um setor importante da nossa economia, que sofria décadas de abandono. Agora, a Seap aprimora mecanismos, como o Pronaf-Pesca e outros, de modo a facilitar o acesso dos pescadores profissionais artesanais aos financiamentos, ampliando o número de beneficiados.

Porém, Sr. Presidente, na vida dos pescadores nem tudo são flores. Mais uma vez, meu Estado, Rondônia, pede socorro; mais uma vez, vitimado pelo ganancioso interesse da desenfreada exploração madeireira e pela expansão dos monopólios do agronegócio do gado, da soja e de outras monoculturas voltadas pela à exportação de larga escala. Desta feita, em prejuízo, justamente, Sr. Presidente, dos pescadores profissionais tradicionais de Rondônia, uma tradição de equilíbrio ambiental, de sustentabilidade social e econômica, que atualiza culturas milenares e seculares, garantindo segurança alimentar no presente e no futuro.

Sr. Presidente, os pescadores de Rondônia denunciam uma situação bastante grave, que, lastimavelmente, dá-se também nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Roraima e Tocantins.

Rondônia, a partir do advento da Lei Estadual nº 1.729, de 19 de abril de 2007, integra o grupo de Estados brasileiros que escolheu restringir a pesca profissional artesanal e investir na pesca amadora e esportiva, ligada à indústria do turismo. Creio que uma coisa não inviabiliza a outra. Porém, da forma como foi feita, a pretexto de poupar estoques pesqueiros, impedindo a atividade pesqueira profissional, extermina-se uma das mais antigas atividades extrativistas do País, gerando insegurança alimentar, desemprego e exclusão social, sem resolver as verdadeiras causas dos recursos pesqueiros.

Sr^{as} e srs. Senadores, recebi diretamente das mãos dos pescadores das bacias dos rios Guaporé e Mamoré, em Rondônia, uma carta em que denunciam os efeitos da ação da lei estadual, que restringe a pesca profissional naqueles rios, e pedem providências em seu socorro – e peço que a carta seja transcrita na íntegra como parte deste pronunciamento.

Em função do tempo, Sr. Presidente – e não gosto de abusar do Regimento –, apresento aqui um pequeno trecho da carta dos 700 pescadores artesanais ligados às colônia pesqueiras de Guajará-Mirim, Pimenteiras do D'Oeste e Costa Marques:

Embora as autoridades governamentais de Rondônia queiram colocar a pesca artesanal como responsável pela eventual escassez de pescado (não comprovado cientificamente), vários fatores contribuem para que a pesca sofra um excesso de esforço

– fatores esses não ocasionados pelos pescadores artesanais:

- Pesca predatória praticada por elementos não pertencentes à classe;
- Desmatamento de mata ciliar;
- Intensificação do uso de agrotóxico nas lavouras [que escorre para os rios, poluindo as águas e matando os peixes];
- Pesca amadora sem controle efetivo dos órgãos institucionais [responsáveis].

Denunciam ainda que, nos feriados prolongados, assistem, impotentes, a centenas de barcos a motor, oriundos de outros Municípios e de outros Estados, em plena pesca ilegal, capturando quantidades muito maiores do que os dez quilos permitidos por dia naquelas águas.

Os pescadores, Sr. Presidente, dizem que têm buscado, em vão, solução junto ao Batalhão Ambiental da Polícia Estadual. Assim, sentem-se duplamente lesados: por não poderem pescar para o sustento de suas famílias e por não terem estrutura para impedir a pesca indiscriminada.

Os “antes” pescadores, que “antes” eram profissionais, descendentes diretos de uma das mais belas e antigas tradições de nossa região, de um dia para outro são transformados em desempregados, marginais e potenciais contraventores – impotentes diante da degradação daquilo que sempre foi o sustento digno e seguro de milhares de famílias.

Objetivamente, o fechamento da pesca elimina, da noite para o dia, uma categoria profissional com décadas de organização e êxito socioeconômico crescente, gerando um verdadeiro caos na comunidade daquele Município, fazendo com que pescadores prestes a se aposentar tenham seus benefícios suspensos.

Do mesmo modo, pescadores que contraíram empréstimos junto ao Basa perdem toda condição de quitar seus débitos, além de afetar negativamente todo o comércio dos Municípios.

Sr. Presidente, tudo isso se dá em consequência de uma lei criada pelo Deputado Alex Testoni e sancionada pelo Governador Ivo Cassol, num prazo recorde de 50 dias, atropelando aspectos importantes do processo de construção de uma lei:

- sequer passou pelo exame da Comissão de Agricultura, nem pela Comissão de Meio Ambiente, que são as instâncias técnicas da Assembléia Legislativa para apreciar matéria dessa natureza;
- não houve participação das comunidades afetadas na elaboração da lei;

– não houve participação do Ibama nem da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, que já haviam se manifestado contrários ao impedimento à pesca artesanal profissional naquela região.

Tudo isso foi feito para substituir uma atividade sustentável por outra insustentável; para substituir centenas de pescadores tradicionais por turistas; para concentrar nas mãos de poucos a renda que sempre foi naturalmente compartilhada entre muitos – e muito pouca, por sinal, Sr. Presidente! Além de tudo isso, extrapolou-se a competência estadual, pois se legisla sobre bens da União, na medida em que os cursos d'água a que se refere a lei estadual atravessam as fronteiras de Rondônia, compartilhando território boliviano, ou seja, são águas binacionais. O Estado de Rondônia, portanto, não pode produzir leis sobre esses bens.

Essa lei estadual é, por tudo isso, inconstitucional e ilegítima.

Sr^{as} e Srs. Senadores, do ofício da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca dirigido ao Ibama e subscrito pelo Sr. Chefe de Gabinete da Seap, destaco a seguinte manifestação:

(...)

Ressaltamos a importância desse assunto, pois a proibição acontece em áreas limítrofes entre Brasil e Bolívia, que, em nosso entendimento, estão sob competência federal. A referida lei é arbitrária, pois, sem consulta prévia ou mesmo subsídios técnicos que justificassem tal proibição, a mesma prejudica a Pesca Profissional em detrimento da Pesca Amadora.

A clara extrapolação de competência efetivada com essa lei estadual, certamente, deverá ser corrigida por medidas judiciais, como a apresentação de ação direta de inconstitucionalidade pelos órgãos competentes, conforme definidos na Constituição Federal, como a Procuradoria-Geral da República.

Quanto aos instrumentos de proteção do meio ambiente, ainda cabem instrumentos legais, previstos em nossa Constituição Federal e já regulamentados em lei ordinária, como a ação popular, o mandado de segurança coletivo e a ação civil pública. E deverão ser acionados todos esses instrumentos, pois os benefícios econômicos da pesca amadora ou esportiva, do modo como se quer implementados a qualquer custo, não pagam a exclusão social dos pescadores artesanais destituídos das bases de sua sustentabilidade.

Em situação de insegurança alimentar e de ruptura cultural, comunidades de pescadores se transformam em grupos de contraventores, desenvolvendo atividades predatórias e ilícitas, como resultado da gestão contaminada pela cobiça do lucro em curto prazo.

Especialmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte, impedimentos à pesca têm levado à exploração madeireira, à caça e a monoculturas voltadas para a exportação, que não duram muito tempo, requerem forte investimento e sustentam bem apenas alguns poucos.

Assim, a exclusão social dos pescadores continentais, por meio de impedimentos arbitrários de uso do espaço, do recurso e das práticas da atividade, tem conexões com movimentos e interesses bem maiores e de baixa sustentabilidade, geralmente dependentes de capitais voláteis, que não ficam em Rondônia. Por outro lado, essa situação também deflagra conflitos que têm levado a várias formas de violência explícita, inclusive a assassinatos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa solidariedade à sua luta, a nossa parceria na solução dos seus problemas é a melhor homenagem que podemos fazer aos pescadores em seu dia.

Nesse sentido, quero garantir aos pescadores artesanais profissionais dos rios Mamoré e Guaporé, os quais me entregaram aquela carta-denúncia, que o Governo Federal, por meio do Seap e do Ibama, e a Bancada Federal do PT em Rondônia estamos cientes e comprometidos com o irrestrito apoio ao restabelecimento das condições de legalidade e sustentabilidade da atividade pesqueira profissional nas bacias dos rios Guaporé e Mamoré.

Sr. Presidente, peço que seja anexada ao meu pronunciamento a carta-denúncia a mim dirigida pela Colônia de Pescadores Z-2/RO de Guajará-Mirim.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, regimentalmente, ainda tem tempo. Eu a atenderei, de acordo com o regimento, mas se quiser ler a carta, ainda dispõe de sete minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Agradeço, Sr. Presidente, mas já li aquilo que é fundamental nessa carta.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

COLÔNIA DE PESCADORES Z-2/RO GUAJARÁ-MIRIM

CARTA ABERTA DOS PESCADORES ARTESANAIS DE GUAJARÁ-MIRIM, COSTA MARQUES E PIMENTEIRAS D'OESTE

Os pescadores artesanais que exercem suas atividades nas Bacias dos Rios Guaporé - Mamoré, vinculados as Colônias Z-2 de Guajará Mirim, Z-3 de Pimenteiras D'oeste, e Z-4 de Costa Marques vem junto a comunidade Guajaramitense, aos senadores federais Fátima Cleide e Valdir Raupp, aos representantes de Entidades Sociais, aos vereadores municipais e prefeitos de Pimenteiras D'Oeste, Costa Marques e Guajará-Mirim repudiar veemente a Lei N° 1.729 de 19 de Abril de 2007 publicada no Diário Oficial de Rondônia N° 0742 de 24/04/2007, que extinguiu a classe de pescadores vinculados a Colônia de Pescadores Z-3 de Pimenteiras D'oeste e retirou o sustento de centenas⁺ pescadores humildes e seus familiares.

A referida Lei elaborada pelo Deputado Alex Testoni e sancionada pelo Governo Ivo Cassol em tempo recorde inferior a 50 dias não obedeceu os mínimos critérios legais e éticos a saber:

-Não passou pela Comissão de Agricultura e Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, setores primordiais para legitimar a Lei;

-Não houve qualquer participação da comunidade pesqueira de Pimenteiras D'oeste, na elaboração da Lei;

Não houve participação do IBAMA e Secretaria Especial Aqüicultura e Pesca, órgãos ligados diretamente ao setor e que já se manifestaram totalmente contrário ao fechamento da pesca.

-a referida lei foi elaborada de forma unilateral para atender interesses políticos e pessoais do Deputado Alex Testoni e pessoas ligadas ao Governo Estadual.

-a elaboração da lei teve participação exclusiva da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM; que não possui um quadro técnico especializado.

-a lei não obedeceu ao que preceitua a Lei da pesca N° 1038 de 22/01/2002.

A Assembleia Legislativa utilizou-se de uma pseudo audiência pública na localidade de São Carlos Negras, localizada em uma reserva Estadual onde a pesca é proibida, para tentar invalidar a referida Lei. Não houve participação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR que através de estudantes no Vale do Guaporé, comprovaram que a pesca artesanal não compromete os estoques pesqueiros. Não levou em consideração o fato do Rio Guaporé, ser um Rio internacional e com legislação específica.

BREVE HISTÓRICO DA PESCA ARTESANAL DO VALE DO GUAPORE E MAMORÉ

A Bacia do Rio Guaporé / Mamoré envolve dois rios principais: Guaporé e Mamoré e dezenas de outros rios importantes: Cabixi, Escondido, Santa Cruz, Corumbiara, Mequém, Rio branco, São Miguel, Cautário, Pacaás Novos e outros, Atingindo uma extensão de 1800 KM aproximadamente, neste trecho estão localizadas 03 colônias de pescadores:

COLONIA	Nº DE PESCADORES CADASTRADOS	EMBARCAÇÕES	POPULAÇÃO ENVOLVIDA
Guajará Mirim Z-2	400	200	2500
Costa Marques Z-4	170	80	2200
Pimenteiras D'oeste Z-3	130	70	1800

A Colônia de Pescadores de Guajará-Mirim, abastece os centros de Porto Velho e Rio Branco, possui uma sede própria onde mantém cursos regulares de capacitação aos pescadores e familiares, fábrica de gelo que atende a comunidade pesqueira e um mercado de peixe que abastece a cidade. O setor pesqueiro é responsável pelo sustento de dezenas de famílias que vivem da revenda do pescado e serviços autônomos ligados ao setor.

A Colônia Z-2 foi fundada em 1982, sendo uma das representações sindicais de maior destaque do município.

A Colônia Z-3 de Pimenteiras do Oeste foi fundada em 1985, sendo a responsável pela origem do plebiscito que originou a cidade de Pimenteiras, sendo o primeiro prefeito eleito oriundo da classe pesqueira. A Colônia possui uma Fábrica de Gelo com capacidade para 04 toneladas, sede própria, que durante a década de 80 á 90 foi considerada o melhor prédio da cidade, sendo utilizado atualmente pela Câmara Municipal.

A Colônia Z-4 de Costa Marques foi fundada em 1987 possuindo sede própria, fábrica de gelo para 04 toneladas, flutuante e sendo a única do interior com câmara frigorífica para 70 toneladas.

A produção de voadeiras do Guaporé atingiu em 2006, cerca de 10.000 toneladas e é considerada responsável em parte pela geração de renda que move a economia local dos municípios.

COMENTÁRIOS

Embora autoridades governamentais queiram colocar a pesca artesanal, como responsável pela eventual escassez de pescado (não comprovado cientificamente), vários fatores contribuem para que a pesca sofra um excesso de esforço, fatores, estes não ocasionados pelos pescadores artesanais:

- Pesca predatória praticada por elementos não pertencentes a classe.
- Desmatamento ciliar nas margens dos rios.
- Intensificação do uso agrotóxico nas lavouras.
- Pesca amadora sem nenhum controle efetivo pelos órgãos institucionais.

Há de se registrar o episódio acontecido em Pimenteiras do Oeste no período de 07 à 10 de junho decorrente, onde segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-3 e vários pescadores foram identificados cerca de 200 voadeiras oriunda dos municípios (Vilhena, Colorado, Pimenta Bueno, Cacoal e outros), exercendo a atividade de pesca ilegal, pois não observavam a quantidade máxima de peixe a ser capturado (10 kg /dia), Embora a diretoria da Colônia tentasse uma solução junto ao Batalhão Ambiental, nenhuma atitude foi tomada. Estima-se que cerca de 08 toneladas de pescado saíram de Pimenteiras do Oeste, sem qualquer tipo de controle durante os 03 dias de feriado prolongado. Há de se registrar que foram consumidos dois mil litros de gasolina no posto, o que comprova nosso relato.

Os pescadores se sentem lesados duplamente: por não poder pescar para o sustento da família e por não ter amparo legal para impedir a pesca indiscriminada.

Estes fatos reais exigem que as autoridades constituídas tomem providencias no setor da pesca, a fim de evitar que pescadores artesanais sejam sinônimos de marginais.

O fechamento da pesca em Pimenteira do Oeste extermia uma classe de pescadores artesanais com 22 anos de existência

acionando um grande número de casos na comunidade, impedindo que
 procuradores privados e se aposentarem, e alguns seus benefícios
 suspensos, pois não se pode contraírem com prestimos junto ao BASA
 não tenham a mínima condição de quitar seus débitos, além de
 gerar um impacto econômico negativo que afetará todo o comércio
 em Fimenteras.

Guajará-Mirim – RO, 16 de junho de 2007

Arly N. B. A.

Arly N. B. A.
 Presidente do Conselho

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia Damasceno

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Delegado de Polícia

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de oradores, vejo que está inscrito o Senador João Pedro, que representa o Partido dos Trabalhadores no grandioso Estado do Amazonas e a quem chamo para usar da palavra.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito de usar a tribuna por 20 minutos, mas não cortarei sua palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, morei no Pará durante parte de minha vida: passei sete anos no Município de Alenquer.

Sr. Presidente, V. Ex^a esteve no Acre, nesse final de semana? Que bom! Esteve no Acre e em Rondônia?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Fui conhecê-los.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Faltou o Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estou aguardando o convite de V. Ex^a, de Geraldo Mesquita e de Expedito Júnior.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a está convidado a conhecer aquele belo Estado da nossa Federação.

Sr. Presidente, aqui, ouvi dois pronunciamentos acerca da conjuntura política, acerca do tratamento dado ao Congresso Nacional, principalmente ao Senado da República, pela mídia e pela opinião pública. É verdade que algumas abordagens, principalmente de alguns articulistas, generalizam, e isso é perigoso. É verdade também que há prejulgamentos. E é verdade também que, no Senado, no Congresso Nacional, precisamos ter uma postura mais célere para responder. V. Ex^a, que é médico, sabe que, em alguns momentos, devem-se fazer cirurgias de emergência, às vezes até sem anestesia. Então, o Senado da República precisa responder. Estamos, há três semanas, sem responder à denúncia feita pela revista *Veja*. Precisamos respondê-la.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – que não é uma CPI, embora, às vezes, seja tratado como se o fosse – tem competência limitada, mas precisa responder se houve ou não quebra de decoro, sob pena de ficarmos emparedados pela opinião pública e pela mídia. E não precisamos disso! Precisamos responder, ir ao mérito da questão, analisá-la com celeridade e pronto. Vamos caminhar!

É evidente que a democracia do nosso País e a sociedade brasileira têm um diferencial das outras so-

iedades latino-americanas. Então, fico tranqüilo. Temos maturidade, a sociedade tem maturidade, a sociedade civil tem um papel importante, a imprensa tem um papel importante. Penso que os problemas apontados não vão deixar de merecer uma resposta firme do Senado da República, mas quero dizer: penso que o Senado está demorando. Sou membro do Conselho de Ética, entrei nesse processo na condição de 1º Suplente. Precisamos acelerar e responder, imediatamente, à questão posta em discussão no Conselho de Ética, o que é fundamental.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar, hoje, o Brasil dos folguedos juninos. Esse é o Brasil da tradição, da cultura popular e da valorização de aspectos peculiares do dia-a-dia desta tão diversa Nação. As festas juninas expressam a força criativa do povo, seja no agradecimento ou na crítica social cáustica. Elas expõem as raízes do Brasil, pois representam, em sua grande maioria, o caldo cultural que consolidou a identidade brasileira. Não bastasse a força cultural, que, por si só, é merecedora do reconhecimento desta Casa, as festas juninas, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte, transformaram-se em eventos turísticos de visibilidade nacional e internacional, geradores de renda e de melhoria da qualidade de vida para as camadas mais pobres da nossa população.

Há, portanto, um Brasil que pulsa mais forte em junho. É esse País, entre muitos outros, que o Brasil precisa descobrir melhor, como já conhece o Brasil dos carnavais e o Brasil do futebol.

Somos, Sr. Presidente, habitantes de um País que escreve sua formação social e cultural nas trocas dos hábitos e costumes de povos de origens diversas. Por isso, afirmo, sem medo de cometer exagero: somos um País de identidade invejável, pois nos unimos não por um, mas por diversos ícones culturais.

Devemos nos orgulhar dessa riqueza. É esse sentimento de altivez que conduz o arraial gigante de Campina Grande, na Paraíba; a festança de Caruaru, em Pernambuco; o coco de roda de Arapiraca, em Alagoas; o forró pé-de-serra baiano, que ocorre no terreiro das fazendas do interior do Estado. No Maranhão, são os festejos do bumba-meu-boi que dominam a quadra junina, enquanto, no Amazonas, no meu Estado, o boi-bumbá é a manifestação cultural popular de maior vulto. Existem milhares de folguedos juninos por este Brasil afora. Certamente, a todos presto minha homenagem por intermédio dos que acabo de citar, com toda ênfase para o boi-bumbá parintinense, que se alimenta do imaginário das populações tradicionais das florestas e dos rios amazônicos.

A cidade de Parintins, minha terra natal, está localizada à margem direita do rio Amazonas, a 325

quilômetros de Manaus em linha reta. Possui cerca de 70 mil habitantes, mas, na última semana de junho, tem sua população duplicada pela presença de turistas brasileiros e estrangeiros. Há 42 anos, os parintinenses promovem um festival de folguedos juninos, cuja atração principal são os dois bois-bumbás Garantido e Caprichoso. A bandeira do Garantido ostenta as cores vermelho e branco, e a do Caprichoso exibe as cores azul e branco. As duas agremiações culturais reúnem, juntas, mais de 8 mil brincantes, que atraem para o Bumbódromo, uma arena a céu aberto, 30 mil pessoas, 30 mil espectadores, 30 mil participantes.

Parintins conquistou visibilidade, graças à força criativa do seu povo, que deriva da cosmologia amazônica, que estrutura suas relações sociais cotidianas, por meio de atitudes e de gestos que levam em conta o equilíbrio ambiental. Não poderia ser diferente, Sr. Presidente: a Amazônia é a região que abriga o maior número de povos indígenas. Só no meu Estado, um vasto território de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, existem mais de 200 mil índios distribuídos em 200 etnias. A Amazônia também se expressa na população cabocla, nos coletores de produtos da floresta, nos migrantes, nos habitantes das metrópoles e das pequenas cidades ribeirinhas.

Essa festa, Sr^s e Srs. Senadores, tornou-se, ao longo dos anos, uma referência das culturas amazônicas na mídia nacional e internacional. Afinal, o que se vê nessa ópera é uma amostra do imaginário amazônico, que desfila nas alegorias, nas fantasias, nos adereços, nas toadas e nos gestos dos brincantes e das brincantes dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Peço licença para anunciar a presença do extraordinário ex-Senador Odacir Soares, cuja passagem nesta Casa engrandeceu a história do Senado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O boi-bumbá, que se desenvolveu em Parintins, é uma herança dos migrantes nordestinos, principalmente dos maranhenses, povo que difundiu esse folguedo pelo Brasil afora na versão bumba-meu-boi. Na Amazônia, a brincadeira incorporou elementos indígenas. Em Parintins, esse processo de hibridização cultural destacou-se pelo aperfeiçoamento técnico e artístico voltado para um espetáculo de arena.

Sr. Presidente, essa festa tem a grandeza e a importância da Amazônia e do Brasil. Os bumbás Garantido e Caprichoso, por sua vez, reverberam, no desenvolvimento do espetáculo que encenam, a necessidade de a humanidade compreender que a Amazônia possui uma sociodiversidade diferenciada, importante para a ecologia do planeta. São mensagens e apelos que ganham generosos espaços na mídia nacional e

estrangeira, que atingem formadores de opinião, direta e indiretamente. Neste ano, mais de 100 veículos de comunicação do Brasil e de outros países solicitaram credenciamento para cobrir o evento. Governadores, Ministros, embaixadores credenciados no Brasil e executivos de companhias brasileiras e multinacionais assistiram a esse belo festival. De tudo isso, podemos concluir que os espetáculos encenados por Garantido e Caprichoso são, hoje, uma grande vitrine de idéias e de produtos, assim como é o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro na Avenida Sapucaí.

Aproveito a oportunidade para reverenciar também o carnaval carioca, símbolo de brasilidade, que, há menos de uma década, contrata artistas parintinenses, os quais, na folia momesca, também têm se destacado pelo nível técnico e criativo. Aliás, são os artistas, essas figuras de mentes iluminadas, os grandes responsáveis pela explosão de cores e de idéias por este Brasil afora.

Sr. Presidente, o festival de Parintins aconteceu no fim de semana último, na sexta-feira, no sábado e no domingo. Hoje, segunda-feira, quero aqui anunciar o vencedor do festival – há poucos minutos, encerrou-se a apuração –, que foi a Associação Folclórica Boi-Bumbá Caprichoso.

Quero registrar também que o festival recebeu a visita da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, na oportunidade, visitou a cidade de Parintins e assistiu à primeira noite do festival, o que mostra a vitalidade e a originalidade dessa festa popular, o compromisso com essa festa do povo, a importância de Parintins na política de turismo para a nossa região. É uma manifestação grandiosa! Penso que essa festa se equipara à maior das festas da nossa região, que é a festa religiosa de Belém, a Festa de Nossa Senhora de Nazaré. Belém tem essa grande festa, e Parintins, essa cidade bonita na margem direita do rio Amazonas, também faz sua grande festa. Então, registro, com muita alegria, a presença da Ministra Marta Suplicy nessa festa.

Gostaria de dar os parabéns ao Presidente do Boi Caprichoso, Carmona de Oliveira Filho, presidente campeão desse festival. Também registro nomes importantes: os ex-Presidentes Joilton Azedo e Dodó Carvalho; a Prof^a Odinéia Andrade, estudiosa que é; e a empresária Márcia Baranda. São pessoas que participam diretamente do Boi Caprichoso.

Do Boi Garantido, cito o atual Presidente, nosso Presidente Vicente de Matos, vice-campeão deste ano. Cito o ex-Presidente José Walmir, além de pessoas como Dé Monteverde; Fred Góes, grande poeta; Chico Cardoso; Telo Pinto e Edjander, pessoas importantes do nosso Boi Garantido.

Menciono também artistas que fazem essa festa: Inaldo Medeiros, Carlos Paulaim, Tadeu Garcia, José Carlos Portilho, Emerson Maia, Demetrius Haidos, Paulinho do Sagrado, Paula Perrone, Chico da Silva – esse grande mestre da composição popular das toadas –, Audison Leão, Juarez Lima, Emerson Brasil, Karu Karvalho, Gil Gonçalves, Cansanção, Wandir Souza, Jair Mendes, Teco Mendes, Júnior Souza, Marialvo, Roberto Reis, Júnior Paulain, Israel Paulain, Ito, Amarelido, Jairzinho Mendes, mestre Peara, Arlindo Júnior, David Assaiag. Enfim, são extraordinários artistas que fazem essa grande festa.

Estendo minha homenagem também aos fundadores do Festival Folclórico de Parintins: Raimundo Muniz, já falecido, Xisto Pereira e Lucinor de Souza Barros.

Lembro os fundadores da festa: os irmãos Cid, do Boi Caprichoso, e Lindolfo Monteverde, do Boi Garantido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de encerrar minha participação nesta tribuna, conclamo o Brasil a voltar-se, com maior altivez, para suas festas populares. Cabe ao brasileiro, a meu ver, estimular, por meio de políticas públicas, o fortalecimento das festas populares, pois elas exprimem a compreensão de que vivemos num País multicultural.

Essas são, Sr. Presidente, minhas palavras, enaltecendo e reconhecendo – chamo a atenção do Brasil – essa manifestação do povo simples de Parintins, que faz essa festa que deixou de ser de Parintins, para ser orgulho do povo brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Pedro, realmente, V. Ex^a foi muito feliz, ao descrever o carinho com que o povo nordestino revive o folclore, o bumba-meu-boi e as quadrilhas juninas, não só em Campina Grande e Caruaru, Pernambuco, mas no meu Piauí, em todo o Nordeste.

Estive presente em Rondônia, atendendo a um convite do Senador Expedito Júnior e do Governador Ivo Cassol, e lá fiquei emocionado com a apresentação de quadrilhas estilizadas, modernizadas, que diferem um pouco das do Nordeste e do bumba-meu-boi. E um dos oradores queria comparar – agora vi – o brilho e a grandeza dessas festividades folclóricas às da sua cidade natal, Parintins.

Então, sem dúvida nenhuma, reviver essas festas é um motivo para recordar a tradição e a bravura do povo brasileiro.

V. Ex^a é do Amazonas, foi um lapso, mas tudo ali é Amazônia. Emocionado eu estava, porque acabei de ler o livro *Amazônia dos Brabos*, escrito por Archibaldo Antunes, com prefácio do nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a, os filhos do Pará, do Acre, de Rondônia e de Roraima. Só não conheço o Amapá, mas vou ceder a palavra ao ilustre Presidente Gilvam Borges, representante daquele Estado.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, do PMDB do Amapá, é o próximo orador inscrito. Regimentalmente, tem o direito de usar vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra do ilustre representante do meu Partido no Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi aprovado, no dia 27, neste plenário, o projeto que cria no Brasil as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE). Chegam-nos com 20 anos de atraso.

O meu querido amigo e líder incontestado, correligionário, Senador pelo Amapá José Sarney foi quem editou a legislação para as ZPE, quando era Presidente da República, dezenove anos atrás. Aliás, vieram dele, não por acaso, as mais contundentes manifestações de alegria com a aprovação das ZPE nesta Casa.

Sarney garante – e eu acredito – que o Brasil estaria inserido no mercado internacional com a mesma capacidade competitiva que a China apresenta hoje caso as Zonas de Processamento de Exportações (ZPE) já estivessem funcionando a pleno vapor.

Quando uma idéia é uma força poderosa, resiste ao tempo – ensina o Senador Sarney, ao observar que, mesmo com atraso, as ZPE agora devem tornar-se realidade.

Por essa razão, aliás, José Sarney recebeu homenagens de vários Senadores, que salientaram que essa é uma estratégia que favorece o desenvolvimento do País como um todo e não apenas essa ou aquela região. Afinal, na China, as ZPE geram produção da ordem de US\$1,7 trilhão, cerca de 70% do resultado da economia do país.

As empresas que se instalarem em ZPE terão 20 anos – com possibilidade de renovação por períodos sucessivos – para usufruir os incentivos tributários previstos, desde o momento em que o respectivo projeto seja autorizado. A medida vale para a quase totalidade dos tributos e das contribuições federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Fundo de Investimento Social (Finsocial) e o Programa de Integração Social (PIS).

As ZPE abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos, sob a condição de que destinem a maior da produção ao mercado.

Serão instaladas ZPE no Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Pará, Ser-

gipe, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

As Zonas de Processamento de Exportação, as ZPE, proliferaram pelo globo nos últimos vinte anos. Foram mecanismos de desenvolvimento e geração de emprego em economias tão diferentes quanto Estados Unidos, China, Índia e Alemanha. Ao todo, 116 países adotaram as ZPE.

No mundo inteiro, segundo dados do International Labour Office (ILO), já são mais de três mil zonas do gênero.

Nesse tipo de distrito industrial, empresas focadas no mercado externo operam num ambiente livre de impostos para a importação de insumos e exportação da produção.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, na China as ZPEs foram criadas em 1978. Dezenove anos depois, em 1997, já eram 124. Nesse período, as exportações chinesas cresceram 25 vezes, passando de US\$10 bilhões para US\$250 bilhões.

Em 1988, quando a legislação das ZPE foi aprovada, empresários paulistas estiveram à frente da resistência ao programa. À época, o temor dos paulistas era a repetição do “efeito Zona Franca de Manaus”, com a transferência de empresas instaladas no Estado para zonas especiais em outras regiões do País. A preocupação, porém, era descabida. Pela lei, os benefícios da ZPE só podem ser aplicados para novas empresas, constituídas especificamente para esse fim.

Existem, repito, aproximadamente três mil ZPE ou mecanismos similares em 116 países, gerando 37 milhões de empregos. Os países mais ativos na utilização desse instrumento têm sido os Estados Unidos (desde 1934), o México e a China.

No Brasil, a legislação básica data de 1988, mas, absurdamente, a instalação das ZPE ainda continuava dependendo de tramitação de projeto no Congresso Nacional.

Uma das vantagens da Lei das ZPE (em vigor, embora não aplicada) é a liberdade cambial, eliminando o risco cambial – que tanto preocupa as empresas exportadoras – para as indústrias instaladas dentro do distrito. Não há receita em real.

Está na legislação: as transferências em moeda estrangeira do exterior e para o exterior, recebidas ou efetuadas, decorrentes de exportações, importações ou compras no mercado interno não estarão sujeitas a visto, autorização administrativa ou contrato cambial. Os pagamentos realizados no País em benefício de empresa instalada em ZPE receberão o mesmo tratamento de transferência para o exterior.

Ao longo dos últimos vinte anos, várias instituições multilaterais defenderam a implementação das ZPE no Brasil. Uma delas foi a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), que chegou a patrocinar, no fim dos anos 90, um estudo sobre o potencial das ZPEs no País.

Nas ZPE, a lei garante os regimes tributários, cambiais e administrativos por 20 anos, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesmo prazo.

Então, Sr. Presidente, este é o objetivo do meu pronunciamento: saudar o programa que nos chega com 20 anos de atraso. E lembrar que, também neste caso das ZPE, vale a máxima do “antes tarde do que nunca”.

Aproveito o ensejo para, mais uma vez, parabenizar a perseverança do Senador José Sarney, que, do alto de sua experiência, deu-nos mais uma lição de procedimento político, que cai como uma luva na vida pessoal: perseverar é o instrumento dos que acreditam nos próprios sonhos. E são eles que fazem a diferença na vida pública e na vida privada.

Sr. Presidente, o País procura e encontrará, com certeza, o caminho para o desenvolvimento.

As ZPE serão uma opção viável para estimular a alta produção do País, absorvendo uma massa de desempregados que pode ser enquadrada em quase todos os Estados brasileiros. Isso será de suma importância. Esse caminho vem sendo trilhado com sucesso pela China, pela Alemanha, pelos Estados Unidos e pelo México.

Acreditamos que poderíamos ter implantado com segurança e eficiência as ZPE em 1988, quando o Presidente Sarney concebeu a idéia e ressaltou a necessidade de o projeto se tornar uma realidade, mas o País então teve uma reação por parte dos paulistas que foi um equívoco. Hoje, está provado que, ao contrário, todos esses empreendimentos também viriam a beneficiar o País de um modo geral. São Paulo, como um grande centro produtor da Nação, teria a interligação com todos os Estados brasileiros e com uma produção efetiva. O equívoco aconteceu devido a uma péssima avaliação em relação à atração do pólo industrial da Zona Franca de Manaus.

Portanto, Sr. Presidente, o Amapá se congratula com o Presidente Sarney, que não deixou que a idéia morresse. Esperou com paciência e sempre acreditou que as ZPE seriam uma grande alternativa de desenvolvimento para o País. Nesse sentido, o Amapá se associa com alegria aos Parlamentares que estiveram mobilizados para que a implantação desse projeto do Presidente José Sarney viesse a ocorrer de fato.

Nós acreditamos em um País que tem o seu destino traçado rumo ao sucesso. Apesar das agruras dos

graves problemas sociais que enfrentamos, na área de segurança, de saúde, e ainda na parte de implementação de projetos estratégicos, o País ainda avança com segurança, efetivando amplos projetos. Acredito que o segundo mandato do Presidente Lula será consagrado à conclusão de projetos importantes para a mudança da infra-estrutura sócio-administrativa do País. As reformas terão um papel decisivo nos ajustes, dando o norte e fazendo o destino de uma Nação inteligente, alegre e produtora. O Brasil se destacará, sem sombra de dúvida, mesmo com todas as nossas dificuldades. Na América Latina, assumimos a liderança no equilíbrio e na busca da boa convivência.

Por esse motivo, Sr. Presidente, peço ao Presidente Lula que aproveite este segundo semestre para convocar a Nação, com a urgência devida, para que possamos fazer a reforma política, que considero a reforma das reformas. Que faça uma pauta positiva para a Nação, colocando na ordem do dia a reforma tributária, Sr. Presidente. Com essa reordenação e com a criação das ZPEs, o País terá uma linha segura de desenvolvimento. Com a economia equilibrada, teremos um período de muita prosperidade a partir de 2008. Sem dúvida, Sr. Presidente, experimentaremos um momento especial, trazendo prosperidade e felicidade ao nosso povo.

Para concluir, Sr. Presidente, retorno a um apelo que fiz anteriormente, em que disse ao Presidente Lula que a questão da crise aérea precisa ser resolvida com urgência. A metodologia e o plano são simples. Ainda não sei por que não foi efetivado. Essa situação que estamos vivendo nos aeroportos do País precisa de uma atitude mais segura, mais séria. Não temos problemas nos equipamentos dos aeroportos, não, Sr. Presidente. Não existe nada disso. O problema é justamente a flexibilização na compreensão de um entendimento efetivo e sério com os controladores de voo.

É simples: trata-se de uma profissão estratégica, estressante, que requer uma atenção especial, e essa atenção tem de ser efetivada. Tanto que tivemos um interstício de dois ou três meses de plena tranquilidade, com aeronaves pousando e decolando.

Agora, Senhor Presidente, as oportunidades Vossa Excelência já deu. Para tudo, tem um limite. Vossa Excelência deve, com certeza, chamar o Ministro da Defesa, o grande responsável por essa situação, pois sua Pasta está ligada à Aeronáutica, e creio que nem é preciso sugerir que V. Ex^a peça que ele deixe a Pasta. Deve-se seguir o exemplo do Chile. A Presidenta do Chile, quando houve um *black-out*, um problema de falta de energia elétrica, no dia seguinte demitiu o Ministro.

Vou dizer mais uma coisa, repetindo o que já disse: não adianta, se não houver entendimento e a gratificação justa para os controladores de voo, essa crise não vai acabar tão cedo. Primeiro, não temos contingente necessário para fazer as substituições. O que está faltando é justamente isso. Tenho certeza de que o Ministro da Aeronáutica sabe disso, mas ele é subordinado a quem? Ao Ministro da Defesa, Waldir Pires. Creio que o Ministro Waldir Pires já deu a contribuição que deveria dar. Temos de colocar um gerenciador, um empreendedor, um homem que possa, realmente, comandar e liderar essas Pastas da área de segurança. Com certeza! Aí, entraremos em céu de brigadeiro, porque acredito no desenvolvimento do País, acompanhado das reformas no segundo semestre, que devem ser pautadas com urgência.

O País não pode ficar como está, Sr. Presidente. No Congresso Nacional e no Poder Executivo, há uma pauta de desavença, de desgraça, de corrupção, e precisamos otimizar uma pauta positiva.

Por esse motivo, encerro o meu pronunciamento, agradecendo a paciência de V. Ex^a e saudando o Presidente José Sarney pela vitória e pela persistência. Agradeço aos Líderes pela compreensão da necessidade de implantação das ZPE, que serão uma alavanca para o desenvolvimento nacional.

Nós, do Amapá, que estamos às margens do grande rio Amazonas e, portanto, também na cabeceira, na foz do rio Amazonas, chegando ao Oceano Atlântico, estamos esperando a oportunidade há tempos, e acredito que essa vocação econômica se associará à capacidade de exportação, pela posição geoestratégica do Amapá.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Gilvam Borges, queremos fazer nossas palavras de V. Ex^a no que diz respeito ao Presidente José Sarney.

Eu era Prefeito da cidade de Parnaíba quando ele lançou para o Brasil as ZPEs. Parnaíba foi premiada, e a ZPE seria localizada no litoral do Piauí, entre Parnaíba e Luís Correia. Isso foi há quase 20 anos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Em 1988.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E quero dizer que governei com ele; depois, com o Presidente Fernando Collor, com Itamar Franco e, por assim dizer, com Fernando Henrique Cardoso. O Presidente José Sarney foi um homem de muita sensibilidade política, de uma generosidade extraordinária. O Programa do Leite foi muito eficiente e engrandeceu o Brasil, porque, além de alimentar as crianças, fortalecia a bacia leiteira e fixava o homem no campo. Es-

sas coisas acabam. Vamos efetivar as ZPEs 20 anos depois, graças à sua persistência e à paciência que demonstrou na redemocratização. O agradecimento do Piauí pelas grandes e extraordinárias obras na época em que fui Prefeito: os Tabuleiros Litorâneos, o Platô de Guadalupe, a Emater. Tanto é verdade que ele saiu com o título de cidadão parnaibano.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, para concluir, peço a V. Ex^a que me permita anunciar, pois estavam aqui entre as páginas do meu pronunciamento, duas remessas de recursos – são poucos recursos – lá para os meus Municípios. Será rápido, não utilizarei mais do que dois minutos. Peço a paciência do Líder Romero Jucá, uma pessoa muito elegante e simpática, mas quero comunicar ao Governo do Estado a transferência de recursos da ordem de R\$144.500,00. É bem pouco, mas é muito importante. Esses recursos já se encontram na Conta nº 58149. A transferência financeira é relacionada ao convênio para a realização do censo escolar de 2007.

E quero comunicar à Prefeitura Municipal de Santana – já estou encaminhando aos Vereadores e às lideranças telegramas – a liberação de R\$80.000,00. É pouquinho, mas é para sistema de esgotamento sanitário, remetido pela Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, costumo sempre mostrar o outro lado e acompanhar os recursos federais que chegam ao Estado do Amapá, porque, além das idéias, dos projetos, da ação parlamentar que desempenhamos no Parlamento, ainda temos a função de trabalhar na liberação de recursos junto aos Ministérios. Por esse motivo, acompanhamos todos os projetos de interesse do Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, como Líder inscrito, ao Senador Romero Jucá, do PMDB do Estado de Roraima, Líder do Governo nesta Casa.

V. Ex^a, regimentalmente, teria cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra desse ilustre Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro extremamente importante para o meu Estado e para o norte da Amazônia, exatamente um passo a mais no sentido de se construir a saída da parte ocidental da Amazônia ao Caribe.

O BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – acaba de aprovar recursos na ordem de US\$900.000,00, para que o Governo da Guiana pos-

sa concluir o projeto executivo de impacto econômico da estrada que liga o Porto de Georgetown à fronteira com o Brasil.

Por que essa estrada é importante, Sr. Presidente? Por que tenho defendido tanto essa estrada? Por que o Presidente Lula assumiu compromisso com o povo de Roraima e comigo de ajudar a financiar a construção dessa estrada? Porque quando essa estrada ficar pronta, a distância a ser percorrida para se chegar de Boa Vista a um porto no Caribe será de 650km, distância menor do que aquela que nos separa de Manaus. Isso vai mudar a matriz produtiva do Estado sem dúvida nenhuma; vai, inclusive, abrir uma saída por terra para a produção do Estado do Amazonas, que hoje é toda escoada via barco. Foi extremamente importante o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, ter tido a sensibilidade de financiar o governo guianense, já que não tinha condições de concluir esse projeto.

A parte brasileira já foi asfaltada. Estamos construindo agora, por intermédio do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, o 6º BEC, a ponte sobre o rio Tacutu, que liga o Brasil à Guiana. Essa ponte, Sr. Presidente, estará pronta até o final deste ano, uma obra importantíssima realizada pelo 6º BEC, Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, um patrimônio de Roraima. O 6º BEC pegou essa obra paralisada, com desvio de recursos por parte do Governo do Estado e, em um ano, vai concluir a ponte, vai deixá-la pronta para que possamos tornar essa relação muito mais próxima. O Governo brasileiro já assumiu o compromisso de ajudar a financiar a obra de asfaltamento da estrada e a melhoria do porto de Georgetown, mas havia a necessidade de se saber efetivamente como seria o projeto executivo.

Quero saudar, portanto, essa visão do Banco Interamericano de Desenvolvimento e dizer que nós, de Roraima, estamos muito felizes. Fizemos gestões para que isso ocorresse. O Governo brasileiro tem acompanhado essa questão. O Embaixador do Brasil na Guiana tem acompanhado e se manifestado permanentemente sobre a questão. Teremos também outros segmentos do Governo brasileiro, inclusive o Dnit, acompanhando a discussão desse projeto executivo para que possamos, num curto espaço de tempo, ter essa saída que, sem dúvida nenhuma, é fundamental para o futuro econômico de Roraima.

Faço esse registro e reafirmo o compromisso do Governo brasileiro, do Presidente Lula, de ajudar, por meio do BNDES, a financiar a construção dessa estrada que abrirá um novo tempo para Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra ao orador inscrito Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

Enquanto V. Ex^a se aproxima da tribuna, este Presidente agradece a grande recepção que teve em seu Estado. Fiquei encantado com a sua família, com o nosso PMDB, que tem como presidente o ex-Governador e ex-Deputado Federal Flaviano Melo, além de contar com a liderança de V. Ex^a. Fiquei encantado, sobretudo, com a dedicação de V. Ex^a à mocidade estudiosa de seu Estado. Eu e Adalgisa passamos momentos felizes naquela civilização que V. Ex^a traduz e representa com grandeza e dignidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que ora preside a Mesa do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive fora desta Casa praticamente a semana passada inteira e aqui quero prestar contas das missões que a mim foram atribuídas.

A primeira delas, muito honrosa, Senador Mão Santa: nos últimos dias 25 e 26, como membro efetivo do Parlamento do Mercosul, estive, mais uma vez, na bela Montevideú, capital do Uruguai e sede do Parlamento do Mercosul. Lá estive na companhia de ilustres Senadores e Deputados brasileiros, membros também, igualmente, do Parlamento do Mercosul, fazendo com que aquele organismo comece a funcionar. Reputo o Parlamento do Mercosul, Senador Mão Santa, como um dos mais importantes organismos regionais da América Latina. A tendência é que ele assuma papel cada vez mais proeminente no cenário latino-americano, que funcione como caixa de ressonância da sociedade latino-americana, que nossos anseios e nossas angústias para lá sejam carreados e ali tratados com seriedade e que nossos povos possam ser cada vez mais bem representados, desta feita em organismo da dimensão e da extensão do Parlamento do Mercosul.

Portanto, aqui presto contas ao Senado Federal e ao povo brasileiro dessa missão honrosa a mim atribuída, missão grandiosa que sempre nos esforçamos para cumprir com denodo, com seriedade e com entusiasmo também.

Em seguida, Senador Mão Santa, estive mais uma vez no meu querido Estado do Acre. E, dessa vez, para minha enorme alegria, pude contar com a presença de V. Ex^a e de sua digníssima esposa, Dona Adalgisa, que receberam generosamente um convite meu para prestigiarem e abrihantarem o ato singelo que produzimos na capital do nosso Estado, Rio Branco, na última quinta-feira, dia 28, no qual anunciamos à sociedade acreana o lançamento da coleção Biblio-

teca Popular. Trata-se de uma iniciativa que pretende reeditar obras clássicas da literatura brasileira, ao lado de obras de autores do meu Estado e daquela região, e colocá-las à disposição da população.

Repito algo que tenho dito e de que cada vez mais me convenço, Senador Mão Santa: a grande maioria da população deste País é ávida por leitura, por conhecimento, por livros, mas não tem acesso a isso, porque o livro é algo muito caro em nosso País. É por pensar assim que, desde o início de nosso mandato, temos nos preocupado em usar nossa cota na Gráfica do Senado para produzir obras de interesse.

V. Ex^a tem em mãos o prospecto do curso Política ao Alcance de Todos, que oferecemos logo no início do mandato, consolidado em apenas um volume. Em sua versão inicial, foi desdobrado em dez pequenos fascículos, cada um abordando determinada época da história da filosofia política, da ciência política e da política no mundo inteiro, da Grécia aos dias de hoje. Trata-se de um curso a distância que contou com a inscrição de mais de seis mil acreanos. Ao longo do curso, realizamos seminários em alguns municípios do Estado, ocasiões em que se registrou a acalorada participação daqueles que o freqüentaram e daqueles que pretendiam participar dessas discussões.

Quinta-feira última também estive ausente do Senado Federal cumprindo a missão de levar livros ao meu Estado, Senador Mão Santa. O livro é a porta de entrada para a libertação do povo brasileiro e, enquanto eu puder, farei isso.

Como militante político, é o mínimo que posso fazer, sinto-me no dever de participar da construção da consciência política e da cidadania do povo brasileiro. Esse é um dever de todos nós, militantes políticos. Nesse sentido, continuarei nessa pisada, ainda que de forma reduzida – são edições limitadas –, mas continuarei, enquanto tiver mandato nesta Casa, a fazer exatamente o que venho fazendo: levando livros à população do meu Estado para que possa ter a possibilidade de pensar, refletir, conhecer e transformar a realidade em que vive.

De público, mais uma vez, deixo meus agradecimentos sinceros a V. Ex^a pela grandeza que demonstrou ao deixar de ir ao seu Estado no final de semana – e sabemos o quanto isso é importante –, para conhecer o Acre e fazer-se conhecido. A população gosta muito de V. Ex^a. Andamos pelas ruas da capital, onde V. Ex^a teve uma receptividade calorosa, recebeu abraços, cumprimentos e elogios à sua postura e à sua conduta nesta Casa. Visitamos também a Assembléia Legislativa, onde V. Ex^a foi muito bem recebido. Estivemos na sede do Diretório Regional de nosso Partido, em Rio Branco. Os companheiros e as companheiras do PMDB

mandam-lhe, mais uma vez, um grande abraço. Aqui estou com a tarefa prazerosa de transmiti-lo.

Quero hoje, Senador Mão Santa, caros colegas, tratar de um assunto que muito preocupa a todos nós acreanos. É uma situação drástica e real que está ocorrendo no Acre hoje. Está relacionada a uma problemática sobre a qual faço alertas freqüentes no Senado Federal. Refere-se ao aquecimento global, tão falado e propalado nos últimos tempos, com o avanço do agronegócio sobre a Amazônia e o desmatamento da floresta. Isso gera conseqüências, às vezes, com dimensões inimagináveis, como eu tenho, repetidas vezes, dito nesta Casa. Isso, infelizmente, está-se confirmando hoje.

Por que falo isso, Senador Mão Santa? Segundo dados da Defesa Civil do Estado do Acre, em junho deste ano, o rio Acre atingiu os níveis de água mais baixos que os registrados no mesmo período da grande seca da Amazônia de 2005, que atingiu fortemente o Acre.

O pior é que o rio atingiu esse nível baixíssimo, Senador Mão Santa, poucos dias após atingir níveis altíssimos, só menores que os da enchente ocorrida no meu Estado em 2002. Do final de maio ao final de junho, a tábua de marés do rio Acre variou mais de nove metros de cota, chegando, ao final de junho, a 2,78 metros de cota. Como diz o caboclo na nossa região, “em duas luas, o rio foi de 9 para 2 metros”.

Na última quinta-feira, dia 28 de junho – nós estávamos no Estado, aliás –, o rio Acre atingiu o nível de 2,78 metros; nível alarmante para o mês de junho. Trata-se de um nível menor que o registrado no dia 28 de junho de 2005, o ano daquela grande seca ocorrida na região. Isso é um alerta vermelho sobre o que está por vir, pois quem conhece a Amazônia sabe que está apenas começando o nosso verão, Senador Mão Santa, período de pouca chuva e muito sol.

O gráfico liminológico da variação do nível do rio Acre, que analisa os meses de maio e de junho de 2000 a 2007, apontou outro dado preocupante, além da forte probabilidade de seca que está por vir. O que preocupa é exatamente essa elevação descomunal do nível da água do rio Acre, muito acima da média do período. O fenômeno ocorreu durante um período de mais ou menos dez dias, entre maio e junho deste ano, uma espécie de “supermaré”, que durou dez dias, um “minitsunami” acreano, seguido de grande seca. Nos dias seguintes, o nível do rio caiu absurdamente para níveis abaixo daqueles da seca de 2005.

Gostaria de obter explicações sobre essa “sanfona de maré”, que não é comum na nossa região. Temos variação de maré, sim, por sinal, grandes variações de maré nos rios da Amazônia e, principalmente nos rios

acreanos, muitos dos quais chegam a secar e viram caminhos a pé.

Mas o que estou dizendo é que temos padrões de variação de maré, conhecidos pelos cientistas e pela população ribeirinha tradicional. E o que ocorreu nos meses de maio e junho de 2007 no rio Acre parece estar fora desses padrões e merece ser analisado com calma e tranqüilidade, mas também com firmeza, tendo em vista impedir qualquer risco de colapso hidrológico e ambiental no meu Estado.

Digo isso, pois, em um período de 61 dias, de 1º de maio a 30 de junho de 2007, o rio Acre atingiu o seguindo maior nível de suas águas nos últimos sete anos, só menor que 2002, e, logo em seguida, caiu para o menor nível do período (2,78 metros), menor até que o nível desse mesmo período atingido durante a famigerada seca de 2005.

Segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), não haverá chuvas intensas pelo próximo período na região. Estudantes e professores do curso de bacharelado em Sistemas de Informação da Universidade Federal do Acre, a nossa Ufac, desenvolvem pesquisas sobre a dimensão dos efeitos desse nível de seca no rio Acre, buscando entender, por exemplo, se os baixos níveis do rio podem afetar os lençóis freáticos da região e fazer com que os poços residenciais comecem a secar, o que significaria gravíssimo problema de abastecimento de água no Acre. A estudante Paula Morelli Fonseca, dentre outros da Ufac, estuda o fenômeno em suas graduações.

Uma possível seca afetaria a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, além dos Municípios de Porto Acre, Xapuri e Brasiléia, municípios da Calha do rio Acre e Assis Brasil, em sua área de influência. Mas a seca pode afetar também o Município Plácido de Castro, às margens do rio Abunã, um dos principais afluentes do rio Madeira. O mesmo rio Madeira cujo governo quer construir as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Eu estou falando, Senador Agripino, que existe possibilidade, não comprovada, mas existe possibilidade científica, além de secar os rios, de secar até os poços residenciais de água desses municípios.

Vejam bem, com os impactos que temos atualmente, oriundos da exploração madeireira criminosa, da implantação de grandes pastagens e monoculturas, como soja, e das queimadas, já estamos no Estado com o nível do rio Acre dentre os mais baixos da história. Se estamos assim sem hidrelétricas, que gerarão inúmeros impactos socioambientais adicionais, como atestado pelos próprios estudos de impactos ambientais dos empreendedores das obras, imaginem com

mais essa carga de impactos! Imaginem com mais essa carga de impactos.

Estou preocupado e estou cumprindo meu papel ao alertar para essa ameaça real de colapso hídrico no Estado do Acre. Reforço a disponibilização de meu mandato para o combate desses absurdos e para a busca de alternativas de uso adequado dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida do povo do Acre e do Brasil.

Esse é um alerta para que todos nós e principalmente as autoridades envolvidas na questão possamos atentar para a gravidade do fato e que providências sejam tomadas o mais breve possível, Senador Mão Santa, para que se evitem desastres ambientais no meu Estado, como os rios chegarem a níveis intoleráveis, que podem levar ao desabastecimento de água. Essa situação preocupa toda a população do Acre.

Era isso que queria dizer nessa data e agradeço a V. Ex^a a disponibilidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos aproveitar para agradecer a recepção que tivemos de V. Ex^a, de sua encantadora esposa Maria Helena e de todos os nossos colegas do PMDB.

V. Ex^a lança a preocupação em relação à natureza, mas planta naquele Estado a semente mais importante, a semente do saber, da sabedoria, educando e orientando a mocidade estudiosa com um verdadeiro centro de formação cultural, entregando e doando livros. Eu já li *Amazônia dos Brabos*, onde aprendi sobre a grandeza dos nossos espanhóis, Galvez, e a coragem do gaúcho que ali foi e que é nome de cidade hoje, o Plácido de Castro. E V. Ex^a representa a grandeza daquele povo.

Concedo a palavra a esse extraordinário Líder do DEM, José Agripino, um dos melhores homens da vida pública do nosso Nordeste, ex-Prefeito, extraordinário Governador do Rio Grande do Norte. Sei que o Estado de V. Ex^a é muito rico, tem petróleo, tem sal, tem piscicultura, mas o melhor mesmo é sua gente, a valorosa gente educada de Natal e de todo o Rio Grande do Norte que V. Ex^a simboliza e representa. Seu Estado foi, sem dúvida nenhuma, o pioneiro na agricultura moderna com a exportação de melão, fazendo os piauienses acreditarem.

Quando Governador do Estado, eu visitei aquela obra extraordinária da Maísa e muito trabalhei para que ela fosse responsável pelos projetos de irrigação do Piauí, o que não foi possível porque o Governo Federal não abriu mão. Deus não abandona ninguém: como quando Deus buscou Moisés para libertar o seu povo, Davi para vencer Golias, V. Ex^a está nesta tribuna representando a necessária oposição brasileira nesse momento difícil da democracia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Para retribuir as gentilezas e o comercial que V. Ex^a faz do meu Estado, quero dizer que estive, neste fim de semana, em Macaíba, um Município da Grande Natal, numa festa junina para a qual fui convidado pelo Prefeito Fernando e pelo Vice-Prefeito Auri, onde se reuniu uma multidão de 15 mil, 20 mil pessoas. Para chegar ao palanque, atravessei a multidão e fui carinhosamente recebido, e curiosamente, Senador Mão Santa, muita gente falou o nome de V. Ex^a. Um deles chegou a mandar um abraço a V. Ex^a. Quando eu voltava para a camionete, já no final, à meia-noite, uma pessoa disse: “Não deixe de dar um abraço no Senador Mão Santa”. Uma pessoa do povo, gente muito modesta, que aprecia as suas falas e as suas observações.

Faço esse comentário, porque V. Ex^a referiu-se com tanto carinho ao meu Estado, que eu retribuo com essa manifestação verdadeira de carinho, recebida de um conterrâneo meu modesto, na festa a que fui sábado à noite, no Município de Macaíba.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é uma preocupação com algo que nos aflige: o apagão aéreo e a postura do Governo. V. Ex^a se lembra do arrombamento do Orós, no tempo de Juscelino? V. Ex^a se lembra que surgiu aquela frase: “Orós tem pena de nós?” Lembra-se que Juscelino, quando Presidente da República, que era mineiro, passou três dias no Ceará, plantado lá dentro, levando, com a sua presença, a solidariedade do Governo aos flagelados da inundação do Orós?

Naquele tempo, o Brasil, que até hoje reverencia Juscelino Kubitschek, lembra-se da solidariedade de um Governo que, na hora da precisão maior, não faltou. Foi lá.

Para chegar a Natal, Senador Mão Santa, fui a São Paulo, voltei; na manhã do sábado, peguei um avião, que deveria sair às 10h25 e decolou à 1h40.

O aeroporto de Brasília estava, Senador Geraldo Mesquita, um horror. Eu pensei que eu não fosse conseguir embarcar. Eu já embarquei e desembarquei do aeroporto de Brasília centenas de vezes, mas eu nunca havia visto balbúrdia maior. As filas nas companhias aéreas eram inimagináveis. O povo, curiosamente, quieto, contido, parecia que tinha adotado aquela recomendação da Ministra Marta. Aliás, ela foi a Parintins e, segundo eu soube, não foi bem recebida lá. Quando anunciaram o nome dela, a manifestação popular não lhe foi nada favorável. O povo, no aeroporto de Brasília, relaxou, mas o povo de Parintins não gozou nada.

Mas o que quero, Sr. Presidente Mão Santa, é fazer, a par dessas considerações iniciais, uma manifestação de preocupação com relação a um problema que é de Governo e é renitente. Eu quero pegar o gancho do que fui fazer em São Paulo, na sexta-feira. Senador Geraldo Mesquita, eu fui a São Paulo participar, ao lado do Senador Aloizio Mercadante, do Senador Arthur Virgílio, do empresário Jorge Gerdau – talvez ele seja o presidente da maior multinacional brasileira, pois tem trinta e cinco mil empregados, vinte mil no Brasil e quinze mil no exterior – e da empresária Luiza Helena Trajano, diretora-presidente do Maganize Luiza, fazer uma palestra organizada pelo Lide – Grupo de Líderes Empresariais, fundado pelo Sr. João Dória, sobre o desafio do crescimento econômico. Três líderes de Partidos com líderes empresariais e uma platéia de muitos – mais de uma centena – empresários de peso.

Eu tive a oportunidade de manifestar a minha opinião. Eu disse, na largada, que minha posição ali não era estabelecer confronto entre Governo e Oposição, que eu estava ali convidado por empresários a fim encontrar confluências e não divergências, para olhar para frente e não para trás, para dar a contribuição do meu Partido ao futuro do País e não atirar pedra no passado, nem no passado recente, e que tinha um pensamento: eu era consciente de que o Brasil tinha crescido? Tinha. Aumentou a formação bruta de capital pela compra de equipamentos para melhoria do padrão de desempenho da indústria? Melhorou. A massa salarial melhorou? Melhorou. A inflação está sob controle? Está sob controle. Nada por conta de ações desse Governo, mas por coisas que vêm há vinte anos acontecendo, desde o fim da conta-movimento; a revisão ou reescalamento das dívidas dos Estados – e V. Ex^a fez e eu fiz como Governadores –, que estabeleceu um padrão de endividamento para os Estados e Municípios; a privatização dos bancos estaduais, que tapou um ralo por onde saía muito dinheiro de alguns Estados – não do meu; o estabelecimento de metas inflacionárias; a autonomia do Banco Central; a Lei de Falências; a reforma do Judiciário; a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a maior novidade; o processo de privatizações; as agências reguladoras; os marcos regulatórios. Tudo disso organizou o País e fez com que, melhorada a sua credibilidade, o País fosse capaz de conter a inflação, porque tem mecanismos de avaliação.

O IBGE, o Banco Central, os instrumentos que fazem pesquisa, que levantam elementos têm confiabilidade, e o Brasil se organizou, independentemente da ação do último Governo, que realmente praticou uma política de ajuste fiscal responsável, mas que guarda

ainda problemas. O Brasil cresceu, mas ficou menor no contexto internacional das nações.

O que eu quero dizer é que o Brasil, se cresceu – e disse isso no Seminário –, podia ter crescido muito mais, e dei alguns dados, levantei alguns elementos.

Senador Geraldo Mesquita, o Brasil, até 2000, crescia a uma média de 2,4%, o PIB – de 1960 a 2000. A América Latina cresceu a 1,4%, ou seja, o Brasil crescia 1% a mais de 1960 até 2000. A seqüência histórica de 40 anos deu ao Brasil um crescimento médio de 2,4% do PIB, enquanto a América Latina, no mesmo período, cresceu a 1,4%. É verdade que o leste asiático cresceu a 4,6%, muito mais. Mas o Brasil crescia mais do que a América Latina, de 1960 a 2000.

De 2002 a 2007, a realidade diferenciou-se, Senador Mão Santa. Em 2002, o Brasil significava 56% do PIB da América do Sul, somando Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador e Colômbia, tudo. Repito: o Brasil significava 56% em 2002; em 2007, estamos caminhando para 46%. Caímos, portanto, 10 pontos percentuais. Não estamos falando do contexto mundial, mas, sim, do da América do Sul, do nosso Continente. Estamos diminuindo de tamanho. Se crescemos, crescemos muito menos do que os outros cresceram. Estamos perdendo a embalagem. Essa é que é a verdade.

A arrecadação bate recordes. Com isso, em vez de fazermos caixa para baixar a carga tributária, que é a âncora que segura o crescimento da economia – com todo o *marketing* do Governo, ao dizer que vai baixar a carga tributária –, o anuário do FMI, de 2005, mostrou que a carga tributária de 2005 tinha sido de 33,8%; a de 2006, 34,6%. Cresceu.

Então, em vez de se usar o crescimento da economia, os superávits de arrecadação para diminuir a carga tributária, usa-se o dinheiro para outras coisas, como pagar dívida, o que é recomendável. Mas se gasta mal. Por exemplo: quando se contratam novos 600 DAS; quando aumentam em 130% a remuneração dos DAS.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O aumento foi de 139%, permita-me corrigi-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado pela correção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E os aposentados, 3%.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Os aposentados 3%, e o salário mínimo com correção muito menor do que a que Lula prometeu.

Qualidade de gasto público defeituoso, carga tributária alta. E, em vez de se usar o disponível pelo Tesouro para baixar a carga tributária, já que não há necessidade de tanta arrecadação, gasta-se mal. Deve-

se baixar a carga de tributos, para que os investimentos se acelerem, para que a economia volte a crescer para valer, como cresce a da Argentina, a do Paraguai, a do Uruguai, da Venezuela, da Colômbia; para que cresça, pelo menos, como a economia deles. Mas, não: faz-se crescer a carga tributária.

Tudo isso eu disse, mas me detive, Presidente Mão Santa, numa questão: enquanto o Brasil não fizer as reformas sindical, trabalhista e tributária, ele não será competitivo; e enquanto o Brasil tiver cacoetes de idiosincrasia com uma coisa que deu certo, chamada “privatização”, ele não vai para frente.

Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, é muito provável que o caseiro de sua casa, no Acre, como meu cozinheiro Francisco, em Natal, tenha um telefone celular. Quem imaginava que, antes da privatização, nossos funcionários domésticos pudessem ter, com a remuneração que recebem, acesso ao telefone celular? Isso é milagre e produto da privatização. Esse é um exemplo. Querem outro exemplo? A Companhia Vale do Rio Doce. Fiz questão de levantar elementos comparativos entre a Vale do Rio Doce e a Petrobras. A Petrobras é uma mega empresa, a maior empresa brasileira – já está perdendo para a Vale do Rio Doce, mas ainda é a maior empresa brasileira –, e não foi privatizada. Nem estou defendendo aqui a privatização – frise-se: nem estou aqui defendendo sua privatização. Ela não foi privatizada, e a Companhia Vale do Rio Doce foi. Vamos ver, Senador Mão Santa, o que aconteceu, de 1997 até 2006, com uma empresa e com outra.

As exportações da Vale do Rio do Doce, em 1997, eram de US\$3,12 bilhões; em 2006, chegaram a US\$9,6 bilhões. Triplicaram. Em 1997, ela era estatal; em 2006, privada. Ela triplicou o volume de exportações. Qual foi a contribuição da Vale do Rio Doce, que foi privatizada, para o saldo da balança comercial do Brasil? Em 2007, o saldo gerado pelas exportações da Vale do Rio Doce significou 26%, mais de um quarto do saldo da balança comercial do Brasil. Mais de um quarto! Antes da privatização, não chegava a 5%; ascendeu a 26%.

Vamos ver o valor de mercado das empresas, uma privatizada e a outra não privatizada. Qual é o valor de mercado da Vale do Rio Doce e da Petrobras? Esse é um dado importante. Quanto é que elas valem? Quanto é que vale a Petrobras? Quanto é que ela valia em 1997, por ações na Bolsa? E quanto é que ela vale hoje? Ação na Bolsa significa credibilidade da empresa; rentabilidade; valor, valor venal. Ação vale dinheiro, vale pelo desempenho.

Quero mostrar o que significou o processo de privatizações no Brasil. Citei a telefonia e cito, agora,

a Vale do Rio Doce. Quanto era o valor de mercado da Vale do Rio Doce em 1997? US\$10,5 bilhões. Em junho de 2007, quanto ela vale, de balanço; valor em Bolsa? US\$102,5 bilhões. Portanto, de 1997 a 2007, ela multiplicou por dez seu valor.

A Petrobras não foi privatizada. Quanto ela valia em 1997? US\$30,8 bilhões. Valia três vezes – três vezes – a Vale do Rio Doce. Se uma valia US\$10 bilhões, a outra valia US\$30 bilhões. Em 2007, a Vale custa US\$102 bilhões. Quanto vale a Petrobras? Proporcionalmente, deveria valer US\$300 bilhões. Vale isso? Não, não vale, não; vale US\$126 bilhões.

Vejam que a privatização da Vale gerou um mundo de empregos. Senador Geraldo Mesquita, em 1997, a Vale tinha 10.865 empregados. Sabe quantos empregados a Vale do Rio Doce tem hoje, computados no primeiro trimestre de 2007? Ela tinha 10.865. O que interessa, num processo de privatização, é a geração de riqueza, renda e emprego. Sabe quantos empregados a Vale do Rio Doce tem? Agora, são 127.990. O número multiplicou-se por doze. Saiu de 10 mil para 127 mil. Só a Vale do Rio Doce, privatizada, gerou a mais 117 mil empregos.

São dados para ninguém contestar, o que vale dizer que o processo de privatização foi altamente benéfico para o Brasil. Houve alguns equívocos? Talvez. Porém, equívocos maiores, Senador Mão Santa, foi não terem sido privatizadas algumas empresas, como, por exemplo, sua Cepisa – Companhia Energética do Piauí.

Senador Mão Santa, fui Governador; e a Cosern, que é a companhia energética do meu Estado, existia, tinha uma diretoria, fazia as ampliações de energia elétrica que o governo mandava, só que ela não recolhia, praticamente, nenhum ICMS, e todas as obras que fazia o governo pagava. Ela foi privatizada, como foram todas as distribuidoras de energia elétrica do Brasil, menos as de Alagoas, do Piauí, de Rondônia, do Acre e a Ceam, do Amazonas. Todas elas hoje – todas – são superavitárias. Todas. Todas dão lucro; todas recebem da clientela o valor da conta sem contestação, exceto as cinco que mencionei: as federalizadas. São as empresas que não foram privatizadas; elas foram federalizadas e continuam sob o jugo da Eletrobrás. A Eletrobrás é dona delas.

A Vale do Rio Doce já foi propriedade do Governo. Triplicou, quadruplicou, decuplicou, de acordo com o parâmetro que se examina – geração de emprego ou valor de patrimônio –, com o processo de privatização. A Cosern, por exemplo, hoje, investe no meu Estado e é, seguramente, uma das três maiores recolhedoras de ICMS para o Estado; ICMS que o Estado recolhe e que pode reinvestir em aplicação na própria empresa,

na geração e distribuição de energia elétrica, porque o Estado tem uma receita.

Essas cinco empresas são o contraponto da ineficiência do Estado, que não privatizou. Por quê? Por um cacoete do atual Governo, que é contra privatização. É contra privatização e permitiu que essas empresas, diferentemente do que aconteceu com a Cosern – que gera lucro, que gera ICMS e que gera investimento para o Estado –, entre 2002 e 2006, dessem um prejuízo de R\$3,472 bilhões. Pagos por quem? Pelo contribuinte. A Eletrobrás é dona delas. Quem paga esse prejuízo é o contribuinte. Todas as privatizadas vivem da sua atividade competente. Essas cinco, incluindo-se sua Cepisa, vivem do contribuinte; são deficitárias, dão prejuízo. Gozado! Dão prejuízo, e todas as outras dão lucro. Por quê? Porque o Governo insiste em não privatizar.

Senador Gilvam Borges, V. Ex^a deve se lembrar: nunca mais se privatizou nada neste País, porque privatização é palavrão para o atual Governo, apesar do belo exemplo da telefonia, da Vale do Rio Doce, das distribuidoras de energia elétrica, de tudo isso.

Tome-lhe o apagão! Tome-lhe o apagão!

Senador Mão Santa, aí vem o que propus no seminário de São Paulo.

O meu Partido fez um seminário, em São Paulo, há 15 dias, trazendo gente de fora e gente do Brasil – gente que entende de legislação e de comportamento. O apagão do Brasil é devido a algumas razões, mas a razão fundamental nasce do estrangulamento de São Paulo. Todos os vôos do Brasil convergem para São Paulo: saem de São Paulo ou passam por São Paulo.

São Paulo tem dois aeroportos, Guarulhos e Congonhas, mas tem mais: Campo de Marte e Viracopos, em Campinas. É possível a solução para acabar com o estrangulamento em São Paulo? Claro que é. Quanto custa? Segundo o seminário, custa R\$20 bilhões; segundo a Infraero, custa R\$7 bilhões apenas o estrangulamento de São Paulo; segundo o PAC, R\$3 bilhões. Não que segundo o PAC custe três, mas o PAC alocou apenas R\$3 bilhões, em quatro anos, para resolver o estrangulamento de São Paulo.

A Infraero, que é uma empresa do Governo, diz que se resolve o nó de São Paulo adequando-se as pistas de Congonhas, aparelhando-se o Campo de Marte para receber pouso e decolagem de vôos executivos, que ocupam espaço e tempo em Congonhas, fazendo-se o terceiro terminal de embarque e desembarque em Guarulhos e adequando-se Viracopos com a construção de um trem rápido, que ligue São Paulo a esse aeroporto.

Isso custaria, segundo trabalho consistente mostrado no seminário, R\$20 bilhões. A Infraero, para al-

gumas obras – que não são todas as que computamos no seminário –, diz que custaria R\$7 bilhões. O Ministro Waldir Pires diz que dentro de um ano não haverá mais crise, e o PAC, que é a panacéia do problema do apagão aéreo, contempla R\$3 bilhões.

Não vão resolver, Senador Gilvam Borges. Estamos enganando a população brasileira. E a Ministra chega com aquela história de “relaxa e goza”. Está gozando com a cara da gente! Tenha paciência!

Qual é a saída? Senador Mão Santa, o aeroporto de Congonhas é altamente viável sob o ponto de vista econômico. Guarulhos também é altamente econômico. O Campo de Marte seria altamente econômico. A operação de Viracopos seria altamente viável economicamente. Por que não se faz a privatização do setor? Foi o que o meu Partido sugeriu.

Se se estivesse oferecendo privatização para um setor que não é lucrativo, eu estaria produzindo uma blasfêmia ou uma declaração inconseqüente e irresponsável. Jamais eu faria isso! Agora, existe uma coisa chamada privatização, que foi sucesso na Vale do Rio Doce, na telefonia, num mundo de coisas que foram privatizadas no Brasil. E não se quer privatizar para se resolver o maior problema, para o qual Lula não dá a menor pelota.

Cadê Lula, presente na questão do apagão? Cadê Lula, no *Café com o Presidente* de hoje, fazendo uma consideração conseqüente e responsável sobre o apagão do sábado e do domingo? Cadê? Juscelino caiu em cima de Orós. E o Lula? E o Presidente Lula? Fica passando para Paulo Bernardo, para o Waldir Pires, para o homem da Infraero e ninguém resolve, levam de barriga!

E tome-lhe confusão!

A fórmula está na mão, basta que se removam alguns cacoetes ideológicos. A privatização é uma solução boa quando o setor é viável, em qualquer lugar do mundo: na China, na União Soviética, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil. Por que não se parte para a privatização?

Oferecemos um modelo e já o mandamos para a CPI do Apagão na Câmara e no Senado. Como é o processo de privatização ou de concessões, no caso, concessões? A Anac, Agência Nacional de Aviação Civil, seria a comandante de um processo ao qual estaria subordinada a Infraero. Esta, que hoje faz tudo e não faz bem, seria responsável pelo planejamento estratégico. Os aviões evoluem tecnologicamente todo dia, os equipamentos, todo dia, as pistas devem evoluir todo dia e a Infraero, que dispõe de excelente corpo funcional, ficaria com a responsabilidade, subordinada à Anac, do planejamento estratégico.

Além disso, seria feita a privatização de três grandes núcleos: um núcleo sediado em Brasília, que controlaria todos os aeroportos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, alguns viáveis, outros não, mas um dando viabilidade ao outro; um segundo núcleo, em São Paulo, seguramente viável, com investimentos previstos de R\$20 bilhões para se resolver o principal nó do apagão; e um terceiro núcleo, com sede no Rio de Janeiro, que controlaria o Sul e o Sudeste, exceto São Paulo.

Essa é a fórmula que nós, tecnicamente, entregamos ao Governo. Queremos ver se o Governo se interessa ou não por ela, ou se fica e insiste naquela história da Marta, de “relaxe e goze”.

Não dá, Presidente Mão Santa!

Sugeri aos empresários, entre as fórmulas que apresentei, a remoção de um cacoete ideológico. Parem com esse cacoete de ficar contra privatização! Não privatizaram as distribuidoras de energia elétrica por um cacoete ideológico. Estão levando a Eletrobrás a um prejuízo de R\$4 bilhões porque insistem em não privatizar o que já deu certo quando foi privatizado. Insistem em fazer ouvido de mercador – já falei sobre esse assunto da privatização dos aeroportos – porque não querem abrir mão, pois a Infraero pode gerar emprego para apadrinhados do PT. Pára! Chega! Chega de se contratarem 600 e de se aumentarem em 139% os salários! Vamos resolver o problema do Brasil e dos brasileiros, para que não transformemos os nossos aeroportos em praças de guerra. Vamos agir com responsabilidade.

O Presidente Lula se arvora tanto da comparação com Juscelino Kubitschek, mas este, quando Orós estourou, plantou-se por três dias no Ceará. Ele dizia: “Orós, tem pena de nós!”. Eu digo, agora: “Lula, tem pena de nós! Dedique um pouco da atenção do seu Governo à solução para aqueles que geram emprego”. Quem anda de avião é pobre, médio e rico. É mais rico e da classe média que pobre, mas pobre também já viaja de avião, pois baixou muito o preço. Agora, quem carrega este País nas costas é quem movimentava os negócios, é quem se diverte, é quem gera emprego, e esse assunto está, a cada dia que passa, mais “encroado”.

Antes que seja tarde, estou trazendo o meu alerta e a minha sugestão. Eu disse isso no fórum empresarial de São Paulo e a idéia foi maravilhosamente bem recebida. Estou insistindo nesse assunto como uma contribuição patriótica que meu Partido dá a uma questão que aflige o Brasil e que deve ter solução.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Permite-me complementar o pronunciamento de V. Ex^a, já que citou Juscelino Kubitschek?

Quando ocorreu o episódio de Orós, eu era vestibulando em Fortaleza, Ceará, e acompanhei tudo.

Eu estava terminando o curso de Medicina quando Juscelino Kubitschek deixou o Governo. Ele foi à Faculdade de Direito, onde fez uma palestra, no final, no apagar do seu Governo, no seu crepúsculo.

Senador José Agripino, ele foi àquelas praças. Não sei se V. Ex^a conhece Fortaleza, mas na Praça do Ferreira havia um abrigo, onde era costume tomar-se café e onde se reuniam os torcedores do Ceará.

Senador Gilvam Borges, ele estava acompanhando de Deputados.

A Assembléia e o Palácio do Governo ficavam no centro da cidade, mas hoje mudaram.

Um homem se aproximou de Juscelino, que era homem de ação, que foi lá no momento da dificuldade de Orós, enfrentou-a e fez essa obra. Esse homem do povo, usando chapéu, um sertanejo, queria se aproximar, mas os Deputados estavam em torno de Juscelino, que não resistiu àquilo. Eu estava do lado e, naquele instante, aquele homem, traduzindo o respeito que tínhamos, disse: “Ô Presidente pai-d’égua!”. Pai-d’égua, no Nordeste, para o homem do campo, significa homem vitorioso e de coragem.

Esse é o Juscelino que o Presidente da República deve imitar.

V. Ex^a, sem dúvida alguma, é uma das figuras de maior competência, por isso, um Senador aplaudido.

Estive no Estado do Acre, dei autógrafos, pedi-me para tirar fotografias. Também em Rondônia, em uma festa junina, bateram palmas quando minha presença foi anunciada. Portanto, o Senado não é o que estão dizendo, não! Somos nós os continuadores de Rui Barbosa que V. Ex^a representa nesta Casa.

V. Ex^a tem grande conhecimento tão grande, e vi V. Ex^a no começo desse entusiasmo do PT. A ignorância é audaciosa. Eles soltaram foguete para a mamona, para a energia gerada pela mamona, e V. Ex^a já dizia que não tinha economicidade. Com seus conhecimentos de engenheiro e de homem que administrou, no Maranhão, uma empresa produtora de riquezas, já dizia isso. Está aí, foi um fracasso total esse negócio de energia de mamona. Só houve na televisão essa energia criada.

Para complementar o que disse V. Ex^a – eu estava atento, porque V. Ex^a sabe de tudo –, seria interessante que V. Ex^a lesse um artigo que está no *Jornal do Brasil*, de Ubiratan Lorio, um economista, intitulado “Nosso dinheiro não é capim”, em que ele compara um avestruz, que pesa até 150Kg, a uma galinha, que não chega a pesar 1,5Kg. Nós somos o avestruz. Estamos comendo demais, sugando o povo.

João Paulo dos Reis Velloso, piauiense, sem dúvida foi o melhor Ministro do Planejamento deste País! Ele foi a luz no período revolucionário. Senador José Agripino, na semana passada, ele foi a nossa cidade, Parnaíba. Estudei no mesmo colégio em que ele estudou, Ginásio São Luiz Gonzaga, que é diocesano. Eu queria apenas que Luiz Inácio Lula da Silva

compreendesse que aquele que é o mais sábio dos economistas, aquele que teve 20 anos de mando, sendo a luz do período revolucionário, aquele que fez os PNDs I e II, João Paulo dos Reis Velloso, aquele que deu grandes ensinamentos ao PT, à Pátria e aos aloprados. Foram, repito, 20 anos de mando e nenhuma falcatrua, nenhuma corrupção, nenhuma indignidade. Mostrou o nosso caráter, dos nordestinos. Ele disse, claramente, no Piauí: “Este Governo tem de diminuir, tem de economizar, tem de gastar menos ou irá cobrar mais impostos. E o povo está sacrificado”. Esse artigo é nesse sentido. Ele acusa o que V. Ex^a, Senador José Agripino, tem de defender. V. Ex^a é o Líder da Oposição, Oposição que poderá salvar o Brasil. O jornalista denuncia que vem aí uma medida provisória em que há salários de até R\$10.488,00 entrando pela porta larga da malandragem, da corrupção. São R\$10.488,00! Vai ter gente que virá nessa medida provisória sem concurso. Pergunto a V. Ex^a: onde estão os generais, os coronéis, os engenheiros, os médicos? São R\$10.488,00, que serão aprovados, porque o Governo está naquela fase de que tudo pode. Temos de reagir! Diz o articulista que “O nosso dinheiro não é capim”. A avestruz está aumentando cada vez mais, que é o Governo.

Isso coincide com aquele trabalho de Ted Gaebler e David Osborne, *Reinventando o Governo*, em que afirmam que o Governo tem de ser menor, não pode ser grande demais, senão afunda, como V. Ex^a disse. Então, nossos cumprimentos. Deus não ia abandonar este Congresso Nacional: botou V. Ex^a para nos liderar e sair com essa solução.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, obrigado por esse aparte final.

Também quero fazer uma consideração. V. Ex^a disse que foi ao Acre e a Rondônia e que, lá, as pessoas paravam V. Ex^a, tiravam fotografias e o cumprimentavam. Com certeza, há pessoas que o admiram e há pessoas que não o admiram. Isso é normal em um homem público. Quem lidera, coloca em torno de si pessoas que o amam e pessoas que não o amam – e até aquelas que o odeiam. Não sei se é o caso de V. Ex^a. Mas V. Ex^a cita algo que, para mim, cala fundo e é preciso ser dito e repetido: o Senado da República está passando por um péssimo momento. Há pessoas que estão falando pelo Senado Federal, mas que não têm legitimidade para fazê-lo, por não serem as figuras mais representativas. Não são como V. Ex^a, uma figura que é respeitada; que, mesmo tendo todos os defeitos do mundo, nunca houve acusação de corrupção contra V. Ex^a. Por isso, V. Ex^a chega ao Acre, a Rondônia, a lugares fora do seu Estado e dentro do seu Estado e é chamado para abraços e fotografias. Existem pessoas no Senado Federal – e são a maioria – que têm como bandeira o espírito público, o interesse coletivo, o respeito às instituições e o respeito à ética.

Neste momento, o Senado Federal está numa encruzilhada. O Conselho de Ética está analisando dois casos, duas denúncias, duas representações: uma contra o Senador Joaquim Roriz e outra contra o nosso Presidente, Renan Calheiros.

Vejo – e lamento muito o que estou vendo – que existe um percentual dos que têm assento no Conselho de Ética que adotaram a postura de “custe o que custar” partir para o arquivamento do processo do Presidente Renan Calheiros, seja qual for o custo, repito. Mas existem outros que avaliam corretamente, respeitando a opinião pública do Brasil e as suas consciências, que, se o custo para o arquivamento desse processo for a diminuição da Instituição perante o País, esses mesmos irão às últimas conseqüências para defender a Instituição, defender o Congresso, defender esta Instituição que existe há muitos anos, que tem um conceito que está em julgamento e que vai ser objeto de barricada. Incluo-me entre aqueles que não estão dispostos, em hipótese alguma, “a custe o que custar”, evoluir para o arquivamento de um processo que tem de ser objeto de esclarecimentos.

Senador Mão Santa, é duro o que vou dizer a V. Ex^a, mas o que ouço na rua é, lamentavelmente, uma condenação por antecipação ao Senador Renan Calheiros. A alternativa que S. Ex^a precisa lançar mão é de aprofundar as investigações, fornecendo-nos provas – se elas existirem – que venham em sua defesa e absolvição. Há uma prévia condenação. Portanto, deveria ser do interesse dele o aprofundamento das investigações, para que provas, se existirem – e até desejo que existam –, produzam a sua absolvição.

Em jogo, neste momento, está a capacidade de V. Ex^a se apresentar ao Brasil, de eu me apresentar ao Brasil, de qualquer um de nós se apresentar ao Brasil e receber o cumprimento cordial do brasileiro. Do contrário, vamos ser enxotados, vamos ser xingados, vamos ser menosprezados. E, mais do que cada um de nós individualmente, a Instituição Senado Federal pagará um preço que não pode pagar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero complementar sua fala para dizer da importância de V. Ex^a. V. Ex^a é ímpar, porque é o Líder dos Partidos de Oposição.

Senador José Agripino, os governos são velhos; desde há muito existem tipos variados de governo. No entanto, oposição é a modernização da democracia. V. Ex^a é a oposição que Rui Barbosa representou na campanha civilista que os militares fizeram. V. Ex^a é Nabuco. Quando todo o Brasil, toda a imprensa, toda a mídia, queria a escravatura, ele era a voz solitária e isolada da Oposição. E V. Ex^a tem essa responsabilidade.

Quero dizer a V. Ex^a que sou otimista. Juscelino Kubitschek dizia que “é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”. Tenho muito medo de julgamen-

tos apressados. Todos nós estudamos o julgamento de Sócrates, a apologia de Sócrates. Quatrocentos anos antes de Cristo, ele, que era sábio, negou-se a julgar os generais. Houve uma ditadura na Grécia em que 30 tiranos mandaram que ele julgasse os generais, mas, rapidamente, ele não aceitou. Por causa disso, ele quase foi condenado, mas não os julgou. Os tiranos caíram. Foi um julgamento muito rápido, e ainda hoje o povo lamenta. O outro julgamento apressado foi o de Cristo. Rapidamente, lavaram as mãos, incitados que foram por Anás e Caifás. Então, no caso deste julgamento do Senado tem de ser como está sendo; se há falhas, vamos corrigi-las.

Este Senado, em seus 183 anos, fez *show* em muitas crises. E lembro-me de uma: eu estava ao lado de Petrônio Portella, quando aqui houve uma reforma do Judiciário, aprovada. Geisel mandou fechar o Congresso, e Petrônio Portella – eu estava ao seu lado, repito –, traduzindo a grandeza do que nós Parlamentares do Nordeste representamos, só disse: “É o dia mais triste de minha vida”. E aquela autoridade moral, aquela voz moral, fez com que Geisel mandasse reabrir, e estamos aqui.

Então, vivemos uma crise. Fiquei muito preocupado quando vi o Presidente da Venezuela achincalhar o Senado brasileiro. É estranho: o Presidente da República, com tanta intimidade, o José Agripino, com o Presidente da Venezuela, e este agrediu o nosso Senado. Isso é um desmoronamento que o Poder Executivo está permitindo.

Agora, representando esta Casa, vou ler algo que diz respeito à ONG Transparência Brasil. Todos sabem o perigo, e advirto aos brasileiros e às brasileiras que isto aqui é a última resistência pela manutenção da democracia. Cuba está aí, Venezuela está bem aí, o Equador, rapidamente, Bolívia e Nicarágua, se o Brasil ainda está na democracia é por esta Casa.

Senador Francisco Escórcio, a ONG Transparência Brasil divulgou, recentemente, com ampla repercussão junto aos órgãos de imprensa, trabalho no qual coloca o Parlamento brasileiro e, em particular, o Senado Federal entre os mais caros do mundo, numa comparação feita para um grupo de 11 países.

Para o Senado brasileiro, as conclusões do trabalho foram erigidas em bases eivadas de vícios técnicos, que, à luz de uma análise mais criteriosa, tornam-nas completamente apressadas e falsas.

O trabalho feito pela ONG em questão contém, segundo análise de técnicos do Senado Federal, pelo menos as seguintes imprecisões – isso talvez esteja acontecendo, porque o Senado está pedindo uma CPI das ONGs que atuam no Brasil –:

1. ao agregar os dados do lado brasileiro, para compará-los aos dos outros países, o estudo da Transparência Brasil não levou em conta que 25% dos dispêndios totais do Congresso brasileiro referem-se a despesas com inativos e pensionistas,

portanto, a gastos previdenciários que em nada se relacionam ao custo efetivo de um parlamento. Provavelmente, muitos dos parlamentos citados na pesquisa não incluem esse item em suas despesas, tornando os números, portanto, não-comparáveis com os do Brasil;

2. do mesmo modo, no caso do Brasil, também se agregou aos dados o custo patronal, relativo às contribuições previdenciárias, que difere de país para país, conforme suas legislações, e que, no caso do Senado brasileiro, soma R\$189 milhões, item que não guarda qualquer relação com a atividade parlamentar, sendo de natureza eminentemente previdenciária. No caso brasileiro, a contribuição patronal para a Previdência corresponde a 2% da folha, correspondendo a R\$372 milhões nas duas Casas do Legislativo Federal;

3. a despesa do Congresso Nacional representa 0,7% do Orçamento da União (excluído o refinanciamento da dívida pública). Ao se descontarem as despesas de cunho previdenciário, esse percentual cai para 0,48%;

4. a comparação de custo em termos de salário mínimo local, feita pelo estudo, é diretamente influenciada pela estrutura de distribuição de renda do país analisado, bem assim pelo poder de compra desse indicador. Nesse sentido, a existência de um custo mais alto em termos de salário mínimo local não significa necessariamente excesso de despesa ou baixa eficiência do parlamento em questão;

5. o estudo mencionado, na tentativa de universalizar os dados, baseou-se em parâmetros de taxa de câmbio, provavelmente assumindo a premissa de tratar-se de uma situação em que essa se posiciona em um ponto de equilíbrio. No entanto, é notório que atualmente o real encontra-se extremamente valorizado perante as principais moedas fortes do mundo, como o dólar norte-americano e o euro. Assim, se esse estudo tivesse sido feito há três anos, quando o câmbio era US\$3,2, o custo em dólar do Parlamento brasileiro cairia a 62% do valor agora apurado;

6. O trabalho não leva em conta as peculiaridades do Parlamento brasileiro, praticamente dividido em três, Senado, Câmara e Congresso Nacional, nem as dimensões continentais do País, que envolve maiores custos de deslocamento dos Parlamentares e coisas dessa natureza;

7. em síntese, ao se descontarem as despesas que não constituem efetivamente ônus do Legislativo; ao se considerarem as peculiaridades do Brasil e de sua estrutura federativa; e ao se levar em conta a excepcional valorização do real, conclui-se que o gasto efetivo do Parlamento brasileiro não se encontra entre os mais altos do mundo. Ao contrário, apresenta-se em níveis adequados à complexidade das demandas que lhe são

impostas. Vale destacar que, apenas com a retirada das despesas previdenciárias do rol comparativo, a despesa anual do Congresso brasileiro seria reduzida de R\$32,72 para R\$22,50 por habitante, caindo para a oitava colocação no grupo dos onze países pesquisados.

Essa é a verdade.

Queríamos mostrar, ainda, a crença... Senador Francisco Escórcio: visitando o Estado do Acre e o Estado de Rondônia, posso apresentar às brasileiras e aos brasileiros o respeito que os Senadores desta República ainda gozam. Recebi manifestações de carinho e passo a ler mensagem do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia, Sinsepol.

Não tinha avisado que visitaria aquele Estado. Pretendia apenas conhecê-lo com Adalgisa, namorar em Rondônia. Minha missão oficial, a convite do Senador Geraldo Mesquita, era estar presente, para uma programação cultural e política do Acre. Mas mostrei vontade de conhecer Rondônia, sua história e sua gente. E, lá chegando, recebi esta comenda:

Amigo da Polícia Civil, Senador Mão Santa, PMDB [...], temos a honra de outorgar o presente título de amigo da Polícia Civil do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao nosso País no Senado da República.

Porto Velho, 29 de junho de 2007.

Cícero Evangelista Moreira, Presidente.

Recebemos também as homenagens do Governador Ivo Cassol, do Senador Expedito Júnior e o carinho, o apreço e os aplausos daquele povo, mostrando a grandeza do conceito deste Poder Legislativo, herdado a partir da grandeza de Rui Barbosa, nosso patrono, que disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça.

Hoje, segunda-feira, 2 de julho de 2007, queremos homenagear a Bahia. Esta data é importante para a História do Brasil. No 13 de março, no Piauí, em Campo Maior, expulsamos os portugueses, e aquele gesto heróico dos piauienses, expulsando os portugueses do Brasil e garantindo essa grandeza territorial, foi seguido pelos irmãos baianos, que, em 2 de julho, fizeram outra batalha sangrenta, sendo as duas batalhas sangrentas pela independência e pela manutenção da unidade territorial.

Aos baianos a nossa admiração, justamente aqui representados pelos três extraordinários Senadores: Antonio Carlos Magalhães, César Borges e João Durval.

Pedimos ao Senhor do Bonfim que, neste momento difícil, recupere a saúde do nosso bravo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 297/07/PS-GSE

Brasília, 26 de junho de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei nº 7.569, de 2006, do Poder Executivo (PLC nº 10/07), o qual “Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

OF. Nº 301/07/PS-GSE

Brasília, 29 de junho de 2007

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.276, de 2003, do Senado Federal (PLS 212/03), o qual “Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostomizados”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de junho de 2007, e publicou no dia 29 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 379, de 2007**, que “Altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm e define crimes”.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES		*PV
Titulares	Suplentes	1.
PMDB		
Valdir Raupp	1. Gilvam Borges	
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha	
Valter Pereira	3. Neuto de Conto	
PFL		
José Agripino	1. Raimundo Colombo	
Kátia Abreu	2. Edison Lobão	
Jayme Campos	3. Romeu Tuma	
PSDB		
Arthur Virgílio	1. Cícero Lucena	
Sérgio Guerra	2. Marisa Serrano	
PT		
Ideli Salvatti	1. Fátima Cleide	
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns	
PTB		
Sérgio Zambiasi		1.
PDT		
Jefferson Péres	1. Osmar Dias	
PP		
Francisco Dornelles		1.

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)	
Henrique Eduardo Alves	1.
Luiz Sérgio	2.
Mário Negromonte	3.
Luciano Castro	4.
Jovair Arantes	5.
Hugo Leal	6.
Bloco (PSDB/PFL/PPS)	
Fernando Coruja	1. Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	2. Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	3. Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	4. Antonio Carlos Magalhães Neto
Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)	
Márcio França	1. Marcondes Gadelha
Miro Teixeira	2. Ademir Camilo

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 29-6-2007** (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: **2-7-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **3-7-2007**
- Emendas: até **5-7-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **29-6-2007 a 12-7-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **12-7-2007**
- Prazo na CD: de **13-7-2007 a 9-8-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **9-8-2007**
- Prazo no SF: de **10-8-2007 a 23-8-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **23-8-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **24-8-2007 a 26-8-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **27-8-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **10-9-2007** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 28 de junho de 2007, e publicou, no dia 29 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 380, de 2007**, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	2. Leomar Quintanilha
Valter Pereira	3. Neuto de conto
PFL	
José Agripino	1. Raimundo Colombo
Kátia Abreu	2. Edison Lobão
Jayme Campos	3. Romeu Tuma

PSDB	
Arthur Virgílio Sérgio Guerra	1.Cícero Lucena 2.Marisa Serrano
PT	
Ideli Salvatti Eduardo Suplicy	1.Fátima Cleide 2.Flávio Arns
PTB	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Jefferson Péres	1.Osmar Dias
PSOL	
José Nery	1.

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves	1.
Luiz Sérgio	2.
Mário Negromonte	3.
Luciano Castro	4.
Jovair Arantes	5.
Hugo Leal	6.

Bloco (PSDB/PFL/PPS)

Fernando Coruja	1.Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	2.Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	3.Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	4.Antonio Carlos Magalhães

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França	1.Marcondes Gadelha
Miro Teixeira	2.Ademir Camilo

*PSOL

Chico Alencar	1.Luciana Genro
---------------	-----------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 29-6-2007** (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: **2-7-2007** (SF)
- Instalação da Comissão: **3-7-2007**
- Emendas: até **5-7-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **29-6-2007 a 12-7-2007**(14º

dia)

- Remessa do processo à CD: **12-7-2007**

- Prazo na CD: de **13-7-2007 a 9-8-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **9-8-2007**
- Prazo no SF: de **10-8-2007 a 23-8-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **23-8-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **24-8-2007 a 26-8-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **27-8-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **10-9-2007** (60 dias)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu, do Governo do Estado do Paraná, o **Ofício nº S/37, de 2007** (nº 18/2007, na origem), encaminhando, para conhecimento, documentação relativa ao pleito daquele Estado junto à União – Ministério da Fazenda – PGFN, e da Declaração de Apoio firmada pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, no que se refere aos títulos públicos (títulos podres) e multa contratual.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu manifestações sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007), das seguintes entidades:

– **Ofício nº 105, de 2007**, da Câmara de Vereadores de Itajaí; e

– **Ofício nº 41, de 2007**, da Coordenadoria-Geral da Rede de ONG da Mata Atlântica.

Os expedientes serão juntados ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 102/2007

Brasília-DF, 27 de Junho de 2007

Senhora Secretária,

Encaminho a Vossa Senhoria Relatório de Viagem, onde representei o Senado Federal na Missão Empresarial da Fecomércio/PE à República Popular da China, no período de 30 de maio a 12 de junho do corrente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Senhoria meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, **Jarbas Vasconcelos**, Senador da República.

RELATÓRIO DE VIAGEM OFICIAL À CHINA

O SENADOR REPRESENTOU O SENADO
FEDERAL NA MISSÃO EMPRESARIAL DA
FECOMÉRCIO/PE À REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA, DE 30/05/2007 A 12/06/2007

RELATÓRIO DE VIAGEM MISSÃO COMERCIAL DA FECOMÉRCIO/PE À CHINA

PRELIMINARES

Recebemos convite oficial (Anexo 1) para compor a delegação da Missão Empresarial da Federação de Comércio do Estado de Pernambuco à República Popular da China. Aceitamos prontamente o convite, levando em conta a importância de que tem se revestido essa iniciativa da FECOMÉRCIO/PE. A Missão já se repete anualmente desde 1996 e objetiva o intercâmbio comercial, tecnológico e cultural com diversos países. Tem buscado, também, estimular oportunidades de exportação, importação e investimentos no Nordeste, com relevante contribuição à geração de negócios para Pernambuco e para outros Estados nordestinos.

Ato contínuo à nossa decisão de participar da Missão, manifestamos à Presidência do Senado a disposição de obter licença das atividades do Congresso. De pronto, tivemos o entendimento de Sua Excelência o Presidente Renan Calheiros da importância da Missão. Este relato, portanto, objetiva prestar contas à Mesa Diretora das nossas atividades na Missão na condição de representante desta Casa legislativa.

AGENDA

PARA ORIENTAR A LEITURA DO RELATÓRIO, SINTETIZAMOS ABAIXO A AGENDA QUE FOI CUMPRIDA PELA MISSÃO:

- 30 maio (quarta-feira) Recife/Toronto, com pernoite no dia 31
 - 01 junho (sexta-feira) Toronto/Beijing
 - 02 junho (sábado) Chegada a Beijing; acomodação em hotel e descanso
 - 03 junho (domingo) Beijing; dia livre
 - 04 junho (segunda-feira) Beijing: Seminário FE:COMÉRCIO, seguido de almoço e workshop setorial, com rodada de negócios entre empresários da delegação e empresários chineses
 - 05 junho (terça-feira) Beijing: visitas técnicas, seguidas de visitas guiadas a monumentos da capital chinesa
 - 06 junho (quarta-feira) Beijing/Shanghai: embarque com destino a Shanghai; ; inauguração de escritório de representação comercial de Pernambuco; acomodação no hotel; tarde e noite livres
 - 07 junho (quinta-feira) Shanghai: Seminário FE:COMÉRCIO, seguido de almoço e workshop setorial, com rodada de negócios entre empresários da delegação e empresários chineses
 - 08 junho (sexta-feira) Shanghai: visitas técnicas, seguidas de visitas a pontos de interesse da cidade
 - 09 junho (sábado) Shanghai/Ningbo: traslado em ônibus de Shanghai para Ningbo, chegada e acomodação no hotel; visita à tarde à Feira Internacional de Bens de Consumo da China.
 - 10 junho (domingo) Ningbo: visitas à Feira Internacional de Bens de Consumo da China; reunião com autoridades municipais de Ningbo
 - 11 junho (segunda-feira) Ningbo/Shanghai/Brasília: traslado do hotel em Ningbo para aeroporto de Shanghai; embarque com destino a Recife/Brasília, via Vancouver, Toronto e São Paulo.
-

REPRESENTAÇÕES

De forma sucinta, apresentamos abaixo as representações institucionais feitas em nome do Senado Federal em momentos importantes da Missão. É justo ressaltar que esses momentos ganharam densidade com a participação das mais diversas instituições regionais, federais e estaduais, inclusive do Governador de Pernambuco, de prefeitos e deputados estaduais pernambucanos. Mas fazemos uma referência especial à constante participação e interesse da mais de uma centena de empresários nordestinos que apostaram nas oportunidades de negócios com a China ao decidirem participar da Missão.

SEMINÁRIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS NO NORDESTE DO BRASIL EM BEIJING – 4 DE JUNHO DE 2007

- Participação na mesa de abertura do Seminário, que teve a presença do Governador de Pernambuco Eduardo Campos, do Embaixador do Brasil na República Popular da China Luiz Augusto de Castro Neves, do ex-Senador por Pernambuco Ney Maranhão, do Presidente da FECOMÉRCIO/PE Josias Albuquerque e de representantes da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China.
- Seminário circunstanciado sobre oportunidades de investimentos, cooperação e negócios no Brasil, em especial no Nordeste, com apresentações do Governador de Pernambuco, do Presidente da FECOMÉRCIO/PE, do Presidente da CHESF e do Reitor da UFPE. O seminário foi seguido de rodadas de negócios muito concorridas, organizadas pelo SEBRAE. O interesse dos empresários chineses no Brasil chamou atenção, tendo havido a participação de mais de 200 deles no seminário e nas rodadas.

INAUGURAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PERNAMBUCO EM SHANGHAI – 6 DE JUNHO DE 2007

- Um dos eventos mais significativos da Missão ocorreu por ocasião da chegada do grupo a Shanghai. A delegação saiu direto do aeroporto para a inauguração do escritório de representação comercial de Pernambuco (servindo também aos outros Estados nordestinos) em Shanghai. Participamos da cerimônia de instalação, falando em nome do Senado e como ex-Governador de Pernambuco, manifestando nossa admiração pela ousadia da FECOMÉRCIO/PE, que teve o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, do SEBRAE/PE e do Governo do Estado de Pernambuco. O evento também teve a participação de vários deputados estaduais pernambucanos.

SEMINÁRIO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS NO NORDESTE DO BRASIL EM SHANGHAI – 7 DE JUNHO DE 2007

- Presidimos a mesa de abertura do Seminário, que teve a presença do Presidente da FECOMÉRCIO, do responsável pelo escritório de Pernambuco em Shanghai, de representante do Governo de Pernambuco,

de empresário pernambucano atuando em Shanghai e contou com a representação política da Prefeitura do Recife, através do Vice-Prefeito Luciano Siqueira, e da Assembléia Legislativa de Pernambuco, através do Deputado José Queiroz.

- Da mesma forma que em Beijing, foi realizado em seguida um seminário sobre oportunidades de investimentos, cooperação e negócios no Brasil, em especial no Nordeste, com as mesmas apresentações do Governo de Pernambuco, da CHESF e da UFPE. O seminário foi seguido de rodadas de negócios também muito concorridas.

VISITA À FEIRA INTERNACIONAL DE BENS DE CONSUMO DA CHINA EM NINGBO – 10 DE JUNHO DE 2007

- Como parte das atividades da Missão, participamos da visita à Feira Internacional de Bens de Consumo da China, na cidade portuária de Ningbo, a pouco mais de 300 quilômetros de Shanghai. É uma das maiores feiras de consumo da China, permitindo uma visão ampla do que vem produzindo a indústria chinesa de bens de consumo.

AUDIÊNCIA COM AUTORIDADES MUNICIPAIS DE NINGBO – 10 DE JUNHO DE 2007

- Atendendo a convite do Presidente da FECOMÉRCIO/PE, representamos o Senado Federal em audiência com autoridades municipais de Ningbo, objetivando estreitar laços de cooperação e negócios entre o Nordeste e aquela cidade.

EM SÍNTESE

A Missão à China talvez tenha sido o auge de todas as missões realizadas pela FECOMÉRCIO de Pernambuco. Cabe aqui destacar a visão do Presidente da Federação Josias Albuquerque. Sem a sua liderança, ficaria difícil acreditar na viabilidade de organizar um grupo de 120 pernambucanos e nordestinos, das mais variadas áreas, para viajar ao outro lado do mundo.

O fato de a China concorrer conosco nos mais diversos setores não é motivo para ignorá-la. Basta ver o que fizeram economias muito mais estruturadas, como as dos Estados Unidos, Alemanha e Japão. Todos estão na China. Apesar da avassaladora dimensão da economia chinesa, acreditamos que existe espaço para os nordestinos ocuparem.

E não deixa de ser ousada a iniciativa de abrir um escritório de representação em Xangai. Mas sem ousadia não se vai a canto algum.

Por fim, registramos nossos cumprimentos a todos que integraram a Missão à China, que, temos certeza, voltaram com uma imagem no mínimo diferente daquela que faziam do Gigante do Oriente.



Recife, 11 de Abril de 2007.

Ofício GP Nº 064/2007

Excelentíssimo Senhor
Dr. Jarbas Vasconcelos
DD. Senador da República Federativa do Brasil
Brasília – DF.

Senhor Senador:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para convidá-lo a compor a delegação nordestina que irá à República Popular da China, no período de 31 de maio a 12 de junho do corrente ano, dentro da estrutura operativa de nossa missão empresarial anual.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência esta FECOMERCIO/PE vem realizando Missões Empresariais desde 1996, proporcionando maior inserção econômica e cultural da Região Nordeste no cenário internacional, tendo alcançado incremento de exportações de produtos nordestinos, assim como, também, o acesso à tecnologia e formação de *joint ventures*.

O objetivo da Missão é promover os intercâmbios comercial, tecnológico e cultural entre os países, bem como estimular o aproveitamento das oportunidades de investimento no Nordeste do Brasil.

O foco principal da Missão será o conhecimento do potencial de comercialização dos produtos do Nordeste na China, bem como dos investimentos chineses no Brasil, iniciando uma relação de negócios que venha a proporcionar aos exportadores, importadores e investidores ações posteriores para o desenvolvimento de seus empreendimentos.

A Missão Empresarial conta com o apoio institucional da Confederação Nacional do Comércio – CNC, da Confederação Nacional da Indústria – CNI e do SEBRAE/PE, além da participação da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE e Federações do Comércio, das Associações Comerciais, das Câmaras de Dirigentes Lojistas e Federações de Indústria de outros Estados do Nordeste, bem como das Federações de Agricultura e associações específicas de setores de nossa economia.

Conta para sua organização e operacionalização com o apoio técnico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, seja através do Setor de Promoção

Comercial em Brasília, seja através da Embaixada em Beijing e do Consulado em Xangai além da Embaixada da República Popular da China e da Câmara de Comercio e Indústria Brasil e China e a programação de trabalho inclui:

1. Seminários sobre Oportunidades de Investimentos e de Negócios no Nordeste do Brasil a ser realizado nos dias 4 e 7 de junho próximo em Beijing e Xangai em auditórios credenciados pela Embaixada Brasileira na capital chinesa.
2. Visitas Institucionais, políticas, técnicas e culturais a organizações chinesas de acordo com programa de trabalho montado pelo Itamaraty, Embaixada e Consulado na China e Câmara de Comércio e Indústria Brasil e China.
3. Encontros de prospecção e rodadas de negócios entre empresas brasileiras e chinesas.
4. Participação na Feira Internacional de Bens de Consumo da China em Ningbo. Esta feira é a maior e mais profissional feira internacional de bens de consumo da China, orientada para a exportação com foco nos setores Texteis para o Lar, Vestuário, Produtos de Indústria Leve, Arte e Artesanato, Aparelhos Eletrônico e Eletrodomésticos e Generos Alimentícios.

Vale informar a Vossa Excelência que a Missão representa o atendimento a uma demanda empresarial e governamental do Nordeste sendo esperadas inscrições de mais de 80 participantes representando o Governo do Estado de Pernambuco, Federações do Comércio, Indústria e Agricultura de todo o Nordeste, empresários do Comércio, da Indústria, da Agricultura, do Turismo e de Serviços assim como representantes do Poder Legislativo Estadual e Federal além da Imprensa de Pernambuco.

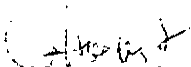
A participação de Vossa Excelência em nossa missão é de grande importância, uma vez que mostra uma unidade de trabalho e ação entre a sociedade organizada e o segmento político da Região.

A programação da Missão assim como a programação dos Seminários que ocorrerão em Beijing e Xangai segue anexa a presente.

O coordenador da missão – consultor empresarial Matheus Antunes, estará, a partir desta data, à disposição de Vossa Excelência para prestar qualquer esclarecimento que seja julgado necessário à sua efetiva participação em nosso evento internacional, através do telefone 81 – 3231.5393, fax 81 - 3231.2912, ou pelo e-mail presidencia@fecomercio-pe.com.br.

Na certeza de contar com a honrosa presença de Vossa Excelência em nossa atividade internacional, subscrevo-me.

Atenciosamente



Josias Silva de Albuquerque
Presidente do Sistema FECOMÉRCIO/PE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao Requerimento nº 634, de 2007.

O ofício vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 776, DE 2007

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência a representar o Senado Federal no XXI Jamboree Mundial comemorativo ao centenário do Movimento Escoteiro a realizar-se em Londres, no período compreendido entre os dias 27 a 30 de julho de 2007, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização da Casa para desempenhar a mencionada Missão. O Escotismo tem por missão contribuir com a formação de jovens responsáveis, que compreendendo a dimensão da vida em sociedade, desempenham um papel produtivo na comunidade em que vivem. Na ocasião, representarei o Senado da República também na qualidade de Presidente da União Parlamentar Escoteira do Brasil – UPEB, filiada à União Parlamentar Escoteira Mundial – WSPU, entidade suprapartidária que congrega parlamentares brasileiros, de todos os níveis do Poder Legislativo, e que apóiam o Movimento Escoteiro como um forte colaborador para a formação de políticas públicas de valorização e proteção da infância e da juventude.

Comunico, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, que estarei ausente do País no período compreendido entre os dias 13 e 31 de julho de 2007.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2007. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 103, DE 2007

(Nº 416/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 3 a 5 de julho de 2007, a fim de participar da Cimeira Brasil-União Européia em Lisboa, Portugal, e da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em Bruxelas, Bélgica.

Brasília, 26 de junho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 416, de 2007, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O

Srs. Senadores João Tenório, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Mário Couto, Marconi Perillo, Romero Jucá e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Genoíno, Palocci, e João Paulo, a bancada do silêncio”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 5 de março de 2007.

A matéria destaca que envolvidos em escândalos, os recém-eleitos deputados: José Genoíno, ex-presidente do PT, o ex-Ministro da Fazenda, Antonio Palocci e o ex-Presidente da Câmara João Paulo Cunha, tem tido uma atuação mais que discreta, evitando discursos, debates e apresentação de projetos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Genoino, Palocci e João Paulo, a bancada do silêncio

Envolvidos recentemente em escândalos, eles têm evitado discursos, debates e apresentação de projetos

BRASÍLIA

Só um mês depois da posse, na quinta-feira, o deputado José Genoino (PT-SP) fez discurso no plenário da Câmara. Abordou uma questão regimental, tema que mais o cativa desde a Constituinte de 1987/88. O ex-presidente do PT vinha mantendo uma espécie de voto de silêncio e não escondia o motivo, uma profunda mágoa com os meios de comunicação.

Nas poucas conversas que teve com jornalistas, e sempre reservadas, se disse injustiçado por ter visto seu nome cita-

ros. "O momento não é de aparecer, é de reflexão", costuma dizer Genoino sempre que procurado por algum repórter

Na quinta-feira, no entanto, Genoino pareceu ter voltado aos tempos em que, além de ser um regimentalista, era um dos que mais ocupavam os microfones do plenário.

Pediui ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que decidisse uma questão relativa ao funcionamento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), porque lá, num só, foram juntados três projetos, um deles com parecer pela aprovação, um pela rejeição e

outro ainda sem decisão.

O nome de Genoino apareceu no escândalo do mensalão em decorrência de empréstimos tomados pelo partido no

'Momento não é de aparecer, é de reflexão', diz ex-presidente do PT

Banco Rural, com seu aval - àquela época presidia o PT - e do publicitário Marcos Valério. Segundo as denúncias, ambos teriam participado de um

esquema de financiamento de campanhas e pagamentos a parlamentares em troca de apoio ao governo. Ambos negam todas as acusações.

PALOCCI

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT-SP) é outro nome de destaque que procura manter a discrição. Depois de ser indiciado como mandante da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa - que denunciou seu envolvimento com um suposto esquema de lobby numa mansão no Lago Sul, em Brasília - , e de ter perdido o cargo de ministro da Fazenda, Palocci optou por ficar em silêncio.

Até agora, não apresentou nenhum projeto de lei. Fez apenas uma manifestação pública, durante a votação de uma medida provisória.

Já o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), também citado no escândalo do mensalão, tem sido 100% discreto. Nem fez discurso nem apresentou projeto. ● J.P.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Entidades de consumidores reagem e criticam ministra", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que a declaração da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, de que os usuários do transporte aéreo deveriam relaxar e gozar diante da

crise do setor, provocou a revolta de entidades de representação de consumidores.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entidades de consumidores reagem e criticam ministra

Associação de passageiros alega que declaração de Marta é mais um exemplo do 'câncer' no setor aéreo

Clarissa Oliveira

Apesar de ter se desculpado por dizer que usuários do transporte aéreo deveriam relaxar e gozar diante da crise do setor, a ministra do Turismo, Marta Suplicy, não conseguiu conter a reação de entidades de representação de consumidores e usuários dos aeroportos brasileiros. Algumas evitaram se aprofundar nas críticas, mas outras não esconderam a indignação. A Associação Nacional em Defesa dos Direitos dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep) foi uma das primeiras a reagir. "Um ministro de Estado não pode dizer isso nem por engano", afirmou o presidente da entidade, Cláudio Candiota Filho.

Ele apontou que, em uma única frase, Marta foi capaz de desrespeitar pelo menos dois artigos da Constituição: o artigo 1º, que institui como um dos fundamentos do Estado brasileiro a "dignidade da pessoa humana", e o 5º, que no inciso 32 prevê que "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor". "Talvez pudéssemos sugerir à nossa ministra que leia a Constituição", disse Candiota, que é

advogado e especialista em Direito do Consumidor.

Para a coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini, a fala de Marta foi "infeliz" e só pode ser lamentada. Ela insistiu em que a ministra desconsiderou os interesses de parcela importante da população e serve de exemplo da falta de preocupação que este e outros governos têm com o consumidor. "Este talvez seja um problema de governo. O fato é que a questão dos consumidores nunca foi tratada como prioridade, tanto neste governo como em outros."

Segundo Marilena, Marta demonstrou que suas preocupações estão muito mais voltadas aos turistas estrangeiros do que aos brasileiros. "A primeira missão de um ministro do Turismo deve ser se preocupar com turistas nacionais."

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que a posição de Marta é condenável, independentemente de as declarações terem sido feitas como uma "gozação".

"Marta Suplicy relaxou com

TRIPES

Cláudio Candiota Filho Presidente da Andep

"Um ministro de Estado não pode dizer isso nem por engano"

Marilena Lazzarini Coordenadora-executiva do Idec

"A primeira missão de um ministro do Turismo deve ser se preocupar com turistas nacionais"

Cezar Britto Presidente da OAB

"Marta Suplicy relaxou com a sua posição de ministra ou então quis fazer uma gozação com a paciência dos cidadãos que frequentam os aeroportos brasileiros"

a sua posição de ministra ou então quis fazer uma gozação com a paciência dos cidadãos que frequentam os aeroportos brasileiros", afirmou o presidente da OAB. "Condeno as duas posições porque a situação no setor aéreo do País é muito grave e já deveria ter sido solucionada pelo governo há muito tempo."

O Procon foi mais cauteloso em relação ao assunto. A entidade, que também respondeu por meio da sua assessoria, informou que não comentaria diretamente as declarações da ministra e limitou-se a dizer que "entende que o consumidor brasileiro deve sempre buscar seus direitos e não se conformar com a má prestação de serviços".

LOTEAMENTO

A fala de Marta também serviu de base para contestações sobre a adequação do seu nome para conduzir a pasta do Turismo. Indicada para o posto pelo PT, a ministra chegou a ser cogitada para outros cargos no primeiro escalão, como Cidades e Educação. O argumento era que sua experiência na Prefeitura de São Paulo a gabaritava para conduzir qualquer área.

Candiota, porém, deixou claro que discorda dessa tese. Para ele, o episódio de ontem é mais um exemplo do "câncer" que acomete o setor aéreo. "O nome desse câncer é o loteamento de cargos", afirmou o presidente da Andep.

A frase foi uma referência a um comentário do ministro da Defesa, Waldir Pires. Ao dizer que estava em busca de uma solução para a crise, ele alegou que "bom médico só pode receitar remédio se souber a doença que tem o seu paciente".

"Ela nunca foi do ramo", disse Candiota. Para ele, Marta deu demonstração semelhante ao dizer que concentraria esforços no combate ao turismo sexual. "Quem tem que acabar com isso é a Polícia Federal." ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 17 de abril do corrente.

A matéria destaca que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, intensificou suas ações pelo país nos últimos três dias, com 13 invasões de terra em oito Estados e invasões de prédios públicos no Distrito Federal e no interior paulista.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem-terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF

MST invadiu pelo menos 13 áreas e atacou edifícios públicos em Brasília e em SP

Em Santa Catarina, uma área do Exército foi invadida no domingo em Papanduva; o MST afirma que o Exército cercou a área, já desocupada

DA AGÊNCIA FOLHA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA DA SUCURSAL DO RIO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) intensificou suas ações pelo país nos últimos três dias, com pelo menos 13 invasões de terra em oito Estados (ES, GO, MA, PB, PE, SC, RJ e SP) e invasões de prédios públicos no Distrito Federal e no interior paulista.

Em Brasília, integrantes do MST, da Contag e do MATR (Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais) invadiram ontem a sede do Inbra. Eles quebraram uma porta de vidro na entrada e ocuparam todos os 23 andares do edifício.

As ações integram o chamado “abril vermelho”, que acontece durante todo o mês em memória do massacre de Eldorado do Carajás (PA), ocorrido há exatos 11 anos, onde 19 integrantes do MST foram mortos.

Em Brasília, os 800 manifestantes queriam se reunir com a cúpula do Inbra para reivindicar o assentamento de pelo me-

nos 1.800 famílias no entorno do Distrito Federal e a exoneração do superintendente do Inbra do DF, Renato Lordello. O Inbra condicionou as negociações à saída dos manifestantes.

Após o impasse que durou quase todo o dia, os manifestantes aceitaram se deslocar para a garagem e formar uma comissão de 50 integrantes para iniciar as negociações, que começaram por volta das 18h.

A Justiça concedeu a reintegração de posse, mas o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, descartou o uso da força.

“Agora estamos iniciando uma negociação para desobstruir o prédio para que a gente possa trabalhar e avançar na reforma agrária do Brasil”, disse ele.

A Justiça concedeu a reintegração de posse, mas o presidente do Inbra, Rolf Hackbart, descartou o uso da força: “Agora estamos iniciando uma negociação para desobstruir o prédio para que a gente possa trabalhar e avançar na reforma agrária do Brasil”, disse ele.

Estados

Em São Paulo, o movimento mobilizou 450 pessoas para invadir uma fazenda e dois escritórios do Inbra e dois do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), no Pontal do Paranapanema (oeste de SP) e no

noroeste do Estado. As ações foram organizadas por militantes ligados à direção nacional da sigla e de oposição a José Rainha Jr., líder do movimento no Pontal do Paranapanema.

Em SC, o MST invadiu uma área do Exército no domingo, em Papanduva. O movimento diz que o Exército cercou a área, desocupada ontem.

Na PB, cerca de 600 famílias invadiram ontem áreas em Bonito de Santa Fé e em Piancó.

No MA, a fazenda invadida ontem foi a São Benedito, em Governador Newton Belo.

Lavradores ligados ao MST e à Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) invadiram ontem mais três fazendas em Pernambuco.

No ES, cerca de 40 famílias invadiram uma área em Guaçu. Em GO, o MST invadiu três fazendas nos últimos dias.

Na BA, cerca de 5.000 integrantes do MST chegaram ontem a Salvador após marcha iniciada no dia 9 em Feira de Santana. Em Bom Jesus da Lapa, cerca de 500 agricultores invadiram prédio da Codevasf.

No Rio, o MST invadiu no fim de semana uma área em Pirai e outra em Cardoso Moreira.

» PONTAL

A fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes (SP), é invadida por cerca de cem sem-terra, que destruíram parte da plantação de cana-de-açúcar e impediram a entrada da polícia no local

ABRIL VERMELHO 2007

Ações de trabalhadores sem terra pelo país

O QUE É

Movimentos de luta pela terra intensificam ações para lembrar o assassinato, em 1996, de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA)

■ Estados com ações de sem-terra nos últimos três dias

AÇÕES DE SEM-TERRA NOS ÚLTIMOS TRÊS DIAS

BA - 500 sem-terra da Ceta invadiram ontem prédio da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em Bom Jesus da Lapa. Ontem, 5 000 membros do MST chegaram a Salvador após marcha iniciada em Feira de Santana

ES - 40 famílias do MST invadiram ontem uma fazenda em Guaçuá

GO - No domingo, 150 famílias do MST invadiram uma fazenda em Aragaças. Ontem, outras duas foram invadidas pelo movimento em Urutá e São Luís do Norte

MA - 350 famílias do MST invadiram ontem a fazenda São Benedito, em Newton Belc

PB - 610 famílias do MST invadiram ontem fazendas em Bonito de Santa Fé e em Piancó

PE - Sem-terra ligados ao MST invadiram duas fazendas, em Pau d'Alho e Ibimirim. Integrantes da Fetraf invadiram fazenda em Paneias

RJ - No sábado, 150 famílias do MST invadiram fazenda em Cardoso Moreira. No domingo, cerca de cem famílias do movimento invadiram uma área em Piraf

SC - 500 famílias do MST invadiram domingo uma área do Exército, em Papanduva, usada para manobras militares. Deixaram o local ontem

SP - Uma fazenda invadida ontem pelo MST em Presidente Bernardes, no Pontal do Paranapanema. Hoje o movimento invadiu quatro escritórios —dois do Itesp e dois do Inkra— no Estado

AÇÕES EM ABRIL E ESTADO EM QUE OCORRERAM

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

» 30 invasões de terras (AL, ES, GO, MA, PE, PB, RJ, RS e SP)
 » 7 invasões de prédios públicos (DF, PI, RS e SP)
 » 1 marcha de Feira de Santana (BA) a Salvador
 » 1 acampamento em Eldorado do Carajás (PA)

MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade)

» 1 invasão do prédio do Inkra (PE)

Fontes: MST e organizações dos Estados

Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar)

» 7 invasões de terra (PE)

MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra)

» 1 invasão de terra (AL)

Ceta (Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados)

» 1 invasão de prédio público (BA)

memória

Ação da PM provocou 19 mortes em 96

DA REDAÇÃO

O massacre de Eldorado do Carajás (PA) completa hoje 11 anos. Em 17 de abril de 1996, cerca de 1.200 sem-terra que iam a Marabá (PA) para exigir a desapropriação da fazenda Macaxeira, em Eldorado do Carajás (PA), bloquearam a rodovia PA-150.

O então governador Almir Gabriel (PSDB) ordenou que a Polícia Militar desobstruísse a estrada. Os sem-terra foram cercados por 155 policiais militares comandados pelo major José Maria Pereira de Oliveira e pelo coronel Mário Collares Pantoja.

Na operação, 19 sem-terra foram mortos, e 69 ficaram feridos. Doze policiais saíram feridos. Em 2002, o coronel Pantoja e o major Oliveira foram condenados a 228 anos e

158 anos de prisão, respectivamente, mas esperam em liberdade o julgamento dos recursos. Os demais PMs foram absolvidos.

O maior protesto para lembrar o massacre ocorreu em 17 de abril de 1997: sob chuva, cerca de 30 mil pessoas, segundo a PM, ou de 50 mil a 100 mil, segundo o MST, participaram do final da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília.

No ano seguinte, o MST disse ter reunido mais de

do o MST, participaram do final da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília.

No ano seguinte, o MST disse ter reunido mais de 34 mil pessoas em 20 Estados e no Distrito Federal para lembrar o massacre.

As mobilizações diminuíram em 1999 —cerca de 15 mil trabalhadores participaram de marchas, segundo o MST— e mais ainda em 2000, quando o MST promoveu uma onda de invasões —mais de 60, segundo o movimento, ou 12, segundo o governo.

No ano seguinte, o MST promoveu atos em 20 Estados, mobilizando 22 mil sem-terra. No Rio Grande do Sul, 1.500 militantes bloquearam a ponte que liga o Brasil à Argentina.

Em 2002, o MST promoveu atos em 11 Estados e bloqueou a Ponte da Amizade. Em 2004, realizou um ato público com 5.000 pessoas em Marabá (PA) e realizou 81 invasões de terras no país somente no “abril vermelho”.

[+] TERRA: PASTORAL AFIRMA QUE VIOLÊNCIA NO CAMPO CAI, MAS 57 MORREM

A violência no campo diminuiu. Dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostram que, em 2005, 64 pessoas morreram em conflitos no campo. Esse número caiu para 57 em 2006. A entidade católica, ligada à CNBB, também afirmou que, no ano retrasado, foram registrados 1.304 embates na zona rural, número que passou para 1.212 em 2006 —queda de 7,82%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas Furtado afirmou ontem que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) “é uma caixa-preta em todos os sentidos”. Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, Furtado disse que

a auditoria feita pelo TCU em novembro e dezembro detectou que a Infraero deixou de repassar R\$582 milhões desde 2000 ao comando da Aeronáutica.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador

Ligado ao Tribunal de Contas, ele disse na CPI do Apagão que há problemas em obras, contratos e aeroportos

Engênia Lopes
BRASÍLIA

O procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas Furtado afirmou ontem que a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) – responsável pela administração dos aeroportos do País – “é uma caixa-preta em todos os sentidos”. Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo do Senado, Furtado disse que auditoria feita pelo TCU em novembro e dezembro detectou que a Infraero deixou de repassar R\$ 582 milhões desde 2000 ao comando da Aeronáutica. Os recursos, de taxas das companhias aéreas pelo uso de aeroportos, devem ter sido empregados na manutenção e modernização do sistema de controle de vãos. O depoimento serviu ainda para listar uma série de irregularidades na Infraero detectadas pelo TCU.

“A empresa é uma caixa-preta em todos os sentidos. Não se sabe sequer a norma que regula a distribuição de arrecadação das tarifas entre a Infraero e o comando da Aeronáutica”, disse. “Existem problemas de orçamento em todos os contratos. As obras em dez aeroportos são alvos de auditoria do TCU.”

Furtado afirmou que até a Infraero já admitiu que, entre 2004 e 2006, deixou de repassar R\$ 70 milhões ao comando da Aeronáutica – a informação não foi confirmada pela empresa (*Veja texto ao lado*). Ele chamou o Ministério da Defesa de “perfumaria”, alegando que a pasta não tem controle nenhum sobre o orçamento dos comandos da Aeronáutica, Marinha e Exército nem sobre as empresas ligadas às Forças Armadas.

CUMBICA

De acordo com o procurador, uma auditoria do tribunal fez a Infraero reduzir em R\$ 104 milhões o orçamento das obras do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, Guarulhos (SP), estimadas em R\$ 1 bilhão. “Não existe parâmetro de preço para as obras aeroportuárias.” Para exemplificar suas afirmações, disse que, no caso de Guarulhos, a Infraero apresentou orçamento idêntico para a construção de duas pistas totalmente diferentes: a de pouso dos aviões e a que dá acesso dos carros ao aeropor-

Câmara convoca chefe de estatal e 4 ex-presidentes

Um mês depois de instalada, a CPI do Apagão Aéreo da Câmara aprovou ontem a convocação do presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, e de quatro ex-presidentes da estatal – três deles do governo de Fernando Henrique Cardoso. O Executivo impediu, no entanto, a convocação da diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Lores, que é investigada pelo Ministério Público por suspeitas de irregularidades em licitação do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

“Eu quero com humildade e paciência explicar minha gestão”, afirmou o deputado Carlos Wilson (PT-PE), único ex-presidente da estatal no governo de Luiz Inácio Lula da Silva chamado a depor.

Em sessão administrativa, a CPI aprovou ainda a convocação de outras 23 pessoas, entre elas os controladores de voo que estavam de serviço no dia do acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy, em 29 de setembro. Esses controladores já foram ouvidos no Senado.

Também foi chamado o presidente da TAM, Marcos Bologna. Por 11 votos a 7, os governistas derrubaram requerimento da oposição que previa a realização de auditoria especial no Fundo Aeronáutico nos últimos quatro anos, a pedido da CPI.

Hoje, os integrantes da comissão deverão ouvir o presidente da Gol, Constantino de Oliveira Júnior, que já depôs na CPI do Senado. ● E.L.

to. “Esse tipo de problema existe nas obras de outros aeroportos, como Goiânia e Vitória.” Furtado afirmou ainda que a Infraero tem um prejuízo de cerca de R\$ 100 milhões com o aluguel de carrinhos usados para o transporte de bagagens nos aeroportos. Ele explicou que a estatal contrata uma empresa que subloca o serviço para outra empresa. “O que a Infraero paga por esses carrinhos é muito superior ao que é cobrado do fornecedor. São valores exorbitantes. É um cartel que domina todas as áreas de embarque do País”, disse.

No depoimento à CPI, Furta-

do revelou também que pediu ao TCU que investigue denúncia feita ao Ministério Público Federal (MPF) sobre irregularidades na terceirização do desenvolvimento de softwares para o controle do espaço aéreo regional da América Latina pelo Brasil. “Esse sistema até hoje não está funcionando. A estimativa é de que cause um prejuízo de R\$ 60 milhões ao comando da Aeronáutica, desde 2000.”

CONTINGENCIAMENTO

Furtado afirmou aos senadores que o orçamento do Departamento de Controle do Tráfego Aéreo (Decea) não foi contingenciado, nos últimos anos, pelo governo federal. Segundo ele, o orçamento foi cortado pela Aeronáutica, antes de ser enviado ao Ministério do Planejamento. “A única exceção ocorreu em 2005, quando todos os ministérios tiveram orçamento contingenciado. Nesse ano, foram cortados R\$ 59 milhões do orçamento do Decea.”

Na auditoria feita no ano passado, o TCU verificou também que o comando da Aeronáutica deixou de realizar concurso para a contratação de 160 controladores de voo em 2004, embora a medida tivesse recebido autorização do Minis-

tério do Planejamento.

VÔO 1507

A CPI ouviu ainda o delegado Renato Sayão, responsável pelo inquérito da Polícia Federal sobre a colisão do jato Legacy com o Boeing da Gol, em 29 de setembro. Ele reafirmou que controladores de voo e os pilotos do Legacy foram responsáveis pelo acidente, mas descartou a denúncia do MPF, segundo a qual o sargento Jomarcelo Fernandes dos Santos cometeu crime intencional (dolo). “Colocaria como culposo (não intencional).” ●

Empresa contesta números de auditorias

A Infraero contestou, em nota, as afirmações do procurador Lucas Furtado na CPI. A estatal alegou que o TCU considerou em seus cálculos que a Infraero poderia reter, no máximo, R\$ 90 milhões das tarifas que arrecada. Segundo a nota, isso ocorreu só no ano de 1999.

A estatal afirmou que, para os anos posteriores, esse valor nominal foi trocado por uma porcentagem da receita – de 41%, válido até hoje. A empresa disse ainda que o relatório da auditoria ainda não foi julgado pelo plenário do TCU. Na nota, a Infraero garantiu que repassa 59% das taxas arrecadadas à Aeronáutica. “O Ateer (Adicional de Tarifa Aeroportuária) incidente sobre as tarifas de TAN (tarifa sobre as comunicações para a navegação aérea) e TAT (tarifa sobre as comunicações em área de terminais de tráfego aéreo) é integralmente repassado à Aeronáutica. Também é repassado 59% da Tarifa de Navegação Aérea, ficando na Infraero o correspondente a 41%, destinado a cobrir as despesas de custeio com a prestação dos serviços de navegação aérea.”

Este ano, a Infraero arrecadou R\$ 916 milhões entre janeiro e março em taxas aeroportuárias. Desse total, a empresa afirmou ter ficado com R\$ 600 milhões; R\$ 280 milhões foram repassados à Aeronáutica e R\$ 55 milhões, destinados ao Tesouro Nacional. De 1998 até março último, foram arrecadados R\$ 22,4 bilhões.

A denúncia de Furtado em relação ao software de gerenciamento de fluxos aéreos refere-se ao Sincromax, produzido pela Atech. O programa foi adquirido pela Aeronáutica em 2000, ao custo de US\$ 3,1 milhões e, segundo fontes militares, já funciona no Rio. O sistema servirá para monitorar toda a América Latina, na mesma base de sistemas usados nos Estados Unidos e Europa. A Atech informou que analisará o conteúdo das declarações antes de se pronunciar.

EUGÊNIA LOPES e BRUNO TAVARES

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os meus nambiquaras”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 2 de maio de 2007.

O artigo do jornalista Diogo Mainardi ridiculariza os mais de 200 processos movidos pelos integrantes do PT contra ele onde é classificado como “O colonista” ou “O colonista da VEJA”. Mainardi lembra que não citar o nome de alguém é um tabu comum em culturas primitivas. “Os índios nambiquaras nunca pronunciam os

nomes dos outros membros da tribo. Eles acreditam que os nomes próprios possuem propriedades mágicas...” O articulista ironiza a postura petista ao afirmar que analisa “os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss, Edgard Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça de formigas gigantes. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos.”

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Tribunal julga ilegal concorrência

vencida pela Gautama em SP", publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que, por unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo aponta que a exigência do edital de licitação, vencido pela Gautama, foi majorada para limitar a competição entre as firmas interessadas. Segundo a reportagem, o contrato de R\$1,6 bilhão da empreiteira com a Prefeitura de Mauá, assinado em uma gestão do PT, pode ser anulado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

Os meus nambiquaras

Os petistas só se referem a mim como "O colunista" ou "O colunista da VEJA".

Trata-se de um tabu bastante comum entre os povos primitivos. Os índios nambiquaras nunca pronunciam os nomes dos outros membros da tribo. Eles acreditam que os nomes próprios possuem propriedades mágicas, sendo escolhidos diretamente por Dauásununu, o ente supremo. Revelá-los é um sacrilégio.

Os oromos, da Etiópia, nutrem o mesmo temor pelos nomes próprios. As mulheres oromos costumam denominar seus maridos a partir de alguma característica marcante. Podem chamá-los de "O Honesto", ou "O Prudente", ou "O Desdentado", ou "O Dono do Cavalo Marrom".

Eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas. Se eu sou o "Dono do Cavalo Marrom" dos petistas, eles só podem ser os meus oromos, os meus nambiquaras. Sinto em relação aos petistas o mesmo espanto e o mesmo encantamento que Claude Lévi-Strauss sentiu em relação aos selvagens de Mato Grosso. Claude Lévi-Strauss, num de seus principais tratados sobre o assunto, comparou os nambiquaras a "uma raça gigante de formigas". Edgar Roquette-Pinto, que percorreu o território nambiquara duas décadas antes do antropólogo francês, definiu-os como "homens da Idade da Pedra". O presidente americano Theodore Roosevelt, que também passou pelas terras dos nambiquaras, afirmou que eles "nem chegaram à Idade da Pedra, sendo ingênuos e ignorantes como animais domésticos".

Eu analiso os usos e costumes do petismo como Claude Lévi-Strauss, Edgar Roquette-Pinto e Theodore Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos.

Claude Lévi-Strauss estudou o código de leis dos nambiquaras. Seu aparato legal tem o mesmo grau de incerteza e de arbitrariedade que o aparato legal do petismo. Em todos os processos dos petistas contra mim — uns 200 — eles sempre acabam citando um trecho de um artigo que publiquei em 2005:

"Hoje em dia, só dou opinião sobre algo mediante pagamento antecipado. Quando me mandam um e-mail, não respondo, porque me recuso a escrever de graça. Quando minha mulher pede uma opinião sobre uma roupa, fico quieto, à espera de uma moedinha".

Para os petistas, essa é a prova cabal da minha venalidade, do meu mercenarismo. Afinal, se eu confesso candidamente que minha mulher compra minha opinião, é porque ela de fato compra. E, se ela

compra, qualquer um pode comprar. Esse foi o melhor argumento que eles conseguiram encontrar contra mim.

Muita gente teme que o petismo desambe para alguma forma de totalitarismo. "O colunista da VEJA" é menos otimista. Ele acha que o país tem tudo para se transformar numa imensa aldeia nambiquara, cheia de formigas gigantes.

"Eu analiso os usos e costumes do petismo como Lévi-Strauss, Roquette-Pinto e Roosevelt analisaram os usos e costumes dos nambiquaras. Os petistas me parecem uma raça gigante de formigas. Eles me parecem homens da Idade da Pedra, ingênuos e ignorantes como animais domésticos"

Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP

Contrato de R\$ 1,6 bilhão da empreiteira com a Prefeitura de Mauá, assinado em uma gestão do PT, pode ser anulado

Por unanimidade, tribunal aponta que exigência do edital foi majorada para limitar a competição entre as firmas interessadas

**RUBENS VALENTE
JOSÉ ALBERTO BOMBIG**
DA REPORTAGEM LOCAL

O TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo considerou ontem, em decisão unânime, ilegal a licitação pela qual a Prefeitura de Mauá (SP) repassou à empresa Ecosama, de Zuleido Soares de Veras, a concessão para explorar os serviços de água e esgoto na cidade.

Zuleido é pivô da Operação Navalha, da Polícia Federal. O contrato, assinado em janeiro de 2003, na gestão do então prefeito, Oswaldo Dias (PT-SP), é de R\$ 1,62 bilhão por um prazo de 30 anos.

O tribunal concluiu que pelo menos uma das exigências do edital de licitação, o índice mínimo de liquidez geral (capacidade da empresa de pagar dívidas) estava muito acima do normal, o que colaborou para restringir o número de empresas concorrentes. O edital exigia índice de 3,0 (R\$ 3,00 em caixa para cada R\$ 1,00 de dívidas da empresa), quando a prática, segundo o TCE, é de 1 a 1,5.

“Raríssimas seriam as empresas capazes de atender re-

quisito com semelhante grau de rigorismo”, concluiu o conselheiro relator do processo, Edgard Camargo Rodrigues. De 41 empresas que retiraram o edital, só duas foram habilitadas e apresentaram propostas.

A decisão do tribunal agora obriga uma tomada de posição do atual prefeito, Leonel Damo (PV), que poderá rescindir ou manter o contrato. Há uma semana, o prefeito determinou uma intervenção na empresa.

Em nota distribuída ontem, a prefeitura informou que aguarda a publicação do acórdão do TCE para decidir o que fazer.

[+] PRESENTE: SENADOR DO PMDB AFIRMA QUE DEVOLVEU GRAVATA

Almeida Lima (SE) negou, no Senado, sua inclusão na lista de presentes da Gautama. “Essa empresa Gautama jamais teria a ousadia de incluir meu nome em lista de presenteados pelo evento natalino em 2006, em 2005 ou em 2004 porque em 2003, na antevéspera do Natal, sem eu conhecer a Gautama nem Zuleido Veras, encaminharam (...) uma porcaria de uma gravata que mandei devolver no rastro. Em 2003, de forma mal-educada, eu mandei devolver”.

Tanto a Ecosama quanto a prefeitura também poderão recorrer à Justiça comum.

A sessão de ontem no TCE analisou recurso da Ecosama contra uma decisão anterior, de 2006. Segundo os advogados de defesa, o edital não prejudicou a concorrência e a maior liquidez teria sido uma forma de reforçar garantias financeiras para a execução do contrato.

O Ministério Público informou que abrirá ação civil pública para averiguar possível dano ao erário. A promotora Adriana Moraes também pretende averiguar se a Gautama feriu princípios legais por ter assumido o controle da concessão por meio de uma empresa (a Ecosama) cujo capital social era de R\$ 1 mil. O capital social mínimo exigido no edital de licitação era de R\$ 30 milhões. A Gautama venceu a disputa e criou a Ecosama para tocar o contrato.

Em duas decisões contra a Gautama, o TCU mandou reter pagamentos de R\$ 1,8 milhão em obra contratada pela Petrobras no Maranhão e suspender eventuais pagamentos na ampliação do aeroporto de Macapá. A PF investiga se a Gautama tentou influenciar ministros do TCU. A Petrobras não se manifestou, mas informou que segue as orientações do tribunal. A Infraero não comentou.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade”, publicado no jornal O Estado de São Paulo de 10 de maio de 2007.

A matéria destaca que o País ocupa o 49º lugar entre 55 nações e que o desempenho é negativo na maioria dos 378 quesitos observados. Segundo a matéria, o ranking mundial de competitividade de 2007 é preparado pela escola de negócios suíça, a IMD, International Institute for Management Development. Os dados são utilizados para demonstrar quais países têm maior capacidade para atrair investimentos. De acordo

com o estudo, o governo brasileiro, mais uma vez, foi responsável pela perda de competitividade do país.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade

País ocupa 49.º lugar entre 55 nações; desempenho é negativo na maioria dos 378 quesitos observados

Ranking da Competitividade

POSICÃO EM 2007	PAÍS	PONTOS EM 2007	POSICÃO EM 2006
1.º	EUA	100,000	1.º
2.º	Cingapura	99,121	3.º
3.º	Hong Kong	93,541	2.º
4.º	Luxemburgo	92,207	9.º
5.º	Dinamarca	91,926	5.º
6.º	Suíça	90,432	8.º
7.º	Islândia	88,689	4.º
8.º	Holanda	85,864	15.º
9.º	Suécia	84,119	14.º
10.º	Canadá	83,824	7.º
15.º	China	79,484	18.º
26.º	Chile	69,567	23.º
27.º	Índia	61,350	22.º
28.º	Colômbia	56,899	34.º
43.º	Rússia	47,315	46.º
47.º	México	45,305	45.º
49.º	Brasil	43,700	44.º
51.º	Argentina	43,350	47.º

Mudanças mais significativas nas posições			
País	2006	2007	
SUBIDA			
Alemanha	25.º	16.º	+9
Holanda	15.º	8.º	+7
Itália	49.º	42.º	+6
Luxemburgo	9.º	4.º	+5
Suécia	14.º	9.º	+5
Romênia	49.º	44.º	+5
QUEDA			
África do Sul	38.º	50.º	-12
Japão	16.º	28.º	-12
Finlândia	10.º	22.º	-12
Austrália	6.º	18.º	-12
Turquia	53.º	65.º	-12
Brasil	44.º	49.º	-5

Vera Dantas

O Brasil perdeu cinco posições no ranking mundial de competitividade de 2007 preparado pela escola de negócios suíça International Institute for Management Development (IMD) e apresentou desempenho negativo em quase todas as categorias.

A posição brasileira no ranking de 55 países despençou do 44º lugar em 2006 para o 49º este ano. A classificação é feita com base em 323 indicadores quantitativos e qualitativos das 55 economias mais industrializadas. Os dados são utilizados para para demonstrar quais países têm melhor capacidade para atrair investimentos.

De acordo com o estudo, mais uma vez, como no ano passado, o governo brasileiro foi responsável pela perda de competitividade do País. “A carga tributária excessiva, o custo do dinheiro para a atividade empresarial, o excesso de burocracia e o mau uso do dinheiro público deixaram o Brasil em penúltimo lugar no aspecto eficiência do governo, um dos pilares

que compõem o estudo”, diz o professor Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral, um dos responsáveis pelo estudo no IMD. “Foi o pilar mais crítico.”

Em infra-estrutura, o desempenho do Brasil também piorou – caiu da 46ª colocação para a 49ª. “Além de problemas como o baixo investimento em estradas, ferrovias e logística, no aspecto da infra-estrutura educacional, tecnológica e científica o País ficou entre os últimos colocados, o que compromete seu futuro”, diz.

O ranking mostra, pela primeira vez, além da posição dos países, a possibilidade dessas nações alcançarem o líder. Os Estados Unidos ainda ocupam o primeiro lugar na classificação, seguidos por Cingapura e Hong Kong. Segundo o estudo, 40 países estão crescendo e mantendo a competitividade em relação aos EUA, mas 15 estão perdendo fôlego.

Entre os países do chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o único, conforme o estudo, que está

se afastando dos EUA. A China subiu do 18º lugar para o 15º no ranking de competitividade. A Índia manteve a 27ª posição, mas vem apresentando melhorias nos últimos 10 anos, assim como a Rússia, em relação ao líder. O relatório observa que a cada dia surgem novas marcas e companhias em qualquer lugar do mundo e que a situação é considerada um desafio para as nações industrializadas.

Na avaliação da América Latina, o Brasil perdeu posição para o México, que ficou em 47º lugar. O destaque na região é o Chile, que está em 26º lugar. A Venezuela perdeu duas posições e foi para o último lugar. Todos os países europeus que nos últimos anos se planejaram para crescer tiveram resultados positivos no médio prazo, como Holanda, Suécia e Alemanha, observa Arruda. “É o que falta para o Brasil e que pode mudar se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PED) forem levados adiante.”●

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Crescimento pode ser vôo de galinha”, publicada pelo **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 05 de maio de 2007.

A matéria destaca que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, alertou, em entrevista à *Agência Estado*, que a política industrial de “maior envergadura”, anunciada pelo novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, é muito importante, mas não atingirá seus

objetivos se não estiver alicerçada em “condições macroeconômicas favoráveis”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Crescimento pode ser vôo de galinha’

Para Skaf, sem reformas, ritmo mais acelerado não dura

Roberto Camargo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, alertou, em entrevista à *Agência Estado*, que a política industrial de “maior envergadura”, anunciada pelo novo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, é muito importante, mas não atingirá seus objetivos se não estiver alicerçada em “condições macroeconômicas favoráveis”.

Skaf, que reitera suas críticas ao ritmo do Banco Central na redução do juro e sustenta a nocividade da atual taxa de câmbio para alguns setores industriais, afirma que o crescimento de 4% previsto para este ano, poderá ser “um vôo de galinha” se o Brasil não viabilizar as reformas estruturais necessárias.

Skaf diz que tem bastante

sintonia com as propostas de Luciano Coutinho e acredita que o economista conseguirá implementar políticas setoriais eficientes, mas pondera que, ainda assim, elas estarão dentro do que se espera do BNDES, um banco de fomento.

“Mas a política industrial não depende só do BNDES”, argumenta o empresário, integrante do Conselho de Administração do banco de fomento. “É preciso fazer as reformas estruturais (tributária, política, previdenciária e trabalhista), reduzir a burocracia e atacar os gargalos existentes na infra-estrutura.”

Além disso, ele aponta a falta de segurança “jurídica, pública e, às vezes, até institucional” como fatores que também contribuem para inibir os investimentos no País.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O presidente da Fiesp não es-

conde sua apreensão com os rumos da reforma tributária, afirmando que, do ponto de vista da eficiência do País, sua implantação só se justifica se atender aos pressupostos da agilidade operacional e da redução de custos das atividades econômicas.

“Em vez de discutirmos a renovação da CPMF, tínhamos de discutir a fórmula de nos livrarmos dessa contribuição”, defende o empresário. “É preciso disciplinar os gastos públicos e combater os desperdícios para possibilitar a redução da carga tributária”, acrescenta. “Até agora, não vi nenhum debate sobre como economizar os R\$ 30 bilhões da CPMF.”

Na área tributária, Skaf reclama ainda das dificuldades que as empresas exportadoras têm para receber seus créditos de ICMS dos governos estaduais, afirmando que, ao lado do câmbio, esse é um dos maiores problemas do segmento.

REFORMA- Skaf ataca burocracia e gargalos na infra-estrutura

No entanto, diante das sucessivas revisões para cima do desempenho da balança comercial, o presidente da Fiesp admite que a conjuntura marcada por forte demanda internacional de commodities “atenua o problema do câmbio” e impulsiona a atual tendência de crescimento econômico.

“A agricultura se recupera e os setores de construção civil,

siderurgia, mineração e papel e celulose estão indo bem”, avalia, sem se empolgar. “Isso pode ser vôo da galinha, crescimento de um ou dois anos, se não fizermos as reformas estruturais”. Ele argumenta que os 4% de crescimento previstos para este ano no Brasil “estão abaixo da média mundial, de 5%, e dos emergentes, de 7%”. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com o seu último Relatório de Atividades, apresentado publicamente no final do ano passado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em mais uma prestação de contas anual, mostrou à sociedade brasileira que a sua gestão prima pela transparência, pelo cuidado com a coisa pública, pela eficiência de suas ações e pelo respeito aos interesses do País.

Desde que começou a apresentar publicamente as realizações de um período de atividades, a entidade, além de prestar conta de suas obrigações profissionais, políticas, econômicas, sociais e institucionais, procura, igualmente, transmitir informações e conhecimentos sobre esse vasto e complexo campo da Saúde Pública que afeta diretamente a vida de todo o cidadão brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Anvisa tem sede em Brasília e é dirigida por uma Diretoria Colegiada composta por cinco integrantes com mandato de três anos, cujo começo e término são coincidentes. Os dirigentes são sabatinados pelo Senado Federal antes de suas nomeações e têm estabilidade durante o cumprimento dos mandatos. Dentre os cinco, um é designado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Diretor-Presidente. No que se refere às decisões internas, todas são tomadas em sistema de colegiado, por maioria simples. O atual Diretor-Presidente é o Doutor Dirceu Raposo de Mello.

A Anvisa é um órgão ligado ao Ministério da Saúde, encarregado por este de desenvolver um conjunto de iniciativas legais, técnicas, educacionais, de pesquisa e de fiscalização, com vistas a equilibrar o controle sanitário de serviços e produtos para o consumo que apresentam potencial de risco à saúde e ao meio ambiente. Dessa maneira, como órgão de Vigilância Sanitária e como integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), a maior preocupação da Anvisa é a proteção e a promoção da saúde da população brasileira. Ela está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, áreas em que exerce diretamente atividades de fiscalização e também de controle sanitário.

Sua concepção está enquadrada no mesmo perfil institucional proposto para as demais agências reguladoras do Estado. Trata-se de uma autarquia especial, com agilidade e flexibilidade administrativa. Aliás, de acordo com o seu Relatório de 2006, essa proposta de autonomia reforçada fundamenta-se na possibilidade de redução de interferências políticas no processo de regulação, e também na predominância de critérios técnicos de decisão. No fundamento está a idéia de agregar estabilidade ao processo regulatório do setor no País.

Desde a sua criação, em 1999, pela Lei nº 9.782, a entidade procurou trabalhar de maneira correta, cum-

prir com as suas obrigações e oferecer à sociedade um trabalho elogiável. Mais ainda, durante esses últimos oito anos, buscou sempre a transparência para prestar contas de suas responsabilidades, do resultado de suas atividades e do cumprimento de suas metas. Dessa forma, é importante dizer que o conjunto do esforço empreendido pela Anvisa sempre esteve exposto à fiscalização da opinião pública, da mídia, do próprio Governo e de outras instâncias representativas da sociedade.

Segundo seus atuais dirigentes, a partir de 2006, com o amadurecimento do trabalho realizado, com o sucesso alcançado pelas suas ações, com o crescimento e com o respeito que adquiriu em todo o território nacional, a Anvisa sentiu a necessidade de se reestruturar para enfrentar adequadamente os novos desafios e as novas responsabilidades que não param de crescer. Assim, sem se descuidar do seu mais importante papel, a direção achou por bem reservar um espaço para se dedicar com mais afinco ao aprimoramento administrativo, organizacional e financeiro da Agência.

Nesse sentido, no início deste ano, a equipe dirigente iniciou um trabalho de modernização interna da entidade, com o objetivo de torná-la mais ágil, mais eficiente, mais flexível e mais fácil de ser administrada. A primeira iniciativa tomada foi a realocação dos recursos financeiros, que foram direcionados para itens estratégicos, como os recursos humanos. Finalmente, na parte relativa ao funcionamento burocrático, foi necessário redefinir o regimento e adequá-lo à nova etapa de trabalho. Essas iniciativas são relevantes e já estão mexendo com toda a estrutura de funcionamento da instituição. Enfim, para os que lá trabalham diariamente, o impacto renovador das medidas já é sentido em todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do qual a Anvisa é a instância coordenadora. Na prática, essas mudanças estão se verificando por meio da análise e da reengenharia dos macro-processos operacionais, da criação de condições para o estabelecimento de uma nova cultura interna, e da incorporação de novas metodologias e ferramentas que internalizem e garantam as boas práticas nos processos de trabalho. Segundo os técnicos, tal aperfeiçoamento, além de propiciar uma maior integração entre as áreas da instituição e imprimir maior agilidade nos processos que envolvem atividades administrativas e de caráter estratégico, vem proporcionando a construção de instrumentos capazes de acompanhar a execução dos serviços e, o que é mais importante, garantir a sua qualidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de enfatizar que a Anvisa é uma das mais importantes referências do nosso setor público. Trata-se de uma instituição de vigilância, de controle, de fiscalização da saúde e das condições sanitárias do nosso País. Indiscutivelmente,

a sua criação, em 1999, foi um passo decisivo dado pelo Governo, em busca da modernização, centrada em princípios de qualidade, em um importante setor da Saúde Pública, cujo desempenho na prestação de serviços à sociedade, até então, deixava a desejar.

Vale lembrar que a Anvisa surgiu em substituição à antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). Desde os primeiros momentos, procurou agregar valores e visões importantes, que delinearão toda a sua atuação. Em consonância com essa orientação, a busca por novos padrões de excelência no campo técnico resultou na aproximação da Anvisa com a comunidade acadêmica, comprovada pela participação de técnicos da Agência em grande número de eventos de caráter científico. Como se não bastasse, a Anvisa iniciou, também em 2006, a elaboração do Plano Estratégico de Pesquisa em Vigilância Sanitária, que será viabilizado ao longo dos próximos anos.

Como bem sabemos, as inovações tecnológicas, o crescimento populacional e o atual estágio de desenvolvimento do processo de globalização têm ampliado as necessidades sociais de proteção e de defesa da saúde, e tornado cada vez mais complexa a atividade de regulamentação no campo da Vigilância Sanitária. Em face dessa realidade, em nosso País, a Anvisa já está devidamente preparada para ser uma importante ferramenta de regulação, capaz de promover o controle sanitário em nível nacional e prevenir riscos graves à saúde de nossa população.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoramos, hoje, um dia especial. Depois de anos de discussão, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em dezembro passado pelo Senado, finalmente sai do papel.

E não é apenas a vida dos micro e pequenos empresários que a nova lei promete melhorar – e melhorar de forma significativa, substancial. É a vida de boa parte dos brasileiros. É a economia do país inteiro que deve ser impulsionada de agora em diante.

Para milhares e milhares de micro e pequenas empresas, o novo sistema de tributação criado pela Lei Geral pode significar a diferença entre falir e se manter no mercado. Melhor ainda: pode ser a chave do crescimento para pequenos negócios atolados em dificuldades financeiras e dívidas tributárias.

A opção pelo Simples Nacional está aberta até o final de julho. Pelas contas do Sebrae – o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas – sobram vantagens para quem aderir ao novo regime.

A economia com a unificação dos impostos federais, estaduais e municipais será em torno de 20 por

cento para as empresas que já optam pelo Simples Federal e pode chegar a 50 por cento, dependendo do Estado em que a empresa estiver instalada.

A economia pode ser maior ainda – de até 80 por cento – no caso de empresas que não haviam aderido ao Simples Federal.

A Lei Geral ataca de frente um dos problemas mais sérios de nosso país, a informalidade, alimentada pela burocracia e pela carga tributária elevada, que penaliza, de forma brutal, nossas pequenas e micro empresas.

Nunca é demais lembrar que os micro e pequenos negócios representam nada mais nada menos que 99 por cento das empresas brasileiras. Geram 67 por cento de nosso Produto Interno Bruto.

Mais do que alívio financeiro, a redução de tributos vai permitir que os pequenos empresários façam caixa para investir no crescimento do próprio negócio.

As oportunidades também vão se multiplicar com a redução da burocracia.

Afinal, haverá uma enorme simplificação em todo o processo de declaração e pagamento de tributos, com um formulário único, que englobará impostos federais, estaduais e municipais.

Mais: com as novas regras, o tempo necessário para abertura de uma empresa deverá cair de 150 para 15 dias. E, no caso de licitações públicas, micro e pequenas empresas terão garantia de tratamento preferencial.

Isso quer dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, ao aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Senado deu um impulso definitivo num dos setores mais importantes da economia.

Micro e pequenas empresas, antes empurradas para a informalidade, ganharam novo fôlego para competir no mercado.

A expectativa é que mais de um milhão de empresas sejam formalizadas com a Lei Geral. Isso significa mais emprego e mais renda no bolso dos brasileiros. Pelos cálculos do Sebrae, a nova lei vai permitir a criação de até três milhões de empregos.

Também não podemos esquecer o papel da micro e pequenas empresas no desenvolvimento do interior do país e na redução das desigualdades regionais.

Ao apostarmos nas micro e pequenas empresas, portanto, o Senado apostou no Brasil. Apostou no desenvolvimento econômico e na inclusão social.

Esse é o papel primeiro do Senado Federal. Esse é o papel que, tenho certeza, todos nós continuaremos a cumprir com total dedicação e responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, de 2007***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, de 2007***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****Nº 19, DE 2007***(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2007***(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, de 2007***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, de 2007***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final: 9.7.2007

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.6.2007)

Prazo final: 9.7.2007

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil*

a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI - Linha de Crédito).*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 - art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, - 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; - 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que

acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipifi-*

cados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho - OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo*

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto*

do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucarest, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

Ata da 104ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, César Borges, Papaléo Paes e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/7/2007 07:34:15 até 3/7/2007 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X		PSDB	PR	WILSON MATOS	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLÉXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 14 horas na capital da República Federativa do Brasil.

A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Presido a sessão numa aquiescência dos Senadores Marco Maciel e Francisco Dornelles, que teriam a primazia de presidir a sessão. Por cessão deles, inicio os trabalhos desta tarde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para fazer uma comunicação parlamentar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está com a segunda inscrição.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Consulto a lista de oradores.

Há oradores inscritos.

Estando ausente o primeiro inscrito, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra do Rio Grande do Sul, que V. Ex^a tão bem representa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, agradeço ao Senador Marco Maciel, que falaria antes, como orador inscrito, e ao Senador Francisco Dornelles, que teria direito preferencial por falar pela Liderança. Falarei somente cinco minutos, porque tenho que abrir uma audiência

pública que vai tratar da questão dos remédios, daqueles remédios de uso permanente. Há um debate muito grande no País sobre a forma como devem ser distribuídos.

Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, deixar registrado aqui um pronunciamento sobre a posse da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação no Rio Grande do Sul.

Estive presente à posse, nesse fim de semana, no sábado, onde, inclusive, aproveitou-se o momento para falar de reforma trabalhista, da Emenda nº 3 e de reforma previdenciária, de todo esse debate sobre a questão ética e da reforma política.

Com alegria, encontrei ali velhos conhecidos, ex-Presidentes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, que destaquei no meu pronunciamento: Mário Provensi, Siderlei Silva de Oliveira, Marco Figueira e Darcy Pires, que terminava seu mandato. Naturalmente, enalteci a figura do Presidente que assume no momento aquela importante Federação, que é o Cairo Fernando, um líder sindical do Rio Grande do Sul que atuou muito naquela região de Pelotas e também na cidade de Rio Grande. Tenho certeza de que o Cairo fará uma grande administração, com toda sua equipe de líderes.

Enfatizei, Sr. Presidente, a importância de termos, garantida em lei, de forma definitiva, a estabilidade de todos os dirigentes sindicais, desde o suplente até os membros do Conselho Fiscal.

Quero deixar registrada, nos Anais da Casa, a história dessa Federação, com o nome de todos os seus dirigentes.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, com a mesma grandeza, quero destacar que vim a esta tribuna, há poucos dias, para falar da importância da cidade de Caxias do Sul, minha cidade natal, que concorreu ao título de Capital Brasileira da Cultura 2008. Frisei aqui o meu carinho por aquela cidade e pelo meu Rio Grande, naturalmente. Ao mesmo tempo, dizia eu que Caxias reunia, como reúne, todas as condições para ser a Capital Brasileira da Cultura.

Recebi telefonema do Secretário da Cultura, enfatizando a importância do nosso pronunciamento, e também do Prefeito daquela cidade, Sr. Presidente. Hoje, para nossa alegria, posso vir à tribuna dizer que Caxias do Sul foi reconhecida como a Capital Brasileira da Cultura 2008. Caxias já é a Capital Brasileira da Cultura 2008.

Recebi aqui uma série de documentos da cidade da qual sou filho, Sr. Presidente, e tenho certeza de que será um grande momento para o País ter Caxias do Sul como Capital Brasileira da Cultura. Por isso, Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a considerasse na

íntegra o nosso pronunciamento e que fizesse juntar aos Anais o documento que recebi do Gabinete do Prefeito, que diz o seguinte:

Senhor Senador, em nome da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, vimos apresentar nossos sinceros agradecimentos pelo apoio de Vossa Excelência à candidatura de nosso Município para ser a Capital da Cultura.

Esse gesto traduz pensamento de união da população caxiense, que, intensamente, aderiu ao movimento de valorizar as mais diversas expressões culturais.

O apoio recebido de V. Ex^a significa a valorização ainda maior da história construída por todos os cidadãos caxienses. Acreditamos que a elevação de Caxias ao patamar de Capital da Cultura engendrará no seu meio um grande movimento no sentido de fomentar a produção cultural de nossa população.

Segue em anexo réplica de uma obra, Senador Mão Santa, muito bonita...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um troféu que recebi de Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo-lhe mais cinco minutos, perfazendo dez minutos, que é a nota que V. Ex^a merece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já vou concluir. É um troféu de vidro que tem como escultura um cacho de uva, que simboliza parte da história de Caxias, feita pelo artista plástico Dejair Salvador. É um artista reconhecido no Rio Grande e no Brasil.

Com este registro, Sr. Presidente, eu me sinto satisfeito por Caxias ter conquistado o título de Capital Brasileira da Cultura 2008. Cumprimento o Prefeito, a Câmara de Vereadores, a Indústria e o Comércio, todas as etnias, origens e raças, de todas as procedências, que fazem daquela cidade uma cidade de encontro, uma cidade onde há uma grande solidariedade entre todas as etnias.

Parabéns a Caxias! Parabéns ao Brasil por haver reconhecido Caxias do Sul como Capital da Cultura 2008!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último sábado eu tive a honra de participar no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Estância da Azenha, em Porto Alegre, da posse da diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul.

Estavam presentes mais de quinhentas lideranças sindicais, políticas e da sociedade civil, não só do meu estado, mas também de todo país.

O novo presidente Cairo Fernando Reinhardt e toda a direção da entidade terão o desafio de levar adiante as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras de tão importante segmento da indústria gaúcha até o ano de 2010.

A responsabilidade do novo presidente e dos novos companheiros de direção com certeza é enorme, pois esta entidade já teve como presidentes, verdadeiras lendas do movimento sindical gaúcho como Manoel Tavares (1º presidente – provisório), Mário Provensi, Siderlei Silva de Oliveira, Marco Figueira e Darcy Pires da Rocha. A eles as minhas saudações.

Sem dúvida é de se destacar o trabalho desenvolvido pela Federação dos Trabalhadores da Alimentação do RS.

Seja na atuação institucional com outras entidades de trabalhadores, na união de esforços pela melhoria do piso regional e da categoria, nas ações pela melhoria da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores do setor resultando na colocação da federação no debate regional e nacional por melhores condições de trabalho nas empresas.

Vida longa a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Cairo Fernando nasceu em Pedro Osório em 1958 e é filho de pequenos agricultores, casado e pai de dois filhos.

Em 1976 mudou-se para Pelotas onde teve seu primeiro emprego, no ramo da alimentação, no Frigorífico Rio-Pel.

Em 1989 foi transferido pela empresa Ceval Alimentos de Pelotas para Rio Grande.

No ano de 1992 participou da oposição ao Sindicato da Alimentação do Rio Grande, vencendo a eleição. Assim, em 8 de agosto do mesmo ano tomou posse no cargo de Secretário Geral.

Em 1995, foi eleito presidente do Sindicato de Rio Grande.

Atuante em diversos espaços da sociedade, teve participação nos movimentos sociais, com trabalho efetivo na organização e solidariedade aos sindicatos do ramo da alimentação, entre outros.

Cairo Reinhardt, em 2001 foi eleito secretário de Política Sindical da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, exercendo após o cargo de secretário geral da entidade.

A nova diretoria ficou assim:

Cairo Fernando Reinhardt – Presidente
Darcy Pires da Rocha – Secretário Geral

Luiz Carlos de Araújo – Secretaria de Finanças

Valdemir Correa – Séc. de Formação Sindical

Sílvio Ambrózio – Secretaria de Política Sindical

Sebastião Nunes Pinto – Secretaria da Saúde

Adão José Gossmann – Séc. de Política Social

Fátima Soares – Secretaria da Mulher

Suplentes: José Mario Schiavon, José Luiz Reges Sene, Bernardino Schardosim, Cláudio Gomes Gonçalves, Mario José Dias dos Reis, Moacir Luiz Tramontini, Alex Antonio Rodrigues e Sueli de Oliveira Rosa

Conselho Fiscal. Efetivos: Valdir Canibal de Ávila, Paulo Juarez M dos Santos e Clóvis P. Spenassato.

Suplentes: Vera Henquer, Gaspar Ubiratan S. Neves e Miguel Luiz dos Santos.

Delegados Representantes. Efetivos: Marlene Terezinha S. Gularte e Paulo Roberto dos Santos.

Suplente: Valdecir Hemsing

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso mensurar a alegria que me traz a esta Tribuna para compartilhar de uma notícia que recebi nesta última segunda feira.

Há poucos dias estive aqui para contar as Senhoras e Senhores, que minha amada cidade natal, Caxias do Sul, estava concorrendo ao título de Capital Brasileira da Cultura 2008.

Proferi pronunciamento a respeito do assunto e logo depois recebi correspondência do Prefeito Municipal e do Secretário de Cultura de Caxias do Sul, que deixo aqui anexada, agradecendo o apoio que eu estava prestando e ratificando nossa união em torno daquele evento.

Na minha fala, frisei o amor que me une ao Rio Grande do Sul e, em especial, à terra onde nasci, vivi minha adolescência e onde meus filhos também tiveram a felicidade de dar seus primeiros passos.

Minha vida está ligada àquele lugar. Meu coração tem um vínculo de amor e de gratidão eterna para com a terra que acarinhou minha família e que representa a base de grande parte do que sou hoje.

Eu disse que minha satisfação era imensa ao ver minha cidade participando desse evento.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, vocês podem imaginar como estou me sentindo hoje ao saber que ela foi a grande vencedora do concurso.

É, Caxias do Sul é a Capital Brasileira da Cultura 2008!

Recebi ontem, um telefonema do Secretário de Cultura, Antônio Feldmann, dizendo que ela havia vencido o Concurso, que nós estávamos todos de parabéns.

A cidade é merecedora desta vitória que lhe coube por todas as razões que detalhei em meu pronunciamento anterior e que expressam a sua pujança. Pronunciamento onde falei inclusive sobre a maravilha que é a Festa da Uva para a qual volto a convidar a todos a fim de que façam parte desta colheita de alegria e de amor, pois é assim que Caxias do Sul recebe seus visitantes!

Eu penso nos meus conterrâneos e gostaria de poder abraçar a todos e cantar junto com eles a minha satisfação e orgulho.

Quero parabenizar o Prefeito José Ivo Sartori, o Secretário da Cultura, Antônio Feldmann, a todos os segmentos que enviaram projetos para o evento, a todos os cidadãos e cidadãs caxienses, enfim a toda comunidade que se envolveu de corpo e alma nessa ação.

Quero que vocês, meus caros conterrâneos, saibam que estou com vocês em pensamento comemorando, assim como estive torcendo para este momento chegar e que tenho certeza de que o Rio Grande do Sul inteiro se orgulha de Caxias, que faz parte da grande família gaúcha.

Muito obrigado!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Of. Gab. nº 267/2007

Caxias do Sul, 25 de junho de 2007

A Vossa Excelência o Senhor
Paulo Paim
Senador da República
Brasília-DF

Senhor Senador:

Em nome da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, vimos apresentar nossos sinceros agradecimentos pelo apoio de Vossa Excelência à Candidatura de nosso Município para ser a Capital da Cultura.

Esse gesto traduz o pensamento de união da população caxiense que, intensamente, aderiu ao movimento de valorizar as mais diversas expressões culturais.

O apoio recebido de Vossa Excelência significa a valorização ainda maior da história construída por todos os cidadãos caxienses. Acreditamos que

a elevação de Caxias ao patamar de Capital da Cultura engendrará no seu meio um grande movimento no sentido de fomentar a produção cultural de nossa população.

Segue em anexo a réplica de uma obra que simboliza parte da história de Caxias, feita pelo artista plástico Dejair Salvador.

Na oportunidade, reafirmamos protestos de respeito.

Atenciosamente. – **José Ivo Sartori**, Prefeito Municipal, **Antônio Roque Feldmann**, Secretário Municipal de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

A Mesa se associa ao mérito dessa extraordinária cidade, Caxias do Sul. Não bastasse a história bela – um quadro vale por dez mil palavras –, ela mandou esses dois extraordinários filhos, Senadores: Pedro Simon, Líder do meu Partido, e Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir ainda...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Zambiasi é filho de Caxias?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é, mas é vizinho, ali próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vizinho, merece.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Soledade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Encantado. Encantado, que é bem próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Toda vez que eu vejo Zambiasi, rememoro aquele que, sem dúvida, foi um dos melhores parlamentares da história política, que representou o rádio, Carlos Werneck Lacerda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, já terminei.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para registrar que, neste final de semana próximo passado, aconteceu o aniversário de emancipação de Cachoeiro de Itapemirim, numa festa bonita, como sempre ocorre, o desfile daquela cidade que é a capital secreta do mundo, por quem tenho profundo amor, e recebi a comenda Rubem Braga. Quem não conhece

Rubem Braga? V. Ex^a, que é um intelectual, um homem de muita leitura... Aliás, V. Ex^a precisa ir a Cachoeiro, para conhecer a Casa dos Braga.

Muito mais do que conhecer a casa onde nasceu Roberto Carlos, de quem V. Ex^a gosta também. Aliás, V. Ex^a disse que Deus só chamou três homens no mundo: Pelé, Roberto Carlos e V. Ex^a, porque V. Ex^a vale por dois. Quatro homens, aliás: V. Ex^a, que vale por dois, Roberto Carlos e Pelé, segundo o nosso querido João Cláudio Moreno.

Então, aconteceu neste final de semana em Cachoeiro de Itapemirim a grande festa e gostaria de registrar o aniversário da cidade de um povo trabalhador, acolhedor, a capital do mármore, do granito, deste País, de uma cultura, de uma riqueza...

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de fazer este registro hoje e convidar V. Ex^a para conhecer a Casa dos Braga, por ser um intelectual, homem de leitura. É a terra dos Braga, a terra de Roberto Carlos e também do filho de Dona Dadá, porque Cachoeiro de Itapemirim me adotou, foi lá que eu me elegi Vereador pela primeira vez.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E lá estárei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Lá, nesta semana, estará nosso querido Senador Paulo Paim. S. Ex^a vai passar oito dias em Cachoeiro de Itapemirim, com o filho dele. Vai conhecer o Museu dos Braga, onde nasceu Roberto Carlos, a Rádio Cachoeiro, onde Roberto Carlos começou a cantar. Vai conhecer até o regional, de Zé Nogueira, a primeira banda em que Roberto Carlos cantou. Zé Nogueira está vivo e toca todo domingo na praça. O Senador Paim vai conhecer a casa onde nasceu Roberto Carlos, até o bercinho de Roberto Carlos, a bacia onde ele tomou banho, está tudo lá. Até a professora de piano de quando ele era criança está viva. S. Ex^a pode conhecer isso tudo e visitar a casa que é o museu dos Braga e vai voltar dizendo que V. Ex^a, como bom intelectual, deve ir a Cachoeiro de Itapemirim para poder conhecer a cidade maravilhosa e andar nos lugares onde o nosso querido Sérgio Sampaio fez tantas composições maravilhosas. V. Ex^a pode muito bem, às margens do rio Itapemirim, cantar “Meu Pequeno Cachoeiro”, pois sei que V. Ex^a também gosta de cantar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Emocionados estamos, Senador Magno Malta, porque Cachoeiro de Itapemirim, além da história que V. Ex^a citou, é muito cara para nós.

No meu pós-graduado de cirurgia, tive um colega gaúcho, de Dom Pedrito, Leo Gomes e Franco Novaes, cirurgião, lá da sua terra.

Convidamos para usar da palavra – de acordo com o Regimento, estamos alternando – o Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro.

V. Ex^a, que representa o PP aqui e o povo do Rio de Janeiro, regimentalmente, dispõe de cinco minutos, mas jamais iríamos cortar a sua palavra, em homenagem a V. Ex^a, à história de Tancredo Neves e ao monumento do Cristo Redentor, que está sendo votado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber quem é o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como estamos alternando a palavra, o próximo orador inscrito será o ex-Presidente da República, Senador Marco Maciel.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar, hoje, de um assunto que vem trazendo preocupação a muitos Municípios brasileiros: a dificuldade de cobrar o ITR, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Instituir o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Sr. Presidente, é competência da União. Ocorre, porém, que a Emenda Constitucional nº 42, de 2003, conhecida como mini-reforma tributária – editada ainda no primeiro mandato do Presidente Lula –, modificou esse artigo. Dispôs a referida Emenda que o ITR “será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal”.

Uma mudança, Sr^{as} e Srs. Senadores, das mais salutares, porque impregnada de um espírito democrático e descentralizador: o espírito de que não deve ser feito pelo Governo Federal aquilo que pode ser feito, com mais propriedade, pelo Município. Ora, é evidente que, com um conhecimento bem mais profundo da realidade local, as autoridades municipais podem efetuar a fiscalização e a cobrança com muito mais eficiência e, principalmente, com mais justiça e com mais equidade do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Além disso, ao alterar também o art. 158 da Constituição, a Emenda nº 42 acenou com um grande estímulo aos Municípios. Determinou que, se assumirem a responsabilidade pela fiscalização e cobrança do ITR, ficarão com 100% da receita, enquanto hoje ficam com somente 50%.

Cabe destacar, ainda, que estudo elaborado pelo IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – mostra que os reflexos financeiros, em termos de relação entre os valores arrecadados com o ITR e a receita orçamentária, serão muito mais significativos nos Municípios de até cem mil habitantes, ou seja, nos Municípios de pequeno e médio porte.

De modo, Sr. Presidente, que não pode haver dúvida sobre a pertinência da mudança introduzida no texto constitucional. Mudança que foi regulamentada pela Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005.

Extremamente simples, a Lei nº 11.250 limita-se a duas disposições. Em seu art. 1º, permite à União celebrar convênios com o Distrito Federal e com os Municípios, para delegar as atribuições de fiscalização e cobrança do ITR. Já em seu art. 2º, determina que a Secretaria da Receita Federal baixe ato estabelecendo os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios com os Municípios.

Pois é aqui, Sr. Presidente, na definição dos critérios de delegação e dos procedimentos operacionais que começaram os problemas.

A Instrução Normativa SRF nº 643, de 12 de abril de 2006, fez uma série de exigências aos Municípios interessados em fiscalizar e cobrar o ITR, exigências que, em minha opinião, Sr. Presidente, são bastante rigorosas.

Uma delas, por exemplo, obriga os Municípios optantes a firmar contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para prestação de serviços de acesso e manutenção dos sistemas, elaboração da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e expedição de documentos. Só com o contrato do Serpro, o Município já perde 10% do valor arrecadado.

De qualquer maneira, diz a sabedoria popular que “o que já é ruim pode ficar ainda pior”. E foi o que aconteceu, Sr. Presidente. Poucos meses depois, foi baixada outra instrução normativa da Receita Federal, a SRF nº 679, de 27 de setembro de 2006, que modificou o ato anterior no sentido de torná-lo ainda mais exigente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Vou terminar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Dornelles, fique à vontade, porque já proroguei por mais cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Enquanto a primeira Instrução Normativa determinava que, para a celebração do convênio com a Secretaria da Receita Federal, os Municípios deveriam

possuir quadro de carreira de servidores com atribuição de lançamento dos créditos tributários, a nova Instrução Normativa exige que esses servidores sejam ocupantes de cargos de nível superior.

Ora, Sr. Presidente! A grande maioria dos Municípios brasileiros – Municípios pobres, Municípios de pequeno porte, Municípios que sobrevivem com grandes dificuldades – não têm servidores de nível superior em suas estruturas de arrecadação tributária, com raras exceções. E isso não impede que exerçam, quase sempre com muita eficiência, as funções de fiscalizar e cobrar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, o Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos”, o Imposto sobre Serviços.

Ou seja: não posso acreditar que uma estrutura suficientemente aparelhada para cobrar o ISS, o IPTU e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) se mostre incapaz de cobrar o ITR.

O resultado de tudo isso, Sr. Presidente, é frustrante. Poucos dias atrás, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios deu a seguinte declaração:

“Não tenho notícia de nenhum Município que conseguiu assinar um convênio com a Secretaria da Receita Federal”.

Isso é grave! Muito grave! Não podemos correr o risco de ter elaborado mais uma daquelas leis que, simplesmente, não pegaram; mais uma daquelas leis que morrem no campo das boas intenções.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo à Secretaria da Receita Federal, órgão respeitado pelas suas posições equilibradas e sérias. Apelo para que, sem abrir mão dos cuidados requeridos pelas sempre delicadas questões tributárias, permitam aos Municípios brasileiros usufruir das prerrogativas que lhes foi concedida pela Emenda Constitucional nº 42. O pleito que fazem os Municípios é legítimo e, mais do que legítimo, é justo. Temos que acabar com a burocracia da Receita que está impedindo os Municípios de cobrarem o IPTU. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para fazer uso da palavra o Senador Democrata que representa Pernambuco, Marco Maciel.

V. Ex^a está como orador inscrito e, regimentalmente, teria direito a usar dez minutos, mas jamais vou cortar a palavra de V. Ex^a, um dos maiores valores da democracia do Brasil e de cuja presença nos orgulhamos no Senado.

Focalize nesta imagem, pois um quadro vale por dez mil palavras. Este é o Senado do Brasil: Marco Maciel, Dornelles, Paim, que já passaram na tribuna e representam as virtudes cristãs do povo do Brasil.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente Senador Mão Santa, Presidente em exercício nesta Casa, quero agradecer suas palavras extremamente generosas a respeito da minha conduta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para registrar a passagem do 13º aniversário do Plano Real, ocorrido no sábado passado. O Plano Real é, indiscutivelmente, o mais bem-sucedido plano de estabilidade econômica implantado em nosso País. Portanto, essa é uma data que não pode passar sem uma breve reflexão.

Sr. Presidente, o Plano Real não se limitou a introdução de nova moeda, no caso o real, nem se circunscreveu, tampouco, a ser um plano monetário, ou econômico; foi muito mais. Foi um plano que permitiu, com a introdução da nova moeda, não apenas debelar a inflação extremamente elevada com a qual nós convivíamos e que comprometia o nosso processo de desenvolvimento, penalizava o assalariado e o aposentado – porque a inflação era o vírus que corroía os seus salários – e concentrava a renda sobretudo junto àqueles que tinham acesso ao mercado financeiro, aqueles que investiam, conseqüentemente, em títulos e Bolsa de Valores.

O Plano Real representou uma conquista muito grande para o País no sentido de assegurar a estabilidade da economia, a melhoria social do nosso povo, da integração do nosso processo de desenvolvimento e, por fim, contribuiu muito para melhorar a imagem do País no exterior, porque desfrutávamos de taxas extremamente elevadas de inflação, o que comprometia nosso projeto de desenvolvimento e passava, por conseqüência, imagem muito pouco positiva do Brasil.

O Plano Real começou no início de 1994. Era Presidente da República então o ex-Senador, ex-colega nosso, Itamar Franco, e seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Nesse trabalho, o então Ministro da Fazenda teve um papel muito destacado não somente na formulação do programa, mas também na sua viabilização, que envolveu inúmeras negociações no Congresso Nacional, muitas das quais tive oportunidade de participar como Senador da República.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, na realidade, celebramos o Plano Real no dia 1º de julho, mas ele nasceu antes, com a Emenda Constitucional de Revisão nº 1, que instituiu o Fundo Social de Emergência, que criou as condições para desvincular orçamentariamente os recursos e dar flexibilidade de ação ao Poder Executivo para preparar o País para a implantação de uma nova moeda, já, então, sob novos paradigmas.

Para compreender o Plano Real, temos de nos lembrar dessa Emenda Constitucional de Revisão nº 1. Embora fosse uma emenda estranha à Revisão, ela estabeleceu três novas disposições à Constituição em vigor e criou condições para começarmos a implantar, de forma segura e gradativa, o Plano Real ocorrido no dia 1º de julho de 1994. Gostaria de destacar um fato simples, mas, para mim, muito relevante, sucedido na data em que entrou em vigor a nova moeda. . Fui comprar jornal e levei, já, o real na mão. Ao aproximar-me do jornalista, disse-lhe: “Vim aqui comprar jornal, mas sei que o senhor talvez não tenha condições de me dar o troco na moeda em que lhe vou pagar. Não se preocupe com isso! Em primeiro lugar, desejo os seus jornais.” O curioso é que, na mesma hora, ele me deu os jornais e o troco, rigorosamente de acordo com o preço dos jornais. Ele já havia, na mesma hora, apreendido – nas primeiras horas do dia, do primeiro dia da moeda – o mecanismo do Plano Real. E isso nos faz chamar atenção para um fato muito positivo que é o de termos no País um povo – às vezes, simples – que consegue acompanhar essas grandes mudanças e antever ou intuir seu alcance. Alguns filósofos já disseram que a intuição é a certeza do inconsciente.

O fato é que nessas horas vemos que o consciente coletivo se expressou na sociedade, e a moeda começou a viger sem nenhuma perturbação. Foi um dia tranquilo no País. Isso é tanto mais relevante quando se sabe que temos uma grande extensão territorial e também uma enorme população.

Sr. Presidente, o Plano Real começou a dar seus frutos extremamente benfazejos ao País e a seu povo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, queria dizer que acompanhei o fato. Fui Prefeito nesse período. Gobrei na época da inflação, quando era Presidente da República José Sarney, depois Fernando Collor e Itamar Franco. Depois governei na época de Fernando Henrique Cardoso. Senador Marco Maciel, houve mês em que a inflação era de 80%. Não sei se o Papaléo Paes foi Prefeito nessa época, mas todo mês eu virava a madrugada fazendo cálculos de ajuste salarial. Todo mês era preciso fazer ajuste salarial por causa da inflação, que chegou a 80% ao mês. Não sei se isso se deve a Itamar, a Fernando Henrique Cardoso ou aos dois – só fazendo o DNA –, mas o País mudou. E mudou, principalmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, inspiração do Prefeito Graciliano Ramos, e que o Governo Fernando Henrique Cardoso fez. Era isso. Ninguém tinha noção do que deveria. E este País foi enquadrado na responsabilidade. Então, devemos essa estabilidade àquela época. Vou contar um fato que aconteceu. Senador Marco Maciel, um

quadro vale por dez mil palavras. Um dia, eu tinha um bocado de contas a pagar, e o meu secretário, José Lima e Silva, um homem muito experiente, fiscal de renda, Dornelles, disse assim: “Prefeito, vá viajar. Vá-se embora”. Das Prefeituras só sai cheque assinado pelo tesoureiro e pelo Prefeito. “Vá-se embora, e eu peço esse dinheiro do Fundo de Participação, coloco no banco, no *overnight*, aí, quando você voltar, estaremos ricos e pagaremos todas as dívidas”. Então, era um País diferente. E essa é a grande obra. Penso que a grande obra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria acabar com a violência neste País. A inflação acabou. Não sei se foi obra do Itamar ou do Fernando Henrique Cardoso; só fazendo o DNA para saber. Mas foi uma glória; foi, sem dúvida nenhuma, o maior acontecimento dos últimos anos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE) – Nobre Senador Mão Santa, quero agradecer o aparte de V. Ex^a, que lembrou, com muita propriedade, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi o instrumento “vertebrador” desse processo de estabilidade econômica, mas desejaria dar um dado que bem expressa o resultado do Plano Real.

Em termos semestrais, a inflação caiu de 750% no primeiro semestre daquele ano, 1994, ficando, portanto, em 18,5%, quando chegamos a ter no Brasil inflação mensal superior a 80%.

Sr. Presidente, também devo mencionar outros aspectos, os sociais do Plano Real e não ficar apenas no aspecto econômico. Em primeiro lugar, o desemprego diminuiu. Como se sabe – isso consta de um documento feito por ocasião do primeiro ano do Real –, em época de estabilização de preços, pode haver recessão e aumento de desemprego.

No caso do Real, a taxa de desemprego caiu, em média, para 5,46%, no primeiro semestre de 1994, e para 4,66% no segundo semestre. Nos primeiros quatro meses de 1995, já com o Plano Real, a taxa média de desemprego caiu ainda mais, situando-se em 4,36%, e a produção continuou crescendo.

Em maio de 1994, o emprego aumentou, sendo criados 270 mil novos postos, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. Apenas nos primeiros quatro meses de 1995, foram admitidos 139 mil trabalhadores.

Importante: o salário aumentou. O aumento da produtividade tem possibilitado aumento do salário real do pessoal empregado na indústria. Na indústria de São Paulo apenas, por exemplo, o salário real por trabalhador aumentou 8,6% desde o início do Real.

Sr. Presidente, gostaria de ir um pouco além e mostrar que houve outro fato não visível, mas muito importante.

Exupéry disse, certa feita, que o essencial é invisível aos olhos. É verdade que ninguém pode contestar essa observação. Na realidade, nem sempre o mais importante é visível aos olhos. Às vezes é visível ao coração, mas não aos olhos. Na realidade, podemos dizer que há uma parte do Plano Real que não é visível aos olhos: o resgate ético que houve no Plano Real, porque diminuíram as desigualdades sociais que havia no Brasil. Trabalhávamos com três, quatro moedas, as quais mostravam a iniquidade social brasileira. Com o Plano Real, passamos a conviver com uma única moeda, o que significa dizer que o rico e o pobre trabalham com a mesma moeda. Antigamente quem tinha acesso ao mercado financeiro chegava a ganhar 154%, em termos reais, no ano – há um trabalho de Cláudio Haddad, ex-diretor do Banco Central, que afirma isso –, enquanto o assalariado era penalizado com a inflação, sobretudo o aposentado, que tinha seus proventos corroídos pelo chamado vírus da inflação.

Ouçó o nobre Senador e ex-Ministro da Fazenda Francisco Dornelles.

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – Senador Marco Maciel, cumprimento V. Ex^a pela brilhante análise que faz do Plano Real. Quero apenas dar um depoimento muito rápido. Quando ocupei o Ministério da Fazenda, senti que era praticamente impossível administrar as finanças públicas do País porque o Brasil possuía 21 bancos emissores de moeda, que eram os bancos estaduais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Francisco Dornelles (Bloco/PP – RJ) – E durante o Plano Real, os Presidentes, aqueles que o comandaram, numa decisão corajosa, muitas vezes impopular, privatizaram esses bancos estaduais, simplesmente acabando com aqueles 21 bancos que emitiam moeda e tornavam “inadministrável” as finanças públicas do País. Parabéns a V. Ex^a pela análise objetiva e concreta que faz do Plano Real.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Francisco Dornelles, quero agradecer o aparte de V. Ex^a, que enriquece meu discurso, e quero lembrar que V. Ex^a integrou o Governo do Presidente Tancredo Neves. V. Ex^a foi o primeiro Ministro da Fazenda do Governo Tancredo Neves – leia-se José Sarney, posto que o Presidente Tancredo Neves se encontrava enfermo e faleceu, 37 dias após, no dia 21 de abril de 1985. V. Ex^a trouxe para o Governo do Presidente José Sarney a preocupação com a questão da inflação.

Não esqueço uma frase que constava do primeiro discurso do Presidente Tancredo Neves, lido pelo então Vice-Presidente em exercício José Sarney: “É proibido gastar”. Aquela frase, cunhada por Tancredo

e cuja administração da política econômica e financeira foi entregue a V. Ex^a, significava dizer que a luta contra a inflação deveria ser a grande prioridade. Daí por que a vitória contra a inflação é uma vitória de grande significado econômico e social.

Sr. Presidente, além desses componentes, há outro também, não menos importante de tornar desvelado para todos, para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de pensar e refletir sobre esse tema. É que com a estabilidade econômica foi possível dispor de mais dinheiro para aplicar em educação e saúde, pois num País que convive com altas taxas de inflação é impossível planejar, e a partir do Plano Real iniciou-se um grande processo de planejamento.

No campo da Educação, aumentamos e muito a aplicação de recursos. Durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso se fez o Fundef, e esse tornou possível universalizar o acesso ao ensino básico. Hoje no Brasil todas as crianças têm acesso à escola e houve um programa, que melhorou e muito a qualidade da educação que se pratica no Brasil. Podíamos estender isso também com relação à saúde, inclusive com a vinculação de recursos orçamentários, para que se dispusesse de maior quantidade de meios, de verbas, para reduzir as desigualdades nesse campo.

Sr. Presidente, gostaria também de chamar a atenção para um componente, não menos desprezível, nos tempos em que vivemos. Melhorou muito a imagem do País, no exterior. O Brasil era visto de modo extremamente negativo no exterior, por várias razões, uma das quais, a moratória ocorrida no fim da década de 1980 que deixou o País excluído dos financiamentos dos grandes bancos estrangeiros, sobretudo de agências de fomento e igualmente em função da inflação alta e da instabilidade política que limitava as nossas possibilidades de crescimento.

Com o Plano Real, a percepção que dele se tem lá fora começou a mudar. E hoje nós desfrutamos de um excelente conceito no exterior, em várias faces. Primeiro, o Mercosul se desenvolveu. O Mercosul nascera antes do Plano Real. O seu acordo básico, de 1991, o Tratado de Assunção, é anterior ao Plano Real. É importante lembrar que no período do Real, o Mercosul tomou uma grande desenvoltura, como também a nossa inserção na sociedade internacional, via, por exemplo, o Acordo-Quadro que firmamos com a União Européia, em Madri, em 1995, e que se prolongou também nas chamadas negociações para a formatação da Alca, que ao final não prosperou, não por falta de interesse do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas em virtude de interesse na continuidade deste processo de integração hemisfé-

ca que ofereceria condições, se bem discutido, para o País participar de maneira mais forte do processo de globalização da economia.

Precisamos criar condições para nos inserirmos na sociedade internacional, de termos uma presença maior. Para tal é fundamental fortalecer o Mercosul, aumentar a nossa integração regional. O Mercosul já tinha sido antevisto, um século atrás, por Rio Branco, pois um dos grandes paradigmas da sua política externa, foi sempre uma preocupação com o Prata, ou seja, com os nossos vizinhos Argentina, Uruguai e Paraguai, enfim, para que pudéssemos aumentar a nossa presença na América do Sul e criar condições para uma maior presença na Comunidade Internacional.

O mesmo com relação à União Européia. Na medida em que mais nos enlaçamos com a União Européia, que hoje é uma comunidade de 27 países e é, talvez, o mais bem tecido processo de integração regional, também aumentamos a nossa interlocução no exterior.

O fato é que o Brasil é visto, depois do Plano Real, de forma muito melhor na sociedade internacional dos nossos dias.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço, com prazer, a nobre Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (PFL – TO) – Muito obrigada, Senador. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, bastante próprio para o momento, principalmente diante de declarações absurdas dadas à imprensa pelo Presidente do BNDES, o economista Luciano Coutinho. Não se constrói economia e estabilidade em dois ou três anos. Todos conhecemos – e o mundo inteiro reconhece – a importância do Plano Real para a economia brasileira. E não é somente o mundo todo que reconhece, mas também o Brasil; por isso, elegeu e reelegeu Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi um dos sustentáculos do Plano Real. Isso significa que todo o povo brasileiro reconheceu a importância do Plano Real e do Presidente FHC na implementação desse plano. Gostaria apenas de fazer um comentário complementar com relação à declaração do Presidente do BNDES, quando diz que o crescimento veio depois de 2005, quando se solidificou de tal forma o balanço, aumentou as reservas, reduziu a vulnerabilidade e aumentou as exportações. Nesse exato ponto, eu quero lembrar ao Dr. Luciano Coutinho que o aumento dessas exportações deveu-se ao crescimento do setor agropecuário, que, na realidade, se forem avaliados os últimos anos, foi o setor que deu equilíbrio à balança comercial, o que é fruto justamente da estabilidade e da implementação de programas no setor, como o Mo-

derfrota, que renovou a frota de equipamentos e maquinários do campo, que estava obsoleta. Foi, então, o plano do Governo Fernando Henrique Cardoso que estimulou essa produção que vem contribuindo com a balança comercial brasileira. E isso não aconteceu do nada; isso não aconteceu por acaso e não ocorreu de 2005 para cá. Isso é fruto de muita tecnologia, de muito trabalho e de muito esforço do agronegócio brasileiro, que soube se profissionalizar e corresponder com grandeza à Nação. Infelizmente, a recíproca não é verdadeira. Infelizmente, nós não estamos tendo o reconhecimento à altura dos índices que representamos: um terço do PIB, um terço das exportações, um terço do emprego. Nós estamos diante de uma crise fenomenal, e este Governo lança o Plano Safra, sobre o qual quero fazer um pronunciamento ainda esta semana, que não condiz com a realidade do agronegócio brasileiro, da sua perda de renda e das dificuldades em que se encontra no momento atual. Para finalizar, quero parabenizá-lo, mais uma vez, pelo seu pronunciamento e deixar aqui a minha indignação com o economista Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil, que divulgou uma declaração tão irresponsável, fazendo uma apropriação indébita daquilo que não é dele: a estabilidade do Plano Real. Então, parabéns, e eu quero aqui me congratular com V. Ex^a. Muito obrigada.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – RE) – Nobre Senadora Kátia Abreu, quero agradecer o aparte de V. Ex^a que trouxe achegas importantes às considerações que estamos fazendo.

Sr. Presidente, desejo concluir com uma observação: em que pese todas essas conquistas e vitórias, o Brasil ainda não cresce a taxas compatíveis com o seu tamanho, as potencialidades de sua economia e a capacidade de trabalho de seu povo. A pergunta que se faz é a seguinte: por que nós não crescemos mais? A meu ver, Sr. Presidente, é porque não prosseguimos com as reformas estruturais. E isso é importante para alavancar a nossa economia, a nossa sociedade, ou seja, realizarmos a reforma trabalhista e sindical, fazermos a reforma tributária, ainda é a extração fiscal no Brasil é muito alta. Reforma tributária significa fortalecer também a federação. O Brasil é uma República Federativa desde a Carta de 1891, a federação que sempre foi um sonho de todos os brasileiros ainda não se materializou em toda a sua extensão e intensidade. Precisamos também avançar no campo da modernização econômica e da sociedade como um todo.

E, por fim, mas não finalmente, Sr. Presidente, precisamos também fazer as chamadas reformas institucionais, isto é, vertebrar verdadeiros partidos políticos no Brasil, criarmos condições para termos partidos

sólidos estruturados, precisamos – como já lembrei – fortalecer e Federação. Falar em federação é falar em cidadania, porque federação quer dizer descentralização e descentralização rima com cidadania.

Precisamos fortalecer as instituições republicanas, porque elas são fundamentais para dar estabilidade a um processo político conseqüente. Enfim, é necessário termos presente esse ideário, sem o qual o Brasil não crescerá a taxas compatíveis com as potencialidades do seu povo, do seu território, e com o sonho possível de sermos uma grande Nação neste século que se inicia, neste milênio que vemos alvorecer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior.

V. Ex^a, para fazer uma comunicação inadiável, terá direito a cinco minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Nobre Presidente Papaléo, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, antes de iniciar o meu pronunciamento, de agradecer aqui, em nome do povo de Rondônia, os quase três dias durante os quais o Senador Mão Santa nos deu a graça e a grata satisfação de permanecer principalmente na nossa Capital.

O Senador Mão Santa, que é conhecido como um dos maiores Senadores desta Casa, foi recebido em Rondônia como se estivesse no seu Piauí, porque é assim que o povo vê a liderança de V. Ex^a aqui no Senado. Senador Mão Santa, que prestigiou o Governador Ivo Cassol, prestigiou também um dos maiores eventos realizados em Porto Velho, na nossa Capital, que foi o Flor do Maracujá, que é a nossa cultura, a cultura do boi, e a cultura das quadrilhas brincantes de Rondônia e, principalmente, da nossa Capital de Porto Velho.

Gostaria que V. Ex^a retornasse ao nosso Estado, porque V. Ex^a conheceu a nossa Capital. No dia seguinte, no sábado, eu, o governador Ivo Cassol e a Primeira-Dama, D^a Ivone Cassol, estivemos percorrendo o interior do nosso Estado de Rondônia, e, como foi divulgada a presença de V. Ex^a na Capital do nosso Estado, o interior cobrava também a presença do Senador Mão Santa e esperava que o levássemos até lá, no interior do nosso Estado.

Então, fica o registro e o agradecimento ao Senador Mão Santa. Tenho a certeza de que agora, em Rondônia, não temos mais apenas três Senadores defendendo o Estado; agora temos quatro Senadores, pois o Senador Mão Santa, com certeza, além de defender tão bem o seu Piauí, vai defender também a nossa querida Rondônia, quando precisarmos de parecer do Senado da República.

Sr. Presidente, gostaria de falar um pouco sobre fundos constitucionais destinados ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que representam importante instrumento para que se cumpra um dos objetivos fundamentais da República, que é a redução das desigualdades regionais. Se os fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e Centro-Oeste não estão cumprindo esse papel a contento, devemos buscar as razões para isso. E ninguém melhor do que os agentes econômicos que necessitam desses recursos – ou seja, os representantes do setor produtivo dessas três regiões – para apontar os problemas e as disfunções desse instrumento voltado para a promoção do desenvolvimento regional.

Recebi, Sr. Presidente, documento da Associação Comercial e Industrial do Município de Ariquemes, do Estado de Rondônia, importante Município que pleiteia, com base em minuciosa exposição de motivos, a redução dos juros do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

Tive o cuidado não apenas de examinar detidamente o pleito, como de solicitar a manifestação da Consultoria Legislativa desta Casa, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à consistência técnica dos argumentos alegados.

Os diferentes exames do assunto recaíram na mesma conclusão: os juros cobrados pelos financiamentos do Fundo Constitucional do Norte não são os adequados na atual conjuntura econômica do País para cumprir os seus objetivos.

Esse raciocínio se estende, evidentemente, aos Fundos Constitucionais do Norte e do Centro-Oeste. Uma breve explanação pode convencer sobre a justiça e a razoabilidade da reivindicação.

As taxas de juros aplicadas aos empréstimos dos fundos constitucionais de financiamento foram definidas pela Lei nº 10.177, de 2001, tomando por referência a Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

O valor da TJLP era, naquela época, de 12% ao ano. As taxas de juros do Fundo Constitucional do Norte, já considerando o bônus de 15% para quem paga em dia as parcelas da dívida, eram fixadas numa faixa entre 7,44%, para as microempresas tomadoras de empréstimo, e 11,9% para as empresas de grande porte.

Esses mesmos juros valem para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste e, com uma pequena diferença, a menor, para o Fundo Constitucional do Nordeste, uma vez que o bônus de adimplência dos mutuários dessa região é um pouco mais elevado.

Ocorre, Sr. Presidente, que as diversas taxas de juros de nossa economia começaram, enfim, a cair de modo consistente, a partir de 2005.

O mesmo não poderia deixar de ocorrer com a Taxa de Juros a Longo Prazo, que foi reduzida, em 2006, de 12% para 6,5% ao ano, passando seu valor, portanto, a ser pouco mais da metade daquele que foi tomado por referência para fixar as taxas de juros dos Fundos Constitucionais.

A anomalia, Sr^{as} e Srs. Senadores, a raiz do presente problema situa-se neste preciso momento.

É que o Decreto nº 5.951, de 31 de outubro de 2006, que estabeleceu os novos juros dos Fundos Constitucionais de Financiamento, reduziu-os em uma proporção bem menor do que a utilizada para a redução da TJLP e das taxas de juros do mercado, em geral.

Enquanto a Taxa de Juros a Longo Prazo caiu quase pela metade, ou cerca de 48%; enquanto a taxa Selic, referencial para a taxa de juros do mercado, caiu cerca de 31%, a redução dos juros aplicados aos mutuários dos Fundos Constitucionais foi bem mais modesta, Senador Mão Santa.

As taxas de juros aplicadas às microempresas, por exemplo, passaram de 7,44% para 6,16%, o que equivale, Sr. Presidente, a uma redução de tão-somente de 17,2%. Caíram em proporção semelhante à das taxas aplicadas às empresas de pequeno, médio e grande porte.

A verdade, Sr. Presidente, é que a redução das taxas de juros dos fundos constitucionais foi injustificadamente tímida, acanhada mesmo.

Faltou aos técnicos responsáveis por essa definição, adotada pelo Decreto nº 5.951, de 2006, sensibilidade para com um dos mais sérios problemas nacionais, que é o do desigual desenvolvimento econômico e, por conseguinte, social das diferentes regiões brasileiras.

Enquanto as taxas de juros do mercado caem em torno de 30%, e a Taxa de Juros a Longo Prazo é reduzida em cerca de 48% – ou seja, praticamente pela metade –, os juros dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, apesar de sua relevância social, caem em menos de 18%.

É fácil perceber a distorção das presentes regras, Sr. Presidente, quando comparamos a taxa de juros do Fundo Constitucional do Norte aplicada às grandes empresas (que é de 9,78%) com os juros de 9,5% que as empresas de São Paulo ou Rio de Janeiro pagam ao BNDES.

Ou seja, as empresas do Sudeste industrializado estão, simplesmente, pagando menos juros que as empresas da Amazônia que recorrem ao FNO, quando sabemos que estas já se deparam com uma série de condições menos favoráveis para o desenvolvimento de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – V. Ex^a terá um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, a Associação Comercial e Industrial de Ariquemes, empenhada no desenvolvimento da chamada Grande Ariquemes, que engloba 10 Municípios vizinhos em nosso Estado, mostra, no documento a que me referi, sua justa indignação com o presente estado de coisas.

Manifesta-se inconformada com o fato de que os Fundos Constitucionais, concebidos para reduzir o fosso das diferenças intra-regionais existentes no País, não apresentem, hoje, um diferencial que estimule investimento de empresários e produtores nas regiões menos desenvolvidas.

Essa posição, expressa por empresários do Estado de Rondônia, é, certamente, a mesma abraçada pelos produtores dos demais Estados da Amazônia, bem como pela classe empresarial das Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Resta-nos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fazer um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, para que atenda à reivindicação do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, editando um novo decreto, que diminua as taxas de juros dos Fundos Constitucionais de Financiamento em proporção semelhante à da redução já implementada para as Taxas de Juros a Longo Prazo.

Embora tenha um sólido embasamento técnico, uma decisão a ser implementada nesse sentido reveste-se de uma natureza eminentemente política. Ela também poderia ser, de fato, implementada por intermédio de um projeto de lei ordinária.

Por essa razão, apresentei neste Senado projeto de lei para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Espero contar com o apoio de V. Ex^{as} para uma tramitação acelerada dessa matéria, sobretudo da nossa Presidenta da Comissão de Desenvolvimento Regional, a Senadora Lúcia Vânia.

Entretanto, insisto que a emissão de um decreto é um meio muito mais rápido e apropriado para resolver essa questão. Portanto, caso o Presidente da

República atenda ao nosso apelo, reduzindo os juros mediante decreto, retirarei o projeto de lei em caráter definitivo, por passar a ser desnecessário.

Concluo, Sr. Presidente, com a convicção de se tratar de medida justa e razoável, necessária para que os Fundos de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste cumpram a finalidade para a qual foram criados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti como orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR) – Sr. Presidente, se V. Ex^a concordar, gostaria de permutar com o Senador Zambiasi, que falaria em seguida a mim. Assim, fico inscrito para falar depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB –

AP) – O Senador Sérgio Zambiasi, então, fará uso da palavra. S. Ex^a, como Líder do PTB, dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS.

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, muito obrigado. Colega Mozarildo, muito obrigado pela gentileza. É apenas um registro sobre um tema que o próprio Presidente Papaléo está abordando, com projetos tramitando na Casa, que é a questão da obesidade.

Na semana passada, estivemos em audiência com o Ministro da Saúde, e registro aqui, acima de tudo, o agradecimento público ao Ministro José Temporão pela forma como recebeu em seu gabinete, na quinta-feira passada, portadores de obesidade mórbida, de todo o Brasil.

Na ocasião, esteve presente também o gaúcho Cristiano Pinto dos Santos, que caminhou 2.700km, de Cachoeirinha, na região metropolitana de Porto Alegre, até Brasília, durante 176 dias, para chamar a atenção do Brasil para o problema da obesidade mórbida.

Na audiência, foram colocados quatro assuntos prioritários de interesse para os obesos brasileiros:

1 – implantação plena da Portaria nº 390, de 2005;

2 – Conferência Nacional sobre Obesidade, em 2008, para celebrar os dez anos da implantação da cirurgia da obesidade pelo SUS;

3 – elaborar o Plano Nacional de Combate à Obesidade;

4 – implantação de um comitê permanente para tratar de assuntos da obesidade.

Foi realmente uma emoção para todos, Sr. Presidente Papaléo Paes, quando o Ministro José Gomes Temporão não apenas revalidou a portaria que instituiu diretrizes para atenção ao portador de obesidade, a serem implantadas em todas as unidades da Federação, como também liberou mais R\$5 milhões para o Orçamento deste ano destinados a cirurgias bariátricas, além de comprometer-se em dar andamento aos demais itens da pauta.

E esta Casa, Sr. Presidente Papaléo Paes, também está presente neste debate. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pela Senadora Patrícia Saboya, reuniu hoje especialistas sobre o assunto para falar das causas e conseqüências da obesidade no Brasil. Nessa reunião, pela manhã, quando foi debatida a questão, foi defendida especialmente a mudança de estilo de vida. Maior ingestão de frutas e verduras, diminuição do consumo de açúcar, sal e gorduras, bem como o aumento da atividade física são importantes para evitar a obesidade entre crianças e adolescentes. Essa foi a opinião da maioria dos participantes da audiência pública, promovida pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e que discutiu as causas e as conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, especialmente entre as crianças.

A sociedade brasileira, Senador Papaléo, começa então, finalmente, a despertar para o fato de que a obesidade realmente é um problema de saúde, e não um problema qualquer. Mas, como vêm alertando os especialistas, é hoje uma verdadeira epidemia, que já se mostra como uma das mais sérias questões de saúde pública.

A obesidade e o excesso de peso não param de crescer em nosso País. Aliás, esse é um problema mundial, que atinge em cheio os países industrializados, como os da Europa e os Estados Unidos.

No Brasil, o sobrepeso e a obesidade afetam a todos, sem distinção de sexo, de idade ou de classe social, e alcançam inclusive as classes sociais menos favorecidas, que costumam recorrer – por economia, pela força do hábito ou por falta de informação – a alimentos pouco nutritivos e com excesso calórico.

Nesse sentido, a própria escola deve assumir o encargo de ensinar as noções básicas da boa nutrição e estimular a sua prática. Há diversos programas de educação alimentar sendo conduzidos atualmente por escolas em diferentes locais do País. Destaco uma experiência no Rio, que ficou muito bem conhecida e aplaudida, que é o caso da proibição de venda, nas lanchonetes dos colégios, de alimentos considerados prejudiciais à saúde.

Sr. Presidente, um importante aspecto da questão da obesidade são as dificuldades que os portadores enfrentam no cotidiano, complicando a execução de ações práticas muito simples para a maioria das pessoas, como a de tomar um ônibus ou entrar em um banco. Acrescesse a isso o preconceito, muitas vezes manifestado por pessoas incautas ou insensíveis, que se mostra especialmente danoso para os mais jovens.

Por todas essas razões, quero, mais uma vez, saudar a valentia do jovem gaúcho Cristiano, que iniciou em Cachoeirinhas, Rio Grande do Sul, dia 2 de janeiro deste ano, aquela marcha rumo a Brasília, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a questão da obesidade mórbida. Ele motivou inúmeras reportagens, que continuam até hoje e que estão servindo para uma ampla discussão sobre esse tema. Nosso conterrâneo, mesmo obeso, não se amedrontou diante da perspectiva da caminhada de milhares de quilômetros. O fim dessa caminhada, com sua chegada a Brasília, ocorreu exatamente na semana passada, um dia antes da audiência com o Ministro Temporão.

Era essa a minha observação, Sr. Presidente, como sempre, buscando um pensamento sério e adequado sobre a instituição de um plano nacional para enfrentar a obesidade, abrangendo todos os seus aspectos, que vão desde campanhas educativas ao atendimento específico no Sistema Único de Saúde. E foi exatamente essa garantia que nos deu o Ministro Temporão na audiência realizada na semana passada, com representações de todo o Brasil.

Faço este registro público de agradecimento, com a certeza de que um novo conceito sobre essa doença começa a se formar em nível nacional.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer rapidamente uma comunicação à Casa e um pedido de orientação à Mesa. Enquanto eu falo, V. Ex^a pode pensar na resposta.

Nós aprovamos hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o meu parecer, um projeto muito importante, que trata de estabelecer critérios para a política do salário mínimo.

A consulta que faço é a seguinte: para pedir urgência, basta o pedido de urgência feito na Comissão, ou é necessário apresentar um requerimento a fim de trazer aquela matéria em regime de urgência para o Plenário? É essa a consulta que pretendia fazer.

O projeto é o seguinte. Até hoje não tivemos no País uma política de critérios para a correção do salário mínimo. Agora, sim. Com a lei que aprovamos hoje na Comissão, relatada por mim, o salário mínimo passa a ser reajustado, a cada ano, com um mês de antecedência, ou seja, antes o reajuste era feito em 1º de maio de todos os anos; este ano foi feito em 1º de abril – passou para R\$380,00; no ano que vem, 2008, será reajustado em 1º de março; em 2009, em 1º de fevereiro; e, em 2010, em 1º de janeiro.

Então, a partir de 2010, o trabalhador vai romper o ano com a expectativa de um novo salário, de um salário mínimo aumentado, o que vai influenciar positivamente a vida de milhares de brasileiros. Por isso, considero essa lei uma das mais importantes que votamos neste Senado este ano.

O segundo ponto que quero abordar, Sr. Presidente, é que o novo critério para correção do salário mínimo prevê o reajuste pelo INPC mais o crescimento do PIB de dois anos anteriores. Para exemplificar, explico que, no próximo ano, corrigiremos o salário mínimo pelo INPC, que é a correção da inflação, mais o crescimento do PIB de 2006, ou seja, mais 3,7%, o que confere um ganho real de 3,7% ao salário mínimo. Parece pouco, mas não é, porque isso ocorrerá todos os anos. Quanto mais crescer o PIB, melhor será a correção do salário mínimo. E é preciso reconhecer o seguinte: até agora, o PIB crescia, mas não era dividido com a população mais pobre, com aqueles que ganham o salário mínimo; agora, com o crescimento do PIB, ocorrerá, sim, essa distribuição da renda por meio dessa correção real do salário mínimo.

Outra vantagem, outro benefício, Sr. Presidente, é que a lei prevê que o Executivo terá de enviar, até o dia 31 de março de 2011, uma proposta para o período de 2012 a 2023. Com isso, estaremos com critérios já definidos até 2011, e depois, de 2012 a 2023, haverá também critérios claros para que os trabalhadores conheçam o salário com que poderão contar a cada ano. Portanto, é uma política, Sr. Presidente, de prevenir, de antecipar e de anunciar, com antecedência, como ficará o salário mínimo.

Então, Sr. Presidente, reconheçamos que esta é uma iniciativa do Presidente Lula que merece ser louvada pelo Senado Federal, não só com a aprovação do projeto, mas louvada sobretudo pelos trabalhadores brasileiros, que conhecerão, com antecedência, o critério de correção do salário mínimo, que afeta a vida de milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, fiz uma consulta à Mesa e gostaria de saber se tenho de apresentar aqui o requere-

rimento de urgência ou se vale o requerimento apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Osmar Dias, o projeto a que V. Ex^a se refere é o Projeto de Lei da Câmara de nº 42, de 2007. A Comissão de Assuntos Econômicos já aprovou a urgência, e temos de aprová-la também aqui no Plenário. Sabemos, no entanto, que a pauta está obstruída.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, tive a honra de relatar esse projeto e de apresentar o requerimento de urgência lá na Comissão. Ele vale, então, para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Mas o Plenário precisa aprová-lo. Ele foi aprovado na Comissão e terá de ser aprovado aqui no Plenário.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço aqui uma comunicação de interesse partidário. Não faz mais que trinta minutos o Senador Marco Maciel falou aqui neste Plenário, fazendo referência ao aniversário do Plano Real – um belo discurso de um Senador que sempre honrou o seu mandato.

Nós do PSDB lemos, com bastante atenção, declarações atribuídas ao Presidente do BNDES Luciano Coutinho, um pernambucano, assim como nós, uma pessoa de inegável competência e qualidade, mas fazendo uma declaração infeliz. Rigorosamente, o que está contido na sua declaração é a constatação, do ponto de vista dele, de que “a estabilidade do Real era falsa” e de que o verdadeiro equilíbrio da economia veio em 2005, com a melhoria das contas externas.

O economista Gustavo Franco fez algumas retificações à sua declaração, que não saíram publicadas de forma integral no jornal. Mas o que rigorosamente queremos deixar claro – e os brasileiros sabem que isso é absolutamente verdade – é que o Plano Real foi uma construção engenhosa, competente, inquestionável de um grupo de brasileiros, com suficiente capacidade técnica de resolver problemas que antes não foram resolvidos, por exemplo, no Plano Cruzado e em outros planos que não tiveram condições de se sustentar.

O Plano Real reestruturou a base para a economia brasileira se recompor, como vem se recompondo. Não fosse a sua intervenção, não fossem os seus resultados, a ordem econômica não seria instalada, a moeda não seria valorizada, nossa economia não teria um trilho.

Penso que a declaração de Luciano Coutinho tem alguns defeitos, na origem, que não são dele; são patrimônio dos chamados economistas do PT. Todos erraram no plural. Todos disseram que aquele plano não tinha condições de funcionar. Ninguém se lembra das idéias desses economistas e do próprio Luciano sobre a crise brasileira e a forma de resolvê-la. Ninguém as conhece. Ninguém tem a menor impressão de como seria a atuação desses economistas e do PT na conjuntura enfrentada pelos Governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, pelo antigo PFL e pelas forças que lhes davam sustentação quando definiram o Plano Real, a sua forma de implantação, a composição que ele significava para ordenar a economia brasileira em bases sólidas, solidez que não foi conquistada senão como consequência de uma política que teve uma gestão adequada e objetivos, do ponto de vista técnico, absolutamente redondos.

Numa segunda fase é evidente que reformas deveriam ser feitas. Era de se esperar que mudanças fossem processadas. O atual Governo não mudou nada, acomodou-se de forma precária ao que poderia ter sido, e já não era, a política econômica do governo anterior.

Favorecido por um ambiente internacional, o Brasil se satisfaz – como li hoje nos jornais, num artigo do Presidente da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Benjamin Steinbruch – com índices medíocres de crescimento econômico, absolutamente medíocres, sob qualquer parâmetro, incapazes de mudar a vida econômica e social dos brasileiros, incapazes de produzir um verdadeiro movimento de reestruturação econômica que implantasse investimentos pesados na infra-estrutura para nos transformar, de fato, numa economia competitiva em qualquer conjuntura internacional. Somente a produtividade e os fatores que colaboram com ela são competentes para que, no tempo, a sustentabilidade de uma política econômica se desenvolva.

Nossa educação continua em colapso; do ponto de vista objetivo, a área de saúde também, absolutamente desestruturada; e os investimentos não ocorrem, são prometidos, anunciados, e não se concretizam de maneira objetiva, como seria necessário.

Então, penso que o Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luciano Coutinho, sobre quem temos do ponto de vista pessoal a melhor consideração e avaliação, errou desta vez. Explodiu e fez transparentes frustrações, que não são dele, mas de um conjunto de pensadores, da época e de agora, que não foram capazes, no tempo, de tomar posições avançadas e seguras como as que foram tomadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e continuadas no seu Governo, ao longo dos oito anos em que governou o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento de Voto de Aplauso ao Boi Bumbá Caprichoso, que venceu o 42º Festival Folclórico de Parintins. Há muito tempo ele não vencia. Aliás, é o meu Boi de preferência, embora o seu adversário, o Garantido, tenha feito um papel belíssimo. Isso é cultura popular pura. Eu queria também homenagear o Garantido nesta ocasião.

Eu gostaria também, com a paciência do Senador Mozarildo Cavalcanti, de fazer um adendo ao que disse aqui o Senador Sérgio Guerra.

O Presidente do BNDES, esse admirável economista que é Luciano Coutinho, não precisa ficar... Primeiro, estou estranhando essa crítica ao Plano Real, depois de ter sido nomeado. Geralmente, o pessoal procura agradar o poder antes de ser nomeado; ele o faz depois. Acho esquisito ficar pagando promessa *ex post*. É esquisito.

Segundo, ele não tem que ter nenhum complexo do tipo “minha geração fracassou”, até porque o Plano Real, que logrou êxito, sim – ao contrário do que ele tentou propalar, embora saiba desse êxito –, e que está em vigência até hoje, é resultado de uma porção de tentativas – não digo de fracassos – que não deram certo antes. Então, o Plano Real viu que não dava para sair pelo caminho heterodoxo, nem do Plano Austral argentino, nem do Plano Cruzado do Governo Sarney. Era preciso sair pela via ortodoxa. Estudaram-se as

tentativas todas de estabilização da economia de Israel, da Polônia. Ou seja, as pessoas que compuseram o Plano Real são todas elas muito bem dotadas intelectualmente. Não há nenhum gênio ali, não, tanto que nenhum deles ganhou o Prêmio Nobel até hoje; são pessoas estudiosas que, inclusive muitas delas participando da tentativa do Plano Cruzado, observaram que era preciso, a partir daquilo que não conseguiu lograr êxito ou lograr êxito total se compor algo que somava aquelas experiências todas sendo, basicamente, um plano de desindexação. O Plano Real, se alguém me pede uma definição em uma frase, eu digo que é um plano de desindexação.

Então, lamento muito o Professor Luciano Coutinho estar atormentado até hoje. É como assim... Acho que o Zico do Flamengo já perdeu aquele complexo. É o melhor jogador que o Brasil já teve depois do Pelé, e, no entanto, não foi campeão do mundo. Azar do campeonato do mundo, o Zico é melhor que tudo aquilo. Ou seja, Luciano Coutinho não tem que se sentir inferiorizado em relação ao Pérsio Arida, nem ao Bacha, nem ao André Lara Resende, porque o Plano Real deu certo e o Cruzado não. Não! Ele tem que procurar compreender que seu valor está nos livros que escreveu, nos artigos que publica. Sua declaração foi infeliz, ele se diminuiu um pouquinho aos olhos de um admirador como eu, que sempre fui admirador dele. Ele não precisa mais dizer nada disso. Fica parecendo coisa pessoal, fica parecendo ciúme, fica parecendo sentimento menor, e ele deve ter sentimentos grandes.

Vou agora satisfazer o ego do professor Luciano Coutinho. Professor Luciano Coutinho, sei que o senhor é muito ocupado e talvez não tenha tempo de ouvir esse canal tão humilde, que é a *TV Senado*, mas vou lhe dizer uma coisa: fique tranqüilo, porque muito do êxito do Plano Real está fundado em alguma coisa do que o senhor escreveu, do que o senhor fez, do que o senhor sonhou. Portanto, sintase vitorioso, pois o senhor é participante de um Governo que tem tido êxito na sua política econômica basicamente porque não mexeu nos fundamentos essenciais do Plano Real, que principia na estabilidade econômica do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido, quanto ao requerimento, de acordo com o Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 777, DE 2007

*Requer VOTO DE APLAUSO ao Grupo
CAPRICHOSO, grande vencedor do 42º
Festival Folclórico de Parintins/2007.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao grande vencedor do 42º Festival Folclórico de Parintins/2007, Grupo CAPRICHOSO, criado em Parintins, em 1913, ano em que nasceu o Boi da Cara Preta, com uma estrela na testa e representado pelas cores azul e branco. O Boi do Caprichoso de Parintins tem como principais figuras o Amo, o Apresentador, além do Levantador de Toada, uma porta-estandarte, a Marujada de Guerra, a Vaquejada e a Sinhazinha da Fazenda.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de Carmona de Oliveira, dirigente-geral do Caprichoso e, por seu intermédio, a todos os demais integrantes da diretoria, atores, participantes, músicos, cenógrafos e outros servidores que, de alguma forma, contribuíram para o êxito do Grupo. Ainda, ao Prefeito de Parintins, Bi Garcia, com cumprimentos extensivos à Câmara Municipal e à população de Parintins.

JUSTIFICATIVA


O *Caprichoso* é o grande vencedor do Festival Folclórico de Parintins, que se aproxima do seu cinquentenário. Este ano, foi o 42º e o *Caprichoso* emocionou a cidade em que nasceu e que parou para ver o maior Boi de Rua do País e, claro, do mundo. Foi uma festa grandiosa: a alegria a todos contagiava, com artistas, cantores, personagens, compositores irradiando entusiasmo, sob a moldura de competentes cenógrafos e músicos.

A vitória do *Caprichoso*, a despeito do forte temporal desabado no segundo dia de apresentação, foi valorizada pela categoria do seu concorrente, o *Garantido*, que também emocionou os espectadores. Eu estava ali, acompanhei todo o desfile e, uma vez mais, convenci-me de que se trata realmente de uma impecável festa feita de alegria, cores e luzes.

O povo, comprimido nas ruas, aguardava a passagem dos dois grupos; de repente, uma explosão maior de música, com a multidão embalada pelo toque da *Marujada de Guerra*. A emoção começou na Rua Francesa e, em sua caminhada, arrastou o povo, uma alegria única, entoando *Eu vou, vou desfilando na cidade, o meu boi é da mocidade, é boi bonito de verdade. Alô, morena, vem ver, vem ver para acabar de crer.*

É, pois, justa a homenagem que requeiro pelo desempenho do campeão de 2007 do Festival Folclórico de Parintins

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil é cheio de casos em que a burocracia atrapalha qualquer bom senso. Vemos, todo dia, às vezes, o meio de campo da Administração atrapalhar as decisões que são tomadas seja pelo Chefe do Poder Executivo, seja pelo Congresso Nacional ou até mesmo por decisões judiciais.

Hoje, quero trazer ao conhecimento desta Casa um caso que é realmente espetacular. É um tema de saúde pública que é, aparentemente, de natureza municipal, mas que ultrapassa, na verdade, por sua importância, o campo municipal e diz respeito às relações entre União e Municípios, que são, estes últimos, entes da Federação, inserindo-se, portanto, no campo de interesse do Senado, que é a Casa responsável pela Federação, pelo equilíbrio dos Estados.

Além disso, o caso assume contornos sensíveis por se tratar de um Município na fronteira do Brasil com a República da Guiana, a ex-colônia Guiana Inglesa.

A Prefeitura Municipal de Bonfim, no meu Estado de Roraima, uma cidade unida à Guiana, vem tentando, sem sucesso, construir postos de saúde para atender às comunidades indígenas do Município. Vou até citar as comunidades, para que a Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde anote. São as comunidades indígenas de Jabuti, Pium, Cumaru, Manauá, Alto Araia, Moscou e Marupá.

A Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, é favorável à construção dos referidos postos, pois essas comunidades não dispõem de prédio adequado para atendimento dessas populações indígenas, e não existe projeto para construção no âmbito da Funasa.

A Advocacia-Geral da União, por meio da Procuradoria Federal Especializada, também se manifestou favoravelmente ao projeto afirmando: “Não há necessidade nenhuma de se proceder a registro imobiliário das terras da União. As obras podem ser perfeitamente autorizadas, desde que com a anuência dos envolvidos: índios, Funai e Funasa”.

A Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, no entanto, exige a comprovação da propriedade do terreno pelo Município, o que é impossível, por se tratar de terras indígenas, de propriedade da União. Sr.

Presidente, neste caso, a responsabilidade de construir os postos de saúde e mantê-los deveria ser da União, do Governo Federal, porque o terreno está em terras da União. No entanto, o Município, porque essas reservas indígenas estão dentro da área do Município, quer construir os postos de saúde, e o Fundo Nacional de Saúde não deixa construir porque não pode registrar as terras em nome do Município. É um absurdo! É um contra-senso total.

Assim, a Prefeitura do Município de Bonfim está impedida, pelo Fundo Nacional de Saúde, de construir os postos de saúde, tendo os recursos bloqueados, “até que possa comprovar a cessão de uso da área para fins de viabilizar a construção da Unidade de Saúde”.

É de estarrecer, Senador Papaléo, médico como eu. É dever do Estado, segundo a Constituição, garantir a saúde, um direito dos cidadãos. Nesse caso, ambos os pontos estão sendo obstados por um Fundo que gere os recursos da saúde. É um negócio absurdo e incompreensível.

Trata-se, em última análise, de cerceamento do direito universal à saúde, estabelecido na Constituição Federal, e de desvirtuamento das diretrizes que norteiam a Política Nacional de Saúde, principalmente no que se refere à descentralização das atividades de saúde do campo federal para as áreas estadual e municipal.

É no Município que as demandas por serviço público são mais fortes, mais urgentes e inadiáveis, pois é lá que as pessoas vivem, os problemas graves aparecem e os recursos são mais escassos.

Não podemos aceitar uma situação em que um prefeito procura cumprir suas obrigações, em uma área de elevada prioridade como a da saúde, mas é impedido por entraves burocráticos.

Isso é ainda mais grave por se tratar de um Município de fronteira, com uma população de 13 mil habitantes, na divisa com a República da Guiana e que recebe pouca atenção das autoridades federais.

Não podemos aceitar uma divisão de brasileiros de primeira e de segunda classe.

Esses nossos irmãos que nasceram em locais distante dos grandes centros, nos locais extremos de nossas fronteiras, eles, sim, deveriam receber tratamento de primeira classe, pois são eles que ajudam a defender e a preservar nossas fronteiras e os interesses nacionais, evitando que piratas e aventureiros pratiquem atos de maior gravidade contra a soberania nacional.

Sem a presença desses nossos irmãos que vivem nas fronteiras, a cobiça externa pela Amazônia certamente já teria se transformado em internacionalização pura e o Brasil já teria perdido o que de mais valioso possui: a Amazônia, tão valiosa e tão desprezada pelas autoridades federais.

Enquanto a Prefeitura de Bonfim não consegue se livrar das barreiras burocráticas, muitas organizações não-governamentais se beneficiam indevidamente de recursos públicos e vivem de fraudes, de pirataria, de desvio, de espionagem, do tráfico de animais silvestres, de roubo de nossa flora, fauna, enfim, de nossa biodiversidade.

Além da falta de transparência, essas ONGs continuam a receber recursos públicos com a maior facilidade, sem prestar contas nem ao TCU, nem ao Congresso Nacional. Muitas delas praticam atividades criminosas disfarçadas e prestam contas apenas aos traidores da Pátria e a entidades estrangeiras que querem transformar o Brasil em uma republiqueta submetida ao capitalismo selvagem.

Deixo aqui o meu apelo para que a nossa Amazônia, nossa maior riqueza, se transforme em verdadeira prioridade nacional e para que a burocracia não sufoque as verdadeiras ações em benefício de nossas populações mais sofridas e desprezadas.

O Brasil, sem a Amazônia, jamais será uma potência de primeira grandeza, e a Amazônia só se mantém com o apoio de todos os brasileiros e com políticas públicas que garantam a sobrevivência digna de sua população.

Quero, portanto, Sr. Presidente, ao encerrar, dirigir um apelo ao Ministro da Saúde...

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – ... para que atente para essa questão do Município fronteiro com a República da Guiana. Absurdo dos absurdos: nós temos o recurso alocado para a Prefeitura, mas ela não pode construir um posto de saúde porque o Fundo Nacional de Saúde diz que a terra indígena não pertence ao Município. E, portanto, o Município não pode atender aos índios com relação à saúde.

Ouçõo o Senador Romeu Tuma, com muito prazer, antes de finalizar o meu discurso.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É claro que o meu objetivo principal é cumprimentar V. Ex^a pela reunião que realizou na Subcomissão da Amazônia. Até houve momentos de emoção, pelo depoimento que aquela sua convidada fez com tanta eloquência e com tanto conhecimento. Agora, será que os índios nunca ficam doentes, Senador? V. Ex^a, que é médico, acha que a saúde do índio é irresistível a qualquer ação que possa haver, de tempo, de mosquito... O programa Fantástico apresentou reportagem sobre alguns tipos de mosquitos que conseguem deixar 100 mil brasileiros na cama. Será que nenhum índio sofre a conseqüência disso? E essas ONGs? Por que até hoje não foi instalada a CPI, pela qual há tanto tem-

po V. Ex^a tem lutado? Tenho ouvido vários discursos a respeito. O Senador Heráclito Fortes completou as assinaturas. Já tem, praticamente, a ordem de instalação, mas são assuntos que temos de resolver. Andei pelas comunidades indígenas. Quando se faziam algumas operações, tinha de levar médico, dentista, porque não tinha ninguém para atender as comunidades indígenas, que sofriam muito com doenças e, principalmente, com ausência de tratamento dentário. Obrigado, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço, Senador Romeu Tuma, o aparte de V. Ex^a, que conhece muito bem a nossa Amazônia. Eu trouxe aqui justamente este assunto, porque tentei, inclusive, resolver, digamos assim, na conversa, essa questão que é estarecedora, e ainda não consegui. Quer dizer, o dinheiro alocado pela Prefeitura, para aplicar na assistência às comunidades indígenas, que, portanto, são moradores do Município, não pode ser aplicado na construção de um posto de saúde, porque o Fundo Nacional de Saúde diz que a terra não é do Município, mas da União.

Então, penso que o Ministro pode, perfeitamente – já que tem o parecer favorável da AGU –, resolver essa questão e permitir que a Prefeitura construa o posto de saúde para atender aos índios que lá estão, Senador Romeu Tuma, doentes, com malária, dengue e tantas outras doenças que assolam aquela região imensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Almeida Lima. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Tasso Jereissati, por permuta com o Senador César Borges.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se V. Ex^a me permite, eu quero fazer a leitura da breve Nota à Imprensa, que a Bancada deliberou agora na reunião, a partir das 11h.

A Bancada de Senadores do PT e os representantes do Bloco de Apoio ao Governo no Conselho de Ética decidiram, por unanimidade, aplaudir a deliberação da Comissão Diretora do Senado Federal e elogiar a rapidez com que seus membros efetuaram a diligência que ratificou o despacho do Senador Renan Calheiros quanto à admissibilidade

da Representação nº 1, de 2007, e devolveu o processo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Nesta oportunidade, a Bancada e os representantes do Bloco no Conselho expressam sua irrestrita confiança no prosseguimento das investigações, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, observados o devido processo legal e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A Bancada e os representantes do Bloco no Conselho se empenharão, ainda, para que o procedimento em curso chegue a termo de forma célere, nos estritos termos constitucionais, legais e regimentais, fazendo-se a necessária Justiça. Considera, finalmente, importante que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúna o mais brevemente possível, para dar continuidade aos trabalhos referentes à representação em questão.

Bancada dos Senadores do PT e Membros do Bloco de Apoio ao Governo no Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, antecedeu-nos o Senador e médico Mozarildo Cavalcanti, que falou de problemas na área de saúde.

Senador Papaléo, Senador Tasso, debrucei-me sobre a pesquisa. Luiz Inácio é majoritário, não resta dúvida. Quem vê bem, vê com o coração. O essencial é invisível aos olhos. Nessa pesquisa, nunca antes houve tanta corrupção no Brasil. Nessa pesquisa, nunca a segurança esteve tão ruim na história do Brasil.

Vendo com bons olhos, Senador Sibá, fé, esperança e caridade. A caridade existe com o “bolsa-esmola”. O Apóstolo Paulo falava de fé e esperança. Ó, Jereissati, os brasileiros já disseram que não vai melhorar a segurança.

Governo sem fé e sem esperança, estruturado em caridade, o que é bom, em amor e em solidariedade, com o “bolsa-esmola”.

Mas, Papaléo, me permita, sou muito mais Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. Mário Couto, ele é nosso salmista profeta: “A esmola que você dá a um homem são ou mata ele de vergonha ou vicia o cidadão”.

“Eu não acredito”, é questão de crença. Eu creio em Deus, em Cristo, na verdade e na justiça. Rui disse que só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça. No amor...

Mas um Governo cujo alicerce é a corrupção... A segurança, Papaléo, está aí. Brasileiras e brasileiros, Norberto Bobbio, sábio, Senador Vitalício, disse que o mínimo que um Governo tem de dar ao seu povo é a segurança. A vida, a liberdade e a propriedade, Mário Couto.

E saúde, Papaléo? Atentai bem, Mozarildo, V. Ex^a falou aí, médico antes de Senador. Eu fui ao Acre e a Rondônia e vi lá o nosso amigo Arthur Virgílio falando do folclore. Mas lá eu vi o povo dizendo que era igual ao do Amazonas. E eu senti a quadrilha da qual sua esposa era a madrinha. Eu já conhecia o Acre antes, que tem uma história brava como a do Piauí, Tasso! Ó, Jefferson, saiu o livro lá, os bravos da Amazônia, e os acreanos foram bravos, fizeram aquilo, conquistaram, com Gálvez e tal!

No Piauí, também, expulsamos os portugueses em batalha sangrenta, no dia 13 de março. Ontem, os baianos nos seguiram, dia 2 de julho, data da comemoração. Mas fomos os primeiros!

Mas eu dizia que estava satisfeito com o Acre, porque o primeiro ambientalista, Papaléo, disse, atentai bem!: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano” (Sófocles).

Havia um ser humano que eu admirava, Adib Jatene, o melhor dos médicos hoje, cujas cirurgias tive o privilégio de auxiliar, no nascer da cirurgia cardiovascular do Brasil. E, depois, governando o Piauí, ele, o melhor Ministro da Saúde deste País, ajudou-nos a construir um pronto-socorro.

Mas, Mozarildo, Adib Jatene, aquele acreano, orgulho de seu povo, não é escritor, mas veio à tona. Ó, Mozarildo, V. Ex^a, preocupado com a saúde em seu Estado, e Adib Jatene, cujo artigo aqui está: “Dengue, uma oportunidade perdida”.

Adib Jatene, 78 anos, o maior exemplo de médico, tornou a ciência médica mais humana e sempre um benfeitor da humanidade. Setenta e oito anos, cardiologista, professor emérito da Faculdade de Medicina da USP, Diretor do Hospital do Coração, Ministro da Saúde no Governo Collor e Fernando Henrique Cardoso, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo envolvido.

Adib Jatene larga tudo e vai escrever “Dengue, uma oportunidade perdida”. É uma lástima ter que dizer que esse mosquitinho que está atazanando o Brasil, o Piauí principalmente, esse mosquitinho, é o mesmo que levou Oswaldo Cruz para a história, Mozarildo. É o mesmo, é o mesmo! Naquele tempo ele levava a febre amarela e, agora, a dengue. Leio:

De novo a população vem sendo alertada e sofrendo com o cíclico aumento do número dos casos de dengue, inclusive na sua forma hemorrágica, com eventos fatais.

Essa dengue, ó Luiz Inácio, antes de ir para a Europa, ela tinha desaparecido do Brasil; ela tinha acabado. Ela é a epidemiologia do mundo. Eu sei que o Fidel Castro é ditador, mas ele debelou. Bem aí, na Colômbia, debelaram.

Aqui, está aí a dengue. E aqui anotado: “O programa deveria ser cumprido em aproximadamente quatro anos”. Como a poliomielite – essa doença desaparece; a varíola, eu tive; a varicela tipo Dixon desaparece; devia ter desaparecido há quatro anos. Mas aí o Governo fez a CPMF para a saúde, e o “Governo dos aloprados” tomou o dinheiro; e a medida provisória os aloprados não a cumprem. Resultado: está aí a dengue.

Ele ainda diz:

É evidente que um plano dessa magnitude envolveria vários ministérios além do da Saúde. Chegou a ser aprovado, em reunião convocada pelo Presidente da República, com a presença de 11 ministérios...

Era para nós estarmos livres da dengue; e ela está aí.

Papaléo, olhe a vergonha deste Governo: Luiz Inácio não vai ficar relaxado e gozando nos aeroportos; ele vai pegar o Aerolula e vai já para a Europa. É... Ele vai, mas o povo...

Está aqui dito que, em Teresina, a “dengue hemorrágica causa a 11ª morte”. Cinco no fim de semana passada, Jefferson Péres. E o Secretário Municipal de Saúde de Teresina é um extraordinário médico. Adib Jatene tinha convocado 11 Ministros. Ô Expedito Júnior! E aí está, era para debelar em quatro anos, mas aumentou. O Secretário Municipal de Saúde de Teresina, João Orlando, estoicamente está lutando. É um homem de bem, médico extraordinário. Mas isso é programa federal. Ela está no Mato Grosso do Sul, ela está no Rio de Janeiro...

Além da praga do PT, que entrou no Piauí, tem a epidemia da dengue.

Papaléo, são 2.833 casos, com 11 mortes. E a gravidade, Presidente Collor, a dengue... Eu parabeno V. Exª porque convidou Adib Jatene para ser Ministro da Saúde deste País. Um extraordinário homem – está aqui o plano, estou diante do trabalho de Jatene – que orgulhosamente disse que foi seu Ministro e que, em quatro anos, era para ter acabado, mas os aloprados acabaram com o dinheiro da CPMF, e a dengue está aí matando no Piauí.

Editorial do **Diário do Povo**, Zózimo Tavares, o melhor jornalista de lá: “Faltou cuidado com a dengue”. Reporta-

gem, Patrícia Andrade, repórter de cidade: “Os descabros e a morte”, e isso é na capital, mas, no interior...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Exª terá dois minutos para concluir o seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – No interior está muito pior. Ontem, recebi *e-mails* do Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso do Sul e o Piauí estão disputando a medalha de ouro de dengue.

Essa doença tinha desaparecido do mapa do Brasil em 1950. Ô Papaléo, eu fui Prefeito e enfrentei uma epidemia de cólera, que é transmitida pela água. A gente tem... Eu peguei um hospital, Dirceu Arcoverde, e fiz uma UTI! Nenhuma morte...

Eu me lembro, ô Expedito Júnior, que eu estava em um futebol, de tarde, como Prefeito no Estádio Mão Santa, e torcendo, quando me disseram que tinha uma pessoa na rodoviária ao lado passando mal. Eu ia, atento ao jogo, mesmo guiando o carro da Prefeitura, um carro preto; só fiz puxar a chave e disse: “Pois pega e leva para um hospital”. Ô Papaléo, eu fui ver depois; passei no hospital... Era cólera! Porque Parnaíba, olha o mapa, fica próxima de Ceará e Maranhão e eles vinham. Não morreu nenhum, Papaléo! O maior título que eu tenho não é ter sido Governador, Senador, Prefeito, mas ter enfrentado uma crise de cólera e não ter perdido nenhum doente, por ação constante e firme, tendo UTI para aquilo e atendendo aos doentes do Maranhão e do Ceará. É isso que queremos que o Governo Federal faça. O Secretário de Saúde do Município de Teresina é um homem honrado e de bem. Mas isso é um problema... Jefferson, não é um problema do Secretário de Saúde da capital, é um problema do Brasil.

Está no Mato Grosso, está no Amazonas. A dengue está aí, mas outros países conseguiram debelar essa doença. São essas coisas que me fazem advertir o Presidente Luiz Inácio. Olha, tem de ser temente a Deus!

Falta dinheiro para tudo, Jefferson Péres, mas ele deu para os aloprados que têm DAS; 139% de aumento. Os funcionários públicos da saúde, inclusive os médicos, ganharam menos de 3%.

É isto o que queremos: fazer este apelo às Lideranças e ao Presidente Luiz Inácio. Está tudo parado no Piauí, não há obras. Vamos juntar as forças para salvar aquele povo que enfrenta uma praga: o PT, que lá está governando. A outra praga é a epidemia de dengue que lá está a matar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PDT apenas para ler uma nota.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra pela Liderança do PDT.

Em seguida, falará o Senador Tasso Jereissati como orador inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nota.

Os Senadores do Partido Democrático Trabalhista – PDT, por unanimidade, decidiram recomendar ao Senador Renan Calheiros o seu afastamento temporário da Presidência até o final do processo a que responde no Conselho de Ética, sem o que a investigação cairá no descrédito, com grave dano à imagem do Senado e do próprio Congresso Nacional.

Assinam os quatro Senadores que integram a Bancada do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Jefferson Péres.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP.) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Tenho igualmente uma comunicação do PSDB muito relevante a fazer, mas, conforme acerto da minha Bancada, farei isso no momento em que o Senador Renan Calheiros estiver na presidência da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati, por permuta com o Senador César Borges. (Pausa.)

Pergunto a V. Ex^a se vai fazer uso da palavra agora, Senador Tasso Jereissati. (Pausa.)

V. Ex^a será o próximo.

Sem prejuízo na ordem das inscrições, concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, sem prejuízo na ordem das inscrições.

V. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento, como orador inscrito.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro

lugar, quero fazer um requerimento, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, de acordo com as tradições da Casa, a seguinte homenagem de falecimento: inserção em Ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família de Emílio Batistela e Filomena Batistela. Emílio foi um grande empresário no sul do Brasil, mais propriamente em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Em 1948, iniciou suas atividades empresariais em Lajes, na minha cidade. Ao longo desses anos todos, junto com seus colaboradores, com seus cinco filhos, gerou 17 empresas, tendo quatro mil empregados diretos e cerca de cinco mil empregados indiretos. Ao longo desse tempo, ele promoveu o desenvolvimento de todas essas regiões onde atuou.

O passamento dele, aos 93 anos de idade, ocorreu no sábado. Por coincidência, um exemplo de vida, que só Deus sabe explicar, quinze minutos depois, a esposa dele, companheira ao longo de 70 anos, também faleceu.

A nossa região toda se enlutou não apenas por causa do sucesso empresarial dele, das conquistas econômicas, da geração de empregos, mas também por que ele teve forte participação na vida dos cidadãos de toda a nossa região. Em todas as instituições beneficentes, nos hospitais, nas creches, nos asilos, a presença do Sr. Emílio e da sua força financeira fez com que ele conquistasse de todos grande respeito e profunda admiração.

Por isso, no dia do seu passamento, no sábado, no seu velório, a comunidade inteira parou para prestar suas homenagens a esse casal. É uma coisa impressionante! Ele faleceu, aos 93 anos, e a esposa dele, quinze minutos depois, também faleceu. Uma coisa que só Deus explica! São pessoas extremamente benquistas, por isso faço esse requerimento.

Quero também falar da experiência que estamos desenvolvendo. Tenho feito, todo final de semana, um grande roteiro pelo interior do Estado de Santa Catarina. Fizemos trinta reuniões regionais. Nelas, procuramos fortalecer o nosso Partido, fazendo a transição do PFL para o Democratas. E convivemos e nos relacionamos com todas as nossas lideranças. Preocupa-me muito o tamanho, a profundidade, a gravidade da crise política que vivemos. Não me refiro apenas a esta que vivemos agora no Senado, que também atinge fortemente nós todos e contribui para a desmoralização ainda maior da classe política. É impressionante como as pessoas cobram uma explicação sobre o que está acontecendo aqui, sobretudo a forma atrapalhada como o processo está se desenvolvendo, as atitudes e a presença daqueles que as comandam. Agora

vejo que a Mesa Diretora, graças a Deus, devolveu o processo ao Conselho de Ética para que ele continue o seu trabalho.

Minha pergunta é: em que fundamento se baseou para devolver o processo à Mesa? É mais um ato de desmoralização, é mais uma ação atrapalhada, que envergonha a todos nós. Está difícil andar nas ruas. Nessas reuniões, as pessoas cobram de nós a todo instante. É impressionante como o Congresso está se desmoralizando rapidamente. Isso tudo faz parte de um momento crítico.

Na sexta-feira, tivemos um encontro com todos os nossos pré-candidatos a prefeito. Foram 156 pessoas.

Estamos fazendo um enorme esforço para fortalecer o Partido em cima de três pontos fundamentais. Um, é claro, o resultado eleitoral, para que ele seja uma máquina eleitoral – senão fica uma utopia –, para que ele possa ganhar a eleição, mas também que ele se abra para que venham os novos, as novas idéias. Não apenas novo na idéia, mas que a comunidade participe mais e ajude a alterar essa política que está aí, porque a política, no Brasil, virou um negócio. E política não é um negócio. É a arte de liderar as pessoas, de fazer o bem, de se envolver com a comunidade no dia-a-dia. Isso acontece nos Municípios. A realidade municipal é essa. É aqui que está diferente. É aqui que precisa mudar. Então, isso tem de servir como um alerta para nós todos porque isso não vai acabar bem. A política está muito desgastada, está desmoralizada, e as pessoas que a fazem estão começando a se contaminar e a perder sua credibilidade. É evidente que, individualmente, cada um de nós tem sua credibilidade, exerce sua liderança, mas quando a instituição, quando os Partidos se apresentam, a rejeição é total.

Na pesquisa que temos, apenas 1% do povo brasileiro é partidário; 9% têm simpatia pelos Partidos; 15% têm informações políticas e 75% não sabem, não querem saber e já estão com raiva de quem sabe. Esse é o processo que se desenvolve e que deixa muito clara essa realidade.

Alguns dizem: “Ah, mas a economia está indo bem; há dois países, o que faz a política é que não está alterando a vida da economia”. A maior crise de todas é a crise moral, é a crise ética, é a crise de liderança, de exemplo. E essa está trazendo um desgaste enorme. Se não atuarmos de forma clara, forte, vamos pagar um preço muito alto, as instituições vão sofrer muito.

Na realidade municipal, as pessoas que fazem o dia-a-dia, que estão convivendo com os cidadãos, mantêm a credibilidade. Isso mostra muito claramente aquilo que o Senador Marco Maciel disse hoje aqui: há

necessidade de descentralizarmos, de levarmos para a base o poder político, de levarmos os recursos, de permitirmos que, nas Prefeituras, na vida comunitária, no dia-a-dia das pessoas, se recupere a credibilidade, se dê outro sentido a esse processo político.

E aqui vem uma coisa que é fundamental: a primeira de todas as reformas – prefiro usar a palavra mudança – é a mudança política. O processo está corrompido. O processo corrompe as pessoas porque o custo das eleições está muito mais elevado do que aquilo que as pessoas vão ter como remuneração no exercício do seu mandato.

Houve um esforço para aprovar a lista partidária, uns eram a favor, outros contra. De fato, é uma questão complexa, ela agride a cultura brasileira. Talvez não seja esse o melhor modelo, mas alguma coisa há que se fazer. Aqui mesmo, no Senado, está na pauta, Senador Mão Santa, a da cláusula de barreira. Os países mais desenvolvidos adotaram a cláusula de barreira. Nós precisamos fortalecer os partidos. Do contrário, não há como se manter uma democracia e fazer com que ela funcione, porque democracia não é só votar, é fazer com que as instituições funcionem, que se dê apoio, proteção, que se permita o crescimento das pessoas, que se organize a sociedade num processo de mobilização, de organização, de conscientização. Sem partidos não conseguimos fazer isso. Essa facilidade de criar partidos foi necessária na abertura, em 1985, mas hoje ela é um empecilho, um atrapalho, e, de forma clara, temos que fazer isso.

Esse projeto de autoria do Senador Marco Maciel, que foi relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos e está pronto para ser votado, impõe regras, organiza e dá um pouco de qualidade ao processo. A Câmara continua debatendo esses pontos. Proibir a coligação na eleição proporcional é um passo importante, que fortalece o partido, diminui o número de partidos, diminui essa complexidade que temos. Com relação à fidelidade partidária, será que nós vamos ter que esperar o Supremo deliberar em nosso nome, por inapetência, por incompetência, por falta de capacidade nossa de resolver isso aqui? Será que é isso que estamos esperando? Isso nos desgasta, nos desmoraliza mesmo. A fidelidade partidária é indispensável para que possamos avançar, dar um passo importante, e depois temos que ir para o campo da conscientização.

Quanto ao modelo que se está colocando, e eu prestei a atenção no discurso do Senador Mão Santa, mais uma vez, muito competente, como é que se muda isso? Não é como um grupo de amigos que se encontra numa mesa de bar, filosofam, filosofam, depois cada um vai para sua casa e nada acontece. Assim está a política no Brasil. Cada um tem a sua opinião, cada um

a defende com convicção e vai para casa, mas uma instituição tem que pegar o poder da maioria, aprofundar o debate e tomar uma decisão. Como é que vamos manter um modelo de educação? A escola pública é dos ricos, e o pobre vai para a escola particular. De cada cinco alunos universitários hoje, estão na escola particular quatro; apenas um na escola pública. Quanto à questão da saúde: foi votada a CPMF para proteger a saúde em cima da credibilidade do Adib Jatene. Eu votei, Mão Santa, como Deputado Federal, a favor, em cima daquele ato, porque entendia que precisava melhorar a saúde do nosso País. Hoje apenas um terço vai para a saúde, dois terços já vão para a caixa do tesouro do País e já não há o resultado para a sociedade, mas o imposto está aí. E sabemos o que é a saúde no Município: é a ambulância terapia, é a pessoa que faz quimioterapia e anda 500 quilômetros, a que faz radioterapia e anda outros tantos. Essa é a realidade do povo brasileiro.

Há sim, na verdade, dois países. Um que é comandado pelo setor público e que está se desgastando e se desmoralizando cada vez mais e criando uma diferença enorme; e outro que é a vida das pessoas, sobretudo das pessoas do interior, as mais pobres e que são desassistidas. A crise política é muito forte e começa pelo vetor da desmoralização. Mas há outro: a ineficiência e a falta de resultados.

Deixo aqui esse alerta, essa preocupação, na torcida de que em breve o nosso Conselho de Ética dê um encaminhamento a essas questões, para que tiremos de cima de nós essa nuvem preta e possamos voltar a deliberar coisas importantes. Que as pessoas tenham bom senso e respeito à opinião pública e ao que as pessoas falam e pensam e vêem acontecendo, porque a cada dia está mais difícil ser político e dá muita vontade de deixar de sê-lo – que não é o caminho. Quero continuar, tenho quase trinta anos de vida pública, fui deputado estadual, deputado federal, prefeito por três vezes, presidi a companhia de energia elétrica, de água, dirigi empresa de telefone, fui secretário de Estado e quero continuar. Mas quero continuar num processo diferente, onde tenhamos orgulho de cumprimentar as pessoas, de olhar nos olhos delas, de nos comprometermos com aqueles que são os mais pobres e que precisam da ação do Estado.

Agradar os ricos qualquer um faz. O compromisso do homem público deve ser com aqueles que não têm voz, não têm vez e que estão afastados do processo que a sociedade oferece como meio de promoção social.

Por isso, faço aqui um pedido para que o Conselho de Ética se reúna rapidamente e delibere, a fim de que tiremos esse problema da vida do Senado, recu-

peremos credibilidade junto ao povo brasileiro e comecemos a legislar em cima das questões fundamentais para melhorar o desempenho do setor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Raimundo Colombo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo na ordem de inscrição.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero – como a Senadora Ideli Salvatti, que se já não o fez, fará – saudar e apoiar a decisão da Mesa Diretora, que encaminhou ao Conselho de Ética a convalidação de tudo aquilo que foi feito até agora, para que aquele órgão prossiga os trabalhos de apuração, averiguação, da forma mais isenta possível, Senador Arthur Virgílio e Senador Wellington Salgado.

Todos nós desejamos que possa o Senador Renan Calheiros, o Presidente, que contou com o meu voto, ter o procedimento o mais isento, e que lhe seja assegurado o direito completo de averiguação dos fatos. Como o Senador Leomar Quintanilha convocou a reunião hoje para as 18h30min – isso está confirmado; eu acabo de falar com ele –, então acredito que a nossa reunião das 18h30min do Conselho de Ética procederá com o espírito de isenção e da melhor forma possível.

Considero também positivos os passos que o Senador Leomar Quintanilha, como Presidente, está dando nos diálogos – dos quais o Senador Augusto Botelho e eu fomos testemunhas há pouco – com o Senador Renato Casagrande. Eles estão dialogando sobre a idéia, que está se fortalecendo – idéia que o Senador Sibá Machado, quando Presidente do Conselho de Ética, havia adiantado – de, dada a responsabilidade de estarmos avaliando os procedimentos de uma pessoa que é nosso colega e Presidente do Senado, quem sabe, instalar-se um conselho composto de três Senadores que possa ter um procedimento o mais equilibrado e sereno possível.

Enfim, todos os Senadores estamos conversando – as mais diversas Lideranças – e estamos caminhando para uma decisão de bom senso e de serenidade.

Eu quero saudar, Senador Mão Santa, isso que está por se consolidar, com a decisão positiva da Mesa, hoje presidida pelo Senador Tião Viana, e os passos que agora serão dados pelo Conselho de Ética.

Mas hoje eu gostaria de estar falando sobre o desenvolvimento do Programa Bolsa-Família e a perspectiva de para onde vamos.

No último domingo, na **Folha de S.Paulo**, o Ministro Patrus Ananias escreveu um artigo muito bem cuidado “O caminho da Emancipação Social” que eu gostaria de comentar e também dar aqui a notícia. Na última quinta-feira eu tive oportunidade de ter um diálogo com o Ministro Patrus Ananias e com os Prefeitos Elói Pietá, de Guarulhos; Marco Aurélio de Souza, de Jacareí; José Augusto de Guarnieri Pereira, de Santo Antonio do Pinhal; Amarildo Tomáz do Nascimento, de Restinga; Emídio de Sousa, através de sua representante Dulce Helena Cazzuni, de Osasco; e ainda José Auricchio Junior, de São Caetano do Sul.

Qual foi o propósito dessa reunião de, pela primeira vez, estarmos alguns prefeitos e nós dialogando com o Ministro do Desenvolvimento Social sobre a transição do Programa Bolsa-Família para o dia que tivermos uma Renda Básica de Cidadania no Piauí, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em todo o território brasileiro; e um dia do Alasca à Patagônia.

Então, eu gostaria de ler aqui, para comentar, o artigo do Ministro Patrus Ananias, intitulado “O caminho da emancipação social,” que diz:

O valor constitutivo da dignidade humana e do grande projeto nacional almejado por todos é o trabalho, tratado pela opinião pública como um dos principais investimentos na emancipação social, ao lado da educação. [Como o Senador Mão Santa tantas vezes tem aqui reiterado]. Mas quais são as medidas necessárias para isso? O que fazer quando as pessoas não têm trabalho ou, mesmo trabalhando, têm renda aquém de suas possibilidades, de suas necessidades? Há um outro desafio. Em um país como o nosso, com uma dívida social tão grande, temos de dar resposta a pessoas, a famílias, e até a comunidades inteiras que ficaram à margem do desenvolvimento e hoje não estão adequadamente qualificadas para o mercado de trabalho.

O debate remete à reflexão sobre a relação complementar entre as políticas sociais e o almejado objetivo do projeto nacional.

As políticas sociais são compatíveis com o mundo do trabalho e com as políticas de acesso à educação de qualidade e de saúde, em um processo vigoroso de evolução e adequação às realidades que vão transformando.

O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda com condicionalidade já criado – aqui convém dizer “no Brasil” – expressa muito bem essa dimensão das políticas se apresentando, de maneira clara e objetiva,

como política emancipadora, ao mesmo tempo em que assegura, em caráter imediato, direitos mínimos a quem antes não tinha nada.

Com o programa de renda mínima, o Bolsa Família começa atendendo ao mais elementar dos direitos: o direito à alimentação. Na mesma linha, oferece condições materiais, para que as famílias cumpram as contrapartidas legais exigidas para recebimento do benefício: manter as crianças na escola e observar o calendário de vacinação dos filhos e de consultas das gestantes e das lactantes.

O acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família ocorre ininterruptamente desde o bimestre outubro/novembro de 2004, por meio de um sistema desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação. Com os mecanismos de avaliação e controle das condicionalidades, temos o retorno de aproximadamente 70% das crianças e adolescentes beneficiários e, dentre eles, 97% têm frequência escolar regular. O controle das exigências da área da saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, mostra que 98,4% das famílias atendidas mantinham as consultas e controles em dia.

As condicionalidades reforçam o caráter emancipador do programa, remetem ao Estado o dever de garantir o acesso a esses direitos e promovem a integração direta com a educação e a saúde. Essa mesma dimensão, orienta a articulação do Bolsa Família, com outros programas, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e o Paif (Programa de Atendimento Integral às Famílias), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social.

A preservação de laços familiares é outro valioso efeito da transferência de renda, credenciando-a como política centrada na promoção de valores familiares e comunitários, com potencial de interromper o ciclo da miséria em famílias afetadas por uma situação de desigualdade e exclusão.

O papel de nossos programas na redução da desigualdade tem sido comprovado por pesquisas criteriosas sobre o assunto. Pesquisadores do Ipea analisaram dados da Pnad 2005 (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) e apontaram um contingente de 7 milhões de pessoas que saíram da miséria, comprovando efeitos objetivos do programa.

Segundo um artigo publicado pelos economistas Nanak Kakwani, Hyun H. Son e Marcelo Néri na revista "Poverty in Focus", o número de brasileiros pobres no país caiu de quase 30% em 1995 para 26% em 2004. Eles indicam a queda mais consistente na desigualdade no período 2001-2004, com ênfase no biênio 2003-2004, e a atribuem à expansão da transferência de renda aos pobres.

Esses resultados não só mostram o potencial do programa, mas também reforçam a importância do reajuste do benefício do Bolsa Família, dentro das medidas de aperfeiçoamento das políticas sociais, para que continue cumprindo seus objetivos: assegurar às famílias o direito à alimentação, oferecer as condições para cumprimento das condições, prevenir o processo de desconstituição das famílias e preservar vínculos, além de ser um importante instrumento de combate à pobreza e de fortalecimento das economias locais. Queremos crescimento econômico com vigorosas políticas de distribuição da renda e combate à desigualdade social.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Senador César Borges, de, em dois minutos, explicar esta perspectiva que, pela primeira vez, foi objeto do diálogo entre Prefeitos de diversos Partidos. Estávamos ali seis Prefeitos conversando com o Ministro Patrus Ananias sobre essa perspectiva. Será possível um dia fazermos a transição do Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania, que será o direito de todo e qualquer brasileiro, de todos os que estão aqui presentes, de todos os seus familiares, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica? Todas as pessoas vão ter o direito de receber uma renda básica suficiente, na medida do possível, para atender às necessidades vitais como um direito à cidadania? Será isso possível? Como? Vamos pagar até aos Senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, César Borges, Mão Santa e Eduardo Suplicy, mesmo não precisando? Sim. Mas como assim?

Parece algo que não é de bom senso. Entretanto, é de bom senso, porque, dessa maneira, eliminaremos toda e qualquer burocracia envolvida quando se deseja saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal. Eliminaremos qualquer sentimento de estigma da pessoa que precisar dizer: "Só recebo tal quantia. Por isso, mereço um complemento de renda". Eliminaremos toda e qualquer dependência que ocorra quando há um sistema que estabelece: "Quem não recebe até certo valor tem o direito de receber um complemento de renda". A pessoa que quer iniciar ou

não aquela atividade de trabalho, às vezes, deixa de iniciar o trabalho e entra na armadilha da pobreza ou do desemprego e, do ponto de vista da dignidade, da liberdade do ser humano, será muito melhor para cada um saber, de antemão, que todos vamos ter esse direito de partilhar da riqueza da Nação.

Outro dia, eu estava comentando que Thomas Paine propôs isso, em 1795, mas quem, mais de 200 anos depois, colocou em prática essa proposta no Reino Unido, por meio do Fundo Patrimonial da Criança, por exemplo, foi o próprio Tony Blair.

Portanto, quero dizer, Senador César Borges, que estimularei todo prefeito, todo vereador, todo senador, todo deputado a pensar sobre como será feita essa transição. Na medida em que todos estiverem compreendendo, então todos diremos ao Lula, conforme disse o jornalista Clóvis Rossi: Felizmente, no Brasil, já foi aprovada a renda básica de cidadania pelo Congresso Nacional, só falta implementá-la. É só isso.

E quando vai ser implementada? Quando todos dissermos ao Presidente Lula: Olha aí, a resposta está sendo dada pelo vento. Trata-se de uma solução de bom senso. É apenas necessário caminhar na direção de implementá-la.

Senador Jarbas Vasconcelos, tenho convicção de que, quando todos compreenderem, vai ser uma questão de amadurecimento. E logo, em breve, o Brasil poderá ser a Nação pioneira a instituir a renda básica de cidadania. E cada prefeito que desejar fazê-lo, pioneiramente, no seu município, pode contar comigo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Pela lista de oradores inscritos, concedo a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto o Senador se dirige à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para comunicar aos funcionários do Ibama que não haverá discussão hoje, nem votação da MP nº 366. Houve acerto para a realização de uma audiência pública

na próxima terça-feira, para que se possa discutir de maneira mais profunda essa medida provisória.

Era o aviso que queria dar. Espero que possamos discuti-la de forma a atender as partes.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. É muito gratificante ter aqui os funcionários do Ibama; entretanto, não seria justo mantê-los aqui, já que não será hoje a votação.

Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, por sua questão de ordem.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, pelo tempo de dez minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei nesta tarde, nesta Casa, dois registros que considero importantes. O primeiro deles diz respeito ao 1º Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas do nosso País.

Visitei hoje pela manhã o Encontro, que está sendo realizado no Município de Luziânia, no Estado de Goiás, e tive a oportunidade de encontrar os dirigentes da Secretaria Especial de Igualdade Racial, dirigentes de movimentos quilombolas do Brasil inteiro, de todos os Estados da nossa Federação. Participam desse 1º Encontro de Crianças e Adolescentes 146 pessoas de diversas comunidades dos vários Estados brasileiros. Com exceção do Estado do Acre e do meu Estado, o Amazonas, jovens e crianças dos quilombolas do Brasil estão participando desse evento.

São muitas as preocupações dos movimentos, das lideranças, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no que diz respeito ao aspecto fundiário dos territórios em que as comunidades quilombolas vivem, trabalham, desenvolvem suas atividades culturais e econômicas. Penso que o Senado da República deve ter uma preocupação com a territorialidade, com essas regiões, para que um dia o Brasil democrático possa fazer reparos históricos em favor dos quilombolas, os remanescentes do povo africano, que deram seu sangue, que deram contribuições históricas para o crescimento tanto do Estado brasileiro quanto da sociedade brasileira.

Faço este registro porque penso que esse primeiro encontro tem uma pauta e vai sair de Luziânia com um projeto no sentido de buscar o Congresso Nacional, as políticas públicas, para fazer com que as comunidades quilombolas do nosso País possam viver melhor e com dignidade.

O outro registro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que participei, na semana passada, ao lado de vários Senadores e Deputados Federais, mas fundamental-

mente das lideranças do campo brasileiro, do lançamento do Pronaf, feito por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Penso que o Pronaf é uma política das mais importantes no sentido de fazer com que a reforma agrária no Brasil seja viabilizada. O Pronaf, sem dúvida alguma, é uma política pública, são recursos públicos que chegam à maioria das propriedades rurais do nosso País para corrigir injustiças e para viabilizar a renda e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso País. Em 2006, o Pronaf teve uma soma de R\$8 bilhões. Este ano, o Pronaf foi para R\$12 bilhões. Penso que este é um registro importante para fortalecer esse segmento da nossa economia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia familiar hoje, no Brasil, tem uma participação de 10% do PIB brasileiro! Gostaria de chamar a atenção para essa atividade importante do campo brasileiro. Hoje, 85% das propriedades brasileiras, dos lotes rurais, pertencem à economia familiar. Este é um dado importante. Sessenta por cento dos alimentos que chegam às mesas do nosso País são produzidos com o suor e o sacrifício dos trabalhadores rurais do nosso País.

Então, Sr. Presidente, penso que o Pronaf, esse recurso, esse dinheiro que vai para a agricultura familiar é fundamental na geração de renda e no fortalecimento da política agrícola do nosso País.

Quero destacar aqui as novidades do Pronaf, como o Pronaf Floresta e o Pronaf Agroecologia, para a região da Amazônia; o Pronaf ECO, que também é para a política e para os projetos sustentáveis ambientalmente; o Pronaf A, para os assentamentos do nosso País.

Só este ano, a proposta do MDA, a proposta do Inbra é de assentarem 100 mil famílias. Então, chamo a atenção desta Casa, fazendo este registro das políticas públicas, de recursos que estão sendo destinados com juros reduzidos. Hoje, os juros caíram para 0,5% até 5,5% desses recursos para a agricultura familiar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o lançamento do Pronaf, do Plano Safra 2007, este é um momento importante do nosso Brasil e é uma luz para a luta, para o dia-a-dia dos brasileiros e brasileiras que vivem no Brasil rural, que vivem na margem das estradas, das vicinais, dos rios, dos lagos, dos igarapés desse Brasil interior.

Na Amazônia, o Banco da Amazônia é a principal casa para atender à agricultura familiar. Mas, no Nordeste, o Banco do Brasil é instituição importante para viabilizar o Pronaf, que foi lançado com um recurso significativo em 2007. Mais uma vez, repito: R\$12 bilhões para a agricultura familiar!

Sr. Presidente, é com alegria que faço este registro, porque, sem dúvida alguma, uma das bandeiras do Governo do Presidente Lula é fortalecer a reforma agrária, a política agrícola, as políticas agrárias em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Obrigado, Senador João Pedro.

Pela alternância entre os oradores, eu concedo a palavra, para uma breve comunicação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão a V. Ex^a para registrar a presença neste Plenário de uma delegação de parlamentares da Austrália que nos visitam neste instante.

O Deputado Barry Wakelin é o chefe da delegação, composta de outras autoridades e também do Senador Steve Fielding. Os Parlamentares visitam o Congresso brasileiro e estão aqui por causa de um programa de estreitamento dos laços de amizade entre os dois países.

Aproveitamos para saudá-los.

Eles se fazem acompanhar também do Embaixador da Austrália no Brasil.

Desejamos a eles uma estada proveitosa em nosso País.

Faço com muita alegria esse registro, Sr. Presidente, esperando que a Casa aplauda essa presença.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Senador Heráclito Fortes, em nome da Mesa, saudamos os parlamentares australianos e o Embaixador dessa democracia, desse grande país progressista que, com certeza, tem muito a contribuir para a paz mundial e para o desenvolvimento da humanidade.

Senador Heráclito Fortes, com seu bom inglês, transmite a V. Ex^a a todos eles nossos votos de boas vindas.

Concedo a palavra ao Senador José Nery, do PSOL, para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero assinalar desta tribuna importante evento comemorativo ocorrido ontem, quando da celebração dos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sr. Presidente, ontem, reitores, ex-reitores, estudantes, professores, Parlamentares estaduais, três Senadores – compareceram os Senadores Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti –, Deputados estaduais, Prefeitos, Vereadores, Secretários municipais de educação do Estado do Pará, Secretários de Estado, a Governadora Ana Júlia, também contamos com a presença do Ministro da Educação, oportunidade em que acompanhamos e participamos da solenidade comemorativa dos 50 anos da Universidade Federal do Pará.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundada sob os auspícios da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e é, a um só tempo, motivo de profundo orgulho e, em algumas circunstâncias, também de preocupação para o povo do Pará.

Não há como negar sua importância para a região no que diz respeito à produção de conhecimento e manutenção do saber dos povos da Amazônia. A característica peculiar do Pará, segundo Estado brasileiro em extensão, porém, com mais que o dobro de Municípios que o vizinho Amazonas, aumenta ainda mais os desafios da implantação efetiva do ensino superior em nosso território.

Hoje, a UFPA é a maior Universidade Federal do País em número de alunos matriculados – são 36,6 mil alunos de graduação –, com cerca de 1,7 mil professores, distribuídos em 302 cursos de graduação e pós-graduação, ofertados no *Campus* central, em Belém, e nos 10 *campi* instalados no interior do Estado, nas diversas regiões do Pará. Por estes números, e por sua importância estratégica, a UFPA constitui um marco na vida do Estado do Pará e da Amazônia.

Sr. Presidente, ao tempo em que registramos a grandiosidade desta Universidade, que, nas duas últimas décadas, aceitou o desafio de interiorizar a educação de nível superior no Estado do Pará, é que, com muito regozijo, nos associamos à alegria, à satisfação e à luta do corpo docente e discente de funcionários para parabenizá-los pelos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a honra de cursar Geografia no *Campus* Universitário do Baixo Tocantins, na minha querida cidade de Abaetetuba, razão pela qual

Razão pela qual, ao homenagear a todos os que estudam no *Campus* Universitário do Baixo Tocantins, também o faço a todos que, nas diversas regiões do Estado, podem contar com universidades da importância e da significação para a Amazônia como a Universidade Federal do Pará.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, já que o meu tempo chegou ao final, gostaria de ouvir, com satisfação, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Sr. Presidente, solicito um minuto a mais para me associar à homenagem que o Senador Nery presta à Universidade Federal do Pará. Como roraimense, também quero prestar essa homenagem por ter sido aluno egresso daquela Universidade, não apenas eu, mas toda uma geração de jovens roraimenses que saíram de Roraima para fazer o 2º Grau, porque sequer o 2º Grau tinha em Roraima. E foi na Universidade Federal do Pará que tivemos a oportunidade de concluir nossos cursos. Eu fiz Medicina, outros fizeram Engenharia, Economia etc. Enfim, a minha Faculdade de Medicina completou 50 anos no ano em que me formei, 1969. Portanto, hoje, ela está com 87 anos de existência. É uma das Faculdades de Medicina mais antigas do Brasil. A nossa Universidade do Pará, criada, logicamente, posterior à existência de outras faculdades, foi, como V. Exª disse, não só uma Universidade do Pará, mas uma Universidade formadora de muita gente na Amazônia como um todo. Meus cumprimentos à Universidade Federal do Pará, na pessoa de seu reitor, professores, alunos e funcionários.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA.) – Agradeço o aparte do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concluo, Sr. Presidente, assinalando que, igualmente importante à festa comemorativa dos 50 anos foi o momento em que o Reitor da Universidade, Dr. Alex Fiúza de Mello, entregou ao Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad, o projeto de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, como uma proposta, uma luta e uma reivindicação de toda a região do Estado do Pará que, se concretizado, terá sede na cidade de Santarém.

Igualmente, necessário dizer que outras regiões do Estado, como o sul e o sudeste, lutam pela implantação de uma universidade federal, razão por que a luta pela interiorização da educação em nível superior é permanente e conta com o nosso dedicado apoio.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também quero dizer, além das congratulações, que a Universidade Federal do Pará também passa por necessidade de adequação no seu quadro de pessoal. Faltam professores, faltam técnicos de nível médio para processar os serviços administrativos, além de uma infra-estrutura melhor para assistência aos estudantes. Por isso, ao lado das comemorações, afirmamos a necessidade de reivindicar e de lutar para que, cada vez mais, melhore as condições de ensino, extensão e pesquisa, promovidos pela Universidade Federal do Pará.

Ao me congratular com os 50 anos da UFPa, coloco-me, ao mesmo tempo, ao lado de profes-

sores, servidores e alunos na luta por um ensino público gratuito e de qualidade para todos.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar a presença, em nossa Galeria de Honra, de uma Comissão Representativa de Vereadores do sul e do sudeste do Pará, desejando o melhor êxito na tarefa que os traz a Brasília neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Obrigado, Senador José Nery.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 119 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 202, de 2005, a fim de que esta proposição prossiga a sua tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007. – Senadora **Kátia Abreu**.

REQUERIMENTO Nº 779, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

REQUERIMENTO Nº 780, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2007, que, “Acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências, para dispor sobre publicidade”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 781, DE 2007

REQUER ao Ministro da Saúde informações, da FUNASA, acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas, por falta de assistência médica.

REQUEIRO, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao *Ministro da Saúde*, informações da FUNASA acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas. Indaga-se:

1.- No Ministério da Saúde, alguma providência foi adotada para socorrer as populações indígenas, especialmente crianças, especialmente na região habitada pelas tribos das etnias Canamari e Culina, na região do Médio Eirupenê?

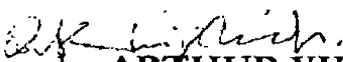
JUSTIFICATIVA

A imprensa de Manaus noticia que crianças indígenas, da região do Médio Eirupenê, estão morrendo por falta de assistência médica da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA. Desde fevereiro último, foram 12 mortes, causadas por gastroenterite, hepatite, pneumonia, tuberculose e desnutrição. As etnias locais

estão apavoradas e já não têm a quem apelar. Não se conformam com a morte dessas crianças. A presidente do Conselho Indígena do Médio Solimões e Afluentes, Francisca das Chagas Correia, é uma das que protestam diante do descaso oficial. Corajosa, ela reclama mas teme represálias, conforme diz o noticiário: “Não sei o que vai acontecer comigo, porque quando a gente começa a falar, aqueles lá de cima.....” E completa: “Mas estou representando meu povo e não vou calar.”

A gravidade das mortes já preocupa inclusive a Organização Mundial da Saúde. Para a entidade, o número de mortes de crianças entre os indígenas no Amazonas é inadmissível; supera muito o limite máximo aceitável, que é de uma morte para cada 10 nascimentos. Daí a solicitação das informações ao Ministro da Saúde, para que o Senado possa se inteirar do assunto e adotar as providências que lhe são cabíveis.

Sala das Sessões. 3 de julho de 2007.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– O requerimento que acaba de ser lido será despa-
chado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216,

III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 782, DE 2007

*Requer VOTO DE APLAUSO ao
EMBAIXADOR BRASILEIRO SÉRGIO DE
QUEIROZ DUARTE pela sua nomeação para o
cargo de ALTO REPRESENTANTE DA ONU
PARA ASSUNTOS DE DESARMAMENTO.*

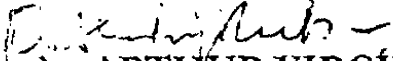
REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao *EMBAIXADOR BRASILEIRO SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE, nomeado pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, para o cargo de ALTO REPRESENTANTE PARA ASSUNTOS DE DESARMAMENTO.*

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Secretário-Geral da ONU.

JUSTIFICATIVA

A Diplomacia do Brasil está de parabéns: o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas nomeou o Embaixador brasileiro *SÉRGIO DE QUEIROZ DUARTE* para o cargo de ALTO REPRESENTANTE PARA ASSUNTOS DE DESARMAMENTO. Diplomata de carreira, Queiroz foi membro da Delegação do Brasil na Comissão de Desarmamento, em Genebra. Também ocupou postos em Roma, Buenos Aires e Washington. Ele terá o título de Secretário-Geral das Nações Unidas Adjunto, em virtude da transformação, em março último, do antigo Departamento de Assuntos de Desarmamento em Escritório de Desarmamento-ODA, colocado diretamente sob a jurisdição de Ban Ki-Moon. A homenagem que formulo justifica-se, pois, pelo seu significado para a diplomacia brasileira.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 783, DE 2007

*Requer VOTO DE APLAUSO à Sra.
LILA COVAS, pelo lançamento de seu
livro HISTÓRIAS E RECEITAS DE
UMA VIDA.*

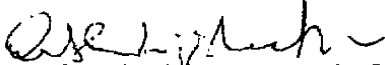
REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, *VOTO DE APLAUSO* à Sra. **LILA COVAS**, pelo lançamento de seu livro **HISTÓRIAS E RECEITAS DE UMA VIDA**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

JUSTIFICATIVA

A Sra. Lila Covas é a figura que poderia ser lembrada como a da expressão usual da mulher ao lado, compartilhando da trajetória de um grande homem, tal como é reconhecido o saudoso Mário Covas, insigne figura da História Política contemporânea do Brasil. O livro que ela lança narra, de permeio com receitas culinárias do trivial doméstico de Lila Covas, muitos episódios paralelos à ação política e administrativa de um notável homem público. São, como diz o título, *histórias de uma vida*, agora, como a figura de Covas, perenizadase enriquecendo a História Pátria. Esses delicados fragmentos compõem um relicário precioso que, realmente, precisava transformar-se em livro, como expressão escrita de uma fase da vida nacional. Ela é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 784, DE 2007

Requiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Federação Catarinense de Municípios, FECAM, que completa 27 anos hoje.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.



Senadora IDELI SALVATTI

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 785, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, além do despacho inicial,

seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007. – **Expedido Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER

Nº 575, DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre as Mensagens nº 77 e 78, de 2007 (nºS 229 e 228/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2007.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

RELATORA *AD HOC*: Senadora IDELI SALVATTI

I – RELATÓRIO

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.

Como de praxe, a programação monetária referida explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, estipula metas indicativas de sua evolução para o segundo trimestre e para 2007, assim como procede a uma sucinta descrição do comportamento previsto para a economia nacional nesse período e as justificativas pertinentes.

De acordo com a norma citada, o Banco Central do Brasil submeteu a programação monetária ao Conselho Monetário Nacional, tendo sido aprovada por esse Conselho em sessão realizada em 29 de março do corrente ano.

À Comissão de Assuntos Econômicos, conforme disposto no § 2º do art. 6º da referida Lei, cabe emitir parecer sobre a programação monetária, que, desse modo, servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração (§ 3º do art. 6º da mesma Lei).

II – ANÁLISE

Não resta dúvida de que a Lei 9.069/95, dentre outras matérias correlatas, cuidou do processo de formulação e operacionalização da política monetária, atribuindo ao Congresso Nacional participação e co-responsabilidade quanto à evolução da oferta de moeda e das taxas de juros a serem praticadas na economia.

O Poder Executivo vem dando conseqüência à citada norma em prazos adequados e compatíveis com a possibilidade de uma efetiva participação do Congresso Nacional no entendimento e na formulação da programação monetária trimestral. Essa programação é elemento central da política monetária que, em última instância, incorpora um conjunto de variáveis estratégicas e fundamentais para a compreensão e efetivação dos objetivos macroeconômicos buscados e definidos como prioritários.

Relativamente à programação monetária proposta e submetida a esta Comissão, cumpre-nos observar que as estimativas de seus principais agregados monetários contemplam uma expansão nominal e real da oferta de moeda.

As taxas de variação previstas para o final do trimestre, junho, e para o final do ano, anualizadas, são, respectivamente, de 15,4% e 13,3% para os meios de pagamento (M1), de 18,5% e 13,6% para a base monetária restrita, de 17,0% e 14,0% para a base monetária ampliada e de 17,1% e 12,2% para o M4 que, como é sabido, corresponde a oferta de moeda em seu conceito mais amplo e abrangente.

A programação expansionista para os agregados mostra-se compatível com a atividade econômica em crescimento, processo iniciado em 2005, para o qual têm contribuído de forma estratégica a expansão contínua do nível de emprego e da renda, o crescimento do crédito e o fortalecimento da confiança dos consumidores, além da flexibilização da política monetária. Certamente, esses são fatores que continuarão a impulsionar a atividade ao longo dos próximos trimestres, exigindo a continuidade desse processo de flexibilização monetária.

Logicamente, a esses fatores devem ser acrescidos os efeitos provenientes do novo valor do salário mínimo e as restituições do imposto de renda.

Mais ainda, como também enfatizado no documento em análise, a programação dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2007 é consistente com a atual sistemática de metas para a inflação e com o cenário provável de comportamento de outros indicadores, como o crescimento esperado do produto e das operações de crédito e o comportamento das taxas de juros.

Com efeito, conforme expresso em documento intitulado Relatório de Inflação – Março de 2007, disponível no sítio do Banco Central do Brasil, *como mencionado em Relatórios anteriores, após o avanço inequívoco no processo de desinflação da economia nos últimos anos, o regime de metas para a inflação brasileiro ingressou em uma nova etapa, de consolidação da estabilidade, consubstanciada em uma trajetória de metas com valor central de 4,5% a.a., que deverá vigorar até 2008. Nessa nova fase*

de estabilização da dinâmica dos preços, é natural, e consistente com a experiência internacional, que as taxas de inflação efetivamente observadas gravitem ao longo do tempo em torno do valor central do intervalo estabelecido para a atuação da autoridade monetária. Tal situação contrasta com o desempenho observado durante o processo de desinflação dos últimos anos, quando, durante a maior parte do tempo, a inflação situou-se sistematicamente acima do valor central da trajetória de metas, ainda que, a partir de 2004, dentro da margem de tolerância.

No que diz respeito à condução da política monetária em 2007, as projeções para a evolução da taxa Selic acompanharam a tendência de queda dos indicadores prospectivos de inflação. As projeções relativas a 2007 para as taxas Selic média e de final de período foram revistas de 12,3% e 11,8% a.a., ao final de 2006, para 12,2% e 11,5% a.a., respectivamente, na primeira semana de março. A projeção para a taxa Selic para o final de 2008 alcançou 10,5% a.a. na primeira semana de março, ante 11% a.a. ao final de 2006.

Essas mesmas expectativas quanto à convergência dos índices de preços à trajetória de metas de inflação sustentam e dão fundamento ao processo de flexibilização da política monetária: o recuo da taxa real esperada de juros, que hoje assistimos, é reflexo do ajuste das expectativas sobre a evolução da taxa Selic, fator essencial do processo de flexibilização da política monetária iniciado em setembro de 2005.

Obviamente, a política econômica e, em particular, sua componente monetária, são fatores decisivos para o enfrentamento das questões relacionadas com o crescimento econômico, e sua sustentação, assegurando os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, essenciais para a consolidação da estabilidade obtida desde 1994.

Desempenha papel fundamental para tanto a redução da taxa de juros básica da economia, estipulada pelo Copom, desde ter atingido 19,75% entre março e agosto de 2005, vem caindo monotonamente e situa-se, atualmente, no patamar de 12,50% ao ano, com possibilidades de decréscimo continuado.

Assim, de forma compatível com a programação monetária prevista para ser executada ao longo do ano, o decréscimo da taxa básica de juros, taxa Selic, contribui para a sustentação do processo de crescimento, sem que se imponham perspectivas desfavoráveis para a evolução dos preços.

Portanto, no plano interno, os indicadores relativos ao consumo e ao investimento, às taxas de juros e à programação expansionista dos agregados monetários, apontam para a continuidade do processo de aceleração da atividade econômica.

Por outro lado, sabe-se que a taxa de juros, dentre outros fatores determinantes, é função dos déficits internos e externos. Conseqüentemente, a consecução de juros compatíveis com o crescimento do consumo e do investimento, pretendido com a manutenção do processo de flexibilização da Política Monetária, pressupõe a reversão estrutural dos desequilíbrios nas contas públicas e nas transações correntes externas. E esses desequilíbrios, como ficam ressaltados no documento que acompanha a Mensagem, estão sob controle e em condições favoráveis no momento, em particular, os resultados positivos obtidos no Balanço de Pagamentos.

Para a consecução do equilíbrio interno é fundamental que se assegurem resultados primários do setor público capazes de contribuir para a manutenção da relação dívida pública/PIB, num primeiro momento, e para o fomento do nível de poupança interna, numa etapa posterior, já ajustada a economia do setor público, condição, essa sim, indispensável para o processo de crescimento econômico auto-sustentado.

Para tanto, prevê-se que o processo de sustentabilidade da dívida pública deverá se intensificar em 2007 com a consecução da meta de superávit primário de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, as perspectivas geradas pela continuidade do esforço fiscal, pela flexibilização da política monetária, bem como pela melhora no perfil da dívida e pelas medidas adotadas para a redução de seu custo de financiamento, devem concorrer para a geração de um círculo virtuoso, garantindo uma redução consistente da relação Dívida Líquida/PIB, no médio e longo prazos, inclusive pela aceleração do ritmo de crescimento do PIB.

Por seu turno, foi essencial, também, equacionar os desequilíbrios de nossas transações correntes com o exterior. Equacioná-los, significou tornar seus financiamentos estáveis, autônomos e menos dependentes de prática de juros que comprometam, em verdade, o próprio financiamento do crescimento da economia brasileira.

A esse respeito, o documento encaminhado a esta Comissão releva que *as perspectivas para 2007 são de permanência das sólidas condições de financiamento do balanço de pagamentos. Ressalta-se que, apesar da turbulência verificada no mercado financeiro internacional no final de fevereiro e início de março, permanece ainda favorável a perspectiva para a liquidez global, indicando a manutenção de fluxos de capitais em 2007, inclusive para os países emergentes. Neste contexto, mantida a consistência de políticas macroeconômicas – não obstante permaneçam os riscos a esse cenário traduzidos pelas incertezas quanto ao ajuste dos mercados financeiros no curto prazo, à evolução dos preços do petróleo e aos persistentes desequilíbrios macroeconômicos globais, as perspectivas para a economia mundial em 2007 seguem favoráveis, com crescimento da demanda mundial, ainda que provavelmente inferior às taxas observadas nos últimos anos.*

É nesses pressupostos e no compromisso de enfrentamento dos desequilíbrios externos e internos, que comprometem e condicionam os próprios processos de estabilidade econômica e cambial e de crescimento econômico, que entendemos e julgamos oportuna a programação monetária ora submetida à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em suma, o Poder Executivo cumpre a formalidade requerida pela Lei nº 9.069/95, art. 6º, incisos I e II, ao submeter a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2007 à apreciação desta Comissão.

Quanto ao mérito da matéria, cabe destacar que as faixas de variação dos principais agregados monetários sinalizam para uma política monetária adequada e compatível com os objetivos de estabilidade monetária e de crescimento econômico com ela ajustados.

Resta, assim, a esta Comissão, dar conseqüência às formalidades previstas na Lei 9.069/95, concedendo a aprovação da programação monetária sob exame.

III – VOTO

Somos, face ao exposto, favoráveis à aprovação da programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2007, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

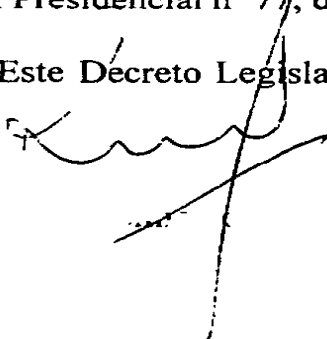
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

Aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem Presidencial nº 77, de 2007.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, 03 de Julho de 2007.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGENS DO SENADO FEDERAL NºS 77 E 78, DE 2007
NÃO TERMINATIVAS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/07/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[assinatura]*

RELATOR(A): *[assinatura]*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PR e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT) <i>[assinatura]</i>
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>[assinatura]</i>	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) <i>[assinatura]</i>	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERHYS SLHESARENKO (PT) <i>[assinatura]</i>	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FICHO <i>[assinatura]</i>	7-JARBAS VASCONCELOS
PFL	
A LMI R SANTANA <i>[assinatura]</i>	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE <i>[assinatura]</i>	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI <i>[assinatura]</i>
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO <i>[assinatura]</i>	6-ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
PSDB	
CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO
PDT	
OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>	1-JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Foi lido anteriormente **Parecer nº 575, de 2007**, da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007, que aprova a “Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007”.

A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *dispõe sobre a dedução, para fins do imposto de renda das pessoas jurídicas, de despesas com salários e encargos sociais de empregados, em caso de contratação de pessoas submetidas a transplantes renais e de pacientes portadores de insuficiência renal crônica*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2003**, de autoria do Senador Efraim Morais, que *dispõe sobre a isenção do IPI a aguardente de cana-de-açúcar, e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos referentes a equipamentos, instalações, ações e campanhas de prevenção de acidentes de trabalho, e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as doações de livros a bibliotecas públicas, feitas até a data limite de entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução do valor do Imposto de Renda devido*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2006**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre a pena pela não aceitação de matrícula de aluno portador de necessidades especiais)*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2007**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, para incluir as hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, bem como redefinir a extensão e os pontos extremos da hidrovia do rio Tapajós, na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos de Lei nºs 39 e 99, de 2003, 74, de 2004, 27 e 310, de 2005, 143 e 184, de 2007, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os de nºs 406 e 448, de 2003, e 300, de 2006, rejeitados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a comemorar os setenta anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagear, também, o Centro Popular de Cultura – CPC, por ocasião do quadragésimo quinto aniversário da primeira UNE Volante, de acordo com o Requerimento nº 605, de 2007, do Senador Inácio Arruda e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 19, de 2007** (nº 242/2007, na origem), de 26 de junho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das opera-

ções de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de maio de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Senhor Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. nº 114/2007/CAE

Brasília, 19 de junho de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na ocasião da 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, realizada em 19 de junho do corrente, foi dado conhecimento à Comissão e encaminhado aos seus Membros, através do Of. CAE nº 023/2007-Circular, a Mensagem nº 359/GMF – Mensagem nº 90/07, de 5 de junho de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de abril de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado da Mensagem nº 90, de 2007.

A Presidência determina o arquivamento da Mensagem nº 90, de 2007.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 300/07/PS-GSE

Brasília, 28 de junho de 2007

Assunto: Comunica envio de PLV à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, na Sessão Plenária do dia 26-6-07, foram aprovadas as Emendas de

nºs 02, 03 e 04 e rejeitada a Emenda de nº 01, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº16, de 2007 (MPV nº 358/07, do Poder Executivo), o qual “Altera dispositivos das Leis nºs 11.345, de 14 de setembro de 2006, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993, e dá outras providências.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

3. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)
– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o **Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2007**, proveniente da Medida Provisória nº 358, de 2007, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 143/2007

Brasília, 3 de julho de 2007

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Raul Jungmann – PPS/PE, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 379/2007, que ‘altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

OF/LID/Nº 144/2007

Brasília, 3 de julho de 2007

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Humberto Souto – PPS/MG, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP 380/2007, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai”.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**,
Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar as Zonas de Processamento de Exportação dos Municípios de Rorainópolis e de Caracaraí, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento, regulados pela legislação cabível.

Art. 3º Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É de conhecimento de todos os benefícios gerados aos amazônidas pela implantação da Zona Franca de Manaus, neste sentido creio que, evidentemente que em menor escala, a criação dessas Zonas de Processamento de Exportação podem trazer, para o Estado de Roraima, para a Região Norte e para o Brasil os mesmos benefícios.

As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior. São criadas em regiões menos desenvolvidas com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Esses enclaves têm se revelado bastante exitosos em outros países, especialmente na China, Estados Unidos e México. Segundo estudo da *International Labour Organization* (ILO), de 2002, existem 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em 116 países. Só na China, trabalham nas “zonas econômicas especiais” mais de 30 milhões de pessoas. Tais zonas constituem o principal fator responsável pelo crescimento médio anual da economia chinesa acima de 10%, nos últimos 15 anos.

Os municípios de Rorainópolis e de Caracaraí são relativamente jovens, e possuem grandes dificuldades, as quais são generalizadas no Estado. Estes, contudo, tiveram um crescimento acelerado, em face das migrações de brasileiros de outros Estados, em busca

de melhores condições de vida, o que demanda que sejam visualizadas e projetadas condições de geração de emprego e renda para aquela população.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º E autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **Nelson Carneiro**.

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República. – **JOSÉ SARNEY – Roberto Cardoso Alves**.

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e à de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2007

Altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infraestrutura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 9.496, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se como parágrafo primeiro o atual parágrafo único:

“Art. 2º

.....
§ 2º É facultado à União e aos Estados definir um conjunto de investimentos estaduais em infra-estrutura cujos dispêndios não serão considerados para fins de cálculo do resultado primário referido no inciso II do *caput*.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Executivo lançou, em 22 de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O eixo central desse Programa é a ampliação dos investimentos em infra-estrutura de transportes, saneamento básico e energia. A leitura do Programa deixa evidente a importante participação dos Estados e Municípios nesse esforço.

Ocorre, porém, que a possibilidade de investimentos estaduais em infra-estrutura está manietada pela necessidade de se produzir resultados primários suficientes para saldar a dívida estadual para com a União. Essa restrição é perversa, uma vez que a ampliação da infra-estrutura certamente permitirá uma aceleração do crescimento, que, por sua vez, ampliará a arrecadação tributária subnacional e, conseqüentemente, a capacidade dos Estados para pagar sua dívida.

O que aqui se propõe é a implantação de mecanismo similar ao Projeto Piloto de Investimento (PPI), implementado pela União no cálculo de seu resultado primário, e que permite o abatimento de despesas com alguns investimentos selecionados daquele cálculo.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senadora LÚCIA VÂNIA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997.

Conversão da MPv nº 1.560-8, de 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 2º O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, além dos objetivos específicos para cada unidade da Federação, conterà, obrigatoriamente, metas ou compromissos quanto a:

- I - dívida financeira em relação à receita líquida real - RLR;
- II - resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;
- III - despesas com funcionalismo público;
- IV - arrecadação de receitas próprias;
- V - privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;
- VI - despesas de investimento em relação à RLR.

Parágrafo único. Entende-se como receita líquida real, para os efeitos desta Lei, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as transferências aos municípios por participações constitucionais e legais.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2007

Institui o Programa Melhor Idade e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Melhor Idade (PMI), destinado à inserção de idosos no mercado de trabalho e à preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, objetivando, na forma do regulamento, promover:

I - a criação de postos de trabalho para idosos, e

II - a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais e de esclarecimento sobre direitos e cidadania.

Art. 2º O PMI atenderá aos trabalhadores com mais de sessenta anos de idade.

Art. 3º Para os contratos efetivados no âmbito do PMI, ficam reduzidas a cinquenta por cento de seu valor, as alíquotas das contribuições sociais destinadas ao Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como ao salário educação e para o financiamento do seguro de acidente do trabalho.

Art. 4º As empresas participantes do PMI terão preferência na obtenção de recursos nos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Art. 5º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir, do imposto devido, o valor equivalente à aplicação da alíquota do imposto sobre a soma das despesas realizadas com o Programa Melhor Idade – PMI, referentes à contratação de idosos e sua preparação para a aposentadoria, observado o disposto no § 4º do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. A dedução de que trata o *caput* não poderá exceder, em cada exercício, a quatro por cento.”

Art. 6º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo que a permissão de que trata o art. 5º só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implantado o disposto no art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 28 do Estatuto do Idoso preocupa-se com a preparação do trabalhador para a aposentadoria e prevê estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho:

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

.....

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

O presente projeto procura dar eficácia a esses dispositivos que, de um lado, têm a finalidade de atenuar as diferenças entre uma vida de atividade profissional e a inatividade do trabalhador, a fim de que o seu início não se transforme numa mera ociosidade improdutiva, que, em muitos casos, traz inúmeras conseqüências, não só para ele, como também para toda a sociedade, com ônus, inclusive, para os cofres públicos.

De outro lado, por mais que o estímulo às empresas para contratarem trabalhadores com mais de sessenta anos de idade, por meio de concessão incentivos fiscais e redução de encargos sociais, denote uma atitude paternalista do Estado, ela é imprescindível na nossa realidade, onde ainda há pouco comprometimento do empresariado com causas de inclusão social.

Na medida em que o projeto oferece várias vantagens ao empresário que a ele aderir, estamos convencidos de que o profissional idoso, que, geralmente, é o primeiro a ser cortado da folha de pessoal, por ser considerado o menos apto à requalificação e à adequação a novos padrões produtivos, terá maiores chances de permanecer por mais tempo em sua atividade profissional.

Mais importante ainda é a cultura que poderá advir dessa nova prática: maior aceitação do idoso no mercado de trabalho e maior valorização da sua capacidade laboral que, no mundo de hoje, tende a se estender cada vez mais.

Por essas razões é que estamos apresentando este projeto de lei, com a finalidade de conceder às empresas que contratarem pessoas com mais de sessenta anos a redução, em cinquenta por cento, das alíquotas de contribuição ao Sistema “S”, salário educação e financiamento do seguro de acidente do trabalho.

Nesse ponto, cumpre esclarecer que o incentivo tributário não representará menor arrecadação, como pode parecer, para as entidades componentes do Sistema “S”, na medida em que, com o estímulo que se pretende estabelecer para a contratação ou a manutenção do idoso no posto de trabalho, as

contribuições continuarão a ser recolhidas, o que representaria, comparativamente ao quadro de inatividade e demissão que hoje impera para essa faixa etária, um aumento na arrecadação.

Ademais disso, a empresa poderá deduzir (limitado, em cada exercício, a quatro por cento), do imposto devido, valor equivalente à aplicação da alíquota do imposto de renda sobre a soma das despesas realizadas, no período de apuração, no Programa Melhor Idade.

Dada a relevância do tema, estamos certos de que os nobres pares emprestarão todo apoio a esta iniciativa, que possui indiscutível alcance social e econômico.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senadora LÚCIA VANIA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Mensagem de veto

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 8º Permanecem em vigor as normas aplicáveis às contrapartidas de variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual.

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996)

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

§ 3º O imposto retido na fonte será considerado:

I - antecipação do devido na declaração de rendimentos, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real;

II - tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, ressalvado o disposto no § 4º;

§ 5º No caso de beneficiário sociedade civil de prestação de serviços, submetida ao regime de tributação de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, o imposto poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos sócios beneficiários.

§ 6º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o imposto de que trata o § 2º poderá ainda ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas.

§ 7º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 8º Para os fins de cálculo da remuneração prevista neste artigo, não será considerado o valor de reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se esta for adicionada na determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

.....
Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Pullen Parente

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

.....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

.....

Seção II**Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.**Mensagem de veto**

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Vigência

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

.....
II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.
.....

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 394, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 04 de julho de 1989.

JUSTIFICAÇÃO

As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com o propósito de facilitar a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior, através de benefícios fiscais e administrativos e de uma estrutura aduaneira facilitadora.

São criadas em regiões menos desenvolvidas com vista a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Com a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, que “*dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências*”, diversas inovações serão implementadas ao Decreto-Lei nº 2.452, de 1988, que será, inclusive, revogado tão logo o projeto seja sancionado.

Essas inovações, entre as quais se destaca a possibilidade de comercialização, no mercado interno, de parte dos bens produzidos pelas ZPEs, certamente colocarão o Brasil em um situação de atualização em relação à competitividade internacional do mercado econômico globalizado.

De fato, segundo estudo da *International Labour Organization* (2002), existem três mil distritos do tipo ZPE em funcionamento, distribuídas em praticamente todos os países do mundo, independentemente do nível de desenvolvimento econômico e social.

Sua utilização extensiva tem origem nos processos de desenvolvimento em exportação adotados pelos “tigres asiáticos” (Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan) e, mais recentemente, pela China e pela Índia.

Somente no Brasil, existem hoje dezessete ZPEs, distribuídas majoritariamente nas regiões Sudeste e Nordeste. No entanto, não há uma sequer no estado de Goiás, apesar de sua localização privilegiada entre os principais eixos de escoamento de produção agrícola do País, além de seu forte peso na pecuária, no comércio e na indústria nacionais.

Dessa forma, somos pela importância da criação de ZPEs no Estado de Goiás e, nesse sentido, entendemos que o município de Anápolis já demonstrou sua importância estratégica para o setor exportador nacional mediante a implementação do Porto Seco Centro-Oeste.

Anápolis localiza-se a 54 quilômetros da capital goiana e é considerada capital industrial do Estado e o seu principal ponto de desenvolvimento econômico. É o terceiro maior município em população e o segundo no *ranking* de

competitividade e desenvolvimento, compondo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste.

A cidade possui um dos maiores pólos industriais do interior brasileiro, com destaque para a indústria farmacêutica de alta tecnologia na produção de genéricos. Possui o maior complexo farmacêutico da América Latina. Sedia também uma das principais bases da Força Aérea Brasileira, responsável pela guarda do espaço aéreo e núcleo central do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).


Sua posição revela que o município está pronto para a fixação de uma Zona de Processamento de Exportação, na medida em que já preenche requisitos elementares para sua criação, como a presença da Receita Federal e o alfandegamento, além de uma ampla estrutura econômico-social voltada para a exportação.

Por isso, acreditamos que a criação de uma ZPE no Município de Anápolis representará um estímulo importante para o desenvolvimento das economias municipal e estadual, com o aproveitamento das potencialidades locais.

A instalação de novas empresas e o fortalecimento das que hoje se encontram em operação, graças ao regime aduaneiro e cambial especial, acarretaria a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

Tendo em vista os impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda no Estado de Goiás e a necessidade de reduzir os desequilíbrios entre as unidades da Federação, peço apoio aos Nobres Pares para aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senadora LUCIA VANIA.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990.

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **NELSON CARNEIRO**, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

NELSON CARNEIRO

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989.

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
Roberto Cardoso Alves

DECRETO-LEI Nº 2.452 - DE 29 DE JULHO DE 1988 - DOU DE 30/7/88

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões delimitadas pelas Leis nºs 3.692 e 5.173, de 15 de dezembro de 1959 e 27 de outubro de 1966, respectivamente, e suas alterações posteriores, Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, sujeitas ao regime instituído por este Decreto-Lei, com a finalidade de fortalecer o balanço de pagamentos, reduzir desequilíbrios regionais e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizarão-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

- a) indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;
- b) compromisso dos proponentes de realizarem as desapropriações e obras de infraestrutura necessárias;
- c) comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;
- d) comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;
- e) indicação da forma de administração da ZPE; e
- f) atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O Tesouro Nacional não assumirá ônus de qualquer natureza para a implantação de ZPE.

Art. 3º É criado o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, composto por Ministros de Estado, ao qual competirá:

- I - analisar as propostas de criação de ZPE;
- II - analisar e aprovar os projetos industriais;
- III - traçar a orientação superior da política das ZPE;
- IV - aplicar as sanções de que tratam os itens I, II, IV e V do artigo 24.

Parágrafo único. Para os efeitos do item I, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:

- a) compatibilidade com os interesses da segurança nacional;
- b) observância das normas relativas ao meio ambiente; e
- c) atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global.

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

Art. 5º Somente poderão instalar-se em ZPE empresas cujos projetos evidenciem geração de exportações efetivamente adicionais às realizadas por outras empresas fora dela e contribuam para o desenvolvimento econômico, industrial e social do País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

- a) armas ou explosivo de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional;
- b) material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;
- c) petróleo e seus derivados, lubrificantes e combustíveis sujeitos ao controle do Conselho Nacional do Petróleo - CNP; e
- d) outros indicados em regulamento.

Art. 6º A solicitação de instalação de empresa em ZPE far-se-á mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir empresa que tenha:

a) capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 18, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e

b) o objeto social limitado à Industrialização para exportação, sob o regime instituído por este Decreto-Lei.

§ 2º A empresa constituída na forma do parágrafo anterior firmará compromisso de:

a) manter, no País, junto a banco autorizado a operar em câmbio, contas em moeda nacional e estrangeira, a serem movimentadas nas respectivas moedas, na forma que vier a ser definida pelo Banco Central do Brasil;

b) contratar empresa de auditoria externa para, periodicamente ou sempre que solicitado pelo CZPE, elaborar relatórios de acompanhamento de suas atividades, notadamente para fins de controle do contido na alínea seguinte;

c) realizar gastos mínimos no País, tanto na fase de instalação como na de operação, com a aquisição de máquinas e equipamentos, de insumos, de serviços e de mão de obra nacionais, considerados os respectivos encargos sociais; e

d) não produzir bens sujeitos ao regime de cotas decorrentes de acordos internacionais ou de procedimentos unilaterais do País com relação a determinados mercados externos, vigentes na data de assinatura do compromisso, ressalvado o disposto na alínea b do § 1º do art. 12.

§ 3º Poderão ser computados no compromisso previsto na alínea a do § 2º os lucros e dividendos efetivamente pagos a sócios residentes e domiciliados no País;

§ 4º Somente serão considerados, para efeito do cômputo dos gastos mínimos a que se refere a alínea c do 2º deste artigo, os pagamentos realizados:

a) em moeda estrangeira, com relação a operações efetuadas na forma do artigo 21; e

b) em moeda nacional obtida pela conversão, junto a banco autorizado a operar em câmbio no País, de recursos em moeda estrangeira pertencentes à empresa localizada em ZPE e disponíveis no exterior ou em conta de depósito no País.

§ 5º Não serão considerados, para efeito de cômputo dos gastos mínimos, os valores de pagamento feitos no País, nos seguintes casos:

a) aquisição no mercado interno de bens importados ou de bens nacionais com significativa participação de insumos importados, conforme dispuser o regulamento;

b) em benefício de outra empresa também localizada em ZPE, ou de empresa estrangeira;

c) relativos a transporte internacional.

§ 6º A inobservância dos prazos fixados para o cumprimento do disposto nos § 1º e 2º acarretará a revogação do ato de aprovação do projeto.

§ 7º Atendendo a circunstâncias relevantes, o regulamento disporá sobre a prorrogação dos prazos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 7º O ato que autorizar a instalação da empresa em ZPE assegurará o tratamento instituído por este Decreto-Lei, pelo prazo de até doze anos, e poderá ser renovado em idênticas condições, desde que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitado os requisitos e condições estabelecidas na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.

Art. 8º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir de incentivos previstos na legislação tributária.

Art. 9º A autorização referida no art. 7º determinará as condições para a implantação e operação da empresa.

§ 1º para a fase de implantação, a autorização determinará, com base no projeto apresentado, as quantidades de serviços e de bens nacionais e estrangeiros necessários até a sua entrada em funcionamento.

§ 2º Somente os bens e materiais relacionados no projeto poderão ser importados pela empresa para a sua instalação.

§ 3º Para a fase de operação, a autorização somente abrangerá os insumos aprovados no projeto, tendo como referência quadro, em forma de matriz, no qual serão especificados e quantificados os produtos e os elementos necessários à produção.

§ 4º O quadro servirá de parâmetro para o controle aduaneiro das entradas e saídas de mercadorias nas ZPE.

§ 5º O ato de aprovação dos projetos disporá sobre a tolerância de variações das quantidades, tipos e procedências constantes do quadro, que será admitida mediante simples comunicação à fiscalização aduaneira.

§ 6º Serão objeto de autorização prévia do CZPE variações além da tolerância prevista no ato de aprovação, bem assim as alterações que impliquem na fabricação de novos produtos ou na cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto.

§ 7º Entende-se como novo produto aquele que tenha, na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.

§ 8º Deverão ser previamente aprovados projetos de expansão da planta inicialmente instalada, observado o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo.

Art. 10. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE gozarão de inserção do Imposto de Importação, independente do disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Social - FINSOCIAL, do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

Art. 11. A empresa instalada em ZPE terá o seguinte tratamento tributário em relação ao imposto sobre a Renda:

I - Com relação aos lucros auferidos observa-se-á o disposto na legislação aplicável às demais pessoas jurídicas domiciliadas no País.

II - Isenção do imposto incidente sobre as remessas e os pagamentos realizados, a qualquer título, a residentes e domiciliados no exterior.

§ 1º Para fins de apuração do lucro tributável a empresa não poderá computar, como custo ou encargo, a depreciação de bens adquiridos no mercado externo.

§ 2º O tratamento tributário previsto neste artigo poderá ser garantido, no caso de prorrogação do prazo da autorização de funcionamento, desde que a empresa se comprometa a elevar os gastos mínimos no País (alínea c do § 2º do art. 6º), conforme dispuser o regulamento.

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I - Será dispensada a obtenção de licenças ou autorizações de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional, de proteção do meio ambiente e dos previstos na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984;

II Somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o item I não se aplicará a exportação de produtos:

a) destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênio de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

b) sujeitos ao regime de cotas que venha a ser instituído após a data da celebração do compromisso de que trata o § 2º do art. 6º; e

c) sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 13. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa;

I - na hipótese e forma previstas no art. 21, dos bens mencionados no item II do artigo anterior; e

II - de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista na alínea b do § 4º do art. 6º.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescritas na legislação aduaneira.

Art. 14. As importações e as aquisições no mercado interno deverão ser feitas em quantidades compatíveis com o programa de produção e as necessidades operacionais da empresa.

§ 1º Para os efeitos deste artigo a autoridade aduaneira estabelecerá limites quantitativos (art. 9º e § 3º).

§ 2º Ultrapassados os limites de que trata o parágrafo anterior, os excedentes deverão ser remetidos para o exterior ou destruídos, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das sanções previstas no art. 25.

Art. 15. As importações, compras no mercado interno e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte regime cambial:

I - independência de visto ou de autorização administrativa as transferências em moeda estrangeira do exterior e para o exterior, recebidas ou efetuadas por empresas localizadas em ZPE, bem assim aquelas realizadas entre elas;

II - as transferências para o exterior referidas no item anterior independem de contatos de câmbio;

III - os pagamentos para o mercado interno, efetuados por empresa localizada em ZPE, serão realizados:

- a) em moeda estrangeira, nos casos de operações feitas na forma do art. 21; e
- b) em cruzados, nos demais casos.

IV - aos pagamentos realizados no País em benefício de empresa localizada em ZPE, aplicar-se-á o tratamento dispensado a transferências, em geral, para o exterior.

Art. 16. O Banco Central do Brasil não assegurará em tempo algum, direta ou indiretamente, cobertura cambial para compromissos de empresa instalada em ZPE.

Art. 17. O Banco Central do Brasil manterá registros especiais dos investimentos, reinvestimentos e demais créditos de empresa instalada em ZPE, em sistema distinto do previsto na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a empresa instalada em ZPE fornecerá ao Banco Central do Brasil os dados e elementos necessários.

Art. 18. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos neste Decreto-Lei, nem tomar recursos financeiros ou obter garantia de qualquer espécie junto a residente ou domiciliado no País, salvo quanto aos investimentos deste na empresa.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior.

Art. 19. A mercadoria produzida em ZPE somente poderá ser introduzida para o consumo, no mercado interno, desde que observadas as seguintes condições:

I - o valor anual da internação de cada produto, de acordo com a classificação NBM, de empresa em ZPE não poderá ser, em hipótese alguma, superior a dez por cento do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior;

II - o CZPE poderá, na aprovação de cada projeto, reduzir o limite fixado no item anterior, ou proibir a internação, em função das prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional.

§ 1º A venda de mercadorias para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações.

§ 2º A mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento dos impostos e encargos, conforme discriminados nos itens I e II deste parágrafo.

I - Sobre o valor total da internação:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados; e

b) contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Social - FINSOCIAL;

II - Sobre o valor de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados, agregados ao produto final:

a) Imposto de Importação;

b) Adicional ao Frete para a Renovação da marinha Mercante; e

c) Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

§ 3º Será permitida, sob as condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

a) trânsito aduaneiro;

b) admissão temporária; e

c) o previsto no item II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996.

§ 4º A aplicação do regime referido na alínea c do parágrafo anterior, quando a mercadoria se destinar a retorno para a ZPE, será regulada por ato da Secretaria da Receita Federal.

Art. 20. Fica criado o Imposto sobre a Internação, devido pela introdução no mercado interno de mercadoria produzida em ZPE, e que terá como contribuinte a empresa produtora.

Parágrafo único. O imposto a que se refere o artigo incidirá à alíquota de 75% sobre a diferença entre o valor total da internação e o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados, agregados ao produto final.

Art. 21. Às vendas de bens para empresa localizada em ZPE, realizadas ao amparo de guia de exportação ou documento de efeito equivalente, com a cobertura cambial, será atribuído o mesmo tratamento fiscal, cambial, creditício, e administrativo aplicável às exportações em geral para o exterior.

Art. 22. O Ministério da Fazenda estabelecerá normas para o despacho e controle aduaneiros de mercadoria em ZPE.

Parágrafo único. Incumbirá à autoridade aduaneira o controle e a verificação de embarque e, quando for o caso, de destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 23. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I - os prestados em ZPE, por empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

II - os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresa ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior; e

III - os prestados por residente ou domiciliados no País, para empresas estabelecidas em ZPE, serão considerados como exportação de serviços, exceto os explorados em virtude de concessão do Poder Público, os decorrentes de contrato de trabalho e outros indicados em regulamento.

§ 1º É vedada à empresa instalada em ZPE a prestação de serviços, fora dela, a residente ou domiciliada no País.

§ 2º Os pagamentos devidos por empresa instalada em ZPE a residente ou domiciliado no País, decorrentes da prestação de quaisquer serviços, serão feitos em cruzados, na forma da alínea b do § 4º do art. 6º.

Art. 24. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constante da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas neste Decreto-Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:

I - advertência;

II - multa equivalente ao valor de duas mil a cem mil Obrigações do Tesouro Nacional - OTN;

III - perdimento de bens;

IV - interdição do estabelecimento industrial;

V - cassação da autorização para funcionar em ZPE.

Art. 25. Considerar-se-á dano ao erário para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma de legislação específica:

a) a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados neste Decreto-Lei;

b) a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e

c) a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 21, ou sem observância das disposições contidas no item II do art. 13.

Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.

Art. 26. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE, assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam as alíneas *b* e *c* do § 3º do art. 19, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

a) multa de cem por cento do valor da mercadoria procedente da ZPE; e

b) proibição de usufruir dos referidos regimes.

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de sessenta dias, o disposto neste Decreto-Lei.

Art. 28. Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1987; 167º da Independência e 100ª da República.

JOSÉ SARNEY
Mailson Ferreira da Nóbrega
José Hugo Castelo Branco

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Zona de Processamento de Exportação no Município de São Simão, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 04 de julho de 1989.

JUSTIFICAÇÃO

As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com o propósito de facilitar a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente com o exterior, através de benefícios fiscais e administrativos e de uma estrutura aduaneira facilitadora.

São criadas em regiões menos desenvolvidas com vista a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Com a recente aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1996, que “*dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências*”, diversas inovações serão implementadas ao Decreto-Lei nº 2.452, de 1988, que será, inclusive, revogado tão logo o projeto seja sancionado.

Essas inovações, entre as quais se destaca a possibilidade de comercialização, no mercado interno, de parte dos bens produzidos pelas ZPEs, certamente colocarão o Brasil em um situação de atualização em relação à competitividade internacional do mercado econômico globalizado.

De fato, segundo estudo da *International Labour Organization* (2002), existem três mil distritos do tipo ZPE em funcionamento, distribuídas em praticamente todos os países do mundo, independentemente do nível de desenvolvimento econômico e social.

Sua utilização extensiva tem origem nos processos de desenvolvimento em exportação adotados pelos “tigres asiáticos” (Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan) e, mais recentemente, pela China e pela Índia.

Somente no Brasil, existem hoje dezessete ZPEs, distribuídas majoritariamente nas regiões Sudeste e Nordeste. No entanto, não há uma sequer no estado de Goiás, apesar de sua localização privilegiada entre os principais eixos de escoamento de produção agrícola do País, além de seu forte peso na pecuária, no comércio e na indústria nacionais.

Dessa forma, somos pela importância da criação de ZPEs no Estado de Goiás e, nesse sentido, entendemos que o município de São Simão – localizado a 360 quilômetros de Goiânia, nas áreas da mesorregião do Sul Goiano e da microrregião de Quirinópolis, na divisa com Minas Gerais – deve ser beneficiado com a fixação de uma zona franca de regime aduaneiro especial.

A partir de 1990, a renda *per capita* média do município cresceu cerca de 80%, tendo a pobreza diminuído cerca de 30%. Esses índices são resultado de uma política econômica voltada, também, para a exportação. Segundo dados da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação do Governo do Estado de Goiás - Sepin, a balança comercial do município goiano resultou, em 2004, em exportações da ordem de 6,8 milhões de dólares e importação em 112 mil dólares, resultando em um saldo de aproximadamente 6,7 milhões de dólares norte-americanos.

Em 2006, os resultados foram ainda mais expressivos, importando em um saldo de aproximadamente 8,1 milhões de dólares para exportação, ou seja, um crescimento de mais de 20% em apenas dois anos. Não por acaso, seu PIB saltou de 78 milhões de reais em 1999 para 1 bilhão e cinquenta milhões de reais em 2004, e o PIB *per capita*, no mesmo período, de 5,8 mil reais para 70,9 mil reais.

Nesse contexto, acreditamos que a criação de uma ZPE no Município de São Simão representará um estímulo importante para o desenvolvimento das economias municipal e estadual, com o aproveitamento das potencialidades locais.

A instalação de novas empresas, atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial, acarretaria a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

Tendo em vista os impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda no Estado de Goiás e a necessidade de reduzir os desequilíbrios entre as unidades da Federação, peço apoio aos Nobres Pares para aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senadora LÚCIA VÂNIA.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990.

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **NELSON CARNEIRO**, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Conumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

NELSON CARNEIRO

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989.

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
Roberto Cardoso Alves

DECRETO-LEI Nº 2.452 - DE 29 DE JULHO DE 1988 - DOU DE 30/7/88

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões delimitadas pelas Leis nºs 3.692 e 5.173, de 15 de dezembro de 1959 e 27 de outubro de 1966, respectivamente, e suas alterações posteriores, Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, sujeitas ao regime instituído por este Decreto-Lei, com a finalidade de fortalecer o balanço de pagamentos, reduzir desequilíbrios regionais e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados com o exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

- a) indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;
- b) compromisso dos proponentes de realizarem as desapropriações e obras de infraestrutura necessárias;
- c) comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;
- d) comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;
- e) indicação da forma de administração da ZPE; e
- f) atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O Tesouro Nacional não assumirá ônus de qualquer natureza para a implantação de ZPE.

Art. 3º É criado o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, composto por Ministros de Estado, ao qual competirá:

- I - analisar as propostas de criação de ZPE;
- II - analisar e aprovar os projetos industriais;
- III - traçar a orientação superior da política das ZPE;
- IV - aplicar as sanções de que tratam os itens I, II, IV e V do artigo 24.

Parágrafo único. Para os efeitos do item I, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:

- a) compatibilidade com os interesses da segurança nacional;
- b) observância das normas relativas ao meio ambiente; e
- c) atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global.

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandeamento da respectiva área.

Art. 5º Somente poderão instalar-se em ZPE empresas cujos projetos evidenciem geração de exportações efetivamente adicionais às realizadas por outras empresas fora dela e contribuam para o desenvolvimento econômico, industrial e social do País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

- a) armas ou explosivo de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional;
- b) material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;
- c) petróleo e seus derivados, lubrificantes e combustíveis sujeitos ao controle do Conselho Nacional do Petróleo - CNP; e
- d) outros indicados em regulamento.

Art. 6º A solicitação de instalação de empresa em ZPE far-se-á mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir empresa que tenha:

a) capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 18, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e

b) o objeto social limitado à industrialização para exportação, sob o regime instituído por este Decreto-Lei.

§ 2º A empresa constituída na forma do parágrafo anterior firmará compromisso de:

a) manter, no País, junto a banco autorizado a operar em câmbio, contas em moeda nacional e estrangeira, a serem movimentadas nas respectivas moedas, na forma que vier a ser definida pelo Banco Central do Brasil;

b) contratar empresa de auditoria externa para, periodicamente ou sempre que solicitado pelo CZPE, elaborar relatórios de acompanhamento de suas atividades, notadamente para fins de controle do contido na alínea seguinte;

c) realizar gastos mínimos no País, tanto na fase de instalação como na de operação, com a aquisição de máquinas e equipamentos, de insumos, de serviços e de mão-de-obra nacionais, considerados os respectivos encargos sociais; e

d) não produzir bens sujeitos ao regime de cotas decorrentes de acordos internacionais ou de procedimentos unilaterais do País com relação a determinados mercados externos, vigentes na data de assinatura do compromisso, ressalvado o disposto na alínea b do § 1º do art. 12.

§ 3º Poderão ser computados no compromisso previsto na alínea c do § 2º os lucros e dividendos efetivamente pagos a sócios residentes e domiciliados no País.

§ 4º Somente serão considerados, para efeito do cômputo dos gastos mínimos a que se refere a alínea c do 2º deste artigo, os pagamentos realizados:

a) em moeda estrangeira, com relação a operações efetuadas na forma do artigo 21; e

b) em moeda nacional obtida pela conversão, junto a banco autorizado a operar em câmbio no País, de recursos em moeda estrangeira pertencentes à empresa localizada em ZPE e disponíveis no exterior ou em conta de depósito no País.

§ 5º Não serão considerados, para efeito de cômputo dos gastos mínimos, os valores de pagamento feitos no País, nos seguintes casos:

a) aquisição no mercado interno de bens importados ou de bens nacionais com significativa participação de insumos importados, conforme dispuser o regulamento;

b) em benefício de outra empresa também localizada em ZPE, ou de empresa estrangeira;
e

c) relativos a transporte internacional.

§ 6º A inobservância dos prazos fixados para o cumprimento do disposto nos § 1º e 2º acarretará a revogação do ato de aprovação do projeto.

§ 7º Atendendo a circunstâncias relevantes, o regulamento disporá sobre a prorrogação dos prazos a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 7º O ato que autorizar a instalação da empresa em ZPE assegurará o tratamento instituído por este Decreto-Lei, pelo prazo de até doze anos, e poderá ser renovado em idênticas condições, desde que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitado os requisitos e condições estabelecidas na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.

Art. 8º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir de incentivos previstos na legislação tributária.

Art. 9º A autorização referida no art. 7º determinará as condições para a implantação e operação da empresa.

§ 1º para a fase de implantação, a autorização determinará, com base no projeto apresentado, as quantidades de serviços e de bens nacionais e estrangeiros necessários até a sua entrada em funcionamento.

§ 2º Somente os bens e materiais relacionados no projeto poderão ser importados pela empresa para a sua instalação.

§ 3º Para a fase de operação, a autorização somente abrangerá os insumos aprovados no projeto, tendo como referência quadro, em forma de matriz, no qual serão especificados e quantificados os produtos e os elementos necessários à produção.

§ 4º O quadro servirá de parâmetro para o controle aduaneiro das entradas e saídas de mercadorias nas ZPE.

§ 5º O ato de aprovação dos projetos disporá sobre a tolerância de variações das quantidades, tipos e procedências constantes do quadro, que será admitida mediante simples comunicação à fiscalização aduaneira.

§ 6º Serão objeto de autorização prévia do CZPE variações além da tolerância prevista no ato de aprovação, bem assim as alterações que impliquem na fabricação de novos produtos ou na cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto.

§ 7º Entende-se como novo produto aquele que tenha, na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.

§ 8º Deverão ser previamente aprovados projetos de expansão da planta inicialmente instalada, observado o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo.

Art. 10. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE gozarão de inserção do Imposto de Importação, independente do disposto no art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Social - FINSOCIAL, do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, do Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

Art. 11. A empresa instalada em ZPE terá o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre a Renda:

I - Com relação aos lucros auferidos observa-se-á o disposto na legislação aplicável às demais pessoas jurídicas domiciliadas no País.

II - Isenção do imposto incidente sobre as remessas e os pagamentos realizados, a qualquer título, a residentes e domiciliados no exterior.

§ 1º Para fins de apuração do lucro tributável a empresa não poderá computar, como custo ou encargo, a depreciação de bens adquiridos no mercado externo.

§ 2º O tratamento tributário previsto neste artigo poderá ser garantido, no caso de prorrogação do prazo da autorização de funcionamento, desde que a empresa se comprometa a elevar os gastos mínimos no País (alínea c do § 2º do art. 6º), conforme dispuser o regulamento.

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I - Será dispensada a obtenção de licenças ou autorizações de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional, de proteção do meio ambiente e dos previstos na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984;

II - Somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o item I não se aplicará a exportação de produtos:

a) destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênio de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

b) sujeitos ao regime de cotas que venha a ser instituído após a data da celebração do compromisso de que trata o § 2º do art. 6º; e

c) sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 13. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa;

I - na hipótese e forma previstas no art. 21, dos bens mencionados no item II do artigo anterior; e

II - de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista na alínea b do § 4º do art. 6º.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescritas na legislação aduaneira.

Art. 14. As importações e as aquisições no mercado interno deverão ser feitas em quantidades compatíveis com o programa de produção e as necessidades operacionais da empresa.

§ 1º Para os efeitos deste artigo a autoridade aduaneira estabelecerá limites quantitativos (art. 9º e § 3º).

§ 2º Ultrapassados os limites de que trata o parágrafo anterior, os excedentes deverão ser remetidos para o exterior ou destruídos, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das sanções previstas no art. 25.

Art. 15. As importações, compras no mercado interno e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte regime cambial:

I - independência de visto ou de autorização administrativa as transferências em moeda estrangeira do exterior e para o exterior, recebidas ou efetuadas por empresas localizadas em ZPE, bem assim aquelas realizadas entre elas;

II - as transferências para o exterior referidas no item anterior independem de contatos de câmbio;

III - os pagamentos para o mercado interno, efetuados por empresa localizada em ZPE, serão realizados:

a) em moeda estrangeira, nos casos de operações feitas na forma do art. 21; e

b) em cruzados, nos demais casos.

IV - aos pagamentos realizados no País em benefício de empresa localizada em ZPE, aplicar-se-á o tratamento dispensado a transferências, em geral, para o exterior.

Art. 16. O Banco Central do Brasil não assegurará em tempo algum, direta ou indiretamente, cobertura cambial para compromissos de empresa instalada em ZPE.

Art. 17. O Banco Central do Brasil manterá registros especiais dos investimentos, reinvestimentos e demais créditos de empresa instalada em ZPE, em sistema distinto do previsto na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a empresa instalada em ZPE fornecerá ao Banco Central do Brasil os dados e elementos necessários.

Art. 18. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos neste Decreto-Lei, nem tomar recursos financeiros ou obter garantia de qualquer espécie junto a residente ou domiciliado no País, salvo quanto aos investimentos deste na empresa.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior.

Art. 19. A mercadoria produzida em ZPE somente poderá ser introduzida para o consumo, no mercado interno, desde que observadas as seguintes condições:

I - o valor anual da internação de cada produto, de acordo com a classificação NBM, de empresa em ZPE não poderá ser, em hipótese alguma, superior a dez por cento do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior;

II - o CZPE poderá, na aprovação de cada projeto, reduzir o limite fixado no item anterior, ou proibir a internação, em função das prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional.

§ 1º A venda de mercadorias para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações.

§ 2º A mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento dos impostos e encargos, conforme discriminados nos itens I e II deste parágrafo.

I - Sobre o valor total da internação:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados; e

b) contribuição para o Fundo de Desenvolvimento Social - FINSOCIAL;

II - Sobre o valor de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados, agregados ao produto final:

a) Imposto de Importação;

b) Adicional ao Frete para a Renovação da marinha Mercante; e

c) Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

§ 3º Será permitida, sob as condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

a) trânsito aduaneiro;

b) admissão temporária; e

c) o previsto no item II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996.

§ 4º A aplicação do regime referido na alínea c do parágrafo anterior, quando a mercadoria se destinar a retorno para a ZPE, será regulada por ato da Secretaria da Receita Federal.

Art. 20. Fica criado o Imposto sobre a Internação, devido pela introdução no mercado interno de mercadoria produzida em ZPE, e que terá como contribuinte a empresa produtora.

Parágrafo único. O imposto a que se refere o artigo incidirá à alíquota de 75% sobre a diferença entre o valor total da internação e o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem importados, agregados ao produto final.

Art. 21. Às vendas de bens para empresa localizada em ZPE, realizadas ao amparo de guia de exportação ou documento de efeito equivalente, com a cobertura cambial, será atribuído o mesmo tratamento fiscal, cambial, creditício, e administrativo aplicável às exportações em geral para o exterior.

Art. 22. O Ministério da Fazenda estabelecerá normas para o despacho e controle aduaneiros de mercadoria em ZPE.

Parágrafo único. Incumbirá à autoridade aduaneira o controle e a verificação de embarque e, quando for o caso, de destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 23. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I - os prestados em ZPE, por empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

II - os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresa ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior; e

III - os prestados por residente ou domiciliados no País, para empresas estabelecidas em ZPE, serão considerados como exportação de serviços, exceto os explorados em virtude de concessão do Poder Público, os decorrentes de contrato de trabalho e outros indicados em regulamento.

§ 1º É vedada à empresa instalada em ZPE a prestação de serviços, fora dela, a residente ou domiciliada no País.

§ 2º Os pagamentos devidos por empresa instalada em ZPE a residente ou domiciliado no País, decorrentes da prestação de quaisquer serviços, serão feitos em cruzados, na forma da alínea b do § 4º do art. 6º.

Art. 24. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constante da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas neste Decreto-Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:

I - advertência;

II - multa equivalente ao valor de duas mil a cem mil Obrigações do Tesouro Nacional - OTN;

III - perdimento de bens;

IV - interdição do estabelecimento industrial;

V - cassação da autorização para funcionar em ZPE.

Art. 25. Considerar-se-á dano ao erário para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma de legislação específica:

a) a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados neste Decreto-Lei;

b) a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e

c) a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 21, ou sem observância das disposições contidas no item II do art. 13.

Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.

Art. 26. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE, assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam as alíneas b e c do § 3º do art. 19, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

a) multa de cem por cento do valor da mercadoria procedente da ZPE; e

b) proibição de usufruir dos referidos regimes.

Art. 27. O Poder Executivo regulamentará, no prazo de sessenta dias, o disposto neste Decreto-Lei.

Art. 28. Este Decreto-Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1987; 167º da Independência e 100º da República.

JOSÉ SARNEY
Mailson Ferreira da Nóbrega
José Hugo Castelo Branco

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2007

Dispõe sobre a obrigatoriedade da continuidade do tratamento de sujeito de pesquisa em seres humanos com fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos, por meio da sua dispensação gratuita pela instituição pesquisadora no decorrer da pesquisa até a efetiva comercialização, e pelo fabricante, quando já comercializado, e sobre a divulgação dos resultados da pesquisa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da continuidade do tratamento de sujeito de pesquisa em seres humanos com fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos, por meio da sua dispensação gratuita pela instituição pesquisadora, no decorrer da pesquisa até a efetiva comercialização, e pelo fabricante quando já comercializado, e sobre a divulgação dos resultados da pesquisa.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I – pesquisa com fármaco ou medicamento que envolva seres humanos: conjunto dos procedimentos destinados a avaliar a ação de fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos sobre o organismo humano e sua eficácia terapêutica sobre a doença ou agravo à saúde;

II – sujeito ou paciente da pesquisa: pessoa, portadora ou não da doença ou agravo à saúde alvos da pesquisa, que voluntariamente se submete à pesquisa sobre fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos;

III – protocolo de pesquisa: documento descritivo dos aspectos fundamentais da pesquisa e que inclua informações relativas aos sujeitos, à qualificação da instituição pesquisadora, do pesquisador, do patrocinador e do promotor;

IV - instituição pesquisadora: organização pública ou privada, legitimamente constituída, na qual é realizada a pesquisa;

V - pesquisador: pessoa responsável pela coordenação e pela realização da pesquisa e pela integridade e bem-estar dos sujeitos;

VI - patrocinador: pessoa física ou jurídica que apóia financeiramente a pesquisa, diretamente ou por intermédio do promotor ou da própria instituição;

VII - promotor: indivíduo ou instituição que se encarrega do repasse dos recursos financeiros, quando cabível, e de fornecer os meios materiais e outros suportes necessários ao desenvolvimento da pesquisa;

Art. 3º A dispensação gratuita do fármaco, do medicamento, da nova formulação ou da nova combinação de fármacos alvos da pesquisa, não poderá ser interrompida, exceto quando motivada por:

I – opção do sujeito da pesquisa ou seu responsável;

II – cura da doença ou do agravo à saúde alvos da pesquisa definida em laudo de médico indicado pelo próprio sujeito da pesquisa ou seu responsável.

§ 1º O fornecimento de que trata o *caput* deverá ser feito pela instituição pesquisadora, no decorrer da pesquisa até a efetiva comercialização, a partir da qual, o fornecimento gratuito deverá ser feito pelo fabricante.

Art. 4º É vedada qualquer forma de remuneração ao sujeito de pesquisa com fármaco, medicamento, nova formulação ou da nova combinação de fármacos.

Parágrafo único. Não se configura remuneração ao sujeito da pesquisa:

I – o fornecimento gratuito do produto, conforme disposto no artigo 3º;

II – o ressarcimento de despesas com transporte ou alimentação;

III – o ressarcimento de faltas ao trabalho, para participação da pesquisa ou decorrentes de efeitos do produto ou de intercorrências relacionadas com a pesquisa;

IV – outras ajudas de custo definidas no protocolo de pesquisa.

Art. 5º. Os resultados da pesquisa de que trata esta Lei, completada ou interrompida, com todos os resultados, positivos ou negativos, serão obrigatoriamente divulgados no site oficial do Ministério da Saúde e em revista especializada em publicação de artigos científicos que não mantenha qualquer tipo de relação de dependência com a instituição pesquisadora, o pesquisador, o patrocinador ou o promotor.

Parágrafo único. Após publicados os resultados em conformidade com o estabelecido no *caput*, a instituição pesquisadora, o pesquisador, o patrocinador ou o promotor poderão divulgar os resultados em veículo de publicação científica com o qual mantenham relação de dependência.

Art. 6º Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o descumprimento às disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - interromper pesquisa em qualquer fase, sem motivo justo:

Penalidade - impedimento de participar de licitações enquanto perdurar a interrupção, e multa de duzentos e cinquenta mil reais;

II - excluir sujeito de pesquisa, em qualquer fase, sem motivo justo:

Penalidade - impedimento de participar de licitações enquanto perdurar a exclusão, e multa de duzentos e cinquenta mil reais;

III - deixar de fornecer medicamento a sujeito durante pesquisa ou após seu encerramento:

Penalidade - impedimento de participar de licitações enquanto perdurar a ausência de fornecimento, e multa diária equivalente a vinte vezes o custo, real ou estimado, do medicamento pesquisado;

IV - remunerar sujeito de pesquisa, em desacordo com o estabelecido no artigo 4º ou no protocolo de pesquisa:

Penalidade - impedimento de participar de licitações durante o período de dois anos do encerramento da remuneração indevida, e multa de duzentos e cinquenta mil reais;

V - deixar de publicar os resultados da pesquisa, sem motivo justo:

Penalidade - impedimento de participar de licitações durante o período de dois anos do encerramento da pesquisa não publicada, e multa de duzentos e cinquenta mil reais.

§ 1º Ficarão sujeitos às penalidades dos incisos do presente artigo, solidariamente, a instituição pesquisadora, o patrocinador e o promotor, enquanto a pesquisa estiver em andamento até que o fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos sejam efetivamente comercializados.

§ 2º A partir da efetiva comercialização do fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos ficará o fabricante sujeito às penalidades do presente artigo.

§ 3º A multa prevista nos incisos II e III serão revertidas ao sujeito da pesquisa e as demais ao Ministério da Saúde a serem utilizadas para compor o orçamento de aquisição de medicamentos de alto custo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As pesquisas com novos fármacos ou medicamentos para seres humanos destinam-se a descobrir novos produtos ou a aperfeiçoar os já existentes. É inquestionável a importância dessas pesquisas e foi graças a elas que muitas doenças extremamente graves deixaram de causar milhões de mortes ou de provocar seqüelas graves.

A descoberta de novos fármacos ou de novas formas de aplicação dos já existentes interessa não só à saúde pública, mas, também, à indústria farmacêutica. Esse setor produtivo é de suma importância para a saúde da população de qualquer país. Daí a necessidade de que as pesquisas sejam incentivadas. Não obstante, é importante enfatizar que a indústria farmacêutica é constituída de empresas que necessitam de inovações constantes que lhes propiciem lucros. É uma questão de sobrevivência empresarial. Na ausência de mecanismos de controle, essa busca de lucros pode resultar em danos imprevisíveis, principalmente para os sujeitos das pesquisas.

A Declaração de Helsinque, cuja primeira versão foi adotada na 18ª Assembléia Médica Mundial, realizada em 1964 na cidade de Helsinque, capital da Finlândia, já mostrava a preocupação da comunidade científica em relação aos riscos a que sujeitos de pesquisas estão expostos. Corroborando os preceitos dessa Declaração e os contidos em outros importantes documentos congêneres, o Conselho Nacional de Saúde - CNS editou a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, na qual foram estabelecidas as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

As alíneas *p* e *q* do subitem III.3 dessa Resolução determinam que devem ser observadas as seguintes exigências:

“p) assegurar aos sujeitos da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;

q) assegurar aos sujeitos da pesquisa as condições de acompanhamento, tratamento ou de orientação, conforme o caso, nas pesquisas de rastreamento; demonstrar a preponderância de benefícios sobre riscos e custos.”

Em que pese a importância das normas infralegais, é notória a resistência à sua obediência, imposta por aqueles que estão sujeitos a elas. Dai a necessidade de que certos aspectos contidos em regulamentos, resoluções, portarias e outros atos normativos sejam claramente definidos em lei.

As normas infralegais estão sujeitas a limitações, entre elas a impossibilidade de estabelecer as sanções penais e administrativas que devem ser aplicadas aos infratores dos seus preceitos.

No caso específico das pesquisas com fármacos e medicamentos, é necessário que seja garantida, por lei, a continuidade do tratamento, quando o produto se mostrar eficaz. A vacância legal a esse respeito permite que o financiador do projeto deixe de fornecer o produto ao sujeito ou paciente, tão logo os interesses que levaram ao desenvolvimento da pesquisa sejam alcançados. Isto pode acarretar danos tanto à saúde do paciente quanto aos cofres públicos, pois, uma vez autorizados o registro e a comercialização do produto, certamente os pacientes que sentiram os benefícios durante a pesquisa aforarão ações judiciais com a finalidade de obrigar os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecê-lo.

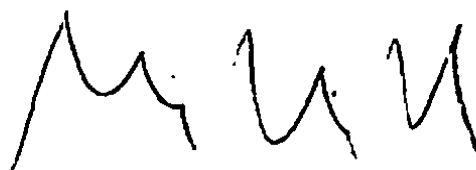
A proposição que ora apresento tem a finalidade de tornar obrigatório o fornecimento do medicamento resultante da pesquisa ao principal elemento do trabalho: o sujeito ou paciente. Sem esse elemento, nenhuma pesquisa sobre fármaco ou medicamento é concluída, pois não bastam os estudos preliminares realizados em animais. Nenhum medicamento tem a sua comercialização autorizada antes de ser testado em seres humanos.

Outro objetivo da proposição é tornar obrigatória a divulgação dos resultados da pesquisa, quaisquer que sejam as suas conclusões, em

quaisquer das suas fases. Isto significa que deverão ser publicados até mesmo os resultados de pesquisas interrompidas, sejam positivos ou negativos.

Estou convicto de que o que proponho beneficiará os sujeitos de pesquisas com fármacos e medicamentos, ao evitar que um tratamento que se mostrou bem sucedido seja interrompido por interesse exclusivo do financiador do projeto. Essa convicção leva-nos à certeza de que os Parlamentares de ambas as Casas Legislativas apoiarão a iniciativa.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.



Senador **FLÁVIO ARNS**

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 55, DE 2007

Altera a Constituição Federal para Instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

1º. O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.46.....
.....

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes, também eleitos de forma direta, nos termos da lei.

I. Cada partido ou coligação partidária poderá apresentar até três candidatos a suplente de senador.

Justificação

No Brasil o suplente de Senador é partidário e o registro do candidato ao Senado é feito com o de suplente partidário. A finalidade da suplência partidária é assegurar a eleição do candidato eleito com o Senador. A suplência, entretanto, é necessária ao equilíbrio do partido.

Na presente proposição, a idéia não é resgatar o instituto da sublegenda criada na vigência do Decreto-Lei nº 1.541/77 e revogada pela Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. Tal tentativa implicaria em infração ao dispositivo constitucional que determina que os senhores Senadores devem ser eleitos obedecendo ao princípio majoritário. A sublegenda, a nosso ver, traz, na verdade, uma "proporcionalização" deformando o modelo majoritário.

Pela presente proposição o voto só será considerado válido, se o eleitor escolher por sufrágio direto o titular e os dois, suplentes dentre os candidatos a suplentes apresentados.

O que se pretende é que os suplentes definidos juntamente com os candidatos ao Senado na Convenção Partidária, sejam igualmente eleitos pelo povo, como ocorre com os titulares do mandato de Senador. Assim, todos os membros do Senado Federal serão eleitos pelo voto direto.

Na maioria das vezes, o eleitorado desconhece os suplentes de seus candidatos ao Senado e são surpreendidos quando há um afastamento do Senador eleito, permitindo a convocação do suplente para preencher aquela vaga. Desta forma, a representatividade almejada pelos eleitores à época das eleições acaba por ficar distorcida, visto que os suplentes passam a representar um Estado membro, ou o Distrito Federal, independentemente da anuência popular. Aliás, muitas vezes o suplente de um determinado Senador, pode ser alguém cuja população do Estado que representa não desejava lhe delegar poderes para o representar, tampouco para legislar; e é o instituto da suplência partidária, eleita de forma indireta, que confere ao suplente tais poderes, o que no nosso entender excede a soberania popular que rege o processo eleitoral brasileiro.

Cumpre-nos ressaltar, que embora a Constituição Federal determine que cada Senador será eleito com dois suplentes (CF, art. 46, § 3º) não estabelece que a eleição do Senador implica, automaticamente, na eleição de seus suplentes, contrariamente ao que disciplina expressamente na eleição do Presidente e Vice-Presidente da República (CF, art. 77, § 1º).

A proposição ora apontada, ainda é insuficiente para solucionar as distorções existentes em nosso sistema eleitoral, tampouco encerra as discussões que envolvem a representação política e das minorias partidárias, mas acreditamos que irá contribuir para a redução da tendência oligárquica no interior dos partidos políticos e ratificará a soberania popular na escolha de seus representantes.

Essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação dessa proposta de emenda constitucional que ora submetemos à deliberação dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.



Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

Legislação Citada

Constituição Federal

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

.....
.....

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

- 1. Lucia Vânia sen. Lucia Vânia
- 2. Ideki Salvati sen. Ideki Salvati
- 3. Josébas Vasconcelos sen. Josébas Vasconcelos
- 4. Mairi Louro sen. Mairi Louro
- 5. Roseana Sarney sen. Roseana Sarney
- 6. Anato Casagrande sen. Anato Casagrande
- 7. Valdir Raupp sen. Valdir Raupp
- 8. delcídio Amaral delcídio Amaral
- 9. Nenê de Góes
- 10. Philippe J. Walter Pereira
- 11. Sen. José Agripino sen. José Agripino
- 12. Belmiir Santana
- 13. DEMÓSTENES TORRES
- 14. veja m: 3.
- 15. MOZAMILDO
- 16. MOZAMILDO

17. ~~Handwritten signature~~ EDUARDO AZEVEDO

18. ~~Handwritten signature~~ ARTHUR JIFFILIO

19. ~~Handwritten signature~~ ELISA RIBBIM

20. ~~Handwritten signature~~ WOLINEIRA ALBANO

21. ~~Handwritten signature~~ ATOISIA Mercadante

22. ~~Handwritten signature~~ Edson Lobão

23. ~~Handwritten signature~~ Maria Sena

24. ~~Handwritten signature~~

25. ~~Handwritten signature~~ CATIBALDO, RICH

26. ~~Handwritten signature~~ Jamil Campos

27. ~~Handwritten signature~~ CECERO LUCENA

28. ~~Handwritten signature~~

29. ~~Handwritten signature~~ Mão Santa

30. ~~Handwritten signature~~ CEPURAC

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 56, DE 2007

Confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Fica incluído, no art. 58, o seguinte parágrafo 4º, renumerando-se o atual § 4º que passa a ser denominado como § 5º:

“§ 4º As comissões ou subcomissões permanentes especializadas na fiscalização e controle das contas públicas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.”

Art. 2º. Os parágrafos 1º e 4º do art. 71 passam a ter a seguinte redação, acrescido:

“§ 1º Ao verificar indícios de irregularidade em contrato de qualquer natureza firmado pela Administração Pública Federal ou por qualquer outro ente público ou privado com recursos federais, o Tribunal encaminhará, de imediato, a matéria para decisão da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, que decidirá sobre sustação do contrato ou de cláusula contratual e determinará a adoção de medidas ao responsável, sem prejuízo das sanções a serem aplicadas pelo Tribunal e da responsabilização civil e penal.

§ 2º A Comissão de Fiscalização e Controle terá prazo de 30 dias para decidir sobre a matéria; se não o fizer nos 15 primeiros dias ficará sobrestado o andamento dos processos de todas as demais espécies, até que se completem os 30 dias.

§ 3º Findo o prazo de 30 dias sem que a Comissão se pronuncie, a matéria será remetida ao plenário do Senado Federal, onde será examinada em regime de urgência.

§ 4º Se o Plenário do Senado não se manifestar em 30 dias, o Tribunal terá igual prazo para fazê-lo.

§ 5º Qualquer parlamentar ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal poderá apresentar à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal denúncia de irregularidade no processo licitatório, bem como no conteúdo e na execução de contrato, que será processada nos termos deste artigo.

§ 6º No exame da matéria, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado poderá utilizar os poderes que lhe são conferidos pelo § 4º do art 58, devendo, se for o caso, encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores.”

Art. 3º. Ficam remunerados os parágrafos 4º e 5º do art. 71, que passarão a ser designados como 7º e 8º respectivamente.

Art. 4º. Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2003 o Senador Antero Paes de Barros apresentou esta matéria - PEC 37/2003- e com ela veio um conjunto de proposições legislativas originadas da vasta experiência alcançada por este ilustre Senador nos processos e procedimentos investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito. Trata-se de um sistema de propostas de alterações nas principais normas de persecução criminal que, a meu ver, traduz-se em inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção. Infelizmente esses projetos não prosperaram. Dada a suma importância das iniciativas, tomei a liberdade de solicitar ao ex-Senador e amigo que me fosse dada a honra de reapresentá-las, inclusive com as ponderações originais do autor, que ainda considero oportunas e convenientes, as quais faço questão de reproduzir na íntegra:

“Já são contados 14 anos da presente Carta Magna e o que se verifica é que a sistemática constitucional de sustação de contratos eivados de vícios demonstrou-se absolutamente ineficaz à luz dos fatos.

São 14 anos sem uma única manifestação do Congresso Nacional sobre qualquer lesão ao direito promovida em contratos administrativos.

As causas desta ineficácia são, primeiramente, a demora, por parte do Tribunal de Contas da União no exame e na decisão sobre a matéria; em segundo lugar, a lentidão do Congresso que dispõe do exiguo prazo de 60 dias para decidir, findo o qual o poder decisório retorna ao Tribunal de Contas da União.

Na prática, a título de exemplo, o contrato da construção do edifício sede do Tribunal Regional de São Paulo poderia ter sido sustado desde 1994 quando o Tribunal de Contas da União apurou, inicialmente, graves irregularidades na condução.

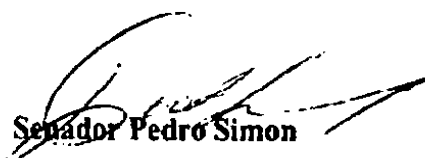
A inércia do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional permitiram que o peculato e a corrupção tivesse continuidade, contribuindo, assim, para o sucesso da prática criminosa.

O Legislativo não pode ficar estático diante dessa realidade. Urge a aprovação de mecanismo que ofereça ao Estado condições de realizar o controle das contas públicas de forma eficiente e eficaz.

Além disso, a atual sistemática limita o controle pelo Congresso apenas aos contratos firmados pelo Poder Executivo, excluindo a abrangência de atuação sobre os demais Poderes, o que contraria o próprio espírito da norma contida no art. 70, que imputa ao Legislativo o papel de cabeça do sistema de controle externo das contas de toda a Administração Pública.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para aprovação da presente proposição.”

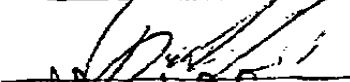
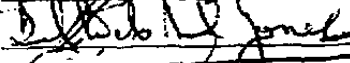


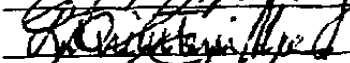

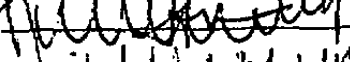
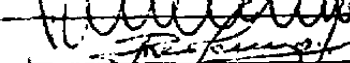
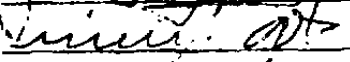
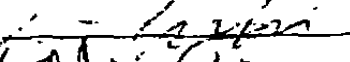


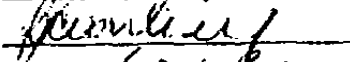
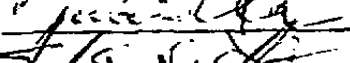

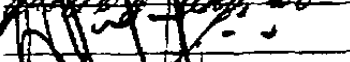

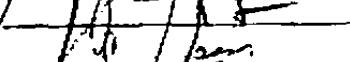
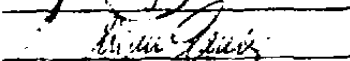
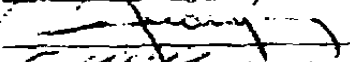
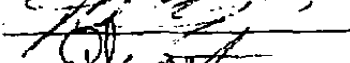
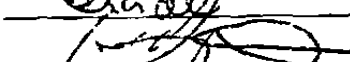


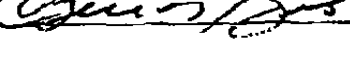


Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senador Pedro Simon

Proposta de Emenda à Constituição nº de 2007

Confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados dos mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

- 01 Assinatura:  Nome: Paulo Sérgio
- 02 Assinatura:  Nome: SENADOR EDISON LOBÃO
- 03 Assinatura:  Nome: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
- 04 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 05 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 06 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 07 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 08 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 09 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 10 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 11 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 12 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 13 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 14 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 15 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 16 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 17 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 18 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 19 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 20 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 21 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 22 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 23 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 24 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 25 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 26 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 27 Assinatura:  Nome: JOSÉ NERY
- 28 Assinatura: Nome: JOSÉ NERY
- 29 Assinatura: Nome: JOSÉ NERY
- 30 Assinatura: Nome: JOSÉ NERY
- 31 Assinatura: Nome: JOSÉ NERY

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção VII DAS COMISSÕES

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º - Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2007

Altera o §4º e acrescenta §12 ao Art. 14 e acrescenta dispositivos e parágrafo único o 54 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O §4º do Art. 14 e o inciso I do Art. 54 da Constituição passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 14.....

§ 4º São inelegíveis:

I - os inalistáveis;

II - os analfabetos;

III – quem, nos últimos quatro anos antes do processo eleitoral, tenha celebrado contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público ou com pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas; -

IV – quem dirija ou gerencie empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tais pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a edição de jornais, revistas e periódicos, e a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens.” (NR)

§12. As vedações dos incisos III e IV do §4 se estendem ao cônjuge ou companheiro e parentes consangüíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção.

“Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a)

b)

c) – celebrar contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público;

d) – dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tais pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a edição de jornais, revistas e periódicos, e a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens.” (NR)

Parágrafo único. As vedações das alíneas c e d do inciso aplicam-se, além do parlamentar, a seu cônjuge ou companheiro, parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, além de pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas.

Art. 2º. Esta emenda constitucional entra em vigor após a primeira eleição subsequente a data de sua publicação.

Justificação

O tema contribuição de campanha, candidato, corrupção e relacionamentos empresariais com administração pública é assunto de intenso debate na sociedade brasileira. Cumpre registrar que o primeiro grande movimento que surgiu atentando para esses perniciosos vínculos adveio após, e como consequência lógica direta, as CPI's do Collor-PC e a dos Anões do Orçamento.

À época, ficou demonstrado, como mais que evidente, que grande parte da corrupção que afeta a vida e a administração pública começa na campanha eleitoral. É durante o processo eleitoral que se criam e se estreitam relacionamentos entre doadores de campanha e candidatos que, geralmente, ao desamparo da Lei, irão ser cobrados mais tarde quando da investidura e do exercício do cargo público.

A sociedade fica refém destes contratos obscuros em que o compromisso político se transforma e se avaliza no compromisso com a coisa pública, notadamente no desvio, na malversação, na corrupção e no roubo dos dinheiros públicos.

Hoje além dessas contribuições de legalidade duvidosa, há o agravante em que o próprio candidato a agente político mantém antes, durante e depois do processo eleitoral contrato com entes públicos, seja como detentor de empresas contratantes com os poderes públicos, seja como, e isto é de grande preocupação, detentor, direta ou indiretamente, de concessão ou permissão para exploração de mídias, tais como jornais, estações de rádio e TV.

Ora, é mais que óbvio que o controle desses meios de comunicação pode ser permissivo a todo tipo de influência e julgamento para a opinião pública – o eleitorado em geral – e com isso provocar uma nítida e notória condução do processo de escolha da representação política.

Quando da discussão da legislação eleitoral, Lei nº 9.504/1997, apresentei emenda no sentido de vedar que quem tivesse contrato com a administração pública fosse candidato, e para garantir a mesma simetria especular para o pleno estado de direito, estendi a vedação, para que quem fosse eleito fosse proibido de contratar com a administração pública durante o mandato.

Nesta proposta, sugiro alterações um pouco além, dado o poder dos meios de comunicação. Dado, inclusive, que já existem restrições análogas em diplomas de hierarquia menor (tal como a Resolução do Conselho de Ética do Senado Federal), porém, não menos relevante em seu mérito, acredito que essa cristalização destes princípios em norma constitucional será uma valiosa contribuição ao combate à corrupção e impunidade.

O retrato da crise política que vemos hoje nada mais é do que uma seqüência de aplicação destes costumes ilícitos, por parte de nossos representantes. Essas práticas já poderiam ter sido defenestradas de nossa realidade político-institucional. Infelizmente não foram. Agora, no entanto, surge uma nova oportunidade de correção de rumos e normas.

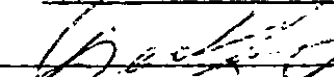
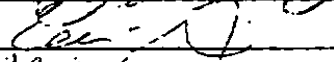
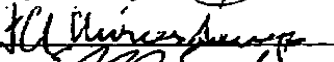

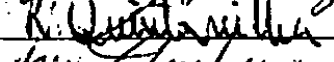

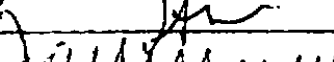
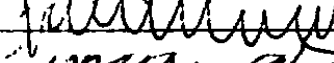
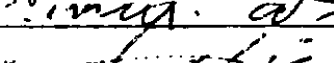
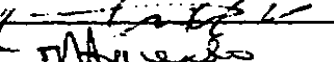

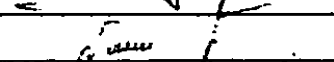
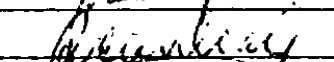
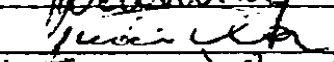
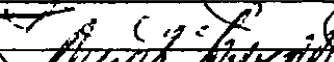


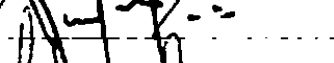
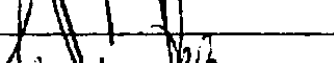

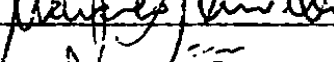
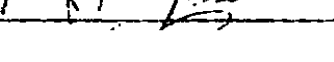

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.

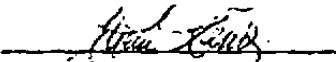


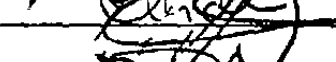
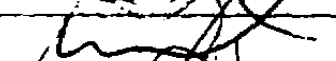

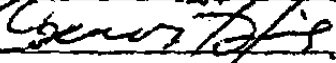
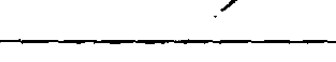

Senador Pedro Simon

Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2007

Altera o §4º e acrescenta §12 ao Art. 14 e acrescenta dispositivos e parágrafo único o 54 da Constituição Federal.

ASSINATURAS DOS SENHORES SENADORES

- 01 Assinatura:  Nome: Pedro Simon
- 02 Assinatura:  Nome: SENADOR VIGORIO LOPEZ
- 03 Assinatura:  Nome: Mário Amato
- 04 Assinatura:  Nome: ...
- 05 Assinatura:  Nome: LEONAR QUINTANILHA
- 06 Assinatura:  Nome: ...
- 07 Assinatura:  Nome: ...
- 08 Assinatura:  Nome: ...
- 09 Assinatura:  Nome: ...
- 10 Assinatura:  Nome: ...
- 11 Assinatura:  Nome: Jose Nery
- 12 Assinatura:  Nome: ...
- 13 Assinatura:  Nome: Walter de Castro
- 14 Assinatura:  Nome: ...
- 15 Assinatura:  Nome: JURICO ALEXANDRE
- 16 Assinatura:  Nome: GIANNI ALVES
- 17 Assinatura:  Nome: ...
- 18 Assinatura:  Nome: ...
- 19 Assinatura:  Nome: Jairton Campos
- 20 Assinatura:  Nome: ...
- 21 Assinatura:  Nome: ...
- 22 Assinatura:  Nome: ...
- 23 Assinatura:  Nome: ...

24 Assinatura:		Nome:	Elisca Resende
25 Assinatura:		Nome:	Maria Moura
26 Assinatura:		Nome:	Lídia Lima
27 Assinatura:		Nome:	Edina Cleve
28 Assinatura:		Nome:	João Agripino
29 Assinatura:		Nome:	Horácio F. de C.
30 Assinatura:		Nome:	J. D. A. S.
31 Assinatura:		Nome:	O. P. M. S.
32 Assinatura:		Nome:	
33 Assinatura:		Nome:	

Legislação citada:

Constituição Federal

"Art. 14....."

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos;

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 58, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei encaminhados a esta.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 65 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único:

“**Art. 65.**

§ 1º

§ 2º A Casa revisora terá noventa dias, à partir da data de leitura do projeto, para apreciação dos projetos da Casa iniciadora.

I- Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido neste parágrafo, a matéria será colocada na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 3º A Casa iniciadora poderá, por proposta da maioria absoluta de seus membros, solicitar urgência na revisão dos projetos que aprovar, aplicando-se à sua tramitação, na Casa revisora, o prazo e o sobrestamento de que trata o § 2º do art. 64. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988, ao tratar do processo legislativo, teve especial cuidado com as proposições de iniciativa do Poder Executivo. Além de criar o instituto da medida provisória, que permite ao Chefe do Executivo inovar de imediato o ordenamento jurídico, a Carta conferiu ao Presidente da República a prerrogativa de solicitar urgência para projetos de sua autoria, hipótese em que cada uma das Casas dispõe de 45 dias para exame da matéria, ao fim dos quais ficam sobrestadas todas as demais deliberações legislativas, até que se ultime a votação do projeto em regime de urgência, excetuadas as outras proposições com prazo de tramitação constitucionalmente determinado.

Conquanto seja defensável que o Poder Executivo possa ter projetos relevantes de sua autoria analisados pelo Parlamento em um prazo diferenciado, isso não deve ocorrer segundo entendemos, em detrimento de todas as proposições originadas no próprio Congresso Nacional. O exercício de atividades legislativas pelo Poder Executivo e suas prerrogativas relativamente à agenda do Poder Legislativo não podem subverter a essência do princípio da Tripartição de Poderes. Tampouco o Congresso Nacional pode se demitir de suas responsabilidades e do protagonismo que lhe cabe na produção de leis.

De acordo com o Relatório da Presidência do Senado relativo às atividades legislativas no ano de 2006, foram sancionados 113 projetos de lei nesse exercício, excetuados os referentes a créditos adicionais. Desse total, 55 originaram-se de medidas provisórias e projetos de lei de autoria do Poder Executivo, ao passo que 13 se originaram no Senado e 35 na Câmara dos Deputados, além das outras possibilidades de iniciativa legislativa. Ou seja, quase 50% da produção legislativa de 2006 tiveram origem em proposições do Presidente da República. No exercício de 2004, esse percentual atingiu a assustadora marca 80,8%. Os dados revelam, outrossim, uma maior aprovação de leis originadas de projetos de autoria de Deputados do que de Senadores. Nos últimos dois anos, a proporção foi de quase 3 para 1.

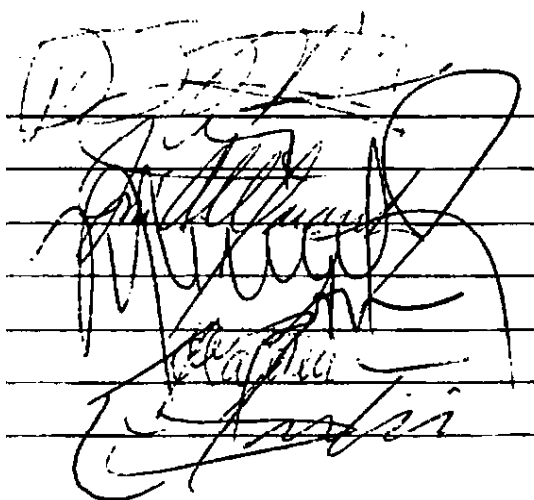
Não nos parece conforme com independência do Poder Legislativo que a grande maioria das matérias aprovadas pelas Casas do Congresso Nacional tenha origem em Poder diverso. Tampouco atua no sentido de fortalecer a cooperação que deve existir entre as Casas o fato de um grande número de proposições aprovadas numa delas permanecer com tramitação inconclusa na outra, para o que muito contribui a azáfama do Poder Executivo em editar MPs e solicitar urgências para os seus projetos.

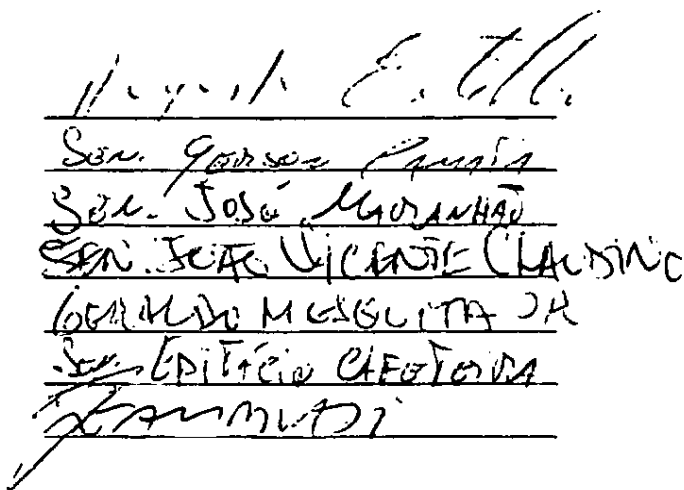
Em face desse quadro, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, que altera o art. 65 da Carta Magna, para prever a aplicação do regime de urgência constitucional à revisão de projetos aprovados numa das Casas, desde que haja solicitação da maioria absoluta dos membros da Casa iniciadora. Feita a solicitação, passará a correr o prazo de 45 dias para deliberação por parte da Casa revisora, ao fim do qual a proposição sobrestará a tramitação de todas as outras em discussão, excetuadas aquelas com prazo constitucional determinado para apreciação. Cuida-se, portanto, de conferir aos projetos iniciados em uma Casa e considerados mais relevantes e prioritários pelos seus membros, tratamento equivalente ao dispensado a projetos de autoria do Presidente da República, para os quais este tenha solicitado urgência. A exigência numérica na formulação do pedido de urgência tem por escopo evitar a banalização da nova prerrogativa, permitindo a aplicação do regime de urgência apenas àqueles projetos cuja necessidade de tramitação mais célere haja sido reconhecida pela maioria dos membros da Casa solicitante.

Convictos da justeza da iniciativa e acreditando que a inovação produzirá frutos positivos no processo legislativo, possibilitando um aumento na produção legislativa com origem genuína no Parlamento, solicitamos o apoio de nossos pares, para a aprovação desta PEC.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2007.


Senador MOZARILDO CAVALCANTI




Sen. Gerson Cunha
Sen. José Maranhão
SEN. JOÃO VICENTE CLAUDINO
GERALDO MESQUITA DA
SEN. EDIACIO CEFERINO
FRANCO

SEN. WELLINGTON FACUNDES

LEONAR GUINTELLA

FERNANDO COLLOR.

SEN. AFRIPINO

Meir Acosta

DIRETOR LIMA

V. A. B. C.

SEN. RENATO PAREDO

SEN. VALDIR RAUPP

Declaro de Anacleto

SEN. PATRÍCIA SABOYA

SEN. JAYME CAMPOS

Adelino J. Santana

ARTHUR VIEGAS

Marise Sena

SEN. SERGIO SILVEREANTA

RAIMUNDO COLONBO

YURI COELHO

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

- Mensagem nº 88, de 2007-CN (nº 420/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, e em aditamento à Mensagem nº 347, de 2007 (nº 81, de 2007, no Congresso Nacional), a complementação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril de 2007.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A mensagem lida, juntada ao processado da Mensagem nº 81, de 2007, do Congresso Nacional, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

- Mensagem nº 89, de 2007-CN (nº 424/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao primeiro quadrimestre de 2007, em substituição ao encaminhado parcialmente pela Mensagem nº 342, de 2007 (nº 64, de 2007, no Congresso Nacional).

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– A mensagem lida, juntada ao processado da Mensagem nº 64, de 2007, do Congresso Nacional, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Arthur Virgílio se dirige à tribuna, informo que encaminhei à Mesa e protocolei Proposta de Emenda à Constituição, de 2006, que institui eleições diretas para suplentes no Senado Federal. Ou seja, quando o eleitor escolher o Senador titular, dentre até dois ou três nomes que cada Partido ou coligação indicar, será o próprio eleitor quem escolherá o primeiro e o segundo suplentes.

Sr. Presidente, registro a proposta já contém o número de assinaturas necessárias – mais de um terço das Sr^{as} e dos Srs. Senadores –, e que, anteriormente, eu a havia apresentado na forma de projeto de lei. Dessa forma, foi arquivado porque se considerou que precisava ser uma proposta de emenda à Constituição. Agora, estou submetendo-a aos meus Pares, primeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Está feito o registro, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo imediatamente a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, idealmente, eu gostaria de proferir esta fala na presença do Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, por todas as questões: estilo pessoal, apego ao confronto de idéias direto e alto... Volto a dizer, por uma questão que, agradando e satisfazendo ao meu Partido, tem muito a ver com o meu próprio estilo, meu estilo pessoal.

Mas a hora avança, Sr. Presidente, e nós temos reunião do Conselho de Ética daqui a pouco.

Faço um breve histórico do comportamento do PSDB ao longo de toda esta crise.

O PSDB andou no seu ritmo próprio, não se deixou pautar por quem quer que fosse. O PSDB, no seu voto em separado, lido na Comissão de Ética...

Recomeçarei quando o Senador Renan Calheiros estiver em seu lugar. *(Pausa.)*

Recomeço, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu me regozijo com o fato de V. Ex^a ter feito exatamente o que eu esperava de V. Ex^a, que era comparecer a esta sessão, sessão extremamen-

te importante para o PSDB porque, neste momento, o Líder de sua Bancada comunica à Casa e à Nação as decisões que adotou na manhã de hoje.

Tive, hoje, o cuidado de enviar a V. Ex^a um bilhete, comunicando que me dirigiria à Casa e ao País e que gostaria mesmo de estar sendo presidido por V. Ex^a neste momento.

Dizia que, se esta é uma decisão partidária, este é um estilo meu, muito pessoal; não dá para dele abrir mão. Eu não saberia dar presença e não estar à sua frente na hora em que talvez tenha que dizer algumas palavras que certamente não serão – conheço V. Ex^a – do seu agrado.

Mas eu dizia, ainda há pouco, que o PSDB baixou até aqui – e será assim até o final – no seu próprio ritmo. Não se deixou pautar por ninguém, por quem quer que fosse. O PSDB lutou por algo que não o abandonará, porque faz parte da sua vida, que é o direito que V. Ex^a tem à amplíssima defesa – e eu não patrocinaria jamais nada parecido com um julgamento à Torquemada –, e, ao mesmo tempo, amplíssima análise, amplíssimo estudo, detida investigação sobre indícios, provas, contraprovas, tudo que tem a ver com o processo que envolve V. Ex^a.

Foi o voto em separado do PSDB, ao lado de outros dois votos... Mas foi o voto em separado do PSDB, que estaria como a bola da vez, após uma possível queda do relatório Cafeteira, a manter viva a idéia de que se tinha que investigar e a manter viva a idéia de que se tinha que fazer as tais oitivas para, ao fim e ao cabo, termos aquilo que interessava sobremaneira ao meu Partido: a verdade, pura e simplesmente a verdade, tão-somente a verdade.

O PSDB caminhou, Sr. Presidente, não abrindo mão do seu ritmo, não abrindo mão das suas convicções. Chegou ao ponto de oferecer o nome do seu Líder, menos por ser o meu nome, mas sobretudo pelo valor simbólico de ser o nome do seu Líder, menos como candidatura – no final virou anticandidatura – e mais como uma proposta de união da Instituição em torno da busca de uma solução efetiva para um caso que está, na verdade, já a esta altura, perturbando a própria vida institucional do País. O PSDB chegou a esse ponto.

Algumas pessoas diziam: “Vamos nos retirar”. Não concordei: “Não vamos. Vamos perder esta eleição e vamos torcer para que o vitorioso, o Senador Leomar Quintanilha, cumpra com o seu dever e se legitime ao longo desta caminhada, que é extremamente relevante para o destino do País”.

O PSDB, na solidão da sua Bancada, depois de ter auscultado suas lideranças extra-Parlamento e com o aval do Líder interino da Minoria na Câma-

ra, Deputado Paulo Abi-Ackel, e do Líder do Partido na Câmara dos Deputados, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, tomou uma decisão que ora comunico a V. Ex^a, à Mesa, à Casa, à Nação.

Na verdade, Sr. Presidente, nós tínhamos dois itens. O primeiro item está resolvido. Eu me congratulo com a Mesa pela decisão sábia de ter enviado o processo de volta para o Conselho de Ética, porque qualquer coisa diferente disso seria continuarmos a artificializar na direção da não-solução, e seria mais crise, e mais crise envolvendo a instituição do Senado Federal.

Sr. Presidente, tenho ouvido as manifestações reiteradas de V. Ex^a no sentido de que pretende permanecer, ao longo de todo este processo, no posto de Presidente do Congresso e do Senado, para o qual foi eleito. E quanto à outra posição, decidida à unanimidade, é a de sugerir a V. Ex^a – e desta vez olhando nos seus olhos; eu lhe escrevi um bilhete hoje, e não saberia fazer diferente; deploro quem não faz assim, e poderiam deplorar-me se eu assim não procedesse – que se afaste da Presidência do Senado e do Congresso até o momento final das investigações, até a conclusão definitiva.

Volto a dizer com a autoridade de quem lidera um Partido que, em nenhum momento, fez pré-julgamentos; um Partido que, em nenhum momento, partiu para nada parecido com linchamento moral; um Partido que, em nenhum momento, fez nada a não ser pedir mais investigação e absoluta garantia de direito de defesa para V. Ex^a. O PSDB entende que, neste momento, longe de ser um gesto que amesquinhasse sua postura, seria algo que o engrandeceria perante a Nação, porque mostraria que V. Ex^a, que solicita o direito de defesa que afirma lhe estar sendo negado, teria a possibilidade de fazer a mais ampla defesa da sua biografia e da sua carreira – carreira que vi nascer, pois chegamos juntos ao Congresso Nacional –, ao mesmo tempo, dando a satisfação que a Nação brasileira requer.

Portanto, pretendo adjetivar o menos possível nesta fala, que já encerro. Não tenho muito mais a dizer. Tenho a dizer apenas que esta é uma decisão do Partido. Em algum momento, figuras de proa do meu Partido se anteciparam e disseram: “Vamos pedir a saída do Presidente Renan Calheiros”. São pessoas que respeitamos e estimamos. Mas, na Bancada do PSDB do Senado, quem manda são os Senadores do PSDB. Nas decisões dos Senadores do PSDB, quem manda nelas são sobretudo os Senadores do PSDB.

Avisamos a todos que, no nosso tempo, temos as duas coragens e não uma só. É muito fácil ter uma coragem só. Temos as duas. Temos a coragem de ab-

resolver e a coragem de condenar. A coragem de condenar se encontrarmos provas para isso e a coragem de absolver se entendermos que não há provas para isso. Não há quem nos tire dessa convicção que, para mim, essa, sim, fundamenta a verdadeira ética. Não é outra a ética a não ser a de quem tem a coragem de dizer as coisas de frente, a coragem de absolver e a coragem de condenar.

Digo a V. Ex^a que não é com agrado nem com prazer que o PSDB lhe sugere esse caminho para que possamos realizar o julgamento que queremos. Esse julgamento precisa ter dois pressupostos: amplíssimo direito de defesa e amplíssima investigação de todos os fatos.

V. Ex^a, certamente, manifestar-se-á sobre o fato, mas já me regozijo com sua presença na sessão. Aliás, meus colegas sabem, não duvidei disso em nenhum momento.

Era exatamente o que eu tinha a dizer neste momento, por ora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. César Borges, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha formação democrática e a minha fé inabalável no Estado de direito fazem-me ter um profundo respeito pelas manifestações partidárias, mesmo quando delas, como no presente caso, guardo frontal divergência.

Não me move, nesse grave momento, o sentimento desarrazoado da teimosia. Não. Serenidade e reflexão são os pressupostos, Senador Arthur Virgílio, das grandes decisões.

As crises políticas não se compadecem de fraquezas nem de gestos menos nobres. Sucumbir à sedução de um pseudoclamor é atitude incompatível com a coragem e a honradez que devem pautar a conduta dos homens públicos, principalmente quando investidos na Presidência do Senado Federal.

Quanto ao processo contra mim instaurado, já comprovei documentalmente – não é o direito de defesa que estou pedindo – a minha inocência, mesmo com uma inadmissível inversão do ônus da prova. Não pratiquei qualquer ingerência indevida, nem no Conselho, nem no seu próprio funcionamento.

Com serenidade e reflexão, entendo que devo permanecer na Presidência do Senado Federal, mesmo que, com isso, contrarie apetites políticos de ocasião. O Senado Federal é bem maior que a crise que querem agigantar. Confio no Senado Federal e nas instituições deste País.

Continuarei daqui a honrar o juramento de cumprir a Constituição Federal e as leis do Brasil.

Não havendo mais oradores, quero passar à Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com atenção o discurso do Senador Arthur Virgílio e ouvi com mais atenção ainda a manifestação de V. Ex^a, que respeito. A iniciativa e o direito de licenciar-se do cargo, conforme sugerido pelo Senador Arthur Virgílio, atitude que já tinha tomado o meu Partido, na semana passada, pela sua Executiva, é pessoal e intransferível de V. Ex^a, o que é respeitado.

Assim sendo, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que, cumprindo, evidentemente, as obrigações regimentais do cargo que V. Ex^a exerce pelo voto, convoque uma reunião da Mesa para analisar a representação também feita sobre o Senador Joaquim Roriz, ainda pendente de uma instalação, atribuição que cabe à Mesa Diretora, que não deliberou sobre a matéria. Peço a V. Ex^a que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico a V. Ex^a que já convoquei reunião para amanhã, às 10 horas, para tratarmos exatamente desse assunto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito como orador, no lugar do Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito como orador.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou obrigado a subir a esta tribuna, depois de ouvir o pronunciamento feito pelo Senador Arthur Virgílio, para falar em nome do meu Partido, o Partido da Social Democracia Brasileira. Evidentemente, não tenho a representação para falar em nome do Senado, mas para falar em nome da credibilidade e da dignidade desta instituição.

Quero, Sr. Presidente, aqui confirmar todas as palavras do Senador Arthur Virgílio, respeitando ex-

tremamente o direito de defesa de V. Ex^a, assim como o fizemos desde o início desse processo de crise, ao enfatizarmos que não abriríamos mão do direito de defesa de V. Ex^a. Mas, hoje, é inevitável dizer que qualquer processo que chegue a esta Casa, que V. Ex^a representa e preside e que se encontra acima do mandato passageiro de todos nós, o Senado Federal, para que a população o entenda como um processo limpo, sem interferências, sem manobras, sem nenhum tipo de truque que venha a toldar o puro processo de investigação e, inclusive, Senador Renan Calheiros, o puro processo de defesa que V. Ex^a merece de todos nós, é absolutamente necessário que isso seja feito sem a presença de V. Ex^a à frente desse processo.

Todos esses mal-entendidos foram, bem ou mal, passados para a visão da sociedade brasileira como manobra, em determinado momento; artifício, em outro momento; e mera farsa até, em outros momentos. E, nós mesmos, do PSDB, entendemos isso quando oferecemos a V. Ex^a, em termos simbólicos, como disse aqui o Senador Virgílio, o melhor que tínhamos nesta Bancada: o Senador Virgílio para a Presidência da Comissão de Ética. Em acordo com o PT, “pseudamente” nosso grande adversário, o Senador Mercadante seria o Relator desse processo. Dessa maneira, nenhum de nós, nenhum dos partidos envolvidos, poderíamos ser acusados de estar, de uma maneira politqueira ou meramente, como V. Ex^a disse, com apetite político de ocasião, tentando prejudicá-lo, o que está longe do intuito de qualquer um de nós; ou, de outra maneira, tentando, por serem homens conhecidos, que têm uma vasta história política e enorme responsabilidade para com a opinião pública, ao juntar os dois partidos que são os grandes adversários em termos presidenciais, a oportunidade de dar um julgamento isento, um julgamento transparente, uma investigação clara. E, com certeza, o grande beneficiado disso seriam o Senado Federal e V. Ex^a.

Isso foi negado, isso não foi aceito, e se começou, ao contrário, uma outra manobra que pensávamos ter terminado naquele momento, quando o Senador eleito para a Presidência indicou, para maior clareza, maior transparência, um Relator – no caso, o Senador Casagrande, que aqui está presente –, para, já no dia seguinte, desconvidá-lo. E, depois, no outro processo, ao sair da linha normal de conduta da Comissão de Ética e já trazer de volta para a Mesa do Senado o processo que andava normalmente, fez com que uma instituição que já estava desacredita virasse motivo de galhofa, virasse motivo até de zombaria, desmoralizando não somente V. Ex^a, mas todos que estão aqui, esta Casa.

E nós resolvemos, hoje, que é importante, inclusive para a história política de V. Ex^a...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Vou já conceder o aparte.

...inclusive para V. Ex^a, que essa integridade do mandato de cada um de nós e essa dignidade da Casa, que está sendo jogada fora neste momento com a nossa omissão, não venha a acontecer e sejamos culpados, no futuro, de termos jogado e enlameado a instituição, histórica e fundamental para a democracia brasileira, que é o Senado Federal.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tasso, ao mesmo tempo em que o aparteio, dirijo-me ao nosso Presidente. Tive oportunidade, faz alguns dias, mais de uma semana, de dizer pessoalmente ao Senador Renan Calheiros que considerava importante para ele e para a Casa que ele se afastasse da Presidência. Volto a insistir nisso aqui, dando o meu apoio à decisão de V. Ex^a. O meu Partido decidiu isso já há algum tempo. Creio, Senador Renan, que, com o senhor na Presidência, aquilo que todos ainda desejamos e esperamos, que é comprovar-se que tudo isso é falso, essa mensagem não vai chegar com credibilidade. Para que o próprio Presidente tenha um julgamento, uma análise acima de qualquer suspeita, duas coisas são convenientes: que haja um afastamento seu da Presidência e que haja uma Comissão de Ética acima de qualquer suspeição. É nesse sentido que reafirmo o apelo que está sendo feito, de que, em nome da Casa que o senhor jurou defender na sua eleição – em quem eu votei, com muita convicção –, entenda que é melhor para a sua figura de político e de homem público, e para o Senado e a democracia, que todo esse processo seja feito tendo em seu lugar, provisoriamente, um outro Presidente. É o apelo que faço – meu Partido está de acordo – e que ratifico, solidarizando-me com os discursos do Senador Arthur Virgílio e do Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senadora Marisa.

O Sr. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Tasso. Quero dizer aqui, Senador Renan, que o Presidente do Senado e o Presidente do Congresso é nosso líder, é o líder maior da nossa instituição, é quem nos representa, é quem pode e deve colocar, acima das suas questões pessoais, a questão da instituição, a representatividade de 80 Senadores que aqui estão. E a sociedade brasileira tem, sim, o direito de questionar, de acompanhar e de exigir, porque o nosso voto veio dela. A comunidade brasileira votou em cada um

que está aqui, para que a representássemos, para que viéssemos para cá e agíssemos de acordo com aquilo que é melhor para a sociedade brasileira. Portanto, não acredito – conforme disse o meu Partido – que nos estejamos pautando pela imprensa, mas por aquela que é dona do nosso voto: a sociedade brasileira. Então, comungo das palavras do meu Líder, Arthur Virgílio, e do meu Presidente, Tasso Jereissati, para dizer que qualquer atitude a ser tomada pelo Conselho de Ética, do qual faço parte, pode ser considerada suspeição, protelação, porque, de qualquer forma, qualquer entidade desta Casa, qualquer Comissão, o Conselho de Ética, todos estão subordinados ao Presidente da Casa. Portanto, se estão subordinados ao Presidente da Casa, é difícil discutirmos, votarmos e direcionarmos as nossas ações se o Presidente da Casa está sob investigação. Assim, Senador Tasso Jereissati, coloco aqui as minhas palavras de apoio ao meu Partido e à decisão que tomou a partir de hoje. Muito obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado.

Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Tasso Jereissati, primeiro, queria dizer que o Senador Leomar não desconvidou o Senador Casagrande. Antes de mandar o processo para a Mesa, porque tinha vícios de origem – o processo não estava correto –, ele nem poderia indicar Relator, até porque o Senador Cafeteira ainda era o Relator do processo. Como a Mesa, analisando os erros do processo, remeteu-o de volta ao Conselho de Ética, pode-se começar tudo do zero. Aí, sim, ele pode convocar Relator ou até uma junta de Relatores, que é o que alguns membros, inclusive da oposição, estão defendendo. Faço aqui a defesa do Senador Leomar Quintanilha, que não errou em momento algum. A Mesa reconheceu erros no processo na manhã de hoje, tanto que remeteu o processo de volta ao Conselho de Ética, corrigindo esses erros. Segundo, eu queria dizer que ninguém que não teve ainda um processo transitado em julgado deve considerar-se culpado. Estou aqui, como Líder do meu Partido, para defender o Presidente da Casa a esse respeito. Quero dizer também que todos que passam algum tempo ocupando cargo no Executivo acabam por receber denúncias. Eu fui Governador de Estado, assim como V. Ex^a. O Senador Mário Covas, que Deus o tenha no lugar que ele merece, tinha 54 processos antes do seu falecimento. O Presidente Fernando Henrique – consta nos Anais, nos arquivos, na Internet – tem 127 processos; engavetou várias CPIs aqui no Congresso Nacional. Se eu citar Governadores, ex-Governadores, Senadores que foram ex-Governadores, há vários aqui nesta Casa com alguns processos – inclusive eu, com algumas represen-

tações, porque fiquei 14 anos no Executivo: dois mandados de Prefeito, Secretário de Estado, Governador. Desafio: não há quem fique mais de dez anos, ou até mesmo só quatro anos, no Executivo que não saia com alguma denúncia do Ministério Público, da Assembléia Legislativa ou de algum partido de oposição. Ninguém que ainda não tenha um processo transitado em julgado deve considerar-se culpado ou ser condenado por isso. Esse era o aparte, nobre Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Raupp, eu vou partir já para os outros apartes. Antes, porém, queria deixar bem claro que eu não considero o Senador Renan culpado, absolutamente. Ao contrário, acho que o Senador Renan merece por parte desta Casa um julgamento e uma investigação a mais limpa, clara e transparente possível. Se o considerasse culpado, eu não quereria uma investigação desse modo e dessa maneira. E tenho a impressão de que estou falando em nome do Partido, Senador Virgílio, quando assim me expresso. Ou seja, nós não o consideramos culpado. Mais condenável do que a essência do processo, Senador Raupp, hoje, perante a opinião pública – e aí eu realmente considero que isso foi lamentável e que nós devemos corrigir agora, e a maneira de corrigir seria com o afastamento do Presidente –, foi o processo que nós encaminhamos aqui de julgamento ou de investigação sobre a culpabilidade ou não – que eu não acredito como culpa – do Senador Renan. Com o Presidente à frente desta Casa e com toda essa trapalhada, que não cabe aqui a nós dois discutirmos, porque o Brasil todo está aí de testemunha, de renúncia de relatores, de renúncia de presidentes, de erros de condução, de erros de procedimento, de relatórios que não eram relatórios, enfim, toda essa trapalhada tirou a credibilidade desta Casa e jogou por água abaixo a credibilidade de cada um de nós, Senadores que hoje fazemos parte desta Casa, como se nós não quiséssemos fazer um julgamento limpo, adequado e respeitoso do Presidente desta Casa.

É esse o nosso objetivo. Porém, depois de todos esses erros e de todas essas “trapalhadas” – entre outras –, não temos alternativa a não ser pedir o afastamento provisório do Presidente, de uma maneira digna, correta, para que possamos dar à opinião pública, ao povo brasileiro, a satisfação que merece de nós.

Temos a obrigação de dar essa satisfação à população brasileira. Como disse a Senadora Marisa, todos nós fomos eleitos pelo povo brasileiro, e esta Casa é uma Casa de representantes do povo brasileiro. Nós temos a obrigação de dar essa satisfação à população brasileira hoje, que está em toda a parte a cobrar de cada um de nós.

Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Presidente Tasso Jereissati, primeiro, acho que foi infeliz a intervenção do Líder do PMDB. Aqui não estamos tratando de processos que tenham envolvido um Senador ou outro, um Presidente da República ou quem quer que seja. Não é essa a nossa diretriz. Não estamos nós, do PSDB – tenho certeza de que a grande maioria dos partidos aqui presentes também –, nessa política de cuidar dos nossos partidos ou de responsabilizar qualquer partido. Estamos na política de tentar duas coisas: primeiro, que o Senador Renan seja, de fato, investigado e julgado; e, segundo, que o Senado mostre ao Brasil, mostre à sociedade brasileira, que é capaz de proceder a uma investigação de forma limpa, transparente, clara e responsável. Essa é a nossa atitude. Então, essas lembranças de processos contra um e contra outro poderiam ficar na sua imaginação, mas não precisavam estar hoje nesta discussão. Hoje é um dia muito importante para esta Casa, esses dias têm sido muito importantes – e dramáticos! O Presidente do Conselho de Ética não está presente. Semana passada ele assumiu – foi feita uma eleição – e fez uma primeira promessa: a de fazer uma investigação responsável. Tomou uma segunda iniciativa: indicou um Senador do PSB para Relator. No outro dia, ele já não tinha indicado ninguém; no outro dia, não havia investigação alguma. Está lá o Conselho de Ética, com todos os seus vícios e deformações, como era antes, e nenhuma providência foi tomada para consertá-los. Não temos Presidente de fato e não temos Relator ainda. Continuamos a desenvolver aqui um procedimento que compromete a instituição no plural. Isso é muito mais importante do que a sorte minha, do Senador Arthur, do Senador Renan, do PMDB, do PSDB, de qualquer partido. Eu não ando mais pelo Brasil sem que a questão do Senado seja levantada. O que os Senadores estão fazendo? O que representam aquelas cenas precárias da Comissão de Ética? O que vamos fazer? Quais são as atitudes que vão ser tomadas? Certa vez, sugeri ao Senador Renan – sugerimos, no plural – que ele próprio arregaçasse as mangas e defendesse o seu ponto de vista, ponto por ponto, que levasse os seus argumentos. No outro dia, o Líder Romero Jucá afirmou, na frente de todos nós, que o Senador Renan ia fazer isso, mas isso não foi feito. A investigação não continuou. Um novo Presidente foi eleito, um novo Relator foi convocado, e desconvocado. A perpetuação desse espetáculo de precariedade não pode continuar, não é possível aceitá-la. Nenhum partido pode compactuar com isso. É muito mais importante do que a sorte do Presidente, do que a sorte de quem quer que seja. O Senado não pode ficar assim, não é possível ficar assim, é uma

agressão à sociedade brasileira. Não tem nada a ver com a imprensa, tem a ver com o povo do Brasil inteiro, com as pessoas mais simples que nos abordam com raciocínios muito claros: “Por que não investigam? Por que não tomam providências?”. Nada. O tempo vai passando e continua essa conversa de vai pra lá, vem pra cá, arranjo de um lado, arranjo de outro, tentativas assim, tentativas assado... E solução que é bom, exame que é bom, coisa nenhuma. Está tudo parado. Estamos no primeiro dia: o Senador Renan foi acusado e fez um discurso aqui no Senado. Depois disso, nada aconteceu, a não ser desordem, desordem que só tem comprometido, primeiro, o Senado e, segundo, o próprio Senador Renan. Não lhe ajudou um minuto; ao contrário, o prejudicou o tempo todo. Semana passada, propusemos um caminho. Nenhum de nós tinha a idéia de que nosso Líder Arthur Virgílio fosse ser Presidente nem que Aloizio Mercadante fosse ser Relator. Aquela indicação foi simbólica. Precisávamos de dois Senadores isentos, qualificados e experientes para levar esse processo adiante, de maneira que a sociedade pudesse acreditar nele. Nosso processo não foi considerado. Foi lançado um candidato na última hora, que fez lá um discurso e que hoje não está aqui. O Conselho de Ética não pode funcionar hoje, não há quem o convoque. Não vamos dar outro espetáculo de desordem, não podemos caminhar para isto: para a truculência, para a desordem. Daqui a pouco, vai haver desrespeito e desconsideração entre colegas, porque o clima que prevalece aqui é um clima que não pode ser mantido, doa em quem doer – para usar uma frase muito ao gosto do Presidente da República. Não dá para continuar desse jeito. Vamos achar uma solução limpa, corajosa, vamos enfrentar esse problema, fazer uma discussão exata, nos detalhes. Se detalhes aparecerem, que eles sejam esclarecidos; se não forem esclarecidos, é muito ruim; se forem, é melhor para todos nós. Não concordo com esse tipo de interferência que, em vez de levar à construção, leva à desordem. Interferência positiva é esta: vamos investigar de forma tranqüila e segura. O Presidente Renan tem condições e liderança. Todos nós tivemos nele um Presidente que presidiu este Senado com dignidade. O Presidente Renan terá condições de presidir este Senado se recuperar a capacidade de fazer as coisas funcionarem, não como está. Como está não dá, Senador. Não dá para nós, não dá para o senhor, não dá para ninguém. Estamos caminhando para um clima de desordem completa entre nós, e nenhum de nós deseja isso. Ameaças absolutamente ridículas, inaceitáveis, nunca houve isso aqui, não pode haver isso. No Senado, nós sempre nos entendemos de forma essencial. O Senado não mergulhou nas profun-

dezas da desordem que caracterizou no ano passado outras instituições, sempre mantivemos um certo conceito, uma certa determinação. Esse Conselho de Ética já puniu gente muito importante, sem regimento mesmo. Então, por que não vamos fazê-lo funcionar? Por que não temos um Presidente? Por que não temos um Relator? Por que não caminhamos seguros, podendo olhar para fora com a nossa própria determinação? Queria prestar minha solidariedade às palavras do Senador Arthur Virgílio, grande companheiro, e ao Senador Tasso Jereissati, um homem público dos melhores. Faço um apelo a todos para que tomemos consciência de que não dá para continuar assim, e o Senador Renan Calheiros deverá ser o primeiro a tomar essa consciência.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, não sei se tenho tempo, mas os Srs. Senadores Mário Couto, Almeida Lima, Eduardo Suplicy e José Agripino solicitam apartes.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Tasso Jereissati, primeiro, quero deixar bem claro: não confundam nem tentem mudar o pronunciamento do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a foi muito claro, claríssimo, quando disse, por várias e várias vezes, daquela tribuna, que queria um julgamento transparente e, por isso, pedia ao Senador Renan Calheiros que se licenciasse; exatamente para se ter um julgamento transparente! Ninguém condenou o Senador Renan Calheiros; ao contrário, o Senador Arthur Virgílio foi muito claro. Por isso, é bom que não se mudem palavras nem se mude o pronunciamento de um Senador que tem o caráter do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a, em momento algum, quis condenar ou disse que julgava culpado o Senador Renan Calheiros. Ao contrário, nós, que aprendemos a ter carinho e respeito por V. Ex^a, Senador Renan Calheiros, queremos o melhor para V. Ex^a. Estamos tendo a coragem de dizer a V. Ex^a, olhando nos seus olhos, que se licencie dessa cadeira, Eu, que sou um Senador novo que cheguei aqui há seis meses, estou me sentindo intranquilo, Senador Renan Calheiros. E tenho certeza de que muitos companheiros estão intranquilos. Quero exercer meu mandato com dignidade e com caráter, poder mostrar meu trabalho para meu Estado do Pará. Não estou conseguindo fazer isso nesses últimos dias. Não tenho nem tranquilidade de chegar a minha casa sem ser cobrado, de chegar ao meu Estado sem ser cobrado. Para V. Ex^a ter uma idéia, viajei pelo interior do meu Estado, e todos me cobravam: “Por que o Senador Renan não se afasta?” Acho que esse seria o ponto inicial para debelarmos essa crise. A sociedade cobra, a sociedade clama, a sociedade

pergunta, a sociedade exige. Faça uma reflexão, Senador. Não queremos seu mal; queremos seu bem. Reflita sobre isso. O Senado sangra e sangra muito. A sociedade cobra e cobra muito. Não estamos aqui julgando pessoas por pessoas. Queremos que este Congresso, que este Senado possa exercer seu papel, que é cobrado pela sociedade. Por isso, está diante de V. Ex^a um Senador com seis meses de mandato, que veio para cá muito motivado. Inclusive, nos primeiros meses, roguei a Deus que me deixasse aqui por muito tempo para ajudar a sociedade brasileira e o meu Estado. E quero continuar com essa mesma motivação, mas não a estou tendo nos últimos dias, assim como a sociedade brasileira também não a está tendo, Senador Renan Calheiros. Peço a V. Ex^a que entenda o que estamos proferindo nesta tarde. São palavras que, no futuro, podem trazer tranquilidade para V. Ex^a. Não queremos, conhecendo seu caráter – todos somos amigos de V. Ex^a –, prejudicá-lo. Ao contrário, queremos protegê-lo. E o primeiro passo é exatamente o afastamento de V. Ex^a dessa cadeira. Muito obrigado.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Apenas para uma informação. O Senador Eduardo Suplicy trouxe-me o telefone para falar com o Senador Leomar Quintanilha. S. Ex^a confirmou a reunião do Conselho para hoje, às 18h30, e disse que encaminhou aos Líderes dos Partidos a proposta de relatoria com três membros, porque o Senador Casagrande julgaria mais correto que a análise dos fatos fosse feita por três Senadores. Portanto, recebi essa informação agora e quero saudar o fato de que teremos reunião daqui a pouco.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Ouço o Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Tasso Jereissati, tive de me afastar ontem à noite, lamentavelmente por um pequeno problema renal. Cheguei há pouco no Senado. Confesso que não estou compreendendo algumas colocações e gostaria de obter um esclarecimento, um posicionamento. Não sei se é possível obtê-lo em forma de aparte ou até mesmo em forma de pronunciamento, já que estou inscrito. Sem entrar no mérito específico da questão que envolve o Presidente Renan Calheiros, quero apenas esclarecimentos sobre as questões jurídicas que envolvem a tramitação dessa representação no Conselho de Ética. Recordo-me que, ainda não era membro do Conselho e até antes de proferido o voto do Relator Epitácio Cafeteira, nenhuma prova havia sido requerida ou votada, deliberada. A partir do momento em que S. Ex^a proferiu o parecer e o voto, alguém poderia me responder quem feriu o Regimento da Casa, as leis, propondo instrução

depois de feito o relatório e externado o voto? Essa é uma pergunta que quero deixar. Não sei se V. Ex^a poderá responder, também não o indico como obrigado a responder a essa pergunta. O início do tumulto desse processo começou aí. Não havia, Senador Sérgio Guerra, nenhuma deliberação sobre produção de provas. O Relator se considerou em condições de proferir o relatório, já devidamente instruído, e proferiu o voto. A partir desse momento, forçaram a barra no Conselho de Ética e, de forma ilegal, foi requerida perícia e foram ouvidas duas pessoas, ferindo o Regimento. Não é dessa forma que as pessoas que hoje defendem o devido processo legal, que defendem a apuração dos fatos deveriam se comportar. Deveriam antes ter requerido as provas para depois assumir essa posição. Mas há um segundo momento, quando o Senador Renan Calheiros, Presidente da Mesa Diretora da Casa, recebeu o processo. O que fez S. Ex^a, sob acusação e denúncias de que queria procrastinar, criar embaraços na condição de Presidente? Encaminhou o processo para o Conselho de Ética. Foi assim ou não foi assim? Aí quero deixar uma interrogação. O Presidente do Conselho, Senador Leomar Quintanilha, ancorado em dois pareceres jurídicos, um da Advocacia do Senado e outro da Consultoria, entendendo que havia uma ilegalidade, o que chamamos no Direito de supressão de instância, tomou a decisão de devolver o processo à Mesa. Isso foi feito com base no fato de o Presidente Renan Calheiros ter encaminhado o processo ao Conselho de Ética quando não era competente para fazê-lo. O art. 14 da Resolução nº 20, que é o Código de Ética, determina que, antes de encaminhar a matéria, deve ser realizada uma decisão de admissibilidade por parte da Mesa. Gostaria de saber: algum jurista, aqui no plenário, terá condições, à luz do Direito, com toda a elegância, mostrar, Senador Tasso Jereissati, que a decisão de Leomar Quintanilha, do ponto de vista jurídico – que é o que estamos tratando –, à luz do despacho monocrático do Presidente Renan Calheiros em encaminhar o processo ao Conselho e à luz do que diz o art. 14, que dispõe que S. Ex^a não tem competência, esta decisão de Leomar Quintanilha em mandar o processo para a Mesa foi legal? É a segunda questão que eu gostaria de deixar aqui pendente. Até porque, e para concluir, se alguém disser que esta decisão – agora é um argumento político – foi ilegal, o Senador Renan Calheiros poderia muito bem não encaminhar ao Conselho de Ética. Ou alguém aqui vai querer afirmar que o Senador Presidente tem condições de encaminhar ao Conselho de Ética sem ouvir a Mesa? O que fez o Presidente? Diante de tanta balbúrdia, diante de tanta crise, ouviu a Casa,

recebeu dois pareceres jurídicos, teve a cautela de assim proceder, encaminhou à Mesa, a Mesa fez uma avaliação, decidiu e manda de volta ao Conselho. E o Conselho vai aprovar, vai prosseguir, a partir do zero, tendo em vista que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – ... tudo o quanto foi feito até então é nulo, porque havia a supressão de uma instância. Qual a instância que foi suprimida? A Mesa Diretora da Casa. Todos nós sabemos, Senador Pedro Simon, que, se o senhor litiga na primeira instância, no juiz singular do seu Estado, e alguém precisa recorrer, tem de fazê-lo primeiro para o Tribunal de Justiça e não pode suprimir essa instância e mandar o processo para o Tribunal Superior. Nunca vi isso em Direito e em processo muito menos. Ora, o que a Mesa fez? Devolveu. Achou que era procedente instalar o processo no Conselho de Ética e devolveu. E o processo agora terá – espero que assim seja – o seu trâmite legal. Portanto, deixo esses dois questionamentos. O encaminhamento que ele fez para o Conselho de Ética foi incorreto. Nulidades existiram inúmeras.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quem fez a incorreção?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Quem fez a correção?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A incorreção de mandar para o Conselho de Ética?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Quem cometeu a incorreção foi o Presidente Renan Calheiros, exatamente fustigado pela imprensa e por todos de que ele, como Presidente, poderia engavetar o processo, a representação. Que fez ele, preocupado? Encaminhou, quando deveria observar o Regimento e pedir a deliberação da Mesa. Segundo aspecto: vi Senadores reclamando do Presidente Renan, dizendo que as sessões plenárias não estavam acontecendo quando a reunião do Conselho de Ética estava funcionando. Criticaram S. Ex^a aqui. Se duvidarem, estão aí os *Anais*. E citarei o nome. Tanto que rebati da tribuna. Qual foi a intenção do Presidente Renan em suspender a sessão plenária, para que a TV Senado transmitisse com exclusividade a reunião do Conselho, qual foi o objetivo? O objetivo de não transparecer para quem quer que seja que S. Ex^a estava atropelando ou tentando esconder a tramitação no Conselho de Ética. Mas S. Ex^a recebeu críticas por esse ato. E eu disse a ele: “Não faça mais assim, porque o seu bom mocismo está levando a isso. Não faça mais assim. Se não é sessão deliberativa, deixe continuar, e a TV Senado a transmite porque é prioritária”. Ora, por favor! Portanto, concluo e pergunto a algum jurista desta Casa se

a decisão tomada pelo Senador Leomar Quintanilha em devolver o processo à Mesa Diretora para saneá-lo é contra a lei. Eu gostaria que alguém dissesse isto aqui: a decisão tomada pelo Senador Leomar Quintanilha de devolver o processo à Mesa para que a Mesa deliberasse é ilegal?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Almeida Lima, eu gostaria de ouvir o aparte de outros Senadores, por favor.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Agradeço. Já concluí evidentemente. Mas, com certeza, o Presidente Renan Calheiros dará a V. Ex^a trinta minutos ou uma hora para que conceda aparte a todos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Uma hora S. Ex^a já deu.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me, Senador Tasso Jereissati. O momento é oportuno.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Permito, se o Presidente me permitir.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O Senador Almeida Lima faz um questionamento sobre o procedimento tomado pelo Senador Leomar Quintanilha, procedimento atípico, equivocado, desregrado e imoral. Por quê? A única tentativa foi a de escamotear o processo ainda mais e impedir que ele fosse adiante. Primeiro, o procedimento já estava completamente regular. A Mesa decidiu assim hoje. A Mesa simplesmente fez voltar. Por quê? Porque o Presidente Renan Calheiros, quando o devolveu ao Conselho de Ética, o fez *ad referendum*. Está aqui nas notas taquigráficas. Bastava a Mesa reunir-se e dizer: “Volte o processo para o Conselho”. Ou, como disse o nosso Presidente: “Como já voltou, então está tudo muito bom.” O procedimento é tão equivocado que o conselheiro que dá o parecer tem até vergonha de fazê-lo. Disse o seguinte: “A Mesa tem poderes restritos para discutir uma representação oriunda de partido político”. Tanto é verdade que pode a Mesa analisar: o seguinte: primeiro, se foi um Partido político que fez a representação – o PSOL, evidentemente, é um Partido político. Segundo: se foi um Partido político com representação no Congresso, conforme exige a Constituição – o PSOL tem até um parlamentar aqui no Senado. Terceiro: se a petição foi assinada, diz o parecerista. Então, a questão era tão pequena, tão ínfima, que o próprio Senador Leomar Quintanilha, se realmente quisesse um parecer que pudesse sanear eventuais nulidades do processo, poderia ter usado o do próprio consultor e verificado que foi um Partido político; foi um Partido político com representação na Casa; e a petição estava assinada.

Ou seja, as bobagens que poderiam não ter acontecido aconteceram à larga. E mais: questionaram também se podia o Conselho de Ética mandar periciar ou requerer a perícia. Veio o parecer mencionando o artigo que, embora tenham omitido o inciso, diz claramente: “O Conselho ou qualquer comissão pode requisitar – ou melhor, requisitar não pode –, requerer, solicitar técnicos para que analisem documentos”. E isso nós fizemos. Nós não requisitamos. Nós requeremos. Mas esse inciso foi omitido propositadamente. O Conselho poderia fazê-lo e o fez. Agora, a investigação teria de ser feita mediante a Mesa. Nós não estamos investigando ninguém. Nós estamos periciando documentos que foram juntados pelo próprio investigado. E isso o Conselho pode fazer. Então, não precisa ser jurista, não. Qualquer rábula dá conta de responder que o procedimento está correto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Qualquer rábula dá conta de dizer que não tem nada para ser feito. E a Mesa agiu muito bem, ao devolver para o Conselho, de forma até surpreendente. Foi mais digna a Mesa do que o próprio Presidente do Conselho, porque, simplesmente, mandou cumprir o que a Resolução nº 20 já vem dizendo. Como disse o Senador Sérgio Guerra aqui: o fato de não termos Regimento não impede a votação, porque, desde 1993, matérias semelhantes vêm sendo votadas sem Regimento; até sem Conselho. E já se chegou a cassar um Senador; dois outros renunciaram por força do Regimento. E, naquela ocasião, a perícia foi feita pela Unicamp, externa à Casa. Será que, também, não poderíamos ter feito o mesmo naquela ocasião? Eu nem estava aqui. Estavam os Senadores...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...Pedro Simon e Jefferson Péres, que participaram desses julgamentos. Parece-me não que o Presidente tenha agido de forma canhestra, mas agiu de forma absolutamente voltada para o tumulto. Só para o tumulto. E, hoje, esperamos que o tumulto cesse. O que precisa ser feito? Mandar terminar a perícia que os próprios peritos pediram para fazer e estabelecer prazo para que se diga se as negociações aconteceram ou não; e acaba-se com isso. Cada qual use sua consciência e vote a favor ou contra o Presidente da Casa, e acabamos com a novela, com o pastelão, com a protelação, com a enrolação, digamos assim. Temos condição de fazer dessa forma. Não é nada de mais, é o trivial. O de que precisamos – e todos aqui disseram o mesmo – é fazer com que esse procedimento ande. Hoje, eu ainda conversava com alguns Líderes do próprio Go-

verno. Ninguém tem intenção de condenar o Senador Renan Calheiros por antecipação, dispor S. Ex^a a uma chama desnecessária, até por que S. Ex^a tem bom relacionamento aqui, e muitos têm apreço por ele.

Eu tenho. Porém, não se pode agir dessa forma. O problema é que fazer da forma como queriam, exterminava o Senado. Estamos apodrecendo em praça pública, como disse o Senador Jarbas Vasconcelos, porque não tivemos ainda coragem de pôr fim ao processo, para condenar ou absolver. Também não podemos deixar o Senador Renan Calheiros, que se recusa a licenciar-se do cargo, nessa posição. Ele, como Presidente da Casa, sangra a cada minuto, e acredito que isso seja um constrangimento para ele. Isso não é bom para qualquer um, ainda mais para o Presidente de um Poder, o terceiro homem na linha de sucessão da Presidência da República. Então, precisamos pôr um fim nessa situação. Não adianta mais ficar clamando pela licença do Presidente; ele já disse que não vai licenciar-se. Não existe, no Regimento, cláusula de obrigatoriedade para ele renunciar ou se licenciar. Deveria tê-lo feito; é diferente. Portanto, vamos cumprir nossa obrigação, que é do Conselho de Ética e desta Casa, pôr fim nessa investigação e fazer o julgamento justo e correto. A partir daí, cada qual usa sua consciência para votar, para absolver ou condenar. É isto o que precisamos fazer: colocar nos trilhos esse procedimento. Não precisa de jurista para confirmar o que V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, está dizendo: que o processo seguiu por linhas tortuosas; mas que parece, hoje, recomeçar numa linha certa. Que essa linha leve a uma estação segura. Era isso, Sr. Presidente, Sr. Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Obrigado.

Senador José Nery.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Assim que o Senador Tasso Jereissati concluir seu pronunciamento, solicito a palavra pelo art. 14, inciso VI, para uma explicação pessoal, já que fui citado pelo Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. *Intervenção fora do microfone.*) – Não foi citado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria dizer à Casa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode até falar, mas não foi citado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – (...) que é exatamente esse debate que traz o que deve ser discutido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas o Senador Almeida Lima, se quiser...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Demóstenes, é exatamente esse debate, que traz para o plenário o que deveria ser discutido no Conselho de Ética, que passa a impressão de que o Congresso não está funcionando, que está vivendo crise. Não é verdade. O Congresso tem deliberado como poucas vezes deliberou; como poucas vezes deliberou. O que aconteceu com relação a essa representação foi uma série de equívocos levantados no Conselho de Ética pelo Senador Sérgio Guerra. É importante que se diga: pelo Senador Sérgio Guerra. O processo foi mandado para a Corregedoria; depois, foi devolvido para a Mesa; foi mandado para o Conselho de Ética, para que não sofresse solução de continuidade e caminhasse celeremente; depois, o processo teve Relator designado, que encerrou a instrução; depois, a instrução foi prorrogada, a pedido dos membros do Conselho de Ética: fizeram oitivas, ouviram advogados, fizeram perícias sem que a Mesa tivesse oportunidade, como manda o Regimento e a Constituição, de pedir as perícias. E essas irregularidades todas tiveram de ser saneadas. Foi isso, na verdade, o que aconteceu.

Ninguém mais do que o Presidente desta Casa, que confia na justiça dos seus Pares e que confia na própria inocência – e já procurou demonstrar sua inocência – quer que esse processo chegue logo ao fim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero saber pelo menos qual é a acusação que pesa contra o Presidente do Senado Federal. Qual é a acusação que sobrevive? Qual é a acusação do PSOL que precisa ser respondida? Quero saber apenas isso, para que esse processo seja descaracterizado como processo político-partidário. É isso o que precisamos responder ao Brasil. Esse processo não é político-partidário; esse processo é factual. Há contra o Presidente do Senado uma, duas, três, quatro acusações. Preciso saber quais são, para fazer a defesa. O que quero é celeridade, até para demonstrar ao País, como dizia o Senador Tasso Jereissati.

Peço-lhe desculpas pela interrupção.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Peço um aparte, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Tasso Jereissati, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o processo, conduzido no âmbito do Conselho de Ética, tem por objetivo central investigar um fato relacionado

à quebra de decoro, que é o caso específico que estamos aqui discutindo há mais de um mês. Essa investigação, como está claro na representação apresentada pelo PSOL, tem como objeto verificar a possível quebra de decoro parlamentar por parte do Senador Renan Calheiros, vinda a público a partir de noticiário publicado na imprensa nacional, em que um lobista de uma empresa privada pagaria despesas do Senador Renan Calheiros. Esse é o objeto da investigação. Trata-se de um processo de investigação para verificação – frise-se: verificação – de quebra de decoro. Dissemos, desde o início, que não se tratava de uma condenação antecipada, mas também sempre dissemos que não concordaríamos com qualquer tipo de absolvição sumária, com qualquer tipo de atitude protelatória. Se analisarmos o que tem precedido todas as reuniões do Conselho no último mês, poderemos caracterizar essa investigação como uma sucessão de manobras protelatórias, que só prejuízo têm causado: ao Conselho, na sua atribuição de investigar; ao Senado, que precisa cumprir sua missão constitucional; e ao País, que fica perplexo, envergonhado, cobrando de todos uma definição sobre esse processo. Portanto, quando o Presidente do Conselho, Senador Leomar Quintanilha, envia à Mesa o processo para ser reavaliado, com base na consultoria feita no próprio Senado, e a Mesa decide reencaminhá-lo ao Conselho, queríamos trabalhar com a seguinte idéia, Senador Tasso Jereissati: se a Mesa validou, garantiu a admissibilidade do processo e, mais uma vez, enviou-o ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a primeira tarefa do Conselho seria validar os procedimentos adotados até então. A meu ver, a única coisa que precisa ser feita é dar continuidade aos encaminhamentos, aos procedimentos que foram combinados na reunião anterior do Conselho, em que a questão central era a seguinte: é preciso continuar e aprofundar, em toda a sua extensão, a perícia iniciada pela Polícia Federal. Se houver o questionamento de que a Polícia Federal não pode fazê-lo, de pronto, deve ser solicitada à Mesa e ao Presidente Renan, publicamente, autorização para o encaminhamento pela Mesa, para que aquele procedimento de perícia seja concluído. Isso, a meu ver, constitui-se no elemento fundamental para o esclarecimento dos fatos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador José Nery, permite-me?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Dependo do Senador Tasso Jereissati, o orador.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – V. Ex^a também está equivocado. A Mesa não precisa fazer isso. Há um artigo, no Regimento, que diz que o Conselho pode pedir perícia. Se mandarmos para a Mesa, estaremos admitindo que o procedimento foi equivo-

cado, que a perícia não poderia ter sido feita. Além disso, estamos discutindo algo que deve ser tratado no Conselho.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Meu caro Senador, já falei a V. Ex^a e também publicamente: trata-se de referendarmos os procedimentos adotados pelo Conselho. Logo, considera-se que esses procedimentos estavam corretos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – A Mesa já fez isso hoje pela manhã. Exatamente.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Agora, se esse era o impedimento legal que prejudicava o andamento da perícia dos documentos apresentados pelo Senador Renan Calheiros, até se poderia chegar ao ponto de a Mesa autorizar; porém, o Conselho, como diz V. Ex^a, tem essa tarefa, tanto que já o fez na etapa anterior. Portanto, a respeito de toda essa confusão jurídica e procedimental, a opinião de vários juristas, entre eles o advogado Alberto Rollo, especialista em Legislação Eleitoral, é a de que em processos de caráter político os vícios formais só conduzem à anulação do processo quando ferem o direito ao contraditório e à ampla defesa. Não é o caso. Então, para que esse processo tenha celeridade e seja concluído, para que o País e nós mesmos nos respeitemos, é necessário que o Conselho proceda aos encaminhamentos acordados na penúltima reunião. Para mim, isso é suficiente para que, com base nos documentos fornecidos pelo Senador Renan Calheiros, tenhamos condições de avaliar o conjunto da representação, especialmente quanto à ocorrência, nesse caso, de quebra de decoro parlamentar. Por último, quero dizer que, validando-se o processo e adotando-se os encaminhamentos combinados, creio que há condições de o Conselho formar um juízo de valor.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria, com a aquiescência do Senador Tasso Jereissati, pedir que V. Ex^a sintetizasse o seu discurso.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Infelizmente, não estamos em uma reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Esta é uma sessão do Senado Federal. Essas questões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar devem ser tratadas no Conselho.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Creio que a normalização do dia-a-dia do Senado deve ser feita a partir da utilização desse caminho.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Exatamente, Sr. Presidente. Se outros Srs. Senadores não tivessem encaminhado a discussão nesse rumo, certamente, eu não teria pedido um aparte ao nobre Senador Tasso Jereissati para, como muitos fizeram, manifestar a minha opinião. Por último, Sr. Presidente, eu disse, desde o início do processo – hoje, já tenho opinião diferente –, que não considerava fundamental que V. Ex^a se licenciasse da Presidência, por considerar que essa era uma prerrogativa pessoal, que cabia a V. Ex^a definir. No entanto, como as coisas vêm se processando e acontecendo, creio que a medida mais correta, mais coerente e mais adequada para a crise que estamos vivenciando seria outra. Até entendo as suas razões, e V. Ex^a já disse, publicamente, que não se pretende licenciar, mas aqui eu gostaria de formular, assim como fizeram vários Senadores e várias Lideranças partidárias, a proposta de licenciamento até o final desse processo, para que possamos concluí-lo de forma adequada e justa, fazendo um julgamento correto e justo, em que prevaleçam os fatos e a investigação, não a condenação antecipada ou, muito menos, a absolvição também antecipada, que não cabe num caso tão grave, que precisa ser analisado com toda a profundidade. Agradeço ao Senador Tasso Jereissati pelo aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero dizer a V. Ex^a que, pedindo a proteção de Deus e com as forças da minha inocência, continuarei presidindo o Senado Federal.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Presidente, não me recordo de um caso que tenha adquirido um contexto tão polêmico, tão delicado, como o que estamos vivendo. Devemos reparar que, desde o início, V. Ex^a está presidindo esta Casa quase que por unanimidade. V. Ex^a, o Líder do PSDB, o Líder do PFL e o Líder do PT praticamente estão levando esta Casa como entendem, com respeito, com entendimento, com harmonia, quer dizer, há o respeito de um bom entendimento. Isso fez com que se chegasse até aqui de uma maneira digna de respeito. Então, não há, como aconteceu em situações anteriores, o clima de guerra, o clima bélico, de A contra B, de partido contra partido. Aqui, não vejo isso. Estou cansado de dizer que não vejo no PSDB e não vejo no PFL a intenção de boicotar o Governo. Houve um momento em que poderiam pedir o *impeachment*, pois o Presidente Lula estava

tremendamente desgastado. Acredito que o *impeachment* ocorreria, mas o PT, o PFL e o PSDB preferiram não pedi-lo. Então, este é um ambiente diferente do das outras vezes. Não estamos assistindo, até agora, a discursos como os que o coitado do Jader Barbalho precisou fazer aqui quando era Presidente do Senado. O debate pesado, duro e cruel que ocorria entre o Antonio Carlos e o Jader Barbalho não está acontecendo. Veja que, até agora, as referências à V. Ex^a são as mais elegantes, as mais carinhosas que se possam imaginar. Não vejo, Sr. Presidente, com toda a sinceridade, o ambiente de demolir, de derrubar, de destruir. As coisas foram crescendo; não fomos nós que pedimos. A fatalidade começou a bater na casa de V. Ex^a quando V. Ex^a saiu fora de casa. Ninguém pode atirar a primeira pedra, porque isso acontece com muita gente. Aconteceu, acredito que V. Ex^a, repito, saiu-se bem, reconheceu a sua filha, deu-lhe pensão – está tudo normal. Aí, vamos ver o que vai acontecer. V. Ex^a apresentou a sua defesa. Cometeu um equívoco. A sua assessoria errou, porque V. Ex^a não deveria ter falado da Presidência; deveria ter falado da tribuna. Se V. Ex^a tivesse falado da tribuna, aqueles oitenta abraços que recebeu teriam sido apartes, a maioria simpáticos a V. Ex^a. Aí, o negócio andou de uma maneira que não foi correta. Por que não andou corretamente? Primeiro, não andou corretamente porque o Relator tomou uma decisão: “Ou se vota hoje, ou não aceito. E tem que ser assim”. Segundo, porque ele renunciou...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A quarta, quando o jovem representante do Acre apresentou uma proposta no sentido de levar para a discussão, ele ficou numa posição difícil – e vejam como eu tinha razão quando falava que, às vezes, suplente complica –, porque a posição dele não era a posição que o Governo queria. Então, ele renunciou com muita categoria; ele caiu fora. Aí, entrou o novo Presidente, por quem tenho muito respeito. Disse a ele: “Não entra”. Entrou. Entrou e devolveu o processo para a Presidência. O Senador de Sergipe já lembrava que, quando o Presidente mandou o processo para o Conselho de Ética, sem ouvir a Mesa, fui um dos que disse aqui: “Está errado. Tinha de ouvir a Mesa”. Agora, entendo a posição do Presidente, porque, como está se dizendo que o processo foi para a Mesa para ganhar tempo, ele quer mostrar que não quer perder tempo nenhum e está mandando logo para o Conselho de Ética. Mas está errado! Mas todo mundo aceitou. De repente, não mais do que de repente, vem o Presidente e o devolve, porque havia um parecer aqui, um parecer acolá. Se quiséssemos – e vamos falar com toda a sinceridade

de –, lei está para todo o lado, palpite está para todo lado. Se me derem licença, em meia hora trago meia dúzia de pareceres iguais aos dois que foram feitos aí, iguaizinhos, em sentido contrário. Se o Presidente havia mandado para o Conselho de Ética era de vez, *ad referendum* da Mesa. Isto é importante. Não é mandar e pronto, mas *ad referendum* da Mesa. Então, estava esclarecido: “Estou mandando *ad referendum* da Mesa para que não se diga que eu estou demorando, estou procrastinando”. E todo mundo aceitou. Essa devolução não precisava ter acontecido, não precisava ter acontecido. Se o Presidente tivesse aceito o Relator – e nota 10 para a escolha do Relator, todo mundo concordou –, esse negócio já teria andado. Então, na minha opinião: 1) não adianta querer mudar o presidente. O presidente é o que está lá no Conselho de Ética; 2) não existe esse triunvirato. Só se fosse um processo que tivesse três partes: a primeira, a segunda e a terceira – tu ficas com este; tu ficas com esse e tu ficas com aquele outro. Mas é um processo só. Como é que vai ter três relatores? O Relator está escolhido e ele deve continuar. E eu lhe digo, meu querido amigo Renan: V. Ex^a está numa posição que eu não gostaria de estar, mas vou lhe dizer do fundo do coração: eu já teria me licenciado. Porque, no fundo, todos nós somos responsáveis – todos nós aqui somos responsáveis – mas V. Ex^a é o Presidente. O Presidente desta Casa é V. Ex^a – presidente reconduzido.

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – (...) quatro anos na Presidência do Senado, com a credibilidade e com o respeito de todos e com a simpatia de todos! Eleito por unanimidade. Quer dizer, V. Ex^a não foi eleito por dois, por três ou por quatro; foi eleito pela unanimidade da Casa. E o discurso feito pelo PSDB – vamos falar com toda a sinceridade – demonstra um ambiente de respeito e de confiança. Ninguém está falando em exigir, tanto que o termo não é este. Quem vai decidir é V. Ex^a. Ninguém está forçando V. Ex^a. Quer ficar? Fique, continue, mas não é o melhor para V. Ex^a. V. Ex^a quer ter um gesto e dizer: “Olhe, eu vou me licenciar, eu vou me afastar, eu confio no 1º Vice-Presidente da Casa, ele vai conduzir o processo. Enquanto ele conduzir, eu estou fora”. É muito mais fácil V. Ex^a ser, inclusive, absolvido com tranqüilidade, e ninguém vai continuar cobrando de V. Ex^a. Qualquer coisa que acontece é porque o Presidente fez isso ou aquilo. Se V. Ex^a fizer isso, for para casa, sair, entregar, é muito mais fácil a verdade vir à tona, com tranqüilidade, com serenidade, do que V. Ex^a... Não vejo em V. Ex^a nenhum ato querendo perturbar, alterar, modificar, mas a sociedade não está vendo isso: “Ah, é porque

ele quer e não sei o quê”. Então, há já um movimento no sentido de que se há algo impedindo o Senado de funcionar. Ninguém vê – não vai querer V. Ex^a – que os 80 Senadores se achem culpados – e não se acham culpados. Então, para não se acharem culpados, quem é que eles acham culpado? É o Presidente do Senado. Que é o caso que está sendo julgado e é o Presidente da Casa. V. Ex^a, Presidente, cometerá um ato de grandeza. Há momentos na vida em que os motivos de grandeza são muito mais importantes do que V. Ex^a firmar posição, ganhar na marra. “Derrotei todo o Senado. Derrotei o PSDB, o PFL, parte do PMDB”. Mas não é a vitória, Sr. Presidente. Digo a V. Ex^a que esse processo se tranqüiliza, se normaliza, e se as razões invocadas por V. Ex^a... Outro dia me telefonou o Requião, Governador do Paraná, dizendo-me que ele é simpático a V. Ex^a, mas que V. Ex^a quer provar esse negocio de “com nota” e “sem nota”... Sabemos que, em termos de carne, no Brasil inteiro, dois terços do trânsito da carne é sem nota. É uma coisa que pode estar acontecendo. Então, acho que se V. Ex^a tivesse o gesto, não de pedir, esta Casa não está pedindo, não de exigir, esta Casa não está nem pode exigir, V. Ex^a fica na Presidência o tempo que quiser, quando quiser e até onde quiser, mas se V. Ex^a se licenciar, com o aplauso desta Casa – e nós, a partir de agora, da reunião de 18h30 vamos para lá, com urgência, vamos tomar as decisões para encontrar a solução –, V. Ex^a entrará na história, Sr. Presidente. Escute o que estou dizendo. É muito melhor entrar na história porque conseguiu o entendimento, pacificar o Senado com um ato de grandeza, do que entrar na história com o sentimento de que “eu esmaguei o Senado! A minha vontade é a minha vontade, fui contra todos e mostrei que eu tenho força”. Isso nem com o apoio do Lula resolve. Dou o meu apoio a V. Ex^a. O meu desejo é que V. Ex^a saia disso logo; a minha expectativa é de que V. Ex^a saia o melhor possível. E sair o melhor possível a essa altura é atender ao apelo de toda a Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Jereissati, não pretendo fazer um aparte, mas um registro de 30 segundos. Sem prolegômenos nenhum: três relatores, o PSDB aceita um deles. Se for um só, o PSDB aceita também. Sem prolegômenos. Está na hora da decisão.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador José Agripino, em seguida, V. Ex^a. Estou tentando seguir a ordem.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Tasso Jereissati, vou procurar ser o mais sucinto possível. Mas

quero cumprimentar V. Ex^a e o Senador Arthur Virgílio pelo fato de terem, com os seus discursos, propiciado uma sessão que, na minha opinião, é singular. Singular, Presidente Renan, porque, para alguns, ela pode estar parecendo uma sessão de constrangimento, mas, para mim, ela é uma evidência de que o processo democrático brasileiro está em pleno vigor, por mérito de V. Ex^a. V. Ex^a é quem está sendo questionado neste momento e está permitindo o diálogo, a emissão de opiniões livremente; não está cerceando a palavra de ninguém. E talvez por isso, Senador Tasso Jereissati, é que todos nós tenhamos – o que é verdade, V. Ex^a sabe – grande apreço pelo Presidente Renan, apreço pessoal. Presidente Renan, eu perdi a eleição para V. Ex^a, tive só 28 votos. Mas quero que o Brasil todo que está aqui nos ouvindo saiba que eu não guardo, absolutamente, nenhuma mágoa pessoal, nem o processo nos distanciou em absolutamente nada. Eu guardo por V. Ex^a apreço pessoal significativo. Agora, eu gosto muito mais da Instituição do que de V. Ex^a. Eu tenho ido à rua O que me preocupa é a rua, Senador Renan; a rua lhe condenou. Eu vou a Macaíba, eu vou a Natal, eu vou ao aeroporto de Congonhas, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, e sou cobrado. O que passa pela rua é que a investigação está sendo pilotada pelo Presidente que é investigado. O sentimento da rua em relação ao Senado, e o que cobram de nós, é muito mais do que saber se a nota fiscal é verdadeira ou se é nota fria ou por que ele encarregou um amigo que é lobista de fazer os pagamentos. Mais do que isso, a Instituição está *sub judice*. As pessoas nos cobram autonomia, atitude do Senado. Entendem que o Presidente no exercício do cargo está pilotando a investigação. Senador Tasso Jereissati, volto a dizer: o discurso de V. Ex^a e o discurso do Senador Arthur Virgílio, que S. Ex^a fez com sentida emoção, porque ele, como eu, tem apreço pessoal pelo Presidente Renan Calheiros – e não gostaríamos de pedir a renúncia ou a licença de V. Ex^a, Sr. Presidente –, são motivados pela pressão da nossa própria responsabilidade e da atitude de legítima defesa da Instituição, que nos cobra a rua. Esteja certo de que é isso. Quem nos cobra a atitude é a rua. Senador Tasso Jereissati, nós temos a obrigação de aprofundar a investigação a bem da Instituição e a bem do Presidente Renan Calheiros. A rua já condenou. Está certo? Não está certo. Por antecipação, sem amearhar provas de convicção, está errado. O que queremos, honestamente, é aprofundar o processo de investigação para que as evidências mostrem a cada um dos que vão votar convicção para julgar e absolver ou condenar. Essa é a nossa tarefa, da qual não podemos abrir mão. Quando nós, companheiros do Presidente Renan, solicitamos que ele se licencie do

cargo é para que a rua perceba que a Casa vai fazer um julgamento isento, e que a Casa não foi pilotada por ninguém. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Obrigado, Senador José Agripino.

Há ainda apartes solicitados pelos Senadores Eduardo Suplicy, Marconi Perillo, Renato Casagrande e Jarbas Vasconcellos.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, V. Ex^a, quando aqui expressa um sentimento do seu Partido, o que também o fez há pouco o Senador Arthur Virgílio, o faz em um sentido muito construtivo. Eu gostaria de transmitir ao Presidente Renan Calheiros, por quem – S. Ex^a sabe – tenho a maior estima, e ao Senador Efraim Morais, que está ao seu lado, que, no dia da sua segunda eleição – V. Ex^a foi testemunha do que aconteceu comigo na cabine de votação –, eu estava tão certo de votar em V. Ex^a, e, como V. Ex^a já era Presidente, pensei que seu nome deveria ser o primeiro, marquei o “x”. Quando verifiquei, vi que havia assinalado o nome do Senador José Agripino. Pedi uma nova cédula dizendo: “Não, eu realmente quero votar no Senador Renan Calheiros”. E expliquei ao Senador José Agripino o que aconteceu. Votei em V. Ex^a, porque acredito que V. Ex^a tem conduzido esta Casa de forma muito positiva, quase sempre procurando agregar, harmonizar, estabelecendo um diálogo muito importante com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... com quem V. Ex^a tem uma relação muito positiva. Saúdo também a decisão hoje tomada pela Mesa, presidida pelo Vice-Presidente Tião Viana, no sentido de colocar as coisas de forma a sanear os possíveis vícios apontados pelo Senador Leomar Quintanilha, e saúdo a diretoria de, de pronto, convocar para as 18h30 a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de darmos continuidade aos procedimentos. Difiro do meu colega, Senador Almeida Lima, de que as coisas começarão do zero. Não, as coisas caminharão daqui para frente. Senador Renan Calheiros, gostaria de transmitir duas palavras. A primeira é do Senador Eptácio Cafeteira, a quem visitei no sábado. S. Ex^a pede, e eu aqui transmito, que haja respeito por ele como Relator; que, primeiramente, antes de se definir a nova Relatoria, como normalmente deve acontecer, que se dê um destino ao voto que ele proferiu. É uma questão de respeito para com ele. Inclusive, dada sua condição de saúde, gostaria que tivéssemos essa atenção, o que vou transmitir ao Conselho de Ética. Também visitei o

Senador Antonio Carlos Magalhães, no domingo, que me disse estar de acordo com a sugestão que formulei a V. Ex^a – por meio de outros Senadores, entre os quais o Senador Valter Pereira, aqui ao meu lado – de que V. Ex^a vá ao Conselho de Ética expor, com sua forma de ser, olho no olho, suas razões e dirimir as dúvidas que naturalmente surgem. Tenho certeza de que V. Ex^a, com isso, dará um passo formidável para que, inclusive, venhamos a acelerar os procedimentos no Conselho de Ética. Quando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e os Líderes dos Democratas e do PSDB dizem que seria melhor V. Ex^a se licenciar, eu digo, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, olho no olho, que essa palavra vem de pessoas amigas de V. Ex^a. Quando o Senador Pedro Simon fala, com o carinho que todos nós acabamos de ouvir, S. Ex^a o faz no sentido de querer que as energias de V. Ex^a estejam inteiramente voltadas para logo expor a sua defesa e fazer com que o Conselho de Ética tenha condições para o mais rapidamente possível, assegurando-lhe o direito completo de defesa, de chegar a uma decisão mais serena e equilibrada. Portanto, cumprimento V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, pela contribuição importante, inclusive suscitando uma reflexão importante para a história do Senado Federal brasileiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo um aparte ao Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Meus cumprimentos ao Senador Tasso Jereissati, Presidente do nosso Partido, ao Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, que nesta tarde expressam o que a Bancada do PSDB decidiu na manhã de hoje. Senador Tasso Jereissati, antes de tecer algumas considerações a propósito do discurso de V. Ex^a, gostaria de fazer um desagravo à memória de nosso Líder, o grande brasileiro e grande Governador Mário Covas. Sei que não houve má intenção por parte do Senador Valdir Raupp ao citar o nome do nosso querido Mário Covas, mas, de qualquer maneira, gostaria de fazer, de público, um desagravo à memória desse extraordinário brasileiro que foi Mário Covas. A segunda reflexão, Senador Tasso Jereissati, é com relação ao fato de que se tivéssemos sido ouvidos há 30 dias – o PSDB, o Senador Demóstenes e tantos outros –, por certo esse processo não teria sofrido os desvios que sofreu ao longo do caminho. Solicitamos, desde a primeira hora, que fossem abertos todos os prazos e que fossem realizadas as oitivas e as perícias. Infelizmente, nossas ponderações não foram ouvidas. Senador Renan Calheiros, o PSDB se recusou, ao longo desse tempo todo, e se recusa a assumir qualquer tipo de papel de vestal. Atuamos, durante todo esse

processo, com a máxima seriedade, isenção, lisura, transparência. Lamentavelmente, houve uma série de desencontros durante todo o processo. Senador Tasso Jereissati, Senador Arthur Virgílio, Senador Renan Calheiros, Senadoras e Senadores, não dá para desconhecer que o Senado Federal vive, neste momento, algo parecido com um vulcão em erupção, cujas lavas atingem todos nós. Já foi dito por muitos aqui que, por onde quer que estejamos, nas ruas deste Brasil afora, somos cobrados em relação a esse processo. É mais importante ainda refletir que não estamos vivendo no mundo da lua; estamos vivendo um processo sério e grave que precisa ser resolvido com a máxima transparência, com a máxima rapidez, com a máxima lisura. Por isso mesmo, Senador Renan Calheiros, longe de querer prejudicar, longe de querer atingir a honra de V. Ex^a, eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, que dirigiu com tanta dignidade este Senado Federal, esta Casa de Rui Barbosa, para que pensasse na simplificação do processo. Que V. Ex^a fosse grande e humilde, como tem sido ao longo de sua carreira, e abdicasse, pelo menos por um período, da função de Presidente, licenciando-se, para ir à tribuna se defender, para ir ao Conselho de Ética se defender, até para que não tenhamos novos constrangimentos pela frente. Ouço no Senado uma série de murmúrios ou de bochichos no sentido de que as próximas sessões serão duras, constrangedoras. Então penso que à medida que V. Ex^a tome essa decisão de esperar, como Itamar Franco fez um dia em relação ao seu Ministro Hargreaves, caso V. Ex^a, dotado de grandeza, de espírito público, tome essa decisão, que sei que não é a que V. Ex^a quer, com certeza teremos um desfecho sério, respeitado por toda a sociedade brasileira. Fica aqui o apelo de alguém que jamais quis ser vestal algum de um Partido que, se tem a coragem de vir aqui hoje, na presença de V. Ex^a, para solicitar-lhe essa atitude, é porque queremos, acima de tudo, preservar a Casa e, sobretudo, o curso desse processo, que precisa chegar ao final e ao cabo sem que não haja nenhuma dúvida por parte da sociedade em relação à decisão tomada. Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a que, por certo, engrandece, ao lado do discurso do Senador Arthur Virgílio, essa Casa de Rui Barbosa. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Ouço o Senador Renato Casagrande e, em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, em primeiro lugar, faço um esclarecimento do meu ponto de vista com

relação ao assunto da relatoria da semana passada. O Presidente eleito Leomar Quintanilha convidou-me na quarta-feira, à noite e, na quinta-feira, de manhã cedo, tomei a decisão de aceitar o convite. Mas, de fato, na quinta-feira à tarde, o Presidente Leomar Quintanilha argumentou comigo que teria de fazer uma consulta à assessoria legislativa, pois ainda constava como Relator o Senador Epitácio Cafeteira. Assim sendo, S. Ex^a não teria condições de fazer a indicação da relatoria enquanto não recebesse o documento da assessoria legislativa; e que iria suspender o tema da relatoria. Então hoje o Senador Leomar Quintanilha ou a Comissão terão de decidir o relator. Não estou mais convidado para ser relator. Tivemos uma quebra de confiança na relação de Presidente com o possível relator naquele momento. Fui exposto no processo, num debate público muito intenso, o que, de fato, criou e cria essa dificuldade para que eu possa atuar, efetivamente, como relator. Mas, como membro do Conselho de Ética, tenho de cumprir qualquer papel que o Presidente me designar, desde que seja avalizado pelo Conselho de Ética. Então tenho as dificuldades pelo nível de exposição e pela quebra de confiança, mas sou membro do Conselho de Ética. O Presidente Sibá Machado tentou diversas vezes viabilizar relator e não conseguiu. Não é uma questão de consulta, é uma questão de determinação do Presidente e de colaboração dos líderes das bancadas no Conselho de Ética, para que possamos dar agilidade a esse processo. Mas, Sr. Presidente e Sr. Senador Tasso Jereissati, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, vive, com certeza, momento de muito angústia. Certamente, na mesma proporção da angústia vivida por cada Senador e do Senado como instituição. O Senado passa por dificuldades enormes e por um descrédito muito grande não só pelo caso do Presidente Renan Calheiros, mas por outros casos que também estão tramitando neste Casa da República. Mas não é só a questão do processo que traz o desgaste ao Senado da República. Quando uma instituição, Senador Tasso, não consegue responder às suas crises perante a opinião pública, ela perde a sua função. Nós já estamos há mais de mês analisando o caso do Senador Presidente Renan Calheiros. O Conselho Ético que, neste momento, neste caso representa a instituição Senado da República, não conseguiu responder à crise que tomou conta do Senado da República. E é por isso que estamos aprofundando o descrédito. Não conseguimos dar resposta à sociedade e cada um de nós tem de entender, e o Presidente Renan Calheiros precisa entender, e certamente compreende, que esse processo só terá fim na hora que tramitar no Conselho de Ética. Se não tramitar no Conselho de

Ética, nós vamos ter esse processo como um fantasma assombrando o Senado, sem lhe darmos um fim e sem que ele tenha uma conclusão efetiva. A Mesa Diretora hoje tomou a decisão adequada de retornar o processo ao Conselho de Ética. Acho que é lá que ele terá de cumprir a primeira etapa. Se for pelo arquivamento, etapa final; se não for pelo arquivamento, é uma etapa desse processo, mas é lá que ele tem de passar e não há outro caminho a não ser o Conselho de Ética do Senado, tendo credibilidade ou não tendo. Agora se ele trabalhar, com certeza, terá credibilidade junto à população. Sr. Presidente, para concluir, o que a sociedade brasileira quer é o processo de investigação. Também tenho evitado manifestar opinião antecipada, seja no sentido de inocentar, seja no sentido de responsabilizar. Acho que só a investigação é que nos dará a garantia do voto. O Conselho de Ética é um conselho de magistrados, precisa ter informação para votar. É lógico que a posição do Presidente, sendo ele o investigado, só por estar na posição de Presidente, querendo ou não, automaticamente, causa influência no Conselho de Ética e também em outras instâncias do Senado da República. Sua posição, de fato, interfere. Mas não tenho posição partidária; não vou fazer o pedido pelo afastamento do Presidente Renan Calheiros; também acho que ele tem todas as condições de fazer essa análise. Só analiso que a posição de Presidente interfere automaticamente nas decisões, interfere na opinião de diversos Senadores. A instituição Presidente do Senado promove essa interferência, e é hora, cada vez mais, de pensarmos na Instituição, que chegou a um ponto de muita falta de credibilidade. É fundamental que possamos pensar na Instituição. Tenho certeza de que todos nós, assim como o Presidente Renan Calheiros, estamos pensando no Senado da República. Muito obrigado.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, o último aparte será do Senador Jarbas Vasconcelos.

O Sr. Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE) – Senador Tasso Jereissati, já expressei do microfone de apartes a minha opinião. Não vou mais além nem vou ficar repisando o que coloquei com relação a esse episódio e sobre o fato de o Presidente Renan não se afastar e causar profundo constrangimento entre nós, Senadores. É importante deixar ressaltado que essa não é uma coisa menor. O Presidente Renan não pode imaginar, por exemplo, de mim ou de qualquer outro Senador – sou novo aqui, estou entre um terço dos que aqui chegaram na última eleição –, que nós possamos transformar isso aqui num expediente menor, de antipatia, de perseguição, porque somos Minoria e ele é Maioria, e a gente não gosta. Ou dizer

para alguém, como foi dito: Jarbas pensa que está falando em Pernambuco? Eu falo em Pernambuco e falo aqui, porque, se eu não falasse em Pernambuco e dissesse a mesma coisa aqui no Senado, eu não seria o Jarbas. Eu, para merecer o respeito da opinião pública e sobretudo do meu Estado, tenho de ser coerente com o que digo lá e digo aqui. É um equívoco do Presidente Renan imaginar, pelo que ele viu aqui hoje e uma afirmação peremptória dele, que esse é um movimento político-partidário. Não é verdade. Isso pode estar na cabeça do Presidente do Senado e, sobretudo, na cabeça desarrumada do Presidente da República. Mas, neste Senado, tenho certeza de que isso não existe. Aqui, tenho visto opinião dos Democratas, dos companheiros tucanos, de pessoas como o Senador Eduardo Suplicy, que aprendi a respeitar antes de aqui chegar, embora com grande exercício oratório, mas também a opinião do PSB por meio de seu Líder, o Senador que me antecedeu. Então, não pode ser levado na conta, Senador Tasso Jereissati, que esteja havendo um movimento político-partidário, porque a imprensa não iria unir-se toda num partido: revista *Veja*, revista *Época*, revista *ISTOÉ*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense*, jornais regionais. Ou seja, sob o comando de algum desses, toda a imprensa passaria a ter um quadro partidário. Os *e-mails* que eu tenho recebido – e já são centenas e centenas – não têm carimbo partidário, nem do antigo PFL... Ao contrário, há pessoas do PT reclamando. Então, concluo dizendo que não é o fato, por exemplo, da união das Lideranças do PT com o PMDB que pode levar a essa conclusão. É verdade que a Liderança petista, a Liderança governista aqui, no Plenário, e a Liderança peemedebista defendem intransigentemente o ponto de vista do Presidente. Acredito que as outras Lideranças discordam. Então, isso não pode ser levado para o campo de Governo e Oposição, sob pena de desmoralizar mais ainda esta Instituição, esta Casa. Se ficar caracterizado que essa é uma luta menor, uma luta de Governo contra Oposição, é o fim. É melhor dar um balanço completo aqui e pensarmos em fazer outra coisa. Dessa forma, quero congratular-me com V. Ex^a. Não poderia ser outro o seu comportamento, o comportamento de uma pessoa que tem o seu passado, que tem a sua responsabilidade, que tem uma posição aguerrida e acatada em todo o País. Não seria possível que não fosse ouvido de forma respeitosa como V. Ex^a foi ouvido hoje à tarde. Eu vim apartear-lo única e exclusivamente para esclarecer isso. Minha opinião o Senado e o País conhecem; ambos a conhecem. Não quero repisá-la, mas apenas reiterá-la e dizer a V. Ex^a que esse quadro, esse diagnóstico, essa crise não pode ser levada, em hipótese

alguma, para o campo de Governo e Oposição, porque é um equívoco, uma visão completamente distorcida. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Jarbas.

Presidente Renan, agradeço a generosidade do tempo, principalmente em se tratando dessa questão. Quero deixar bem claro a V. Ex^a que não nos move nenhum motivo menor, apenas o de preservar esta Instituição. Sei que isso é de interesse maior ainda de V. Ex^a. Fazemos isso na presença de V. Ex^a. O Senador Arthur e eu sempre fizemos questão de fazê-lo desta maneira, não por meio da imprensa, dos corredores, mas de maneira a que fique bem clara a nossa posição, que não tem caráter pessoal, nem visa a atingir a figura de qualquer colega nosso, principalmente em se tratando de um colega como V. Ex^a.

Consideramos de importância histórica, neste momento, para esta Casa que V. Ex^a tenha a exata compreensão do que está acontecendo no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati.

Quero dizer ao Senado Federal, já que fui instado pelo querido amigo Senador Eduardo Suplicy, que farei minha defesa onde for necessário. Onde quer que minha defesa seja necessária, estarei lá e a farei. E, com a justiça dos meus companheiros, como já disse, e com a força da minha inocência, permanecerei no Senado Federal, porque as instituições não se separam dos seus componentes. Não há como se separar um componente de uma instituição. Há como resolver as questões, passá-las a limpo e dar as respostas que a sociedade quer. E é exatamente por tudo isso que estamos aqui reunidos. Fiz o que foi possível para acelerar o processo, para demonstrar essa inocência. Continuarei a fazer isso, a responder o que for necessário responder, para que esta Casa tenha sempre um Presidente à altura da dignidade que ela precisa ter.

Agradeço a meus companheiros a gentileza com que fui tratado, dizendo, mais uma vez, para o Brasil que o Senado não vive um momento de crise. Isso é algo circunstancial e não tem afetado a produtividade.

Hoje, não vamos votar, porque, na última sexta-feira, fizemos a leitura de várias medidas provisórias, e, de acordo com líderes partidários, hoje é o primeiro dos dois dias que acertamos e combinamos para nelas bucar um entendimento, para que sejamos capazes de votar essas medidas provisórias. Mas, amanhã, se Deus quiser, vamos, com a participação de todos, votar as medidas provisórias, e dar continuidade ao bom andamento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30-8-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs*

7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final: 9-7-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final: 9-7-2007

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e
– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado

pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Fe-*

derivativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação*

no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Senador Demóstenes Torres, esta explicação pessoal se volta mais especificamente para V. Ex^a. V. Ex^a disse que até mesmo um rábula poderia responder ao questionamento jurídico que fiz. Pois bem, se V. Ex^a, que é um grande jurista – e o reputo um grande jurista –, não teve condições de fazê-lo, imagine um rábula!

Veja V. Ex^a que minha preocupação – agora mais ainda como membro do Conselho de Ética – é a de não deixar que aquele Conselho se transforme numa corte marcial, numa corte de exceção.

Ora, V. Ex^a usou um argumento jurídico imaginando que estivesse ajudando sua tese. Na verdade, Senador, V. Ex^a ajudou minha tese. Quando V. Ex^a disse que o Senador Renan Calheiros encaminhou a representação *ad referendum* da Mesa, S. Ex^a cometeu mais uma transgressão regimental. Pergunto a V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres: qual o dispositivo regimental que delega ao Presidente Renan Calheiros, como Presidente da Mesa, poderes para decidir tal matéria de forma monocrática? Tomar uma decisão *ad referendum* é para quem tem delegação de poderes! Não há, regimentalmente, nenhuma delegação de poderes para o Presidente Renan tomar a decisão que tomou, uma decisão errada, embora o fizesse com a melhor das intenções, até para não se dizer que S. Ex^a estava engavetando o procedimento. Ao fazer o que fez, S. Ex^a suprimiu uma instância, e a supressão de instância não é mero vício formal, não! A suspensão de instância, tirando-lhe a competência para decidir, causa nulidade, e sua conseqüência é declarar nulificados todos os atos do processo.

É preciso, portanto, que se diga que o que existe nos autos hoje, Senador Demóstenes Torres, é apenas uma petição de representação, nada mais. Hoje, só existe nos autos, no processo, uma peça, que é a representação. Nem mais a defesa do Presidente existe. Tudo deve ser, senão já foi, desentranhado dos autos. Todos os atos foram praticados – e quero chamar aqui a atenção dos juristas da Casa – por um Conselho que não tinha competência para fazê-lo.

Portanto, não há de se falar em prosseguimento, há de se falar, sim, em início de produção do contraditório. O Presidente precisa ser notificado pela autoridade com competência para fazê-lo, que é o Presidente do Conselho, nesse processo, a partir deste momento, abrindo-se prazo para S. Ex^a fazer sua defesa. Estou lutando aqui em defesa do processo legal, nada além disso.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para ressaltar que não há resposta para o questionamento que fiz. Isso está muito claro, tanto que, quando o PSOL apresentou uma outra representação contra um outro Senador, aquele Partido o fez para a Mesa da Casa, que deverá pronunciar-se.

E não adianta, Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a fazer referência ao art. 17, porque o art. 17 não se inclui nesse procedimento que pede cassação de mandato. O art. 17 serve para outros procedimentos, não para esse. Portanto, o procedimento legal é o encaminhamento à Mesa, para que esta delibere, não podendo o Presidente Renan fazê-lo *ad referendum*, porque S. Ex^a não tem delegação para tanto.

Sr. Presidente, essa é minha preocupação. Dizer que há uma crise é uma estupidez. Trata-se, na verdade, de uma crise plantada.

Eu iria fazer hoje um pronunciamento, mas, dado um incomodo de saúde que tive ontem, não o fiz. Farei uma análise mais ampla, talvez até mostrando a V. Ex^{as} as conseqüências dessa “crise”, talvez até apontando os interessados nessa “crise”. E tenho autoridade para fazê-lo por duas razões. Alguém, aqui, Senador Demóstenes Torres, falou em quem tinha processo, em quem não tinha processo, em quem responde a processo. Devo repetir: nunca respondi a processo, não respondo a processo. Já fui do Executivo por mais de quatro anos, já fui do Legislativo por quatro anos e nunca respondi a processo, não respondo a processo. No entanto, não estou sendo – nem desejaria ser – incluído entre aqueles que são considerados os mais legitimados a estarem nesta Casa ou no Conselho de Ética. Sabem o porquê, Excelências? Porque nunca vim à tribuna para defender corrupto. Nunca usei esta Casa para defender corrupto, embora já tivesse usado esta tribuna para denunciar corrupto. A imprensa deste País – e quero me voltar para ela agora – é que tem costume de defender corrupto. Não me estou referindo aos jornalistas, não! Estou me referindo à imprensa, aos seus proprietários, sim! Eu, Senador Almeida Lima, não tenho costume de defender corrupto, não! Quem

tem costume de defender corrupto é a imprensa brasileira. Não vão gostar? No meu Estado, quando não se gosta de algo, diz-se: “Comam menos!”.

Quem veio à tribuna denunciar um corrupto chamado José Dirceu fui eu. Quem defendeu José Dirceu foi a imprensa brasileira, que, naquele instante, convivia muito bem com ele e convivia muito bem com o Governo do qual ele fazia parte – viviam devidamente acordados. Quando vim à tribuna, vim aqui com o relatório de um delegado da Polícia Federal, apresentando provas e indícios e dizendo à imprensa brasileira que era no jogo do bicho, no Rio de Janeiro, que estava a corrupção praticada pelo Ministro José Dirceu, mas, nem por isso, essa imprensa brasileira investigativa foi ao Rio de Janeiro – como se faz agora em Maceió, em Alagoas – investigar a vida do Sr. José Dirceu. Ao contrário: preferiu massacrar o novel Senador Almeida Lima, que vos fala, no dia 3 de março de 2004.

Não tenho processos, não! Não tenho rabo preso, não! Nunca tive e nunca respondi a processo, embora já tivesse sido do Legislativo e do Executivo. Se venho para cá, venho com autoridade moral. Venho para cá com o conhecimento jurídico que adquiri nos bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe. Não vou permitir, em momento algum, não vou aceitar que se crie tribunal de exceção, não!

Alguém planta essa crise – é claro que é plantada –, mas não só parcela expressiva da população brasileira, como também parcela expressiva do Senado Federal não quer compreender isso. Para mim, estão agindo como agiu a UDN em 1964. A UDN, antes do Golpe de 64, imaginava que iria beneficiar-se de parcela do poder com o golpe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Alguém está fazendo exatamente esse mau juízo. A questão, em dado momento, transformou-se em questão política? Transformou-se, sim, mas devem ter cuidado aqueles desta Casa que imaginam que irão beneficiar-se, se porventura houver uma degeneração institucional. Essa classe política, que, na opinião pública, está quase próxima a zero, não irá beneficiar-se, não!

V. Ex^a, inclusive, neste instante, nobre Senador Demóstenes Torres, lembra-me um daqueles da antiga UDN que estava exatamente naquele bloco imaginando que, com a ditadura militar, fosse beneficiar-se: Magalhães Pinto. Outro? Carlos Lacerda. Perceberam que cometeram um grande equívoco e, depois, com as forças democráticas, foram para Lisboa, em Portugal, formar uma frente ampla contra a ditadura militar.

O Presidente Lula já disse que não tem direito a terceiro mandato, não, e, dentro da normalidade institucional, não terá terceiro mandato, mas não se esqueça V. Ex^a de que, dentro da degeneração institucional, se esta vier acontecer, não será o PFL – perdão, os Democratas – nem o PSDB que vão buscar e conseguir conquistar espaço de poder, porque

quem tem legitimidade neste País hoje, pelas pesquisas repetidas que aí estão, chama-se Luiz Inácio Lula da Silva.

Estão cometendo um grande equívoco! A história não se repete, mas alguns fatos dela dão-nos condições de, em uma análise hoje, chegar a esse tipo de conclusão.

Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para, depois, concluir minha explicação pessoal.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Preciso pedir um esclarecimento ao Presidente, até porque V. Ex^a, Senador Almeida Lima, também é membro do Conselho de Ética, e o Senador Leomar Quintanilha nos convocou para uma reunião às 18h30, e já passamos do horário. Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, não percebi se, na sessão de hoje, foi feita a leitura da decisão da Mesa, reunida hoje sob a Presidência do Vice-Presidente Tião Viana. Para que se realize a reunião do Conselho de Ética, faz-se necessária a leitura da decisão. Sr. Presidente Renan Calheiros, já foi lida a decisão da Mesa hoje de manhã? O Senador Leomar Quintanilha, até duas horas atrás, disse que ainda não havia recebido. O Senador Tião Viana diz que precisaria ser feita a leitura. Não sei se foi feita a leitura na sessão de hoje. Se já foi feita, está resolvido o problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já foi para publicação.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já foi à publicação e aqui foi registrada. Então, agradeço a V. Ex^a. Convido todos a participarem da reunião, até porque todos disseram da importância de darmos celeridade ao trabalho e de concluirmos a missão do Conselho. Obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E o aparte de V. Ex^a consiste em quê?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em explicação pessoal, não há aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem todo o direito de expressar um sentimento que considera importante, mas eu estava aflito para que V. Ex^a concluísse seu pronunciamento, para que fosse ao Conselho de Ética. Obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Nobre Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a pede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, porque não é permitido. V. Ex^a conhece o Regimento e sabe muito bem disso.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Foi isso que disse em relação ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Antes de conceder o aparte, consultei a Presidência da Casa, por se tratar de uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fique à vontade. Se V. Ex^a quer conceder o aparte, fique à vontade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, quero concluir minha explicação pessoal, que valeu não apenas para o nobre Senador Demóstenes Torres, mas também para outra parcela, não apenas deste Plenário, a imprensa brasileira.

Não confundam as pessoas! Tenho história, tenho passado que dignifica meu presente. Aqui estou com muita legitimidade. Se aqui faço defesas de fatos e de questões, defendo a democracia, não defendo, em hipótese alguma, tribunal de exceção nem corte marcial. Aqui estou assumindo essas posições, porque tenho a consciência jurídica, cívica, política e cidadã para fazê-lo e, acima de tudo, porque não costumo me empenhar pelo ouvido. Gosto de ouvir, primeiro, minha consciência e, depois, os companheiros, os assessores, a voz das ruas, a imprensa e todos mais. E penso que nenhum Senador nesta Casa poderia deixar-se envolver tanto nessa questão, contribuindo para a fabricação de uma crise que, de fato, não existe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra simplesmente para dizer ao Senador Almeida Lima – e agora menciono o nome dele – que S. Ex^a está absurdamente equivocado. Ninguém tem intenção de provocar uma crise. Até V. Ex^a já disse isso aqui. O Senador deveria ter ouvido V. Ex^a. Não existe crise segundo entendimento manifestado pela Presidência da Casa.

De sorte que o Senador Almeida Lima foi buscar reminiscências, comparando-me a Magalhães Pinto. Quem me dera pudesse ser comparado a esse grande brasileiro, a não ser pela careca! Talvez o Senador Almeida Lima não tenha tido o cuidado suficiente de estudar a vida de alguns brasileiros.

Não vou polemizar com o Senador Almeida Lima, até porque hoje S. Ex^a está aqui defendendo o Presidente Lula. Lembro-me de que, há alguns dias – não anos –, S. Ex^a estava aqui dizendo que o Presidente Lula tinha um merecimento relativo e que era um dos seus principais opositores.

Daí por que, Sr. Presidente, vamos fazer o bom debate no Conselho de Ética.

As palavras do Senador Almeida Lima, sem querer ofendê-lo, lembraram-me de uma frase de Millôr Fernandes: “Chegou ao limite de sua ignorância. Não obstante, prosseguiu”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, aproveitando a presença do Líder do Governo, gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a.

Amanhã nós deveremos votar aqui as medidas provisórias, ao menos foi o que comunicou V. Ex^a à Casa. Gostaria de saber sobre o entendimento das lideranças sobre a Medida Provisória nº 366, que trata da divisão do Ibama e a criação do Instituto Chico Mendes. Será votada amanhã ou há entendimento para que seja votada na próxima semana, haja vista que temos a confirmação da presença da Ministra Marina Silva e do Presidente Nacional do Ibama na audiência pública da próxima terça-feira a ser realizada na Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de obter essa informação, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Líder do Governo dará a informação requerida por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas falar da inoportunidade das observações aqui feitas pelo Senador Almeida Lima. S. Ex^a foi restaurar a UDN, fazendo críticas a um partido que já desapareceu há tantos anos. Sinceramente, é uma interpretação histórica com a qual não concordamos. O Senador Almeida Lima, em vez de querer melhorar o ambiente do Senado, quer trazer problemas de 40, 50 anos atrás. Depois, diz que estamos fabricando crise. A crise é S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar registrado para o Senador Expedito Júnior e para toda a Casa que deverá haver uma audiência pública na próxima terça-feira, para tratar exatamente da medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes. Virão para essa audiência pública representantes do Ministério do Meio Ambiente. A idéia é votar essa medida provisória só após a audiência pública, exatamente para que se possa discutir, na audiência pública, essa matéria. Portanto, fica feito esse esclarecimento.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Nobre Líder, essa audiência estava marcada para o dia 12.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim, mas pedimos para antecipá-la, porque, como o dia 12 é uma quinta-feira, provavelmente não daria mais tempo para votar a matéria.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Então, vamos fazer essa audiência na terça-feira, no dia 10.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Na próxima terça-feira. O Senador Leomar Quintanilha marcará o horário.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, permita-me um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, se V. Ex^a me permitir, gostaria de lembrá-lo da pesca da lagosta e dos pescadores artesanais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Quero dizer ao Senador Garibaldi Alves Filho e a todos os Senadores que estamos trabalhando numa proposta, que, provavelmente amanhã, deverá ser apresentada no plenário para todos os Líderes. Buscamos não uma postergação do prazo de utilização de rede de arrastos, mas, sim, uma saída, para que se possam minorar as dificuldades e para que se possam enquadrar na nova norma aqueles pescadores que nela ainda não se enquadraram. Portanto, até amanhã, teremos uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores João Tenório, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Marconi Perillo, Mário Couto, Sérgio Guerra, Pedro Simon e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Está chegando perto”, publicado na revista *Veja*, em sua edição de 28 de março de 2007.

Em seu artigo a escritora Lya Luft, descreve o estado de “medo e morte” que vive a sociedade brasileira, diante do estado de violência instalado no Brasil. “Ando cansada de espreitar da janela de meu carro para ver se o carro vizinho me aponta a metralhadora ou se é apenas um conhecido me cumprimentando”. Lya Luft conclama a população e as autoridades a reagirem e juntas combaterem o crime. “Educação, emprego, aconselhamento familiar, controle muito maior das drogas, leis mais severas, polícia mais valorizada, autoridade firme e corajosa, determinação de todos e menos palavrório”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é par fazer o registro da matéria intitulada “Compadre era ‘faz tudo’ da família Lula”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 06 de junho de 2007.

A matéria destaca que Dalton Morelli Filho, um dos 79 presos pela Operação Xequê-Mate da Polícia Federal, é uma espécie de ‘faz tudo’ da família Lula e sempre atuou na área de ‘segurança e inteligência’ do PT. Segundo a matéria, a empresa de segurança Morelli atuou em casa de jogos. A operação Xequê-Mate desbaratou uma quadrilha especializada em jogos ilegais.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, o terceiro assunto, também, é para fazer o registro da matéria intitulada "PF faz busca e apreensão em casa de irmão de Lula", publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, em sua edição de 05 de junho de 2007.

A matéria destaca que a ação da Polícia Federal que realizou busca e apreensão na casa do irmão do presidente Lula, Vavá, aconteceu durante a operação Xequê-Mate, que resultou na prisão de 77 pessoas.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Está chegando perto

Houve um tempo em que o sonho da maioria das pessoas era morar numa casa em rua calma e arborizada. Hoje queremos edifício em rua movimentada e... sorte em relação à violência, que chega cada dia mais perto. Na minha infância (leia-se década de 40), a primeira violência de que tive notícia foi o assassinato de um motorista de táxi. Táxi, chamado então, se não me engano, de carro de praça, era raramente usado. Os motoristas eram pois personagens conhecidos da gente. Aquele foi enforcado por bandidos, depois colocado no porta-malas do seu carro e levado pela cidade enquanto eles iam para a "zona" — lugar obscuro para uma criança de então, que os adultos evitavam explicar criando mais confusão —, bares e outros. Muitas noites insones passei, apavorada, no escuro, imaginando aquele defunto ambulante. Alguém comentou que ele tinha grandes olhos azuis e risada alegre. Aquele morto no seu porta-malas povoou muitas noites insones da criança que fui, ele e eu de olhos arregalados no escuro. Hoje, notícias de violência fazem parte do cotidiano de meus netos e netas, por mais sossegada e protegida que seja a sua vida. Mesmo numa cidade não tão grande nem perigosa como Rio e São Paulo, jornal, noticiosos de TV e rua de bairro são cenário de assalto, medo e morte. E nem nos ocorre deixar que essas crianças façam o que seus pais faziam nesse mesmo bairro: andar de bicicleta na calçada, jogar futebol em terreno baldio, brincar na rua, ir a pé para a escola, pegar ônibus para ir ao centro.

Homens bem vestidos, metralhadoras modernas e granadas de mão invadem condomínios aparentemente seguros. Temos de um lado os marginais, de outro os chiques: o terror cada vez mais perto. Onde as autoridades redescobrem seu poder e sua função, essas organizações começam a ser desmanteladas, mas é um trabalho duro e complexo.

Se tivesse recursos (escrever livro não dá para tais luxos), eu colocaria segurança na porta de cada uma das pessoas que amo, ainda que nenhuma delas possua algo que possa atrair bandidos. E, se tives-

se filhos solteiros, faria o que nunca fiz quando os tinha em casa: só dormiria quando todos estivessem salvos debaixo do nosso teto. O morto no escuro do porta-malas talvez nem me assustasse se eu fosse criança hoje. Vivemos a banalização da morte absurda. Neste país a cada semana morrem várias dezenas de civis inocentes e policiais corajosos. Aqui se morre mais do que na Guerra do Iraque, tantos jovens são assassinados que em breve seremos um país de velhos.

Estou cansada do medo generalizado que vai disseminando uma generalizada tristeza. Cansada de espreitar da janela do meu carro para ver se do carro vizinho me apontam a metralhadora ou se é apenas um conhecido me cumprimentando. Cansada de não saber se o menino pedinte tem na mão uma navalha, se o carro atrás do meu não vai me fechar ali adiante, se... se... se... Não vivo em pânico, apesar do que escrevo aqui. Não sou particularmente covarde. Nem singularmente ousada. Sou uma mulher comum que já viveu bastante, viu bastante, mas nada que de longe se pareça com o que hoje experimentamos, nas cidades grandes e pequenas: a violência cada vez mais perto.

***“Ando cansada de
espreitar da janela
de meu carro
para ver se o
carro vizinho
me aponta a
metralhadora ou
se é apenas um
conhecido me
cumprimentando”***

A bela idéia de colocar 700 cruzes na Praia de Copacabana simbolizando os mortos por violência no Rio em apenas alguns dias devia ser repetida por todo o país. Em praças, praças, ruas, parques. Lá estariam, vigilantes, as vítimas dessas mortes tão evitáveis, a nos alertar de que, com vontade real de acabar com essa guerra civil, o terror sem remédio terá remédio. Educação, emprego, aconselhamento familiar, controle muito maior das drogas, leis mais severas, polícia mais valorizada, autoridade firme e corajosa, determinação de todos e menos palavrorio.

Ou logo nos crescerão orelhas e rabos: com focinho trêmulo e olhinhos assustados, seremos ratos apavorados disparando pelas ruas, entrando sorrateiramente nos edifícios e casas, espionando o mundo através de grades e olhos mágicos, organizando nossos lares como minishoppings dos quais só se sai por obrigação: com comida pré-pronta, diversão cibernética, amizades ídem, e lá fora uma trágica paisagem de cruzes.

Compadre era 'faz-tudo' da família Lula

Petistas dizem que Dario Morelli Filho sempre atuou na área de "segurança e inteligência" e, desde 1997, ocupou cargos públicos

Em abril de 2002, Morelli foi contratado pela Prefeitura de Diadema, na primeira gestão de José de Fillipi Jr., último tesoureiro de Lula

JOSÉ ALBERTO ALBERTO BOMBIG
DA REPORTAGEM LOCAL
FÁBIO ZANINI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Dario Morelli Filho é uma espécie de "faz-tudo" da família do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo petistas paulistas ouvidos ontem pela Folha. Ao lado de Freud Godoy e José Carlos Espinoza, que tiveram envolvimento no caso do dossiê contra tucanos em 2006, Morelli sempre atuou na área de "segurança e inteligência".

Na segunda metade dos anos 80 e na primeira dos 90, os três trabalharam em campanhas do PT na condição de responsáveis pela segurança.

Em 1994, Morelli integrou o esquema de escolta do então candidato do PT ao governo de São Paulo, José Dirceu. A assessoria de Dirceu confirmou a contratação. Ele também fez alguns trabalhos para o diretório nacional do PT e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC até montar sua própria firma de vigilância privada, nos anos 90.

Porém, ao menos desde 1997 até ontem, quando foi preso pela Polícia Federal sob a acusação de corrupção ativa e formação de quadrilha, Morelli ocupou cargos públicos, sempre indicado pelo PT. Em janeiro daquele ano, foi nomeado chefe de serviços da Sama, empresa

de saneamento de Mauá, durante a primeira gestão do ex-prefeito petista Oswaldo Dias.

Dois anos depois, em fevereiro de 1999, ele foi contratado pela Assembléia Legislativa para um cargo na primeira secretaria da Casa, então comandada por Roberto Gouveia (PT), hoje ex-deputado federal e estadual.

A indicação de Morelli para o cargo teria partido do ex-deputado federal Professor Luizinho, envolvido no escândalo do mensalão e que antecederia Gouveia no cargo de primeiro-secretário, e de José Dirceu.

Em dezembro de 1999, Morelli deixou a primeira secretaria para trabalhar no gabinete de Gouveia como motorista e de segurança. Ele ocuparia o posto até abril de 2002, quando foi contratado pela Prefeitura de Diadema, na primeira gestão de José de Fillipi Jr., atual prefeito da cidade e tesoureiro da última campanha de Lula.

O primeiro cargo de Morelli em Diadema, segundo os petistas, foi de chefe de divisão da Secretaria de Administração. Em seguida, ele foi para a Saned, a empresa de saneamento da cidade, onde ficou até ontem, com salário de R\$ 4.000

mensais. Segundo nota da secretaria, "a Saned decidiu pelo afastamento do funcionário, sem provimentos, até que a situação seja esclarecida".

A exemplo de Freud e Espinoza, Morelli continuou prestando serviços para o PT e para a família de Lula, especialmente para Vavá, irmão de Lula.

Segundo a Folha apurou, a empresa de segurança de Morelli atuou em casas de jogos. A relação com Vavá teria se intensificado. Morelli também teria trabalhado na área de segurança para o Diretório Municipal de Diadema em 1997.

Dario Morelli Filho, compadre de Lula, em foto disponível em página do Orkut

GAZETA MERCANTIL

Data: 05/06/2007

CAÇA-NÍQUEIS

PF faz busca e apreensão em casa de irmão de Lula

A ação aconteceu durante a operação Xequete-Mate, que resultou na prisão de 77 pessoas

VASCONCELO QUADROS
BRASÍLIA

A Polícia Federal realizou ontem uma operação de busca e apreensão na residência de Genival Inácio da Silva, o Vavá, em São Bernardo do Campo (SP), irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a operação Xequete-Mate, que resultou na prisão de 77 pessoas supostamente envolvidas com a máfia dos caça-níqueis em cinco Estados e no Distrito Federal.

Com autorização judicial em mãos, um delegado e três agentes federais entraram na casa de Vavá, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, e durante cerca de quatro horas reviraram gavetas, armários e todas as peças da casa em busca de documentos que pudessem indicar o envolvimento do irmão do presidente com o recebimento de propinas pagas pela quadrilha. “O tempo todo eles perguntavam se ele (Vavá) havia recebido dinheiro ou onde estavam o dinheiro e outros documentos. Fuçaram tudo, olharam em tudo que é canto, mas não encontraram nada. Acho que fizeram isso para atingir o Lula”, disse a mulher de Vavá, Maria da Silva.

O casal estava dormindo quando os federais chegaram à residência, às 06. Segundo Ma-

ria da Silva, Vavá estava tranqüilo e não criou qualquer obstáculo que pudesse impedir a ação dos policiais. “Eles foram embora sem levar nada”, disse.

Durante todo o dia de ontem, a Polícia Federal fez segredo sobre o resultado da operação. Divulgou apenas a lista dos 77 presos, mas não entrou em detalhes sobre as buscas e apreensões que faziam parte da mesma operação. O Palácio do Planalto soube da ofensiva sobre o irmão do presidente por jornalistas. A principal suspeita sobre Vavá é de que, usando o prestígio de irmão do presidente, tenha praticado tráfico de influência para beneficiar a quadrilha.

Denominada Xequete-Mate a operação envolveu 600 policiais e foi desencadeada em cinco Estados e no Distrito Federal

A Xequete-mate é mais uma ofensiva contra a máfia do jogo de azar e dos caça-níqueis. A Polícia Federal prendeu em cinco Estados e no Distrito Federal 77 pessoas envolvidas com a exploração de caça-níqueis e contrabando de peças eletrônicas destinadas à montagem desses equipamentos. Entre os presos, estão 14 são policiais — 11 civis e três oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul — apanhados em Três Lagoas, acusados de dar proteção e cobertura às atividades da quadrilha.

O grupo mais forte estava sediado em Mato Grosso do Sul,

onde foram presos o ex-deputado Roberto Razuk, o empresário Jamil Name Júnior, além de 54 pessoas. Os outros envolvidos foram presos em São Paulo (16), Paraná (2), Mato Grosso e Distrito Federal. Oito envolvidos estão foragidos.

Denominada Xequete-Mate — em alusão ao jogo de xadrez desenvolvido pela polícia para montar o quebra-cabeça da quadrilha — a operação envolveu 600 policiais e foi desencadeada logo pela manhã. A polícia unificou as investigações depois de descobrir que havia ligação entre policiais civis e militares e os grupos que estavam sendo vigiados ao mesmo tempo, mas em inquéritos separados, por contrabando de componentes eletrônicos e exploração de jogos de azar.

Os presos também serão indiciados por corrupção ativa e passiva, sonegação fiscal, falsidade ideológica, formação de quadrilha, tráfico de influência e exploração de prestígio. Pelos cálculos da polícia, o grupo levantava mensalmente cerca de R\$ 8 milhões em lucros. O empresário e ex-deputado Roberto Razuk foi preso em sua mansão, na cidade de Dourados, a 225 quilômetros de Campo Grande. É velho conhecido da polícia e cumpria pena em regime semi-aberto, depois de ter sido condenado a 20 anos de prisão por crime contra o sistema financeiro, falsificação de documentos, falsidade ideológica e porte ilegal de armas.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Eterna campanha”, publicada no **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 13 de abril do corrente.

A matéria destaca o “pacote de bondades” com que o presidente Lula presenteou os prefeitos que foram a Brasília pedir mais dinheiro do governo federal. Segundo a matéria o clima de comício em que Lula anunciou as medidas não deixam dúvidas que o governo petista é uma “interminável campanha eleitoral”.

Eterna campanha

O governo Lula é uma interminável campanha eleitoral. O “pacote de bondades” com que o presidente da República presenteou os prefeitos que foram a Brasília pedir mais dinheiro do governo federal e o clima de comício eleitoral em que Lula anunciou as medidas não deixam dúvidas quanto a isso. O problema é que, em comício de campanha eleitoral, em geral se fazem promessas que dificilmente serão cumpridas, e por isso nem sempre impõem ônus para o País. No caso presente, ao contrário, não se trata mais de promessas, mas de decisões de governo, que implicam novas despesas para as quais ainda não estão definidas as correspondentes receitas.

Qualquer que seja a solução que o governo encontre para a questão, as consequências serão ruins para o País. Ou se cortam outras despesas, e muito provavelmente serão cortados investimentos, o que resultará em perda de qualidade dos serviços prestados à população, ou se transfere a conta para o contribuinte, que, embora já pague impostos exorbitantes, terá de pagar ainda mais.

As bondades de Lula para os municípios são extensas e algumas delas, para serem concretizadas, exigirão razoável articulação da base de apoio do governo no Congresso. A principal é o atendimento da antiga reivindicação dos prefeitos, de elevação dos recursos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5% da receita com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados.

O governo já havia concordado em aumentar a fatia do FPM, e aceitou que a medida fosse incluída na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma tributária atualmente em tramitação no Congresso. O aumento do FPM já foi aprovado no Senado, mas, por falta de acordo a respeito da PEC, sobre a qual os governadores nunca se entenderam, o projeto parou na Câmara dos Deputados.

A área técnica do governo não queria desmembrar o aumento do FPM do restante da PEC da reforma tributária pois temia que, se isso fosse fei-

As ‘bondades’ para as prefeituras terão preço político e financeiro

to, os prefeitos perderiam interesse no assunto, o que reduziria a pressão política no sentido de aprovação da proposta. Agora, como anunciou Lula, o governo não tem mais interesse na PEC. “A reforma tributária prevista no Congresso não é mais a que nos interessa”, disse o presidente, ao informar que autorizou sua base de apoio no Legislativo a votar separadamente o aumento da parcela da arrecadação a ser destinada ao FPM.

Bastou o presidente fazer o anúncio para que, como nos comícios eleitorais, a platéia reagisse com aplausos e gritos de aprovação. E Lula, como se estivesse mesmo em campanha – e o fato de ele ter convocado para o ato mais de duas dezenas de seus ministros não deixa dúvida quanto aos objetivos

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

políticos de sua participação no ato –, disse que o aumento do FPM ia “libertar os prefeitos” do domínio dos caciques locais, muito diferente do que se fez no governo FHC, que, nas suas palavras, tratava os dirigentes municipais com “chicote”.

E, para conseguir ainda mais aplausos, anunciou outras “bondades” para os prefeitos. Os municípios que firmarem convênios com o governo federal para projetos de habitação e saneamento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não precisarão mais participar com 20% do custo. Sua contrapartida será reduzida para 0,1%, ou praticamente nada. Lula ainda prometeu isenção de tributos federais para os ônibus escolares a serem adquiridos pelas prefeituras e disse que procurará os governadores para negociar com eles a isenção também do ICMS.

Oferecer condições para os prefeitos desempenharem melhor suas funções pode ser um ato politicamente responsável do presidente. No caso das “bondades” anunciadas, porém, é preciso fazer pelos menos duas ressalvas. Elas são um mau exemplo para a administração pública, pois desestimulam as prefeituras a obter, como é seu dever, meios próprios para se sustentar financeiramente e, por isso, tendem a perenizar a situação atual, em que a imensa maioria delas só sobrevive à custa de transferências de recursos federais e estaduais. Do ponto de vista político, elas fortalecem as pressões dos prefeitos sobre o governo federal, razão pela qual cada vez mais concessões serão por eles exigidas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “FHC cobra de Lula reformas para coibir corrupção no País”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sugeriu ao presidente Lula liderar um processo de reformas para reduzir a corrupção no Brasil. “Evidentemente, o presidente da República não é chefe de polícia. Mas na questão das reformas que levem a diminuir isso e também na de afastar mais

depressa quem também está metido em corrupção, a responsabilidade é de quem comanda”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FHC cobra de Lula reformas para coibir corrupção no País

Ex-presidente sugere voto distrital misto e fim de emendas individuais.

Wilson Tosta
RIO

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sugeriu ontem que o presidente Luiz Inácio Lu-

la da Silva lidere um processo de reformas para reduzir a corrupção no Brasil. Em entrevista após uma palestra na Universidade Santa Úrsula (USU), em Botafogo, na zona sul do Rio,

FHC citou algumas possíveis modificações que, em sua opinião, poderiam ajudar a reduzir a corrupção: adoção do voto distrital misto, fim das emendas individuais ao Orçamento da

União e maior agilidade nos processos judiciais.

Ele se manifestou, porém, contra penas mais duras para os corruptos. Para o ex-presidente, a medida seria até im-

plantada, mas não cumprida.

“Vamos dizer com toda clareza: acho que cabe ao presidente da República comandar um processo de reformas nessas questões”, disse FHC, após a mesa-redonda *O Futuro da Justiça e da Democracia no Mundo Globalizado*. “Evidentemente, o presidente da República não é chefe de polícia. Mas na questão das reformas que levem a diminuir isso e também na de afastar mais depressa quem está metido em corrupção, a responsabilidade é de quem comanda.”

“Acho que extrapolou o nível de corrupção”, declarou FHC, frisando que não se referia especificamente à Operação Navalha. “Estamos assistindo a uma

série infinita de casos de corrupção. Tem duas leituras. Está se descobrindo mais. É verdade, a imprensa está mais ativa, a polícia está mais ativa... Mas também tem muita, né?”

RENAN

Demonstrando cautela – ressaltou não ser mais senador –, Fernando Henrique afirmou que Renan Calheiros (PMDB-AL) deveria se afastar da presidência do Senado enquanto durassem as investigações sobre o seu suposto envolvimento com um lobista da empreiteira Mendes Júnior. O ex-presidente negou que o PSDB apóie Renan, alegando que o seu partido adota posição de “prudência”. ●

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Relatório da PF aponta para Vavá”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 14 de junho de 2007.

A matéria destaca que a Polícia Federal concluiu que o irmão do presidente Lula, Genival Inácio da Silva, o Vavá, utiliza sua influência política “para defender os interesses de pessoas por ele indicadas junto a órgãos da administração pública e da Justiça mediante recebimento de dinheiro”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Compadre de Lula está envolvido ‘até o pescoço’,

diz diretor da PF”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 11 de junho de 2007.

A matéria destaca que a Polícia Federal já estuda pedir a prisão preventiva do compadre do presidente Lula, Dario Morreli Filho, por ser sócio do empresário Cezar Servo, suposto chefe da máfia dos caça-níqueis. Segundo o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, “ele está envolvido até o pescoço com o chefe da organização.”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPERAÇÃO XEQUE-MATE

Relatório da PF aponta para Vavá

Documento detalha material apreendido em sua casa e cita as duas ofensivas de lobby que configurariam crime

Ricardo Brandt
Fausto Macedo
ENVIADOS ESPECIAIS
CAMPO GRANDE

A Polícia Federal concluiu que Genival Inácio da Silva, de 66 anos, o Vavá, utiliza sua influência política "para defender os interesses" o empresário Nilton César Servo, suspeito de comandar a máfia dos caça-níqueis "e/ou de pessoas por ele indicadas junto a órgãos da administração pública e da Justiça mediante re-

cebimento de dinheiro". Relatório de 105 páginas que estrutura a Operação Xequê-Mate, entregue ontem à Justiça, aponta diretamente para o irmão mais velho do presidente Lula.

O documento é acompanhado de outro levantamento, de 747 páginas, dedicado exclusivamente à interceptação telefônica. Vavá não era alvo da missão, mas caiu na rede dos grampos porque mantém frequentes contatos com Servo e outros alvos da operação, que mira em-

presários, advogados, policiais e políticos. A interceptação telefônica identificou "pelo menos duas ocasiões" em que Vavá solicita dinheiro a pretexto de influir "em ato praticado por funcionário público e por juiz".

A PF afirma que ele cometeu crimes a partir de duas ofensivas. A primeira quando se comprometeu a interferir em processo licitatório para garantir a uma empreiteira a construção de obra pública - tráfico de influência - e a segunda quando se

dispôs a interferir no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para reverter decisão judicial - exploração de prestígio.

Dois grampos apontam indícios de que Vavá se comprometeu a fazer lobby "em favor de terceiros" nos Correios e perante o ministro da Justiça, Tarso Genro. O primeiro grampo ocorreu em 22 de maio, às 9h17. O outro, em 31 de maio, às 7h51.

APREENSÃO

Na casa de Vavá, em São Ber-

nardo do Campo, onde a PF fez buscas na manhã de 4 de junho, os federais encontraram documentos que reforçam a suspeita. Um deles, um envelope endereçado ao senador Ajoizio Mercadante (PT-SP), continha folha sulfite na qual a Distribuidora Rezende S.A. Comércio e Indústria discorre sobre crédito de aproximadamente R\$ 13,7 milhões que teria para receber da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O autor da carta que Vavá levaria ao senador

queria propor um acordo para pagamento da dívida.

Outro documento é endereçado a Lula. São 4 folhas nas quais Neto Augusto Silva consignou: "Valho-me da colaboração do amigo Vavá, que se incumbiu de fazer chegar às mãos de Vossa Excelência o pleito de inúmeros desapropriados no sentido de agilizar o trâmite do processo número 00.06.89/279-5, que tem andamento há mais de 20 anos pela 7ª Vara Federal de Porto Alegre." •

Compadre de Lula está envolvido 'até o pescoço', diz diretor da PF

Polícia Federal estuda pedir prisão preventiva de Morelli e considera irmão do presidente apenas "inocente útil"

Vannildo Mendes
BRASILIA

A Polícia Federal vai concentrar as investigações sobre o petista Dario Morelli Filho, preso na Operação Xequê-Mate, e já estuda pedir sua prisão preventiva, por considerar que ele é sócio do empresário Nilton César Servo, suposto chefe da máfia dos caça-níqueis, desmantelada na semana passada. "Ele está envolvido até o pescoço com o chefe da organização", disse o diretor-geral da PF, Paulo Lacerda, ao Estado. Lacerda quer que Morelli fique mais tempo detido a fim de facilitar a apuração.

As investigações da PF indicam que ele foi o aliciador de Genival Inácio da Silva, irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, indiciado por envolvimento com a quadrilha. Morelli teria tido no grupo um papel mais relevante do que se imaginava.

Apanhado na operação, Morelli - que é compadre de Lula - teve a prisão temporária de cinco dias renovada por mais cinco dias na sexta-feira. Com a decretação de prisão preventiva, que ainda precisa ser submetida à Justiça, ele ficará preso pelo tempo que for conveniente ao inquérito. O mesmo pedido é estudado para Servo e outros membros centrais da quadrilha. A PF descarta, por enquanto, a hipótese de pedir a prisão de Vavá, porque as investigações feitas até agora o mostram cada vez mais como um "inocente útil", usado pela quadrilha em pequenas tarefas.

Caso entra na pauta de reunião política do presidente

De volta a Brasília, depois de viagem à Índia e à Alemanha, o presidente Lula discutirá hoje com a coordenação política do governo o repercussão do envolvimento de seu irmão mais velho, Genival Inácio da Silva, o Vavá, e de seu compadre Dario Morelli Filho com o esquema desmontado pela Operação Xequê-Mate da Polícia Federal.

Na terça-feira, um dia após a operação de busca e apreensão na casa de Vavá, o presidente disse na Índia que não acreditava que o irmão tivesse envolvimento nas irregularidades. Na quinta-feira, já na Alemanha, Lula se irritou com pergunta sobre o caso. •

ROSA COSTA

Em diálogos interceptados pela PF, membros da quadrilha tratavam Vavá como um "lobista pé-de-chinelo", que insinuava uma importância que não tinha para embolsar uns trocados. Num desses diálogos, captado no começo deste ano, Servo orienta Morelli a não dar muita conversa para Vavá, para que ele não atrapalhe o negócio milionário do grupo com ninharias.

"Não deixa o Vavá ficar conversando muito. Esse bobão vai pedir 10... 20 mil e queimar um esquema de milhões", alerta Servo. Morelli concorda e diz "pode deixar". Já Morelli, conforme as in-

Ata de reunião

O esquema

Nilton Servo

Ex-deputado estadual do Paraná e ex-dono de casa de bingo, é apontado pela Polícia Federal como o chefe da máfia dos caça-níqueis. Amigo de Vavá, ele foi preso na terça-feira, junto com seu filho, Victor Emmanuel Servo, em Minas Gerais. A Polícia Federal gravou várias conversas dele com o irmão do presidente. O ex-deputado nega as acusações

Genival Inácio da Silva, o Vavá

Irmão mais velho do presidente Lula, foi indiciado pela Polícia Federal após operação de busca e apreensão em sua casa, na segunda-feira. É acusado de tráfico de influência no Executivo e exploração de prestígio na Justiça. As conversas gravadas pela PF mostram que Vavá usava o nome de Lula para obter recursos. Ele alega que é inocente

A máfia dos caça-níqueis foi desbaratada no dia 4 pela Operação Xequê-Mate da PF

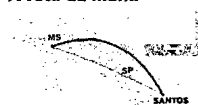
Dario Morelli Filho

Amigo e compadre do presidente Lula, trabalhou em campanhas petistas como segurança. Foi funcionário da Companhia de Saneamento de Diadema. Preso desde segunda-feira, é acusado de atuar na máfia dos caça-níqueis e de ser dono de máquinas de jogos. A PF suspeita que ele tenha sido alertado sobre as investigações. Morelli nega as acusações

Os valores

R\$ 250 mil era quanto rendia o esquema por dia aos envolvidos nas cinco quadrilhas espalhadas pelos Estados, segundo a PF

A rota da máfia



Acusação

A organização praticava contrabando de peças de caça-níqueis, exploração de jogos e tráfico de drogas

R\$ 2 mil - R\$ 10 mil

eram os valores das propinas pagas a policiais e advogados para garantir o funcionamento das máquinas de caça-níqueis

- 1) Eram cinco quadrilhas. Três advogados controlavam a parte operacional e o pagamento de propinas
- 2) Os equipamentos usados nas máquinas chegavam pelo porto de Santos
- 3) Em seguida, iam para Maio Grosso do Sul, considerando a base da quadrilha

Crimes

Falsidade ideológica, sonegação de impostos, exploração de prestígio, tortura, entre outros

investigações, se valia de suas ligações com o PT e das amizades dentro do governo federal para blindar a quadrilha e ampliar os negócios. No depoimento à PF e por meio dos advogados, o petista negou a acusação, mas foi delatado por outros membros da quadrilha presos, que concordaram em colaborar com as investigações em troca de benefícios penais.

Ex-deputado estadual do PSB, Servo, segundo a PF, tem uma longa ficha e já era velho conhecido de outras investigações. As apurações mostram que ele tinha como método aproximar-se de autoridades. "Era uma figura carimbada nos meios policiais", disse Lacerda. Assim, Servo cooptou Morelli e com ele estruturou o esquema criminoso. Ambos eram sócios na exploração de máquinas caça-níqueis e outros negócios ilícitos que incluíam até tráfico de drogas, conforme apontam as investigações.

Lacerda negou categoricamente que tenha havido algum vazamento político da operação. A cautela que alguns recomendam quanto ao uso de telefone e o medo que demonstram de estar grampeados, para o diretor-geral da PF, é natural em qualquer pessoa envolvida em atividade delituosa.

"É um temor óbvio ante o rigor das operações da PF e tornou-se paranoico falar ao telefone desde a Operação Furacão. Está claro que a atuação da PF é republicana e ninguém está imune à investigação pelo cargo que ocupa ou por ser parente de autoridade", disse o delegado. •

INFORMAÇÕES

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam em 24%”, publicada pelo Jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 07 de maio de 2007.

A matéria destaca que em relação ao último governo de FHC, as invasões de terra tiveram um aumento de 24% na administração do presidente Lula. Segundo a reportagem o aumento se deu também em relação ao

número de municípios; 790 das cidades do país sofreram com invasões do MST, um aumento de outros 24%.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam 24%

Em comparação com segundo governo FHC, houve ações em maior número de cidades

Ministro da administração tucana vê expectativa de impunidade com petista, do que discorda o atual titular do Desenvolvimento Agrário

THIAGO REIS
JOÃO CARLOS MAGALHÃES
DA AGENCIA FOLHA

No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos de trabalhadores sem-terra aumentaram o número de invasões de terra e ampliaram o seu campo de atuação em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

Foram 1.708 invasões no primeiro governo Lula e 1.379 nos últimos quatro anos do tucano Fernando Henrique Cardoso, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) —aumento de 24% na administração petista.

Levantamento da **Folha** a partir desses dados revela que aumentou também em 24% o número de municípios com propriedades invadidas em relação ao segundo governo FHC. No primeiro mandato de Lula, houve invasões em 790 cidades —14% do total de municípios do país. Nos últimos quatro de FHC, foram 638.

Marabá (PA) lidera a lista das cidades com mais invasões no governo Lula. Foram 23. Bonito (PE) ficou em segundo, com 18. Teodoro Sampaio (SP), no Pontal do Paranapanema, 17, assim como Maragogi (AL). Em quinto lugar, aparece Caruaru (PE), com 16 invasões. No segundo governo FHC, Marabá também ficou na primeira posição, com 16 ações.

Causas

Especialistas divergem sobre a causa da pulverização das ações. Para Bernardo Mançano, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), ela é resultado da expansão do agronegócio, que ampliou os conflitos. “Não se trata de uma opção apenas política, mas do resultado direto do crescimento de um modelo concentrador e excludente.”

O deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), que foi ministro do Desenvolvimento Agrário no segundo governo de FHC, afirma que o otimismo dos movimentos sociais com o aliado histórico Lula gerou uma expectativa de impunida-

de. “Eles pensavam: ‘É só ocupar que o Lula resolve.’”

Ele cita também o não-cumprimento da medida provisória 2.027, de 2000, que impede a vistoria e a desapropriação de áreas invadidas, como outro fator para a impunidade. “Foi criado um vazio jurídico.”

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (PT-RS), rebate. “Houve uma expectativa legítima e justa, mas não impunidade. O governo tem cumplicidade com a luta pela reforma agrária.”

Mais movimentos

Já Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, cita o aumento no número de movimentos agrários como um dos motivos para a nova geografia das invasões. “Os outros movimentos [afora MST] estão invadindo muito mais.”

De acordo com os dados da

CPT, o MST foi responsável, durante os três primeiros anos sob Lula, por quase 60% das ações. Apenas em 2006 —ano eleitoral—, o movimento diminuiu o ímpeto, com 212 invasões (53% do total). Ainda assim, os outros movimentos mantiveram as invasões.

Na avaliação de Jungmann, o MST não tem mais um inimigo no poder contra quem se afirmar. “Surtem essas dissidências mais radicais, que podem muito bem ser cooptadas por dinheiro estatal”, afirma.

Os dados da CPT mostram que, no primeira gestão de Lula, Pernambuco foi o Estado com o maior número de invasões: 344. São Paulo teve 228 e o Paraná, 157. A **Folha** utilizou os dados da CPT porque a Ovidória Agrária Nacional não os estratifica por município.

Colaboração CÍNTIA ACAYABA, da Agência Folha

Marabá lidera o ranking nos dois governos

DA AGENCIA FOLHA

Marabá (a 568 km de Belém, capital do Pará), foco histórico de conflitos rurais, é campeã de invasões de terra tanto no primeiro governo Lula como no segundo governo FHC.

A cidade do sul do Pará registrou 23 invasões a fazendas nos últimos quatro anos. De 1999 a 2002, foram 16 ações.

“É uma área de expansão de fronteira agrícola, com muitos latifúndios e terras griladas”, diz Bernardo Mançano, da Unesp. Ariovaldo de Oliveira, da USP, afirma que “Marabá é uma cidade que tem 1,5 milhão de hectares, mas 63% deles são terras devolutas (sem registro privado nem uso pelo poder público) da União. Há 126 grandes imóveis improdutivos”.

Outros dois fatores ajudaram a atração de sem-terra no lugar: o fechamento, em 1992, do garimpo de Serra Pelada, que deixou cerca de 80 mil desempregados na região. O outro é a existência de uma linha férrea da Vale do Rio Doce ligando São Luís a Parauapebas (município próximo a Marabá), o que facilitou o deslocamento de migrantes.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel (PT-RS), diz que o governo investe na qualidade dos assentamentos de Marabá.

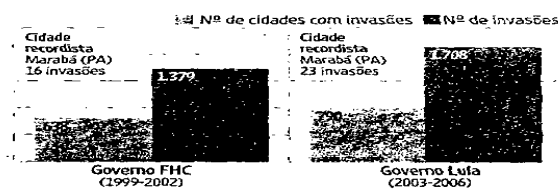
Em relação a Bonito —segundo lugar no ranking— e a Caruaru —quinto—, Pernambuco tem forte monocultura latifundiária da cana-de-açúcar. Já Teodoro Sampaio (SP) —terceiro lugar— fica no Pontal do Paranapanema, onde o MST é bem organizado. Maragogi (AL) —quarto lugar— tem alto índice de terras devolutas. (JCM, TR e CA)

[+] SAIBA MAIS: MP QUE PROÍBE VISTORIA DO INCRA ESTÁ VIGENTE, MAS NÃO É APLICADA

A medida provisória 2.027, editada em 2000 por FHC e modificada em 2001 (MP 2.183), proíbe que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária realize vistoria, por dois anos, em terras invadidas. Assim, o processo de desapropriação da área fica paralisado. Quando Lula assumiu, os movimentos do campo o pressionaram para que revogasse a MP. O ministro do Desenvolvimento Agrário à época, Miguel Rosseto, disse que mudaria alguns artigos. Mas a MP não foi revogada ou modificada até hoje, apesar de não ser aplicada.

GEOGRAFIA DAS INVASÕES

Movimentos pulverizam ações pelo país



24% é o aumento no nº de cidades com invasões de um governo para outro

Fonte: Folha e CPT (Comissão Pastoral da Terra)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “No DF, 650 funcionários do órgão vão às ruas protestar”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 10 de maio de 2007.

A matéria destaca que em mais um dia de protestos contra a divisão ao meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), cerca de 650 funcionários da autarquia saíram às ruas de Brasília ontem munidos de faixas e cartazes contra o esvaziamento do órgão.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No DF, 650 funcionários do órgão vão às ruas protestar

Grupo sustenta que divisão provocou ‘esvaziamento’; hoje, em plenária, pode ser declarada greve nacional

BRASÍLIA

Em mais um dia de protestos contra a divisão ao meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), cerca de 650 funcionários da autarquia saíram às ruas de Brasília ontem. Munidos de faixas e cartazes, eles se manifestaram contra o “esvaziamento” do órgão e a criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação. Hoje, os 6.400 funcionários participam de plenária nacional para decidir por uma greve geral.

Os servidores do Ibama aproveitaram a visita do papa Bento XVI e exibiram cartazes pedindo ajuda do pontífice. “Papa: ajude o meio ambiente”, dizia um deles.

A manifestação começou cedo. Por volta das 9 horas, os servidores se concentraram em frente da Catedral de Brasília. Dali, saíram em marcha por um trecho da Esplanada e se postaram dian-

te da sede do Ministério do Meio Ambiente. De lá, parte dos servidores seguiu para a Câmara dos Deputados, com a intenção de aproveitar a presença da ministra Marina Silva na Comissão de Minas e Energia para mais um protesto. Marina, no entanto, não compareceu à audiência em razão de agenda em São Paulo. Ela foi representada pelo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, e pelo presidente interino do Ibama, Balizeu Margarido.

Enquanto uma parte dos manifestantes foi até o Congresso, outro grupo seguiu para o Palácio do Planalto. Durante o ato, foram feitas performances teatrais. Os servidores ironizaram um dos problemas detectados no Rio Madeira – onde está prevista a instalação de duas hidrelétricas – para criticar o governo. “O problema não é o bagre. É a cabeça

de bagre”, dizia um cartaz, referindo-se à polêmica sobre o impacto da obra na reprodução da espécie naquele rio. ● ANA PAULA SCINocca ●

ANDRÉ DUSEK

CONCENTRAÇÃO – Após percorrer a Esplanada, os servidores protestam em frente do ministério

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “No Paraguai, Lula é atacado por jornal local”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 21 de maio de 2007.

A matéria destaca que o jornal ABC Color, acusa o Brasil, em editorial, de ser um país “imperialista e explorador” e acusa o presidente Lula de não rever o acordo da hidrelétrica de Itaipu, “assinado pelas costas do povo paraguaio em épocas de ditadura militar”. O jornal alerta que a posição “imperialista” do Brasil, pode ser responsável por “situações de violência física entre cidadãos de ambos os países.”

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o editorial intitulado “Atrasos do PAC envolvem gestão e não só licenças”, publicado

no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 09 de maio do corrente ano.

O editorial analisa a paralisia do governo Lula diante das obras do PAC que não saem do papel. Depois de uma análise fria, chega-se a conclusão do óbvio. O problema do governo Lula é a baixa qualidade gerencial do seu governo. Trocando em miúdos, esse é um governo incompetente.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

No Paraguai, Lula é atacado por jornal local

Editorial na capa do principal impresso do país chama Brasil de ‘imperialista e explorador’ por não rever Tratado de Itaipu

Governo Lula minimiza as críticas, diz que relação com o Paraguai vive um bom momento e que não mexerá no tratado, válido até 2023

RODRIGO RÖTZSCH
ENVIADO ESPECIAL A ASSUNÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ontem, por volta das 16h45 locais (17h45 em Brasília), para sua primeira visita oficial ao Paraguai, sob uma chuva fina que ajudava a esfriar o clima na capital. Na imprensa local, a recepção também não foi nada calorosa.

O “ABC Color”, principal jornal do país, publicou na capa de sua edição de ontem um editorial de página inteira intitulado “Brasil, um país imperialista e explorador”. O editorial critica Lula por não rever o Tratado de Itaipu, “assinado pelas costas do povo paraguaio em épocas de ditadura militar”. Entre outros termos, o texto diz que o povo paraguaio é obrigado a suportar “um roubo descarado”.

O editorial diz que a posição “imperialista” do Brasil pode ser responsável por “situações de violência física entre cidadãos de ambos os países”.

Fontes do governo brasileiro minimizaram a importância do

editorial, dizendo que críticas ao Brasil são comuns na imprensa paraguaia, mas que a relação Brasil-Paraguai vive um de seus melhores momentos.

A virulência do ataque do “ABC” foi atribuída também ao fato de o jornal não ter partici-

pado da entrevista que Lula concedeu nessa semana a seus dois principais concorrentes, “Última Hora” e “La Nación”, em Brasília. Segundo a Folha apurou, o “ABC” não participou da entrevista porque não fez esse pedido à Presidência.

Com tiragem diária de cerca de 30 mil exemplares, em um país com 6,3 milhões de habitantes, o “ABC” costuma pautar discussões em outros meios de comunicação do Paraguai.

O embaixador do Brasil em Assunção, Valter Peçly Morei-

ra, disse ontem que não está em discussão uma mudança no Tratado de Itaipu, válido até 2023 e que, entre outros, determina que o Paraguai, por não consumir toda a energia que produz em Itaipu, é obrigado a vendê-la ao Brasil. Setores rei-

vindicam poder vender a energia a outro país, no caso, a Argentina, por um “preço justo”.

“Achamos que o tratado é um ato jurídico perfeito. Não

consideramos a reabertura de negociações”, disse Moreira.

Ele sustentou que as reivindicações feitas pelo Paraguai foram atendidas --a de elevar o valor que o Brasil paga pela energia excedente e eliminar o reajuste com base na inflação dos EUA da dívida da estatal.

Biocombustíveis

O tema principal de discussões da visita de Lula a Assunção será a implantação de um plano para produção de biocombustíveis no Paraguai. Esse deve ser o tema de um dos mais de dez acordos que devem ser assinados hoje pelos países.

Ontem à noite, Lula participou de uma reunião com empresários paraguaios e brasileiros e depois foi recebido pelo seu colega paraguaio, Nicanor Duarte Frutos, para um jantar.

Na chegada a Assunção, Lula não falou com a imprensa. O ministro Silas Rondeau (Minas e Energia), que teve seu nome envolvido nas investigações da Operação Navalha faz parte da comitiva. Ele falou rapidamente e negou as acusações de participação no esquema.

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte

Diretora Adjunta de Redação: Cláudia Safatle

Conselho Editorial: Agostinho Cardoso Viêira, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Luís Frias, Nicolino Spina, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte

Atrasos do PAC envolvem gestão e não só licenças

O balanço dos resultados do Programa de Aceleração do Crescimento, 100 dias após o seu anúncio pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não agradou nem ao próprio presidente. Segundo levantamento feito pela ministra Dilma Rousseff, 47,5% das ações previstas estão atrasadas ou têm problemas, em sua grande maioria ambientais ou financeiros. Nesses 47,5% não estão incluídos os R\$ 6,7 bilhões anunciados para obras do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que ainda dependem da aprovação de uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 pelo Congresso. Por enquanto, dos R\$ 15,8 bilhões anunciados pelo governo para o programa, existem efetivamente R\$ 9,573 bilhões disponíveis na Lei Orçamentária de 2007 — e, destes, até o dia 30 de abril, apenas R\$ 1,920 bilhão, ou 12%, foi contratado.

A ministra Dilma Rousseff separou as obras e projetos do PAC em três categorias: os classificados com a cor verde, que estariam com andamento adequado — isto é, dentro do cronograma definido pelo governo —; as de cor amarela, que devem merecer “atenção”; e as de cor vermelha, que estão com andamento “preocupante”. As obras com cor amarela e vermelha representam 47,5% do PAC — destas, 39,1% ganharam carimbo amarelo e 8,4% o vermelho. Embora exista uma concentração das preocupações com o andamento das obras do setor elétrico, na contabilidade dos três meses de PAC, ele é o que apresenta maior número de projetos e obras considerados “adequados”: 64,2%. Mesmo assim, a área é considerada das mais sensíveis. É a área de energia que provoca mais tensões contra a ação do Ministério do Meio Ambiente — o balanço informa que, dos 46 projetos com problemas listados, 15 estão paralisados por falta de licenças e outras exigências do Ibama, 6 deles na área energética. Das 7 obras anunciadas pelo governo como com selo vermelho, 6 são do setor de energia.

Embora o setor de energia seja vital para o crescimento da economia, existem outros que, segundo o controle do governo, estão em pior situação. Segundo o levantamento, dos projetos e ações na área social e urbana definidos como

prioridades pelo programa, 74,5% trazem o selo amarelo e vermelho. Nessa rubrica incluem-se ações de infra-estrutura social e urbana: saneamento, habitação, metrô e urbanização de favelas. Nesses 74,5% não estão incluídos nem saneamento, nem habitação, que não têm nenhum contrato fechado — o governo apenas selecionou R\$ 3,7 bilhões em projetos. A previsão é a de que os primeiros contratos sejam assinados só a partir de julho. Apenas o Programa Luz para Todos, nesse setor, cumpriu as metas e até ultrapassou-as em 10%. Somente na região Norte o andamento foi inferior ao cronograma.

Também o setor de logística, que inclui obras igualmente importantes e que, se não forem agilizadas, podem ser um gargalo para o crescimento, têm desempenho pior do que o setor de energia. Ele inclui rodovias, ferrovias, portos, hidrovias e aeroportos. Pelo levantamento do governo, 56,5% dos projetos e obras estão com andamento adequado e 6,1% estão na ordem dos “preocupantes”. O Ministério dos Transportes, por exemplo, apenas conseguiu empenhar R\$ 1,7 bilhão de recursos de um total previsto de R\$ 8,1 bilhões.

Qualquer governo, em início do ano, costuma ter problemas para gastar orçamento — quer pela burocracia, quer pela falta de projetos em condições de execução. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, lembrou que o PAC foi anunciado em 22 de fevereiro, mas apenas no dia 9 de março os recursos começaram a ser liberados. A gestão, no entanto, é fundamental. Mesmo que o PAC tenha sido, na verdade, uma priorização de projetos e obras já em andamento, inclusive do governo anterior, ele foi vendido com a lógica de que, no conjunto, essa eleição de prioridades era parte de um plano para o crescimento econômico, limitado anteriormente por uma política fiscal extremamente rígida.

Se essa lógica é correta, é preciso tirar do caminho, sem deixar de lado compromissos com o meio ambiente, os obstáculos que impedem sua execução. E boa parte dessas barreiras estão na baixa qualidade gerencial do governo até agora, em que pese a iniciativa responsável de apresentar os dados sobre o andamento do programa periodicamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer um registro sobre a Nota da CNBB sobre o momento político nacional, intitulada: Democracia e Ética. Neste documento, uma das principais instituições da sociedade brasileira, que jamais se alijou de suas responsabilidades em relação a nossa imensa população cristã. Que sempre desenvolveu um trabalho solidário, contributivo e construtivo com os grupos mais desamparados – dos verdadeiros excluídos da cidadania – nos faz um urgente alerta.

De acordo com a CNBB, e, com efeito, já plenamente constatado por outros diversos segmentos, o País segue num caminho transversal da moralidade, da ética, do respeito a coisa pública e, conseqüentemente, com total prejuízo às classes sociais desprotegidas, sem voz, sem direitos a uma vida mais digna.

Neste grave momento por que passa a nação, onde impasses inadmissíveis, protelações e manobras

eivadas do mais deletério modelo de conduta para importantes nomes da vida pública, essa advertência do clero sobre a possível ruptura de nossos conceitos e valores, constitui-se num norte onde devemos nos fixar para restaurarmos o verdadeiro estado de direito, o respeito e a dignidade do exercício das atribuições que a sociedade nos delegou.

Portanto, solicito que faça constar dos anais do Senado, para fins de registro e de possível contextualização e responsabilização futura dos fatos que estão sendo apurados.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
63ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente
Brasília - DF, 19 a 21 de junho de 2007

DEMOCRACIA E ÉTICA
Nota da CNBB sobre o momento político nacional

Nós, Bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acompanhamos, perplexos, com todo o povo brasileiro, o momento político atual.

São freqüentes as denúncias de corrupção em várias instâncias dos Três Poderes. Cresce a indignação ética diante da violação de valores fundamentais para a sociedade. A ambição desmedida de riqueza e de poder leva à corrupção. A denúncia do profeta Isaias vale também hoje: "eles gostam de subornos, correm atrás de presentes; não fazem justiça ao órfão e a causa da viúva nem chega até eles" (Is 1,23). Por isso, as palavras do apóstolo Paulo são apropriadas para este momento: "Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem" (Rm 12,21).

A corrupção e a impunidade estão levando o povo ao descrédito na ação política e nas instituições, enfraquecendo a democracia. A crise, decorrente da falta de consciência moral, é estimulada pela ganância e marcada pelos corporativismos históricos, que utilizam as estruturas de poder para benefício próprio e de grupos.

Os empobrecidos são os mais prejudicados com o desvio das verbas públicas. Os poderes constituídos precisam assumir sua responsabilidade diante da corrupção e da impunidade. Urge também uma profunda reforma do atual sistema político, não limitada à revisão do sistema eleitoral. É necessário aprimorar os mecanismos da democracia representativa e favorecer a democracia participativa; a regulamentação do Art. 14 da Constituição Federal oferece esta possibilidade de participação por meio de referendos, plebiscitos e conselhos. A experiência de participação popular na política é uma conquista e um patrimônio precioso da sociedade.


O povo brasileiro precisa recuperar a esperança. A credibilidade e a legitimidade de nossas instituições serão asseguradas pela apuração da verdade dos fatos, pela restituição dos bens públicos apropriados ilícitamente e pela punição dos delinquentes.

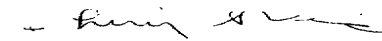
Queremos estimular os cristãos que, em nome da sua fé, se engajam no mundo da política, dizendo-lhes que vale a pena dedicar-se à nobre causa do bem comum. O exercício responsável da cidadania é um imperativo ético para todos.

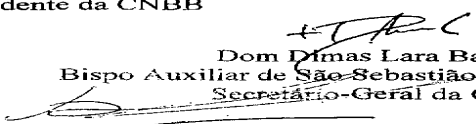
Conclamamos as pessoas de boa vontade e as organizações da sociedade a se posicionarem com coragem, repudiando os desmandos e a impunidade, construindo uma convivência social sadia e velando pelo exercício do poder com honestidade.

Esta crise política poderá se tornar uma ocasião de amadurecimento das instituições democráticas do País, se levar a um comprometimento maior com a verdade que nos liberta e com a luta por um Brasil justo, solidário e livre, onde "justiça e paz se abraçarão" (Sl 85,11).

Brasília, 21 de junho de 2007.


Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB


Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB


Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a liberdade de informação, como direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, abrange tudo o que é de interesse público, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos o acesso à informação e para que todos estejam em sintonia com o mundo em que vivemos.

O poder da informação e o direito á obtê-la, a liberdade de pensamento, a inviolabilidade da intimidade, os direitos e garantias individuais são temas da mais alta relevância que nos convidam a uma reflexão profunda, sempre que analisamos o papel dos meios de comunicação numa sociedade moderna, aberta, democrática e pluralista.

O Brasil tem o privilégio de dispor de uma empresa jornalística, de uma rede de televisão, do mais alto nível internacional, que pratica um jornalismo moderno, com equilíbrio, ética e responsabilidade, valendo-se de recursos tecnológicos de última geração para educar, informar e entreter.

Os oito mil funcionários e as 121 emissoras, produtoras e afiliadas, garantem a produção contínua de noticiários, entrevistas, pesquisas, debates, documentários, telejornais e diversão, cobrindo a quase totalidade dos municípios brasileiros.

São quatro mil profissionais diretamente ligados à área de criação artística de programas: autores, diretores, atores, jornalistas, cenógrafos, figurinistas, produtores, músicos e técnicos de diversas especializações.

Falo, Sr. Presidente, da Rede Globo de Televisão, emissora internacionalmente reconhecida por seu elevado nível de qualidade há mais de três décadas: em 1976, o jornalista Roberto Marinho, fundador da Rede Globo de Televisão, recebeu o prêmio internacional Emmy, como Homem Destaque de Televisão, inaugurando uma longa série de prêmios internacionais conferidos à Rede Globo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo principal deste meu pronunciamento é destacar um aspecto relevante da atuação da Rede Globo de Televisão, que ultrapassa o campo de uma empresa jornalística.

Trata-se de sua contribuição para a cidadania, para a inclusão social, para o fortalecimento de nossa diversidade cultural e para a promoção de instituições, entidades e temas sociais e culturais.

O Balanço Social da Rede Globo, referente a 2006, nos mostra o engajamento dessa emissora de televisão num grande número de atividades, programas e projetos de interesse público que contribuem para nosso desenvolvimento artístico, social, cultural e político.

São muitos os programas sociais promovidos diretamente ou apoiados pela Rede Globo de Televisão, o que torna muito difícil destacar apenas um ou alguns deles.

Mesmo assim, não hesitaria em ressaltar o elevado mérito social do projeto “Criança Esperança”, reconhecido pela ONU como modelo internacional de projeto de inserção social e de preparação de crianças para um mundo em transformação.

Já são 21 anos de campanha, mais de 176 milhões de reais em doações, mais de cinco mil projetos sociais que contribuíram para garantir os direitos de mais de três milhões de crianças e adolescentes, para reduzir a mortalidade e o trabalho infantil e combater a exploração sexual infantil.

O “Mutirão da Cidadania” é outro projeto meritório da Rede Globo de Televisão, em parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi, e que propiciou quase 4 milhões de atendimentos nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, cultura e cidadania.

A reflexão sobre a realidade social tem sido outra área de ação em que a Rede Globo de Televisão se destaca. Um exemplo recente é a novela Páginas da Vida, de Manoel Carlos, tratando do tema da Síndrome de Down, e que contribuiu fortemente para combater um antigo preconceito contra pessoas com deficiência.

Na mesma linha de “merchandising social”, diversos temas de interesse social foram tratados de maneira pedagógica e adequada pela Rede Globo: HIV/Aids, alcoolismo, racismo, trabalho infantil, tráfico de mulheres e anorexia.

A minissérie intitulada JK contribuiu para resgatar um período histórico da mais alta relevância, em que o Brasil deixou de ser um país eminentemente agrícola e ingressou na era industrial e na interiorização do seu processo de desenvolvimento, destacando a figura exponencial do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo que me é reservado, regimentalmente, não me permitiria tratar de todos os importantes projetos sociais e jornalísticos desenvolvidos pela Rede Globo de Televisão.

Quero, neste momento, mais uma vez, ressaltar seu excepcional trabalho e cumprimentar toda a direção e os funcionários dessa emissora por tudo que têm realizado e por tudo o que ainda haverão de realizar em benefício de nossa cultura, de nossas artes e de nosso desenvolvimento social.

Tenho plena convicção de que este mesmo sentimento é compartilhado por todos os membros desta Casa do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, a seguinte;

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 4-9-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico*

Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 7-9-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 12-9-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 17-9-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (Prorrogado): 21-9-2007

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25-6-2007)

Prazo final (Prorrogado): 21-9-2007

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator **ad hoc**: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela

Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI* (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América* (financiamento parcial do Premar).

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº

1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo so-*

bre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Arthur Virgílio.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº

638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº

1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)

Ata da 105ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Moraes,
Pedro Simom, Valter Pereira e Gilvam Borges

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

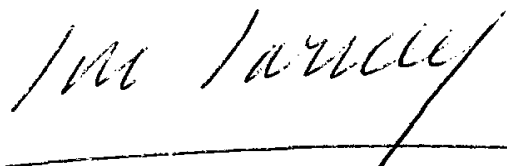
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/7/2007 07:31:16 até 4/7/2007 21:40:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PADB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PADB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCEÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PADB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PFL	MG	ÉLISEU RESENDE	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PADB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GÉRSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PADB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PADB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PADB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PADB	MS	MARISA SERRANO	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PADB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PADB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	

Compareceram: 69 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Período do Expediente será dedicado a comemorar os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagear o Centro Popular de Cultura – CPC, por ocasião do 45º aniversário da primeira UNE Volante, nos termos do Requerimento nº 605, de 2007, de autoria do ilustre Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores.

A Presidência convida para compor a Mesa, com grata satisfação, o Sr. Gustavo Petta, Presidente da União Nacional dos Estudantes. *(Palmas.)*

Com grata satisfação, convido também o Sr. Sérgio Duarte Mamberti, Secretário da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. *(Palmas.)*

Convido também o Deputado Federal Efraim Filho. *(Palmas.)*

Convido, ainda o Exmº Senador Inácio Arruda, autor do requerimento. *(Palmas.)*

A Presidência convida ainda Arthur Poerner para compor a Mesa, figura ímpar na história da memória do movimento estudantil e das lutas democráticas brasileiras.

Ouviremos, neste momento, o Coral do Senado Federal, executando a música Coração Civil, de Milton Nascimento.

(Execução de música.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência agradece a gentileza do Coral do Senado Federal por essa bela canção.

Concedo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, primeiro signatário do requerimento.

A Presidência convida também, com grata satisfação, o Exmº Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva, que acaba de chegar.

S. Exª é ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes.

Seja bem-vindo à Mesa. *(Palmas.)*

Senador Inácio Arruda, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, quero cumprimentar a nossa Mesa – e o faço em nome do Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta – e nosso Ministro do Esporte.

Quero cumprimentar também o Presidente do PCdoB, presente à sessão, Renato Rabelo, que foi também dirigente da União Nacional dos Estudantes; senhoras e senhores; jovens universitários; estudantes secundaristas; lutadores do povo brasileiro que aqui estão; nossos ex-presidentes da União Nacional dos Estudantes que também participam deste ato, Aldo Arantes, Luciano Coberlini, Sepúlveda Pertence, figuras exemplares da luta do povo brasileiro;...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Inácio Arruda, interrompo V. Exª para registrar, com muita honra, a presença do Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal. Estamos muito honrados com sua presença. *(Palmas.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Ministro Sepúlveda, que ocupou a vice-presidência dessa valorosa organização democrática e popular do povo brasileiro; nosso companheiro Langone, que dirigiu essa nossa gloriosa União Nacional dos Estudantes, ex-presidente da UNE, Castro Alves, um dos maiores nomes da literatura brasileira, o poeta dos escravos, do povo e da liberdade, ao se dirigir à juventude em seu poema “O Século”, escrito em 1865, assegura:

“Toda noite – tem auroras,
Raios – toda a escuridão.
Moços, creiamos, não tarda
A aurora da redenção.”

Este mesmo espírito libertário estava presente quando, em 11 de agosto de 1937, foi fundada a gloriosa União Nacional dos Estudantes, a UNE, que congrega os estudantes universitários do nosso País, mas é o símbolo maior de todos os estudantes da nossa Pátria. É a gloriosa União Nacional dos Estudantes!

Hoje, 70 anos depois de sua fundação, a UNE recebe esta justa homenagem do Senado Federal, com a realização desta sessão solene, que se reveste de um grande significado para o povo brasileiro.

A UNE é uma das organizações mais antigas da história de nosso País. Nasceu na Segunda República, após várias experiências e tentativas de organizar os estudantes em uma entidade nacional. A história da UNE sempre esteve ligada à história de lutas do povo brasileiro, deixando sua marca em todos os grandes episódios sociais e políticos no Brasil.

A União Nacional dos Estudantes esteve presente em todas as lutas pela liberdade, pela democracia e pela defesa intransigente, mas conseqüente e responsável, dos interesses do País e de nosso povo. Não houve uma só luta por um Brasil livre e soberano em que a voz dos estudantes não tenha ecoado nas ruas, junto aos trabalhadores, intelectuais, artistas, homens e mulheres do campo e da cidade.

Relembro aqui parte de sua história. Em 1939, ainda recém-criada, com somente dois anos de existência, a determinação e a combatividade da UNE foram testadas pela primeira vez: o mundo era abalado pela Segunda Grande Guerra Mundial e o nazifascismo avançava. A União Nacional dos Estudantes foi uma das primeiras entidades no Brasil a se colocar na trincheira de lutas, organizando grandes atos contra o nazifascismo, realizando inúmeras passeatas que contribuíram significativamente para que o Governo de Getúlio Vargas se posicionasse contra os Países do Eixo durante o conflito. Foi no contexto dessa luta que a UNE realizou sua primeira grande façanha: os estudantes fecharam e ocuparam o clube Germânia, conhecido ponto de encontro de simpatizantes do nazismo, localizado na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Foram protagonistas desse episódio histórico, além da UNE, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU). Foi diante da repercussão desse fato que o então Ministro da Educação Gustavo Capanema formalizou a entrega do prédio que passou a sediar a UNE, prédio esse que anos mais tarde seria incendiado pela ditadura militar instaurada em 1964.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o posicionamento em defesa dos interesses do povo sempre colocou a UNE na mira das forças retrógradas. Em 1945, no apagar das luzes do Estado Novo, a UNE sofreu uma dura perseguição, mas isso não impediu que, já em 1947, empunhasse novamente a bandeira da defesa da soberania nacional e de nossas riquezas, levantando a juventude com a campanha pela criação da Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras. Daí por diante, “Petróleo é nosso” foi a palavra de ordem que contagiou os estudantes, depois toda a sociedade brasileira.

Dyneas Aguiar, que em 1953 era presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, assegura que “foi uma batalha muito difícil dentro do Congresso, porque lá”, dizia ele, “as forças reacionárias e entreguistas não aceitavam, de jeito nenhum, o monopólio estatal do petróleo”. Até que, finalmente, em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas, promulgou a Lei da Criação da Petrobras. Venceram os nacionalistas e a gloriosa campanha “Petróleo é nosso”, de mobilização da opinião pública.

Cabe ressaltar, senhoras e senhores, que não podemos nos reportar à campanha “Petróleo é nosso” sem nos referirmos à tenacidade e ao espírito nacionalista do escritor Monteiro Lobato.

Os anos 60 começaram com grande turbulência política, devido à renúncia do Presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. A UNE solidarizou-se com

as forças progressistas, que se posicionaram contra a tentativa de impedir a posse de João Goulart. Foi nesse cenário, quando as forças do atraso mais uma vez tentaram interferir, que a articulação entre o movimento operário, as lideranças trabalhistas e a União Nacional dos Estudantes se mostrou imprescindível para conter os atos golpistas.

Nesse período, entre 1961 e 1962, a UNE foi presidida por Aldo Arantes, presente aqui nesta sessão. Era a época da consolidação do Centro Popular de Cultura, CPC, e da primeira UNE Volante, uma verdadeira caravana que unia eventos culturais à bandeira da Reforma Universitária. Foi por intermédio da UNE Volante que o recém-criado Centro Popular de Cultura levou sua mensagem cultural a todas as capitais do País. O principal objetivo era atingir as massas com arte genuinamente brasileira e engajada.

Cabe ressaltar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, que o CPC foi criado num momento em que as diversas manifestações artísticas brasileiras pareciam alimentar-se mais das chamadas vanguardas européias do que da chamada realidade brasileira. O CPC tornou-se um pólo de valorização da cultura nacional, popular e democrática do País. Os jovens que dela participavam aliavam com perfeita maestria a política e a arte, a literatura, a poesia, a música, o cinema e o teatro. Lá estavam Ferreira Gullar, Paulo Pontes, Leon Hirzmann, Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Lyra, Cacá Diegues, Arnaldo Jabor e tantos outros.

O CPC contou ainda com a presença de grandes compositores do samba, como Cartola, Nelson Cavaquinho e Zé Ketti. No bar “Zicartola”, de Dona Zica e Cartola, era comum encontrar Vinícius de Moraes e Carlos Lyra, que, inspirados pelo momento extraordinário de vigor e liberdade protagonizado pela juventude, compuseram o consagrado Hino da União Nacional dos Estudantes. Nas palavras de Carlos Lyra, “o CPC foi muito mais do que aparentou. Ali foram feitos filmes, gravados discos, e construído o Teatro da UNE. Ali a cultura estava viva; as coisas eram feitas de forma apaixonada”.

O CPC ajudou a UNE a chegar mais perto dos estudantes e do povo em todo o País, atuando em perfeita sintonia. Um dos seus grandes momentos foi a realização de um espetáculo com Nelson Cavaquinho, Cartola, Dalva de Oliveira, Carlos Cachça, Vinícius de Moraes, Tom Jobim e o jovem Chico Buarque, numa memorável noite no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Outro momento importante, que demonstra o alcance do CPC da UNE, foi lançamento do disco intitulado “O Povo Canta”, um trabalho musical composto

por Carlos Lyra, Billy Blanco, Geni Marcondes e Augusto Boal. Foi a venda desse compacto que arrecadou fundos para a construção do Teatro do CPC da UNE. Mas, com a instauração da ditadura militar, o teatro, recém-construído e que demandou tanto esforço para ser concretizado, foi metralhado pelo movimento anti-comunista. Na mesma época, o disco “O Povo Canta” foi tirado de circulação pela censura e, por um longo período, considerado “subversivo”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ditadura militar inaugurou um período de perseguição implacável às lideranças estudantis. O Governo Castelo Branco declarou o fechamento da UNE e, em julho de 1966, o 28º Congresso da entidade foi realizado clandestinamente, em Belo Horizonte, durante os intervalos das missas no Convento dos Dominicanos. Nesse Congresso, é eleito para presidente o mineiro José Luís Guedes.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Em 1967, já em uma situação extraordinariamente difícil, a UNE conseguiu realizar o seu 29º Congresso, que elege Luís Travassos como presidente da entidade. Nesse mesmo ano, foi assassinado o secundarista Edson Luís. Seu assassinato gerou mobilizações puxadas pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, manifestações que reuniram mais de 100 mil pessoas, mobilizando a juventude e todo o povo brasileiro.

Tais manifestações se multiplicaram por todo o País.

Eram manifestações de 10 mil, 15 mil, 20 mil estudantes, às vezes em Municípios e Estados pequenos, de população pequena, mas o ardor da luta do povo brasileiro conduzida pela UNE mobilizava massas gigantescas pelo País afora.

Em outubro de 1968, articulava-se a realização do 30º Congresso, na cidade de Ibiúna, interior do Estado de São Paulo. Em um prenúncio do Ato Institucional nº 5, que seria baixado em dezembro daquele mesmo ano, foram presos 920 estudantes, entre os quais estavam Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos, Jean Marc Von der Weid e Franklin Martins.

Quinze dias após as prisões em Ibiúna, 71 estudantes de todo o País foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Destes, senhoras e senhores, dez – abro parêntese para ressaltá-las – eram ali do meu Estado, o Ceará, daquele torrão que é o meu campo natal. Entre eles, diz o médico Mariano de Freitas, em seu livro *Nós os Estudantes*, estava José Genóino Neto, Bérqson Gurjão Farias – morto na guerrilha do Araguaia –, João de Paula Monteiro Ferreira, José

Arlindo Soares, Inocêncio Uchoa, Pedro Albuquerque, Ruth Cavalcante, Marco Penaforte, Assis Aderaldo e Inácio de Almeida.

Além desses, que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, foram presos em Ibiúna outros estudantes, dezenas deles, que passaram a responder pelo crime de tentar subverter a ordem para garantir a liberdade e a democracia em nosso País.

Sr. Presidente, no começo da década de 70, Honestino Guimarães assumiu a Presidência da UNE, época em que o movimento estudantil sofria uma repressão brutal com prisões, torturas e assassinatos.

Honestino Guimarães e Alexandre Vannucchi Leme foram presos, torturados e assassinados em 1973. Honestino, cujo corpo jamais foi encontrado, tornou-se um símbolo da luta em defesa da liberdade e da democracia, e, se estivesse vivo, teria completado 60 anos no último dia 28 de março. Líder desde os tempos de colégio, no interior de Goiás, Honestino sonhava em ser Presidente da República. Em suas brincadeiras de rua, conta-se que chegou a nomear os dois irmãos Ministros, um da Aeronáutica e outro da Marinha. Gostava de bolar estratégias, de coordenar reuniões. Sua paixão era o movimento estudantil, e ele foi e sempre será lembrado como um grande jovem brasileiro.

Em 1979, dez mil jovens de todo o País se reuniram em Salvador para o Congresso de Reconstrução da UNE. Ali foi o coroamento de uma trajetória marcada por grandes dificuldades, mas que evidenciou a ousadia, a coragem e a combatividade de jovens, homens e mulheres que carregavam no peito a esperança de um Brasil livre e democrático. Nessa ocasião, o cantor e compositor Carlos Lyra regeu um coro de cinco mil estudantes, que, entusiasmados, cantaram o “Hino da UNE”, de sua parceria com Vinícius de Moraes.

É com alegria também, Sr. Presidente Pedro Simon, que comanda os trabalhos neste momento, que destaco a campanha da UNE de volta para casa. No mês de fevereiro deste ano, os estudantes retomaram o seu terreno na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, onde era a antiga sede da UNE, aquela mesma incendiada em 64 pela Ditadura. Estive neste ano lá no chamado Aterro do Flamengo, apoiando a campanha vitoriosa da UNE de volta para casa.

Senhoras e senhores, nestes 70 anos de fundação da UNE, 45 anos da primeira UNE Volante e 28 anos de sua reconstrução, podemos afirmar, com toda a certeza, que as lutas travadas pelos estudantes, desde a luta contra o nazifascismo, passando pela campanha do “Petróleo é nosso”, pelo movimento de renovação da arte e da cultura brasileira no Centro Popular de Cultura, pela resistência à ditadura militar, a luta pela

anistia, pelas eleições diretas, pelo *impeachment*, pela defesa do ensino público de qualidade e pela reforma universitária foram de fundamental importância para que hoje pudéssemos colher os frutos da liberdade e da democracia.

O jornalista Arthur José Poerner, em sua obra “O Poder Jovem – História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros”, destaca que a UNE se constituiu na principal escola de formação de lideranças políticas do Brasil. São vários altos dirigentes da República formados nos quadros da UNE, uma prova inquestionável da força do movimento estudantil. Registro aqui apenas alguns deles, entre tantas personalidades: Aldo Arantes, Haroldo Lima, José Serra, Renato Rabelo, José Gregori, José Frejat, Marco Maciel, Marcelo Cerqueira, Aldo Rebelo, Orlando Silva, José Dirceu, Juca Ferreira e Franklin Martins, entre tantas lideranças que ocuparam posições na Direção da União Nacional dos Estudantes e que se destacaram na vida pública e também nas suas atividades profissionais.

Durante esta semana, Brasília é a sede do 50º Congresso da UNE e, mais uma vez, a voz vibrante dos estudantes brasileiros, vindos de todos os cantos deste nosso imenso País, vem se juntar à daqueles que desejam a efetivação de um projeto de desenvolvimento nacional para fazer avançar as grandes transformações sociais que desejamos.

Nesta Sessão Solene rememoro os nomes dos 48 presidentes da União Nacional dos Estudantes durante estes 70 anos: Ana Amélia, Valdir Ramos Borges, Trajano Pupo Neto, Luís Pinheiro Pais Leme, Hélio de Almeida, Tarnier Teixeira, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Roberto Gusmão, Rogê Ferreira, José Frejat, Olavo Jardim Campos, Luis Carlos Goelver, João Pessoa de Albuquerque, Augusto Cunha Neto, Carlos Veloso de Oliveira, José Batista de Oliveira, Marcos Heusi, Raimundo Eirado Silva, João Manuel Conrado Ribeiro, Oliveiros Guanais, Aldo Arantes, Marcos Vinícius Caldeira Brant, José Serra, Antônio Xavier, Altino Dantas, José Luis Guedes, Luís Travassos, Jean Marc Von der Weid, Honestino Guimarães, Rui César Costa e Silva, Aldo Rebelo, Javier Alfaya, Clara Araújo, Acildon Paes Leme, Renildo Calheiros, Gisela Mendonça, Valmir Santos, Juliano Goberlini, Cláudio Langone (aqui presente), Patrícia de Angelis, Lindberg Farias, Fernando Gusmão, Orlando Silva Júnior, Ricardo Cappelli, Wadson Ribeiro, Felipe Maia, Gustavo Lemos Petta.

Rendo aqui, Sr. Presidente, em meu nome, em nome do meu Partido e em nome do Senado Federal, minhas homenagens a todas as Marias, Heleniras, Honestinos, enfim, a todos os jovens, es-

sas meninas e meninos do Brasil, que, esperamos, estarão, um dia, junto com o povo no poder.

Para finalizar meu pronunciamento nesta tarde de tão justa homenagem, recorro à poesia, aqui entoada pelo nosso coral, de Milton Nascimento e Fernando Brant:

Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria, muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu País
Quero a liberdade, quero o vinho e o
pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero a nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder eu quero ver.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Viva o povo brasileiro! Viva a União Nacional dos Estudantes! (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Temos uma lista imensa de oradores.

Eu gostaria que cada um dos companheiros se lembrasse dos que vêm depois e usasse o tempo não tanto quanto gostaria e que nós gostaríamos, mas dando um pouco de chance aos que vêm depois.

Agora, como segundo orador, o nobre Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadores, Srs. Senadores, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, Ministro dos Esportes, Orlando Silva, membros da Mesa, ex-Presidentes da União Nacional dos Estudantes, Deputados Federais presentes, estudantes do Brasil que estão na galeria do Senado da República, o Senador Inácio Arruda foi muito feliz em propiciar esta homenagem justa a essa grande entidade da sociedade civil do Brasil que é a União Nacional dos Estudantes.

Eu diria até, Sr. Presidente Pedro Simon, que preside esta sessão especial, que neste exato momento fala aqui não um Senador do Amazonas, mas um ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes que fora um dos vice-Presidentes da gestão de 1980 e 1981, do então Presidente Aldo Rebelo, nosso Deputado Federal. Fui um dos vice-Presidentes da região Norte

naquela gestão. Então, fala aqui um ex-dirigente dessa entidade que faz parte da história do Brasil.

Na realidade, não podemos contar a história do Brasil sem passar pela história da União Nacional dos Estudantes, que começa, precisamente, no dia 13 de agosto de 1937.

Viva a União Nacional dos Estudantes!

Eu gostaria de quebrar toda a formalidade desta sessão para registrar a presença de uma mãe que é uma figura emblemática da história da União Nacional dos Estudantes. Peço que todos aplaudam a Sr^a Maria Rosa Monteiro, mãe de Honestino Guimarães. (*Palmas.*)

Fazia um comentário, quando do pronunciamento do Senador Inácio Arruda acerca do papel da União Nacional dos Estudantes, e avanço na sua história. O Senador já registrou a importância da UNE no combate ao nazi-fascismo, da importância da UNE na campanha “O Petróleo é Nosso”, que redundou na criação da Petrobras, uma grande empresa. Não havia Petrobras, mas apenas uma campanha, e o mérito é da União Nacional dos Estudantes, do povo brasileiro, que construiu essa grande empresa que é a Petrobras.

Hoje, quando se fala do período da ditadura militar, fala-se de uma forma tão mansa que se deixa escapar esse período nefasto da história do povo brasileiro, esse período sangrento da história brasileira, da história contemporânea, história recente, porque a ditadura cassou as liberdades. Um dos seus primeiros atos foi justamente atacar a União Nacional dos Estudantes, e é justamente aí que começa, eu diria, a gênese da resistência contra a ditadura militar. Foram várias as instituições, os movimentos – o movimento operário, o movimento camponês –, mas foi na União Nacional dos Estudantes, na juventude estudantil do nosso País que se levantou, com firmeza, a resistência, a denúncia e a luta em defesa das liberdades democráticas.

A UNE jogou um papel, e não podemos minimizá-lo do ponto de vista da coragem, da ousadia, da persistência, da luta indormida, cotidiana, sem titubear, sem fraquejar em nenhum momento da história recente. A UNE ergueu sua bandeira azul, que representa o Brasil, as universidades, as salas de aula, os centros acadêmicos, os DCEs, para fazer a defesa da liberdade.

Este é um papel importante da União Nacional dos Estudantes: ela é uma instituição histórica em defesa do ensino público, da universidade pública, da melhoria do ensino, da democratização da universidade. Mas ela foi capaz de combinar, ao lado da sua história e com a sua história, fazendo a sua história, e pautar temas nacionais, temas importantes como a defesa da Amazônia. Então, penso que este é um

marco importante da história da UNE: combinar a defesa do ensino, da educação e combinar a defesa dos interesses nacionais.

Então, quero fazer aqui esta saudação, lembrando que lá no Amazonas, meu Estado, a nossa Universidade Federal contribuiu com delegados, 22 delegados – fogue-me à memória, mas eu gostaria de mencionar alguns nomes – que lá estiveram, em maio de 79, na reconstrução da UNE, congresso que fora proibido e onde estavam vários democratas, vários deputados, personalidades, artistas... Mas eu gostaria aqui de lembrar alguns delegados da Universidade Federal que participaram: João Tomé, José Carlos Sardinha – todos profissionais hoje –, Cyrino Bessa, que é Secretário de Educação do Município de Manaus, Omar Adolfo, Rui Brito, Francisco Braga, Guto Rodrigues, Conceição Derzi, professora da Universidade. Eu estava nessa comitiva de delegados. Então, quero parabenizar o Senador Inácio Arruda pela iniciativa, e também a União Nacional dos Estudantes por sua luta e por sua história.

Parabenizo todos os seus Presidentes. O Senador Inácio Arruda já fez esse registro, mas ainda quero fazer menção a alguns Presidentes: Aldo Rebelo, que presidiu durante a minha gestão; Javier Alfaya, que foi ameaçado de expulsão do Brasil por ser filho de espanhóis e ter posições políticas firmes; Clara Araújo; Rui César, o Presidente da reconstrução da UNE, com quem convivi.

Parabenizo a UNE por sua história e a juventude brasileira por sua firmeza, sempre defendendo os interesses nacionais e a universidade pública.

Congratulo-me com todos pelos 70 anos de história da UNE; 70 anos de história em defesa da democracia; 70 anos representando a juventude do nosso País; 70 anos que orgulham os estudantes brasileiros do passado, do presente e, com certeza, do futuro.

Viva a União Nacional dos Estudantes! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra à ilustre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Quero cumprimentar esta maravilhosa Mesa, o nosso querido Ministro do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior; Efraim Filho, o Deputado mais novo da Câmara; Gustavo Petta, o Presidente da União Nacional dos Estudantes; o meu querido Sérgio Mamberti, amigo maravilhoso; Arthur Poerner; o autor do requerimento, Senador Inácio Arruda; e quem nos preside, o Senador Pedro Simon. E quero começar, Pedro Simon, dizendo que talvez não fosse possível escolher melhor data para a realização desta sessão. Não sei se, quando

o Senador Inácio Arruda pediu, S. Ex^a se deu conta de que hoje, 4 de julho, é a data do bicentenário de, nada mais, nada menos, Giuseppe Garibaldi, aquele jovem maravilhoso, com espírito internacional de luta pela justiça, pelo avanço da democracia, dos que se jogaram mundo afora para, indo atrás dos seus sonhos, construírem um mundo melhor.

E esse Giuseppe Garibaldi, que veio parar aqui, em nosso País, no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, encantou-se com uma catarina, a nossa querida Anita Garibaldi, na flor também da juventude, que, na paixão por um mundo melhor, por um mundo mais digno, enfrentou, e o Garibaldi a carregou para a Itália para ser a heroína de dois mundos.

Então, se havia algum dia melhor para comemorar os 70 anos da nossa maravilhosa União Nacional dos Estudantes e o trabalho precioso do Centro Popular de Cultura, acho que não. Não sei, Senador Inácio Arruda, se V. Ex^a conjugou isso. Estava nos seus planos? Não sei se estava. Espero que estivesse, porque, efetivamente, é este espírito de Giuseppe Garibaldi, de Anita Garibaldi, esse espírito, essa coisa que só a juventude tem, de entrega, de se colocar a serviço do sonho, de se transpor, de se transportar, de se transcender, que hoje estamos aqui nesta sessão, comemorando. O Senador Inácio Arruda listou inúmeros; depois, o Senador João Pedro listou outros. Cada um que virá a esta tribuna vai exatamente listar essa formação de gerações que a UNE produziu de homens e mulheres comprometidos com as lutas, as melhores lutas, as mais importantes de nosso País.

Esta sessão maravilhosa, no dia em que se comemora o bicentenário do Giuseppe Garibaldi, tem tudo a ver com os artistas que, por intermédio do Centro Popular de Cultura, a UNE sempre prestigiou e deu condições de desenvolvimento. Quem melhor captou, por meio de uma produção artística, esse espírito da juventude, o que significa ser jovem, o que significa estar na luta, o que significa estar para o que der e vier, de peito aberto, também foi um artista, Milton Nascimento, quando compôs “Coração de Estudante”. E quero terminar minha fala, minha homenagem aos 70 anos da União Nacional de Estudantes (UNE) e ao Centro Popular de Cultura (CPC) com os versos do Milton Nascimento em “Coração de Estudante”, porque diz tudo e combina por demais com Giuseppe e Anita Garibaldi.

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos

A folha da juventude
É o nome certo deste amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto”.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao companheiro Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside esta sessão, peço permissão para saudar todas as autoridades, que são muitas, porque poderia esquecer alguns nomes, o que, mesmo involuntariamente, seria imperdoável, na pessoa do Presidente dessa grande instituição, Gustavo Petta, que foi reeleito.

Desígnios de Deus, Pedro Simon, V. Ex^a fica muito bem na presidência. Rui Barbosa ali está. Mereceu ser Presidente da nossa República do Brasil, mas não o foi. Pedro Simon também não foi Presidente desta Casa. S. Ex^a não é do Conselho de Ética, mas S. Ex^a é a ética. (Palmas.)

Max Weber teorizou: ética de origem, ética de resultado.

Então, quis Deus, que escreve certo por linhas tortas – e esta é talvez a mais solene e justa solenidade deste Senado da República –, que esta sessão fosse presidida por Pedro Simon. Mas faço minhas as palavras que já foram ditas. A história é história. E, hoje, no mundo dessa juventude, S. Ex^a sabe mais que a gente.

Pedro Simon, tenho um complexo de computador, de Internet, e o meu neto chega e diz: “vovô, você é burro, deixa aqui e tira logo”. Então, todo mundo sabe rapidamente a história da UNE.

Estou aqui e queria dizer do orgulho, sou um Senador do Piauí. Eu olhava ali, 4 de julho. Dois de julho foi uma importante data para o Brasil; os baianos fizeram uma batalha sangrenta para expulsar os portugueses. Mas eles fizeram porque nós piauienses fizemos antes, em 13 de março. Este Brasil ia ser dividido, filho fica com o Sul e o Norte é de Portugal. Então, no Hino do Piauí, o poeta da Costa e Silva diz:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,

Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

Na luta, teu filho é o primeiro que chega. Venho aqui mostrar a participação do Piauí na UNE. Todos têm. A UNE é o Brasil, é a esperança que está faltando. É a fé. O apóstolo Paulo disse: fé, esperança e caridade. Temos um Governo caridoso, mas fé e esperança é a juventude. E o Piauí está aqui e quero render homenagem.

Tibério Nunes, nos anos 40. A capa! Atentai bem! Como é muito importante! Cristovam Buarque! Está aqui. Banca de Reclamações. Número 1: Campanha nacional contra a fome, carestia e câmbio negro. Já a UNE fazia.

Esse Tibério Nunes se formou em Medicina em 1948. Nos anos 40, foi Presidente da UNE e vice-Presidente da UNE. Aqui está a vida dele. A luta! Ele viveu naquela época pós-guerra, terminando a ditadura civil de Vargas, homem trabalhador. Mas ele estava aqui lutando os combates dos jornais, para mostrar a sua grandeza e a do Piauí. Aqui tem uma foto que é histórica. E quis Deus.

Pedro Simon, que é franciscano e carrega a bandeira “Paz e Bem”, interpreta as verdades de Deus. Está aqui uma foto. Está aqui neste salão!

Eu sou Senador há 4 anos e 6 meses. Rui Barbosa foi, por 32 anos, Senador da República. Pedro Simon, o povo já lhe deu votos para chegar a 32 anos. Com o mandato que conquistou S. Ex^a iguala-se a Rui Barbosa.

Mas o Piauí quis Deus: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça”.

Está aqui o símbolo maior da justiça que Rui Barbosa sonhou. Ele está aí porque disse: “Só tem um caminho e uma salvação: a lei e a Justiça”.

Está aqui o símbolo maior da Justiça do Brasil: Sepúlveda Pertence. Está nesta foto, na UNE. (Palmas). O único jurista do Brasil que é piauiense e pode estar igual a Rui Barbosa. Há uma foto neste livro que retrata a luta dos piauienses pela UNE: Tibério Nunes, sentado, terceiro à esquerda; para a direita, preside evento, etc.; em pé, Ministro Evandro Lins e Silva, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele foi o homem – para se ser justo, tem que se ter coragem – que teve coragem. Aqui falou-se do período militar, e ele teve a coragem de dar um banho de justiça naquele período ditatorial. Eu vi Miguel Arraes em lágrimas, dizendo que pensava que ia morrer na ilha de Fernando de Noronha comido pelos jacarés. Então Evandro Lins e Silva, afrontando os ditadores, libertou Miguel Arraes. E está aqui Sepúlveda Pertence, que simboliza, e feliz dele, todos os juristas, porque eles não precisam

buscar exemplos em outros países, em outra história, o exemplo está aqui.

E felizes também essa minha mocidade estudiosa. Não precisam buscar exemplos em outra história, em outros países, os exemplos estão nos líderes da UNE.

Atentai bem, eu vivi a época e eu estava lá. Testemunhei, em 1967, eu vi um jovem, um tamborete e um violão e a insatisfação do povo porque ele não tirou o primeiro lugar em concurso musical – ganhou Sabiá, devia ser um encanto. Quiseram quebrar o Maracanãzinho, e ele disse: “Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está ali para julgar, e eu aqui, nós vamos cantar.” E esse jovem cantou:

Vem vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.

Eu vi a UNE e os estudantes do Brasil cantarem essa música, e isso, sem dúvida nenhuma, trouxe a redemocratização.

Essas são as nossas palavras de homenagem a todos os estudantes que fizeram essa história que já foi revivida aqui. E minhas preces ao Deus, ao Deus deste momento de dificuldade do País.

Eu não conheço na história – tenho 64 anos – um momento mais triste do que o que estamos atravessando.

A UNE nunca faltou ao Brasil. Aqui foram citadas as campanhas e não vou rememorar-las. Esta é a hora. O Brasil precisa da sua mocidade estudiosa, da sua independência, da sua luta e da sua consciência.

O Piauí, que represento; o Piauí, que esteve presente na unidade deste País; o Piauí, que esteve presente com Evandro Lins e Silva, sendo um exemplo para Sepúlveda Pertence, o maior representante da Justiça com que sonhamos; este Piauí está aqui, em nome de todos os Piauí, Sepúlveda, que desejamos e que sabemos, não como Tibério, que combatia aqui a fome. Mas eu entendo o que Montagne já dizia: o pão que mais a humanidade precisa é a Justiça. V. Ex^a não é a esperança, é a certeza dessa justiça a que Aristóteles se referiu: que ela brilhe mais do que a coroa dos reis e esteja mais alta do que os santos.

Eu só poderia aqui, rezar com todo o Piauí e dizer: Ó meu Deus, abençoe a UNE!

Meus estudantes, sejam fortes, bravos, vitoriosos e felizes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)
– Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Senador Pedro Simon; nosso guerreiro Efraim; nosso mais jovem Deputado da Câmara, Gustavo, Presidente da UNE; Sérgio Mamberti; Sr. Arthur Poerner; Inácio Arruda, nosso Senador, que tão brilhantemente remete esse requerimento para a solenidade de hoje; colegas Parlamentares; Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rebelo; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar ainda aqui o nosso companheiro Hamilton Pereira, nosso militante, que também já enfrentou as agruras do Araguaia, poeta dos brilhantes militantes do Partido dos Trabalhadores; e Ministro Sepúlveda Pertence, eu ia fazer um pronunciamento aqui, Sr. Presidente, mas fui desafiado por um texto, que pretendo ler, pois o considero muito justo, cujo título é *UNE: passado de conquistas, futuro de novos desafios*:

A União Nacional dos Estudantes chega ao seu 50º Congresso às vésperas de completar 70 anos de uma existência fértil em contribuições para a democratização do Brasil. Não são tantas as instituições que podem se orgulhar disso, como a UNE, que nasceu em agosto de 1937, para imprimir caráter orgânico, nacional e permanente à até então episódica, regional e transitória participação política da juventude estudantil, para dinamizar e arregimentar num poder jovem – o movimento estudantil – o idealismo, o desprendimento, a rebeldia e a vontade de melhorar o país e o mundo que já se haviam manifestado, desde a fase colonial, no espontâneo engajamento de tantos moços nas campanhas e lutas contra a invasão de corsários franceses no Rio de Janeiro, pela independência nacional (inclusive na Conjuração Mineira), pela abolição da escravatura, pela república e contra a chacina promovida pelo Exército no Arraial de Canudos.

Com a fundação e consolidação da UNE, os estudantes passaram a ter presença ativa e constante na política nacional, sobretudo a partir da primeira grande passeata – em 04 de julho de 1942, no Rio de Janeiro –, pela declaração de guerra às potências do Eixo nazi-fascista. Desde então, o movimento estudantil vem desempenhando papel relevante em muitos dos principais momentos e movimentos da nossa história: contra o Estado Novo; pela indústria siderúrgica nacional; pelo monopólio estatal do petróleo e pela criação da Petrobras; em prol da gratuidade do ensino, da escola pública e da reforma universitária; contra a alienação do patrimônio nacional; pela

cultura popular (via Centro Popular de Cultura – CPC); na Cadeia da Legalidade, contra os ministros militares que tentaram impedir, em 1961, a posse do vice-presidente João Goulart; pela participação estudantil nos órgãos colegiados da administração das universidades; contra a espoliação do país pelo capital estrangeiro; na campanha nacional de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, no Governo Goulart; por uma política externa independente; pelo princípio da autodeterminação dos povos; contra a invasão de Cuba; pelas reformas de base de Jango, inclusive a agrária; contra o golpe militar de 1964 e a ditadura que implantou no país.

Na vanguarda da resistência.

Foi por causa dessa imensa bagagem de lutas e realizações que a histórica sede da UNE à Praia do Flamengo, 132, no Rio – tomada ao Clube Germânia logo após a primeira grande passeata –, teve as suas dependências saqueadas e incendiadas no 1º de abril do triunfo golpista. Despejada, com seus dirigentes tentando escapar à repressão, e colocada, com todas as uniões estaduais de estudantes, na ilegalidade, a UNE passaria a enfrentar então o mais difícil dos desafios de toda a sua trajetória: manter o movimento estudantil vivo e atuante sob um regime ditatorial que se fechava a cada dia.

A luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas e contra a intervenção norte-americana na universidade foi a resposta estudantil à Lei Suplicy, ao Decreto Aragão, à Lei de Segurança Nacional, à destruição da Universidade de Brasília, aos Acordos MEC-USAID (que buscavam, inclusive, a privatização do ensino superior) e, mais adiante, ao draconiano Decreto-Lei nº 477, que tornaria ainda mais severas, em fevereiro de 1969, as restrições às manifestações políticas de alunos, funcionários e professores universitários.

O acerto das palavras de ordem da UNE, conduzida por uma aliança em que predominavam comunistas e os católicos de esquerda da Ação Popular (AP), a repercussão nacional das passeatas de protesto, a intensificação da repressão policial-militar e o desmantelamento dos outros movimentos sociais e políticos de oposição, que incluiu a intervenção nos sindicatos e a extinção dos partidos em outubro de 1965, contribuíram para que o movimento estudantil – menos vulnerável, por sua origem

de classe, do que os operários e camponeses às arremetidas iniciais do regime – fosse, aos poucos, sendo guindado à liderança da resistência à ditadura.

Essa posição vanguardista se prenunciou em setembro de 1966, batizado Setembro Heróico pela intensidade das manifestações, com o seu dia 22 eleito pela UNE Dia Nacional de Luta contra a Ditadura; e se evidenciaria a partir do assassinato no Rio, em 28 de março de 1968, do estudante secundarista paraense Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos. O cortejo que o levou ao túmulo no dia seguinte, com cerca de 60 mil pessoas percorrendo vários bairros cariocas aos gritos de “Abaixo a ditadura fascista” e “Povo organizado derruba a ditadura”, inaugurou uma série de demonstrações de protesto em todo o país, culminadas em 26 de junho, também no Rio, com a Passeata dos Cem Mil, a maior de todas desde o golpe.

A prisão dos quatro principais líderes estudantis da época, com mais de 900 participantes do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, em 14 de outubro, e, pior do que isso, a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro, com o endurecimento ainda maior da ditadura, tornaram impossível a continuidade do movimento estudantil tal como existira, mesmo a duras penas, até então. A UNE bem que tentou, sob as lideranças de Jean Marc van der Weid e Honestino Guimarães – preso e desaparecido desde 1973 –, mas os estudantes só conseguiram voltar às ruas em 1977, com o início da abertura do regime. Aos inconformados com isso restou a adesão à luta armada. Ou ao movimento *hippie*.

A reconstrução e os novos desafios.

Reconstruída a partir do seu 31º Congresso, em Salvador, em outubro de 1979, rompidas as barreiras da proscricção e da clandestinidade, a UNE reconquistou a legalidade e o direito de participar, abertamente, das lutas pela democratização, pelo crescimento econômico e pela ética na política, com notória presença nas mobilizações nacionais pelas “Diretas Já” (1984), pelo “Fora Collor” (1992), contra a corrupção, pelo controle das mensalidades escolares, contra o “provão”, na campanha “Eu não agüento FHC”, contra a emenda da reeleição e a política de privatização do governo FHC (especialmente da Vale do Rio Doce e das estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional, como o sistema Telebrás), contra a quebra do monopólio estatal do pe-

tróleo, pelo “Fora FMI”, contra o neoliberalismo e a mercantilização do ensino, contra a violência e pelo desarmamento.

Além disso, a UNE retomou em 1999, com a 1ª Bienal de Cultura, em Salvador, e com a posterior consolidação do CUCA (Circuito Universitário de Cultura e Arte), a preocupação com a produção artística, científica e cultural que a acompanha desde as origens e da qual foram afastadas com a destruição, pela ditadura, dos seus centros populares de cultura. A 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura, o maior festival universitário da América Latina, reuniu em janeiro deste ano, no Rio, mais de oito mil jovens.

Dessa última bienal, após o lançamento das comemorações dos 70 anos, com a presença de vários ex-presidentes e até de um dos fundadores da entidade – o médico geriatra Irun Sant’Anna, de 91 anos –, saiu a passeata que levou a UNE de volta para casa, com a retomada do terreno da antiga sede, na Praia do Flamengo.

E aqui chegamos ao futuro que esperam os sucessores de Gustavo Petta, o único presidente reeleito da UNE, e da vice-presidente Louise Caroline, aos desafios que terão de vencer para manter o prestígio construído ao longo de sete décadas de ativa participação na edificação da nossa democracia. A primeira tarefa, aliás, será de edificação no sentido mais material e arquitetônico da palavra: a concretização do projeto que um dos maiores brasileiros de todos os tempos, o nosso querido Oscar Niemeyer, já elaborou para a nova sede.

Será difícil, sem dúvida, mas, certamente, menos extenuante, custosa e demorada do que a plena materialização de um sonho que a UNE acalenta desde a sua fundação: o de ver constituído, afinal, um país verdadeiramente democrático, em que seja distribuída com mais justiça a renda produzida por todos os brasileiros. Para efetivar esse objetivo maior, a UNE não está mais sozinha, como em 1968, mas ao lado do MST, da CUT, da CNBB, da ABI e das demais entidades que compõem, neste Brasil, ainda em vias de democratização, a coordenação dos movimentos sociais. Havemos de chegar lá.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Peço um aparte, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Este texto não é meu. Está na mesa o autor do texto, nosso colega Arthur Poerner, que o escreveu e do qual li com muita atenção. Parabéns pelo seu texto. (Palmas.)

O Senador Eduardo Suplicy está inscrito. V. Ex^a permite o aparte dele, Sr. Presidente, por um minuto? (Pausa.)

Senador Suplicy, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Sibá Machado, faço questão de saudar o Presidente da UNE, Gustavo Petta, e cumprimentar o Senador Inácio Arruda por essa iniciativa de saudar os 70 anos da UNE. Sérgio Mamberti, é uma alegria vê-lo aqui. Queria dizer que, desde o tempo de estudante, de 60/64, venho participando das reuniões da UE, da UNE; Presidente que fui do Centro Acadêmico da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Participei, dentre outros, dos Congressos da EU, de Valinhos; da UNE, de Santo André, onde, na ocasião, fui um dos eleitores do Presidente da UNE, naquele ano, que é hoje o Governador José Serra. Então, participei muito dos diversos movimentos. Eu fui indicado, então, por Sérgio Motta, que era da FEI. Ele disse: “Olha, há lá o Eduardo, que é da FGV. Convide-o para ser Vice-Presidente”. Eu fui um dos Vice-Presidentes da primeira UE, depois que houve a lei que extinguiu a UNE, a UE e outros. Mas, felizmente, a UE e a UNE não pararam de agir, de viver, mesmo na resistência ao golpe militar, ao regime militar, à ditadura. Então, quero saudar esta sessão de hoje e dizer que a UNE somos todos nós, inclusive nós, Senadores, de outra geração. Meus parabéns. Fico contente de ver o Senador Pedro Simon, que também é parte da UNE, nesta homenagem merecida aos estudantes brasileiros e à sua principal organização.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pelo seu aparte.

Encerro, Sr. Presidente, e obrigado pela tolerância. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agora daremos a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

Gostaria de salientar que temos que nos penetrar da importância desta reunião. Penso que o destino fez com que ela viesse em um dia realmente muito importante. Todos sabemos que o Senado vive um momento conturbado – problemas nossos, de vida interna –, e que, se Deus quiser, vamos superá-lo com a responsabilidade que temos. Mas não deixa de ser impressionante, meu bravo companheiro Arruda, a coincidência desta reunião. Acho que estamos recebendo uma aula de civismo; acho que estamos recebendo, por assim dizer, um chamamento da Nação:

são os jovens que vêm aqui, neste momento, dizer: “Resolvam, porque essa questão é simples e singela e ridícula. Resolvam, porque o Brasil tem muitas coisas mais importantes para levarmos adiante”.

Muito obrigado a todos vocês, meus jovens, que terão agora a presença do bravo companheiro Cristovam Buarque.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Início saudando toda esta juventude, estudantil ou não, mas jovens que aqui estão assistindo a esta festa pelos 70 anos da UNE, e nós a devemos ao Senador Inácio Arruda.

Cumprimento meus amigos Poerner, Mamberti, Gustavo Petta, Efraim e esse grande ícone, que é o Presidente Pedro Simon.

Senador Inácio, vim aqui com o espírito de tentar casar comemoração e desafio. Comemorar uma instituição que é capaz, ao longo de sua história, de ter estado presente em todos os momentos decisivos da nossa vida.

Esteve presente na luta pelo “Petróleo é Nosso”, nas lutas pela democracia, na luta pelas Reformas de Base, na luta pela Constituinte, na luta pela Anistia. Uma entidade que conseguiu unir o espírito juvenil brasileiro e canalizar esse espírito para caminhar na rua, mudando aquilo que fosse preciso. Mas disso muitos já falaram. Eu vou falar um pouco do desafio, antes de tentar fazer o casamento do desafio com a comemoração.

Para mim, o desafio é que a UNE ajude a completar aquilo que nós não conseguimos completar, porque nós fizemos, antes da UNE, a independência, mas não somos um País independente; proclamamos a República, mas não somos ainda um País republicano no espírito cidadão do conjunto da população; redemocratizamos, mas não distribuímos o produto, conforme a democracia faz. E muitos de nós, que não perdemos o gosto pela utopia, não conseguimos dar os passos necessários para a utopia, seja do socialismo, seja de outro nome qualquer.

Eu venho aqui trazer o desafio de que a UNE continue na rua, lutando para construir no Brasil uma sociedade utópica que tem, para mim, hoje, uma definição: uma sociedade onde o filho do pobre tenha escola com a mesma qualidade do filho do rico; uma sociedade onde possa haver desigualdade na roupa, no transporte, na comida, mas não na educação. (Palmas.) Esse é o desafio da gente! Esse é o desafio que está diante de nós e que a gente não pode deixar de lado: o desafio da igualdade e da alta qualidade na educação de base.

Claro que a gente precisa melhorar a universidade! Claro que a gente precisa de mais vagas! Mas o que a gente precisa mesmo, acima de tudo, é de que todo jovem termine o ensino médio com a máxima qualidade.

Só assim derrubaremos o muro do atraso que não nos permite ser uma sociedade com o grau de civilização que nós queremos. Estes dois muros, a desigualdade e o atraso, só serão derrubados com uma grande mobilização nacional, até porque a UNE sempre se prestou corretamente ao espírito de fazer avançar a consciência nacional.

Se há um ponto em que a nossa consciência está atrasada, é na idéia da importância da educação e do direito à educação. Nossos pobres não acreditam que têm direito a uma boa escola. Não passa pela cabeça deles, como algo concreto, real e possível, que seu filho tenha uma escola igual à dos ricos. Para as nossas populações pobres, educação é um privilégio que divinamente ficou reservado para os filhos dos ricos. Temos de quebrar esse pior dos muros, que é o da inconsciência do direito da nossa população mais pobre à educação de qualidade no ensino médio. E que disputem para entrar no ensino superior em condições de igualdade.

“Mesma chance”, para mim, são as duas palavras que resumem a utopia neste momento da história. Daqui a vinte ou trinta anos, haverá outras, mas hoje as palavras são “mesma chance”. Deve-se garantir que a criança, ao nascer, terá a mesma chance de desenvolver seu talento, sua vocação, de utilizar sua persistência. Hoje não temos isso. Ao nascer, está definido o rumo: uns têm chance, outros não têm chance.

Este é o desafio que faço à UNE: que desperte para a revolução que este País precisa fazer. A UNE está devendo isso tanto quanto todos os Partidos políticos e todos nós progressistas. A culpa não é da atual geração, mas da geração mais velha, como a minha, que não trouxe para vocês a bandeira de uma utopia; deixamos que os sonhos utópicos desmaiassem, por que mortos eles não estão.

Este é o desafio, meu caro Petta e todos presentes, que ponho nas mãos de vocês, como mais jovens: Tragam de volta o sonho de que o Brasil precisa de uma revolução. Não deixem morrer essa palavra, como alguns querem. Tragam de volta a idéia de que temos de sonhar com a utopia, não deixem morrer a palavra utopia. Proponho que essa utopia seja a educação da máxima qualidade e igual para todos. E proponho que a revolução seja pela educação de base e pela ecologia, para garantir a mesma chance entre gerações, enquanto a educação garante a mesma chance entre classes sociais.

Esse é o desafio que eu queria deixar aqui. Mas eu disse, Sr. Presidente, que vinha casar comemoração com desafio. E estou tentando, de uma maneira que pode parecer singela, casar essas duas coisas com um projeto de lei muito simples, que tem um artigo, dizendo apenas que fica denominado Rodovia Honestino Monteiro Guimarães o trecho da rodovia BR-020, que atravessa o Distrito Federal de ponta a ponta. (*Palmas.*)

Por que creio que isso é um casamento de comemoração e desafio? Comemoração porque, ao lembrar o nome do Honestino, estamos lembrando o nome da UNE, e desafio porque todos os jovens que passarem por essa rodovia, inclusive porque ela leva à UNB, para os que vêm lá do Gama, vão se lembrar da UNE e de Honestino, que morreu lutando para que este País pudesse caminhar para uma revolução e construir uma utopia. Esses jovens que passarão por ela vão perguntar aos líderes estudantis: “Cara, Honestino faria assim?” Todas as vezes em que os jovens e a UNE se acomodarem, ao passar pela rodovia Honestino Guimarães, eles vão perguntar: “E Honestino se acomodaria diante das injustiças? Ele se acomodaria diante da escola que, neste País, não está dando o salto que precisaria para ser igual para todos?” Ao lembrar de Honestino e da luta que ele teria, eles vão repetir para vocês o desafio que hoje faço. Não deixemos que morra Honestino, porque ele significa o sonho de uma sociedade utópica, por meio de uma revolução que está em nossas mãos fazer.

Este é o casamento que faço entre homenagem e desafio. Não posso dizer que a comemoração é maior do que o desafio nem que o desafio é maior do que a comemoração. Como em um casamento, são dois lados de uma mesma família: a família brasileira, a família da revolução de que o povo brasileiro precisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre companheiro Pedro Simon, quero pedir permissão a V. Ex^a, aos ilustres integrantes da Mesa, à galeria, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, aos nossos ilustres convidados para saudar a todos na pessoa de Dona Maria Rosa, mãe do companheiro Honestino Guimarães. Está ali aquela bela senhora, que, há poucos instantes, recebeu uma bela homenagem, prestada a seu filho pelo Senador Cristovam Buarque. Ela é das muitas mães deste País que podem dizer, com imensa tristeza, mas com muito orgulho, que seu filho tombou na luta pela libertação do

povo brasileiro. Peço uma salva de palmas para Dona Maria Rosa, absolutamente merecidas. (*Palmas.*)

Caro Presidente Gustavo Petta, a história da UNE se confunde com a história das forças políticas progressistas deste País, da luta do povo brasileiro por liberdade, por democracia, enfim, pela libertação do nosso povo. É uma bela história.

Volto ao nome de Honestino para dizer que, se tivéssemos que eleger um símbolo de toda essa luta, meu voto seria, sem pestanejar, mais uma vez, para o nome de Honestino Monteiro Guimarães.

Tive a honra e o privilégio de participar do movimento estudantil, da luta ao lado dele, ao lado de tanta gente, ao lado do seu irmão Norton, que está ali sentado, ao lado da Beth, uma acreana valente que, pequenininha, enfrentava o que chamávamos na época de “gorilada”, que invadia a UnB a seu bel-prazer, a todo instante, para nos intimidar e nos acuar.

A história da UNE foi retratada aqui, de forma magistral, em vários pronunciamentos, entre eles o do Senador Inácio Arruda, que teve a felicidade e a lembrança de propor esta sessão solene em homenagem aos setenta anos da UNE.

Vou me ater a um modesto e breve depoimento. Para não me deixar trair pela emoção, Petta, quero me valer de um recorte do jornal *Correio Braziliense*, exatamente de 11 de outubro de 1998, que noticia um episódio ocorrido no dia e na noite de 12 de outubro de 1968, aqui em Brasília. Eu aqui morava, estudava. O meu pai era deputado, portanto, eu estava aqui estudando, estava na luta – como se dizia e como se diz ainda hoje – naquele fatídico dia, quando soubemos da queda do Congresso de Ibiúna, o XXX Congresso da UNE. Naquela época, era muito comum pessoas serem presas e desaparecerem do mapa. Muitos aqui têm essa lembrança, muitos aqui se recordam, certamente com muita tristeza, desse período horroroso que vivemos no nosso País. E a reportagem do *Correio Braziliense* se reporta exatamente a um episódio, Senador Inácio, em um trecho que vou ler rapidamente:

Naquele 12 de outubro de 1968, universitários e secundaristas receberam em Brasília a notícia de que o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) havia “caído”. Ou seja, os militares invadiram o sítio Murundu, em Ibiúna, a 65 quilômetros de São Paulo (capital), e prenderam 705 estudantes que se reuniam clandestinamente para escolher as novas lideranças da entidade.

Entre os candidatos, estavam nomes conhecidos de todos, como o de José Dirceu, então presidente da União Estadual dos Estudantes, Wladimir Palmeira e outras lideranças. Wladimir presidia a União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, na época.

Prossegue a reportagem:

Todos foram presos às 7h daquele dia, pelos soldados do Batalhão de Sorocaba. Saíram sem resistência da fazenda em Ibiúna, para integrar os arquivos do Departamento Estadual da Ordem Política e Social (Dops) durante anos a fio. [Sim, o famigerado Dops.]

Havia estudantes de Brasília entre os presos de Ibiúna. Os que aqui ficaram tinham que protestar. A organização chamada Ala Vermelha do PCdoB, uma dissidência do partido, decidiu fazer comícios-relâmpago em diversos pontos da cidade. Durante a reunião para definir os locais de protesto, uma voz sugeriu a quermesse que aconteceria na Igreja do Santíssimo Sacramento, na 606 Sul. Até hoje, ninguém se lembra de quem foi aquela idéia, mas começou ali uma das maiores “mancadas” da esquerda brasiliense nos anos 60. A quermesse era organizada por esposas de militares [e ninguém sabia]. E, apesar de todos os indícios de que ali não seria um local adequado para o protesto, eles seguiram em frente.

Os estudantes estavam divididos em dois carros e cada um deles tinha o seu papel na operação. Estudante de Ciências Exatas, Álvaro Lins Cavalcante Filho [filho do Deputado Álvaro Lins, do nosso querido Ceará] chamou o padre Luiz Miani e pediu permissão para usar o microfone. “O padre disse que era a favor da nossa causa, mas que não poderia deixar, porque a festa tinha sido organizada por esposas de oficiais do Exército. Olhamos aqueles velhinhos e velhinhas nas barracas, nos reunimos atrás dos carros e decidimos, por maioria, que o padre estava mentindo”, lembra Álvaro [atualmente pai e avô] [...].

Eram 21h30 quando Álvaro fingiu-se de dono de uma das barracas e pediu ao locutor para dar um aviso ao microfone. “Quando estava ao lado do som, vi um soldado fardado, passando desenho animado para as crianças, e ali deveria ter me tocado de que o padre falava sério, mas nem assim...”, continua Álvaro. Começou o seu discurso: “Nós, estudantes de Brasília, estamos aqui novamente para combater a ditadura militar, que acaba de prender cerca de 700 colegas em São Paulo. Convidamos o povo para sair à rua e combatermos juntos essa ditadura militar”, disse, segundo consta no processo movido contra nove estudantes acusados de participação no episódio.

Logo o tumulto se formou. O estudante Geraldo Gurgel Mesquita Júnior [este Senador que lhes fala] [...] segurava o homem que queria tomar o microfone de Álvaro. No processo movido pela Justiça Militar, o episódio é narrado com riqueza de detalhes e de falsas impressões dos militares sobre o grau de organização dos estudantes. O texto fala de um “esquema de segurança ao qual se achavam habituados e treinados”, menciona “posições estratégicas” e outras expressões do tipo. “Eles achavam que nós tínhamos treinamento em guerrilha urbana...”, diverte-se Álvaro, sem esconder o medo que na época dominava cada um deles.

Ao mais velho do grupo, Carlos Benedito Pereira da Rocha, o Carlão, 22 anos, coube a tarefa de evitar que o amplificador do som fosse desligado durante a fala de Álvaro. “Tive que ficar segurando o homem que tomava conta do som fora do palanque”, relembra Carlão, engenheiro, hoje com cabelos brancos e recentemente presidente do Sindágua [aqui em Brasília]. Marcos Antônio Correa Lima, o estudante de Física que sofria de asma – e não foi localizado para participar do encontro [em 1998] –, e Tadeu Siqueira Ottoni, atualmente funcionário público, estavam misturados às barracas da quermesse para distribuir os panfletos confeccionados à tarde na Universidade de Brasília (UnB).

“De repente, vimos todos aqueles velhinhos saindo de suas barracas, com as armas na mão. Era tudo milico. Na hora da fuga, caí em cima de um militar do SNI e quebrei os óculos dele. Apanhei de dez. Lembro-me de umas crianças dizendo que era covardia dez contra um, e um militar dizendo para elas: Eles não são estudantes. São comunistas”, conta Álvaro.

Na correria, foram presos no local Álvaro, Geraldo, Marcos Antônio e Tadeu. Marcos havia abandonado a jaqueta, lotada de panfletos “considerados subversivos”, próximo à barraca de tiro. Tadeu pegou a jaqueta e também acabou preso, porque Marcos gritou para que ele avisasse os pais sobre a prisão. Ficaram cinco dias incomunicáveis no quartel da Polícia do Exército e depois foram transferidos para o Dops, onde prestaram depoimento, e liberados.

Aqui falamos dessas coisas hoje como algo tão distante... Mas a repórter não contou, com mais pro-

fundidade, o que fizeram com alguns de nós, Senador Inácio Arruda. Na época, Petta, eles nos dividiram, eu fui vendado e rodaram comigo horas e horas. Tenho certeza de que estive na beira do Lago, porque era muito tarde da madrugada e eu ouvia o barulho da água. Simularam um fuzilamento. E, já amanhecendo o dia, me levaram lá para o PIC. Dali a pouco, começaram a chegar os companheiros que também naquela noite foram presos.

É um depoimento do que ocorria naquela época. Centenas, talvez milhares de jovens, de brasileiros, de trabalhadores foram presos, torturados, impedidos de prosseguir com a sua vida profissional, estudantil. Muitos foram assassinados, como é o caso de Honestino. E a homenagem do Senador Cristovam, que propõe o nome dele para o trecho da BR-020 que perpassa Brasília, não tem nada de mais justo. É uma homenagem bonita, e devemos nos pegar nela; principalmente a juventude deste País deve pegar-se em uma homenagem dessas e fazer uma profunda reflexão.

A UNE precisa render homenagem à sua própria história. A UNE precisa prosseguir na liderança do povo brasileiro, e só poderá fazê-lo se honrar o passado de toda essa gente, Petta, jovens que desabridamente enfrentaram um poderio fantástico neste País, jovens que se juntaram aos trabalhadores, que se juntaram às donas-de-casa, que se juntaram ao povo brasileiro e com eles fizeram páginas e páginas de história neste País.

Portanto, aqui fica a minha homenagem sincera e emocionada, Petta, porque não se pode falar da UNE sem emoção. A UNE é pura emoção neste País. A sua história é a história da emoção da luta do povo brasileiro por liberdade, por democracia, e por melhores dias para todos nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Estamos chegando ao final da nossa sessão de homenagem. Agora, com a palavra a Senadora Serys Shhessarenko, que cedeu o seu tempo ao Senador Valdir Raupp.

A SRA. SERYS SHHESARENKO (Bloco/PT – MT)

– Houve uma inversão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Depois, S. Ex^a cederá o tempo a V. Ex^a, Senadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente da Mesa, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente da UNE, jovem Gustavo Petta, demais autoridades que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, estudantes aqui presentes, estudantes de todo o Brasil aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, uma das mais importantes e combativas entidades civis de nosso

País está comemorando setenta anos de sua criação. Trata-se da União Nacional dos Estudantes, esse celeiro de jovens lideranças que tanto contribuiu para a consolidação da democracia no Brasil.

Incansável e atuante desde o seu nascimento, nos anos de chumbo do Estado Novo getulista, a UNE sempre esteve à frente dos principais movimentos de defesa dos interesses nacionais e das liberdades individuais. Sempre lutou o bom combate, nunca se rendendo à opressão e ao obscurantismo dos ideais segregadores. Sempre teve na resistência pacífica e nas palavras de ordem a sua infantaria. Nunca se aliou ao arbítrio da ditadura, ao império da censura sobre a liberdade de resistir.

Esta, Sr. Presidente, talvez tenha sido a grande marca da UNE em sua luta histórica: a resistência. Resistência contra aqueles que viam nos estudantes um bando de subversivos, perigosos inimigos que tinham de ser desmobilizados. Resistência contra aqueles que, implacavelmente, tentavam minar a sua combatividade e calar a sua voz.

Assim foi no Estado Novo, na luta contra o nazifascismo, na campanha “O petróleo é nosso”, na defesa das reformas de base, na luta contra a ditadura, no apoio às diretas e na redemocratização do País.

Como é bonito e inspirador, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ver os jovens mobilizados, articulados e defendendo os ideais de liberdade, ver o colorido contagiante dos caras-pintadas, o viço brilhante de suas faces refletindo a vibração e a inquietação tão peculiares à juventude.

Não podemos esquecer também da imensa contribuição que a UNE deu à cultura brasileira por meio do Centro de Cultura Popular, de que já falou aqui o Senador Inácio Arruda. O Centro deu, na década de 60, um novo ânimo à cena artística nacional e forjou vários movimentos e tendências que vieram a moldar e gerar uma nova e incipiente cultura popular brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais presentes, o País é devedor da UNE e da sua luta constante pela democracia. Graças aos estudantes e sua permanente trincheira firmada contra o jugo da opressão, as liberdades individuais nunca deixaram de ser exigidas e reivindicadas, e finalmente se sagraram como direitos inalienáveis de todos os brasileiros.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é com muita alegria que saúdo a União Nacional dos Estudantes pela celebração dos seus setenta anos, desejando-lhe uma vida longa e a plena continuação de seu vigor e de sua luta perene pelos ideais democráticos do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)
– Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, serei bastante breve. Agradeço pela conquista deste espaço.

Senhores que compõem a Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores e senhoras aqui presentes, saúdo especialmente os estudantes de hoje.

Como professora – estou Senadora, mas sou professora, pois já dei aula, por 26 anos, na Universidade Federal do meu Estado de Mato Grosso –, sou uma pessoa absolutamente convicta de que é extremamente justo homenagearmos a União Nacional dos Estudantes por ocasião da passagem de mais um de seus aniversários, preito que já foi feito aqui por muitos que me antecederam.

Essa organização, que tem uma importância fundamental na história do nosso País, lutou com a bravura, com a convicção e com a determinação com que um jovem é capaz de lutar pela defesa de seus ideais, conforme os históricos citados, que não vou repetir.

A força dos jovens em uma nação pode ser considerada o grande motor de mudanças, que, uma vez realizadas, passam a ser chamadas de mudanças históricas. Foram aqui relacionadas inúmeras delas, mas não vou repeti-las, até porque o meu compromisso com o meu muito querido Presidente é de ser bastante breve, haja vista que a sessão já deveria ter sido encerrada.

Eu diria ainda que, na nossa sociedade, sempre estamos a buscar mudanças, a exigir mudanças, às vezes até mais do que podemos conquistar, mas é essa busca determinada, essa busca com convicção que faz com que se conquiste muito daquilo que, às vezes, é inesperado, que é tido por muitos como coisa da juventude, mas não é.

Portanto, eu queria deixar um recado bastante breve aqui: jovens, os ideais têm que estar muito presentes em cada um e em cada uma, nos jovens e nas jovens, politicamente correto falando. Homens e mulheres, todos precisamos estar cada vez mais conscientes da sociedade do nosso entorno, porque é conhecendo a sociedade, compreendendo essa sociedade que aí está que nós seremos capazes de construir e de fazer a transformação, porque só quem conhece, só quem compreende é capaz de transformar. E a hora de buscar conhecer é quando somos jovens, quando estamos estudando, quando estamos buscando e conquistando conhecimento. Não falo daquele conhecimento que diz que um mais um são dois ou que dois mais dois são quatro, mas o conhecimento a favor de quem e contra quem, da soma, da subtração, da divisão e da multiplicação em nossa sociedade. A favor de quem e contra quem, é isso que temos que aprender. E temos

de exigir conhecimento dentro daquele veio da construção do conhecimento e não da repetição de que um mais um são dois, algo que estamos cansados de saber. Precisamos, isto sim, saber a favor de quem e contra quem a multiplicação, a subtração, a divisão ou a soma está funcionando em nossa sociedade.

É em prol disso que temos que conquistar mudanças em nossa sociedade, a partir daqueles que mais necessitam delas, porque há determinadas camadas em nossa sociedade que já estão suficientemente aquinhoadas.

Precisamos lutar por aqueles que ainda precisam de muitas mudanças, para terem realmente uma vida justa, digna, na conquista de uma sociedade realmente igualitária para todos.

Saúdo aqui meu querido Senador Inácio Arruda, que propôs este momento tão importante nesta sessão mais importante ainda. Parabéns a V. Ex^a e a todos que a aprovamos por unanimidade.

É um momento histórico da UNE, sim, mas é também um momento histórico deste Senado e deste Plenário, que vem sofrendo tantos problemas atualmente, mas que tem grandiosidade, sim, que, neste momento, é concretizada também.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente da UNE, quero inicialmente cumprimentar a delegação do meu Estado de Roraima, que aqui no plenário se encontra, representada por Lúcio Vilela e Jordan Laranjeira, por meio de quem também cumprimento os demais integrantes, que são 17 do meu Estado. É a maior delegação já presente em um congresso da UNE.

Não quero fazer nenhum retrospecto histórico da UNE, porque já o foi muito bem feito pelos oradores que me antecederam.

Gostaria de não falar dos 70 anos da UNE até aqui, mas gostaria de pensar, de colocar algumas reflexões para a UNE daqui a 70 anos.

É muito importante haver uma história da qual nos orgulhamos para refletirmos o quanto foi importante lutarmos até aqui, mas muito importante é saber o que vamos fazer daqui para frente, principalmente em um País como o nosso, que espera muito da juventude.

Nós, que estamos aqui, na nossa faixa etária, estamos na luta, mas, digamos assim, estaremos saindo dela muito em breve. Vocês ainda vão entrar e alguns valores

têm de ser mantidos, e a esperança, principalmente de um Brasil melhor, tem de ser mantida na juventude.

Tenho muito receio quando vejo a forma como se colocam as notícias, como se fazem apreciações na imprensa, que dão aquela velha impressão de que, Rui Barbosa mesmo dizia, o homem honesto tem vergonha de ser honesto. Assim, é muito importante a juventude perceber se existem pessoas que não se comportam bem, e existem dentro de uma família, dentro de uma profissão, existem também no meio estudantil, existem no meio político, mas não podemos, por isso, desacreditar da política que é exatamente o caminho para as mudanças e para a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e, portanto, da democracia.

Quero, com esta mensagem, refletir e chamar vocês para uma reflexão à frente. Pensar que nós podemos, confiando na juventude, fazer nossa tarefa de hoje e vocês fazerem, com certeza, a de hoje e a de amanhã.

Parabéns à UNE. Parabéns a todos os estudantes, notadamente os do meu querido Roraima. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon; companheiro, Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta; demais convidados para esta sessão comemorativa dos 70 anos da União Nacional dos Estudantes.

Quero, inicialmente, assinalar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, que propôs a realização desta sessão em homenagem especial à União Nacional dos Estudantes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar, especialmente, a presença das diversas delegações dos Estados brasileiros, das diversas universidades que se encontram em Brasília para participar do 50º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em todos os momentos importantes da história do Brasil, nossos estudantes estiveram presentes e, à frente deles, a gloriosa União Nacional dos Estudantes, que aqui homenageamos pelos seus 70 anos de luta.

Perpassam pela história da UNE momentos como a luta em defesa da nacionalização do petróleo, a luta pelas reformas de base durante o Governo João Goulart e a resistência contra a ditadura militar. Esteve presente na luta pela anistia geral e irrestrita e na memorável campanha pelas Diretas Já. Quando foi necessário lutar pelo *impeachment* de um Presidente, nossos jovens se pintaram com as cores nacionais e ocuparam avenidas e praças em todo o País.

A UNE deve ser sempre um instrumento de luta dos estudantes em prol de transformações na universidade e no Brasil. Transformações que façam avançar as condições materiais e culturais de vida da juventude e do nosso povo e que acumulem rumo a uma sociedade onde não haja a opressão do ser humano pelo ser humano – uma sociedade socialista.

A educação é estratégica para a construção de um projeto popular para o Brasil pautado pelo combate às desigualdades e às injustiças, pelo avanço nas condições materiais e culturais de vida do nosso povo e acúmulo de forças rumo ao socialismo. É nessa perspectiva que se insere a luta em defesa da educação como um direito de todos e todas e dever do Estado, protagonizada pelo movimento estudantil em conjunto com os demais segmentos do movimento social de educação, em particular o movimento docente e de servidores de todos os níveis de ensino. E a educação superior é parte disso.

Ao longo dos últimos 20 anos, os estudantes, ao lado dos professores e servidores, vêm resistindo ao avanço do privado sobre o público na educação superior e depositando as suas energias em prol da defesa e universalização da universidade pública gratuita, democrática, laica, de boa qualidade e popular.

É preciso lutar por uma verdadeira inversão de prioridades no campo da educação superior: valorizar, investir e ampliar as universidades públicas, viabilizando o acesso dos jovens de baixa renda em seu interior e garantindo rigoroso controle estatal sobre as universidades privadas, protegendo quem nela estuda e trabalha contra a lógica perversa do lucro fácil.

É necessário também que a UNE esteja junto com os trabalhadores na luta por mudanças radicais na política econômica, condição *sine qua non* para o aumento dos investimentos públicos numa educação de qualidade em nosso País. Enquanto a prioridade do Governo foi honrar compromissos com os banqueiros internacionais em vez do pagamento da enorme dívida social, não teremos recursos suficientes para uma revolução educacional e lutaremos apenas pelas migalhas de um banquete para o qual o povo não é convidado.

Entidades livres e autônomas em relação aos governos e partidos, profundamente inseridas no cotidiano da categoria que representam e essencialmente democráticas são fundamentais para que aconteçam reais transformações em nosso País.

A luta dos estudantes brasileiros nos diversos recantos do País – na Amazônia, no Nordeste, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste – tem que estar conjugada com as lutas dos setores populares, dos movimentos sindicais dos sem-terra, das populações tradicionais,

dos excluídos em geral, dos que estão nas periferias das cidades, porque é da junção dessas lutas que a nossa juventude, os nossos estudantes, os que crêem na perspectiva real de transformação do País, é dessa construção coletiva que asseguraremos um futuro diferente para o nosso povo.

É com essa perspectiva que nos solidarizamos com a luta dos estudantes, que nos regozijamos pela realização do 50º Congresso Nacional da UNE, com a certeza de que sua pauta de discussões fará avançar a luta pela conquista de uma educação pública de qualidade, de uma universidade realmente para todos e, especialmente, as grandes conquistas democráticas estratégicas.

Encerro, Sr. Presidente, convocando a UNE, que tem sido uma das entidades mais firmes na defesa do patrimônio nacional, a apoiar, em seu Congresso, uma decisão conjunta para anular o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a realização de um plebiscito nacional na primeira semana de setembro. A luta democrática, popular e nacionalista do povo brasileiro precisa ter a energia e a força da juventude. E a UNE, como sua expressão maior, precisa estar à frente desse combate.

Um grande abraço e meus parabéns a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Concedo a palavra ao companheiro Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Simon, Sr. Presidente da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Petta, ilustre autor da propositura em homenagem aos 70 anos da UNE, querido colega Inácio Arruda, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados ilustres aqui presentes, assistência, senhoras e senhores, inicialmente, saúdo a iniciativa feliz desse combativo Senador da República, Inácio Arruda, ao propor, de forma justíssima, a homenagem do Senado Federal a uma das instituições mais importantes da história recente do Brasil.

E gostaria de registrar também o meu contentamento em ver aqui presente Aldo Arantes, símbolo da resistência e da luta contra a ditadura, primeiro goiano a presidir a União Nacional dos Estudantes.

Ao mesmo tempo, registro meu compromisso, não só de agora, mas de antes, desde os tempos em que eu figurava ao lado de Inácio Arruda e de tantos outros no movimento chamado Viração. Participei de Congresso da UNE, como integrante e apoiador do Viração, e desde essa época assumi um forte compromisso com o movimento.

Goiás, além de ceder Aldo Arantes para ser um combativo Presidente da União Nacional dos Estudantes, cedeu também Honestino Guimarães, que acabou se tornando o segundo goiano a presidir a entidade. Honestino Guimarães sofreu todas as agruras do regime autoritário, foi torturado, preso e assassinado nos porões da ditadura. É dele uma frase célebre que, aliás, usávamos muito na época do Viração. Ele dizia: “Podem nos prender, podem nos torturar, podem até nos matar; mesmo assim, voltaremos e seremos milhões”.

É importante a palavra de um Senador de Goiás neste momento em que se homenageia a UNE, porque de lá saíram dois de seus mais importantes presidentes: Aldo Arantes e Honestino Guimarães. De lá saíram outros líderes, como Henrique Santillo, que acabou se tornando Presidente do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina e, depois, Presidente da União Estadual dos Estudantes e vice-Presidente da UNE, no tempo em que Aldo Arantes foi Presidente.

A UNE, ao longo desses 70 anos, sempre teve um compromisso muito forte com a democracia, com as liberdades, com a ética. A UNE sempre se perfilou ao lado dos mais importantes movimentos em defesa da soberania brasileira, em defesa da anistia, em defesa da redemocratização do País, contra o arbítrio, contra a prepotência, contra todos os atos que transformaram 20 anos do Brasil em tempos de muito obscurantismo, de muitas trevas. Não fora a UNE a empunhar as bandeiras da liberdade, da democracia, da fraternidade, da justiça, por certo, não teríamos conseguido chegar ao fim de uma ditadura que tanto mal causou ao Brasil, possibilitando uma transição para o regime democrático e para os tempos de efetiva democracia. Não fosse a luta que a UNE empreendeu ao longo do tempo, não haveria governos democráticos como os que vimos no Brasil na última década, sobretudo.

Ao saudar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, eu o faço em meu nome. Como Governador do Estado de Goiás, por 3 vezes apoiei firmemente a realização dos congressos da UNE, sempre que solicitado pelo Gustavo Petta e pelos demais integrantes da União Nacional dos Estudantes, da UEE e dos DCEs. E faço este registro não apenas em meu nome. Seria fácil para mim falar apenas em meu nome, já que tenho e sempre tive um compromisso histórico com a UNE, mas falo também, com prazer, em nome do meu Partido.

Fica aqui a minha mensagem, a mensagem do PSDB, em apoio à iniciativa de V. Ex^a e em apoio a essa entidade que se confunde com a história recente do Brasil, pelo seu compromisso com um Brasil grande, forte, desen-

volvido e democrático, com a redução das desigualdades e com os avanços para um Brasil progressista.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Tão oportuna é a iniciativa do Senador Inácio Arruda. Agradeço a presença de todos os jovens, todos os ex-Presidentes e ex-dirigentes e, de modo especial, do companheiro Gustavo Petta. Lamentavelmente, o protocolo da Casa não tem – deveria ter – a perspectiva de que o grande responsável por receber as homenagens, que é V. Ex^a, pudesse falar e nós tivéssemos a honra de ouvi-lo. Mas, mesmo assim, entenda V. Ex^a, e repito: nós estamos conscientes de que estamos vivendo uma hora muito importante hoje.

Esta não é apenas uma daquelas sessões, que tanto a Câmara como o Senado Federal e até as assembleias legislativas realizam periodicamente, quase que semanalmente, em homenagem a um jornal, a uma data, a uma entidade, ao nascimento. É uma data em que se comemora um dos momentos mais importantes da vida brasileira: o aniversário da nossa União Nacional dos Estudantes.

Digo que para mim hoje é um dos dias mais importantes na história do Brasil nas últimas sete décadas. A nossa história, a história da nossa geração se confunde com a União Nacional dos Estudantes; a nossa geração nasceu com a UNE, por isso nesse tempo as histórias da UNE, do Brasil e da nossa geração se confundem. Vivemos juntos, caminhamos juntos, apanhamos juntos, lutamos juntos. Mais do que isso, estivemos juntos nos mesmos caminhos, porque sempre tivemos os mesmos horizontes, comungamos do mesmo projeto de País.

Muitas passagens, citadas da tribuna, inclusive, marcaram a nossa trajetória, a da UNE, a do Brasil. Nesses últimos 70 anos, a travessia foi, sem dúvida, muitas vezes dolorida, marcada pela repressão e pela morte de tantos jovens, carregados de tantos sonhos por um Brasil livre, soberano e democrático.

Procuramos, nessa nossa história, um fato que melhor representasse essa caminhada de luta. Quem sabe a morte do estudante Edson Luís Souto no Calabouço, restaurante universitário do Rio de Janeiro, em 1968? Com os fatos que se sucederam, 1968 foi o ano que nunca acabou.

Quem sabe a atitude arbitrária do regime militar, ao extinguir a UNE, em 1964? Um ato de uma estupidez, vindo depois com outro ato, proibindo o estudante de estudar. O estudante atingido pelo 477, por dez anos, não podia estudar, o ato mais burro e mais estúpido da humanidade que vi até agora.

Quem sabe os escombros de uma sede incendiada, próxima aos arcos da Lapa?

Quem sabe as invasões da Universidade de São Paulo, da UnB e de tantas outras universidades brasileiras naqueles anos de chumbo?

Quem sabe Ibiúna, sonhos em fila, rumo a outros calabouços?

Quem sabe outros nomes, como o nosso Honestino Guimarães, da Universidade de Brasília?

Quem sabe tantos outros desaparecidos, covas rasas, cemitérios clandestinos, corpos insepultos, pais e mães sofridos, filhos órfãos, amigos inconsoláveis?

Mas acho que duas palavras podem resumir a existência da UNE na história do Brasil: coragem e resistência.

Quantas vezes meninos ainda enfrentando canhões, como se o Brasil fosse uma imensa Praça da Paz Celestial. Quantas vezes multidões de jovens na luta pela democracia; pelo fim do regime militar; pelas eleições diretas, amplas, gerais e irrestritas. Quantas vezes a luta contra os militares na defesa do petróleo é nosso. Quantas vezes rostos pintados de verde e amarelo, roupas tingidas de luto, numa combinação de cores e de gestos pela ética na política. Quantas vezes! Quantos jovens! Quanta coragem!

Mas, meus amigos e companheiros de luta e de labuta na construção da história do Brasil de hoje, o País clama, de novo, pela atitude corajosa de todos os jovens deste País. É muito comum atribuir à juventude a responsabilidade pelo país do futuro. Mas, quem sabe, jamais em outro momento da nossa história, a coragem dos jovens tenha sido tão necessária para a construção do presente do nosso País.

A UNE está convocada, desta vez, não somente para construir o amanhã, mas, sobretudo, para reconstruir o hoje da nossa vida.

Por isso, sintam-se emancipados. O Brasil necessita de vocês, para que seja o País do presente. Sintam-se emancipados, sim, porque isso é importante. E, pelo que temos vivido na nossa história, cabe a vocês fundar novos alicerces, sedimentados nos princípios fundamentais da ética. As bases dessa mesma construção, que, com tanta luta, procuramos deixar-lhes como herança, mostram-se, cada vez mais, carcomidas.

Quem sabe seja a hora de ocupar de novo as nossas ruas, como em tantos outros tempos memoráveis. Quem sabe seja o momento, novamente, de fazer a história dos nossos melhores sonhos. Quem sabe este dia não seja apenas o de comemarmos os nossos feitos do passado. Quem sabe o que vale mais sejam os 70 anos que ainda virão a partir de hoje.

Não esperem que as mudanças que o País tanto reclama no Executivo, no Legislativo, no Judiciário ocorram de dentro para fora. Não esperem que elas aconteçam de dentro dessas instituições para a socie-

dade brasileira. A liberdade que conquistamos a duras penas, com o sacrifício de tantos que tombaram, tem de ser exercitada hoje, na sua plenitude. As ruas, turvadas em outros tempos por nuvens de pólvora e de gás, devem ser ocupadas de novo por ventos da decência, da ética e das melhores referências.

Não se pode conceber que um País com tamanha riqueza conviva com tamanhas disparidades regionais e pessoais de distribuição de renda. Há um grande muro de vergonha a nos dividir e a nos diminuir.

Não há que se permanecer com as instituições pilares de nossa democracia no rodapé da legitimidade pública. Há que se reconstruir o Estado com novas bases, com novas divisórias, com novas luzes, para edificar uma Nação verdadeiramente cidadã, democrática, soberana e digna.

Portanto, meus irmãos, sintam-se em casa. Vocês hoje deram um banho de dignidade nesta Casa. Vocês hoje trouxeram o Brasil, o nosso passado e o nosso presente, a nos conclamar, a nos colocar contra a parede, para fazermos nós, Parlamentares, a nossa parte. A nossa alegria pelo tempo vivido. A nossa esperança pelo tempo que há de vir. A nossa homenagem a todos aqueles que dedicaram sua própria vida, para que pudéssemos respirar, hoje, o ar da liberdade – rarefeito em tempos que já se foram, espera-se que para sempre. A nossa confiança nos ventos da democracia. A nossa fé na coragem dos jovens, Brasil de hoje e de amanhã.

Hoje, como sempre, a UNE somos nós, a UNE é a nossa voz!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que o protocolo existe para ser quebrado. Estando aqui a mãe de Honestino Guimarães, gostaria de propor a V. Ex^a que convidasse a Deputada Federal Manuela D’Ávila, juntamente com Gustavo Petta, para que pudessem, juntos, entregar à D. Maria Rosa a bandeira da União Nacional dos Estudantes, tão querida por Honestino Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – É com muita alegria que peço ao Presidente da UNE e à nossa querida Deputada gaúcha que, em nome do Congresso brasileiro, façam essa importante homenagem. *(Pausa.)*

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a D. Maria Rosa Leite acaba de anunciar para todos nós que ela é a mãe da UNE. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Antes do encerramento, ouviremos o hino da UNE.

(Procede-se à execução do Hino da UNE.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Os Srs. Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Flávio Arns enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há setenta anos, a História do Brasil não pode ser escrita, muito menos compreendida, sem a luminosa presença da União Nacional dos Estudantes, a UNE de tantas e tantas glórias. Ao ser criada, no já distante ano de 1937, a agremiação veio integrar conturbada, difícil e complexa conjuntura histórica. Cerca de dois anos mais tarde, explodia a Segunda Guerra Mundial, verdadeiro ponto de inflexão do mundo contemporâneo.

A UNE nasce com o compromisso de luta. Numa época de inflexível polarização ideológica, quando posições de esquerda e direita ganhavam as ruas e explicitavam diferenças inconciliáveis, praticamente impedindo a adoção de caminhos alternativos ou intermediários para a solução dos graves problemas existentes, a entidade que congregava os estudantes brasileiros de nível superior soube sempre tomar posições. Cristalino. Com a nitidez que se espera de quem sabe o que quer e de quem exerce conscientemente seu papel no seio da sociedade.

Foi assim que a União Nacional dos Estudantes começou a ganhar visibilidade e, com ela, o respeito da opinião pública. Corajosamente, ocupou espaços públicos para rechaçar, visceral e profundamente, a barbárie nazi-fascista. Por meio de passeatas, comícios e textos publicados, mobilizou a sociedade brasileira para o engajamento efetivo do País no esforço de guerra. Pioneiramente, lançou a campanha pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com o envio à Europa da Força Expedicionária Brasileira.

Essa decisão mostra-se ainda mais ousada e heróica quando se sabe que, no interior do Estado ditatorial imposto por Vargas em 1937, coexistiam correntes adversárias, com um grupo apoiando os Aliados e o outro não escondendo sua simpatia pelo Eixo. Em meio a esse quadro, que aos acomodados e covardes sugeria prudente omissão, a União Nacional dos Estudantes assumiu a posição correta, com a ousadia própria dos que não temem a força bruta do arbítrio. Ousadia, também, dos que se sentem imbuídos dos mais belos propósitos. A partir daí, foram rompidas as relações diplomáticas com as Potências nazi-fascistas e tomada a decisão histórica de enviar os pracinhas para os campos de batalha na Itália.

Em 1945, terminada a guerra com a vitória das forças aliadas, lá estava a UNE a mobilizar a sociedade, desta feita para o fim da experiência ditatorial do Estado Novo. Uma vez mais, a entidade estudantil assumia como também sua a bandeira da redemocratização, decisão que a acompanharia para sempre, chegando aos dias de hoje.

Destaco, ainda, a participação da UNE em outro momento decisivo da História brasileira. Em plena Guerra Fria, em 1947, por ocasião de seu congresso anual, a entidade lança o *slogan* fadado a ocupar lugar de honra na memória nacional: “O petróleo é nosso”. Lutando contra poderosos interesses nacionais e internacionais, estava dada a partida para a memorável campanha que, em 1953, resulta na criação da Petrobrás.

As duas décadas que separam a queda do Estado Novo e a emergência do regime militar, em 1964, conheceram a mais extraordinária transformação vivida pelo Brasil ao longo de sua História. Um País em movimento, modernizando sua economia, industrializando-se e se urbanizando. Mudanças profundas, ocorridas em curtíssimo espaço de tempo. Época em que as velhas estruturas de dominação, responsáveis pelo multissecular caráter de exclusão de nossa História e presentes desde os primórdios da colonização, são contestadas. No primeiro plano de luta, firmemente comprometida na contestação desse Brasil arcaico, dependente e injusto, lá estava a UNE.

Estávamos no início dos anos 1960, Sr. Presidente, e o País se dividia rigidamente em duas posições. De um lado, as forças da transformação, lutando pelas mudanças estruturais de que o Brasil tanto necessitava. De outro, os grupos conservadores, temerosos de que qualquer reforma mais profunda pusesse em jogo privilégios seculares. Uma vez mais, a UNE se alia aos defensores das “reformas de base”, razão pela qual viria sofrer, de maneira brutal, o impacto da vitória dos grupos que conquistam o Estado em 1964.

Lembro, com especial atenção, o extraordinário trabalho desenvolvido, naquela conjuntura histórica, pelo Centro Popular de Cultura, o célebre CPC. Surgido do espírito que embalava a UNE, espírito de luta em prol de um Brasil menos explorado, desigual e injusto, o CPC constituiu-se em pólo de efervescência artístico-cultural, voltado para a valorização dos saberes e dos fazeres que historicamente caracterizaram a gente brasileira. Seu propósito era o de trazer à luz a marca de uma cultura genuinamente nacional e popular, que não se envergonhasse e não se submetesse aos padrões hegemônicos impostos pela cultura de elite, normalmente identificada com o estrangeiro.

Uma palavra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bem definiria o trabalho do CPC: conscientização. No fundo, o que movia aqueles jovens artistas era o de desejo de, pelos mais diversos caminhos, tornar as manifestações culturais verdadeiros instrumentos de libertação de um povo condenado à submissão e à exclusão. Teatro, música, poesia, artes visuais, enfim, todas as formas de expressão estariam a serviço das causas populares. Como bem compreendeu um intelectual, décadas mais tarde, o que se fez naquele momento – sobretudo pela ação da UNE e de seu CPC – tornou o Brasil uma Nação por demais inteligente. Homens e mulheres, simples na sua maioria, sentiam-se estimulados a pensar o País, discutir seus rumos, propor caminhos.

A brutalidade do golpe de 1964 interrompeu esse processo. A UNE foi escolhida para simbolizar, sofrendo na pele, o novo tempo que se instalava no Brasil, rigorosamente cadenciado pelo autoritarismo. A sede da entidade, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada. Começava o longo e penoso caminho da clandestinidade. Mas, por piores que fossem as condições, a UNE jamais se deixou abater. Nem mesmo quando, no fatídico ano de 1968, teve seu congresso invadido pelas forças da repressão e viu a prisão de mais de mil participantes, inclusive de seus dirigentes máximos.

Em 1973, o estudante da Universidade de Brasília, Honestino Guimarães, presidente da última diretoria da UNE eleita na clandestinidade, é seqüestrado e morto pela repressão. Em 1977, o encontro para a reorganização da UNE suscita a invasão militar da PUC de São Paulo. Dois anos depois, no entanto, eis a velha UNE reconstruída, no histórico congresso de Salvador. Por fim, mas não menos importante, vamos encontrá-la no grande movimento nacional pela reconquista da democracia e pela prevalência dos princípios éticos na política brasileira. Justamente por isso, a UNE esteve na linha de frente das campanhas pela anistia, pelas eleições diretas e, a seguir, com os “caras pintadas”, nos episódios que culminaram no *impeachment* presidencial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 70 anos de existência, a UNE deu sucessivas e reiteradas provas de impressionante vitalidade. Certamente que as bandeiras de hoje não são mais as mesmas do passado. O País, felizmente, não mais se debate contra o autoritarismo. Novos desafios, todavia, colocam-se à sua frente. Não tenho dúvida de que a entidade saberá assumi-los, enfrentá-los e vencê-los.

É assim que a UNE continuará a oferecer ao Brasil sua inestimável contribuição. É assim que ela nos ajudará a construir a Nação justa, democrática e

cidadã com que todos sonhamos. Sonhos pelos quais tantos se bateram e tantos se sacrificaram continuam a nos embalar. Como ontem, podemos hoje entoar o grito que fez, faz e fará História: “A UNE somos nós, nossa força, nossa voz!”.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de juntar-me aos que hoje prestam justas homenagens à União Nacional dos Estudantes em comemoração aos 70 anos que completará em agosto deste ano. Quero, antes de mais nada, louvar em particular a iniciativa do nobre Senador Inácio Arruda de propor a realização dessa homenagem. Nada mais justo que saudemos uma instituição que, desde praticamente o seu nascimento, mostrou-se uma força política respeitável, desempenhando papel relevante em vários momentos importantes de nossa história recente.

Não vou aqui, Senhor Presidente, repetir o belo histórico da UNE, já lembrado pelos colegas que me precederam. Quero, antes, enfatizar dois aspectos que essa trajetória de 70 anos ilustra particularmente bem.

O primeiro, Sr^{as} e srs. Senadores, é o exemplo de resistência e de vigor que nos é dado pela UNE. Nos seus 70 anos de história, a UNE enfrentou destemidamente duas ditaduras que tiveram uma face violenta – a do Estado Novo, nascido poucos meses depois da fundação da união dos estudantes, e a do regime militar, nos anos 60. Ambas fizeram vítimas entre estudantes vinculados à entidade.

A UNE, no entanto, teve vida mais longa do que a de seus adversários. Sobreviveu, sabendo desempenhar, nos períodos democráticos que se seguiram às duas ditaduras, um papel igualmente relevante, liderando movimentos como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, já lembrada hoje por outros nesta homenagem, e participando de movimentos como a campanha por ética na política, no início dos anos 90.

Essa sobrevivência da UNE como força de resistência parece-me, Senhor Presidente, particularmente importante para o imaginário político de nossa sociedade, o que nos dá mais uma razão para celebrarmos suas sete décadas de existência. A UNE nos dá um belo exemplo de como a sociedade, organizando-se politicamente de forma paralela à organização política tradicional, por meio de partidos que disputam eleições, pode desempenhar um papel fundamental no jogo político.

O segundo aspecto que gostaria de enfatizar, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, diz respeito a

uma característica que associa à própria vida estudantil, que é o exercício de um tipo de liberdade difícil de encontrar em outras circunstâncias. Essa experiência não pode deixar de se manifestar também na atividade política. Não é por acaso que o movimento estudantil foi, para tantos que hoje ocupam posições de destaque na política nacional, uma escola ímpar.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Vendo a União Nacional dos Estudantes como um ator importante na cena política nacional – e um ator que já desempenhou, em diversos momentos, o papel de protagonista –, não podemos senão louvar sua longevidade. São poucos os atores políticos neste País que possuem uma história tão longa e tão contínua.

Sr. Presidente, enfatizei, neste meu pronunciamento, o papel da UNE como força política. Certamente, ela é muito mais do que isso. Como entidade representativa dos estudantes, tem um papel relevante na luta pela qualidade de nossa educação superior. Conquistou também, ao longo destes 70 anos, como já foi lembrado por outros oradores, um lugar de destaque na história das manifestações culturais, sobretudo com o movimento que se articulou em torno do Centro Popular de Cultura, nos anos 60.

Por tudo isso, a União Nacional dos Estudantes merece nosso aplauso e nossa homenagem. Para concluir, quero saudar o seu atual presidente, Gustavo Lemos Petta, por meio de quem saúdo a toda a diretoria da UNE.

A todos os estudantes, estendo minha homenagem, na certeza de que a entidade que construíram ao longo de sete décadas continuará ocupando, no futuro, o espaço fundamental que conquistou com sua história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil comemora os 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes. Gostaria de destacar a importância do Movimento Estudantil em nosso País, bem como o necessário estímulo à participação de nossos estudantes na vida política brasileira.

O Movimento Estudantil fez história em nosso País em diversos momentos, mas não há como citá-lo sem mencionar sua importante participação que teve na luta contra a repressão política na época da ditadura militar. Naquele cenário, a voz dos estudantes representava a luta pela liberdade e pela democracia. Milhares de estudantes foram presos e muitos foram mortos em nome da resistência feita ao regime militar.

A luta dos estudantes pela democracia culminou com a campanha pelas Diretas Já. A partir deste momento, com sua reestruturação pós-ditadura militar, o movimento estudantil voltou a empunhar antigas bandeiras, promovendo campanhas a favor da qualidade de educação e em prol de mais verbas para o ensino público.

Seguindo a trajetória de lutas da UNE, o movimento estudantil teve fundamental participação em diversos momentos decisivos para o País, protagonizando episódios importantes e se consolidando como referência de organização da sociedade.

Do Movimento Estudantil surgiram nomes que hoje figuram em nosso meio político, como José Serra e Aldo Rebelo, que presidiram a UNE entre 1963 e 1964 e 1980 e 1981, respectivamente.

Agora, quando comemoramos os 70 anos de existência da União Nacional dos Estudantes, devemos homenagear todos os que se envolveram, de corpo e alma, na busca por um Brasil mais justo e igualitário. Aqueles que deram suas vidas por lutas importantes, que seguiram seus ideais e ajudaram a transformar uma realidade que, muitas vezes, apresentava-se obscura.

Este ideal, que permanece vivo no Movimento Estudantil, deve continuar norteando suas ações. Embora vivamos numa sociedade democrática, muitos são os desafios que se impõem na luta por um ensino de qualidade. A participação dos estudantes nas reivindicações é fundamental. É um exercício a ser praticado para que tenhamos jovens ainda mais politizados, lutando por seus direitos, conscientes de seu papel em nossa sociedade.

Destaco também o importante papel do Centro Popular de Cultura na promoção da cena artística brasileira, sendo aglutinador de experiências inovadoras na pesquisa e produção cultural de nosso país.

Valorizando e incentivando a vida cultural dentro do mundo universitário, o CPC foi uma experiência vitoriosa, que referenciou a criação dos Circuitos Universitários de Cultura e Arte, os CUCAs, que hoje integram o projeto “Pontos de Cultura” do Ministério da Cultura.

Tenho certeza, nobres colegas, de que a União Nacional dos Estudantes continuará sendo exemplo de organização social para o Brasil, representando milhões de jovens que lutam por um futuro melhor, com mais oportunidades para todos.

Manifesto meus cumprimentos a todos os membros da UNE e desejo que continuem firmes e atuantes na busca por um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– A Presidência agradece a todas as autoridades presentes, de modo especial ao Senador Inácio Arruda, primeiro signatário do requerimento para a realização desta sessão, e ao grande Presidente Gustavo Petta – que seja feliz no congresso que hoje se inicia.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 56 minutos e reaberta às 17 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 142/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, renuncio ao cargo de membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, renuncio ao cargo de membro suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 143/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Marisa Serrano para integrar, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 144/2007-GLPSDB

Brasília, 4 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Arthur Virgílio para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Passa-se à votação das indicações dos nomes da Senadora Marisa Serrano e do Senador Arthur Virgílio para integrarem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como titular e suplente, respectivamente, nos termos dos expedientes lidos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovadas.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 786, DE 2007

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocorrido em 29 de junho de 2007.

Justificação

Antonio Ernesto Werna de Salvo, natural de Curvelo, Minas Gerais era engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil. Seu vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento da raça Guzerá tornou-o um dos mais ilustres membros do Colégio Brasileiro de Juizes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genético da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) com sede em Uberaba, Minas Gerais.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio a frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros. Além de presidir o Conselho Superior da Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem pela grande maioria da renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural.

Exerceu também a Presidência do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Vice-Presidência da Federação da Agri-

cultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), por dois mandatos. Por sua atuação no setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Superior do Trabalho – TST – e com a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Por tudo isso, não poderia deixar de registrar o falecimento desse grande homem público que tanto contribuiu para desenvolvimento do setor agropecuário nacional.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Marconi Perillo** – Senador **Eliseu Resende** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº787, DE 2007

Em aditamento ao Requerimento nº 694, de 2007, que solicitou a realização de Sessão Especial do Senado destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta ARIANO SUASSUNA, requeremos a mudança da data da sessão para o dia 11 de julho.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2007. —

Eliseu Resende

Marconi Perillo

Eduardo Azeredo (Márquez)

Flávio Arns

Delcídio do Amaral Gomes

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO 788 , de 2007

REQUER *Voto de Pesar pelo falecimento da atriz ALCINA MIRANDA TETEMBERG, a LÍCIA MAGNA das novelas de TV, do teatro e do cinema que o Brasil todo reverencia.*

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento da atriz *ALCINA MIRANDA TETEMBERG, conhecida e admirada por todos os brasileiros como LÍCIA MAGNA, de doce presença em novelas de televisão, no teatro e no cinema.*

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família da atriz e à direção da Rede Globo.

JUSTIFICAÇÃO

Quem no Brasil não admira a admirável figura da mineira Lícia Magna, a consagrada atriz de televisão e de cinema, de carreira exuberante, iniciada em 1952 na extinta TV-Tupi, onde participou do Grande Teatro Tupi, que, à época, era a mais importante iniciativa no mundo teatral brasileiro.

A serena figura de Lícia tornava-a a própria encarnação da doçura humana, sempre com um leve e terno sorriso no rosto. No cinema, Lícia participou dos maiores filmes nacionais, como *O Assalto ao Trem Pagador* e *Dona Flor e seus Dois Maridos*.

Lícia trabalhou até o fim da vida. Morreu ontem, aos 98 anos.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007



Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO 789, de 2007

REQUER Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. ANTONIO WERNA DE SALVO, Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Professor *ANTONIO WERNA DE SALVO, Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA.*

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Antonio Werna e à CNA.

JUSTIFICAÇÃO

O professor Antonio Werna de Salvo era Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio, depois de, por cinco anos, dirigir, a instituição que representa os produtores rurais brasileiros.

Presidia também o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil - Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário que respondem majoritariamente pela renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural: CNA; OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); SRB (Sociedade Rural Brasileira); ABC (Associação Brasileira de Criadores); ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu); Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa); CNC (Conselho Nacional do Café); UBA (União Brasileira de Avicultura) e UDR (União Democrática Ruralista). Em novembro de 1997, foi eleito presidente da Confederação Interamericana de Ganaderos y

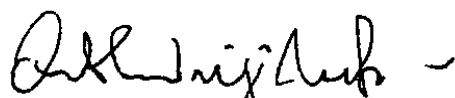
Agricultores (Ciaga), que reúne as entidades representativas de produtores rurais das três Américas.

Além de presidente CNA, também presidia o Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Paralelamente, atuava como membro titular do Conselho Político Empresarial; do Conselho Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e do Conselho Assessor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Começou a atuar na área de representação sindical como presidente e fundador do Sindicato Rural de Curvelo. Também foi presidente e fundador da Associação Mineira de Criadores de Zebu, em sua cidade natal. Posteriormente, assumiu por dois mandatos a vice-presidência da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg), na qual atuou, ainda, como membro e presidente da Comissão Técnica de Pecuária de Corte. Em 1984, foi eleito presidente da Faemg.

Elaborou vários trabalhos técnicos na área de zootecnia, publicados pela Escola Veterinária da Universidade de Minas Gerais. Entre eles, o livro Guzerá 50 Anos - Fazenda Canoas - Curvelo - MG. Por sua atuação na liderança do setor agropecuário, foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do TST, e a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. -


Senador Arthur Virgílio
Líder do PSDB


Senador Sérgio Guerra

REQUERIMENTO Nº 790, de 2007

Requeiro, nos termos do Artigo 222, do Regimento Interno, voto de homenagem aos 50 anos da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, completados nesta segunda-feira dia 2 de julho, e que seja comunicado ao Magnífico Prof. Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello.

JUSTIFICAÇÃO

A Universidade do Pará foi criada pela Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957, e sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Atualmente, a Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2007.


Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

- A Presidência encaminhará os votos solicitados.
- Os requerimentos que acabam de ser lidos vão Arquivo.
- Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.
- São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, que além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS – sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007.

Justificação

O PLC nº 5, de 2007, altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB – regulando o uso de películas de proteção contra raios solares e dá outras providências.

A proteção pretendida diz respeito a matérias relativas a saúde, a assistência médica, a energia, saúde pública, segurança pública entre outras.

Ora, o art. 100 do RISF, que trata da competência da Comissão de Assuntos Sociais, diz no seu inciso II ser da competência da Comissão “a proteção e defesa da saúde...” e no seu inciso III “normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição,

conservação da natureza...” Assim é regimental que se ouça a CAS no mérito deste PLC nº 5 de 2007.

Por essas razões, espero o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999 que, “Acrescenta a letra **i** ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações” seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das sessões 4 de julho de 2007. – Senador **Wellington Salgado**.

REQUERIMENTO Nº 793, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprecie o PLC nº 85 de 2006, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59 , DE 2007

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 45.** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema eleitoral misto, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, na forma da lei, observados os seguintes preceitos:

I – 75 % da representação de cada Estado e do Distrito Federal, ou o número inteiro maior mais próximo, será composta por nomes eleitos pelo voto majoritário em distritos uninominais;

II – 25 % da representação de cada Estado e do Distrito Federal será composta por nomes apresentados em listas partidárias, eleitos pelo voto proporcional, segundo a ordem da lista;

III – o eleitor terá dois votos desvinculados, um para o candidato de seu distrito e outro para o partido de sua preferência.

§ 1º O número total de Deputados não será superior a quinhentos e treze.

§ 2º A representação por Estado e pelo Distrito Federal será estabelecida por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, de modo a que nenhuma unidade da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 3º Cada Território elegerá dois Deputados, pelo sistema majoritário. (NR)''

Art. 2º O sistema eleitoral previsto nesta Emenda será adotado a partir da eleição do ano de 2014, inclusive.

§ 1º A divisão dos Estados e do Distrito Federal em distritos será concluída e divulgada dois anos antes da eleição de 2014.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O sistema eleitoral brasileiro emite sinais claros de esgotamento. Problemas de representação fidedigna da vontade do eleitor, de financiamento das campanhas, de construção e manutenção da governabilidade, acumulam-se a cada eleição. O descrédito dos eleitores atinge níveis preocupantes e a fragilidade das coalizões governistas é demonstrada todos os dias pelo uso desmedido do instrumento da medida provisória.

Essa a razão de a reforma política haver-se mantido na agenda das duas Casas do Congresso Nacional por mais de uma década. As propostas de reforma, no entanto, apesar de terem apontado, por um momento, para a adoção do voto distrital misto, refluíram para a fórmula do voto proporcional com listas fechadas.

É nossa convicção que os benefícios dessa alternativa são duvidosos, mas suas conseqüências perniciosas, certas. Representantes do

povo deixariam de submeter-se ao controle dos eleitores para sujeitar-se à autoridade das direções partidárias. Cremos que a reforma deve caminhar no rumo contrário, de fortalecer ainda mais a capacidade de fiscalização, controle e cobrança dos representados sobre seus representantes.

O caminho para esse objetivo é conhecido: o voto distrital, na sua forma pura ou mista. Lamentavelmente, essa alternativa foi abandonada no longo trajeto das propostas de reforma política no Congresso Nacional.

A presente proposta tem por objetivo recuperar essa alternativa para discussão e deliberação, no momento em que se aproxima o desfecho das decisões sobre a reforma política.

Estabelece o voto distrital misto para as eleições de 2014, com três quartos da Câmara dos Deputados eleitos pelo voto distrital e um quarto pelas listas partidárias. Prevê ainda o novo cálculo das bancadas de Estados e do Distrito Federal um ano antes de cada eleição, respeitados os atuais limites constitucionais de oito e setenta Deputados por unidade da Federação. Estipula, finalmente, prazo de dois anos antes da eleição para o fim do processo de divisão dos distritos, para melhor conhecimento de candidatos, partidos e eleitores.


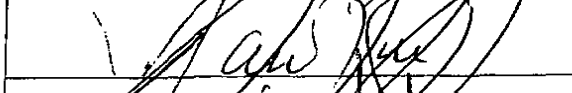
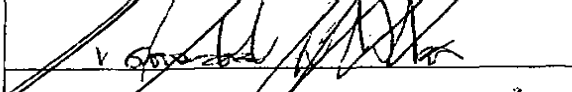
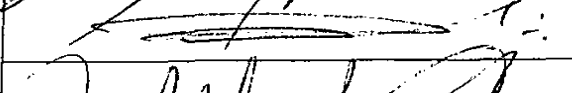
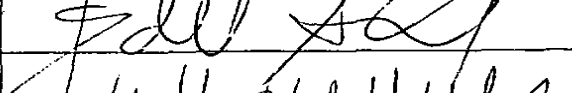
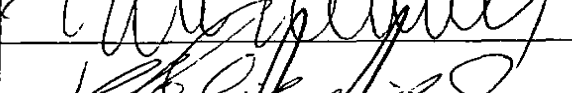
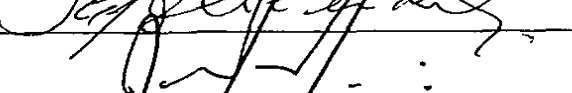

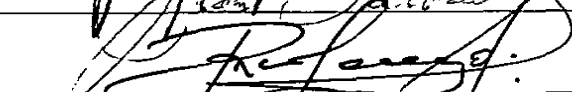
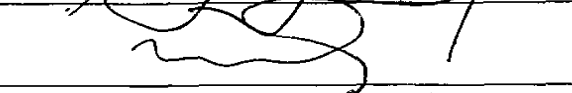

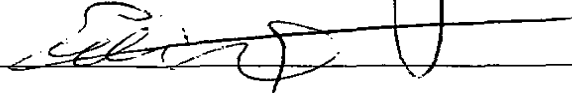
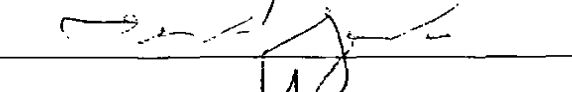
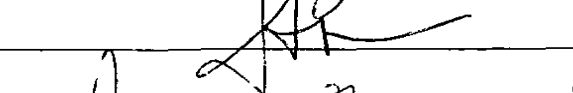
Caso aprovada, a regra proposta conduzirá ao fortalecimento dos partidos, ao fortalecimento do elo entre representantes e representados, bem como a uma transparência maior nas negociações que cercam a formação da coalizão de sustentação do governo no Poder Legislativo.

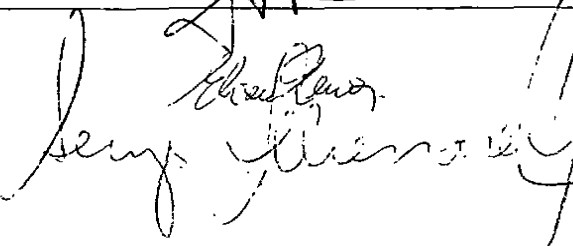
Essas as razões por que solicitamos apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

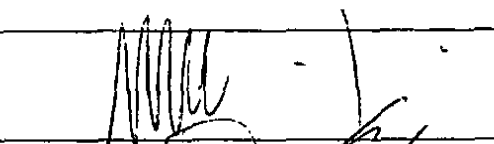
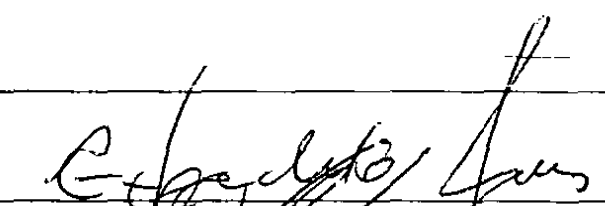
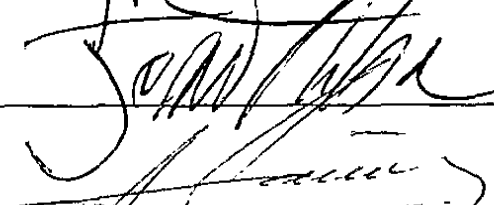
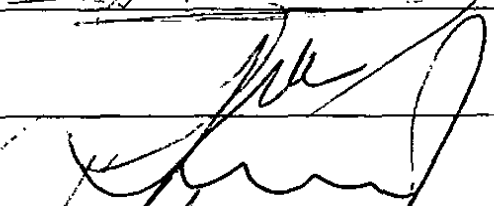

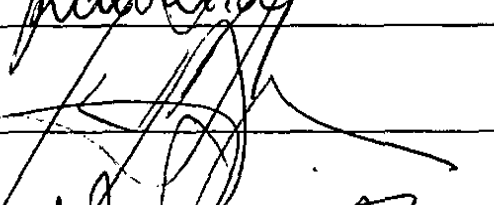
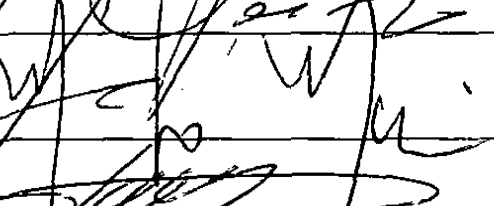
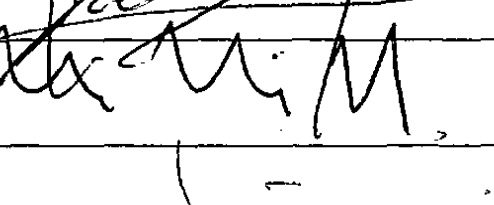
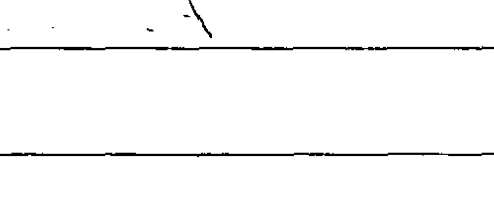
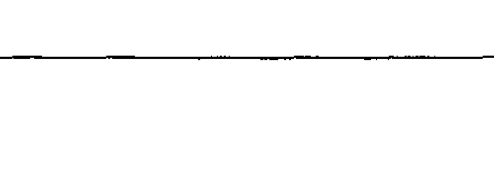
Sala das Sessões, 1^o de julho de 2007.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 2007

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

	GABRIELI NEVES
	PAULO DURVE
	ELIAS EBERT
	MOZARILDO
	Ideli
	Vagner
	Jairton
	Raimundo colares
	
	Deusido
	E. Lopes
	
	
	GERALDO MELOTTA JR

 E Resende

	
	ADE LMIN SANTANA
	WOLFFSON JACQUES
	ROMERO JULIA'
	VALDIR RAUPP
	ROSALBA CIARLINI
	Joaquim
	MARCONI PERILLO
	Miguel Mello
	Rob Reis
	Flávio Arns
	Jefferson Luis

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO Seção I DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania>)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60 , DE 2007

Acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte art. 95:

“**Art. 95.** O mandato dos Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010 terá a duração de seis anos, encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

§ 1.º É vedada a reeleição dos Governadores eleitos em 2010.

§ 2º O mandato dos Governadores e Deputados Estaduais eleitos nas eleições posteriores será de quatro anos.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Hoje ocorrem eleições no Brasil a cada dois anos. Numa delas são eleitos Prefeitos e Vereadores, na outra, o Presidente da República, Senadores e Deputados, Governadores e Deputados Estaduais. Nosso sistema isola, portanto, as eleições municipais e faz coincidir as eleições nacionais e estaduais.

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por objetivo alterar esse calendário. A freqüência das eleições a cada dois anos é mantida, porém a coincidência ocorreria entre eleições estaduais e municipais, restando as eleições nacionais isoladas. Para tanto, prevê mandato de seis anos para Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, assim como o retorno ao mandato de quatro anos para seus sucessores, saídos de eleições já alinhadas com o pleito municipal.

A regra ora proposta apresenta benefícios nos dois pólos objeto da mudança. As eleições nacionais definir-se-iam num só momento, que concentraria a atenção do eleitor. Não haveria mescla entre questões estaduais e nacionais nas campanhas. Eleito o Presidente da República, a composição das duas Casas do Congresso Nacional seria conhecida. Nada obstaria o início das conversações para a formação do bloco governista.

De outro lado, a coincidência entre as eleições estaduais e municipais engendraria benefícios análogos. As campanhas estariam concentradas nas questões estaduais e regionais, que englobam, necessariamente, também os interesses municipais. Os Governadores eleitos disporiam, assim como Deputados, Prefeitos, Vereadores, do quadro político completo de seus Estados, quadro que somente iria sofrer alteração quatro anos depois.

Trata-se de reconhecer, na prática, a singularidade do voto nacional, singularidade que aproxima os votos estadual e municipal, ambos portadores de propostas, programas e interesses de âmbito local, quando comparados à universalidade de que se reveste o voto nacional.

Essas as razões por que solicitamos apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,



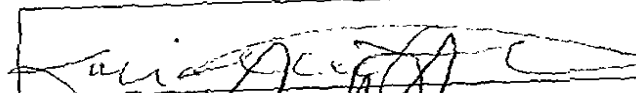


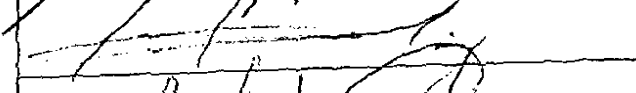


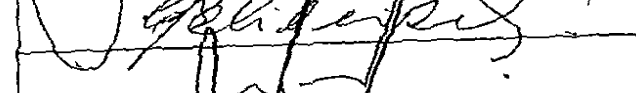




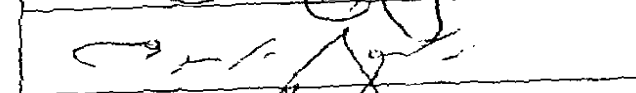

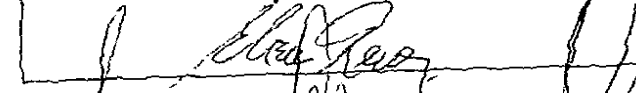

Senador FRANCISCO DORNELLES

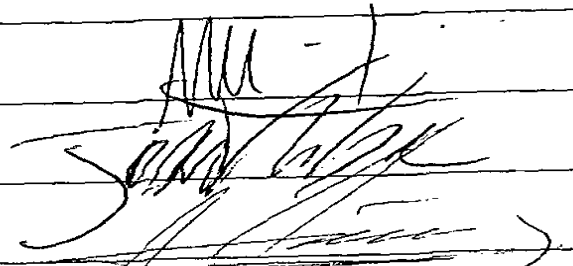
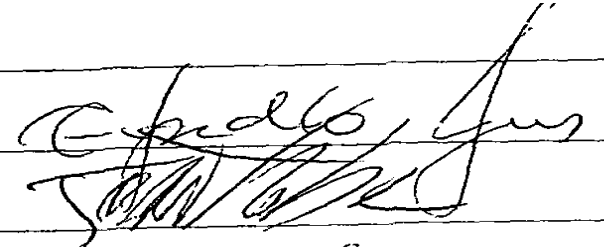
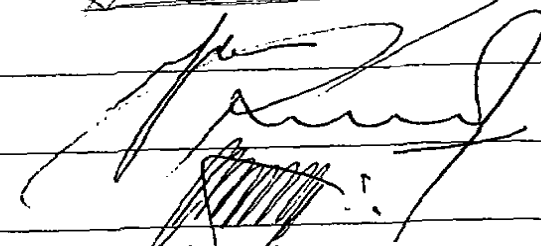
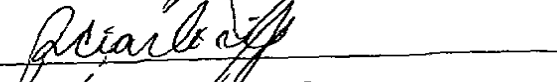
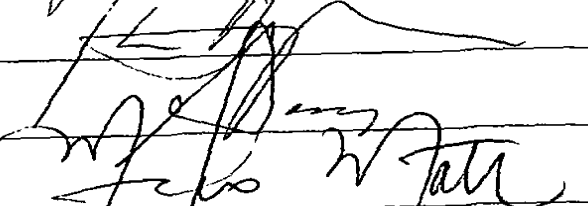
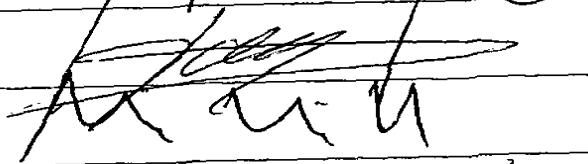
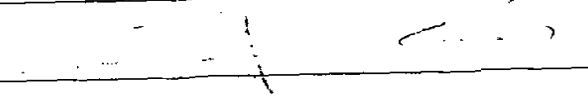

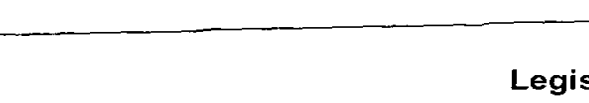
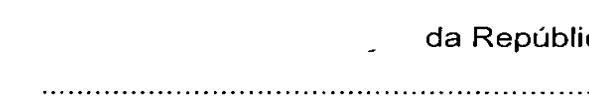

em 24 de julho de 2007.



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2007

Acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais.

	CAPIBASSI, Hugo
	PAULO DURVE
	FLEX RIBEIRO
	NOZAMILDA
	Ideli
	Vagner
	Jairis Congo
	Raimundo colonso
	Deividis
	E. Lobos
	
	
	GERALDO MESQUITA SR
	Elisav Resende
	

	
	WOLTER SALES
	ROBERTO JUCA'
	VALDIR RAUPP
	ROSALBA
	Leu Ruppin-
	MARCONI PERILLO
	MARJUS MALTA
	Flávio ARNS
	Jefferson PERES

Legislação Citada

da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO X

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 94.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 576 , DE 2007

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA, sobre o/
Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007,
de autoria do Senador Demóstenes Torres que
altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas.

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que pretende alterar o Código Penal para: 1) permitir que o juiz aplique outra pena alternativa, não prevista expressamente no art. 43 desse diploma, considerando a situação econômica, a aptidão e a personalidade do condenado; 2) retirar o limite máximo de 360 salários mínimos para a pena de prestação pecuniária. Quando o juiz determinar pena restritiva diversa daquelas previstas em lei, deverá aplicar subsidiariamente, no que couber, as disposições gerais da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal).

Na justificção, o autor argumenta que “essa inovação dá dinamicidade à punição: analisando o caso concreto, o juiz poderá vislumbrar alternativas inteligentes de pena, aptas a produzir efeito eficaz de ressocialização no condenado. Não convém, portanto, amarrar o juiz a um rol pré-determinado de penas alternativas.”

Não foram oferecidas emendas ao projeto

II – ANÁLISE

A matéria tratada no Projeto de Lei insere-se naquelas de competência privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal).

No dia 30 de março de 2007, foi-me designada a relatoria do PLS nº 137, de 2007. Dada a conexão de matérias, o PLS nº 163, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade*, também foi a mim distribuído no dia 11 de abril de 2007.

Considerando a maior abrangência do PLS nº 163, de 2007, optamos por aprová-lo, mediante apresentação de Substitutivo, que incorpora as contribuições do PLS nº 137, de 2007. Assim, o conteúdo deste projeto está satisfatoriamente contemplado no texto do Substitutivo, razão pela qual o encaminhamos ao arquivo.

Por derradeiro, vale registrar que não verificamos divergências entre as alterações pretendidas pelos projetos.

III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pelo **arquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007.

Sala da Comissão, 17 de abril de 2007

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 137 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EVENTUAL: <i>Senador Pedro Simon</i>	
RELATOR: <i>Sen. Valdir Raupp</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitácio Cafeteira</i>	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES <i>Antonio Carlos Magalhães</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	8. MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: *P.L.S. N° 137, DE 2007*

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO	X				1 - PAULO FAIM		X		
SIBA MACHADO		X			2 - IDELI SALVATTI				
EDUARDO SUPLIJY	X				3 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - INÁCIO ARRUDA				
EPITÁCIO CAFETEIRA		X			5 - JOÃO RIBEIRO				
MOZARILDO CAVALCANTI		X			6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					7 - JOSÉ NERY				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON					1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA		X			3 - LEOMAR QUINTANILHA				
JARBAS VASCONCELOS		X			4 - PAULO DUQUE				
VALTER PEREIRA		X			5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES		X			6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA		X			1 - ELISEU RESENDE				
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES			X		3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - KÁTIA ABREU				
ROMEU TUMA		X			5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO		X			6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO		X			7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VANIA		X			8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI		X			9 - MARIO COULTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: *19* SIM: *—* NÃO: *17* ABSTENÇÃO: *—* AUTOR: *1* PRESIDENTE: *1*SALA DAS REUNIÕES, EM *19* / *07* / *2007*Senador **PEDRO SIMON**

Vice Presidente no exercício da Presidência

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

L:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 08/03/2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Ofício nº 10 /07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo **arquivamento** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas", de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador **PEDRO SIMON**

Presidente eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
Constituição da República Federativa do Brasil 1988

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VALTER PEREIRA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que pretende alterar o Código Penal para: 1) permitir que o juiz aplique outra pena alternativa, não prevista expressamente no art. 43 desse diploma, considerando a situação econômica, a aptidão e a personalidade do condenado; 2) retirar o limite máximo de 360 salários mínimos para a pena de prestação pecuniária. Quando o juiz determinar pena restritiva diversa daquelas previstas em lei, deverá aplicar subsidiariamente, no que couber, as disposições gerais da Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal).

Na justificção, o autor argumenta que “essa inovação dá dinamicidade à punição: analisando o caso concreto, o juiz poderá vislumbrar alternativas inteligentes de pena, aptas a produzir efeito eficaz de ressocialização no condenado. Não convém, portanto, amarrar o juiz a um rol pré-determinado de penas alternativas.”

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria tratada no presente projeto de lei insere-se naquelas de competência privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal).

Em todo o mundo, a adoção de penas alternativas tem, por várias razões, se mostrado eficaz, apresentando, inclusive, menor índice de reincidência se comparado com o sistema tradicional. A primeira dessas razões se refere ao fato de que as penas alternativas se voltam para a

qualificação profissional e a ressocialização do sentenciado. Além disso, a aplicação dessas penas apresenta baixos custos para o poder público. Por fim, oferece a vantagem de diminuir as tensões geradas pelo problema da superlotação nos estabelecimentos penais, circunstância esta que merece destaque, dada a situação atual do sistema penitenciário brasileiro.

Parece-nos, contudo, que a legislação brasileira, no que tange à utilização de penas alternativas, deve melhor se adequar à realidade e às especificidades do caso concreto. Assim, convém que o juiz possa, a partir do exame das particularidades da causa – situação econômica, aptidão e personalidade do condenado –, escolher a pena mais apropriada para se alcançar resultados satisfatórios, especialmente do ponto de vista da ressocialização do sentenciado. O PLS nº 137, de 2007, certamente contribuirá nesse sentido (alteração dos arts. 45 do Código Penal e do 148 da Lei de Execução Penal).

Ressalte-se que o autor do projeto teve a cautela de acrescentar à Lei de Execução Penal o art. 148-A, para determinar que o juiz deverá deixar expresso na sentença forma e condições para execução da pena restritiva de direitos que não esteja prevista em lei.

A proposição também inova ao extinguir o limite máximo para pena de prestação pecuniária, hoje estipulado em 360 salários mínimos. Embora se trate de sanção penal, essa pena restritiva de direitos também pode ter caráter de antecipação da indenização civil, uma vez que a lei prevê que *o valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários* (art. 45 do Código Penal). Sendo assim, convém eliminar esse teto máximo, pois certamente são inúmeras as circunstâncias em que a indenização ultrapassa esse valor.

Com efeito, acreditamos que as alterações pretendidas, caso aprovado o PLS nº 137, de 2007, contribuirão de forma decisiva para o aprimoramento, agilidade e eficácia de nosso sistema penitenciário.

Por derradeiro, não vislumbramos vícios concernentes à regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade.

III – VOTO

Pelas razões expostas, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

PARECERES NºS 577 E 578 ,de 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

(EM AUDIÊNCIA, NOS TERMOS DO RQS Nº 651, DE 2005)

PARECER Nº 577 , DE 2007, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Relator: Senador AMIR LANDO
Relator "ad hoc": Senador Gerson Lamata

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

Em síntese, a proposta insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo proposto impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

Por seu turno, o parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos

beneficiários, determinando que remetam tais dados ao INCRA, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao INCRA e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria, o Senador Delcídio Amaral observa que *é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo.*

Argumenta o ilustre autor da proposta que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, sendo que não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que pertine à constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecnias meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir através da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o *caput* do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantém a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao INCRA e demais entidades o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecemos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

III – VOTO

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CRA

Dê-se à ementa e ao *caput* do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal*, para obrigar a manutenção de cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

EMENDA Nº 2 – CRA

Acresça-se ao PLS 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 3 - CRA

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

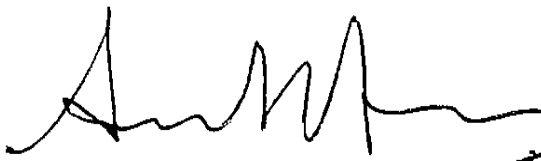
“Art. 18.

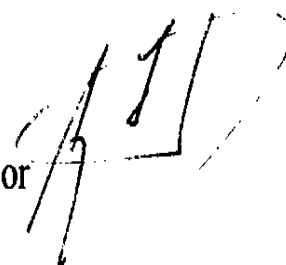
.....


§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

 , RELATOR AD HOC

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 180, DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17, 11, 05, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR SÉRGIO GUERRO	
RELATOR: SENADOR GERSON CAMATA (RELATOR AD HOC)	
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
LÚCIA VÂNIA	1- REGINALDO DUARTE
FLEXA RIBEIRO	2- ALVARO DIAS
SÉRGIO GUERRA	3- LEONEL PAVAN
GILBERTO GOELLNER	4- EDISON LOBÃO
DEMOSTENES TORRES	5- VAGO ³
HERÁCLITO FORTES	6- RODOLPHO TOURINHO
PMDB	
RAMEZ TEBET	1- WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	2- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA - PG do B	3- AMIR LANDO
GERSON CAMATA	4- MÃO SANTA
(VAGO) ⁴	5- VALDIR RAUPP
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PPS/PL/PT/PSB/ ²)	
FLÁVIO ARNS	1- SERYS SLHESARENKO
AELTON FREITAS	2- DELCIDIO AMARAL
SIBÁ MACHADO	3- MAGNO MALTA
ANA JÚLIA CAREPA	4- SÉRGIO ZAMBIASI
JOÃO RIBEIRO	5- MARCELO CRIVELLA
PDT	
OSMAR DIAS	1- CRISTOVAM BUARQUE

1 - O Senador Mário Calixto deixou o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

2 - O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

3 - A Senadora Roseana Sarney encontra-se licenciada do cargo durante o período de 16.06.2005 a 16.10.2005.

4 - O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.09.2005 a 13.01.2006.

PARECER Nº 578, DE 2007,

1ª COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

A proposição insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários,

determinando que remetam tais dados ao INCRA, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao INCRA e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria, o Senador Delcídio Amaral pondera que *é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo.*

Argumenta, o ilustre autor da proposta, que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, tendo recebido uma emenda.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Observamos que os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Outrossim, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que pertine à constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecnias meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir através da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o *caput* do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantém a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao INCRA e demais entidades, o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecemos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

Somos chamados a nos pronunciar sobre emenda de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que introduz dois parágrafos (de números 11 e 12) ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 1993.

Em suma, com os dois parágrafos que pretende acrescentar à emenda em exame, objetiva o nobre Senador estabelecer vedação absoluta à alienação de imóveis rurais, das benfeitorias e das concessões, por parte de beneficiário da reforma agrária, pelo prazo de dez anos. Pretende, ademais, estabelecer direito de preferência de compra em favor do ente federal encarregado pelo Programa de Reforma Agrária, ao final do referido prazo.

Estamos totalmente de acordo com o ilustre Senador, quando demonstra preocupação com a “mercantilização do acesso à terra”, implementada por práticas criminosas de uma minoria dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Comungamos, pois, do entendimento de que as regras que proíbem a alienação de terras transferidas a trabalhadores rurais nessas circunstâncias devem ser enrijecidas, em obediência ao preceito constitucional insculpido no art. 189 e por razões de justiça social, de modo a estender a vedação a qualquer das espécies de alienação ou transferência de posse, bem assim às benfeitorias e concessões eventualmente existentes.

Ademais, vemos com bons olhos o expediente da preferência de compra outorgado ao Poder Público, pois, sem dúvida, representa a fixação de mais uma garantia ao respeito das normas de regência da matéria.

Para maior clareza preferimos oferecer uma Subemenda, alterando o *caput* do art. 18, nele incluindo as vedações propostas pela emenda recebida e introduzindo pelo § 11 a imissão de posse pelo órgão do Governo Federal no caso de descumprimento das disposições do *caput*.

III – VOTO

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com a Emenda nº 02 da CRA, e das Emendas nºs 01 e 03 da CRA, com Subemendas, e, ainda, da Emenda nº 04 apresentada:

EMENDA Nº 02 – CRA-CAE

Acresça-se ao PLS 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 03 – CRA-CAE

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

“Art. 18.

.....

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas adquiridas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

SUBEMENDA À EMENDA Nº 01-CRA-CAE

Dê-se à ementa e ao *caput* do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Altera o art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à*

reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

EMENDA Nº 04-CRE

O *caput* do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação acrescido dos seguintes §§ 11 e 12:

Art. 18. A distribuição de imóveis rurais por reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, vedada a transmissão da propriedade ou da posse, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, pelo prazo de dez anos, ressalvada a sucessão por morte.

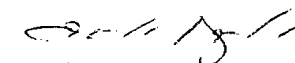
.....

§ 11. O órgão federal competente será liminarmente imitido na posse do imóvel, em caso de descumprimento das disposições do *caput* deste artigo.

§ 12. Decorrido o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, o órgão federal competente gozará de direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições e valor com os particulares, devendo o beneficiário do programa de reforma agrária notificá-lo da intenção de alienar, a fim de que possa exercer o direito de preferência no prazo de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento da notificação, comprovadamente efetivada mediante recibo” (NR).

Sala da Comissão, em 15 de Maio de 2007

, Presidente


, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/10/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Luiz Mendonça

RELATOR(A): [assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SILVYS SLHESARENKO (PR)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS
PFL	
ALMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA
PSDB	
CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUEBRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO
PDT	
OSMARDIAS	1-JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS. 180, de 2003

TITULARES - Bico de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bico de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT)				
DELCIDIO AMARAL (PT) AUTOR		X			3-IDELI SALVATTI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)				
FERNANDO COLLOR (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			
RENATO CASAGRANDE (PSB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)	X			
EXPEDITO JUNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X			
SERY S SHESHARENKO (PT)	X				8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-JOAO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA	X			
VALDIR RAUPE	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON	X				3-WELLINGTON SALGADO	X			
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOAOQUIM RORIZ				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBÃO	X				2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES				
ELISEU RESENDE	X				3-DEMÓSTENES TORRES				
LAYMB CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL	X			
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA	X				1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO	X				2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA	X				3-MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				4-JOAO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1-JEFFERSON PERES	X			

TOTAL 23 SIM 21 NÃO 2 PREJ - AUTOR 01 ABS - PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.

Altoizil Mercadante
Senador/Altoizil Mercadante
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 02-CRA-CAE e Emenda nº 04-CAE apresentadas ao PLS nº 180, de 2003.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT)				
DELCEIO AMARAL (PT) AUTOR	X				3-IDELI SALVATI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)				
FERNANDO COLLOR (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)	X			
EXPEDITO JUNIOR (PE)					7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERY SUESSAKENKO (PT)	X				8-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-JOAO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	X				1-VALTER PEREIRA	X			
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO	X			
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOAOQUIM RORIZ				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBAO	X				2-ANTONIO CARLOS MAGALHAES				
ELISEU RESENDE	X				3-DEMÓSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSALBA CIARLINI				
KATIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA	X				1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO	X				2-EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JERISSATI	X				4-JOAO TENORIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1-JEFFERSON PERES	X			

TOTAL 23 SIM 22 NÃO 1 PREJ 0 AUTOR 0 ABS 0 PRESIDENTE 01

Aloizio Mercadante
Senador Aloizio Mercadante
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF, Comissão de Assuntos Econômicos)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Subemendas às Emendas nºs 01 e 03-CRA-CAE apresentadas ao PLS nº 180, de 2003.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, Pcdob, PRB, PP e PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLYCI (PT)	X				1-FLAVIO ARNS (PT)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				2-PAULO PAIM (PT)				
DELÍDIO AMARAL (PT) AUTOR	X				3-IDELI SALVATTI (PT)	X			
ALOIZIO MERCADANTE (PT)					4-SIBA MACHADO (PT)				
FERNANDO COLLOR (PTB)	X				5-MARCELO CRIVELLA (PRB)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					6-INACIO ARRUDA (PCdoB)	X			
EXPEDITO JUNIOR (PR)	X				7-PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)				
SERY SLEHSSARENKO (PT)					8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					9-JOAO RIBEIRO (PR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO LUCA	X				1-VALTER PEREIRA	X			
VALDIR RAUPP	X				2-ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					3-WELLINGTON SALGADO	X			
MÃO SANTA	X				4-LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					5-JOAOQUIM RORIZ				
NEUTO DE CONTO					6-PAULO DUQUE				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				7-JARBAS VASCONCELOS				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA					1-JONAS PINHEIRO				
EDISON LOBÃO	X				2-ANTONIO CARLOS MAGALHAES				
ELISEU RESENDE	X				3-DEMÓSTENES TORRES				
JAYME CAMPOS					4-ROSAJBA CIARLINI				
KÁTIA ABREU					5-MARCO MACIEL				
RAIMUNDO COLOMBO					6-ROMEU TUMA	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA	X				1-ARTHUR VIRGILIO				
FLEXA RIBEIRO	X				2-EDUARDO AZEREDO	X			
SERGIO GUERRA					3-MARCONI PERILLO				
TASSO JIRESSATI	X				4-JOÃO TENÓRIO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1-JEFFERSON PÉRES	X			

TOTAL 23 SIM 22 NÃO 01 PREJ 01 AUTOR 01 ABS 01 PRESIDENTE 01

Aluizio Mercadante
Senador Aluizio Mercadante
Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 15/07/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

TEXTO FINAL

AO

PROJETO DE LEI Nº 180, DE 2003

Altera o art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18** A distribuição de imóveis rurais por reforma agrária far-se-á por meio de títulos de domínio ou de concessão de uso, vedada a transmissão da propriedade ou da posse, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, pelo prazo de dez anos, ressalvada a sucessão por morte.

.....
§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas adquiridas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

§ 8º O Poder Público estadual e municipal, bem como os empreendimentos da iniciativa privada que assentam famílias em área rural, manterão cadastro atualizado dos beneficiários, com as respectivas qualificações completas, e enviarão as relações ao INCRA, mediante recibo, até o dia 30 de janeiro do ano seguinte.

§ 9º O INCRA e as demais entidades que distribuem terras em programa de Reforma Agrária rastrearão as informações constantes dos arquivos, reciprocamente, antes de procederem ao assentamento dos inscritos.

§ 10. Os responsáveis pela busca que descumprirem as obrigações impostas no parágrafo anterior responderão civil, penal e administrativamente.

§ 11. O órgão federal competente será liminarmente imitado na posse do imóvel, em caso de descumprimento das disposições do *caput* deste artigo.

§ 12. Decorrido o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, o órgão federal competente gozará de direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições e valor com os particulares, devendo o beneficiário do programa de reforma agrária notificá-lo da intenção de alienar, a fim de que possa exercitar o direito de preferência no prazo de quarenta e cinco dias, a contar do recebimento da notificação, comprovadamente efetivada mediante recibo”.

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (NR)

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2007


Senador ALOIZIO MERCADANTE, Presidente


Senador EDUARDO AZEREDO, Relator

Of. nº 75/2007/CAE

Brasília, 15 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realiza-

da nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, que “acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal” com a Emenda nº 2-CRA-CAE, com as Subemendas as Emendas nºs 1 e 3-CRA-CAE e com a Emenda nº 4-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

TÍTULO VII Da Ordem Econômica e Financeira CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

CAPÍTULO III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos

Mensagem de veto

constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

.....
Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24/08/01)

Parágrafo único. O órgão federal competente manterá atualizado cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

.....
Art. 4º A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
"Art. 18.

§ 1º O título de domínio de que trata este artigo conterá cláusulas resolutivas e será outorgado ao beneficiário do programa de reforma agrária, de forma individual ou coletiva, após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado.

§ 2º Na implantação do projeto de assentamento, será celebrado com o beneficiário do programa de reforma agrária contrato de concessão de uso, de forma individual ou coletiva, que conterá cláusulas resolutivas, estipulando-se os direitos e as obrigações da entidade concedente e dos concessionários, assegurando-se a estes o direito de adquirir, em definitivo, o título de domínio, nas condições previstas no § 1º, computado o período da concessão para fins da inegociabilidade de que trata este artigo.

§ 3º O valor da alienação do imóvel será definido por deliberação do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, cujo ato fixará os critérios para a apuração do valor da parcela a ser cobrada do beneficiário do programa de reforma agrária.

§ 4º O valor do imóvel fixado na forma do § 3º será pago em prestações anuais pelo beneficiário do programa de reforma agrária, amortizadas em até vinte anos, com carência de três anos e corrigidas monetariamente pela variação do IGP-DI.

§ 5º Será concedida ao beneficiário do programa de reforma agrária a redução de cinquenta por cento da correção monetária incidente sobre a prestação anual, quando efetuado o pagamento até a data do vencimento da respectiva prestação.

§ 6º Os valores relativos às obras de infra-estrutura de interesse coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos são considerados não reembolsáveis, sendo que os créditos concedidos aos beneficiários do programa de reforma agrária serão excluídos do valor das prestações e amortizados na forma a ser definida pelo órgão federal executor do programa.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária." (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em

vigor no dia subsequente à sua consumação integral. (Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial' .(Parágrafo incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

A proposição insere quatro novos parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, observados os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183–56, de 24 de agosto de 2001.

O parágrafo sétimo impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos, estadual e municipal, bem assim aos empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários, determinando que remetam tais dados ao Incra, alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Os parágrafos nono e décimo impõem ao Incra e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevendo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridos da regra.

Na justificação da matéria, o Senador Delcídio Amaral pondera que “é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo”.

Argumenta, o ilustre autor da proposta, que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição chega a esta Comissão para decisão terminativa, sendo que não recebeu emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Observamos que os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Outrossim, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Do mesmo modo, no que seja pertinente a constitucionalidade material e juridicidade, a proposta revela-se irreprochável.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, constatamos a existência de algumas atecias meramente redacionais, as quais cuidamos de corrigir por meio da apresentação de duas emendas.

A primeira delas altera a ementa e o **caput** do art. 1º do projeto, com o intuito de adequá-los aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A segunda emenda, por seu turno, acrescenta ao projeto o artigo segundo, estabelecendo cláusula de vigência, consoante imperativo do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não podemos deixar de aplaudir a preocupação e a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, de modo que o Congresso Nacional mantém a tradição de estar sempre atento aos fatos sociais e aos problemas que a sociedade brasileira enfrenta.

É certo que o Estado deve exercer fiscalização e controle mais ostensivos sobre o processo de reforma agrária, com vistas a impedir que oportunistas se valham de movimentos sociais para atingir seus objetivos escusos.

Nesse sentido, o vertente projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao Incra e demais entidades, o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice à má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família.

Com o intuito de aprimorar o sistema de fiscalização e controle previsto na proposta, oferecermos emenda de mérito, alterando o § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com os acréscimos da Medida Provisória nº 2.183–56, de 24 de agosto de 2001, a que se refere o art. 1º da proposição, determinando que os bancos de dados que serão disponibiliza-

dos pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Essa medida busca dar maior clareza às informações compiladas, facilitando o acesso e a pesquisa nos bancos de dados do programa de reforma agrária, de modo a tornar mais efetiva a sua fiscalização.

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Dê-se a ementa e ao **caput** do art. 1º do PLS nº 180, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta parágrafos ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dis-

põe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

EMENDA Nº 2

Acresça-se ao PLS nº 180, de 2003, art. 2º, com a seguinte redação:

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao § 7º do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a seguinte redação:

“Art. 18.

.....

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados geograficamente referenciado e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

.....(NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”.

A proposta acresce quatro novos parágrafos aos seis que já constam do art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

O parágrafo sétimo proposto impõe ao órgão executor do programa de reforma agrária o dever de manter atualizado e dar publicidade ao cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

O parágrafo oitavo prevê que os Poderes Públicos, estadual e municipal, bem assim os empreendimentos de iniciativa privada que assentem famílias em área rural, deverão manter cadastros atualizados dos beneficiários, determinando que remetam tais dados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), alimentando seu banco de dados, até a data que menciona.

Por seu turno, os parágrafos nono e décimo impõem ao Incra e às entidades congêneres o dever de rastrear as informações constantes dos arquivos, antes de procederem ao assentamento dos inscritos, prevenindo responsabilização civil, penal e administrativa aos descumpridores da regra.

Na justificativa da matéria, o Senador Delcídio Amaral observa que “é do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais infiltram-se nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo”.

Argumenta o ilustre autor da proposta que é imprescindível que se estabeleçam formas de controle, de modo que a transparência das ações das entidades que promovem a reforma agrária conferirá maior segurança e fiabilidade ao processo.

A proposição foi aprovada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com três emendas, sendo duas de redação e uma de mérito. As duas primeiras apenas modificam a ementa do projeto e fixam cláusula de vigência, adequando a proposição aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998. Já a terceira determina que os bancos de dados que serão disponibilizados pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária sejam referenciados geograficamente.

Vem, agora, o projeto ao exame desta Comissão técnica para exame em caráter terminativo.

II – Análise

Nos termos do art. 99, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, cabe a esta Comissão apreciar proposições relacionadas a direito agrário, planejamento e execução da política agrícola.

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, tendo em vista que compete privativamente a União legislar sobre direito agrário, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, não há reserva temática de iniciativa a respeito, como se depreende do art. 61, § 1º, da Lei Magna. Igualmente, no que tange a constitucionalidade material, juridicidade e técnica legislativa, a proposta revela-se irreprochável, especialmente após os aperfeiçoamentos implementados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que nos antecedeu no exame da matéria.

Realmente, as três emendas propostas pelo eminente Senador Amir Lando e aprovadas pelo plenário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, contribuíram para que a proposição legislativa fosse escoimada de qualquer vício de técnica legislativa. Ademais, a emenda de mérito aprovada segue a esteira da imprescindível utilização dos recursos disponíveis, ao exigir que o Órgão executor do programa de reforma agrária providencie o referenciamento geográfico das áreas desapropriadas, de modo a simplificar a fiscalização.

Quanto ao mérito, é digna de aplauso a iniciativa do nobre Senador Delcídio Amaral, que revela preocupação e sensibilidade com a situação enfrentada pelo homem do campo. Não temos dúvida de que este projeto é um importante avanço no sentido de identificar distorções e favorecer os que realmente necessitam de políticas públicas.

Nesse sentido, como bem salientou o Senador Amir Lando em seu parecer a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: “o projeto, ao determinar a manutenção de um cadastro atualizado de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, impondo, ainda, ao Incra e demais entidades o dever de rastrear as informações constantes de seus arquivos, cria óbice a má utilização deste instrumento de justiça social, que é a reforma agrária, beneficiando quem, de fato, necessita de terra para manter o seu próprio sustento e o de sua família”.

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, com as emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala da Comissão, – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

PARECER Nº 579, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei nº 81.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para a sua liberação.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, a iniciativa acima ementada, do Senador Paulo Paim, que altera a lei de regência do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para determinar que se dê publicidade sobre a existência de contas fundiárias inativas, bem como dos procedimentos necessários para a realização do saque pelos seus titulares.

Fundamentando a proposição, argumenta o autor que é justo que o trabalhador tenha todos Os esclarecimentos sobre a existência de valores de sua titularidade e que estejam a sua disposição.

Apointa ainda que o Estado deve a exemplo do que faz relativamente ao abono do PIS-PASEP, veicular campanhas periódicas sobre o FGTS, com a finalidade de orientar os trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e a competência para legislar (art. 61, **caput**; art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, a iniciativa é bem vinda à medida que possibilitará a milhares de trabalhadores tomarem conhecimento da existência de créditos de sua titularidade, ainda não reclamados.

Lembramos que o FGTS possui natureza complexa, pois ao mesmo tempo em que se constitui em direito do trabalhador é também um fundo social de aplicação variada.

Assim, ele é crédito trabalhista na medida em que é uma espécie de poupança forçada do trabalhador, concebido para socorrê-lo em situações excepcionais durante a vigência do vínculo de emprego ou na cessação deste, de forma instantânea ou em circunstância futura, conforme a causa determinante da cessação contratual.

Relativamente a sua natureza de fundo social temos a aplicação dos recursos do FGTS no financiamento de construção de habitações populares, obras de saneamento básico e de infra-estrutura urbana. Essa aplicação vinculada, em conjugação harmônica com uma política pública de emprego, contribui decisivamente para a alavancagem do nível de emprego.

Especialmente por essas razões percebemos a oportunidade e importância deste projeto, que será, sem dúvida, mais um instrumento para promover a transparência e a eficiência na gestão do FGTS.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006 na forma do Substitutivo.

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.
.....

VIII – depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo.”

Art. 2º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo e parágrafos:

“Art. 20.
.....

§ 21. Na hipótese do inciso VIII, o prazo de um ano correrá a partir da data de entrada em vigor desta Lei se a rescisão contratual tiver ocorrido anteriormente à sua vigência. Fica assegurado o direito ao saque imediato do saldo da conta se o trabalhador tiver completado três anos ininterruptos fora do regime do FGTS antes da entrada em vigor desta lei.

.....

Art. 21-A. No caso de não ter havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular, após um ano da aquisição do direito de que trata o inciso VIII do art. 20, fica o Agente Operador do FGTS autorizado a transferir o saldo disponível nela existente para outra conta vinculada, de mesma titulari-

dade, referente a vínculo empregatício vigente, se houver.

§ 1º Uma vez efetuada a transferência prevista no **caput**, não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável a conta que recebeu a transferência.

“§ 2º A transferência feita nos termos do **caput** não gera impactos no cálculo da multa

rescisória eventualmente devida pelo empregador do vínculo empregatício cuja conta recebeu o saldo transferido.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala da Comissão, . – **Patrícia Saboya**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator.



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126 de 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / /2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA *Patrícia Saboya*

RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLHESSARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
ÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PR)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- VALTER PEREIRA
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALCADO DE OLIVEIRA	5- JOAQUIM RORIZ
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
SALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA <i>Eduardo Azeredo</i>
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

EMENDA N.º 01 CAS (SUBSTITUTIVO) AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2006

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL, PR, PRB, PTB, Pc do B) TITULARES	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PL, PR, PRB, PTB, Pc do B) SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA (PSB)	1- FATIMA CLEIDE (PT)	X							
FLAVIO ARNS (PT)	2- SERYS SLESSARENKO(PT)	X							
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JUNIOR (PR)	X		X					
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)								
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	X				X			
INACIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)								
JOAO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PR)	X							
JOSE NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)								
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA	1- LEOMAR QUINTANILHA	X							
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- VALTER PEREIRA	X							
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON	X							
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO	X							
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- JOAQUIM RORIZ	X							
Bloco da Minoria (PFL e PSDB) TITULARES	Bloco da Minoria (PFL e PSDB) SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA								
JAYME CAMPOS	2- HERACLITO FORTES								
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO								
ROSALBA CIARLINI	4- ROMEU TUMA								
EDUARDO AZEVEDO (RELATOR)	5- CÍCERO LUCENA	X				X			
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA	X							
PAPALÉO PAES	7- MARISA SERRANO	X							
PDT TITULAR	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOAO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE								

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 23/05/2007.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


PATRICIA SABOYA (PSB)
PRESIDENTE

**TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2006
(EMENDA Nº01-CAS, SUBSTITUTIVO) APROVADO NA
REUNIÃO DE 23 DE MAIO DE 2007 E DEFINITIVAMENTE
ADOTADO NA REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2007.**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126 (SUBSTITUTIVO),
DE 2006**

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 20.**

VIII – depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar um novo contrato de trabalho em qualquer tempo.

..... (NR)"

Art. 2º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte § 21 ao art. 20 e do seguinte art. 21-A:

"**Art. 20.**

§ 21 Na hipótese do inciso VIII, o prazo de um ano correrá a partir da data de entrada em vigor desta Lei se a rescisão contratual tiver ocorrido anteriormente à sua vigência. Fica assegurado o direito ao saque imediato do saldo da conta se o trabalhador tiver completado três anos ininterruptos fora do regime do FGTS antes da entrada em vigor desta lei. (NR)"

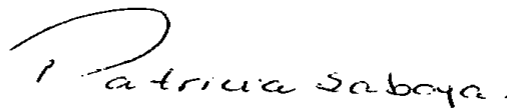
"**Art. 21-A.** No caso de não ter havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular, após um ano da aquisição do direito de que trata o inciso VIII do art. 20, fica o Agente Operador do FGTS autorizado a transferir o saldo disponível nela existente para outra conta vinculada, de mesma titularidade, referente a vínculo empregatício vigente, se houver.

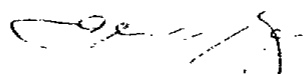
§ 1º Uma vez efetuada a transferência prevista no *caput*, não será feito o desmembramento do saldo da conta vinculada em nenhuma hipótese, e a movimentação será regida pela regra que for aplicável à conta que recebeu a transferência.

§ 2º A transferência feita nos termos do *caput* não gera impactos no cálculo da multa rescisória eventualmente devida pelo empregador do vínculo empregatício cuja conta recebeu o saldo transferido."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~

~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
.....

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

.....
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

~~I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;~~

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que trata o artigo 18. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus

sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

~~VIII - quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos;~~

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV - (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI - necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

XVII (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea *i* do inciso XIII do caput do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

~~§ 6º Os recursos aplicados em cotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

~~§ 7º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)~~

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de

programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

~~§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo e o disposto na Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, indisponíveis por seus titulares. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

~~§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 14. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 15. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os parágrafos 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 17. (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 18. (Vide Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

~~§ 19. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

~~§ 20. (Vide Medida Provisória nº 349, de 2007)~~

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

~~Art. 21. Após a centralização das contas de que trata o art. 12 desta lei, o saldo da conta não individualizada e da conta vinculada sem depósito há mais de 5 (cinco) anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.~~

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do art. 13 desta lei. (Incluído pela Lei nº 8.678, de 1993)

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão recebe para análise, em caráter terminativo, a iniciativa acima ementada, do Senador Paulo Paim, que altera a lei de regência do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para determinar que se dê publicidade sobre a existência de contas fundiárias inativas, bem como dos procedimentos necessários para a realização do saque pelos seus titulares.

Fundamentando a proposição, argumenta o autor que é justo que o trabalhador tenha todos os esclarecimentos sobre a existência de valores de sua titularidade e que estejam a sua disposição.

Aponta ainda que o Estado deve, a exemplo do que faz relativamente ao abono do PIS-PASEP,

veicular campanhas periódicas sobre o FGTS, com a finalidade de orientar os trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A iniciativa foi elaborada com observância dos pressupostos relativos à iniciativa e à competência para legislar (art. 61, **caput**; art. 48 e § 6º do art. 150 da Carta Magna, respectivamente).

No mérito, a iniciativa é bem-vinda à medida que possibilitará a milhares de trabalhadores tomarem conhecimento da existência de sua titularidade, ainda não reclamados.

Lembramos que o FGTS possui natureza complexa, pois ao mesmo tempo em que se constitui em direito do trabalhador é também um fundo social de aplicação variada.

Assim, ele é crédito trabalhista na medida em que é uma espécie de poupança forçada do trabalhador, concebido para socorrê-lo em situações ex-

cepcionais durante a vigência do vínculo de emprego ou na cessação deste, de forma instantânea ou em circunstância futura, conforme a causa determinante da cessação contratual.

Relativamente a sua natureza de fundo social, temos a aplicação dos recursos do FGTS no financiamento de construção de habitações populares, obras de saneamento básico e de infra-estrutura urbana. Essa aplicação vinculada, em conjugação harmônica com uma política pública de emprego, contribui decisivamente para a alavancagem do nível de emprego.

Especialmente por essas razões, percebemos a oportunidade e importância deste projeto, que será, sem dúvida, mais um instrumento para promover a transparência e a eficiência na gestão do FGTS.

III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2006.

Sala da Comissão, – **Eduardo Azeredo**, Relator.

SENADO FEDERAL Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 75/07 – CAS

Brasília, 30 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 23 de maio de 2007, em turno único, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo), de 2007, ao PLS 126 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta dispositivos aos arts 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”, e no dia 30 de maio de 2007, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, os termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senadora **PATRÍCIA SABOYA**
PRESIDENTE

**Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
DD. Presidente do Senado Federal**

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 10/07-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de abril de 2007

Assunto: Decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2007, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas”, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Pedro Simon**, Presidente eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº 75/2007/CAE

Brasília, 15 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, que “acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”, com a Emenda nº 2-CRA-CAE, com as Subemendas às Emendas nºs 1 e 3-CRA-CAE e com a Emenda nº 4-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Sociais

OF. Nº 75/07 – CAS

Brasília, 30 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou no dia 23 de maio de 2007, em turno único, a Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo), de 2007, ao PLS 126 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acrescenta dispositivos aos arts 5º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação”, e no dia 30 de maio de 2007, não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, foi definitivamente adotada, os termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,


Senadora **PATRÍCIA SABOYA**
PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) –

Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 180, de 2003; e 126, de 2006; 137, de 2007**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que pas-
so a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 397, DE 2007**

**Dispõe sobre a criação de Zona de
Processamento de Exportação (ZPE) no
Município de Boa Vista no Estado de Ro-
rAIMA.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Zona de Processamento de Exportação do Município de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento, regulados pela legislação cabível.

Art. 2º Ficam revogados art. 1º da Lei nº 8.015, de 7 de abril de 1990, e o art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após já ter apresentado projeto criando ZPE's nos Municípios de Rorainópolis e Caracará, e de se ter em vista a implementação definitiva das Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, todas no Estado de Roraima, coloco para a apreciação de meus nobres pares a iniciativa de que seja criada uma Zona de Processamento e Exportação na Capital de meu Estado, Boa Vista.

As iniciativas anteriores visaram a interiorização do desenvolvimento, mas não se pode esquecer que como toda e qualquer capital, há em Boa Vista uma maior concentração de pessoas e, conseqüentemente, uma enorme demanda por emprego, os quais dependem do desenvolvimento econômico.

Como já afirmei em justificativas aos projetos supracitados, os benefícios gerados aos amazônidas pela implantação da Zona Franca de Manaus embasam iniciativas como esta e, se formos um pouco mais além, podemos ter como um exemplo de sucesso o grande desenvolvimento da República da China nestas últimas duas décadas, o qual só estrutura quase que completamente sobre os moldes de Zonas de Processamento e Exportação, chamadas naquele País de “zonas econômicas especiais”, as quais empregam mais de 30 milhões de pessoas.

Neste sentido creio, evidentemente que em menor escala, que a criação dessa Zona de Processamento de Exportação e das outras já propostas ou em vias de implantação podem trazer, para o Estado de Roraima, para a Região Norte e para o Brasil, os mesmos benefícios.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador
Mozarildo Cavalcanti.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.015, DE 7 DE ABRIL DE 1990.

Autoriza a criação de Zonas de Processamento de Exportação e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 142, de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, **NELSON CARNEIRO**, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É elevado para catorze o limite estabelecido no art. 1º da Lei nº 7.792, de 4 de julho de 1989, na redação dada pela Lei nº 7.993, de 5 de janeiro de 1990.

Art. 2º É autorizada a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, e de outra no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, observados os requisitos do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

NELSON CARNEIRO

LEI Nº 7.792, DE 4 DE JULHO DE 1989.

Limita em dez o número de Zona de Processamento de Exportações (ZPE).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica limitado em 12 (doze) o número de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs, de que trata o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988. (Redação dada pela Lei nº 7.993, de 1990) (Vide Lei nº 8.015, de 1990)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de julho de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
Roberto Cardoso Alves

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 398, DE 2007**

Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

“Art. 141.
.....
V – por meio de sítios ou de mensagens eletrônicas difundidas pela Internet.
.....” (NR)”

Art. 2º O art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 14.
Parágrafo único. Tratando-se de crime contra a honra praticado por meio de sítios ou de mensagens eletrônicas difundidas pela Internet, no momento da comunicação do crime pela vítima, a autoridade policial deverá acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a divulgação do material referido. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os crimes contra a honra praticados pela Internet, seja em sites da web, seja por meio de mensagens eletrônicas, têm uma ofensividade que justifica o estabelecimento da agravante.

Tem sido muito comum a criação de sites de pseudo-jornalistas com o objetivo exclusivo de caluniar, difamar ou injuriar autoridades públicas e outras personalidades e destruir sua reputação. Isso mostra como a Internet pode ser utilizada como verdadeiro instrumento do crime. As repercussões sobre a honra, subjetiva e objetiva, são inquestionáveis, na medida em que milhares de pessoas podem acessar as informações caluniosas ou difamantes e retransmiti-las, numa cadeia sem fim.

No sentido de coibir essa prática, ofereço esta Proposição, que prevê aumento de pena, de 1/3, para os crimes contra a honra praticados pela Internet.

Além disso, propomos que a autoridade policial, ao ser comunicada do crime, faça a impressão do material ofensivo, para que sirva de prova na ação penal, no ato de lavratura do respectivo termo, em que certificará a consumação do delito. Dessa forma, de nada adiantará ao agente retirar o site do ar para dificultar a produção de prova pelo ofendido, nem terá validade a alegação de que o material foi forjado por ele.

O projeto efetivamente contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal, razão pela qual peço que as nobres Senadoras e Senadores votem pena sua aprovação.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador
Expedito Júnior.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO PENAL – Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

**CAPÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

.....

Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro;

II - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

Parágrafo único - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941

**TÍTULO II
DO INQUÉRITO POLICIAL**

.....

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2007

Denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães” o trecho da rodovia BR-020 que atravessa o Distrito Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por finalidade homenagear a figura de Honestino Monteiro Guimarães, líder estudantil desaparecido em 1973, após ser preso pelas forças da repressão política.

Natural de Itaberaí, Goiás, Honestino nasceu em 28 de março de 1947, filho de Benedito Guimarães e Maria Rosa Leite Guimarães.

Iniciou sua militância política no ensino secundarista, no início da década de 60, enquanto cursava a tradicional escola “Elefante Branco”, de Brasília.

Aprovado em 1º lugar no vestibular para Geologia, na Universidade de Brasília (UnB), Honestino logo se tornaria uma das principais lideranças estudantis do País. Em 29 de agosto de 1968, entretanto, quando a Universidade foi invadida pelas tropas da ditadura, Honestino foi preso e afastado da instituição.

Após sua libertação, assumiu a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969, quando a entidade já se encontrava na ilegalidade. Exerceu a presidência até 10 de outubro de 1973, quando foi novamente preso e nunca mais visto. Tinha, na ocasião, 26 anos de idade.

Sua morte somente veio a ser reconhecida em 1995, com a aprovação da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”.

Como estudante universitário, Honestino se tornou uma das maiores lideranças nacionais, tendo sido um dos principais responsáveis pela sobrevivência do movimento estudantil, no período em que este foi mais perseguido. Hoje, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB leva o seu nome, assim como o Museu Nacional recentemente construído na Capital Federal.

O presente projeto visa a ampliar essas justas homenagens àquele que foi um verdadeiro mártir do movimento estudantil, no ano em que Honestino completaria sessenta anos de idade.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 228/2007

Brasília, 3 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Arnaldo Faria De Sá (PTB – SP) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 379, que “altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Passa-se à lista de oradores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas encaminhar requerimento de pesar que apresentei à Mesa pelo falecimento do Dr. Antônio Ernesto Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, ocorrido no último dia 29 de junho de 2007.

Antônio Ernesto Werna de Salvo, natural de Curvelo, cidade do meu Estado de Minas Gerais, era engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil. Com seu vasto conhecimento relacionado ao desenvolvimento da raça Guzerá, tornou-se Vice-Presidente e Presidente da Associação dos Criadores de Guzerá do Brasil e um dos mais ilustres membros do Colégio Brasileiro de Juizes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, a ABCZ, com sede em Uberaba, onde fazia parte da diretoria do conselho deliberativo, recebendo em 1987 o Mérito Pecuário, título ofertado por aquela renomada Associação àqueles que se destacam em prol da Agropecuária no Brasil.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) por cinco mandatos, foi reeleito em outubro de 2005 para mais um triênio à frente da entidade que representa os produtores rurais brasileiros. Presidiu ainda o Conselho Superior da Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, que reúne nove entidades do setor primário, que respondem pela grande maioria da renda, produção, exportação e geração de empregos do setor rural.

Ainda em novembro de 1997, Antônio Ernesto foi eleito Presidente da Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores, que reúne as entidades representativas dos produtores rurais das três Américas. Produziu vários trabalhos técnicos, como o livro *Guzerá 50 anos*, e exerceu também a presidência do conselho deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o Senar, e a vice-presidência da Federação da Agricultura de Minas Gerais por dois mandatos.

As nossas homenagens, portanto, a Antônio Ernesto. Eu não poderia deixar de registrar o falecimento desse grande homem público que tanto contribuiu para o desenvolvimento do setor agropecuário nacional. Esse requerimento vai também assinado pelo meu colega de Bancada de Minas Gerais, Senador Eliseu Resende.

É com muita dor realmente que comunicamos o falecimento do Antônio Ernesto, um grande líder rural. Lembro-me bem, quando ele esteve aqui, no Senado,

discutindo as questões da reforma tributária, de como a sua argumentação era forte, mostrando a importância do setor rural no Brasil.

O Senador Marconi Perillo também assinará comigo este voto de pesar.

Quero, portanto, Sr. Presidente, enaltecer a figura de Antônio Ernesto.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado por V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a.

Minha intervenção, neste momento, é para, subcrevendo o requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo, manifestar o profundo pesar do meu Estado de Goiás pelo falecimento do Dr. Antônio Ernesto Werna de Salvo, um dos grandes líderes do setor produtivo rural brasileiro, comprometido com as técnicas mais modernas para a agricultura, pecuária, agroindústria, para o agronegócio; homem comprometido com as lutas de todos aqueles que, ao longo dessas últimas décadas, construíram um Brasil forte a partir do setor rural, um Brasil competitivo, um Brasil exportador de matérias-primas, superavitário nesta área e que acabou tendo a participação de em pelo menos 33% do seu PIB, 37% dos empregos e 50% das exportações brasileiras.

Antonio Ernesto era um líder inato, um homem inteligente, preparado, culto, uma pessoa aguerrida, que esteve presente em todos os movimentos reivindicatórios da agricultura, da pecuária e do agronegócio no Brasil nos últimos anos.

Na próxima semana, Sr. Presidente, faríamos um debate aqui, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, para o qual já havíamos convidado o Dr. Antonio Ernesto. Hoje ainda, quando analisava o formato da reunião, vimos que o nome dele constava dessa lista de convidados.

O Dr. Ernesto sofreu esses últimos anos em função de uma doença que o acometeu, mas, mesmo doente, lutando contra a doença, continuou, sem licenciar-se, pelo menos até os últimos dias, da Presidência da Confederação Nacional da Agricultura.

Efetivamente, o Brasil perde um dos grandes líderes do agronegócio brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Sobre o assunto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a, Senador Flávio Arns, falará sobre o assunto? (Pausa.)

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associe-me também às manifestações do Senador Eduardo Azeredo e do Senador Marconi Perillo. Peço licença, inclusive, para subcrever o voto de pesar ao lado de S. Ex^{as} e destacar que a presença do Dr. Salvo, em termos da agricultura, no Brasil foi fundamental.

Basta dizer, como já foi ressaltado, que a área da agricultura, do agronegócio, do grande negócio e também, hoje em dia, felizmente, da pequena agricultura, da agricultura familiar sustentaram nessas áreas, durante vários anos, a nossa balança comercial.

Trata-se de uma área que gera empregos, gera renda, traz o equilíbrio econômico e social. No meu Estado, o Paraná, muitos Municípios são conhecidos como rurais tal a influência da atividade rural no seu cotidiano e no seu universo. E o Dr. Salvo, coordenando esse esforço nacional, tem muito a ver com esse progresso que o nosso País experimentou.

Então, à família e a toda a área da agricultura, o nosso sentimento de pesar. Pensemos sempre nessa área como uma das molas propulsoras de um Brasil dinâmico, de um Brasil desenvolvido, uma área necessária para o bem-estar do nosso povo.

Obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Só queria fazer uma consulta a V. Ex^a: saber se eu teria condições ainda de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB.) – Vou inscrever V. Ex^a, embora o tempo relativo a comunicações inadiáveis já tenha sido utilizado na homenagem prestada à UNE.

Mas vou inscrever V. Ex^a. Quem sabe V. Ex^a tenha um pouco de sorte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a. Vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É o mesmo pedido do Mário Couto, confiado na sensibilidade de V. Ex^a, que é forte, grande e resolve todos os problemas. Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável para prestar uma homenagem a Piri-piri, grande cidade do Piauí, que faz aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a está inscrito também, Senador.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, inicialmente, quero referir-me à Comissão Especial de Foro e Laudêmio da Câmara Municipal de Niterói, composta por Vereadores aqui presentes – Felipe Peixoto, Renatinho e Professor Luciano –, que está em Brasília em luta contra a absurda cobrança das taxas de foro e laudêmio que está ocorrendo em todo o País, principalmente no Rio de Janeiro, por parte da Secretaria do Patrimônio da União.

Este ano, os foreiros da União foram surpreendidos com aumentos absurdos no valor das taxas, que, em alguns casos, chegaram a 10.000%. Existem ainda outros problemas mais graves, que dizem respeito à própria demarcação de terras da União no Estado do Rio de Janeiro. Ao demarcar seus terrenos na região oceânica de Niterói, bem como na Região dos Lagos, em Angra dos Reis, Parati e em muitas outras cidades, a Secretária do Patrimônio da União cometeu graves erros no procedimento administrativo, que resultou na inclusão de mais de dez mil imóveis como terras da União. Isso resultou, Sr. Presidente, na situação absurda em que proprietários de imóveis deixaram de ser proprietários para se tornarem simples ocupantes de terrenos da União, devendo se inscrever como ocupantes junto à Secretaria do Patrimônio da União, enfrentar a burocracia federal e pagar pesadas taxas para ter seus imóveis regularizados.

Espero que a Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, apure as irregularidades cometidas na demarcação, que foram levantadas pela Câmara de Niterói, corrija-as e promova a revisão de todo o procedimento.

Queria também, Sr. Presidente, fazer referência ao Estatuto das Pequenas e Médias Empresas, que

entrou em vigor no dia 1º de julho. Trata-se de medida extremamente importante para eliminar toda a burocracia, que dificulta o crescimento dessas empresas que são as maiores geradoras de renda e emprego.

Solicito a V. Ex^a que seja dado como proferido este discurso, que entrego à Mesa, sobre a importância do Estatuto das Microempresas, Estatuto que tanto beneficia as empresas de pequeno porte e as microempresas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o setor de micro e pequenas empresas, vem consolidando, ano após ano, papel destacado entre os principais fundamentos do dinamismo da economia brasileira.

Em conjunto, as micro e pequenas empresas representavam, em 2002, 99,2% das empresas formais, respondendo por 57,2% dos empregos totais e por 26,0% do total da massa salarial.

Entre 1996 e 2002, a massa salarial cresceu, em termos reais, 57,3%, no âmbito da microempresa; e 37,9%, no da pequena.

Tamanho prova de vigor, por parte do pequeno empreendedor, conta com poderoso impulsor, a partir do dia 1º de julho passado, data em que ganharam vigência as cláusulas tributárias contidas na Lei Complementar nº 123, de 2006, promulgada no mês de dezembro, último.

De fato, Sr. Presidente, os avanços trazidos por essa Lei Complementar caracterizam-se, ao mesmo tempo, como urgentes e desejáveis.

Primeiramente, por estabelecer um “Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, que consolidou normas que se achavam dispersas no ordenamento jurídico nacional, tais como a ampliação do limite de enquadramento das empresas, duplicado quando da edição da assim chamada MP do Bem, em 2005.

Em seguida, por inovar em aspectos críticos ao adequado desenvolvimento do pequeno empreendedorismo, no Brasil, notadamente na redução das exigências de caráter burocrático e na criação de um “Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições” para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples Nacional, ou Supersimples, como veio a ser mais conhecido.

Do ponto de vista de redução da burocracia, os avanços foram significativos: os processos de inscrição e baixa da pessoa jurídica foram unificados, no

âmbito federal, estadual e municipal. Foi simplificado o processo de pesquisa cadastral, prévio ao registro. Foram simplificados os requisitos de segurança sanitária, de metrologia, de controle ambiental e de prevenção contra incêndios. Foi prevista a emissão do alvará provisório de funcionamento, imediatamente após o registro, um mecanismo único de entrada de dados e de documentos, o registro da empresa independentemente da comprovação de regularidade tributária, previdenciária e trabalhista dos sócios. Foi vetada a exigência de documentos adicionais – prática usual das repartições públicas encarregadas do registro empresarial –, assim como de quaisquer exigências, restritivas ou condicionantes, que excedam às disposições da legislação.

Práticas inovadoras estão sendo introduzidas, no sentido de estimular a legalização das empresas informais, práticas essas corretamente centradas na efetiva redução das alíquotas incidentes sobre as microempresas e da complexidade da escrituração contábil.

Esses avanços, Sr^{as} e Srs. Senadores, são tão mais relevantes quanto mais se sabe que o Brasil é considerado um dos países em que o ambiente de negócios é mais restritivo, face ao insuportável nível de burocracia a que nossas empresas se vêem submetidas.

Por isso, Sr. Presidente, vale a pena ressaltar a grande inovação consubstanciada pelo Supersimples. A partir de 1º de julho, o recolhimento de impostos e contribuições pode ser feito em documento único, englobando uma ampla gama de impostos e contribuições. Entre os impostos, temos o Imposto de Renda, o ICMS e o ISS, cobrados respectivamente pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Entre as contribuições federais, foram unificadas a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Cofins, o PIS/Pasep, e a contribuição patronal à Seguridade Social, incidente sobre a folha de pagamentos.

Complementando todos esses aprimoramentos, é justo citar algumas abordagens em que a Lei Complementar inovou, de forma oportuna: a comprovação de regularidade será exigível apenas ao final dos processos, nos casos de licitação pública, facilitando o acesso das MPE às compras governamentais. Haverá, ainda, preferência na contratação de bens e de serviços para os órgãos públicos, em condições equívocas de preço.

Nos aspectos trabalhistas foram eliminadas diversas obrigações burocráticas, tais como a de afixar Quadro de Trabalho, a de exigir anotações diversas em livros e fichas de registro, a de manter “Livro de Inspeção do Trabalho”, e a de comunicar férias coletivas ao Ministério do Trabalho.

Mas, não poderia finalizar este meu pronunciamento, Senhor Presidente, sem registrar alguns outros aprimoramentos que julgo decisivos para o setor, no âmbito do Estatuto da Micro e Pequena Empresa.

São eles: o estímulo para que o Governo e a iniciativa privada articulem linhas de crédito exclusivas e diferenciadas para as empresas menores, mais recursos às cooperativas de crédito dos micro e pequenos empresários, incentivo à inovação tecnológica, acesso aos Juizados Especiais Cíveis nos Estados, anteriormente restrito às microempresas e ora estendido às de pequeno porte.

Por fim, a Lei Complementar prevê a concessão de parcelamento, em até 120 meses, dos débitos vencidos relativos aos tributos e às contribuições previstas no Simples Nacional, inclusive os já inscritos em dívida ativa, desde que gerados em data anterior a 31 de janeiro de 2006. O novo regime tributário estará disponível para a opção de uma gama maior de atividades econômicas, em relação àquelas admitidas no regime anterior.

Por tudo o que foi aqui exposto, Sr. Presidente, é justo concluir que parte substancial dos entraves ao desenvolvimento do pequeno empreendedorismo está superada. Não que o desafio possa ser dado por vencido, infelizmente; até porque a complexidade de todo o sistema tributário em vigor não poderia deixar – como, efetivamente, não deixou – de afetar as disposições adotadas na regulação das atividades das micro e pequenas empresas.

Ressalto, por fim, a necessidade de atenção aos prazos recursais estabelecidos para o enquadramento no Supersimples, abertos até o final do mês de julho corrente às empresas que quiserem requerê-lo, ou àquelas que dele quiserem recorrer.

De uma forma ou de outra, tornou-se, hoje, mais positivo e mais favorável o horizonte do micro e do pequeno empreendedorismo, no Brasil. Há, efetivamente, o que comemorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento, nobre Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado nas últimas semanas os acontecimentos do Senado Federal, amplamente veiculados pela imprensa, pelos telejornais, pelas grandes redes de televisão, pelas rádios e, mais do que nunca, venho acompanhando,

entristecido, os acontecimentos que afligem o Senado Federal. É esse assunto, Sr. Presidente, que gostaria de abordar em rápidas linhas, fazendo uma avaliação serena do papel e da imagem do Senado e das últimas decisões tomadas principalmente pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Sr. Presidente, quer queira quer não, o Senado Federal, inequivocamente, vive um momento de crise. Não terá sido esta, com toda a certeza, Sr. Presidente, a primeira que enfrenta no curso de sua história, e com a mesma certeza afirmo: não será também a última.

Esta é uma Casa cuja história tem lustro e tem brilho. E o lustro e o brilho do Senado Federal não foram construídos sobre uma trajetória mansa e rotineira. Muito ao contrário: eles decorrem, precisamente, de que Senadoras e Senadores – cada qual a seu tempo – souberam reconhecer, enfrentar e resolver o quinhão de problemas que a cada um tocou.

O fardo de agora é nosso, e não podemos ser os que, pela primeira vez, deixaremos um problema sem solução; ou daremos a um problema, pela primeira vez, solução indigna da história que herdamos ou da responsabilidade que nos tocou.

O Senado Federal, Sr. Presidente, é uma Casa que decide! E mais: sempre decidiu em profunda sintonia com a vontade da Nação.

Foi assim em 1974, quando a eleição de dezesseis Senadores, numa avalanche de mandatos feitos pela oposição, demarcou o início efetivo da longa resistência parlamentar ao golpe militar, num caminho que levaria uma década inteira para encontrar o ponto certo de chegada.

Foi assim em 1983, Senador Cristovam, quando o nosso então Presidente, o Senador Nilo Coelho, concluindo a histórica votação do Decreto-Lei nº 2.024, rechaçou a pressão da máquina governista, pela aprovação, e declarou não ser Presidente do Congresso do PDS, mas Presidente do Congresso do Brasil.

Foi também assim, há bem poucos anos, quando este mesmo Plenário não hesitou cortar na própria carne quando isso – **precisamente isso** – era o necessário; era o que deveria ser feito.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal nunca foi uma Casa covarde; nunca fugiu às suas lutas; sempre combateu o bom combate. Mas jamais tolerou, no mesmo diapasão orgulhoso, ser coagido a decidir sob pressão de quem quer que seja, sem moderação, sem fundamento, sem consultar, em proporções equilibradas, a experiência institucional acumulada e os interesses mais legítimos dos brasileiros.

Em momentos como este, o único que nos pode valer são os princípios, apenas eles. É a aliança feita

com o povo brasileiro, sob o fundamento e o abrigo da democracia. É a crença de que a justiça deve prevalecer por inteiro e sem adjetivos.

É assim que ela, a justiça, deve ser feita: consagrada de todos os sacramentos que a fazem diferente – profundamente diferente – dos processos de linchamento, porque amparada na impessoalidade, no devido processo legal e no amplo direito de defesa.

A lei é para todos; fora dessa verdade, só há a ruína do Estado e a morte da democracia.

E é por isso que ela, a Lei, subordina a todos com a mesma força, numa mesma disposição, traduzida no conjunto de normas e regramentos que regem os processos. Nesta Casa, de forma toda especial, é imperativo que todos a ela se curvem, independente de cargo, de partido ou de qualquer outro traço biográfico.

Ninguém – repito: ninguém! – está ou deve estar acima da lei ou fora do seu alcance. Ninguém, da mesma forma, ficará fora do seu abrigo ou estará nela desamparado.

Sei bem o que representa para um Parlamentar o desafio da isenção. A experiência que tive na Presidência da CPI dos Correios foi avassaladora, do ponto de vista da exigência pessoal, mas foi também uma evidência tangível de que é possível o sucesso, desde que a orientação seja correta e justa.

Não há, dessa forma, ocasião para extremos: nem a oportunidade da tolerância leniente, por um lado, nem do frenesi da vingança, por outro. Basta simplesmente a letra do regulamento. Nada mais é necessário.

Amparado em tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ao conjunto do Senado e, em especial, àqueles entre nós que compõem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, retomar a iniciativa, comandar as ações e fazer história. A todos nós cabe fazer justiça, enquanto se faz a história.

Para isso estamos aqui. Para isso o povo brasileiro confiou mandatos às 10 Senadoras e aos 71 Senadores que, neste plenário, hoje o representam.

Nesse sentido, um primeiro passo foi dado. Há que se reconhecer e louvar a pronta resposta dada pela Mesa Diretora do Senado à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Da forma como procedeu, a Mesa demarcou um duplo acerto: corrigiu um erro de encaminhamento, livrando o processo de vício formal e o fez com tempestividade, cortando pela raiz a suspeita de favorecimento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti, com muito prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Parabeno V. Ex^a tanto pela coragem quanto pela oportunidade do pronunciamento que faz. Tenho acompanhado, mais ou menos silenciosamente, essa crise que se abate sobre o Senado Federal. Tenho lido as matérias que a imprensa tem publicado e, principalmente, preocupo-me quando começam a questionar inclusive a importância de o Senado existir. Isso é preocupante, porque é como se fosse assim: se alguém adoce numa família, extermina-se a família; se alguém tem um problema numa entidade, extermina-se a entidade, como se o Senado não tivesse colaborado até aqui – V. Ex^a colocou muito bem – para construir a democracia neste País e, principalmente, para que a ação legislativa pudesse ser feita com mais equilíbrio e mais justiça. E o mais importante é que aqui é o lugar onde os Estados se equilibram, onde um pequeno Estado como o meu, Roraima, iguala-se a um Estado grande como São Paulo. Se simplesmente pensássemos em extinguir o Senado, ficaríamos à mercê da desproporção existente na Câmara, onde um Estado tem oito Deputados Federais e outro tem setenta. Então, na verdade, a defesa do Senado, como V. Ex^a disse muito bem, deve ser impessoal. Creio que o procedimento de investigar está salvo a partir da decisão tomada ontem. Portanto, deve-se investigar. Aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que apresentei um projeto de resolução que modifica a forma de se compor o Conselho de Ética, porque o Conselho não é uma comissão temática, onde é justo que os partidos participem de maneira proporcional à sua representação. No Conselho, não. O meu projeto propõe que cada Partido que preencha o requisito de ter três Senadores (para ter estrutura de liderança) indique igualmente um Senador titular e um Senador suplente, todos os Partidos que tenham daí para frente, ou seja, três ou mais Senadores. Portanto, não teria maioria de um Partido sobre outro, aquela aparência de que se está “tratorando” a vontade dos outros e partidariano um conselho que tem a missão de investigar e de apurar. Então, espero que esse projeto seja debatido e aprovado, para mudarmos a forma do Conselho e, portanto, afastarmos dele qualquer politização das ações investigativas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pelos pertinentes comentários, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador atuante do nosso querido Estado de Roraima.

Concedo um aparte, Sr. Presidente, se V. Ex^a assim o permitir, ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, a presença de V. Ex^a tem engrandecido

este Senado. V. Ex^a presidiu a primeira CPI que acompanhei, e o Senado e a democracia saíram engrandecidos. Mas aprendemos com a história. Winston Churchill disse que política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, só se morre uma vez; na política, ressuscita-se. Abraham Lincoln disse que o governo é do povo, pelo povo, para o povo. Já li muitos livros de Abraham Lincoln, Presidente Efraim, e uma de suas grandes frases é: não faça nada contra a opinião pública que malogra. Tudo com a opinião pública tem êxito. O nosso Juscelino Kubitschek, moderno, simpático, sorridente, chamava os amigos dele, à noite aqui, José Maria Alkmin, Israel Pinheiro, e perguntava: como vai o monstro? O monstro era o povo. Ulysses dizia: ouça a voz rouca das ruas. É o povo, do qual não nos podemos dissociar. Mas, já que se falou nisso, já que política é como a guerra, eu me lembro de um pensamento. Efraim, a história nos ensina que houve um General Pirro, um grego, que ganhou uma batalha contra os romanos, mas ele olhou e disse: com outra vitória desta, eu estou acabado. Quer dizer, temos que ver as conseqüências das vitórias. Mas acho que o Senado vai bem. Temo julgamentos rápidos, de pronto e de chofre. Disso já nós nos livramos. Sócrates, antes de Cristo, foi julgado abruptamente, e ainda hoje a humanidade chora. Cristo também foi abruptamente julgado, e ainda hoje a humanidade chora. Então, o Senado está tendo essa sabedoria e essa reflexão em busca da verdade, em busca do que o nosso patrono disse. Não preciso nem buscar os dez mandamentos da Lei de Deus, só a frase: só tem um caminho e a salvação: a lei e a justiça.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó o Senador Cristóvam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Delcídio Amaral, é uma pena que, para um discurso como este, não tenhamos o máximo de tempo para debater. V. Ex^a está trazendo a esta Casa uma dimensão maior do momento em que vivemos. Essa crise imediata por que passamos, devido a denúncias contra Senadores, é um pedacinho de uma crise mais profunda, como se depreende do discurso de V. Ex^a. Se estivéssemos aqui discutindo grandes causas da transformação nacional, da solução dos nossos problemas, esses pontos de denúncia ficariam pequenininhos, do tamanho deles, ficariam localizados nas pessoas. Hoje, esses problemas não estão localizados nas pessoas, estão tomando toda a Casa, não por culpa dos que os estão provocando, mas por culpa de todos nós. Não estamos dando ao problema de falta de decoro de alguns a dimensão exata de simples falta de decoro de alguns. O discurso de V. Ex^a está trazendo esse

problema para nós. Faltam as grandes causas, que o Congresso deixe de ser um Poder imprensado entre medidas provisórias e liminares judiciais. Falta que saibamos que a pauta do povo não é igual à agenda que discutimos aqui. Fico satisfeito que V. Ex^a esteja trazendo essa dimensão maior. Além disso, a saída é o respeito à lei. Quero acrescentar que, neste momento, há uma dificuldade para que cumpramos a lei, porque a lei, além de ser legal, tem de ter legitimidade na opinião pública. E, de tanto postergar a aplicação da lei, ela começa a ficar ilegítima na opinião pública. A legalidade começa a parecer ilegal. Essa é a tragédia. Por isso, não podemos demorar. A parte mais importante do seu discurso – e todo ele eu reputo importante – é a urgência para enfrentarmos o problema. A cada dia adiado, menos legitimidade, e mais difícil fica cumprirmos a lei e sermos respeitados pelo povo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam, muito obrigado, mais uma vez, pelos posicionamentos lúcidos de V. Ex^a, do Senador Mão Santa e do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, prometo que concluirei rapidamente.

Fruto da decisão da Mesa Diretora do Senado, a esse primeiro passo bem dado devem seguir-se os demais, sempre tomados com isenção e com respeito ao Regimento Interno. Com o intuito de clarificar as disposições regimentais que devem nortear a solução de questões como essas que afligem a Casa.

Afirmo que pretendo apresentar nos próximos dias, em função do citado, projeto de resolução, visando...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... determinar o afastamento preventivo de Senador ocupante de cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão, em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda de mandato ou à pena de perda temporária de exercício do mandato.

Com o acolhimento deste projeto, que espero seja célere e unânime, não mais nos veremos contrangidos frente a situações injustificáveis.

Tenho total confiança na capacidade do Senado Federal de desincumbir-se a contento das suas prerrogativas constitucionais, em especial daquelas que envolvem os assuntos internos e se refletem sobre a dignidade da conduta de seus membros.

De outra forma, não seríamos um Poder independente. Não mereceríamos o mandato que nos foi confiado pelos cidadãos de cada um dos Estados desta

Federação. Não seríamos dignos do legado, da razão de ser e das perspectivas de futuro desta instituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Era, na verdade, o que eu precisava dizer neste momento. Não me perdoaria jamais o silêncio que acumplicia nem a omissão que apequena.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja publicado na íntegra nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senado Federal, inequivocamente, vive um momento de crise. Não terá sido esta, com toda a certeza, a primeira que enfrenta, no curso de sua história. Com a mesma certeza, afirmo: não será, também, a última.

Esta é uma Casa cuja história tem lustro e tem brilho. E o lustro e o brilho da história do Senado Federal não foram construídos sobre uma trajetória mansa e rotineira. Muito ao contrário: eles decorrem, precisamente, de que Senadoras e Senadores – cada qual a seu tempo – souberam reconhecer, enfrentar e resolver o quinhão de problemas que a cada um tocou.

O fardo de agora é nosso, e não podemos ser os que, pela primeira vez, deixaremos um problema sem solução; ou daremos a um problema, pela primeira vez, solução indigna da história que herdamos, ou da responsabilidade que nos tocou.

O Senado Federal, Sr. Presidente, é uma Casa que decide! E mais: sempre decidi em profunda sintonia com a vontade da Nação.

Foi assim em 1974, quando a eleição de 16 Senadores, numa avalanche de mandatos feitos pela oposição, demarcou o início efetivo da longa resistência parlamentar ao golpe militar, num caminho que levaria uma década inteira para encontrar o ponto certo de chegada.

Foi assim em 1983, quando nosso então Presidente, o Senador Nilo Coelho, concluindo a histórica votação do Decreto-Lei 2.024, rechaçou a pressão da máquina governista, pela aprovação, e declarou não ser Presidente do Congresso do PDS, mas Presidente do Congresso do Brasil.

Foi também assim, há bem poucos anos, quando este mesmo Plenário não hesitou cortar na própria carne quando isso – **precisamente isso** – era o necessário; era o que deveria ser feito.

Sr. Presidente, Sr^s Senadores, o Senado Federal nunca foi uma Casa covarde; nunca fugiu às suas lutas; sempre combateu o bom combate. Mas

jamais tolerou, no mesmo diapasão orgulhoso, ser coagido a decidir sob pressão, de quem quer que seja; sem moderação; sem fundamento; sem consultar, em proporções equilibradas, a experiência institucional acumulada e os interesses mais legítimos dos brasileiros.

Em momentos como este, o único que nos pode valer são os princípios; apenas eles. É a aliança feita com o povo brasileiro, sob o fundamento e o abrigo da democracia. É a crença de que a justiça deve prevalecer, por inteiro e sem adjetivos.

É assim que ela, a justiça, deve ser feita: consagrada de todos os sacramentos que a fazem diferente – profundamente diferente – dos processos de linchamento, porque amparada na impessoalidade, no devido processo legal e no amplo direito de defesa.

A lei é para todos; fora dessa verdade, só há a ruína do Estado e a morte da democracia.

E é por isso que ela, a Lei, subordina a todos com mesma força, numa mesma disposição, traduzida no conjunto de normas e regramentos que regem os processos. Nesta Casa, de forma toda especial, é imperativo que todos a ela se curvem, independente de cargo, de partido ou de qualquer outro traço biográfico.

Ninguém – repito: ninguém! – está, ou deve estar acima da lei ou fora do seu alcance. Ninguém, da mesma forma, ficará fora do seu abrigo ou estará nela desamparado.

Sei bem o que representa, para um Parlamentar, o desafio da isenção. A experiência que tive, na Presidência da CPMI dos Correios, foi avassaladora, do ponto de vista da exigência pessoal. Mas foi, também, uma evidência tangível de que é possível o sucesso, desde que a orientação seja a correta e a justa.

Não há, dessa forma, ocasião para extremos: nem a oportunidade da tolerância leniente, por um lado, nem do frenesi da vingança, por outro. Basta simplesmente a letra do regulamento. Nada mais é necessário.

Amparado em tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ao conjunto do Senado e, em especial, àqueles dentre nós que compõem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, retomar a iniciativa, comandar as ações e fazer história. A todos nós cabe fazer justiça, enquanto se faz a história.

Para isso estamos aqui. Para isso o povo brasileiro confiou mandatos às 10 Senadoras e aos 71 Senadores que, neste plenário, hoje o representam.

Nesse sentido, um primeiro passo foi dado. Há que se reconhecer e louvar a pronta resposta dada pela Mesa Diretora do Senado à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Da forma como procedeu, a Mesa demarcou um duplo acerto: corrigiu

um erro de encaminhamento, livrando o processo de vício formal; e o fez com tempestividade, cortando pela raiz a suspeita de favorecimento.

A esse primeiro passo bem dado, devem seguir-se os demais, sempre tomados com isenção e com respeito ao Regimento Interno. Com o intuito de clarificar as disposições regimentais que devem nortear a solução de questões como essas que afligem a Casa, pretendo apresentar, nos próximos dias, projeto de resolução visando determinar o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato. Com o acolhimento deste projeto, que espero seja célere e unânime, não mais nos veremos constrangidos frente a situações injustificáveis.

Tenho total confiança na capacidade do Senado Federal em desincumbir-se a contento das suas prerrogativas constitucionais, em especial daquelas que envolvem os assuntos internos, e se refletem sobre a dignidade da conduta de seus membros.

De outra forma, não seríamos um Poder independente. Não mereceríamos, de outra forma, o mandato que nos foi confiado pelos cidadãos de cada um dos Estados desta Federação. Não seríamos dignos do legado, da razão de ser e das perspectivas de futuro desta Instituição.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Era, na verdade, o que eu **precisava** dizer, neste momento! Não me perdoaria, jamais, o silêncio que acumplicia, nem a omissão que a pequena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela Liderança dos Democratas, ao Senador José Agripino.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se for possível, em seguida à fala do Senador José Agripino, eu gostaria de usar a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – De acordo com a alternância, após o Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a terá a palavra pela Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a foi subscritor de um requerimento que convida a comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – Comissão da qual V. Ex^a já foi Presidente e da qual hoje é Vice-Presidente, sendo uma das mais respeitadas figuras do corpo daquela Comissão – o ex-proprietário ou proprietário do espólio da RCTV, da Venezuela.

Assisti a uma entrevista, Senador Mão Santa, de S. S^a no Canal Livre da Band. Era um cidadão que falava castelhano e que foi entrevistado durante uma hora por uma TV brasileira, com legendas. É a importância que o Brasil dá ao fato que ocorreu em um país com quem temos relações históricas, a Venezuela, um país de gente amiga, um país simpático. Assistimos a um gesto de truculência antidemocrática que revoltou o mundo inteiro. O fato levou V. Ex^a a apresentar um requerimento de comparecimento do Presidente da RCTV para esclarecer o que está havendo lá, o que já fez por antecipação em muitos dos questionamentos que foram feitos pela TV.

O Senado Brasileiro – e já tive a oportunidade de ver, Presidente Efraim – cumpre o papel democrático que lhe é reservado. Em muitos momentos, já manifestou, principalmente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seu voto de censura, voto de inquietação, voto de preocupação com as atitudes da Índia e do Paquistão no que diz respeito à bomba atômica; com a Coreia do Norte no que diz respeito ao armamento nuclear; com Israel; com os Estados Unidos; com as atitudes não-democráticas de Cuba. As manifestações do Congresso brasileiro são sempre respeitadas. O Brasil, recentemente, por meio de uma comissão do Congresso Nacional, apresentou um voto que não era nem ao menos de censura, mas de preocupação e de reconsideração pelo fechamento da RCTV, que provocou uma comoção nacional na Venezuela – até hoje, as manifestações de rua acontecem. Nunca, nenhum gesto do Congresso brasileiro mereceu resposta mal-educada por parte dos países a quem as manifestações foram endereçadas. No caso do voto em relação ao fechamento da RCTV, dirigido ao Governo da Venezuela, a resposta foi truculenta, audaciosa, desafiadora.

O nosso Partido, Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, é o Democratas e temos de honrar o nome do nosso Partido. A Venezuela pretende ser partícipe do Mercosul. A condição essencial, primeira e fundamental para que um país pertença ao Mercosul – neste momento, participam dele Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, tendo alguns convidados, como Bolívia e

Chile – é que a democracia seja plena. Senador Mário Couto, essa é a pedra angular, é a condição *sine qua non*. Quando escaramuças ocorreram no Paraguai, o Brasil se apressou a mandar emissários para acomodar situações, preservar situações, visando a garantir o princípio democrático do Paraguai.

Muito bem. Agora a Venezuela pretende-se que ingresse no Mercosul e o Brasil tem, pelo seu Congresso, uma manifestação de preocupação com a atitude antidemocrática da Venezuela. E o Presidente Hugo Chávez deu três meses, deu três meses – desafiou – para que o Brasil se enquadre. Três meses! Ou se enquadra, ou ele cai fora do Mercosul e que se dane o Brasil.

Eu, Senadores Mão Santa e Valdir Raupp, sou um sujeito de atitudes moderadas, mas consciente do que significa dignidade nacional. Dignidade do Poder Executivo. Eu vi com agrado a manifestação da Ministra Dilma Rousseff, que, embora não seja chanceler, disse: “Nem aceitamos os três meses nem damos a ninguém três meses”.

Creio que S. Ex^a o Presidente Chávez extrapolou na sua arrogância, na sua prepotência, até porque as razões que levam o Brasil a se preocupar são reais.

Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a sabe...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Deixe-me só tecer uma primeira consideração e concederei, com maior prazer, um aparte a V. Ex^a.

Senador Arthur Virgílio, na Venezuela, a democracia se produz na medida em que há interdependência e autonomia de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Senador Flexa, na Venezuela, em 2004, foi realizado um referendo, que foi precedido de uma lista com milhares de assinaturas. Esqueça qualquer possibilidade de ser funcionário público, porque Chávez não deixa; esqueça a possibilidade de prestar qualquer serviço a algum órgão público, porque Chávez não deixa; esqueça a possibilidade de ganhar qualquer concorrência pública, porque Chávez não deixa. O Estado é ele, o Estado é dele; e quem está contra ele está contra o Estado. Que democracia é essa? Então, não temos o direito de fazer uma censura?

Senador Azeredo, na Venezuela, o que restou do Poder Legislativo, que foi, de certa forma, manietado – a Oposição foi manietada, permita-me a franqueza –, votou a autorização para que o Presidente Chávez governasse por decreto. Não precisava votar lei nenhuma! Ele conseguiu – ou obrigou a fazê-lo – do Congresso permissão para que ele, Chávez, gover-

nasce por decreto. Já imaginaram que democracia é essa? Senador Flávio Arns, não há mais necessidade de projeto de lei para nada. Faz-se decreto-lei e está resolvido, e o Presidente tem amplos poderes. Que democracia é essa?

E o Poder Judiciário da Venezuela? Diferentemente daqui, o Presidente Chávez – e foi ele quem o fez – aumentou o número de juizes e nomeou todos os juizes chavistas para ele ter a tutela do Poder Judiciário. No Executivo, o Estado é ele; no Legislativo, governa por decreto; no Judiciário, tem a maioria, fabricada, dos juizes. Que democracia é essa? Não temos o direito de questionar?

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Se o Mercosul é mais do que uma organização econômica, é uma organização política, há que haver pilares; e a democracia tem de ser o pilar central.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio. Em seguida, o Senador Azeredo, o Senador Suplicy e o Senador Flexa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, fiquei feliz – e há muito tempo não fico feliz – com uma notícia vinda do Coronel Hugo Chávez: a de que ele deu um ultimato ao Brasil. Até setembro, ou o Congresso o aceita – e ele pensa que está lidando com o congresso venezuelano, e não com o nosso; ele pensa que, aqui, pode fazer algum *diktat* e nós obedeceríamos como carneiros –, ou ele retira a pretensão de entrar no Mercosul. Foi a melhor notícia que ouvi. Ele não tem nada o que fazer no Mercosul. E devo fazer justiça: se houve declarações titubeantes do Presidente Lula – de boa vontade, cautelosas em excesso –, se vejo equívocos da política externa brasileira na direção da Venezuela, digo a V. Ex^a que me agradou, em cheio, o que declarou à imprensa a Ministra Dilma Rousseff: que, ao Brasil, ninguém impõe prazo e o Brasil não impõe prazo a ninguém. Mas digo a V. Ex^a, sucintamente, porque sou contra a entrada de Hugo Chávez no Mercosul. As razões macroeconômicas – não vou me estender: ele trabalha com inflação de 20% ao ano, achando que é pouco, e o Brasil tem inflação de pouco mais de 3%; ele trabalha com controle de preços, e o Brasil é uma economia muito mais aberta do que já foi – embora muito fechada, para meu gosto –, e ele acha que é uma boa proposta de Governo estatizar padarias. Vamos agora para um outro aspecto: o político. Ele pensa que dá para fazer do Mercosul uma plataforma estudantil, modelo anos 50, contra os Estados Unidos, prejudicando os acordos do bloco Mercosul com os Estados Unidos e, sem dúvida alguma, com a União Européia, o que daria prejuízo

comercial para o Brasil. Uma outra razão econômica: o Brasil tem boas relações comerciais com a Venezuela. Por que não mantê-las; eles lá, e nós cá? E há uma outra razão – esta, então, é inarredável: o desrespeito dele à cláusula democrática. Ele está implantando uma ditadura naquele país a olhos vistos. Acabei de dar uma entrevista para um jornal venezuelano, senão me engano para o *La República*. Fiquei com pena da jornalista, porque me senti usado, gastando minha garganta, falando, e quase com certeza de que ela não vai conseguir publicar coisa alguma do que eu disse. Daí, preferi exageros de imprensa, que se corrige com a lei; exageros de Ministério Público, que se corrige com reações também previstas na lei brasileira, na democracia brasileira, a nenhuma imprensa, ao véu cinzento da censura. A cláusula democrática é essencial, ou seja, teríamos um parceiro que aprofundaria a idéia de que o Mercosul deve-se arraigar a essa coisa medíocre, em matéria de visão de política externa, que seria a relação sul-sul. Então, pretendemos ter ótimas relações com o sul, relações privilegiadas com países parecidos com o Brasil, como a África do Sul, China e Índia – isso é muito bom –, mas temos de ter relações mais privilegiadas ainda, por razões econômicas, com a União Européia; e, mais ainda, com os Estados Unidos, se é que queremos incrementar nossas exportações, se é que queremos fazer a economia brasileira crescer de maneira mais vigorosa, se é que queremos aspirar ao ingresso a mercados significativos, que possam nos estimular a investir mais aqui, a exportar mais e, portanto, a gerar mais empregos e a criar uma economia de círculo virtuoso, até para pensarmos nas vacas magras que virão, quando esse surto fantástico de bonança internacional acabar. Ele não vai durar para sempre; ele é muito bom hoje, mas não vai durar para sempre. O Brasil tem de se preparar mais do que se está preparando para o período das vacas magras. Portanto, já sei a data. Se o Coronel Chávez diz que, se até setembro, o Congresso não aprovar, ele se retira, então, vou lutar como um leão para que isso não seja aprovado até setembro, porque, assim, tenho a garantia de que não vou ter a companhia indesejável não do povo da Venezuela, que estimo, com o qual me solidarizo, por estar sendo vítima de uma opressão, mas da companhia indesejável de alguém que se porta como um ditador latino-americano tradicional, como um militar latino-americano tradicional, do tipo golilha argentino, aquilo que o passado registra e que o presente banuiu. Não haverá espaço para eles no futuro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, como sempre, denso nos seus apartes, nas suas manifestações; consistente e equi-

librado. Agradeço a contribuição lúcida que dá a esta minha manifestação e a esta minha preocupação.

Veja V. Ex^a: a Venezuela, hoje, é um país cuja economia, Senador Mão Santa, está muito calcada na PDVSA, a estatal do petróleo. É uma grande compradora de produtos brasileiros, que compra porque o Brasil é competitivo e que compra porque o Brasil consegue vender pelas relações comerciais. O ingresso da Venezuela no Mercosul, com absoluta certeza, Senador Eduardo Azeredo, ia nos criar constrangimentos. Senador Flexa, V. Ex^a se lembra da figura do Presidente Chávez na ONU, referindo-se ao Presidente Bush: “*sin verguenza?*” Aquele jeito arrogante, em território americano, chamando o Presidente americano de sem-vergonha, um linguajar chulo? Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Dentro do Mercosul, ele iria querer tutelar as relações dos países-membros do Mercosul e colocar suas idiossincrasias pessoais; iria querer inocular nos países-membros do Mercosul; iria querer dificultar as relações do Brasil com os Estados Unidos, do Brasil com a União Européia; do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai com a União Européia e com os Estados Unidos, para fazer graça para sua política interna.

E aí, qual é a vantagem para o Mercosul? Há muito mais desvantagem do que vantagem. O Presidente Chávez é uma figura com quem se precisa ter muito cuidado, muito cuidado. Ele é um homem presunçoso, ele é um homem de arrogância ilimitada, é um homem que tem o comando de seu país com ardis que produziram a tutela do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e comanda com mão-de-ferro o Poder Executivo; e não pode querer transferir para outros países da América do Sul sua forma de ser.

Seguramente, Senador Flexa, ele não será bem-vindo ao Mercosul. Pela forma de ser, não será bem-vindo ao Mercosul.

Ouçõ, com prazer, o Senador Azeredo; em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador José Agripino, V. Ex^a aborda muito bem a questão ao lembrar que, normalmente, daqui saem algumas recomendações contra medidas tomadas em outros países. Lembro-me de que quando começou a guerra do Iraque houve, aqui, críticas fortes contra a participação na guerra, contra a declaração dos Estados Unidos. Até a própria embaixadora dos Estados Unidos, à época, Donna Hrinak, participou de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para explicar a posição dos Estados Unidos. Portanto, não há mal algum em que o Senado discuta as relações externas de um país ou as ações de um outro país que tenham conseqüências no Brasil. O que não é admissível é a

grosseria do presidente Chávez, a forma desrespeitosa com que tratou o Congresso do Brasil, a mentira que usou para tentar atingir todos que representam o povo brasileiro. Ontem, disse bem o Senador Heráclito Fortes, Presidente da nossa Comissão, que uma coisa é o presidente do momento da Venezuela; outra, o povo venezuelano. O povo venezuelano merece o nosso respeito, merece a nossa solidariedade permanente. Queremos manter uma boa relação com o povo venezuelano, mas o presidente que está lá, realmente, tem tudo que foi dito aqui. Ele tem, realmente, presunção e procura dizer que sabe de todas as questões, de todos os assuntos, que sabe de tudo. Então, não há por que ficarmos tolerando uma agressão como essa. O Brasil deve analisar com muito cuidado, sim, a entrada da Venezuela no Mercosul, não somente devido à cláusula que determina que, para fazer parte do Mercosul, o país deve estar em plena democracia, mas também porque o cumprimento, pela Venezuela, das regras de entrada no Mercosul não está sendo feito corretamente. A Venezuela não está acompanhando, de maneira adequada, os pontos acordados. Recentemente, por questões políticas, a Venezuela deixou de pagar empresas colombianas porque havia divergências políticas entre o Presidente Chávez e o Presidente da Colômbia. Veja o risco que as empresas brasileiras correm! O Embaixador da Venezuela tentou minimizar a questão, mas estamos aguardando que, realmente, haja uma mudança de posição, porque não podemos ficar a reboque dos interesses do Presidente Chávez. Nós, da Oposição, devemos reconhecer quando o Governo age corretamente. A Ministra Dilma agiu bem ao dar sua resposta, ontem, dizendo que o Brasil não tem prazo, assim como também agiu bem o Presidente Lula, quando defendeu o Senado brasileiro.

O Sr. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Ouçõ o companheiro e Senador Flexa Ribeiro, com a aquiescência do Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a, como sempre, trata de assunto da maior importância. É lamentável que o Presidente da Venezuela queira impor prazos ao Congresso Nacional, sob pena de retirar a candidatura de seu país à participação no Mercosul. A Ministra Dilma, como bem disse V. Ex^a, respondeu-lhe dizendo que não aceita e nem impõe prazos. Quero dizer a V. Ex^a que o que foi dito aqui é do conhecimento de todos. O Presidente Hugo Chávez quer impor um regime autoritário à Venezuela – ou já o fez – e, o que é pior, quer influenciar outros países da América do Sul, como fez com a Bolívia, induzindo o país àquele incidente com o Brasil – está provado que houve interferência dele – e como

também fez com a Argentina, tentado criar discórdia na relação entre aquele país e o Brasil. Ou seja, ele quer assumir, pelo autoritarismo, o papel de líder na América do Sul, o qual, historicamente, é do Brasil. O Presidente Lula não pode deixar que o Ministério das Relações Exteriores tenha uma conduta que não seja contundente em relação a esse posicionamento do presidente Hugo Chávez. Senador José Agripino, hoje, pela manhã, em entrevista à CBN, eu disse que a primeira condição para se entrar no Mercosul é a plena democracia. Está provado que isso não existe na Venezuela. Lamento que o PT, há alguns dias, tenha defendido e considerando normais a não-renovação da concessão e o fechamento da RCTV, por ter esta combatido o Presidente Hugo Chávez durante a campanha política. O Senador Heráclito Fortes até fez uma indagação sobre se isso não poderia ocorrer no Brasil com uma grande rede de televisão brasileira que, tempos atrás, durante campanhas anteriores, foi contra o PT. Tenho certeza de que isso, no Brasil, não encontraria solo para germinar. Já ocorreu isso no passado e não acontecerá no futuro. Todos nós, brasileiros, solidarizamos-nos com os venezuelanos. Queremos que tenham democracia e liberdade para ouvir opiniões contraditórias, quer sejam da RCTV ou da outra emissora, menor, que ele também já ameaçou fechar, pois quer reduzi-las a tamanhos pequenos. No entanto, ele vai diminuir esse prazo de três meses, e sabe por que, Senador José Agripino? O Senador Eduardo Azeredo enviou à Mesa do Congresso um requerimento em que pedia que a resolução desse fechamento fosse revista. Eu e a Senadora Marisa Serrano encaminhamos um requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de repúdio ao presidente Hugo Chávez, pela não-renovação da concessão da RCTV. Ou seja, se frente a um pedido de revisão, ele estabeleceu três meses, para um pedido de repúdio, vai determinar uma semana. Assim, com certeza absoluta, a Venezuela não entrará no Mercosul. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O Presidente Chávez, se fosse para o Mercosul, seguramente, iria inocular alguns venenos que nos criariam embaraços, venenos de termos uma posição contrária, ou impertinente, ou irracional em relação àquele que o Presidente Chávez elegeu como seu inimigo nº 1, que é o Presidente dos Estados Unidos, com quem temos relações comerciais necessárias. Ele iria querer contaminar o ambiente do Mercosul, na sua briga particular com os Estados Unidos. Daí para evoluir para a União Européia, seria um pulo. Ele iria, com certeza absoluta, trazer a sua idiossincrasia com

relação ao etanol, porque ele tem interesse no petróleo, para o ambiente do Mercosul. Ele criaria dificuldades que não temos hoje e com as quais não podemos conviver, baseado em quê? Senador Flexa Ribeiro, o Presidente Chávez criou um fundo, na Venezuela, a partir de recursos operados pela PDVSA e recursos do Banco Central, para quê?

Para comprar bônus da Bolívia e da Argentina, e, com isso, assegurar uma parceria política favorável a eles. Ele iria, com certeza absoluta, com essa relação simpática que construiu às custas de recursos do povo da Venezuela, tentar criar situações de constrangimento entre o Brasil e seus parceiros – Brasil e Bolívia, Brasil e Argentina –, e já temos um contencioso desagradável com a Bolívia. Ele iria, com absoluta certeza, criar elementos complicadores novos. Para quê? Se ele quer dar três meses, quero dizer que, de minha parte, ele fica com três anos. Espero que o povo da Venezuela, dentro de três anos, faça sua avaliação e encontre caminhos para mudar de governo antes que seja tarde, mas essa é uma questão doméstica da Venezuela e isso o futuro vai dizer.

Ouçó, com prazer, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino, V. Ex^a aborda um tema que é da maior importância: as relações entre o Brasil e a Venezuela. Quero reiterar que avaliei como positivo e apoiei o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que o presidente Hugo Chávez reconsiderasse a sua decisão de não-renovação da concessão da RCTV, porque considereei muito construtiva a maneira como o Senador apresentou sua proposta, que foi apreciada e votada, tanto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quanto no plenário, sem objeção. Foi uma votação simbólica em que não houve qualquer modificação, não houve qualquer voto em contrário. Pois bem. Quando o Presidente Hugo Chávez declarou que os Senadores estavam procurando agir em consonância com o Governo dos Estados Unidos – usando termos que não vou repetir –, porque aqui havia uma direita que tentava impedir que a Venezuela ingressasse no Mercosul, eu de pronto disse e reafirmo – aliás, há pouco, Senador José Agripino, telefonei para o Embaixador da Venezuela no Brasil, Julio García Montoya, e também para o Embaixador do Brasil na Venezuela, João Carlos de Souza Gomes comunicando-lhes – que sou plenamente a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul. Precisamos ter a visão, como muitos aqui falaram, dos interesses maiores e permanentes dos povos venezuelano e brasileiro para além dos governos. Obviamente, é importante restabelecermos o diálogo em altos termos entre o Presidente da Venezuela e o nosso Ministro Celso Amorim,

que, inclusive, propôs ao Presidente da Venezuela que colocasse as coisas em bons termos para com os Senadores brasileiros. Estou sendo informado de que na Câmara dos Deputados, e acredito que também no Senado, está-se propondo uma reunião, para breve, entre Parlamentares brasileiros e venezuelanos. Espero que encontros dessa natureza façam com que os diálogos sejam mantidos em termos respeitosos e adequados. Então, divirjo da opinião do Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a prefere que a Venezuela não ingresse mesmo no Mercosul a partir desses incidentes que, no meu entender, podem perfeitamente ser superados. Assim, Senador José Agripino, gostaria de contribuir para que possamos logo superar essa troca de palavras um tanto ríspidas e darmos a oportunidade ao Presidente Hugo Chávez de manter o diálogo em termos mais elevados e adequados. Nós, aqui, temos razões de sobra – e vamos torcer para isso – para criarmos condições para que o Brasil tenha um bom relacionamento, tanto do ponto de vista comercial e econômico como no que diz respeito à colaboração entre os seres humanos as melhores possíveis. Por isso, no tempo em que nós, do Congresso Nacional, considerarmos o mais adequado, espero contribuir para criarmos as melhores condições possíveis para a integração da Venezuela com todo o Mercosul e com toda a América do Sul. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Suplicy, muito grato pelo aparte. Apenas uma observação: o restabelecimento desse diálogo, seguramente, nos será dado com ultimatoss como o que o Presidente Chavez acabou de dar: três meses ou três dias para que o Congresso Nacional brasileiro reconsidere suas posições. Não é por aí! E aí está a raiz da nossa discordância: é a truculência, é a inabilidade, é o vírus da prepotência que está inoculado e que não pode prevalecer na relação de países maduros politicamente, como devem ser Brasil e Venezuela.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador José Agripino, permita-me V. Ex^a um aparte?.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com a aquiescência e a paciência do Presidente, ouço, com prazer, V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Serei bem rápido. Apenas para parabenizar V. Ex^a pelo discurso, bem como pelos apartes recebidos e dizer que, na minha opinião, o Governo Federal vem conduzindo esses episódios de maneira bastante adequada. Os meios de comunicação já registraram o que disse o Presidente Lula, ou seja, que, para entrar no Mercosul, existe um conjunto de regras que devem ser obedecidas. São critérios e pré-requisitos também mencionados no pronunciamento feito por V. Ex^a. Mas, para

sair do Mercosul, não existe regra. Quem quiser sair sai. Nesse sentido, quanto à Venezuela, essa situação está colocada. V. Ex^a mencionou o posicionamento da Ministra Dilma Rousseff, que é claro e tranqüilo. O Brasil não dá nem quer receber prazo de três meses para ninguém. Então, o Governo está numa situação boa, adequada, na minha opinião, correta em relação a esses episódios, e o posicionamento do Senado Federal também está de acordo com a consolidação de relações democráticas que devem acontecer entre os países. Era a manifestação que eu gostaria de fazer, no sentido de reforçar o pronunciamento de V. Ex^a, enaltecendo o posicionamento do Governo do Brasil não só por intermédio do Presidente da República, mas em relação a vários Ministros que se vêm posicionando sobre o assunto, demonstrando uma posição tranqüila, de segurança, sóbria, como realmente deve acontecer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Agradeço a V. Ex^a a manifestação.

Para encerrar, Sr. Presidente, com os agradecimentos pela tolerância, quero dizer que o Presidente Chávez deve ter muitas razões para tamanha auto-suficiência. Senador José Nery, na Venezuela existe um órgão chamado Conselho Nacional Eleitoral, que controla as eleições, o processo eleitoral. Ele é totalmente dominado pelo Presidente da República, pelo Presidente Chávez, que não deve ter medo de eleição porque controla o Conselho Nacional Eleitoral. Participo de um Partido que se chama Democratas. Democracia significa oportunidade igual para todos. Quem quiser que conquiste a simpatia e o voto com atos e com gestos, com atitudes e com palavras, diferentemente de S. Ex^a, o Presidente Chávez, que tem outros métodos, que repudiamos.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Nós, Democratas, até para honrar o nome do nosso Partido, nos posicionaremos, a permanecer essa atitude do Presidente Chávez, frontalmente contra o ingresso da Venezuela no nosso Mercosul.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela Liderança do Governo para fazer dois rápidos comunicados que interessam à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Senador Romero Jucá, devemos obedecer à alternância de Líderes. O Senador José Agripino, Líder do PFL, acabou de se manifestar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas, Sr. Presidente, os assuntos de que tratarei diz respeito ao pronunciamento do Senador José Agripino. Também se trata de resposta à Casa a respeito dos pescadores de lagosta, algo extremamente importante, que tem sido cobrado da Liderança do Governo.

Pediria cinco minutos a V. Ex^a, para que eu pudesse, rapidamente, expor essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, embora esteja contrariando o Regimento, como V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, porque o motivo é extremamente justo.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Perfeitamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero tratar de duas questões rapidamente. Primeiro, no que diz respeito ao discurso proferido pelo Senador José Agripino, quero registrar que o Governo brasileiro, por meio do Presidente Lula, já se pronunciou sobre isso, refutando as ponderações do Presidente da Venezuela e apoiando o Congresso brasileiro e a liberdade do Brasil de definir aquilo que entende, sem prazos e sem cobranças. Portanto, a posição do Governo brasileiro, do Presidente Lula, é exatamente igual à posição do Congresso brasileiro. Não aceitamos nenhum tipo de imposição e de cobrança do Presidente Chávez, da Venezuela ou de qualquer outro país do mundo!

Sr. Presidente, a segunda questão refere-se ao caso dos pescadores de lagosta, assunto discutido em plenário pelo Senador José Agripino, pelo Senador Arthur Virgílio, pelo Senador Tasso Jereissati, pela Senadora Patrícia, pelo Senador Garibaldi Alves, pelo Senador Mão Santa. Ficamos de discutir com o Governo uma saída para que não retroagisse a pesca de rede, mas para que, ao mesmo tempo, fosse criado

algum tipo de mecanismo a fim de proporcionar alento e condições para que os pescadores de lagosta se enquadrassem na nova legislação.

Acertamos com o Governo e apresentamos a seguinte proposição: primeiro, haverá um levantamento feito pelo Ibama e pelo Ministério da Pesca, e grupos de trabalho irão às comunidades para inscrever rapidamente nos financiamentos quem ainda não esteja financiado. Não vamos aguardar que o interessado procure o Banco do Nordeste. Vamos buscar o interessado na ponta. Além disso, o Governo vai destinar R\$12 milhões para fazer o que foi proposto aqui, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, quando V. Ex^a tratou da questão dos pescadores, citou a sugestão de um pescador de que se fizesse com as redes o mesmo que se fez com relação às armas. O Governo concordou com isso, ou seja, indenizará os pescadores de lagosta no que diz respeito às redes. Pagará aproximadamente R\$12 milhões, em um primeiro momento, para que os pescadores entreguem suas redes e recebam uma indenização e também o recurso do financiamento para a construção dos manzuás. Entendo que a proposta atende, nas duas pontas, os pescadores, pois injeta algum tipo de recurso e cria as condições de pesca diferenciada. Ao mesmo tempo, preserva o meio ambiente, fazendo com que haja controle da pesca da lagosta, evitando a depredação, como está ocorrendo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Este é um assunto importante, Sr. Presidente. Estou quebrando a prática, mas isso é importante para o esclarecimento do País, não apenas do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – V. Ex^a vai entrar no horário da Liderança. É anti-regimental também, mas será deduzido do Líder Jucá o uso da palavra por V. Ex^a.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – S. Ex^a concordará. Enquanto não se resolve a questão da indenização, que é uma boa medida, e do financiamento não procurado, mas buscado pelo banco, que é outra boa medida, o pescador tem de sobreviver. O que acontece com relação à atividade dele nesse período de transição?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador José Agripino, estamos ultimando o texto, que, até amanhã, deveremos inserir em uma medida provisória, em que será inserido, inclusive, se possível e necessário, o texto da suplementação dos recursos. A idéia é a de que, na próxima semana, o Governo já tenha

condições de agir, a fim de fazer os financiamentos e de também proceder às indenizações. Estamos ultimando essa questão, exatamente porque sabemos que a premência é muito grande.

Apresentei a idéia hoje, para que fosse debatida, até em homenagem a V. Ex^a, ao Senador Mão Santa, e a todos os Senadores e Senadoras que pleitearam a questão.

Já fizemos contato com o Ministério do Planejamento e com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, da Coordenação Política. No começo da próxima semana, poderá haver uma reunião para se detalhar a forma operacional, mas fiz questão de trazer hoje essa posição, em respeito ao compromisso que firmamos aqui, de que, esta semana ainda, eu traria uma posição do Governo, e a posição seria a de buscar uma solução para que não permanecesse a situação dos pescadores da forma como está.

Portanto, a premência é para amanhã. Está se discutindo a forma operacional. Na terça-feira ou quarta-feira, sentaríamos e aprovaríamos a operação, que começaria imediatamente.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Romero Jucá o interesse e a dedicação. aguardo, com redobrado interesse, o texto, para que possamos nos sentar e discutir a saída para o impasse dos pescadores. Agradeço a V. Ex^a e aguardo, com ansiedade, o texto prometido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, traremos, então, o texto na próxima semana. As providências estão sendo tomadas. Comunico à Casa que estamos encontrando uma solução que atenda os pescadores de lagosta que não se enquadraram ainda na legislação de proteção ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, pela presteza com que encontrou a solução para a situação que aflige todos nós com relação aos pescadores de lagosta do Nordeste e do Norte brasileiro.

Peço a V. Ex^a que também use da sua competência e da sua presteza em relação aos recursos para o transporte escolar. V. Ex^a assumiu o compromisso

com o Senador Mário Couto, com o Senador Flexa Ribeiro, com todos os Senadores, na ocasião da votação do Fundeb, que apresentaram destaques para que os Municípios brasileiros fossem atendidos com recursos para o transporte escolar. V. Ex^a disse que, em 15 dias, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, a Mesa concedeu a palavra a V. Ex^a pela ordem. V. Ex^a está fazendo um discurso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não estou fazendo um discurso.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Gostaria que V. Ex^a se inscrevesse e fizesse um pronunciamento para discutir o assunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já encerro, Sr. Presidente.

Senador Romero Jucá, gostaria que V. Ex^a tivesse a mesma competência e a mesma presteza para resolver o problema dos Municípios brasileiros com relação ao transporte escolar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Flexa Ribeiro, informo que a medida provisória relativa ao transporte escolar está sendo ultimada. Dentro de alguns dias, o Governo vai apresentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, especialmente nos meios acadêmicos e na mídia de opinião, tornaram-se verdadeiras banalidades, dada a frequência com que são trazidas a público, as alusões à fraqueza que o Congresso Nacional brasileiro experimenta em sua capacidade de legislar, sobretudo nos últimos anos. Desnecessário socorrer-se no modelo tripartite de Governo, Executivo, Legislativo e Judiciário, devidamente confirmado pela Constituinte de 1988, e mesmo nas reflexões de Montesquieu para sublinhar a importância da equilibrada divisão de Poderes, cada qual cumprindo seu papel institucional.

Mas, em verdade, depois da derrocada dos famigerados decretos-leis e de sua democrática substituição pelas medidas provisórias, vimo-nos – suprema ironia –, involuntariamente, pegos por uma armadilha que já dura quase duas décadas. Não bastasse a sem-cerimônia com que os ocupantes do Palácio do Planalto, desde o advento da atual Constituição, falseiam os pressupostos de admissibilidade das medidas provisórias – urgência e relevância –, emitindo esses atos legislativos a seu bel-prazer, temos de suportar ainda,

porque previstos pela Carta Constitucional, os incontáveis e incontornáveis pedidos de urgência, apostos com muita freqüência em um sem-número de projetos nascidos no Poder Executivo.

Somados, os pedidos de urgência do Poder Executivo e a prodigalidade com que se emitem medidas provisórias, temos um ambiente bastante conturbado, talvez mesmo minado, para a atividade legislativa nativa, certamente não a única, mas a mais relevante das rotinas do Poder que integramos. Afora outros pesados e penosos incidentais, não há como negar que esse “cerceamento” à nossa capacidade de produzir legislação original, sintonizada e conseqüente com as demandas sociais, será e é um dos paradigmas pelos quais somos julgados pela opinião pública, pelo eleitor e pelo cidadão-contribuinte. Daí decorre também, em não escassa medida, a pouca abonadora imagem que os políticos – em generalizações freqüentemente ligeiras e equivocadas – e o Congresso Nacional gozam na atualidade, no Brasil.

Estudo que encomendei à Consultoria Legislativa da Casa, produzido a partir do *Relatório da Presidência do Senado* relativo ao ano de 2006, revela que foram sancionados 113 projetos de lei naquele exercício, excetuados os créditos adicionais. Do total, 55 originaram-se de medidas provisórias e de projetos de lei de autoria do Poder Executivo, ao passo que 13 tiveram origem no Senado Federal e que 35 eram oriundos da Câmara dos Deputados. Ou seja, perto de 50% da produção legislativa de 2006 foi de iniciativa do Presidente da República. E esse não chega a ser o pior momento. No exercício de 2004, esse percentual alcançou a desconcertante marca de 80,8% de ação legislativa feita pelo Poder Executivo. Ainda assim, é importante também frisar que os dados disponíveis evidenciam uma maior aprovação de leis originadas de projetos de autoria de Deputados do que de Senadores. Mas tudo bem, pois, no caso, estamos ainda no âmbito do Legislativo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que esse quadro, que revela a hipertrofia do Executivo como legislador, quando analisado friamente e sem escusas matizadas, é preocupante. Estamos abdicando, de modo implícito ou explícito – e não se sabe exatamente por quê –, de uma prerrogativa constitucional, de uma delegação popular expressa, da própria representação que nos foi confiada pela sociedade. Com um laxismo esdrúxulo e extemporâneo, vimos outorgando candidamente ao Poder Executivo a primazia na iniciativa e, afinal, a maior fatia da produção legislativa. Talvez, por isso, o Executivo só viva de anunciar projetos e mais projetos, sem execução, sem conseqüências. Faltar-lhe-ia, com certeza, o tempo,

subtraído para exercer funções legislativas, não as funções executivas, que, por dever, deveria exercer.

Preocupa-me, sobremaneira, tentar, senão reverter, pelo menos mitigar um panorama que nos é tão constrangedoramente desfavorável, porque racionalmente inexplicável.

Dito isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero anunciar a V. Ex^{as} e ao Brasil que apresentei proposta de emenda à Constituição que “acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos projetos de lei para os quais a Casa iniciadora houver, pela maioria de seus membros, solicitado urgência”. Isto é, os projetos aprovados na Câmara deverão ter urgência no Senado, e o inverso é verdadeiro: os projetos com origem no Senado terão urgência na Câmara. A inovação embutida nessa iniciativa é exatamente a introdução do caráter de urgência, antes prerrogativa apenas do Poder Executivo que, uma vez aprovada a Emenda Constitucional, estende-se, como faculdade, também às duas Casas legislativas que integram nosso Parlamento.

Na verdade, independentemente da autoria, essa me parece uma medida saneadora importantíssima para o processo legislativo, se, de fato, estivermos empenhados em seu aperfeiçoamento. Uma vez adotada, de pronto mostrará toda a sua relevância, ao impedir que projetos importantes já aprovados por uma das Casas sejam eventualmente lançados ao esquecimento e fiquem perdidos em algum dos infinitos escaninhos do Congresso, em virtude dos mais distintos, fortuitos ou incogitáveis motivos.

Quero só dar um exemplo. Há projetos de minha autoria que foram aprovados no Senado – como o projeto do adicional tarifário, o que convoca plebiscitos e outros – e que estão há mais de seis anos na Câmara dos Deputados. E tenho notícias de que há projetos de Senadores que estão há mais de nove anos naquela Casa. Isso é inconcebível e facilita, logicamente, a ação absurdamente legisladora do Poder Executivo.

Ademais, com esse singelo dispositivo – proposto na emenda constitucional –, vão ser colocados em pé de igualdade Poderes que devem interagir, conforme o mandamento constitucional e a melhor prática institucional, levando-se em seriíssima conta os preceitos da independência, da harmonia e do equilíbrio entre os Poderes. Reaviva-se e revigora-se, dessa maneira, a atividade legislativa do Poder Legislativo.

Em termos objetivos, de dinâmica legislativa, a medida funcionaria da seguinte forma: seria constitucionalmente facultada a aplicação do regime de urgência à revisão de projetos aprovados numa das Casas, desde que houvesse solicitação da maioria absoluta dos membros da Casa iniciadora. Uma vez aprovada

a solicitação, passará a correr o prazo de 45 dias para deliberação por parte da Casa revisora, ao fim do qual a proposição sobrestará a tramitação de outras em discussão, excetuadas aquelas com prazo constitucional determinado para apreciação. Nessa nova sistemática, procura-se conferir aos projetos iniciados em uma Casa e considerados mais relevantes e prioritários por seus membros tratamento equivalente ao dispensado a projetos de autoria do Presidente da República, para os quais este tenha reclamado urgência.

A exigência de quórum qualificado nos pedidos de urgência objetiva evitar a trivialização da nova prerrogativa, facultando a aplicação desse regime apenas àqueles projetos cuja necessidade de tramitação mais rápida tenha sido expressamente reconhecida pela maioria absoluta dos membros da Casa solicitante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convicto de que a proposta de emenda à Constituição que ora submeto à superior apreciação desta Casa e depois da Câmara dos Deputados é justa e razoável, além de ensejar o incremento da produção legislativa em seu nascedouro mais adequado, o Poder Legislativo. Por isso, peço e espero contar com o decisivo apoio de todos os eminentes Pares, nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Então, Sr. Presidente, no fundo, a idéia é a de trazer para o Legislativo o poder maior de legislar e a de inverter esta ordem absurda, que é a de o Poder Executivo legislar mais do que o Legislativo e de não podermos executar nada no Executivo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Expedito Júnior. Logo em seguida, falará o Senador Valter Pereira. Infelizmente é a determinação que recebo da Secretaria da Mesa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PFL – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tinha pedido minha inscrição e também a do Senador Heráclito Fortes, que estava ao lado. Queríamos fazer uma homenagem a Piripiri, importante cidade do Piauí, que hoje comemora 97 anos. Tinha pedido uma comunicação

inadiável, para uma homenagem minha e do Senador Heráclito Fortes àquela grandiosa cidade do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^{as} estão devidamente inscritos.

Antes de qualquer coisa, gostaria de comunicar à Casa que hoje não haverá Ordem do Dia. A ausência dos Líderes, neste momento da sessão, é o maior indicativo de que não houve acordo para que ela acontecesse. De modo que comunico ao Plenário que hoje apenas seguiremos a lista de oradores.

São os seguintes os itens cuja apreciação é sobrestada:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe

sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Comple-

mentar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob n^{os} 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas n^{os} 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas n^{os} 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda n^o 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento n^o 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n^o 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n^o 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n^o 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n^o 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n^o 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento n^o 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n^o 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n^o 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4^o do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob n^{os} 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1^o pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2^o pronunciamento (sobre a Emenda n^o 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda n^o 2-CCJ, de redação.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob n^o 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produ-*

tos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Silhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora **ad hoc**: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que es-*
pecifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, permita-me... Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também me havia inscrito para uma comunicação inadiável, até bem antes do Senador Mão Santa. Se houver a possibilidade, gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Exatamente.

Estão inscritos os Senadores Mário Couto, Mão Santa, Heráclito Fortes e Tião Viana.

Aliás, o Senador Heráclito Fortes está pedindo a retirada da inscrição.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO
DIA 04 DE JULHO DE 2007, QUE, RETIRADO
PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa se associa às manifestações e ao discurso

do Senador Flexa Ribeiro sobre o aniversário da UFPA, Universidade na qual também estudei vindo de Macapá. Realmente é uma homenagem devida e justa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 694, de 2007**, aditado pelo **Requerimento nº 787, de 2007**, lido no expediente, do Senador Sibá Machado e outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 11 de julho, de Sessão Especial do Senado destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna.

Em votação o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Pelo significado de sua obra e a importância desta para a cultura brasileira é justificativa mais do que suficiente para homenagear Ariano Suassuna. O autor de *Auto da Compadecida* foi um dos criadores do Movimento Armorial, movimento que tem por escopo criar uma arte erudita a partir de nossa própria cultura popular, orientando dessa forma todos os campos da arte, como a música, a dança, a literatura, as artes plásticas, o cinema e arquitetura.

Ariano Suassuna é também autor de várias peças para o teatro, algumas transformadas em livros. Nesses dois campos, as obras mais conhecidas são: *O deserto de Princesa* (1948); *Auto de João da Cruz* (1949); *O Arco Desabado* (1952); *Auto da Compadecida* (1955), que foi um grande sucesso na TV; *O Santo e a Porca* (1957); *O Casamento Suspeitoso* (1957); *A Pena e a Lei* (1959); *Farsa da Boa Preguiça* (1960); *A Caseira e a Catarina* (1962); *Romance d'á Pedra do Reino e o Príncipe de Sangue do Vai-e-Volta*, romance de 1971, traduzida para o inglês, alemão, francês, espanhol, polonês e holandês e agora transformado também em minissérie da Rede Globo.

Pelo aniversário desse baluarte da nossa literatura, da poesia e amante das causas populares brasileiras é que sugiro a realização de sessão especial do Senado Federal em homenagem a Ariano Suassuna para o dia 11 de julho próximo, Sr. Presidente.

Era a justificativa que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que se prepara para ir ao Mato Grosso do Sul: Senador Valter Pereira.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

Pedimos agilidade na conclusão dos pronunciamentos para garantir a palavra a todos os que se inscreveram para falar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de fazer o pronunciamento a que me propus e que me trouxe a esta tribuna nesta tarde, gostaria de fazer o registro de que os Estados Unidos da América estão hoje em festa – hoje é dia 4 de julho –, e o Município de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul, também, já que hoje, igualmente, comemora sua autonomia política. Trata-se de município pujante que há dez anos começou a crescer e, hoje, deixa de ser um município eminentemente agropecuário para dividir sua economia com um processo crescente de industrialização.

No entanto, Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje é uma fala que entendo indispensável. Não vou falar sobre a delegacia de polícia em que se transformou o Conselho de Ética do Senado, mas de um assunto muito mais importante e que já foi abordado hoje por outros Parlamentares desta tribuna: a Venezuela.

O Presidente daquele país, Hugo Chávez, deu ontem um ultimato ao Brasil: ou o Congresso brasileiro aprova o ingresso daquele país no Mercosul até setembro próximo, ou ele retira o pedido de sua inscrição no Bloco. Esse ultimato, Sr. Presidente, foi endereçado também ao nosso vizinho Paraguai.

Além de falastrão e arrogante, o governante venezuelano mostra-se presunçoso. Ele verbera como se sua presença na Organização fosse indispensável e como se o Mercosul dependesse de sua filiação para se consolidar.

“Se não aprovarem nesse período”, disse o Coronel Chávez, “vamos nos retirar do processo”. O que ele precisa saber, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que ninguém vai chorar a sua ausência.

Bom parceiro comercial ele não tem sido. Basta atentar para os mercados escolhidos por seu governo para os grandes negócios que a Venezuela tem realizado no mercado internacional.

Não se tem revelado também um bom vizinho! Ao contrário, vem se intrometendo freqüentemente na vida de outros países e de outros governantes deste Continente.

Sua intromissão vem se dando tanto no campo político como no campo econômico. No político, não

tem escondido sua pretensão de eleger governantes em vários países do Continente.

Chávez quer eleger e tutelar seus frágeis dependentes, como fez, aqui no Brasil, quando o Presidente Lula reuniu-se com Evo Morales para discutir novas condições para a venda do gás boliviano.

Mesmo sem ter sido convidado, o Coronel Chávez não só compareceu à reunião entre os dois Chefes de Estado como fez o transporte do Presidente da Bolívia para aquele encontro.

Fez tudo isso sem economizar palpites, orientando o líder indígena sobre como deveria conversar, sobre como deveria negociar com o Governo brasileiro.

Mas não foi só aí que Chávez meteu o seu bedelho. Quem não se lembra das críticas que vem fazendo sistematicamente à produção e comercialização do biocombustível brasileiro?

Avesso ao Poder Legislativo, o dirigente venezuelano não tem poupado insultos ao Congresso brasileiro. Foi assim quando este Senado Federal fez um apelo – um educado apelo – para que ele reconsiderasse sua autoritária decisão de fechar a RCTV.

Naquela ocasião, o Presidente venezuelano chegou a inquirir os Parlamentares brasileiros de “papa-gaios de Washington”. E agora retoma suas ofensas, acusando o nosso Parlamento de estar dominado por uma elite oligárquica.

Ao mesmo tempo em que desanca o Poder Legislativo brasileiro, Chávez sustenta que não há nenhuma razão para que os Congressos do Brasil e do Paraguai não aprovem a entrada da Venezuela no Mercosul.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem sabe a hora de examinar a pretensão da Venezuela de Chávez e de verificar se há motivo ou não para atendê-la, no Brasil e no vizinho Paraguai, são os Congressos desses dois países, não o Coronel Hugo Chávez. Se o Coronel Chávez está achando que vai manipular o Congresso brasileiro, como fez na Venezuela, está muito enganado!

Nos destemperos do dirigente auto-intitulado bolivariano, as farpas atingem também o chanceler Celso Amorim, que, numa tentativa de facilitar os entendimentos e de superar aqueles impasses, tomou a liberdade de sugerir que ele se desculpasse com o Congresso do nosso País.

Isso não foi, evidentemente, Sr. Presidente, uma exigência, mas uma sugestão, feita em termos delicados, educados, por esse cavalheiro chamado Celso Amorim. Mas, se há um requisito que o Brasil não deve deixar de cobrar do Coronel Chávez para aceitar o ingresso da Venezuela no Mercosul, é o compromisso com os princípios e a prática democrática, especialmente no que diz respeito à liberdade de imprensa.

O Coronel Chávez sabe muito bem o que está fazendo. Enquanto dirige ofensas ao Congresso brasileiro e agride outras autoridades do nosso País, trata o Presidente Lula em tom bajulatório.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Valter Pereira, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Dá uma no cravo e outra na ferradura.

Honra-me ouvir o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Valter Pereira, rememoro um pouco dessa história, porque essa preocupação de vez em quando volta à tona. No momento em que o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, enfrentava aquela situação interna em seu país, as dificuldades e as manifestações, pareceu a muitas pessoas, inclusive a todos nós aqui, que havia uma lembrança de um método muito utilizado pelo Governo norte-americano no combate às revoluções socialistas da América Central, principalmente na Nicarágua, com o financiamento dos Contra; a situação de Cuba e tantos outros exemplos. Esse método intervencionista na diplomacia e na soberania dos países não pode ser aceito por ninguém. O Presidente Lula tomou uma atitude muito importante ao apoiá-lo politicamente e, de forma simbólica, materialmente. Não se poderia derrubar um Presidente eleito daquela forma. O último que caiu daquela maneira foi Salvador Allende, que não podemos mais, neste lado do mundo...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, o tempo de V. Ex^a já está esgotado. Faço um apelo ao aparteante, Senador Sibá Machado, para que seja conciso e possamos conceder o tempo necessário ao Senador Valter Pereira para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Valter Pereira, também queria um aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu dizia que deve ter havido um mal-entendido, porque não pode virar uma crise diplomática o fato de o Senado brasileiro ter feito um moção, uma nota, opinando sobre o fechamento daquela rede de televisão. O Presidente Chávez deve ter se sentido ofendido, porque fizemos discursos aqui, mas, na medida que se transformou num documento emitido ao Governo Venezuelano...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Digasse de passagem, um documento educado, apenas fazendo um apelo para que ele revisse sua posição, até porque na Venezuela – V. Ex^a sabe muito bem – não é só a RCTV que está na alça de mira do Coronel Chávez, mas toda a imprensa está sob uma censura disfarçada, sofrendo restrições.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Entendo V. Ex^a e a atitude do Senado, mas precisamos evitar que

essa situação se transforme numa crise diplomática, porque a Venezuela é extremamente importante para o Mercosul. É muito importante compreendermos a necessidade desses países darem as mãos, para juntos enfrentarmos as dificuldades das relações comerciais no mundo e a nova relação que a guerra fria fez surgir, o chamado Bloco do Leste, Bloco do Oeste que depois virou Norte contra Sul – sei lá que nome se dá agora. Mas agora queremos o fortalecimento...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a tem razão quando diz que a Venezuela é importante no Mercosul.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É importantíssima.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Reconheço, mas V. Ex^a há de convir que o Presidente Chávez é um estorvo, dada a vocação autoritária que ele tem revelado durante toda sua trajetória.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou encerrar. Quero apenas dizer que a briga pelos espaços de liderança deste lado do mundo, no nosso Continente, é um direito de qualquer estadista, mas o Brasil tem dado todos os sinais de como quer que sejam conduzidas as relações...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Sibá Machado, peço a V. Ex^a que termine e ao Senador Valter Pereira que agradeça o aparte para podermos prosseguir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado pelo aparte. Em outro momento voltaremos ao debate.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Honra-me ouvir o Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Valter Pereira, mais uma vez esse assunto volta. Não queremos criar uma crise internacional, não é nossa intenção – V. Ex^a diz, eu havia dito antes. Mas o Presidente Chávez é que parece ser incorrigível; ele é que está criando uma crise ao fazer suas críticas, ao insistir em dizer que não tem de pedir desculpas, que ele entra no Mercosul se quiser, se não quiser, ele sai. Quer dizer, ele trata dos assuntos como se a Venezuela fosse dele. É importante lembrar que 80% das pessoas que foram entrevistadas numa pesquisa na Venezuela disseram ser contra o fechamento da televisão. O que aconteceu? O Chávez fechou essa empresa de pesquisa. Poucas pessoas sabem disso. Quer dizer, a empresa mostrou a verdade e foi fechada por ele. Esse é o problema. Essa é uma característica da escalada ditatorial.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Sr. Presidente, disse anteriormente que o Presidente Hugo Chávez dá uma no cravo e outra na ferradura. Refere-se ao Presidente em tom respeitoso – o Presidente Lula realmente tem sido agraciado com palavras generosas do Presidente Hugo Chávez – e insulta o Poder Legislativo, insulta o Senado, um dos principais sustentáculos do regime democrático, pelo qual ele não tem demonstrado nenhum tipo de apreço.

A democracia, aliás, já pagou um preço alto às ingerências externas, contra as quais precisamos sempre tomar posição. Nos últimos dias, com a liberação de documentos secretos da CIA (Central Intelligence Agency), dos Estados Unidos, foram reavivadas na nossa memória as denúncias de participação daquela agência em assuntos internos do Brasil na década de 60, quando a democracia foi esmagada no País, quando um Presidente constitucional do nosso País foi destituído por essas ingerências.

Essas lembranças, Sr. Presidente, nos servem de alerta contra essas indevidas influências externas. De qualquer forma, não acredito que alguém, aqui nesta Casa, esteja disposto a baixar a cabeça para esse aventureiro, para esse aventureiro desastrado, que se auto-intitula líder bolivariano.

O Coronel Chávez que saiba se comportar, como manda o protocolo de relacionamento civilizado que deve sempre presidir as relações entre os países civilizados, entre os Estados soberanos e que se exima de dar ultimatums a qualquer órgão legislativo, a qualquer poder legislativo, do Brasil hoje, e do Paraguai também, e amanhã, de outros países.

Nós, aqui no Parlamento, saberemos, no momento certo, avaliar a conveniência de aceitar o ingresso deste ou daquele país no Mercosul, levando sempre em conta os interesses nacionais, não apenas do Brasil como dos demais parceiros e, sobretudo, os interesses da democracia.

Honra-me ouvi-lo, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Valter Pereira, ainda há pouco conversava com o Embaixador da Venezuela no Brasil, Julio García Montoya, que também está preocupado em que possamos ter o melhor relacionamento possível e que possamos superar os obstáculos decorrentes da troca de termos que, por vezes, machucaram a nós membros do Congresso Nacional e que levaram o Presidente Hugo Chávez a ter a reação que agora sabemos todos. Inclusive, liguei, hoje à tarde, para o Embaixador da Venezuela no Brasil dizendo que sou muito favorável a que a Venezuela participe do Mercosul. Creio que precisamos ter uma perspectiva até de levar em consideração aquilo que aconteceu, por

exemplo, na União Européia, o caso mais bem-sucedido de uma integração hoje que envolve a liberdade de movimentos, de bens, de serviços, de capitais e de seres humanos – porque os habitantes de cada um dos países da União Européia hoje podem se locomover livremente. Quem sabe possamos chegar a isso em breve na América do Sul. Quando olhamos para a perspectiva do que ocorreu, do histórico do que ocorreu na União Européia, vamos nos lembrar de que ali houve governos dos mais diversos tipos, nos mais diversos países, e isso não impediu que...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, faço um apelo a V. Ex^a para ser conciso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, Senador Valter Pereira, em que pesem os problemas e os sentimentos havidos, estou recebendo a notícia de que o Embaixador da Venezuela, ele próprio, atendeu a um convite do Senador Heráclito Fortes para vir amanhã dialogar conosco. Inclusive uma delegação de parlamentares das Comissões de Relações Exteriores do Congresso Nacional Venezuelano está para vir ao Brasil para um diálogo conosco. Quem sabe possamos restabelecer essa integração, nos melhores termos possíveis, inclusive superando os problemas que decorreram e que estão sendo objeto da análise de V. Ex^a...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, parlamentares do Partido único.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Que foram eleitos pelo povo da Venezuela e que, certamente, serão recebidos aqui com o maior respeito por nós. V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, sabe que parlamentares de outros partidos preferiram não disputar a eleição e poderiam tê-lo feito. Mas acredito, Senador Valter Pereira, que seremos capazes, sim, de superar os obstáculos que surgiram às vezes até por responsabilidade do Presidente Hugo Chávez, por causa de suas palavras, de um lado, e, de outro lado, em decorrência da livre manifestação democrática do Senador Eduardo Azeredo, que, construtiva que era, eu mesmo apoiei. Mas vamos em busca de um entendimento melhor para os povos das Américas, do Brasil e da Argentina. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter Pereira, concedo mais dois minutos para V. Ex^a concluir. Já repeti e concedi seis minutos a mais. V. Ex^a consegue concluir em dois minutos?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, efetivamente o Senador Eduardo Suplicy traz uma informação importante, de que até o Embaixador da Venezuela

está preocupado com os destemperos do Presidente daquele país. Qualquer pessoa sóbria tem esse tipo de preocupação. E os parlamentares que virão aqui – é bom que se diga – são parlamentares que foram compelidos a abdicar de suas prerrogativas parlamentares e transferi-las ao Coronel Hugo Chávez, que é quem está legislando, que é quem está efetivamente cumprindo o papel reservado aos parlamentos do mundo inteiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que não será com inconvenientes ameaças vindas de fora, de quem quer que seja, que nos moveremos nessa ou naquela direção.

Trataremos sempre com respeito todas as nações, mas saberemos defender, antes de tudo, os interesses legítimos do povo brasileiro, os interesses legítimos do Brasil e, sobretudo, preservando sempre, principalmente quando se discutir a integração a qualquer bloco, a soberania do Brasil e os princípios democráticos que devem orientar as relações de todos os povos organizados.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Mário Couto, por cinco minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de vir a esta tribuna, hoje, para fazer uma curta comunicação inadiável. Serei breve.

Quero aqui externar a minha preocupação em relação às 400 famílias, Senador Mão Santa, que moram na zona do alagado, próxima à barragem de Tucuruí.

Presidente, essas famílias, há muitos e muitos anos, vêm tentando uma solução para seus problemas. Desta vez, estive lá. Fui observar como vivem e como são tratadas aquelas famílias. Vários problemas já se seguiram, um atrás do outro, inclusive com a invasão da hidrelétrica de Tucuruí, Senador Valter.

Senador Valter, eu queria que V. Ex^a estivesse na reunião da qual participei. V. Ex^a, com certeza, ia sair de lá muito constrangido.

Conheço o Presidente da Eletronorte, Carlos Nascimento. Formou-se junto comigo, estudou comigo, pessoa gentil, trabalhadora, de caráter, mas não se pode mais aturar o que a Eletronorte está fazendo com aquelas 400 famílias, que precisam ser deslocadas da região onde serão feitas as eclusas para uma outra região, para uma outra área.

Senador Valter, nada mais justo do que aquelas famílias receberem indenização e casa para morar! Mais do que justo, Senador! O que se pode oferecer? No mínimo, no mínimo, pode-se oferecer isso.

Ora, nobre Senador Valter, nobre Senador Flexa Ribeiro, nem isso querem dar àquelas famílias. O que pode acontecer? Conflitos. Lógico!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou conceder.

Lógico! O que pode acontecer? Conflitos.

Ainda mais: estive presente em uma reunião com a Eletronorte, com as famílias e com as lideranças comunitárias, que imploravam solução para o problema.

Senador Valter, quando alguém propõe alguma coisa a V. Ex^a para um acordo e diz assim: “Se V. Ex^{as} não aceitarem, a barragem vai demorar a sair”, isso é chantagem, Senador! Isso é chantagem com aquelas famílias. Não se faz isso. São pessoas pobres, que há muito tempo sofrem ali e que exigem o mínimo possível para a resolução do problema. “Se V. S^{as} não saírem das suas casas, as eclusas vão atrasar, as eclusas não vão sair!”. Chantagem! Não se faz isso, Senador Flexa Ribeiro. Aquelas famílias merecem o mínimo de respeito da Eletronorte.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter, eu gostaria de dizer a V. Ex^a, com todo o respeito da Mesa, que não é permitido aparte no período destinado a comunicações inadiáveis. Então, eu gostaria que V. Ex^a se ativesse ao Regimento, tanto V. Ex^a quanto o Senador Flexa Ribeiro.

V. Ex^a pode continuar.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lamento que eu não possa ouvir a palavra do eminente Senador...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Mesmo não podendo, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que ela é, sobretudo, inédita. Todas as outras hidrelétricas...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Valter!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ... asseguraram indenização e o remanejamento das famílias.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lógico! Mas, Sr. Presidente, está solucionado o problema. Permita-me apenas fazer o encerramento do meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Valter, Senador Flexa, infelizmente V. Ex^{as} não vão poder me apartear.

Eu estive lá com autoridades, com o Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves. Insistimos no acordo.

Senador, quero deixar registrada, nos Anais desta Casa, minha preocupação. Peço, aqui, ao Presidente da Eletronorte, se estiver me assistindo, Senador Flexa Ribeiro, Dr. Carlos Nascimento, que, imediatamente, para que não haja problemas futuros, como já houve – até com a invasão da hidrelétrica, repito –, interfira.

Senador Mão Santa, quando se manda alguém fazer acordo com alguém, deve-se mandar alguém com habilidade. Aquelas pessoas que foram lá não têm habilidade nenhuma; foram lá apenas com a intenção, Senador Mão Santa, de humilhar as pessoas. Felizmente, havia um Senador e um Deputado Federal presentes. Não aturamos e não vamos aturar nunca a humilhação de famílias pobres.

Por isso, peço ao nobre Diretor da Eletronorte, Carlos Nascimento – meu amigo, que se formou comigo, repito –, que mande pessoas para lá, imediatamente, para resolverem o problema daquelas famílias, sob pena de, já, já, haver problemas graves.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas solidarizar-me com o Senador Mário Couto pelo pronunciamento que fez, há pouco, na tribuna. Lamentavelmente, não pude estar com S. Ex^a em Tucuruí, mas sou solidário àquelas famílias.

Tenha absoluta certeza de que o Presidente Carlos Nascimento dará uma solução para remanejar dignamente as 400 famílias que se encontram na área das eclusas. Não sei, Senador Mário Couto, se isso não seria um expediente do Governo, que, não podendo dar início às obras por meio do PAC, dificulta a negociação, para, com isso, dizer que não tem condições de iniciar a obra.

Quero me solidarizar com V. Ex^a e mandar daqui, Presidente Gilvam Borges, um abraço, Senador Mário Couto, à Deputada Tetê, que nos acompanhou no sul do Pará, a quem não fiz referência no meu pronunciamento. Um grande abraço à grande batalhadora Deputada Tetê Santos, do PSDB do Pará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresentei, mais cedo, junto com o Senador Sérgio Guerra, um voto de pesar pelo falecimento do nosso queridíssimo amigo Antônio Ernesto de Salvo, que foi Presidente da Confederação Nacional de Agricultura por tanto tempo.

Uma figura de natureza humana inesgotável, de enorme capacidade de compreender o sentimento das pessoas, além de competentíssimo no que fazia, seja como articulador político daquela poderosa confederação, seja como conhecedor dos problemas da agricultura, do agronegócio. Portanto, um brasileiro que faz uma falta enorme, a partir de agora, para o País e para os amigos.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é comunicar a V. Ex^a e à Casa que as tratativas sobre os três Relatores a comporem a comissão de Relatores que auxiliará o Presidente Leomar Quintanilha na elucidação do caso Renan Calheiros estão concluídas. E, de maneira bastante clara, bastante nítida, o entendimento é de que essa seria a forma de se tentar, para valer, a investigação profunda, que garanta amplo direito de defesa ao acusado, que busque a verdade, que legitime ou relegitime um Conselho que não pode ser desmoralizado sob hipótese nenhuma e por quem quer que seja. Não pode!

Portanto, entendendo que cada Bloco ou cada Partido que indicou um dos três se responsabiliza por quem é seu próprio indicado, tenho orgulho de dizer que o Bloco que é composto por 30 Senadores, o Bloco Democratas e PSDB, tem uma honra enorme em indicar o nome da Senadora Marisa Serrano, pela sua honradez, pelo seu equilíbrio, pela sua isenção e pelo seu compromisso em buscar a verdade, pura e simplesmente a verdade, o tempo inteiro a verdade. Os demais Senadores são igualmente capazes, igualmente passíveis de oferecer uma contribuição muito justa para esse impasse que está constringendo o Senado e a Nação, mas, até para compartimentar bem e para deixar bem claro que cada um se responsabiliza pelo seu indicado – a Senadora Ideli Salvatti, certamente, dirá qual é o excelente nome que foi escolhido pelo Bloco que ela lidera –, o PSDB reafirma que o seu nome, no meio de tantos que poderiam servir ao País do mesmo modo, com o mesmo denodo, é o da Senadora Marisa Serrano, que o Brasil vai conhecer melhor a partir de agora: doce no trato pessoal e extremamente firme, rigorosa na sua forma de proceder publicamente. Portanto, o Brasil conhecerá essa mistura da doçura

com a dureza, quando a dureza for necessária. Que o Brasil, portanto, aproveite essa relação que vai ter com uma Senadora de primeiríssimo nível, que foi uma Deputada de respeito, que foi Vice-Prefeita da sua cidade, que já disputou o Governo do seu Estado, que tem um futuro político a perder de vista e, sobretudo, que haverá, grande Senadora que é, de engrandecer o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Portanto, o PSDB se sente – e sei que esse é o sentimento do antigo PFL, do DEM – orgulhoso de poder dizer que estamos oferecendo, para a Comissão, a nossa cara. Que cada um ofereça a sua cara. A cara do fulano é aquela que está sendo exposta pela indicação que está sendo feita.

Então, que fique bem claro, para não haver dúvida: a nossa cara, a cara do nosso Bloco é a Senadora Marisa Serrano. Isso vai ficar demonstrado muito à farta, ao longo dos tempos que temos para elucidar de vez essa momentosa e lamentável questão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, apelo a V. Ex^a que, aproveitando o ensejo, diga os outros dois nomes, pois a Nação tem interesse neles. Está todo mundo acompanhando.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Está aqui o Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Ah, vai anunciar?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as forças políticas representativas desta Casa decidiram, numa contribuição ao encaminhamento que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vem dando a essa questão, indicar os nomes da ilustre Senadora Marisa Serrano, representando o DEM e o PSDB, do Senador Renato Casagrande, pelo Bloco do Governo, e do Senador Almeida Lima, representando o PMDB.

Seria importante, Sr. Presidente, que todos tomassem conhecimento, não somente os membros do Conselho, mas todos os membros desta Casa, de que o nosso desejo, como bem referendou o Senador Arthur Virgílio, é procurar agir com sensatez, com transparência e com a velocidade necessária e possível para que levemos a termo a decisão do Conselho, que, afinal de contas, é a decisão da Casa, que a Nação brasileira espera.

Marcamos, imediatamente, uma reunião para amanhã, às 9 horas, com os novos Relatores escolhidos, para elaborarmos o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a não pode anunciar os nomes dos Relatores? Há uma certa expectativa.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Anunciei, aqui, mas vou repeti-los: Senador Almeida Lima, Senador Renato Casagrande e Senadora Marisa Serrano.

Já nos reuniremos amanhã, a partir das 9 horas, para darmos encaminhamento aos trabalhos que o Conselho tanto espera.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não é permitido o aparte.

V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, pediu a palavra pela ordem, assim não pode conceder aparte.

Apelo ao Senador Eduardo Suplicy para que atenda ao Regimento e não quebre a ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Espero que a Mesa, então, conceda a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti iria falar. Sou o próximo orador inscrito, e a Senadora Ideli Salvatti pedia a palavra. Vou respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não, de maneira alguma. A Mesa não pode atendê-lo, porque vai, primeiramente, conceder-lhe a palavra pela ordem. Há um Líder inscrito antes da Senadora Ideli Salvatti.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me, então, falar brevemente.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, os Líderes Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, José Agripino e Aloizio Mercadante e todos que participaram do entendimento havido. A escolha do Senador Renato Casagrande, que já havia sido indicado, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Almeida Lima significa que poderemos contar com três pontos de vista que, certamente, conduzirão o processo com equilíbrio e com isenção. Poderemos esperar algo positivo para o Senado Federal.

Também quero registrar, Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, que considero importante a decisão que o próprio Senador Renan Calheiros expressou a mim e a outros Senadores, há pouco, no plenário, de que S. Ex^a comparecerá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no momento em que considerar adequado, para o esclarecimento completo e pessoal de todas as dúvidas que precisam ser dirimidas.

Então, acredito que o cronograma de trabalho apresentado pelo Senador Leomar Quintanilha vai estabelecer um processo de apuração mais adequado.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade.

Quero comunicar à Casa que hoje foi um dia de intensas e frutíferas negociações, porque, ao final, conseguimos chegar ao entendimento. Eu, pessoalmente, estava profundamente preocupado com os desentendimentos, pelo menos aparentes, surgidos após a eleição do Senador Leomar Quintanilha, com relação à escolha do Relator e ao encaminhamento dos trabalhos feito pelo novo Presidente.

A Mesa Diretora dos trabalhos agiu com firmeza no dia de ontem e devolveu o processo. Se havia algum vício a ser sanado, já o foi. A matéria foi devolvida ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e o Presidente Leomar Quintanilha, ainda ontem, definiu claramente que os trabalhos seriam retomados do ponto em que foram interrompidos com a renúncia do Presidente Sibá Machado e que procederia ao processo de aprofundamento das investigações, mas esse fato só poderia ocorrer na medida em que um Relator fosse escolhido. Esse é um problema, ou melhor, foi um problema, pois foi resolvido hoje, com o entendimento de várias Lideranças, que se reuniram por muitas oportunidades, em muitos gabinetes, para que pudéssemos destravar esse processo.

O fato é que, pessoalmente, eu não advogava a solução dos três Relatores, pois entendia que o Relator, fosse quem fosse, deveria ser um só. Mas são três os Senadores escolhidos, que têm responsabilidade e a consciência de que o País vai acompanhar o trabalho de S. Ex^{as}: o Senador Renato Casagrande, que é Líder do PSB e uma liderança no Estado do Espírito Santo; a Senadora Marisa Serrano, recém-eleita pelo Mato Grosso do Sul, uma Parlamentar experiente e experimentada; e o Senador Almeida Lima, de Sergipe, já

veterano, com mais de quatro anos de mandato. Deus queira que os três possam produzir um único relatório! Não tenho expectativa de que isso venha a acontecer. Espero que eu esteja errado. Se não for possível a elaboração de um relatório consensual, está acordado, entre aqueles que participaram dos entendimentos, que podem ser produzidos mais de um relatório, que vão ser, evidentemente, submetidos a voto.

Para que o relatório ou os relatórios sejam feitos, é fundamental aquilo que vai ser realizado amanhã, o que era minha preocupação. Está tudo parado. A partir de amanhã, com a indicação dos Relatores e com a reunião do Presidente com os Relatores, esse grupo de Parlamentares vai à sede da Polícia Federal para se reunir com o Diretor-Geral da Polícia Federal e com os peritos que iniciaram os trabalhos de peritagem dos documentos entregues pelo Presidente Renan Calheiros, para pedir a eles o aprofundamento das investigações, com suas devidas conexões factuais, a fim de que, com o aprofundamento das investigações, possa ser realizado o ponto final, o relatório final ou os relatórios, em função das evidências que, espero, devem aparecer em um espaço de tempo curto, o mais curto possível, tão curto quanto seja necessário para que as evidências apareçam – não pode ser tão curto de modo que as evidências não apareçam, nem tão longo que cause inquietação ao Senado Federal e à sociedade brasileira. Há um limite. Há um gume de faca nessa história. Mas, amanhã, vai ser levada a efeito a tarefa de contato com a Polícia Federal e de solicitação aos peritos do aprofundamento das investigações, para que as evidências e as provas possam ser recolhidas, para que os Senadores possam votar com convicção, absolvendo ou condenando.

Destravamos o processo a partir do entendimento que foi feito hoje: a identificação de três Relatores. Pode ser que se faça um relatório somente, pode ser que se façam dois relatórios, pode ser que se façam três relatórios, pode ser que se apresentem votos em separado, mas, num espaço de tempo que podemos presumir agora, vamos ter o desfecho desse assunto. A procrastinação – se é que ela existia – está com os dias contados. Os dias vão ser o tempo necessário para a perícia ser aprofundada. O tempo vai ser dado – creio que o de cinco sessões – para que o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, apresente sua defesa, e haverá o tempo necessário para que os relatórios sejam apreciados e votados pela Casa.

Portanto, cumprimento o Senador Leomar Quintanilha e as Lideranças da Casa que participaram dos entendimentos hoje produzidos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Renato Casagrande, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero continuar no mesmo tema, não mesmo assunto. O Senador José Agripino já se pronunciou, o Senador Presidente do Conselho, Leomar Quintanilha, também já se pronunciou. A decisão tomada ontem pelo Conselho de Ética e colocada em execução, em prática, hoje, com a escolha de uma Comissão de investigação sobre o processo que envolve o Presidente Renan Calheiros consolidou-se. De fato, o processo tramita na Casa há mais de um mês e, no entanto, não tínhamos conseguido sair do lugar, dar dinamismo ao processo, não conseguimos responder à sociedade, investigar para saber se o Presidente Renan Calheiros tem ou não culpa, não conseguimos responder à sociedade por diversos problemas enfrentados no Conselho de Ética. Ontem, depois de termos vivido mais uma crise na semana passada, conseguimos dar esse encaminhamento. Creio que esse encaminhamento coloca de novo o Senado na perspectiva de responder a sua crise. Uma instituição só tem função quando responde as suas crises. Se não as responder, ela não tem nenhuma possibilidade de ser respeitada pela sociedade que quer representar.

Então, a partir deste momento, com a escolha dos três membros da Comissão, o que não foi fácil, até porque, desde o início desse processo, poucas pessoas se dispuseram a participar de forma direta e escolher. Chegar a uma comissão de três membros foi algo que demorou. Eu fui um dos que se dispuseram a participar do processo para cumprir a missão de tentar resgatar o Senado da posição em que ele está, de tentar encaminhar esse processo e de concluí-lo. Portanto, fui um dos que me dispus a aceitar, mesmo tendo passado por uma dificuldade na semana passada com a escolha do meu nome, com o retorno a essa posição. Mas, como membro do Conselho de Ética, eu não podia me furtar a participar desse processo. A sociedade quer ver esse processo concluído, quer ver a investigação sendo desenvolvida. Por isso, de minha parte, vou dar tudo o que eu puder para que possamos agilizar essa investigação e, com certeza, chegarmos a um resultado que dê a possibilidade de as pessoas do Conselho definirem com justiça e de acordo com as suas consciências. Tenho a certeza de que a Senadora Marisa Serrano, que é uma pessoa equilibrada, vai se conduzir dessa forma; também o Senador Almeida Lima se conduzirá dessa forma.

Nesse processo muita gente já expôs a sua opinião. Algumas pessoas me perguntam se para o Senador Almeida Lima não seria um problema, já que S. Ex^a já expôs demais sua opinião. Na verdade, não foi apenas o Senador Almeida Lima que expôs sua opinião. Outros Senadores já expuseram também. No entanto, estamos em um processo de investigação. Os fatos que teremos nesse processo de investigação precisam ser absorvidos, e os membros do Conselho e da Comissão precisam estar em condições de recepcionar, de receber informações e mudar até de opinião, seja de um lado ou de outro, caso seja necessário. Acho que o Conselho de Ética é um conselho de magistrados, um conselho de pessoas que têm de desenvolver um relatório técnico. É lógico que esta é uma Casa política, mas tem de ter um relatório técnico que responda efetivamente às questões colocadas e apresentadas a esse processo até agora.

Vou cumprir com a minha tarefa de Senador da República. Vou cumprir minha tarefa como membro do Conselho de Ética. Se eu não puder aceitar uma tarefa como membro do Conselho de Ética, tenho de sair do Conselho de Ética. Foi-me feito um apelo para que eu pudesse estar presente. Para isso, passei por cima das dificuldades para, juntamente com a Senadora Marisa e com o Senador Almeida Lima, cumprirmos nossa tarefa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de complementar as palavras do Senador Casagrande e dizer que missões a gente cumpre. Nesse momento, temos uma missão a cumprir nesta Casa: fazer com que o Conselho de Ética dê uma resposta não só ao Congresso Nacional mas à população brasileira. Nesse sentido, o meu Partido, o PSDB, pediu que eu participasse da tríade que vai produzir um relatório através do apoio, que acreditamos incondicional, de todos os membros do Conselho de Ética. Não será um trabalho isolado. Não pode ser um trabalho isolado. Aceitei na premissa de que o Senador Casagrande e o Senador que vai responder pelo PMDB, Almeida Lima, estejam conosco nessa caminhada. Que o nosso Presidente esteja participando; que cada membro do Conselho de Ética assuma a responsabilidade de, juntos, discutirmos todas as fases do processo.

Nenhuma proposta feita pelos relatores, pelo Presidente da Casa deve ficar sem ser discutida e apoiada pelos membros do Conselho de Ética. Acredito que só com união podemos chegar a um resultado que seja melhor para a Casa. É claro que podemos ter as nossas divergências, mas, se todos tivermos com convergência acerca do que é o melhor para o Congresso e para o Senado do País, acredito que não há como errar. Se tivermos boa vontade e equilíbrio,

chegaremos lá. É claro que temos de passar por uma série de tempos. Acredito muito que a programação a ser feita, o projeto e o programa a serem feitos são fundamentais para que saibamos aonde queremos chegar. Portanto, acredito que, com o apoio do nosso Presidente, com o apoio dos Senadores que fazem dessa tríade, poderemos oferecer ao Senado e à Nação o melhor de nós.

Espero muito que a responsabilidade que assumimos hoje seja, realmente, aquela que venha ao encontro do esperado pelos Senadores, ou seja, a elucidação desse caso, para que tenhamos condições de tocar todas as ações que precisamos desenvolver aqui no Congresso Nacional e, principalmente, no Senado.

Portanto, Sr. Presidente, assumo também, juntamente com o Senador Casagrande e com o Senador Almeida Lima, essa responsabilidade, cônica da tarefa que nos espera, mas, principalmente, porque sabemos que é um dever que temos, como políticos, de dar uma resposta à Nação brasileira e aos nossos Pares.

Eram só essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, a Mesa garante a palavra de V. Ex^a. Peço-lhe que seja breve, o Senador Mão Santa está esperando há algum tempo.

Mas antes eu gostaria de dizer que a Mesa se associa, se alegra com as Lideranças, com os membros do Conselho de Ética, que, exaustivamente, debateram durante o dia todo e conseguiram chegar a três nomes a fim de que possamos concluir os trabalhos que envolvem o Presidente desta Casa. Há uma alegria, portanto, porque sabemos que o trabalho foi árduo, passo a passo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma questão importante. Em primeiro lugar, reitero a confiança que tenho no Senador Renato Casagrande e na Senadora Marisa Serrano, que poderão formar um trio de equilíbrio com o Senador Almeida Lima. Também desejo boa sorte ao Senador Leomar Quintanilha, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Sugiro a S. Ex^a que convoque uma reunião do Conselho de Ética para amanhã, logo após a reunião que terão S. Ex^{as} com a Polícia Federal na parte da manhã. Assim, no final da manhã ou início da tarde, poderão informar a todo o Conselho de Ética a respeito dos procedimentos que desenvolverão. Ademais, porque há uma questão importante que perdura, qual seja a do relatório e voto do Senador Epitácio Cafeteira, e o Conselho de Ética precisa acordar algo para

que a comissão de Relatores desenvolva seu trabalho, levando em conta inclusive o que foi elaborado, mas a partir da decisão de que se faz necessário o complemento da perícia e, inclusive, outro complemento importante, que é a própria palavra do Senador Renan Calheiros, a partir do requerimento ontem apresentado pelo Senador Wellington Salgado, convidando S. Ex^a a comparecer espontaneamente. Portanto, esse é o requerimento apresentado, que pode ser apreciado e votado também na sessão de amanhã. Assim termos o cronograma de trabalho.

O Senador Mão Santa tem um tal crédito por ser o Senador que mais tem usado da palavra e vai compreender que eu inclusive vou esperar seu pronunciamento para falar, porque sou o próximo orador inscrito na lista.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com relação ao requerimento que apresentei ao Conselho de Ética, convidando o Presidente da Casa a comparecer, sempre foi uma idéia do Senador Eduardo Suplicy, eu apenas tornei efetivo o convite que S. Ex^a também assinou.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma colocação com relação ao acordo hoje surgido no Conselho de Ética quanto à nomeação dos três Relatores que irão compor um grupo – ou um, ou dois, ou três –, como bem colocou o Líder do DEM, Senador Agripino José Agripino, e sobre o que poderá acontecer.

E fico feliz de ter uma professora nessa trinca, a Professora Marisa Serrano, que exercerá, com certeza, a função catalizadora entre o Senador Almeida Lima e o Senador Renato Casagrande. O Conselho de Ética começa a andar, começa a mostrar resultados para a sociedade, Senador Mão Santa. Estava difícil caminhar e haver uma suspeita pairando sobre esta Casa no sentido de que não iríamos apurar toda a investigação.

Está demonstrado que esta Casa é sábia no momento que tem de ser sábia. O que ela fez? Encaminhou novamente o processo ao Conselho de Ética. E agora ele começa a caminhar.

Foram muito bem escolhidos os Relatores. Eu acreditava ser difícil ter três Relatores de consenso, de diferentes Partidos, mas parece que conseguimos. Agora, começa a andar todo o processo, Senador Gilvam Borges, nosso Presidente neste momento. Realmente, passamos por um momento

difícil. Espero que venhamos a descobrir a verdade dos fatos, a verdade dos documentos e a verdade de um relatório.

Terei a minha posição – hoje, tenho uma posição –, em função da documentação que virá, já por investigação da Polícia Federal, como foi colocado aqui – talvez tenham obtido a informação primeiro, porque eu não sabia que haveria a investigação automaticamente. Que venha a investigação. O Senado tem de fazer seu trabalho até o final. Tenho as minhas posições, nunca fugi das minhas responsabilidades. Se houver algo que leve à condenação, demonstrado, comprovado, votarei pela condenação. Mas se não surgir algo que leve à condenação, isso vai ter que constar do relatório, e o Conselho de Ética vai votar. Esta Casa é sábia quando tem que ser sábia, Senador Eduardo Suplicy. Já participei, nesses dois anos que aqui estou, de momentos em que todos pensavam que não haveria solução, e, de repente, surge a solução, que vem de um Senador, de um grupo de Partidos ou de um Partido, e ela sempre caminhou.

Vivemos ontem, anteontem, a semana passada inteira, momentos complicados. Mas a luz começa a aparecer. Espero que a luz caminhe para uma verdade, seja ela qual for. Isso é o que vou acompanhar, e vou votar, Senador Mão Santa, porque nossa história, depois de construída, não se apaga mais. A história de V. Ex^a, eu a conheço em parte. E V. Ex^a nunca se arrependeu de sua história.

Portanto, nossa votação no Conselho de Ética vai fazer parte da nossa história. Hoje, ela é futuro. Mas amanhã, depois de amanhã, ou daqui a uma semana, depois que votarmos, passará a ser um ponto da nossa história.

Acredito no que vi até agora. Mais investigações? Que façamos. Que o Conselho vá aonde tem de ir. Se tiver de ir a Alagoas, a um açougue, seja onde for, tem de ir. Mas que venha com um relatório verdadeiro, sem medo da verdade, sem medo dos veículos de imprensa, seja ele qual for. Não tenho medo da verdade. Se a verdade vier contra aquilo em que acredito hoje, vou acompanhá-la. Não há como ir contra os fatos. Se os fatos vierem contra o que penso hoje, acompanharei a verdade. Mas espero que os Relatores apresentem um relatório verdadeiro, seja ele qual for, doa a quem doer, Senador Eduardo Suplicy, e vamos acompanhar. Mas temos que estar do lado da verdade. Não vou fugir da verdade, Senador Gilvam Borges. V. Ex^a nunca fugiu, o Senador Mão Santa nunca fugiu, o Senador Eduardo Suplicy nunca fugiu – já o vi enfrentar problemas –, o Senador Arthur Virgílio nunca fugiu, o Senador José Agripino nunca fugiu, o Senador Sérgio Guerra – já reclamou um pouco – nunca fugiu da verdade também. Isso é que é importante. A nossa história é feita se estivermos ao lado da verdade.

Senador Eduardo Suplicy, espero que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar descubra a verdade, e eu votarei com a verdade. Que bom que esta Casa começa a andar, que o Conselho de Ética começa a andar.

Muito obrigado pela oportunidade Senador Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, que aguardou pacientemente a oportunidade de usar a tribuna.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta reunião de 4 de julho, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, foi um prazer, não foi paciência não, foi uma satisfação, porque eu estava ao lado de V. Ex^a.

Ô Suplicy, são três em um só agora. Deu certo, Gilvam Borges. Na religião, temos Pai, Filho e Espírito Santo. Eu não sei se isso vai dar certo. Pai, Filho e Espírito Santo eram três pessoas em uma só. Não sei se estas personalidades: Casagrande, Almeida Lima e, graças a Deus, a Professora Marisa Serrano. Se fossem apenas homens, eu já não acreditava; havendo uma mulher... A virtude está no meio, e essa é a mulher.

Mas, Suplicy, V. Ex^a está acompanhando, que não seja uma vitória de Pirro, general grego que ganhou dos romanos na Batalha de Ásculo. Constatando que o desastre havia sido grande e que os companheiros todos se tinham desgraçado na guerra, disse: “Com outra vitória dessa, estamos acabados”.

Mas estamos aqui, Suplicy, e não é São Paulo, mas Sena, o filósofo, que não morava nem em Atenas, nem em Esparta, que dizia: “Não é uma cidade pequena, é a minha cidade”. Sei que os Estados Unidos hoje comemoram, mas viemos pela cidade de Piri-piri. Não é a grandiosa São Paulo, mas é a cidade do Piauí, Piri-piri.

Gilvam Borges, Piri-piri faz 97 anos. Quero crer que o Suplicy já está ligando o telefone para falar com o Prefeito de Piri-piri, Odival Andrade, e cumprimentá-lo, parabenizá-lo. Essa cidade é extraordinária. Ela é, em população e número de eleitores, ô, Gilvam Borges, a quarta do Piauí; em riqueza, ICMS, é a quinta. Em população, é Teresina, Parnaíba, onde nasci, Picos, Piri-piri e Floriano. É uma cidade com um entreposto comercial extraordinário, com capacidade industrial em confecção, com pecuária e caprinocultura e com um povo bravo.

Quando governei o Piauí, constatei que é uma das cidades que têm o melhor nível de educação pública. Piri-piri teve um dos Embaixadores mais notáveis

da história do Itamaraty, Espedito Resende, que esteve no Vaticano e outras cidades importantes. Lá há um memorial com seu nome.

Há poucos dias, morreu um dos mais brilhantes cirurgiões que conheci, Odival Coelho Resende. Não exercia a profissão lá, mas na minha cidade.

Quero homenagear essa cidade, lendo um poema. O poeta traduz o sentimento daquela gente, com os seguintes versos:

Piripiri, cidade querida,
De dores escondidas,
De pessoas que suam, choram e riem.
Piripiri, cidade amada,
Faça de mim uma esperança
E dessa esperança uma solução.
Ah, minha querida Piripiri,
Quem encontrará a solução
Para ter paz no coração?
Faça dos teus filhos
A expressão da solidariedade.
Piripiri de dores escondidas,
Tu sempre serás para mim
A minha Piripiri querida.

E ela hoje está em festa. Está em festa o Piauí.
Senador Gilvam Borges, nos dias 13, 14, 15 de julho,
eles vão fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa tem a obrigação de comunicar que o tempo destinado a V. Ex^a terminou. Mas como V. Ex^a esperou pacientemente, e só resta inscrito o Senador Eduardo Suplicy, acredito que podemos conceder mais algum tempo a V. Ex^a.

Qual é o tempo de que V. Ex^a necessita para concluir a homenagem a Piripiri?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Primeiro, quero convidá-lo para ir a Piripiri.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Qual é o tempo de que V. Ex^a necessita?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Presidência concede mais 20 minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está bem, Sr. Presidente.

Então, Piripiri, nos dias 13, 14 e 15 de julho – sexta-feira, sábado e domingo – estará em festa. Convido o Senador Eduardo Suplicy para ir a Piripiri, com a Mônica, sua esposa. É uma importante cidade.

Mas esse Embaixador, Espedito Resende, um dos mais brilhantes da história do Itamaraty, tem um memorial. A minha cidade, Senador Eduardo Suplicy, é Parnaíba. Piripiri está no meio, entre Parnaíba e Tere-

sina. As Sagradas Escrituras, Senador Guerra, dizem que a virtude está no meio.

Piripiri é uma cidade extraordinária. Eu me lembro do Embaixador, ó, Gilvam Borges, que nasceu na minha cidade de Parnaíba. O Embaixador Clark foi muito importante na história das relações exteriores; foi amigo de De Gaulle, reconheceu seu governo. Paris, na sua época, era a capital do mundo, Suplicy. Ele gozou da intimidade de Oswaldo Aranha, no Governo de Getúlio.

Então, o Embaixador Clark só andou em cidades grandes: Roma, Nova Iorque, Washington, Londres, Tóquio, Buenos Aires. Teve um câncer e, no final de sua vida, resolveu voltar a Parnaíba, Gilvam Borges. Seu médico era esse que citei, de Piripiri, Odival Resende – eu era muito jovem. Na ausência dele, eu o atendi, e ele me disse o seguinte, Senador Eduardo Suplicy... Atentai bem para o convite que já fiz a V. Ex^a e a Mônica para conhecerem o Delta do Rio Parnaíba.

Ele dizia, no seu livro, que as duas mais belas cidades do mundo começam com a letra “p”: Paris e Parnaíba. Isso foi o Embaixador Clark; mas Espedito Resende, que conheci, nascido em Piripiri, com certeza, diria: Paris e Piripiri. Eu me lembro de que Odival Resende, brilhante cirurgião, um dos mais extraordinários que conheci, brincava e dizia assim: “Mão Santa, você pode até fazer da Parnaíba a capital do Piauí, mas a capital do mundo é Piripiri”.

É isso que retrata aquela gente. Essa cidade tem um time de futebol cujo aniversário é o dia de hoje, 4 de julho. É um dos times queridos do Piauí, é quase como o Boca Juniors, amado. Então, essa é a homenagem.

Quando governamos o Estado... E falo aqui por delegação também deste extraordinário Senador municipalista, que é Heráclito Fortes. Heráclito Fortes tem uma liderança extraordinária no Piauí, principalmente em Piripiri. Então, essa é a nossa homenagem a essa cidade, em que, por sua importância, quando governei o Estado, deixei mais de 400 casas populares e uma rodoviária em parceria com o Prefeito Luiz Menezes. Encravamos o ensino universitário, e a eletrificação, que era de 69 quilowatts, foi aumentada para 138 quilowatts.

Aeroporto asfaltado, fórum e grande apoio ao seu parque industrial.

Portanto, esta é a homenagem que fazemos a Piripiri, pelo seu 97º aniversário.

Quero parabenizar aqueles que, por seu Prefeito Odival Andrade, lideram o crescimento e a pujança dessa cidade.

Já aproveitando a sensibilidade de Gilvam Borges, quero dizer que é importante esta tribuna, Suplicy. Por isso o Suplicy está aí, por isso o Suplicy é consagrado na hora em que se abrem as urnas em São Paulo.

Quisera eu ter uma homenagem aqui para dar ao Suplicy; neste Senado, é o “senhor trabalho”. Ninguém se dedica e ninguém trabalha mais do que Suplicy.

Mas isso é tão importante...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a trabalha muito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Suplicy, que, para onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Sou um médico, cirurgião, e é com muito orgulho que estou aqui, na *Revista Médico*, órgão informativo do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, num desses pronunciamentos que fizemos aqui defendendo a classe médica.

Suplicy, imagine quanto ganha o médico e quanto ganha, hoje, um profissional da Justiça. Senador Gilvam Borges, eu, médico federal, 40 anos contribuindo para a Previdência Social, dedicados à Santa Casa de Misericórdia, nem olho o contracheque, porque dá úlcera, de tão pequeno. Eu deixo Adalgisa recebê-lo. Isso é um descalabro!

Ô Suplicy, V. Ex^a que é justo, este País está cada vez mais injusto. A diferença entre o maior e o menor salário aumentou, alargou-se. Nos países organizados e civilizados a diferença entre o maior e o menor é de dez vezes. Veja os altos salários desta República e os menores salários: dos professores, dos médicos, dos soldados, dos militares.

“Senador Mão Santa reconhece que os médicos ganham mal”. Esse foi um pronunciamento. Aí está a farsa do Brasil.

Ô Suplicy, V. Ex^a é um homem de coragem. Diga ao seu Presidente – V. Ex^a não vai dizer porque ele voou no aerolula, foi para a Europa –, quando ele voltar, que o SUS foi desmoralizado no Governo no PT. Uma consulta médica custa R\$2,50.

Os anestesistas do Piauí estão em greve. Ô Gilvam Borges, tem tabela de anestesia a R\$9,00.

Desafio o Ministro da Saúde. Ele é muito bom para ser artista da Globo. Ele vai cuidar do Zeca Baleiro e do Zeca Pagodinho e deixa os pobres médicos ganhando R\$2,50 por uma consulta e, por uma anestesia, R\$9,00.

Suplicy, olhe para cá. Não é “mão santa”, não. São mãos humanas guiadas por Deus, iguais a todos os médicos que aí estão. Suplicy, tenho 40 anos de Medicina. Desafio hoje, desafio hoje o Governo de Luiz Inácio a mostrar um operado hoje, pelo SUS, de tireóide, de próstata, de supradduodenotomia, de mastectomia. Não está bem. Está muito bem para nós que temos plano de saúde. O Senado, sem a gente estar doente, está nos oferecendo a toda hora para ir a São Paulo. Está muito bem para quem tem dinheiro; está muito bem para quem tem plano de saúde. As Santas Casas, que represento e que por elas estou

sendo reconhecido, estão todas na falência. Só se consegue uma operação se tiver muita amizade.

Gilvam – olha para cá, Suplicy –, não vou citar nome por se tratar de uma pessoa importante no Piauí, um ex-Deputado. Opera-se no seu São Paulo usando tráfico de influência. Eu fui atrás do Pinotti, extraordinário médico e reitor do ensino superior, para conseguir. Esse é o sistema de saúde.

Aqui estão uma publicação e uma homenagem aos médicos do Brasil.

Em pronunciamento, eu dizia – atentai bem –: em 1994, um médico recebia o salário de R\$755,00 e um promotor público, R\$1,3 mil. Ô Suplicy, anote: em 1994, um médico recebia o salário de R\$755,00 e um promotor público, R\$1,3 mil. Hoje, a realidade é bem diferente, não para os médicos de alguns Estados que continuam recebendo os mesmos R\$755,00. O promotor, R\$18 mil. Ô Suplicy, e não é aí, não. Fiquei, pacientemente, para dizer o que Boris Casoy não pode dizer: isso é uma vergonha!

Aí vem uma medida provisória: sem concurso, centenas e centenas de aloprados ganharão mais de R\$10 mil. E vai passar aqui porque o Congresso está assim. Mas sem concurso.

Ô Suplicy, vergonha não mata. Sou médico. V. Ex^a está envergonhado hoje desse partido que deu aumento de 139% para os que têm DAS, os diretamente nomeados por Lula, os companheiros aloprados que o estão estragando, e deu 3% para os médicos, para as enfermeiras, para as professoras, para os engenheiros, para os geólogos, para os guardas, para os soldados.

Suplicy, vou lhe fazer uma pergunta: V. Ex^a é realmente a Deus? Responda só “sim” ou “não”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Posso fazer uma segunda pergunta? E Luiz Inácio teme a Deus?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Claro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Claro? Teme não. Um Presidente da República que permite um aumento de 139% para os seus nomeados, para os seus aloprados, que aumentam, que incham o serviço público, e 3% para os outros, não é justo, não respeita a Deus, não teme a Deus. O Filho de Deus passou e bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Ô Suplicy, vergonha não mata. Caso contrário, V. Ex^a morreria envergonhado pela injustiça desse Governo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, acabei de comunicar à minha esposa que vamos demorar. V. Ex^a dispõe de mais tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Estou muito satisfeito. Não quero mais tempo. Quero aumento, justiça salarial. Vai chegar uma medida criando o Ministério do Sealopra. Haverá centenas de nomeações. Mais de R\$10.000,00, ô Gilvam, sem concurso! É como está no livro de Deus: a porta larga das falcatruas e da falsidade!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a não quer falar mais?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não. Eu peço a Deus e ao Luiz Inácio Lula da Silva, que está voando no aerolula e que está perto do céu, que o Senador Eduardo Suplicy leve ao Presidente a verdade. Eu quero crer que estão enganando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eu votei nele em 1994, porque pensava que era temente a Deus.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a é um sábio, um culto – já leu Thomas Paine todinho –, mas leia Cervantes: *Dom Quixote de La Mancha*. Dom Quixote de La Mancha saiu no mundo, tentando fazer justiça e defender os fracos. Acompanhava-lhe Sancho Pança. Não é verdade? Ele disse que iria premiar Sancho Pança, dando-lhe uma ilha, Bravataria, para governar. O caboclo “véio” disse: “Eu não posso. Eu sou analfabeto”. Porém, Dom Quixote disse: “Mas eu o observei. Você é temente a Deus. Isso é uma sabedoria”. E até que ele governou bem. Dom Quixote lhe ensinou que fosse honesto, trabalhador, justo, casasse bem, fosse asseado...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, como V. Ex^a já anunciou que está encerrando seu pronunciamento e que não quer mais tempo para continuar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, encerre. Há um telefonema aqui para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Dom Quixote ainda lhe disse para lembrar-se de uma coisa: só não tem jeito para a morte. Isso é muito oportuno hoje.

Então, queria que V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, levasse esse apelo de justiça que o povo brasileiro espera do nosso Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a terá de assistir ao meu pronunciamento, que farei em seguida.

Convido o Senador Eduardo Suplicy a assomar à tribuna para proferir seu discurso.

Um telefonema para V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Senador Suplicy, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 10 minutos e terá à sua disposição o tempo que julgar necessário para concluir seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, Sr^s e Srs. Senadores, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, como está vindo uma mensagem urgente, quero dizer, respondendo, que vamos aguardar o comunicado.

V. Ex^a já tem os dez minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Nós vamos aguardar. O comunicado é do Senador...

Sr. Presidente em exercício nesta sessão, Senador Gilvam Borges, quero hoje expor a Proposta de Emenda à Constituição, a que dei entrada ontem, que altera a Constituição Federal para instituir as eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

1º. O §3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 46.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes, também eleitos de forma direta, nos termos da lei.

I – Cada partido ou coligação partidária poderá apresentar até três candidatos a suplente de senador.

Justificação

No Brasil, o suplente de Senador é partidário, e o registro de candidato ao Senado é feito com o de suplente partidário [na verdade dois]. A finalidade da suplência partidária é assegurar a eleição do candidato eleito com o Senador. A suplência, entretanto, é necessária ao equilíbrio do partido.

Na presente proposição, a idéia não é resgatar o instituto da sublegenda criada na vigência do Decreto-Lei nº 1.541/77 e revogada pela Lei nº 7.551, de 12 de dezembro de 1986. Tal tentativa implicaria infração ao dispositivo constitucional que determina que os Srs. Senadores devem ser eleitos obedecendo ao princípio majoritário. A sublegenda, a nosso ver, traz, na verdade, uma “proporcionalização” deformando o modelo majoritário.

Pela presente proposição, o voto só será considerado válido se o eleitor escolher por sufrágio direto o titular e os dois suplentes dentre os candidatos a suplentes apresentados.

O que se pretende é que os suplentes definidos juntamente com os candidatos ao

Senado na Convenção Partidária sejam igualmente eleitos pelo povo, como ocorre com os titulares do mandato de Senador. Assim, todos os membros do Senado Federal serão eleitos pelo voto direto.

Na maioria das vezes, o eleitorado desconhece os suplentes de seus candidatos ao Senado e são surpreendidos quando há um afastamento do Senador eleito, permitindo a convocação do suplente para preencher aquela vaga. Desta forma, a representatividade almejada pelos eleitores à época das eleições acaba por ficar distorcida, visto que os suplentes passam a representar um Estado membro, ou o Distrito Federal, independentemente da anuência popular. Aliás, muitas vezes o suplente de um determinado Senador pode ser alguém a quem a população do Estado que representa não deseja delegar poderes para representá-la, tampouco para legislar; e é o instituto da suplência partidária, eleita de forma indireta, que confere ao suplente tais poderes, o que no nosso entender excede a soberania popular que rege o processo eleitoral brasileiro.

Cumpre-nos ressaltar que, embora a Constituição Federal determine que cada Senador será eleito com dois suplentes (CF, art. 46, § 3º), não estabelece que a eleição do Senador implica, automaticamente, a eleição dos seus suplentes, contrariamente ao que disciplina expressamente na eleição do Presidente, Vice-Presidente da República (CF, art. 77, §1º).

A proposição ora apontada ainda é insuficiente para solucionar as distorções existentes em nosso sistema eleitoral, tampouco encerra as discussões que envolvem a representação política e das minorias partidárias, mas acreditamos que irá contribuir para a redução da tendência oligárquica no interior dos partidos políticos e ratificará a soberania popular na escolha de seus representantes.

Essas as razões que nos levam a solicitar a aprovação dessa proposta de emenda constitucional que ora submetemos à deliberação dos ilustres membros desta Casa.

Quero, Sr. Presidente, aqui dizer que obtive 29 assinaturas de Senadores. Não cheguei a consultar todos, mas acredito que praticamente os 81 Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, V. Ex^a dispõe de 50 minutos, pela sua paciência. A Mesa está concedendo mais 50 minutos, e depois farei também o meu pronunciamento, enquanto o Senado aguarda uma possível mensagem

importante para o País e para a política. Vamos ter de aguardar. Então, V. Ex^a tem 50 minutos, uma oportunidade muito boa de continuar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Quero dizer que a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Ideli Salvatti, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Mário Couto, a Senadora Roseana Sarney, os Senadores Renato Casagrande, Valdir Raupp, Delcídio Amaral, Neuto de Conto, Valter Pereira, José Agripino, a Senadora Serys Slhessarenko, os Senadores Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Senador Aloizio Mercadante – vou pedir à Sr^a Cláudia que identifique uma assinatura –, Edison Lobão, Marisa Serrano, Wellington Salgado, Marcelo Crivella, Garibaldi Alves, Jayme Campos, Cícero Lucena, Jonas Pinheiro, Mão Santa, Gilvam Borges.

V. Ex^{as}, aqui presentes, Senador Gilvam e Senador Mão Santa, também assinaram a presente proposição, que visa a fazer com que cada Senador aqui exercendo mandato tenha sido eleito diretamente pelo povo.

Como fazem V. Ex^{as}, Senadores Gilvam Borges e Mão Santa, eu tenho sempre o melhor relacionamento com cada Senador, um relacionamento de respeito, seja ele titular ou suplente que tenha assumido por ausência do titular por qualquer motivo. Cada um dos Senadores, obviamente, merece todo o nosso respeito, a nossa consideração, não importa se ele é suplente ou titular. Inclusive, quero aqui ressaltar que diversos Senadores suplentes assinaram a presente proposição, como o Senador Wellington Salgado, o Senador Valter Pereira e o Senador Adelmir Santana. S. Ex^{as} estão de acordo com a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Senador Mão Santa, tenho a honra de ouvi-lo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Suplicy, tenho simpatia pela inteligência e pela dedicação ao trabalho de V. Ex^a, mas há muita emoção nesse negócio – há aí o Sibá, não é? Mas eu acho o sistema muito claro e muito lógico. Quem não tem saudade do suplente Rodolpho Tourinho? Quem foi melhor do que ele? Você não foi nem eu! Ele era suplente aqui do Paulo Souto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há o caso também de Fernando Henrique Cardoso, do nosso João Batista Motta, que outro dia esteve aqui. Então, o sistema... É porque houve essa coincidência, mas não dá para dizer que ele não tem voto. Tem voto, ninguém

ia botar... A minha suplente é a minha mulher. E daí? Ela tem voto, tem talvez mais do que eu – Eva Perón tinha mais do que o Perón. Eles são analisados, são eleitos em convenção partidária. Ô Suplicy, são eleitos em convenções partidárias! No cartaz eleitoral, a legislação eleitoral obriga – obriga! – que se coloque o nome dos dois suplentes. Então, não é assim no desconhecido não. Eles são eleitos em convenções partidárias, verdadeiras disputas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sim.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a sabe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Mas permita-me...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu lhe dei o exemplo desses suplentes extraordinários.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Claro!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, V. Ex^a está lembrado de Rodolpho Tourinho. E há o Wellington Salgado – eu não esqueci não, é porque os últimos são os primeiros –, que mostra aqui sua inteligência, sua dedicação, seu trabalho, sua experiência como empresário, como educador e como mineiro.

E nós somos orgulhosos do Sibá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sem dúvida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olhe, eu não quero nem que ele transfira o Título de Eleitor dele para o Piauí, porque é capaz de ele ser eleito Governador ou Senador. Ele é querido! É um homem de família modesta, e nós nos orgulhamos de sua cidade, União, cidade de vaqueiros. Ele chegou por suas virtudes, ele foi escolhido, viajou pelo mundo. Eu vi agora – e Deus quis que eu fosse ao Estado – o respeito que têm por ele. Ele chegou a ser professor, foi um líder sindical e está aí. Eu acho que é muito o momento, Suplicy. Vamos analisar: os suplentes são valorosos. Aqui, logo atrás de mim, temos um deles.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Permita-me, Senador Mão Santa.

A sua senhora, Adalgisa, se sentiria certamente muito melhor se, além do voto expresso no Senador Mão Santa, pudesse também o eleitor escolhê-la, confirmando o voto. O Senador Wellington Salgado, em uma próxima oportunidade, certamente se sentirá melhor na circunstância de ser apontado como suplente, mas podendo o eleitor confirmar o nome...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Fernando Henrique Cardoso era suplente, chegou aqui como suplente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Mas isso aconteceu sob a vigência de outra regra, aqui citada na justificativa. Na época das sublegendas,

o que acontecia? Eu me lembro muito bem, porque apoiei o candidato Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um debate qualificado?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Deixe-me terminar só este argumento. Eu era candidato a Deputado Estadual, me lembro muito bem por ter participado da campanha do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, quando Franco Montoro também era candidato pelo MDB, ambos pelo MDB. Franco Montoro foi eleito com mais votos, Fernando Henrique foi o segundo, e o terceiro foi Cláudio Lembo, que era da Arena. Quando, em 1986...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite? Sobre isso sei mais do que V. Ex^a. Nasceu no Piauí. Sabe como foi? Foi a inteligência de Petrônio Portella – sobre isso sei mais do que V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Mas quando...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Dá licença, deixe-me explicar. Petrônio Portella, que era líder do governo militar, diante das dificuldades de candidatos em São Paulo... Foi um casuismo. Estou contando a história: São Paulo não tinha candidato contra Franco Montoro. Todos sabiam que ele iria ganhar, iria ter cinco milhões de votos – naquele tempo, cinco milhões de votos era muito. Então, ninguém queria, e houve esse artifício de colocar três candidatos de um partido. Petrônio Portella convenceu Cláudio Lembo, que tinha estrutura, que tinha recursos, a ser candidato – olha como foi o negócio –, que ele seria o segundo. Entendeu o negócio? E os dois somariam. Aí, surgiu inesperadamente Fernando Henrique Cardoso, que queria ser candidato a Deputado Federal. Foi então que Sérgio Motta disse: “V. Ex^a é um intelectual, é um homem muito preparado. Como Deputado Federal, V. Ex^a nem aparece no tempo da televisão. Vá para Senador”. E deu zebra: ele teve um pouco mais de votos do que Cláudio Lembo. Então, Petrônio tinha dito, atentai bem para o raciocínio: “O Franco Montoro é gente boa, vai ganhar; eu consigo que ele seja Ministro do regime militar, e Cláudio Lembo é que vai assumir”. Aí deu a zebra que deu. Sabe quem foi o primeiro beneficiário disso? Alberto Silva, nosso companheiro e nosso Líder. Ele saiu contra o time do governo, da oligarquia, era do PMDB, e o eleito, Dirceu Mendes Arcoverde, no primeiro discurso, tombou aqui, defendendo a saúde, e Alberto Silva, com oito dias, já era Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Mão Santa, estávamos em 1978, quando fui candidato a Deputado Estadual. V. Ex^a tem razão: Franco Montoro foi o mais votado; em segundo, Fernando Henrique Cardoso; e, em terceiro, Cláudio Lembo pela Arena. Em 1982, quando o Senador Franco

Montoro se elegeu Governador, tendo sido o segundo mais votado Fernando Henrique Cardoso, ele assumiu. No caso, ele era do mesmo partido, do MDB.

Quando se elege um Senador, a intenção é que, se por morte ou porque assume um Ministério, ou porque quatro anos depois eventualmente se elege Prefeito, Governador, Presidente da República, ou algo assim, exerça o mandato o primeiro suplente; se não esse, o segundo suplente.

Não estou apresentando esta proposta de emenda à Constituição, Senador Mão Santa, por causa desses episódios. Quero lhe informar que eu havia apresentado essa mesma proposição, em legislatura anterior, em forma de projeto de lei, que recebeu parecer favorável do Senador Jefferson Péres, mas acabou sendo arquivado porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania avaliou que deveria ser objeto de proposta de emenda à Constituição. Por essa razão, Senador Mão Santa, apresento a proposição na forma de proposta de emenda à Constituição.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, anunciou uma decisão importante ontem na Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em Fortaleza: o ajuste de 18,25% no valor dos benefícios do Programa Bolsa-Família. O benefício médio passará de R\$62,00 para R\$72,00; o benefício por criança passará de R\$15,00 para R\$18,00; e o benefício máximo passará de R\$95,00 para R\$112,00.

Assim, haverá um ajuste no programa Bolsa-Família, que, hoje, atende um quarto da população brasileira, cerca de 11,1 milhões de famílias.

Concedo um aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, na última frase, V. Ex^a respondeu à pergunta que eu iria fazer: quantas famílias são, hoje, atendidas pelo Bolsa-Família?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São cerca de 11,1 milhões de famílias. Se considerarmos que, em média, em cada família, há quatro pessoas, poderemos dizer que são beneficiados quase 45 milhões de brasileiros, quase um quarto dos 198 milhões de brasileiros. De acordo com os últimos dados do Ibge, a população brasileira, hoje, é de 198 milhões de pessoas.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Quanto é o custo disso em reais?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até junho de 2007, mais de 11,1 milhões de famílias estavam recebendo R\$62,00 e, a partir de julho, passarão a receber, em média, R\$72,00.

Se V. Ex^a me permite, posso explicar, para que as famílias que estão nos escutando possam ter res-

posta à seguinte pergunta: em que medida a família que nos está ouvindo tem direito ao programa Bolsa-Família? Quais as famílias que, pela lei, têm esse direito? Todas aquelas famílias com renda *per capita* até R\$120,00 por mês. Se a família tem renda *per capita* de até R\$60,00 por mês, ou melhor, se numa família de quatro pessoas a renda *per capita* não atingir pelo menos 4 vezes 60 – R\$240,00 –, ela passará a ter o direito de receber quanto? Até junho, eram R\$50,00 por mês mais R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00. A partir de agora, são R\$56,00 por mês mais R\$18,00, se houver uma criança; mais R\$36,00, se houver duas crianças; mais R\$54,00, se houver três ou mais crianças na família. Se a família tiver renda *per capita* entre R\$60,00 e R\$120,00 por mês, o benefício, daqui para frente, será de R\$18,00, de R\$36,00 ou de R\$54,00, dependendo se na família houver uma, duas, três ou mais crianças.

Assim, há a seguinte estimativa: pouco mais de 11,1 milhões de famílias vezes R\$72,00, em média, por mês, significará algo como pouco mais do que R\$10 bilhões no Orçamento anual.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Pergunto a V. Ex^a, que trabalha bem com os números e que tem esses dados, porque acompanha bem esse programa: atenderíamos quase um quarto da população brasileira com quantos por cento do PIB, Senador Eduardo Suplicy? Dez bilhões de reais representam quantos por cento do PIB?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É menos do que 0,5% do PIB, ou seja, de 0,3% a 0,4% do PIB. É algo que chega a quase 0,5% do PIB.

Dado o interesse de V. Ex^a, gostaria de dizer que conversei, na quinta-feira da semana passada, por uma hora e meia, com o Ministro Patrus Ananias. Convidei para esse diálogo seis Prefeitos de Municípios de diversos tamanhos do Estado de São Paulo: Restinga e Santo Antônio do Pinhal, com 7 mil e 6,2 mil habitantes, respectivamente; Guarulhos – cujo Prefeito é o Sr. Elói Pietá –, com mais de 1,3 milhão de habitantes; Osasco, com uma população da ordem de 700 mil a 800 mil pessoas; São Caetano, com 140 mil pessoas. O propósito do diálogo foi definir como passar gradualmente, conforme previsto em lei, do Programa Bolsa-Família...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por mais vinte minutos.

Continua V. Ex^a com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Wellington Salgado, o propósito do diálogo foi o de definir se os Prefeitos desses Municípios, com seus Vereadores, com a população, poderiam pensar no dia em que houver a transição do programa Bolsa-Família, que hoje atinge cerca de um quarto da popu-

lação, para o programa Renda Básica de Cidadania, que vai atingir 100% da população. Será isso viável? Será que o Prefeito de qualquer Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito de Uberaba, de Uberlândia, de Belo Horizonte – o Prefeito Fernando Pimentel, com quem conversei na semana passada a respeito – poderiam pensar em, pioneiramente, iniciar o Programa de Renda Básica de Cidadania? Poderá o Prefeito Gilberto Cassab considerar a hipótese de fazer de São Paulo o exemplo pioneiro do programa Renda Básica de Cidadania? Acredito que isso seja possível, em cooperação com o Ministro do Desenvolvimento Social, na passagem gradual do Bolsa-Família para o Renda Básica de Cidadania. Como será isso possível?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Mas, Senador Suplicy, se os cálculos de V. Ex^a estiverem corretos, o que acredito, o percentual do PIB é mínimo para atender a quase um quarto da população.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, pensemos na hipótese, Senador Wellington Salgado, de chegarmos um dia a um valor modesto para pagar uma renda básica de cidadania para 198 milhões de brasileiros. Quanto custaria? Vamos supor que comecemos modestamente com R\$40,00 por mês por pessoa. Numa família de seis pessoas, já seriam R\$240,00 por mês. Quarenta reais por mês significam R\$480,00 por ano, e R\$480,00 por ano vezes 198 milhões de brasileiros corresponderá a uma soma de R\$89 bilhões. Aí vamos nos aproximar de 5% do Produto Interno Bruto. Será isso possível? Acho que é possível. Como e quando será possível? Quando todos nós compreendermos a racionalidade e as vantagens do programa Renda Básica de Cidadania em relação a outras opções. Se V. Ex^a desejar, posso-lhe explicar quais são essas vantagens.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Já que estamos com esse raciocínio todo na cabeça, se o Presidente permitir, já que está prorrogando a sessão – e V. Ex^a é o último orador –, quero ouvir, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como faremos, então? Vamos pagar uma renda básica de cidadania aos Senadores Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa e Eduardo Suplicy, à Ministra Marta, à Sr^a Mônica, ao Presidente Lula, ao Pelé, à Xuxa, ao mais bem-sucedido empresário brasileiro, Antônio Ermírio de Moraes? Sim. Mas como fazer isso, se tais pessoas não precisam disso? Eles, obviamente, irão colaborar, para que eles próprios e todos os demais venham a receber.

Que vantagens advirão de tal mecanismo? Primeiramente, vamos eliminar toda e qualquer burocracia envolvida, e tem-se de saber quanto cada um ganha no

mercado formal e no mercado informal. Em segundo lugar, vamos eliminar todo e qualquer sentimento de estigma e de vergonha se a pessoa precisar dizer “só recebo tanto e, portanto, mereço tal complemento de renda”. Em terceiro lugar, vamos eliminar o chamado fenômeno da dependência, que resulta da existência de um programa que diz que quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber um complemento de renda, seja uma proporção daquela diferença ou toda essa diferença. A pessoa que está por iniciar um trabalho poderá pensar: “Vou ou não iniciar essa atividade? Se o Governo me tira aquilo que eu estava recebendo, eu, talvez, prefira não fazê-lo”. Então, a pessoa entra na chamada armadilha do desemprego ou da pobreza. Se todos iniciarmos uma remuneração daqui para frente, então, o estímulo ao trabalho, ao progresso, sempre permanece.

Algumas pessoas poderão perguntar, como faz o Senador Mão Santa às vezes: “Será que não se vai estimular com isso a ociosidade? O que se vai fazer com aquelas pessoas que têm uma tendência inarredável à vagabundagem?”. Será que há alguém aqui presente, entre nós todos, no plenário do Senado ou na galeria, com essa tendência? Entre os fotógrafos e os jornalistas, haverá alguém que tem uma tendência inarredável à vagabundagem? Levante a mão! Imagine! Essas pessoas estão aqui trabalhando com tanta vontade!

Eu gostaria de dizer, Senador Wellington Salgado Oliveira, que todos nós seres humanos, inclusive a Maria Lima, amamos fazer certas coisas, gostamos muito disso, sentimo-nos na responsabilidade de fazê-lo e o fazemos, muitas vezes, sem qualquer tipo de remuneração. Por exemplo, quando as mães precisam amamentar seus nenéns, elas o fazem com amor, com dedicação. Quando nós, pais e mães, precisamos cuidar de nossas crianças pequenas, para que se alimentem, desenvolvam-se e não se machuquem, fazemos isso com amor, com interesse, e assim também procedemos quando nossos pais e avós são mais idosos. Minha mãe, Filomena, está com 98 anos e fará 99 anos no dia 24 de setembro. Éramos 11 filhos e, agora, somos 10 irmãos, e, felizmente, minhas irmãs cuidam sempre da minha mãe enquanto estou trabalhando no Senado, mas, quando chega o domingo, gosto de estar com ela, levo-a à missa e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Ao contrário, quero prorrogar a sessão por mais trinta minutos. E a Mesa concede a V. Ex^a mais vinte minutos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Posso completar o argumento?

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Está O.k.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Muitos de nós gostamos de fazer tarefas voluntariamente, não por uma melhor remuneração, sejam os estudantes nos diretórios acadêmicos, nos centros acadêmicos, sejam as pessoas nas suas organizações de bairro, nas paróquias, nas igrejas, na congregação israelita, no axé ilê oba, na umbanda, nas ONGs e assim por diante. E isso ocorre mesmo com as pessoas de posse. Por exemplo, Antônio Ermírio de Moraes, depois de trabalhar com intensidade nas suas empresas do Grupo Votorantim, à noite, vai para a Beneficência Portuguesa e trabalha voluntariamente. Quando, por exemplo, Vincent Van Gogh e Amedeo Modigliani pintaram suas obras, eles saíram pelas ruas para tentar vendê-las e mal conseguiam seu sustento. Ambos acabaram doentes e morreram precocemente. E, hoje, suas obras são vendidas por milhões de dólares.

Então, é natural uma renda básica de cidadania compreendida como direito de todos partilharem da riqueza desta Nação, inclusive da riqueza acumulada por séculos, muitas vezes pelo trabalho de pessoas que muito realizaram, como os escravos, sem receber a devida remuneração, que não fosse um teto e uma alimentação – isso fazia com que os escravos tivessem uma expectativa de vida pouco superior a 30 anos de idade –, mas também das nossas riquezas naturais e dos aluguéis de propriedades da União e de todo o povo brasileiro.

Assim, Senador Wellington Salgado de Oliveira, examinamos aquilo que mais e mais economistas e filósofos consideram como direito de todos partilharem da riqueza das nações, seja por meio de um capital básico ou de uma renda básica. Quem falou disso com muita clareza? Grandes pensadores como Thomas More e como Thomas Paine levaram, por exemplo, o Primeiro-Ministro Tony Blair a ter como uma de suas principais iniciativas o Fundo Patrimonial da Criança, segundo o qual, hoje, toda criança nascida no Reino Unido tem direito ao depósito, em sua conta bancária, de 250 libras esterlinas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Senador Eduardo Suplicy, acabo de receber um documento importante, de repercussão nacional, e gostaria que V. Ex^a encerrasse. Chamo a Secretária-Geral da Mesa para conferir a assinatura do documento, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Então, Senador Wellington Salgado, agradeço a V. Ex^a a atenção. Quando V. Ex^a desejar, poderei continuar a explicar-lhe a questão. Quero dizer-lhe que se

trata de iniciativa já aprovada pelo Senado, em 2002, e pela Câmara dos Deputados, em 2003. Foi sancionada pelo Presidente Lula. Só falta implementá-la. Conforme sugestão do Senador Francelino Pereira, que era o Relator, iríamos implementá-la gradualmente, por etapas, para obedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal. Falta, agora, que todos nós possamos nos convencer de que a iniciativa é ótima e dizer ao Presidente: vamos implementá-la!

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB

– MG) – Senador Suplicy, para mim, foi uma honra muito grande ouvi-lo. O que ficou bem claro para mim é a parte insignificante do PIB aplicada no Programa Bolsa-Família. Eu não tinha conhecimento disso. Realmente, para todos os telespectadores da TV Senado, este foi um momento bonito, um momento de esclarecimento, um momento em que todos tiveram acesso ao conhecimento de V. Ex^a nessa área, ao seu estudo. V. Ex^a estuda bastante. Sempre o vejo concentrado nesses debates, no conhecimento, levando-o às pessoas. Ficou demonstrado para todo o Brasil que V. Ex^a realmente domina o conteúdo e acredita na redistribuição, digamos assim, de renda no País. V. Ex^a está de parabéns, assim como o Ministro Patrus Ananias, que conhecemos, e o número um do País, que é o Presidente Lula, com certeza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Pode estar certo V. Ex^a de que, em que pese o gasto ser apenas de algo em torno de 0,5% do PIB, o Bolsa-Família teve consequência muito forte na melhoria dos coeficientes de desigualdade, no sentido de alcançar maior igualdade e a erradicação efetiva da pobreza e da fome no Brasil.

Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, que está na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Mesa é que agradece pela colaboração das idéias de V. Ex^a. Já está nos Anais o pronunciamento, que antecede documento enviado pelo Senador Joaquim Roriz. A Mesa atesta que tal documento foi reconhecido em cartório.

Passo o documento às mãos do 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa, para que proceda à leitura do documento.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lida a seguinte:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SENADOR RENAN CALHEIROS, DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA MESA DO SENADO FEDERAL

Esta é, para mim, mais uma hora – dentre as inúmeras que já vivi, em que devo tomar uma grave decisão.

Volto-me para o grande mistério da vida, a força da consciência, o mal ativo e o mal passivo, o mal que causamos e o mal que sofremos.

E sinto que somente me pesa na consciência o mal que venho sofrendo, que tanto me tortura e procura turvar uma vida pautada na dignidade pessoal, no respeito ao meu semelhante, no resguardo da coisa pública, no profundo sentimento cristão.

Minhas reminiscências somente fazem aflorar a longa jornada já percorrida, que tem como timbre minha dedicação à administração pública atestada nas grandes obras que realizei, no transcurso das quatro vezes que governei o Distrito Federal.

Sinto acima de tudo que não se pode viver feliz olhando apenas para si mesmo. É preciso viver para os outros, sobretudo, os humildes, os necessitados, como opção para viver para si mesmo. É o que tenho procurado fazer por toda minha vida, buscando, na gestão pública, no Governo, certificar ao cidadão que os tributos que pagou receberam bom uso, diante da presença ativa do governante atento às lídimas aspirações da população.

Ocupei a tribuna da Casa à qual pertenço em defesa de meu mandato político. O despreço dos Senadores pelo destino do colega foi notado. Apenas doze eminentes Senadores compareceram à sessão.

Por outro enfoque, lamento que o Corregedor, Senador Romeu Tuma, antes mesmo de o Senado Federal ser formalmente provocado a promover as apurações dos fatos veiculados na mídia, ou quiçá, de apreciar a farta documentação que franqueei a todos, pela qual ficou demonstrada cabalmente a lisura de minha conduta, não se ateuve, entretanto, às cautelas éticas impostas ao exercício da importante e elevada posição que ocupa. Ao contrário, agiu despido da imprescindível serenidade, ponderação e senso de justiça, máxime ao externar um juízo de valor em detrimento da honra de seus pares, no caso, ao condenar-me publicamente pela imprensa, sem direito a uma defesa que merecesse a mesma repercussão.

Minha inocência, por mim proclamada e insistentemente repetida, não mereceu acolhida. O furor da imprensa, o açodamento de alguns, as conclusões maliciosamente colocadas lamentavelmente ecoaram mais alto. Pesou apenas o propósito de destruir, neste momento, uma vida pública coroadada por relevantes serviços prestados à sociedade, particularmente ao povo mais humilde do Distrito Federal.

Meu alento está em que até mesmo o Ministério Público fez ressaltar que os fatos a mim imputados não guardam a mínima correlação com a malfadada *operação aquarela*. Mais que isto – nesse ponto lamento ter tido acesso aos autos apenas na data de ontem -, é importante ressaltar que esse procedimento apuratório se contrapõe às inverdades e injustiças insistente e maliciosamente divulgadas, embora sem qualquer vinculação com o objeto das apurações relativas à já mencionada *operação aquarela*.

São essas as razões motivadoras do posicionamento a que sou obrigado a tomar, neste ato, tanto mais em respeito ao povo do Distrito Federal que tantas vezes me confiou seu voto.

Não temo que meu gesto seja interpretado como demonstração de fraqueza. Prefiro acreditar na grandeza que se pode colher de quem vive os fatos da história. É que, às vezes, de renúncias depende a honra do cidadão, colocada em risco, não por faltas que tenha cometido, senão pela pusilanimidade de alguns e pela voracidade de interesses

políticos – que não se acanham em fazer pré-julgamentos – daqueles que deveriam protegê-la sob a boa sombra das instituições criadas para assegurar o devido processo legal.

A gente de Brasília, os humildes aos quais nunca faltei com meu carinho e assistência – o povo, enfim, haverá de me entender. E todos me farão justiça, compreendendo o sentido de meu gesto: disso tenho plena convicção.

São essas as razões pelas quais devo comunicar a Vossa Excelência e à Mesa do Senado a minha **RENÚNCIA** ao mandato de Senador da República que o povo de Brasília me conferiu, fazendo-o, ainda, com fundamento no artigo 29 do Regimento Interno dessa Casa Legislativa.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– A Presidência recebe o documento que acaba de ser lido e informa que, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, a comunicação de renúncia à senatória se tornará efetiva e irrevogável após publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, Senador Mão Santa, que teve a atribuição, como Secretário *ad hoc*, de ler um documento que, certamente, é dolorido para os brasileiros. Trata-se de uma decisão extremamente grave de um Senador eleito diretamente pelo povo, no caso o povo do Distrito Federal.

Hoje, dia 4 de julho de 2007, portanto, no sexto mês de mandato – já que iniciamos o mandato desta legislatura em 1º de fevereiro –, o ex-Governador Joaquim Roriz, eleito diretamente pelo povo, resolveu, diante das circunstâncias, renunciar ao mandato que ele gostaria de exercer com muito entusiasmo, como aqui demonstrou por inúmeras vezes, em seus pronunciamentos e atividades.

Contudo, eu gostaria de fazer uma reflexão. Na Constituição brasileira e no Senado Federal, há instituições que existem para examinar se, porventura, qualquer um de nós, os 81 Senadores, em algum momento, fizemos algo que possa significar quebra do decoro parlamentar.

Nesse caso, surgiram alguns indícios que levaram a imprensa brasileira – e, felizmente, temos liberdade de imprensa no Brasil – a transmitir que se tratava de

algo grave, que poderia, segundo o que estava ali exposto, indicar um comportamento que não era compatível com a importância do decoro parlamentar.

E qual é a instituição que temos? Um partido político, no caso o PSOL, diante dos fatos, avaliou como sendo dever de consciência fazer uma representação sobre aqueles fatos à Mesa Diretora, e assim foi realizado. A Mesa Diretora decidiu que era adequado enviar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aquela representação, para que fosse averiguado se, porventura, houve qualquer quebra de princípio legal, qualquer ação que pudesse infringir o decoro.

É claro que, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, asseguraríamos o mais legítimo e amplo direito de defesa, consagrado na Constituição e no Regimento Interno do Senado Federal. Tenho certeza de que, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, garantiríamos ao Senador Joaquim Roriz o completo direito de defesa, em complemento à manifestação que ele aqui fez sobre o que ocorreu, assim como constitui nosso dever assegurar a outra pessoa, hoje objeto de representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Senador e Presidente Renan Calheiros, que tenha todo o direito de defesa.

Hoje, avaliei como importante a manifestação do próprio Senador Renan Calheiros, que me disse ser seu desejo e sua decisão comparecer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para dar suas explicações. Espero que as dúvidas que possivelmente existam, inclusive depois de completado o trabalho da perícia, possam ser inteiramente esclarecidas.

Esse direito, obviamente, iremos assegurar, e é esse o propósito dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Respeito a decisão do Senador Joaquim Roriz. Obviamente, sei da gravidade da decisão, da dor que

sofreu, mas é importante que possamos todos compreender que a Constituição brasileira, as leis brasileiras, inclusive no que diz respeito à definição do que é o Senado, estão sendo respeitadas e cumpridas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer um registro, como integrante da Mesa do Senado.

Hoje, pela manhã, a Mesa, discutiu e entendeu como legal a representação do PSOL. E é de salientar que a Mesa Diretora não discute o mérito, e, assim sendo, não cabe defesa.

Como o Regimento Interno permite a qualquer Senador participar de qualquer reunião da Mesa, seja ela qual for, recebemos e ouvimos o Senador Joaquim Roriz, que explicou suas razões e entregou um documento ao Presidente, o qual enviamos, juntamente com a admissibilidade da representação do PSOL, para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o foro dessa discussão.

Lamento pelo mandato, que, numa democracia, é concedido pelo povo, mas o Senador Joaquim Roriz sabe das razões de sua renúncia, que estão no bojo do imbróglio que se deu durante todos esses dias.

A exemplo do Senador Eduardo Suplicy e até porque participei dessa discussão realizada pela Mesa, nesta manhã, quando recomendamos que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar levasse adiante a investigação, imagino que apenas um país com uma democracia sólida como a do Brasil poderia conviver com um momento como este.

Certamente, outros momentos acontecerão, e deles participaremos, mas, como seres humanos, insensíveis seríamos se não disséssemos que este é um momento dolorido, sofrido. Não é fácil, para o Senador, para a sua família, para aqueles que nele votaram e que trabalharam para que ele pudesse chegar a esta Casa, vê-lo renunciar por razões que ele conhece. Certamente, essas razões ele dirá à sua família e ao povo que nele confiou e votou. Ele terá tempo para falar dessas razões, uma vez que ele mesmo lamenta ter vindo à tribuna do Senado e não ter sido ouvido. Eu o ouvi pela televisão, porque estava em casa, convalescendo-me.

Faço, entretanto, esse registro sobre o comportamento e a lisura da Mesa do Senado na manhã de hoje, quando fez a recomendação. Até porque a Mesa lida com critérios técnicos e regimentais e não avalia o mérito na representação do PSOL, daí por que mandou de pronto para o fórum competente, que é o Conselho de Ética.

Fica aqui o meu registro, Sr. Presidente, após esse pedido de renúncia do Senador Joaquim Roriz, ex-Governador do Distrito Federal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um momento muito triste, um momento triste! Foi um momento triste quando o Senador Roriz, dali, fez o discurso. Eu estava presente, 11 ou 12 Senadores estavam presentes nesta Casa. Foi um momento triste. V. Ex^a e o Senador Mão Santa têm história como os autênticos do PMDB, têm história como o agora ex-Senador Roriz – amanhã, isso será publicado.

Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, que preside a Mesa nesse momento, o que levou o Senador Roriz a renunciar? O Senador Roriz é culpado? O Senador Roriz sentiu uma tal força neste Senado, que não teria nenhuma chance de defesa?

Não sou juiz. Nenhum de nós aqui foi treinado para ser juiz! Nenhum de nós! Aqui, com outras funções, todos são políticos. E juízes, quando julgam, muitas vezes, esperam que passe o clamor público para depois julgar. Assim os bons juízes fazem; assim foi o que vi em vários casos, em vários Estados deste País. Nesta Casa, não acontece isso. Julga-se pela velocidade; julga-se pela manchete do dia seguinte e pela do dia anterior; julga-se pela câmera na frente; julga-se pela manchete de jornal em nível nacional.

O que queremos para o nosso Brasil?

Não sei se o Senador Roriz é culpado ou inocente. Lá fora, ele vai decidir. Será que o Senador Roriz se sentiu inseguro em tentar fazer nesta Casa sua defesa? Não sei, não sei. Realmente, Presidente Gilvam Borges, não sei.

Foi apresentado um documento rápido, investigações foram feitas, fitas foram apresentadas, o Senador Roriz veio à tribuna, e havia aqui 12 Senadores. O Conselho de Ética é composto por 16 membros-juízes, que não foram treinados para serem juízes, que não sabem analisar uma prova direito. A legislação, poucos a conhecem dentro do Conselho de Ética. E, se três sabem, muitos os acompanham.

Senador Gilvam Borges, toda vez em que não há explicação lógica e direito à defesa dentro do Regimento Interno, dentro da Constituição, chamamos de julgamento político. Quando não há justificativa com que se possa contar dentro do estado democrático de Direito para a defesa, o réu é inocente. Mas isso não acontece.

Estou presenciando, agora, aqui, um momento histórico. Quem conhece toda a trajetória do Senador Joaquim Roriz... E o futuro vai dizer se essa foi uma denúncia errada ou uma denúncia correta. Isso o futuro vai dizer e vai virar história, e quem fez vai assumir. Se o Senador Joaquim Roriz for culpado, quem o fez agiu de forma certa. Se o Senador Joaquim Roriz provar que é inocente, quem o fez agiu de forma errada, e a história há de condená-lo.

Esta Casa fez um Senador, que acaba de chegar, sentir-se inseguro de praticar sua defesa, Senador Gilvam Borges. A verdade é essa. O Senador Joaquim Roriz chegou há pouco tempo nesta Casa, tem uma história no Executivo, ainda estava formando seu grupo, formando as pessoas, contava sua história e ficou sozinho. A verdade é esta: ficou sozinho.

Espero que a história prove quem é culpado e quem é inocente. O acusador, se estiver errado, vai ter de sofrer, porque a história não perdoa. Esse negócio de dizer que “segui o caminho certo, protocolei, a Mesa Diretora é responsável, manda para o Conselho de Ética, nada tenho a ver com isso” não é verdade. Quem pratica o início do ato fala, depois, que não tem nada a ver com isso?! Não, senhor! Tem a ver, sim, e a história há de provar!

Eu estava sentado na cadeira do Senador Joaquim Roriz. Enquanto V. Ex^a, Senador Mão Santa, lia a renúncia, abri a gaveta do Senador Joaquim Roriz – homem católico que é; sua família também é católica – e achei uma saudação ao Papa. Há uma saudação ao Papa dentro da gavetinha do Senador Roriz. Eu estava aqui sentado na cadeira que foi dele. É um discurso pequeno, de duas páginas; o Senador Roriz nunca foi de falar muito. Vou pegar esse discurso que tenho aqui, em que ele saúda o Papa. Ele termina o discurso dizendo que “a canonização do Frei Antonio Sant’Ana Galvão será uma grande benção para esse povo que é regido pela fé, pela união e esperança. Seja bem-vindo Santo Padre! Nós o recebemos com muito amor. Abençoe o nosso País! Muito obrigado”. Esse é o final do que o Senador Roriz disse quando o Papa esteve no País. Vou dobrá-lo e vou guardá-lo na gaveta dele novamente. Não é à toa que isso estava aqui, não é à toa que eu o abri.

Sinto, Senador Gilvam, que o Senado Federal precisa aprender a julgar, precisa aprender a julgar, precisa saber o que é importante. Para mim, não há problema: quero passar por aqui, quero sair e dormir tranquilo no dia seguinte e no resto dos anos. Represento Minas Gerais, represento o Triângulo Mineiro, represento a história da minha família, represento o que meus filhos vão falar. Por mim, não, Senador Gilvam! E tenho certeza de que V. Ex^a também é assim. Comigo tem de haver prova em relação a seja quem for. Se o Senador Roriz saiu porque achou que não

teria direito à defesa, errou comigo, comigo ele errou. E, se for comprovado que ele é inocente, vou cobrar isso dele, porque ele não confiou em mim de ir ao Conselho de Ética.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me uma breve palavra, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, V. Ex^a não pode apartear.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, Senador Gilvam Borges, esta Casa vai cumprir o trabalho. Outro dia, uma repórter perguntou-me se o político tem de estar ao lado do povo mesmo ele estando errado. Esta é uma pergunta sobre a qual temos de meditar: o político tem de estar ao lado do povo mesmo estando errado? Não sei.

Espero que o Senador Roriz prove sua inocência. E, se não for inocente, renunciou, e a Justiça vai julgá-lo, com todos os direitos que ele têm, direitos que talvez não déssemos a ele nesta Casa, pois o Conselho de Ética não sabe julgar, porque não foi treinado para isso, Senador Gilvam. Estamos julgando um mandato dado pelo povo. Nós, do Conselho de Ética, somos donos de todos os mandatos dos Senadores desta Casa. Lá vai ser julgada qualquer denúncia. E o Conselho nem Regimento Interno tem, não estipulou qual é o limite da ética, até aonde vai a ética, o que é decoro.

Está muito difícil, Senador Gilvam! Está muito difícil! Vou cumprir, vou até o final, vou fazer minha história, vou fazer a história do Senado, vou fazer o que Minas quer, mas está muito difícil. Está muito difícil!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Gilvam, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Mão Santa. Em seguida, concederei a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador José Nery.

O Senador Mão Santa tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Gilvam Borges, brasileiras e brasileiros, Tiago, no Livro de Deus, As Sagradas Escrituras, diz: “Fé sem obra já nasce morta”. A obra prevalece. A fé de Roriz é com obras.

Ele discursou pouco aqui. Senador Wellington Salgado, que representa Minas, é muito oportuno. Atentai bem. Eu disse, aparteando-o, no meu entusiasmo, para que o povo entendesse, que todos sabem que Deus fez o mundo, mas todo o Brasil sabe que Juscelino Kubitschek e Roriz construíram Brasília.

Quis Deus, que escreve certo por linhas tortas, estar Wellington Salgado aqui. Também Juscelino Ku-

bitschek saiu daqui humilhado. Juscelino Kubitschek e Roriz construíram Brasília.

Está escrito: “Os humilhados serão exaltados”.

Ó Deus, abençoe o Roriz, a súplica que fez para o representante de Deus, adentrando o Brasil, espontaneamente lido pelo povo mineiro, cristão, representado por Wellington Salgado. O amor, o amor é que constrói para a eternidade, e que ele encontra na sua encantadora esposa Weslian e sua família. O amor que ele encontra no irmão. Ninguém serviu mais com amor o irmão. Brasília, os pobres, eu conheço. Sou do Piauí. Quantos piauienses agradecidos por ter seu torrão, sua terra, e poder viver nesta Brasília, pelo amor e pela solidariedade de Roriz.

Juscelino também estava aí sentado. “Os humilhados serão exaltados.” Esta é a fé. Eu posso dizer, se 4 de julho é festa nos Estados Unidos, hoje foi o dia mais triste da minha vida no Congresso Nacional. Tenho certeza que ele, com as bênçãos de Deus, o amor e a gratidão do povo brasileiro, sem dúvida...

Forças maliciosas podem tê-lo tirado daqui, mas jamais tirarão Roriz do coração do pobre de Brasília e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Srs. Senadores, creio que, de alguma forma, é importante manifestar nossa opinião sobre o ato de renúncia do Senador Joaquim Roriz.

O PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, foi o autor da representação para que houvesse processo de investigação relacionado às denúncias constantes de um processo investigatório realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal, denominado Operação Aquarela, em que se constatou a participação do Senador Joaquim Roriz tratando com o ex-Presidente do BRB a respeito da distribuição de recurso de origem ignorada. Sendo S. Ex^a um Parlamentar, membro do Congresso Nacional e do Senado Federal, envolvido naquele ato amplamente divulgado e de conhecimento público, o PSOL entendeu que havia indício claro de quebra de decoro parlamentar. Por essa razão, apresentou à Mesa do Senado documento solicitando a abertura de processo investigatório a fim de examinar se havia naquele ato quebra de decoro.

Por isso, contradito qualquer manifestação que tenha por objetivo dizer que a representação do PSOL fez prejulgamento. O julgamento ocorreria no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se o Senador Joaquim Roriz se submetesse ao processo que foi hoje admitido e encaminhado ao Conselho. S. Ex^a preferiu renunciar, o que é uma decisão muito pessoal, de consciência. S. Ex^a não confiou na investigação que seria feita e em que

teria amplo direito de defesa, direito ao contraditório, para contestar a denúncia. Mas não o fez, preferindo o caminho da renúncia. Esse é um direito de S. Ex^a a fim de assegurar seus direitos políticos, se o processo chegasse a eventual condenação.

Não pensem V. Ex^{as} e o Brasil que situações como esta não deixam de causar a todos nós constrangimento. Durante todos esses dias, todos os momentos em que estamos envolvidos com apurações e investigações das mais diversas naturezas, poderíamos muito bem estar utilizando o precioso tempo que temos aqui para discutir questões bem mais nobres, que o povo brasileiro espera de seus representantes.

Sr. Presidente, de pronto, manifesto que queríamos, como queremos, em toda e qualquer circunstância similar a que estamos vivendo, que haja o devido processo no âmbito do Conselho de Ética: a manifestação das partes, a investigação. Ao final, é preciso que cheguemos a uma conclusão, que pode ser pela culpabilidade ou pela inocência. Se o caminho escolhido foi esse, creio que é uma decisão que todos nós respeitamos e acolhemos. Que fique claro que uma situação que implica falta de decoro – não só por parte do PSOL, mas por parte de todos os partidos aqui representados, seus Senadores e suas Senadoras – merece apreciação e investigação, sempre que necessário. Essa é a missão e a tarefa de quem deseja que neste País não reine a impunidade. Se denúncia há, que seja apurada, sem qualquer julgamento premeditado, antecipado. Que se faça o que deve ser feito: investigar e punir ou absolver, se for o caso. Essa deve ser a razão e o sentido final de qualquer processo investigativo nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Francisco Dornelles, João Tenório, Mário Couto, Sérgio Guerra, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto *Música no Museu* é um dos mais bem sucedidos projetos desenvolvidos, no Brasil, para promoção e difusão da cultura. Por trás desse êxito encontra-se um nome, o do advogado, administrador de empresas e empresário Sérgio da Costa e Silva, a cujo desprendimento e tenacidade se deve creditar

o sucesso desse projeto que, criado há apenas dez anos, já tem reconhecida a sua relevância no cenário cultural do País.

Sérgio é o criador e diretor do projeto – uma série de concertos gratuitos apresentados nos museus das principais cidades brasileiras e já assistidos por mais de 200 mil pessoas. O projeto se desenvolve nos moldes de iniciativas idênticas que acontecem nos museus mais conceituados de todo o mundo, como o Metropolitan, o Guggenheim e o Museu de Arte Moderna (MoMA), de Nova York, o Louvre, o Picasso e o Montmartre, de Paris, o Gulbenkian, de Lisboa, e o Prado, de Madri, entre outros.

Privilegiando a música de qualidade, o projeto *Música no Museu* cria um elo entre a música e as artes plásticas, com o objetivo de promover difusão cultural para públicos distintos, criar oportunidades para jovens músicos e incentivar a frequência aos museus e demais espaços de cultura, proporcionando sempre espetáculos de alto nível e com entrada franca.

Inaugurado em 1997 com um concerto do violonista Turíbio Santos, no Museu Nacional de Belas Artes, o *Música no Museu* expandiu-se, desde então, consideravelmente. Foi apresentado em nada menos que 31 museus e espaços culturais do Rio de Janeiro, incluindo o Museu da República, o Museu Histórico Nacional, o Museu de Arte Moderna, a Casa de Cultura Laura Alvim e a Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.

Sua expansão, entretanto, não se limitou ao Rio de Janeiro. Desde 1999, o projeto vem ganhando novos espaços em São Paulo (Museu da Casa Brasileira e Museu de Arte Moderna), Belo Horizonte (Museu Histórico Abílio Barreto), Brasília (Memorial JK), Florianópolis (Museu Histórico de Santa Catarina), Curitiba (Museu Oscar Niemeyer) e em outras metrópoles. Este ano, o projeto incorporou as platéias do Nordeste, com apresentações em Salvador, Aracaju, São Cristóvão, Maceió, João Pessoa, Recife, Olinda e Natal. O número de concertos, conseqüentemente, tem aumentado a cada ano: em 2006, foram 428; este ano, o número de apresentações deverá chegar a 460.

Não bastasse a expansão no número de concertos e de localidades atendidas, bem como o crescimento do público com acesso às apresentações, o *Música no Museu* apresentou ainda uma inovação que vem obtendo os mais promissores resultados. Trata-se do concerto com harpas, iniciado em maio de 2005, com a participação de harpistas brasileiros radicados no Rio de Janeiro.

Esses concertos obtiveram tamanho sucesso que o mês de maio de cada ano passou a ser dedicado especialmente a esse instrumento. Assim, o concerto de harpas tornou-se, no ano passado, o I Festival Internacional de Harpas do Rio de Janeiro, agregando,

além de harpistas expressivos do Rio, São Paulo e Brasília, instrumentistas da França, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos, México, Argentina e Chile. Este ano, o II Festival Internacional de Harpas inscreveu nada menos que 31 harpistas de 24 países, com o que o Brasil insere-se definitivamente no roteiro mundial da harpa, popularizando o instrumento musical mais antigo do mundo.

Sr. Presidente, senhoras e senhores senadores, sabemos todos o quanto é difícil promover a cultura em nosso País. Sérgio da Costa e Silva, idealizador e diretor do projeto, tem-se dedicado, todos esses anos, e democratizar e difundir a cultura. Nessas apresentações, um público ávido da boa música ouve de Mozart e Beethoven a Debussy e Villa-Lobos, de Pixinguinha e Chiquinha Gonzaga a Astor Piazzola e George Gershwin.

Por seu empenho nessa causa, e por tudo o que vem fazendo em favor da democratização e da difusão da cultura em nosso País, quero registrar nesta Casa um voto de louvor a Sérgio da Costa e Silva, desejando que o Festival Internacional da Harpa, assim como o *Música no Museu*, continue conquistando os corações e as mentes de milhões de brasileiros amantes da arte e da boa música.

Muito obrigado!

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula na inércia da história do Brasil”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 25 de Março de 2007.

O artigo do jornalista de economia Vinicius Torres Freire, analisa a estratégia política do presidente Lula e afirma que o Presidente “afastou ainda mais o PT do centro do poder e, a seu modo, reedita o cesarismo presidencial brasileiro, líder quase isolado que é da barganha social e do escambo com o bloco conservador amorfo que agrega a maioria parlamentar faz 20 anos”. O articulista se questiona se a “era” Lula deixará alguma mudança, já que na economia, mesmo sendo carregada pela maior onda mundial de crescimento de produção e crédito em 30 anos, nosso crescimento é píffio. Para o economista, “no auge de seu poder o presidente Lula vive de presepada em presepada, de poses ministeriais e discursivas”, mais parecendo com “um animador de auditório”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “O espetáculo do crescimento ainda não começou”, publicada no *Jornal do Brasil* em sua edição de 08 de maio de 2007.

A matéria destaca que a principal aposta do presidente Lula para cumprir a promessa do “espetáculo do crescimento”, que não foi encenado no primeiro mandato, ainda não deslanchou. Segundo o balanço anunciado ontem dos 100 primeiros dias do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, o governo só assumiu, entre janeiro e abril, o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento desse ano. No mesmo período, os projetos do PAC na área de saneamento não receberam sequer um centavo, apesar de considerados prioritários.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B4 dinheiro

DOMINGO, 25 DE MARÇO DE 2007

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS TORRES FREIRE

Lula na inércia da história do Brasil

LULA ESTÁ no auge do poder político. Recém-reeleito, popular, à testa do conservadorismo de coalizão nacional, domina o Congresso. Afastou ainda mais o PT do centro do poder. Removeu-o para bem perto da periferia dos partidos pedintes — todos, a fora o que restou da oposição. A seu modo, Lula reedita o cesarismo presidencial brasileiro, líder quase isolado que é da barganha social e do escambo com o centrão do Congresso, o bloco conservador amorfo que agrega a maioria parlamentar faz 20 anos.

Pela primeira vez, a base eleitoral de Lula e a dos parlamentares petistas divergiu, em 2002. Por vários caminhos, Lula se isola do PT. Tirou vantagem dupla da crise que devassou a imagem do partido e decepou os capitães do primeiro mandato.

Primeiro, ganhou com a queda do PT. A identidade política do PT ha-

via sido triturada na campanha de 2002, quando Lula atestou que dobrara a espinha petista até a penúltima vértebra e fizera o partido renegar quase todo o seu programa histórico. O PT foi liqüidificado no mensalão. Seus líderes mais fortes perderam poder. O partido perdeu a credibilidade e o resto da coerência — embora a coerência nem seja uma virtude. Lula ficou mais só. Gostou.

Segundo, ganhou com o colapso da crise política mensaleira, que também foi o da oposição e cercanias, envolvidas que estavam em rolos semelhantes aos do petismo.

Mas o que Lula faz do auge do seu poder? Deixará alguma mudança?

No auge do poder, presidente limita-se a animar platéias enquanto o país é carreado pela economia mundial

Na economia, satisfação à finança e à massa mais informe e desamparada do povo, coincidentemente mais preocupadas com rendas do Estado e com inflação baixa do que com emprego e crescimento. Levou até o limite o programa de conciliar e satisfazer, com fundos públicos, todas as demandas que conseguem se afirmar politicamente na esfera pública. É o que vem sendo feito por todos

os governos desde os 80, política que resultou em inflação, aumento da dívida e/ou dos impostos.

Lula se beneficia do sistema econômico criado pela reforma liberal imperfeita e pela abertura econômica e financeira, processo que começou aos bocadinhos em 1988-89, foi ao pico em 1996-97 e minguou com a ruína do governo FHC, em 2001.

A economia de Lula é carreada pela maior onda mundial de crescimento de produção e de crédito em 30 anos. Por outro ciclo histórico de alta de preços de produtos básicos de exportação brasileiros. A valorização das commodities e juros altos (que reforçam o real) vergaram a in-

flação, que pendeu para baixo também graças à queda de preços no resto do mundo. Commodities em alta e crédito farto e barato levaram o país a abater a dívida externa.

Em parte importante, a economia de Lula foi, pois, produzida pelos economistas e pelo sistema de poder fernandino, por banqueiros centrais do planeta, por aumentos de produtividade sino-americanos e pelos mandarins do crescimento chinês e seu exótico dirigismo capitalista.

Um filósofo da esquerda paulistana disse certa vez de FHC que o presidente seria figura “decorativa”, sujeito que era às injunções da política e da economia globais. Nem era bem verdade, mas o que dizer de Lula? Que é o que parece ser em presepadas de posses ministeriais e discursseiras, um animador de auditório?

vinit@uol.com.br

JORNAL DO BRASIL

DATA:08/05/2007

CRESCIMENTO ■ Ministros reconhecem lentidão na

O espetáculo

■ BRASÍLIA. Principal aposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cumprir a promessa do "espetáculo do crescimento", que não foi encenado no primeiro mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento ainda não deslançou. Segundo balanço anunciado ontem dos 100 primeiros dias do PAC, o governo só assumiu, entre janeiro e abril, o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento deste ano. No mesmo período, os projetos do PAC na área de saneamento não receberam sequer um centavo, apesar de considerados prioritários.

— O programa foi implementado há pouco tempo. Portanto, não

pode mostrar grandes resultados — desculpou-se o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A cerimônia realizada no Palácio do Planalto e sua repercussão deixam claro, no entanto, que os problemas não estão relacionados só à questão do tempo. Pelo contrário, Ministros voltaram a reclamar da demora para a concessão de licenças ambientais a projetos relevantes, como as usinas do rio Madeira. Alvo das críticas, a titular do Meio Ambiente, Marina Silva, não estava presente. Além disso, governo e empresas retomaram o duelo verbal sobre quem tem a responsabilidade pela escassez dos investimentos.

Especialistas e representantes

do setor privado consultados pelo JB lembraram, entre outros, que o avanço da economia requer outras medidas, as quais estão engavetadas. Caso das reformas trabalhista e tributária.

— Ainda não vejo movimentos para executar as reformas estruturantes — lamentou Paulo Godoy, presidente da Abdib. — A necessidade das reformas é maior do que a de implementar investimentos públicos — acrescentou Vander Lucas, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

■ Leia e opine no JB Online:
www.jb.com.br/24horas

Cercada por ministros, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, coordena a apresentação do balanço

■ Maioria do PAC continua no papel

Fernando Exman, Fernando Nakagawa e Lorena Rodrigues

■ BRASÍLIA. De janeiro a abril, o governo só assumiu o compromisso de gastar 20% dos investimentos previstos no Orçamento da União deste ano. O dado foi anunciado ontem em cerimônia no Palácio do Planalto na qual foi realizado um balanço dos primeiros 100 dias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não impediu que os sete ministros presentes entoassem discursos otimistas em relação à execução das medidas idealizadas para garantir ao país taxas de crescimento de 5% ao ano.

— Chefe da equipe econômica, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou satisfação depois de ver os dados do PAC. Em entrevista coletiva, no entanto, Mantega reconheceu que os resultados, ainda são tímidos.

— O PAC foi implementado há pouco tempo. Portanto, não pode mostrar grandes resultados.

Segundo Mantega, a única preocupação de Lula é com a falta de rapidez do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) na liberação das licenças ambientais necessárias para que obras estru-

túrgicas saiam do papel. Dos sete projetos apresentados com o carimbo vermelho que indica andamento "preocupante" (elevado risco independentemente do cronograma ou significativo atraso no cronograma), cinco têm pendências ambientais.

São os projetos de construção de usina hidrelétrica de Pai Querê (RS e SC), as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio (RO), a hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR) e a linha de transmissão Palhoça-Desterro (RS). Também re-

Cinco dos sete projetos com carimbo vermelho têm pendências ambientais

ceberam o carimbo vermelho a reforma do Aeroporto de Vitória (ES) e o gasoduto Urucu-Manaus (AM), que enfrentam dificuldades, respectivamente, no Tribunal de Contas da União (TCU) e por causa das chuvas.

Mantega declarou que o governo tem trabalhado para tentar dar celeridade ao processo de licenciamento ambiental das obras do PAC. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que poderia explicar os motivos dos tais atrasos, não participou da cerimônia. A chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tentou minimizar o descon-

ferto já demonstrado em outras ocasiões com a demora do Ibama.

— Não espero um mundo novo ou um mundo perfeito.

Já o titular de Minas e Energia, Silas Rondan, deixou clara a preocupação com as usinas de Jirau e Santo Antônio, essenciais para o fornecimento de energia.

— Faz dois anos e meio que iniciamos o licenciamento. Nossa expectativa sempre foi que entrássemos em funcionamento em 2012. Maio é o prazo final para a licitação prevista — declarou Rondan.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, admitiu que o atraso na liberação das verbas do Orçamento atrapalhou o início do PAC. A liberação dos recursos só começou em 9 de março.

— Poderia ter sido melhor que isso, mas estamos 30% acima da média, com execução bastante positiva.

Pelo balanço divulgado ontem, só 52,3% das 1.645 ações do PAC estão com andamento "adequado", as quais representam 61,3% dos investimentos totais previstos no pacote — R\$ 533,9 bilhões até 2010. Segundo contagem dos integrantes da equipe econômica, 91,6% das ações — que representam 90,9% dos investimentos — estão com o cronograma em dia, com pequeno atraso e riscos potenciais administráveis. De janeiro a abril, o empenho de investimento cai de 20% para 12% se considerado o orçamento total previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 15,8 bilhões.

JORNAL DO BRASIL

DATA:08/05/2007

execução do Programa de Aceleração do Crescimento, mas dizem que metas serão cumpridas

ainda não começaram

Empresários cobram mais para avançar

Sérgio Pardollas, Fernando Exman e Fernando Nakagawa

BRASILIA. O governo precisa trabalhar para colocar outros projetos destinados a promover o desenvolvimento do país na ordem do dia, sob pena de ver frustrados os objetivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a avaliação de especialistas, empresários e parlamentares ouvidos ontem pelo Jornal do Brasil, que pregam um recetário hoje esquecido ou relegado pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as medidas lembradas estão a redução do fardo tributário e o aumento da segurança dos investidores. Eles alegam que o governo costurou o PAC com a expectativa de que a iniciativa privada acompanhe o setor público e eleve seus investimentos. Os empresários, no entanto, parecem inseguros.

O sucesso do PAC está ligado a ações paralelas, como a melhora do marco regulatório — disse Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdi).

Para Godoy, o país precisa das reformas estruturais, como tributária, trabalhista e da Previdência, a fim de garantir competitividade

em relação a outros países emergentes.

— Ainda não vejo movimentos para executar as reformas estruturantes — lamentou.

Dos temas que constavam da agenda da indústria para 2006 e 2007, só a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e o marco regulatório do saneamento básico foram aprovados. A Lei Geral das Agências Reguladoras, as reformas sindical, trabalhista, tributária e a nova regulamentação do gás natural estão paradas no Con-

Defendidas pela indústria, só a lei das micro empresas e o marco do saneamento saíram

gresso, apesar de considerados prioritários por integrantes do Legislativo e do Executivo.

— A necessidade das reformas estruturais é maior do que a de implementar investimentos públicos — declarou Vander Lucas, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB). — É preciso ter em mente que reformas e investimento público são complementares, e não concorrentes.

Para especialistas, o governo pode se perder ao trabalhar principalmente só em uma frente. O cenário mais adequado, alegaram,

é melhorar a infra-estrutura sem esquecer da modernização do Estado. O professor Fábio Kanczuk, da Universidade de São Paulo (FEA/USP), considera quadro "ótimo" aquele em que o setor privado se interessa em criar melhores condições na infra-estrutura.

— Com menos impostos e mais clareza na regulação, muitos empresários viriam para o Brasil.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o governo pretende encaminhar ao Congresso ainda este semestre um estudo mais abrangente sobre a reforma tributária. Jucá foi o relator da proposta no Senado em 2003.

— Fui relator em 2003. Já estamos em 2007 e o texto não andou na Câmara — lamentou Jucá. — Mas sou um otimista e acho que poderemos chegar a um consenso.

O senador disse ainda que há um esforço do governo para que os demais itens da chamada pauta econômica, como a reforma trabalhista e a regulamentação das agências reguladoras, sejam votados. O projeto que trata das agências reguladoras do Executivo e chegou ao Congresso em 2004. O relator na Câmara é o deputado Leonardo Piccini (PMDB-RJ), que destacou a importância das agências para dar segurança ao investidor.

— As agências são homogêneas e seguras — disse Piccini. — Investimentos em geração de energia, por exemplo, são longos, de 25 ou 30 anos. Você precisa ter regras claras do jogo.

Saneamento não viu a cor do dinheiro

Fernando Exman

BRASILIA. Nos quatro primeiros meses do ano, nenhum contrato foi destinado a projetos nos setores de saneamento e habitação constantes do PAC. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o governo tem dinheiro para financiar as obras de infra-estrutura social. Procura, porém, projetos aptos a receberem os recursos. O governo prevê destinar R\$ 170,8 bilhões ao setor até 2010. As obras são executadas por Estados, municípios e companhias de saneamento.

O Brasil teve investimentos diminutos nos últimos anos, e agora o PAC põe um valor significativo — declarou Dilma. — Isso significa que há um grande esforço para produzir projetos estruturantes, que sejam os melhores e com capacidade de execução no menor prazo.

Superintendente executivo da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Walder Soriani rebateu. Disse que a burocracia impede maior destinação de recursos para a área. Citou, por exemplo, que o Executivo ainda não definiu as novas regras para a habilitação de projetos nos seus programas de financiamento. Segundo Soriani, o governo deveria elevar o nível de envolvimento

permitido às empresas.

Uma das alegações do governo para não liberar os financiamentos é justamente a existência de empresas de saneamento que não podem receber mais dinheiro público, pois devem à União. Segundo o ministro das Cidades, Márcio Fortes, o governo federal dará consultoria a fim de incentivar melhorias na gestão das empresas de saneamento básica. O ministro destacou, no entanto, que o Executivo não distribuirá recursos para sanear as empresas.

— A gestão das nossas empresas está melhorando, mas isso não pode ser justificativa para não termos recursos. É uma camisa de força que deve ser reduzida — disse Soriani.

Para mudar a atual situação, o governo está promovendo uma articulação com governos estaduais e municípios para identificar projetos prioritários em abastecimento de água, esgotamento sanitário e urbanização de favelas. Já foram realizadas reuniões em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Encontros nos demais Estados ocorrerão neste mês. O governo espera iniciar as contratações no mês que vem.

O governo planeja financiar R\$ 1,3 bilhão em projetos de habitação e saneamento até julho com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Conta também para este ano com R\$ 1 bilhão do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FHNIS). Usará R\$ 105 milhões do Orçamento Geral da União para dar continuidade a 119 projetos de urbanização de favelas.

Execução orçamentária do PAC

DOTAÇÕES:*
R\$ 9,574 bilhões

EMPENHADO:*
R\$ 1,921 bilhão

* Valores do Orçamento Geral da União.

Questão do PAC: situação das estruturas, projetos e obras (até 30 de abril): Obras do Rio:

- ① **Arcos Rodoviários do Rio de Janeiro:** 122 quilômetros. Previsão de conclusão: 2010. Investimento: R\$ 756 milhões.
- ② **Dragagem e aprofundamento do porto de Itaguai:** Aumento da profundidade de 17 metros para 20 metros. Previsão de conclusão: 2009. Investimento: R\$ 200 milhões. **Desafios:** Aprovação pelo órgão ambiental estadual da mudança da empresa que fará parte da dragagem para a Companhia de

- ③ **Docas do Rio de Janeiro.** Aprovação das minutas e do contrato pelos departamentos jurídicos da Companhia de Docas do Rio de Janeiro e do Ministério dos Transportes. E lançamento da concorrência para a execução dos serviços de dragagem até julho.
- ④ **Aeroporto Santos Dumont:** Reforma e ampliação do terminal de passageiros, do sistema de pistas e pátios. Previsão de conclusão: novembro. Investimento: R\$ 414,9 milhões.
- ⑤ **Aeroporto Internacional do Rio (Galeão):** Recuperação e revitalização da pista e pátios. Previsão de conclusão: julho de 2009. Investimento: R\$ 70 milhões. **Desafios:** Incorporar as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) no edital.
- ⑥ **Aeroporto Internacional do Rio (Galeão):** Reforma do terminal de cargas. Conclusão prevista: fevereiro de 2009. Investimento: R\$ 8 milhões.
- ⑦ **Plataforma P-57 da Petrobras:** Capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo por dia. Entrada em operação: setembro de 2010.

- ⑧ **Investimento: R\$ 4,33 bilhões.** **Desafio:** atraso no programa devido à suspensão da licitação para a construção da plataforma. A Petrobras considerou os preços apresentados elevados demais. No fim do mês passado, a Petrobras lançou novo edital.
- ⑨ **Plataforma P-52 da Petrobras:** Capacidade de produção de 180 mil barris de petróleo por dia. Entrada em operação: setembro. Investimento: R\$ 2,5 bilhões. **Desafios:** Cronograma atrasado devido à falta de equipamentos à venda no mercado e da liberação de operação dada pelo Ibama.
- ⑩ **Desenvolvimento do Campo de Frade:** Capacidade de produção: 100 mil barris por dia de petróleo. Entrada em operação: outubro de 2009. Investimento: R\$ 6,66 bilhões.
- ⑪ **Estação Marlim Leste Módulo 2:** Capacidade de produção: 100 mil barris de petróleo por dia. Entrada em operação: dezembro de 2008. Investimento: R\$ 630 milhões. **Desafio:** obter licença a prévia de produção do Ibama.
- ⑫ **Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj):** Refinaria para processar 150 mil barris de petróleo pesado por dia. Entrada em operação: maio de 2012. Investimento: R\$ 8,2 bilhões.

Ibama ainda é o alvo das reclamações

Lorena Rodrigues

BRASILIA. A licença prévia para o início das obras das usinas do rio Madeira, que está emperada no Ibama, transformou-se no símbolo das dificuldades que o governo enfrenta para destravar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A demora na concessão do documento, que levou à divisão do Ibama em dois órgãos, foi um dos temas principais abordados em cerimônia no Palácio do Planalto, sem a participação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O titular de Minas e Energia, Silas Rondonau, voltou a dizer que, se a licença não sair neste mês, a usina não ficará pronta até 2012, prazo fixado pelo governo. Já o chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, acrescentou que a alternativa à usina será um leilão de energia térmica a base de óleo diesel, mais cara e mais poluente do que a hidrelétrica.

— Não acredito que tenhamos muitas alternativas. No estágio atual de crescimento do país, não se pode acreditar que energia solar ou eólica possam ser alternativas — declarou Dilma, em resposta à ministra Marina,

que defende o uso de fontes mais limpas de energia.

Apesar da pressão, Dilma disse que a decisão sobre a construção das usinas será técnica, e não política.

Em qualquer momento propusermos que a solução seria política — declarou a ministra. — Todas as possíveis divergências dentro do governo se deram no nível técnico. Parte da divergência está na cabeça de vocês. A outra parte é técnica.

Tanto Dilma quanto Ron-

Diante da pressão política para licenças, Dilma disse que decisão sobre usinas será técnica

deau defenderam a construção de Angra 3. Segundo a ministra, a decisão definitiva deve ser tomada na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética.

— Uma decisão dessa natureza não pode ser atropelada. Não vamos tomar a decisão por conta do sufoco do Madeira — disse Rondonau. — Nuclear é uma alternativa por conta da necessidade do país, mas não será uma substituta das usinas do Madeira, até porque não há prazo para concluir Angra a tempo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O Ibama, o bode e o bagre” publicado na revista Isto É de 02 de maio de 2007.

O editorial, escrito pelo jornalista Carlos José Marques, a revista critica a forma como tanto o presidente Lula quanto o Ibama, tratam a questão ambiental no País. Para o editorialista, Lula erra ao criticar a defesa intransigente do meio ambiente ao mesmo tempo em que critica o excesso de zelo por parte do Ibama em relação à preservação da natureza. “Impacto e

desenvolvimento, devem caminhar juntos e encontrar um denominador comum”, conclui.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

O Ibama, o bode e o bagre

Ibama, o xerife ambiental, virou o culpado de tudo o que é atraso, uma espécie de bode na sala. Foi o presidente Lula quem o colocou na condição. Lula reclamou a amigos da intransigência do instituto. Num estouro de fúria, teria dito: “Se eu pudesse acabaria com o Ibama.” Lula é dado a rom-pantes, gosta de decidir movido por situações pon-tuais, sem enxergar lá adiante. O Ibama virou o bode de Lula e tudo por conta de um bagre. É esse o peixe que anda atrapalhando a licença ambiental que o governo tanto anseia para a construção de duas usinas hidrelétricas na bacia do rio Madeira, Rondônia. Os bagres sobem o rio para procriar. A construção das usinas – epopéico projeto, de R\$ 20 bilhões, que alavan-ca o PAC de Lula – pode comprometer a rota dos bagres. Lula protestou: “Querem jogar o bagre no meu colo.” Como bom pescador que é, bem que Lula poderia gostar um pouco mais dos bagres. Já o Ibama, aquele na pele de bode – nunca na de cordeiro –, também deveria sair da birra e deixar de emperrar tudo quanto é projeto. Desde tempos imemoriáveis, o Ibama pára estrada por conta de ninho de passarinho, inter-rompe obras para salvar coelhos e deixa de lado qualquer prioridade econômica se no meio estiver um simples... bagre. A ministra Marina Silva, que responde pelo bode e quer preservar o bagre, diz que o meio ambiente não deve se submeter a inter-esses econômicos. Os ambientalistas saíram tam-bém em apoio. É a história de sempre: “Salvem as baleias”, “salve o mico-leão-dourado”, “salve o ba-gre”. E quem vai nos salvar do apagão energético? Claro, há sempre de se considerar o impacto ambi-ental e a preservação da natureza. Na era do desen-volvimento sustentável, soaria no mínimo política-mente incorreto desconsiderar essa premissa. Mas ambos, impacto e desenvolvimento, devem cami-nhar juntos e encontrar um denominador comum. Se vão para a briga, como numa rinha de galo, não se salvam nem o bode, nem o bagre, nem o pescador.

CARLOS JOSÉ MARQUES,
DIRETOR EDITORIAL.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos”, publicada no Jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 07 de junho de 2007.

A matéria destaca que o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT) foi condenado em dois processos de ação popular referentes à época em que foi prefeito de Ribeirão Preto, entre 2001 e 2002.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar o artigo intitulado, “Homem ao mar”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 27 de abril do corrente.

O artigo da jornalista Eliane Cantanhêde analisa a situação do deputado Carlos Wilson (PT– PE) , ex-presidente da INFRAERO, ante a possibilidade de ser investigado pela CPI do Apagão Aéreo. Segundo a jornalista, Wilson está no olho do furacão já que a CPI vai investigar a suspeita de desvios da Infraero para campanhas do PT. A articulista alerta: “Carlos Wilson é neófito no PT. Vai se defender e pode atacar, dependendo de Lula e dos “companheiros”. Afundar sozinhos ele não vai.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, eu gostaria de registrar a matéria intitulada “Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 31 de maio do corrente.

A matéria destaca que durante uma conversa com Zuleido, dono da construtora Gautama, acusado de fraudar licitações, corrupção e de desvio de dinheiro público, o dono da Engevix Engenharia Sérgio Pompeu de Sá, enquadrado pela PF no segundo nível hierárquico da organização, diz que o governador do Piauí, Wellington Dias, tentaria liberar dinheiro para o Programa Luz Para Todos, fazendo lobby junto ao presidente Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos

Ações populares se referem a período em que ele foi prefeito; defesa avisa que recorrerá das sentenças

Brás Henrique
RIBEIRÃO PRETO

O ex-ministro da Fazenda e deputado Antônio Palocci (PT) foi condenado em dois processos de ação popular referentes à época em que foi prefeito de Ribeirão Preto, entre 2001 e 2002. As decisões, com base na Lei de Improbidade, são em primeira instância, pela 1ª Vara da Fazenda Pública, e cabem recursos. A assessoria de imprensa de Palocci observou que as condenações não são definitivas e ele vai recorrer assim que as sentenças forem publicadas no *Diário Oficial*. Os advogados do deputado não se manifestarão antes que isso ocorra.

O próprio Palocci, que estava retornando de viagem a Berlim, também não pretende falar sobre os processos. As condenações referem-se ao polêmico projeto Vale dos Rios e à doação de materiais de construção para a Associação dos Funcionários da Universidade de São Paulo (Arfusp).

O Vale dos Rios é um projeto de revitalização do centro da cidade que previa até uma ponte suspensa, no valor de R\$ 8 milhões. Foram gastos R\$ 4,68 milhões entre desapropriações da área e "obras", mas somente R\$ 323,4 mil foram executados, segundo levantamento da Câmara Municipal. A dispensa da licitação, o contrato e

todas as despesas foram considerados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O juiz auxiliar da Fazenda Pública, Luís Eduardo Scarabelli, determinou a condenação de Palocci à perda de eventual função pública e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, bem como pagamento de multa equivalente a cem vezes o valor da remuneração recebida naquele período. Também ordenou a imediata e definitiva interrupção das obras.

No caso da Associação dos Funcionários da USP, o juiz condenou Palocci à perda de função pública e pagamento de multa civil de cem vezes o valor da remuneração recebida.

Além disso, ampliou para dez anos a suspensão de seus direitos políticos.

BARQUETE

Nesse processo, vários vereadores da época também foram condenados, com perda de funções públicas e suspensão de direitos políticos por cinco anos. Quatro antigos secretários de Palocci terão de restituir ao erário os valores correspondentes às doações de materiais, acrescidos de 1% ao mês, suspensão de direitos políticos por cinco anos e multa equivalente ao dobro do valor do dano.

Entre os secretários condenados estão Donizeti Rosa e o falecido Ralf Barquete Santos (este envolvido no caso do li-

No STF, deputado enfrenta casos do lixo e do caseiro

... Há dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo Antônio Palocci: um sobre recebimento de propina e fraude em contratos da Prefeitura de Ribeirão Preto e outro a respeito da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, o Nildo. Tramitam no STF pois são casos criminais, em que vale o foro privilegiado.

Segundo o Ministério Público, a empresa Leão Leão pagou R\$ 50 mil mensais ao então prefeito Palocci em troca de vantagens em licitações. Ainda falta definir relator do caso. Já a ação em que é acusado de utilizar-se do cargo de ministro para obter dados de Nildo ainda aguarda denúncia da Procuradoria-Geral. O caseiro disse que o petista frequentava mansão em Brasília onde ocorriam negócios e festas. ●

xo). Rosa é diretor-superintendente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), ligado ao Ministério da Fazenda. "Não me lembro disso, não fui ouvido nem participei da autorização para essa doação", disse Rosa. "É estranho o nome ter sido citado, mas vou esperar a sentença e recorrer, com certeza." ●

ELIANE CANTANHÊDE

Homem ao mar

BRASÍLIA - Na quarta-feira, o deputado Carlos Wilson (PT-PE) foi almoçar numa cantina de Brasília, mas bateu com a cara na porta. Ela estava fechada para uma festa particular. À noite, tentou jantar num restaurante argentino, mas depa-rou com uma multidão na rua, carros de polícia e caminhões de bombeiro. O restaurante sofreu um curto-circuito, quase pega fogo.

Em resumo, Carlos Wilson não está numa onda de sorte. Mas isso não é nada, porque a coisa pode piorar muito com a (ou as) CPI(s) do Apagão Aéreo. Presidente da Infraero nos três primeiros anos do governo Lula, ele vai ficar no olho do furacão. A CPI é para investigar as falhas do sistema de controle de tráfego aéreo, mas vai escarafunchar a suspeita de desvios da Infraero para campanhas do PT.

A questão é tratada até aqui por inquéritos internos, TCU e Procuradoria. A partir da CPI, vai parar na TV, ao vivo, com todos os holofotes e ruídos que isso significa. E Carlos Wilson vai ter menos pro-

blema com uma oposição desarticulada do que com setores do governo às turras. Ai mora o perigo.

Sentindo-se jogado ao mar, ele avisa que não é um "homem-bomba", mas também não tem vocação para "boi de piranha". Ou seja: nem é um Roberto Jefferson, que explodiu o mensalão, nem vai ser um Delúbio Soares, que carregou nas costas todas as culpas do governo e do PT sem dar um pio. Entre os dois, há muitas opções.

Convém a Lula exercitar sua lábia e, ao PT e aos aliados, lembrar que a Infraero não é um corpo à parte, que faz o que quer e não pode ser responsabilizado sozinho por nada. Aliás, seu presidente não dava um passo sem consultar o então chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Carlos Wilson é neófito no PT. Não é da engrenagem, nem sindicalista, nem da "tchurma". Vai se defender e pode atacar, dependendo de Lula e dos "companheiros". Afundar sozinho ele não vai.

elianec@uol.com.br

DESMENTIDO - Wellington Dias divulgou nota oficial na qual afirma que "jamais tratou do processo de alguma empresa especificamente"

Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula

Durante conversa com Zuleido, dono da Engevix diz que governador do Piauí tentaria liberar dinheiro

**Bruno Tavares
Fausto Macedo**

A máfia das obras públicas, desarticulada há duas semanas pela Operação Navalha da Polícia Federal, planejava até fazer lobby junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obter recursos da União. A suposta tentativa é citada num diálogo entre Zuleido Soares Veras, dono da Construtora Gautama, e o empresário da Engevix Engenharia Sérgio Luiz Pompeu Sá, enquadrado pela PF no segundo nível hierárquico da organização. A investida, segundo Sá, seria feita pessoalmente pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

O tema principal da conversa entre Zuleido e Sá era a liberação de recursos para o programa Luz Para Todos - um dos mais ambiciosos projetos do governo Lula, que prevê a exten-

tama que na mesma tarde esteve com um funcionário do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) para tratar das obras da BR-020. A rodovia, que liga Brasília a Fortaleza (CE), atravessa o Piauí.

"Eles já estão com a minuta. Levaram a minuta de conteúdo já pronta. A única coisa que estão exigindo do Estado é o projeto de viabilidade da rodovia. Mas isso eles já tinham antecipado e estão falando pelo DER. Com isso pronto, ele faz a delegação da rodovia", diz Sá. O empresário também já dá como certa a divisão das etapas de construção. "Ficou delineado que eles (Engevix, segundo transcrição da PF) vão fazer o projeto básico, o projeto executivo e a supervisão."

Na sequência, Sá garante a Zuleido que o governador petista vai se empenhar para obter a verba. "O Wellington disse que, quando assinar o convênio de delegação, ele se comprometeu de pessoalmente ir no Lula pedir para ser incluído no PPI (Projeto Piloto de Investimentos)."

Em nota oficial, o governador do Piauí afirmou que "jamais tratou desse ou daquele processo de alguma empresa especificamente". ●

GRAMPO ENTRE EMPRESÁRIO E SENADOR FEDERAL

Diálogo entre Zuleido Soares Veras e Sérgio Sá, gravado em 12 de julho de 2006:

● **Sá:** Com relação à BR-020, estive com eles lá, com Mauro Barboza, no DNIT. Eles já estão com a minuta, levaram a minuta de conteúdo já pronta. A única coisa que estão exigindo do Estado é o projeto de viabilidade da rodovia. Mas isso eles já tinham se antecipado, estão fazendo pelo DER. Ficou delineado que eles (Engevix) vão fazer o projeto básico, já pelo Derfisa, o projeto executivo e depois a super-

● **Zuleido:** Esse governo é bom, hein? (risos)

● **Sá:** Eles vão brigar, o Wellington disse que quando assinar o convênio, ele se comprometeu de pessoalmente ir no Lula pedir para ser incluído no PPI

● **Zuleido:** Ah, aí é outra história

ra Todos, essa etapa da investigação federal mapeou a atuação da quadrilha no Estado que Dias governa.

Depois de dar detalhes sobre a reunião com o governador, o empresário diz ao dono da Gau-

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Deboche à Nação”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 28 de abril de 2007.

O artigo do jornalista Mauro Chaves critica e lamenta a postura do professor Mangabeira Unger depois de acusar o governo Lula de ser o “mais corrupto de nossa história nacional”, aceitou, agora, ser ministro do governo “corrupto” e assumir a Secretaria de Assuntos de Longo Prazo, a SEALOPRA. “Por mais que se tenha visto incoerências gritantes de políticos, indecentes troca-trocas partidários, alianças de hoje

com inimigos de ontem, juramentos descumpridos ou “esqueçam o que escrevi”, tudo tem limite. Unger ultrapassou, da maneira mais acachapante, esse limite.”

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Deboche à Nação

Mauro Chaves

“Afirmo que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional. Corrupção tanto mais nefasta por servir à compra de congressistas, à politização da Polícia Federal e das agências reguladoras, ao achincalhamento dos partidos políticos e à tentativa de dobrar qualquer instituição do Estado capaz de se contrapor a seus desmandos.

Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente. As provas acumuladas de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento. Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas. Imiscuiu-se, e deixou que seus mais próximos se imiscuissem em negócios privados. E comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que cresce graças ao poder e poder por dinheiro e que de-

Ambição pelo poder pode levar à degradação ético-intelectual

pois tentou comprar, com a liberação de recursos orçamentários, apoio para intervir na investigação de seus abusos.

Afirmo que a aproximação do fim de seu mandato não é motivo para deixar de declarar o impedimento do presidente, dada a gravidade dos crimes de responsabilidade que ele cometeu e o perigo de que a repetição desses crimes contamine a eleição vindoura. Quem diz que só aos eleitores cabe julgar não compreende as pressões de presidencialismo e não leva a Constituição a sério.

Afirmo que descumpririam seu juramento constitucional e demonstrariam deslealdade para com a República os mandatários que, em nome de lealdade ao projeto, se absterem de edgir seu impedimento. No regime republicano a lealdade às leis se sobrepõe à lealdade aos homens.

Afirmo que o governo Lula fraudou a vontade dos brasileiros ao radicalizar o projeto que foi eleito para substituir, ameaçando a democracia com o veneno do cinismo. Ao transformar o Brasil no país continental em desenvolvimento que menos cresce, esse projeto impôs mediocridade aos que querem pujança.

Afirmo que o presidente, avesso ao trabalho e ao estudo, desatento aos negócios do Estado, fugidio de tudo o que lhe traga dificuldade ou dissabor e or-

gulho de sua própria ignorância, mostrou-se inapto para o cargo sagrado que o povo brasileiro lhe confiou.

Afirmo que a oposição praticada pelo PSDB é impostura. Acusações feitas nos mesmos crimes e aderentes ao mesmo projeto, o PT e o PSDB são hoje as duas cabeças do mesmo monstro que sufoca o Brasil. As duas cabeças precisam ser esmagadas juntas.

Afirmo que as bases sociais do governo Lula são os rentistas, a quem se transferem recursos pilhados do trabalho e da produção, e os desesperados, de quem se aproveitam, a quem se impõe a inflação econômica e a desinformação política. E que seu inimigo principal são as classes médias, de cuja capacidade para escolher a massa popular depende, mais do que nunca, o futuro da República.

Afirmo que a repetição perseverante dessas verdades em todo o País acabará por acender, nos corações dos brasileiros, a uma chama que redimirá a cinzas um sistema que hoje se julga intocável e perpétuo.

Afirmo que, nesse 15 de novembro, o dever de todos os cidadãos é não deixar de assiduir as comemorações da proclamação da República aos que corromperam e esvaziaram as instituições republicanas.”

Transcrevi, literalmente, esse artigo de Roberto Mangabeira Unger, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 15 de novembro de 2005, porque estou perplexo com a fraquíssima reação da imprensa a um dos maiores deboches já feitos à Nação. Por mais inacreditável que pareça, o mesmo cidadão que escreveu esse artigo absolutamente arrasador, que não deixa pedra sobre pedra no governo Lula e na reputação pessoal do presidente, agora é ministro. E não se seu ministro, menos de um ano e meio depois. É claro que não surpreende o fato de Lula o ter nomeado ministro. Mas ele nem seus assessores lhe contam o que leram. O inacreditável é um ilustre professor titular do Direito e acadêmico de Harvard traír tão acintosamente seu próprio pensamento, pela ambição de exercer, pela primeira vez na vida, um cargo ministerial. Eis, para as atuais e futuras gerações, uma demonstração de que a ambição pelo poder pode levar à degradação ético-intelectual até os melhores cérebros.

Por mais que se tenha visto incoerências gritantes de políticos, indecentes troca-trocas partidários, alianças de hoje com inimigos de ontem, juramentos descumpridos ou “esqueçam o que escrevi”, tudo tem limite. E Mangabeira Unger ultrapassou, da maneira mais acachapante, esse limite.

Cometeu verdadeiro ultraje a todos os que usam o papel de imprensa para externar seus pensamentos. E liquidou de vez com o valor da convicção. É como se Cícero aceitasse um emprego de Catilina, Churchill se tornasse um plenipotenciário de Hitler ou Lacerda cumprisse missão ofertada por Getúlio. Ou seja, as piores palavras de afronta gerando a mais nauseante adesão.

Dá para imaginar que argumentos filosóficos, sociológicos, jurídicos ou econômicos ou erudito e criativo pensador baiano-americano usará para justificar sua diametral mudança de opinião política em menos de um ano e meio? Como dará resposta a essa questão, sem o que nada do que disser valerá absolutamente coisa alguma? E a propósito de que valerão no Brasil quaisquer opiniões sobre quem ou o que seja, se ninguém está “nem aí” com as reverberações obscenas de pensamento, em razão da adesão ao Poder?

Só é certo, enfim, que a Secretaria de Assuntos de Longo Prazo decorre de uma sede aloprada ao Poder. ■

Mauro Chaves é jornalista, advogado, escritor, administrador de empresas e produtor cultural. E-mail: mauro.chaves@attglobal.net

Vale faz nova ameaça de adiar investimento

Depois da ameaça de adiar os investimentos em alumínio e níquel a partir de 2012 e 2013, o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, informou ontem ao governo federal que, se em 20 dias não for cassada a limitação que paralisa o início das obras da usina hidrelétrica de Estreito, no Maranhão, outros projetos da mineradora terão de ser retardados.

Se as obras de implantação de Estreito não começarem nesse prazo de 20 dias, a usina sofrerá um atraso de um ano. E, com isso, a geração de energia hidrelétrica de Estreito, que estava prevista para 2009, ficaria adiada para 2010.

Sem a energia gerada pela usina, Agnelli diz que a Vale terá dificuldades para gerar os cerca de 200 megawatts necessários para tocar os projetos na província mineral de Carajás. Os investimentos da Vale pre-

viam a ampliação da produção de minério de ferro e a implantação de novas minas de níquel e de cobre. “Não temos tempo a perder”, diz.

A usina de Estreito é uma das obras que constam do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e está parada há mais de um mês. A liminar que paralisa a usina foi concedida pela Justiça Federal do Maranhão a pedido do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ligado à Igreja Católica.

O Cimi alega danos ao ambiente e a tribos indígenas da região. Estreito tem como sócias Tractebel, Alcoa, Camargo Corrêa e Vale. A liminar foi concedida depois de a usina ter recebido a licença ambiental por parte do Ibama.

Segundo Agnelli, o setor energético brasileiro passa por uma fase delicada que vai refletir na tomada de decisão de

investimentos da mineradora nos próximos cinco anos. Na terça-feira, Agnelli afirmou que, se as licenças ambientais para a construção das duas hidrelétricas do rio Madeira não saíssem a tempo, os investimentos previstos pela companhia para as áreas de alumínio e níquel na região seriam afetados. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, chegou a considerar que teria havido um “certo exagero” nas declarações de Agnelli.

O fato é que Agnelli trabalha com a hipótese de construir uma térmica a carvão no Pará para tocar os futuros investimentos da Vale. Segundo ele, essa térmica usará tecnologia chinesa, considerada a mais “limpa” do mundo atualmente.

“A usina térmica é menos poluente do que o atual processo de desmatamento e queima da Amazônia”, diz.

Para Agnelli, chegou a hora de a sociedade tomar uma decisão. “Ou mantemos a destruição ilegal da Amazônia, que não gera nem emprego nem riquezas, ou investimos em tecnologias avançadas que garantirão a energia futura que o país precisa para crescer de forma sustentável e gerar empregos.”

Agnelli, da Vale do Rio Doce

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “São Paulo vai devolver 30% de ICMS”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 05 de junho de 2007.

A matéria destaca que o governador do estado de São Paulo, José Serra, (PSDB), encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado, um projeto de lei cujo objetivo é estimular empresas e consumidores a exigir nota fiscal. A idéia é devolver ao consumidor até 30% do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e assim combater a sonegação fiscal.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul”, pu-

blicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 05 de junho de 2007.

A matéria destaca que o os partidos de oposição (PSDB e DEM) reagiram aos elogios que o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ministro Marco Aurélio Garcia, fez no domingo ao regime Hugo Chávez, e anunciaram que vão obstruir a tramitação, na Câmara e no Senado, do protocolo que prevê a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

São Paulo vai devolver 30% de ICMS

Projeto de lei enviado por Serra à Assembléia Legislativa estimula consumidores e empresas a exigir a nota fiscal

Márcia De Chiara

Consumidores e empresas que adquirirem bens ou serviços no Estado de São Paulo e exigirem a nota fiscal tradicional ou eletrônica poderão receber de volta 30% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na transação.

O dinheiro poderá ser devolvido na forma de crédito abatido do Imposto sobre Propriedade de Veículos automotores (IPVA) do ano seguinte, crédito em caderneta de poupança, crédito em conta corrente, cartão de crédito e até transferido para outro cidadão ou empresa.

“É uma verdadeira revolução no sistema tributário de São Paulo que, no mínimo, vai combater em 30% a sonegação”, disse o governador do Estado de São Paulo, José Serra. Ele acredita que, com essa iniciativa, vai facilitar a vida da população em São Paulo, obter maior eficiência na arrecadação, diminuir a sonegação, reduzir a carga tributária individual e facilitar a vida das empresas.

Ontem o governador encaminhou à Assembléia Legislativa de São Paulo um projeto de lei cujo objetivo é estimular empresas e consumidores a exigir nota fiscal. A expectativa de Serra é que o projeto de lei seja aprovado ainda este mês e entre em vigor em julho.

“O sistema será gradual e devem ser integradas cerca de 100 mil empresas por mês a partir de julho”, contou o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Mauro Ricardo Costa. Inicialmente, o programa prevê a incorporação de 500 mil pequenas e microempresas. “Em seis meses, teremos nesse sistema grandes redes de varejo também.”

Transações com cerveja, refrigerantes, automóveis, combustíveis, isto é, itens sujeitos ao regime periódico de apuração de ICMS na cadeia de produção não terão direito ao crédito, observou o secretário da Fazenda. Também as operações de fornecimento de energia elétrica, gás canalizado e serviços de comunicação ficam de fora desse benefício tributário, bem

como operações que envolvem entidades da administração pública direta e indireta. Empresas e consumidores inadimplentes com o Fisco estadual também não poderão usufruir do benefício.

O secretário da Fazenda disse que o procedimento para usufruir desse benefício é simples. Quando o comprador (consumidor ou empresa) efetuar a transação, deve exigir a nota fiscal eletrônica ou tradicional e informar o seu Cadastro de Pessoa Física (CPF), no caso de consumidor, ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), quando for empresa.

O estabelecimento comercial tem dez dias após a emissão da nota fiscal para transmitir os dados à Secretaria da Fazenda. “A multa será de R\$ 500 por documento para o estabelecimento que não transmitir as informações à secretaria”, disse o secretário. Após o recolhimento do imposto, o crédito de 30% do ICMS será feito automaticamente para o cliente, que poderá acompanhar os valores pela internet. ●

Oposição tentará barrar Venezuela no Mercosul

PSDB e DEM prometem obstruir tramitação do protocolo de adesão se Chávez não se retratar

Rosa Costa

BRASILIA

Os partidos da oposição (PSDB e DEM) reagiram ontem aos elogios que o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, ministro Marco Aurélio Garcia, fez no domingo ao regime de Hugo Chávez, e anunciaram que vão obstruir a tramitação, na Câmara e no Senado, do protocolo que prevê a adesão da Venezuela ao Mercosul. O protocolo está nas comissões técnicas da Câmara e já foi aprovado pelo Paraguai e Argentina, que também integram o bloco.

Para o presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), as declarações de Garcia foram "desrespeitosas e inoportu-

nas, um procedimento que envergonha a todos nós, brasileiros". Para Fortes, as declarações mostram que o governo brasileiro está "acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo".

O líder dos tucanos, senador Arthur Virgílio (AM), chamou o assessor de Lula de "professor diletante." E acrescentou: "Ele não pode contrapor-se a uma das diplomacias mais profissionalizadas do mundo."

Na quarta-feira, os senadores aprovaram uma moção pedindo ao presidente da Venezuela que revise a posição sobre o fechamento da RCTV. Acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na visita oficial à Índia (ler no *Caderno de Economia*), Marco Aurélio Garcia admitiu, anteontem, que a moção dos senadores "não foi ofensiva", mas

acrescentou que não via "nada de ilegal" na não renovação da licença da RCTV.

Ontem, na tribuna, os discursos contra Chávez uniram parlamentares da oposição e do governo. Os líderes do DEM e do PSDB, senadores José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), anunciaram a decisão dos partidos de "obstaculizar" a tramitação da proposta que trata do termo de adesão da Venezuela ao Mercosul, se Chávez não se retratar. "Faremos isso em nome do respeito a um pilar muito importante que é exigido de qualquer participante ou sócio do Mercosul, que é a absoluta vigência do regime democrático e seus princípios", alertou Agripino. ●

PT apóia fechamento da RCTV

... O Partido dos Trabalhadores apóia a decisão do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de tirar do ar a mais antiga emissora de televisão do país, a RCTV. Em nota divulgada ontem, o PT defendeu a decisão argumentando que a Venezuela é um país democrático, o presidente foi eleito democraticamente e a não renovação da licença da emissora seguiu "todos os trâmites previstos pela legislação venezuelana" e a medida combate o "monopólio da comunicação por grandes empresas, que se utilizam de concessões públicas para a defesa dos interesses privados de uma minoria", assinala a nota, redigida depois de ouvir a Comissão Executiva Nacional. ●

... O Partido dos Trabalhadores apóia a decisão do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de tirar do ar a mais antiga emissora de televisão do país, a RCTV. Em nota divulgada ontem, o PT defendeu a decisão argumentando que a Venezuela é um país democrático, o presidente foi eleito democraticamente e a não renovação da licença da emissora seguiu "todos os trâmites previstos pela legislação venezuelana" e a medida combate o "monopólio da comunicação por grandes empresas, que se utilizam de concessões públicas para a defesa dos interesses privados de uma minoria", assinala a nota, redigida depois de ouvir a Comissão Executiva Nacional. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lista ‘de mimos, não corrupção, diz Tarso”, publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o Ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou que centenas de pessoas receberam algum tipo de benefício da Gautama. Segundo a matéria, o ministro, no entanto, frisou que são pessoas que receberam mimos e brindes, “como ocorre com todas as empresas” e descartou que a lista de nomes encontrada pela Polícia Federal seja de pessoas envolvidas com corrupção. “Isso é uma invenção”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Economistas temem fim de reformas”, publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o fato do país passar por uma situação econômica boa pode fazer com que as reformas estruturais sejam adiadas indefinidamente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Lista é de mimos, não corrupção, diz Tarso

PF descobriu na Gautama relação de centenas de pessoas presenteadas

Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA

Centenas de pessoas receberam algum tipo de benefício da Gautama. O ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou ontem a existência de uma lista de nomes apreendida na empreiteira pela Polícia Federal, mas frisou que não se trata de envolvidos em corrupção.

“Existe uma relação de centenas de pessoas que receberam mimos e brindes, como ocorre com todas as empresas”, justificou. “Não existe nenhuma lista de pessoas envolvidas com corrupção, isso é uma invenção.” Segundo o ministro, “as pessoas que a Polícia Federal vê envolvidas com eventuais delitos são as que estão indiciadas”.

A relação de nomes foi encontrada no escritório da Gautama em Salvador, na quinta-feira, quando a PF deflagrou a Operação Navalha. As informações da PF são de que constam dessa lista nomes de políticos e funcionários públicos relacionados a valores e presentes.

Ao sair de um evento com prefeitos, em Brasília, Tarso comentou a operação, mas evitou o quanto pôde fazer um comentário mais objetivo sobre a situa-

ção do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

“O que há por enquanto é uma operação técnica exemplar, altamente qualificada, que vai ter um efeito altamente positivo nas licitações, no comportamento das empresas, dos Estados, na relação com os agentes públicos”, afirmou. “Mas não há nenhum tipo de incriminação feita pela PF contra qualquer pessoa.”

SEM JULGAR

O ministro ponderou que a PF fez um trabalho técnico e não emite juízo sobre o grau de comprometimento dos acusados. “A PF levanta indícios, constitui provas e faz um relatório para o procurador-geral avaliar.”

Tarso afirmou que o fato de a funcionária da Gautama Maria de Fátima Palmeira ter sido flagrada entrando nas salas que compõe o gabinete de Rondeau no ministério não necessariamente significa que houve entrega de dinheiro no local.

“O fato de uma pessoa ir ao escritório da outra não quer dizer que haja nexo de criminalidade”, reiterou. “Isso vai ser examinado pelo procurador-geral, junto com todas as provas levantadas pela PF.” ●

POLÍTICA ECONÔMICA

Economistas temem fim de reformas

Momento certo de consertar telhado é no dia de sol, mas no Brasil é quando todos vão à praia, diz Fragelli, da GV

Fernando Dantas
RIO

A euforia que tomou conta do mercado financeiro está preocupando os defensores de reformas estruturais. O temor é que, com as boas perspectivas de crescimento da economia brasileira neste ano e nos próximos, o governo desista de vez de enfrentar os grupos que se opõem a mudanças mais profundas na área previdenciária, tributária e trabalhista.

Um pequeno sinal de alento veio da defesa recente, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da atualização da legislação trabalhista e das reformas da Previdência, tributária e política, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

A visão mais comum, porém, é de que o bom desempenho da economia pode desmobilizar definitivamente as forças que,

dentro e fora do governo, lutam pelas reformas. "O momento certo de consertar o telhado é no dia de sol, mas o problema no Brasil é que no dia de sol todo mundo vai para a praia", diz Renato Fragelli, diretor de Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

O economista observa que o bom cenário atual deriva do fato de que os produtos minerais e do agronegócio exportados pelo Brasil estão num processo de alta de longo prazo no mercado internacional. Na falta de reformas que reduzam o ônus trabalhista e previdenciário, porém, ele acha que os riscos de interrupção do crescimento econômico aumentam e a situação dos setores industriais que mais empregam pode ficar cada vez mais difícil.

Fragelli lembra que é mais fácil fazer reformas que envolvem mexer em benefícios e di-

reitos nos momentos que a economia está crescendo. "Meu medo é de que o País se inebrie com a bonança, perca a oportunidade de fazer as reformas e a gente cresça de 4% a 4,5% por alguns anos e o processo seja abortado", ele diz.

O economista Alexandre Marins, da Mosaico Econômica Política, tem avaliação semelhante. "Eu gostaria de ver um governo menos cigarra e mais formiga neste momento", ele avalia.

Em um levantamento recente, em que analisou dois períodos de dez anos – de 1990 a 1999 e de 1997 a 2006 –, Marins constatou que o crescimento da economia brasileira tornou-se muito mais dependente do crescimento do mundo nos últimos anos. Isso não quer dizer que o País tenha crescido ao mesmo ritmo da economia global, mas

sim que suas oscilações para cima e para baixo acompanharam as do resto do mundo.

Marins acha que aquela correlação decorre do aumento do grau de abertura da economia brasileira, que é a soma das exportações e importações como proporção do PIB. Segundo seus números, ele pulou de uma média de 14%, de 1990 a 1999, para 21,2%, de 2000 a 2006.

Um dos problemas do Brasil, raciocina Marins, é que o País cresceu abaixo do ritmo global nos últimos anos, em momento

de grande aquecimento da economia mundial. Se a situação externa piorar e o crescimento do mundo desacelerar para um ritmo medíocre, dificilmente o País manterá a trajetória de 5% almejada pelo governo, por causa da correlação com a economia global.

"Nos últimos anos, o mundo puxou e o Brasil ficou para trás,

então é de se esperar que nós continuemos a ter dificuldades para crescer acima da média mundial se o mundo desacelerar", conclui Marins.

Ele acha que a reforma mais necessária para acelerar o ritmo de crescimento é a trabalhista, que tem um impacto direto na produtividade, via redução da informalidade. "Se tem um presidente na história do País com capacidade de colocar na mesma mesa patões e empregado, ele é o Lula", diz Marins, que também é formado em Ciência Política. ●

FÁBULA - Marins: 'Gostaria de ver um governo menos cigarra e mais formiga'

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a economia brasileira vem crescendo a taxas razoáveis nos últimos anos, vem se modernizando, aumentando as relações comerciais internacionais, gerando mais emprego, mais renda e diminuindo as desigualdades sociais.

Certamente para isso contribui um grande número de fatores, entidades e grupos sociais, que propiciam uma melhoria nas relações entre capital e trabalho, maior inclusão e aumento da responsabilidade social de grande número de empresas e entidades.

Entre os fatores que têm contribuído para dar maior dinamismo à economia brasileira, gostaria de ressaltar o papel de entidades que atuam como intermediários no comércio de bens e mercadorias, especialmente a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

As economias modernas necessitam desses instrumentos catalisadores das atividades econômicas, que contribuem para dar maior transparência, estabilidade e previsibilidade nas transações comerciais.

Entidades como a Bolsa de Mercadorias & Futuros facilitam o estabelecimento de um horizonte mais previsível de atuação dos agentes econômicos envolvidos nas diversas etapas produtivas da economia, contribuem para a redução de riscos e para o estabelecimento de planos e programas de produção, em nível microeconômico e macroeconômico.

O Brasil é hoje um dos maiores produtores agrícolas mundiais, com um futuro muito promissor. Todos os estudos e projeções realizados por entidades e governos dos principais países do mundo apontam para a hegemonia brasileira, nos próximos anos, nas áreas de produção e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas.

Muito desse sucesso se deve ao papel desempenhado por entidades como a Bolsa de Valores e a Bolsa de Mercadorias & Futuros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar ainda, neste meu pronunciamento, não o aspecto meramente econômico-financeiro da missão da Bolsa de Mercadorias & Futuros, mas o importante trabalho no campo da cidadania, da inclusão e da responsabilidade social realizado pela BM & F.

A Bolsa de Mercadorias & Futuros tem consciência de sua responsabilidade social, está inserida na sociedade, e tem adotado ações e iniciativas relevantes na área da cidadania e inclusão social.

Eu gostaria de destacar apenas alguns dos diversos projetos e ações desenvolvidos pela Bolsa de

Mercadorias & Futuros: a revitalização do centro da cidade de São Paulo; o atletismo, que permitiu a inclusão social de jovens, seu desenvolvimento como atletas e pessoas, e a educação para o trabalho, com valorização do indivíduo e capacitação profissional.

Em 1996, a Associação Profissionalizante BM&F criou a primeira turma do programa *Capacitação para a Empregabilidade*, oferecendo treinamento a 40 jovens excluídos socialmente, que passaram a ter condições de ingressar no mercado de trabalho e a se realizar em termos pessoais. Decorridos dez anos dessa experiência pioneira, a Bolsa de Mercadorias & Futuros já assegurou, graças a esse programa, o futuro de milhares de jovens.

O Núcleo de Formação para a Cidadania oferece cursos regulares e programas direcionados para a cidadania, integração profissional e geração de renda.

O Balcão de Empregos é outro programa mantido pela Bolsa de Mercadorias & Futuros para facilitar o encaminhamento de alunos e ex-alunos para os processos seletivos necessários ao ingresso no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente, seria impossível tratar de todos os programas de inclusão social desenvolvidos pela Bolsa de Mercadorias & Futuros, nos últimos vinte anos de atuação no campo da cidadania e da responsabilidade social.

Quero, neste momento, cumprimentar o Presidente da Bolsa de Mercadorias & Futuros, doutor Manoel Felix Cintra Neto, e todos os membros da diretoria e colaboradores, pelo trabalho de elevado mérito social desenvolvido nesses vinte anos, em que destaco a importante contribuição para dar condições de emprego a jovens carentes.

Faço votos para que o exemplo de ação social da Bolsa de Mercadorias & Futuros seja seguido por outras entidades, para que nossos jovens possam ter melhores oportunidades de trabalho e inclusão social.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, **quero me afastar, nem que seja apenas** por alguns instantes, dos temas graves e desgastantes com os quais nos deparamos todos os dias ao abrir os jornais.

Como cidadão brasileiro que se orgulha das belezas de seu país, admiradas no mundo inteiro, quero defender publicamente a inclusão do Cristo Redentor, monumento-símbolo da cidade do rio de Janeiro e do Brasil, no rol das Sete Maravilhas do Mundo Contemporâneo.

Lá de cima do Morro do Corcovado entende-se porque o Rio é chamado de Cidade Maravilhosa. Uma vista deslumbrante espera os visitantes que sobem os 220 degraus em direção ao Cristo Redentor. Além de servir de referência e inspiração para músicos, artistas e apaixonados pela grandiosidade e beleza da obra.

A estátua do Cristo Redentor começou a ser planejada em 1921, e tinha como objetivo marcar a comemoração do Centenário da Independência do Brasil no ano seguinte, mas sua inauguração ocorreu somente em 12 de outubro de 1931.

Quero que fique registrado nos anais do senado cópia do documento da Câmara dos Deputados, assinado pelo Presidente Arnolfo Rodrigues de Azevedo, que recebi em meu gabinete encaminhado pelo Senador Paulo Duque.

Nesse **documento, com data de 18 de Setembro de 1923 o Congresso Nacional** autoriza o Poder Executivo a abrir crédito no valor de 200 mil réis pra construção da obra.

Na época, foi organizada a “Semana do Monumento”, os primeiros esboços do Cristo foram feitos pelo pintor Carlos Oswald, que o imaginou carregando uma cruz, com um globo terrestre nas mãos, sobre um pedestal que simboliza o mundo.

Mas foi a população carioca que optou pela forma da imagem do Redentor de braços abertos, como ela é hoje conhecida no mundo inteiro. O projeto foi desenvolvido pelo engenheiro Heitor da Silva Costa e levou quase cinco anos para ser concluído.

Sabemos todos que uma entidade privada suíça lançou a campanha para a escolha desses monumentos. Por meio de votação direta, aberta a qualquer um, nos mais distintos pontos do planeta, em breve chegaremos ao resultado final. No próximo dia 07 de julho, em Lisboa, Portugal, será formalmente anunciada a relação dos vencedores.

A interessante iniciativa, que ganhou mundo e milhões de adeptos, não se esgota em si mesma. Parte do arrecadado na votação por telefone – já que pela Internet ela se processa gratuitamente, será investida na conservação dessas jóias do patrimônio cultural da Humanidade.

Bastava isso para justificar a importância do certame e nossa adesão à idéia. A simples presença dessa obra de arte na relação das possíveis Maravilhas do Mundo Contemporâneo já é uma vitória.

Mas, é preciso ir além: é preciso que nos unamos e nos esforcemos para possibilitar que a majestosa estátua do Cristo Redentor que abençoa o Rio de Janeiro e o Brasil, e dá permanentemente boas-vindas a

todos quantos nos visitam, consiga o número de votos suficientes para figurar entre os sete escolhidos.

Em primeiro lugar, que fique claro: o Cristo Redentor há muito deixou de ser apenas um belo símbolo da antiga Capital brasileira. Essa estátua pertence a todos nós, independentemente de seguirmos ou não algum credo religioso ou de princípios filosóficos que porventura tenhamos.

Mais que “braços abertos sobre a Guanabara”, como tão bem cantou Tom Jobim, o Cristo do Corcovado abre-se sobre uma nação inteira.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Essa obra de arte estrategicamente fincada a 710 metros de altura, no esfuziante cenário do Parque Nacional da Tijuca, o Cristo Redentor simboliza a espiritualidade que nos caracteriza.

Não há quem o conheça e não se emocione, quer pelo prazer estético que o trabalho suscita, quer pela beleza indescritível da paisagem que oferece aos olhos de quem tem a felicidade de fazer esse passeio extraordinário. São mais de 300 mil visitantes a cada ano.

Ao defender a escolha do Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo, conclamo os demais integrantes desta Casa, os parlamentares com assento na Câmara dos Deputados, a todos os que exercem cargos públicos nos Três Poderes e em todas as esferas da Federação brasileira, a fazerem o mesmo.

Resta pouco tempo de votação. Que, a partir de nossas rodas de amigos, colegas, familiares e conhecidos, consigamos multiplicar esses votos.

Que este momento perdure em nossa memória e se transforme, para todos, em fonte de paz e de graça: ricos e pobres, fortes e fracos e, de modo especial àqueles que sofrem com a exclusão social e preconceito em todos os níveis.

O Papa João Paulo II, em sua última visita ao Brasil em outubro de 1997, disse: “Que o Cristo Redentor do Corcovado abrace e abençoe não só a Cidade do Rio de Janeiro, mas o Brasil e o Mundo, sem distinção de raças, cor, nível social ou credos religiosos”.

O Rio de Janeiro, o Brasil, merecem essa vitória, merecem esse afago!

Sala das Sessões, de julho de 2007. – Senador **Paulo Paim** – PT/RS.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 8.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que *dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

7

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2007**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que *altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao

Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

*(Em regime de urgência nos termos do
Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].*

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005
 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável,

com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de ori-

gem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996*.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana*

sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 39 minutos.)

Ata da 106ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de julho de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Mão Santa e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E O SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/7/2007 07:24:07 até 5/7/2007 20:00:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
FL	DF	ADELMIR SANTANA		X	PSDB	PR	WILSON MATOS		X
loco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE		X					
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
FL	BA	CÉSAR BORGES		X					
SDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
FL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
FL	MA	EDISON LOBÃO		X					
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
loco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
FL	PB	EFRAIM MORAIS		X					
FL	MG	ELISEU RESENDE		X					
loco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X					
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X					
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X					
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
MDB	ES	GERSON CAMATA		X					
MDB	AP	GILVAM BORGES		X					
FL	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X					
FL	MT	JAYME CAMPOS		X					
DT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
DT	BA	JOÃO DURVAL		X					
loco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
loco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
loco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X					
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
MDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
MDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X					
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
loco-PR	ES	MAGNO MALTA		X					
MDB	PI	MÃO SANTA		X					
FL	PE	MARCO MACIEL		X					
SDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
FL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
SDB	PA	MÁRIO COUTO		X					
SDB	MS	MARISA SERRANO		X					
loco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
DT	PR	OSMAR DIAS		X					
SDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
MDB	RJ	PAULO DUQUE		X					
MDB	RS	PEDRO SIMON		X					
FL	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X					
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
FL	SP	ROMEU TUMA		X					
SDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X					
loco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
loco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO		X					
loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X					
SDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
loco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
MDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
MDB	MS	VALTER PEREIRA		X					
MDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, atendendo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há aqui uma anotação de que V. Ex^a vai falar, substituindo o primeiro orador inscrito, Senador Tião Viana.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Sr. Presidente. E retribuindo a gentileza do Senador Tião Viana quanto à cessão do horário para falar como oradora inscrita, o Senador me pediu para fazer a inscrição, por ele, para uma breve comunicação. Então gostaria de deixar indicado o Senador Tião Viana para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A solicitação de V. Ex^a está atendida.

V. Ex^a passa a ser a primeira oradora inscrita para esta sessão. Regimentalmente, V. Ex^a tem direito a 10 minutos. Mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a, em respeito ao mandato de uma mulher Senadora e professora.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Sr. Presidente, peço a palavra para me inscrever também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável: Senador Tião Viana e Senador Augusto Botelho.

Agora, ansiosamente, o País aguarda a palavra da Líder Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

Toda semana tenho feito algumas reflexões no plenário do Senado Federal, principalmente buscando – pelo menos tentando – trazer um pouco da realidade que o País vive neste momento. O Senado da República anda ocupado, Senador Augusto Botelho, com outras paixões. Eu diria que, até com certo grau de dor, esta Casa legislativa acompanha o desenrolar de fatos que envolvem alguns de seus membros. Isso é sempre um processo doloroso. Às vezes nos envolvemos tanto que,

quando folheamos os jornais ou temos contato com a sociedade civil, com os representantes dos diversos segmentos e ouvimos suas manifestações, parece-nos que há dois mundos: este e o outro lá fora; há um outro mundo que está andando, onde as coisas estão acontecendo. É bom os mundos se encontrarem. Devemos fazer com que as coisas se cruzem aqui por conta das responsabilidades que nós temos.

Trago hoje uma reflexão sobre um assunto interessante. Ontem cheguei em casa muito tarde, depois de todas as tratativas e atividades aqui no Senado. Vendo o noticiário, senti certa estranheza, porque foram muito enfáticos ao dizerem: “a surpresa do crescimento industrial”. Estavam com a expectativa de que o setor industrial do Brasil crescesse algo em torno de 0,4% e foram surpreendidos com o crescimento de 1,3%, ou seja, mais de três vezes o crescimento que estavam aguardando em relação ao do último mês, num alento extremamente positivo, porque o crescimento da produção industrial, nessa magnitude, não ocorria desde 2004.

Os próprios jornais divulgam que esse crescimento otimista do setor industrial se deu naqueles segmentos – têxtil e calçadista – que vêm reclamando muito do câmbio.

Esse resultado, divulgado pelo IBGE, mostra que o ótimo desempenho foi alcançado devido aos bens de capital, o que ainda é outra excelente notícia, porque, se os bens de capital estão puxando o aumento do desenvolvimento industrial, significa que os demais setores também estão apostando no crescimento, haja vista que não há aquecimento da indústria de bens de capital se a economia, como um todo, não está acelerada, crescente. Ninguém aposta em comprar máquinas, equipamentos etc. se não há perspectiva de utilizar esses bens para crescer e para desenvolver outros tipos de produtos.

Portanto, para muitos, esses dados apresentados pela pesquisa do IBGE sobre o crescimento industrial – surpreendente para muitos – talvez causem certo constrangimento.

Certos pronunciamentos, certas falas nos meios de comunicação, às vezes dão até a impressão de que são feitos meio a contragosto.

Está crescendo. Mas está crescendo mesmo, e tem de crescer ainda mais, do nosso ponto de vista. E nós, aqui no Congresso Nacional, principalmente no Senado, neste momento difícil que estamos vivenciando, temos de contribuir para o crescimento.

Esta é a terceira sessão de tramitação das nossas medidas provisórias, o que é a regra. É interessante, estão dizendo que o Senado está parado. Mas há uma regra nesta Casa; e qual é ela? Quando uma medida

provisória vem da Câmara e entra no Senado já com o prazo vencido, qual é a regra que se aplica? Fica na pauta durante três sessões deliberativas seguidas para que todos os Senadores dela tomem conhecimento e para que discutam a matéria e negociem com os Partidos quanto a sua aprovação, alteração ou não. Essa é a regra da Casa.

Não houve nenhuma votação no plenário porque foram lidas as medidas provisórias na quinta-feira passada e hoje está completando a terceira sessão deliberativa.

Portanto, os apóstolos do apocalipse podem ter certeza de que, na terça-feira que vem, vencido o prazo, vamos votar as matérias que estão na pauta. As comissões votaram várias matérias esta semana, inclusive uma importantíssima, na terça-feira, na reunião da CAE, que reajusta para os próximos anos, até 2010, o salário mínimo, garantindo a recuperação da inflação do período mais o PIB do ano anterior, uma política efetiva de continuidade de recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Então, esse crescimento com o qual alguns se assustam, que alguns admiram, faz parte da política de crescimento adotada neste País. Talvez alguns não gostem, mas está aí.

Em relação a essa surpresa em face do crescimento industrial, quero aqui ler um trecho de uma das matérias que está no jornal e que considero extremamente relevante, que fala exatamente dos setores que estavam com dificuldades:

As indústrias têxtil, de vestuário e de calçados, que vinham reduzindo produção diante das importações em disparada devido ao câmbio, mostram sinais de reação, segundo os dados do IBGE divulgados no dia de ontem. Máquinas e equipamentos que também reclamam do câmbio surpreenderam com um salto de 5,1%, somente de um mês para o outro, um forte sinalizador de investimentos. O setor têxtil cresceu pelo quinto mês consecutivo. Fabricantes de vestuário tiveram alta de 7,62% entre abril e maio, e o segmento de calçados teve crescimento pelo segundo mês seguido.

Portanto, exatamente esses setores que reclamam permanentemente do câmbio retomaram e estão tendo novamente o crescimento.

E, mais à frente, a própria matéria mostra um dos principais motivos por que isso está acontecendo. E aqui está a própria entidade dos fabricantes de calçados fazendo a seguinte análise:

Fabricantes localizados no Nordeste, com mão-de-obra mais barata e produtos mais populares, podem estar-se beneficiando do aquecimento do consumo interno.

Mais uma vez, Senador João Pedro, é o crescimento da renda; é o crescimento da massa salarial; é o crescimento exatamente do poder de compra da população brasileira, que esteve, durante muito tempo, submetida a situações precárias.

Portanto, quando a própria massa salarial cresce, o número de empregos cresce, como tive a oportunidade de registrar poucos dias passados. Em cinco meses aproximadamente, um milhão de empregos com carteira assinada. Esse é o resultado dos cinco primeiros meses deste ano.

A própria Confederação Nacional da Indústria diz que o aumento do número de postos de trabalho da indústria e também o crescimento dos rendimentos pagos aos trabalhadores são dados indicativos da contribuição do mercado interno na retomada do crescimento do País.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Ideli Salvatti, pedi um aparte somente para reforçar e lembrá-la de que, há 16 meses, a economia está crescendo. Nesses 15 meses, sempre houve crescimento. Ela está sempre em curva ascendente e nos leva a acreditar que o nosso crescimento pode passar de 4,5% este ano, se continuarmos dessa forma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Todas as previsões são de reformulação da previsão do crescimento do PIB, inclusive a do Banco Central, de 4,3% para 4,7%. Portanto, aproximando-se do nosso objetivo, quando o Presidente Lula anunciou o PAC e que nós iríamos crescer em média 5% ao ano.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – E também quando começa a aparecer emprego, as pessoas começam a procurar mais emprego. Devemos somente lembrar que, quando se fala aqui em taxa de desemprego, é de pessoas que procuram empregos. Então, o desemprego vai ter um aumentozinho porque estará todo mundo procurando emprego agora. Algumas pessoas tinham desistido de procurar emprego. E agora voltaram a procurar. Dessa forma, o desemprego vai aparecer nas estatísticas como se estivesse crescendo, mas em virtude disto: surgiu maior oferta de emprego e há mais busca de emprego. É só para lembrar que estamos há 16 meses crescendo ininterrupta e continuamente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Continuamente.

E apesar das reclamações, setores que estavam com profunda dificuldade já estão se reacomodando e voltando a crescer.

E faço questão de lembrar que, apesar de o dólar estar baixo – o que é uma reclamação legítima da valorização da nossa moeda –, as exportações também

superaram todas as expectativas no primeiro semestre, tanto que o próprio Governo já está revisando a meta de R\$152 bilhões de exportações este ano. E a previsão, que era de 10,9%, no primeiro semestre, em termos de exportação, aproximou-se dos 20%: 19,9%. Crescem as exportações, mas também crescem as importações, importações essas que alavancam setores produtivos importantes, que têm, no barateamento do dólar, aproveitado para melhorar o seu parque produtivo.

Trata-se, portanto, do virtuoso da economia fugindo daquele vicioso de inflação astronômica, de risco país astronômico, de fragilidade internacional da nossa economia. Isso tudo foi vencido e, agora, nós passamos a entrar numa outra lógica econômica de crescimento e distribuição de renda.

Para concluir, busco sempre o que está acontecendo de bom no Brasil. É assim, Senador Augusto Botelho, sempre queremos saber como está o nosso canto, o nosso Estado. Então, não adianta também só estar bem na média, no geral, se, no nosso Estado, as coisas também não estiverem acontecendo de forma positiva.

Trago dois dados importantes. Um deles é da nossa Federação das Indústrias, que reclama muito. Santa Catarina reclama muito sempre. Os nossos empresários são muito combativos e insistentes nas reivindicações. Mas, apesar da reclamação, as exportações em Santa Catarina cresceram 21,1%; portanto, acima da média, que já fugiu de toda a expectativa nacional. A expectativa das exportações no Brasil não chegava a 11% e foi a 19,9%, e o meu Estado se aproveitou muito bem do crescimento das exportações, porque superou inclusive a média nacional e chegou a 21,1%.

Para terminar, cito a consequência no cotidiano, na vida das pessoas, na melhoria da qualidade da vida das pessoas.

O Senador João Pedro, há poucos dias, referiu-se ao Plano Safra, da agricultura familiar, que será de R\$12 bilhões para esta próxima safra. Quando o Presidente Lula assumiu, eram R\$2,2 bilhões; portanto, estamos com quase seis vezes o crescimento do crédito ofertado à agricultura familiar no nosso País e o crescimento dos empregos e da economia. Qual é a consequência disso? Estou aqui com o relatório da gerência regional do Instituto Nacional de Seguro Social da Região Sul colocando que a consolidação da agricultura familiar que lá, nos três Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, é muito forte, e a estrutura do mercado favorável à formalização do trabalho, emprego com carteira registrada, garantiu, nestes últimos anos, à Região Sul a maior cobertura...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, eu tinha dado mais três minutos a V. Ex^a; serão treze então.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Concluirei em mais um minuto, para ficar nos treze.

A consolidação da agricultura familiar e a estrutura do mercado favorável ao aumento da oferta de empregos com carteira assinada fazem com que a Região Sul tenha a maior cobertura previdenciária do País. Portanto, as políticas adotadas pelo Presidente Lula, de incentivo e formalização ao emprego e garantia das condições de vida da agricultura familiar, proporcionam mais de 80% de cobertura previdenciária aos trabalhadores do Sul do País. Portanto, trata-se de um resultado concreto. E todo mundo sabe que garantia e cobertura previdenciária são imprescindíveis para uma boa qualidade de vida, porque, se houver um acidente, há o seguro acidente; se houver algum problema que impeça de trabalhar, há a aposentadoria por invalidez. Portanto, a garantia das condições previdenciárias é dada pelo trabalho formalizado, reconhecido e valorizado.

Por isso estou muito feliz de falar do mundo real, do que está acontecendo fora deste cenário azul do Senado, que não anda muito azul atualmente. Mas as coisas estão acontecendo fora daqui e são positivas; então, temos a obrigação de trazê-las para a divulgação e o debate nesta Casa.

Muito obrigada.

Desculpe-me, Senador Mão Santa, por ter passado alguns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou 15 minutos, para lembrar o nosso PMDB – nº 15. E eu lembraria também, na Bíblia, V. Ex^a que tem o nome de...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Dois apóstolos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – João e Pedro. Na Bíblia, em Provérbios, 15, é muito oportuno dizer: “A palavra branda afasta a ira; a palavra dura suscita o furor”.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito.

Nós estamos alternando e, então, chamamos para usar da palavra Augusto Botelho, para uma comunicação inadiável. E anunciamos, para o Pará e o País, como orador seguinte, o Líder do Pará, dos Tucanos, Mário Couto.

Senador, regimentalmente, V. Ex^a teria cinco minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex^a, um extraordinário Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vou usar o tempo regimental, Excelência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia treze do mês passado, o Supremo Tribunal decidiu pela apertada maioria de seis votos a cinco, que o ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg – acusado de usar um jato da Força Aérea Brasileira para uma viagem pessoal, quando ocupante do cargo – não pode ser condenado pela Lei de Improbidade Administrativa. A decisão da Suprema Corte baseou-se no argumento de que ex-Ministros estão sujeitos a processos de crimes de responsabilidade, os quais, por abrangência da tipificação, atrairiam os julgamentos desses dirigentes também nos casos de atos de improbidade.

Essa decisão, Sr. Presidente, implica alguns riscos para o bom funcionamento do nosso Judiciário, eis que outros ex-detentores de cargos públicos – a prevalecer esse entendimento – podem conquistar o direito de ter arquivadas as ações de improbidade pelas quais venham a responder. E existem cerca de dez mil casos como esses nos tribunais brasileiros, conforme relatou o jornal **O Globo** naquela ocasião.

Na interpretação daquele periódico, e também na de juristas diversos, os detentores de cargos públicos terão maior probabilidade de ficar impunes por irregularidades cometidas durante o seu mandato, uma vez que o julgamento, nos casos de improbidade administrativa, é realizado na primeira instância do Judiciário, com maior rapidez, em conseqüência do menor número de ações em tramitação. Além disso, embora haja controvérsias a esse respeito, o dirigente, nos casos de crime de responsabilidade, pode ser julgado pelo Legislativo e, se condenado, ser impedido de ocupar cargos públicos por, no máximo, cinco anos – sem dúvida, uma punição mais branda do que a prevista para os casos de improbidade administrativa.

Com todo o respeito, Sr. Presidente Mão Santa, à tese encampada pelos Ministros Gilmar Mendes e Nelson Jobim, os argumentos dos Ministros vencidos no citado julgamento me parecem mais fundamentados e mais próximos daquilo que a sociedade brasileira entende por verdadeira justiça.

O Ministro Carlos Velloso, por exemplo, considerando a necessidade de se preservar de forma efetiva a observância do princípio da moralidade, entende que os tipos de crimes de responsabilidade não abrangeriam os tipos previstos na lei de improbidade pelos quais o ex-ministro Sardemberg chegou a ser condenado em primeira instância.

Também para o Ministro Joaquim Barbosa os fatos que deram origem à ação de improbidade não se

enquadram nos dispositivos da Lei nº 1.079, de 1950, que disciplinam o processo do crime de responsabilidade. Refutando a tese do crime de responsabilidade, em seu voto, o Ministro foi enfático: “A meu sentir, os fatos em razão dos quais o Ministério Público ajuizou a ação de improbidade contra o ilustre Embaixador e ex-Ministro de Estado não se enquadram na tipificação supracitada. Não se cuida, pois” – continuou –, “de responsabilização política, e por isso mesmo não é aplicável ao caso do art. 102, I, c, da Constituição Federal”.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao comparecer a esta egrégia tribuna, não é meu objetivo pedir a absolvição ou a condenação do ex-Ministro Sardemberg, tarefa que concerne ao Judiciário. O que me move, neste momento, é o anseio de toda a sociedade brasileira de poder contar com uma Justiça mais efetiva e menos complacente, que tende a amenizar as penas e a considerar de natureza política um ato de improbidade administrativa.

É possível que esse entendimento, que prevaleceu no julgamento do ex-Ministro Sardemberg, iniciado em 2002 e por diversas vezes interrompido, venha a ser reformulado em ações posteriores de idêntica natureza, em razão da nova formação da Corte Suprema. Este, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o meu desejo e é, também, acredito, o anseio de toda a sociedade brasileira, que sonha com o fim da ilicitude, da corrupção na máquina administrativa e, sobretudo, de uma impunidade que gera a descrença na democracia e no sistema judiciário.

Gostaria também de registrar aqui que está havendo hoje um encontro da Associação dos Magistrados Brasileiros, num ato chamado “Juízes contra a Corrupção”. Existem vários itens em discussão; entre eles estão: o fim do foro privilegiado; a implantação de uma política judiciária nacional de combate à corrupção; a delegação para desembargadores e juízes instruírem os processos contra detentores de foro privilegiado que tramitam no STF e no STJ; a aprovação dos projetos de lei que tornam prioritários os julgamentos dos crimes contra o patrimônio público,...

(Interrupção do som)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para terminar. ...corrupção e foro privilegiado; e a criação, difusão e estruturação de varas e câmaras especializadas para o julgamento de crimes relacionados à corrupção, ao foro privilegiado e à defesa do patrimônio público, a exemplo do que ocorre no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Essa discussão ocorreu de manhã, no hotel Blue Tree. Estiveram presentes na abertura a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Pedro Simon e vários Deputados Federais. E cruzei, nos corredores desta Casa, com o Senador Jefferson Péres, que se estava dirigindo para lá.

Então, era essa a comunicação que gostaria de fazer.

Muito obrigado. Espero ter cumprido o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Convidamos para usar da palavra o Senador Mário Couto, do PSDB do Estado do Pará, em permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Regimentalmente, V. Ex^a tem direito a 10 minutos, mas o seu tempo é maior do que o Estado do Pará, porque V. Ex^a hoje é do tamanho do Brasil. V. Ex^a pode usar da palavra à vontade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Se o meu tempo for maior que o Estado do Pará, vou passar a tarde toda aqui e mais alguns dias, não é, Senador João Pedro? E aí V. Ex^a não fala. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna na tarde de hoje, Senador João Pedro, é minha preocupação com a segurança novamente. Vou abordar aqui dois assuntos importantes para o Brasil, principalmente para os paraenses, para o meu Estado querido do Pará.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, estive no interior do meu Estado, Senador Valter Pereira, e percorri, no último fim de semana, doze Municípios. É um Estado muito grande, com distâncias enormes de um Município para outro, onde temos que usar todos os tipos de veículos para chegar até às localidades.

Vim de lá muito preocupado, Sr^{as} e Srs. Senadores. Preocupa-me, Sr. Presidente, Senador Mão Santa – tenho muita honra de poder falar nesta tarde, com V. Ex^a na Presidência, tão brilhante Senador da República, que aprendi a admirar, principalmente pelo amor de V. Ex^a à sua terra –, porque os Prefeitos estão passando uma fase muito difícil, Senador. Precisamos reconhecer isso.

Se abordarmos o assunto referente a transporte escolar... Aquele assunto, Senador, sobre o qual já debatemos aqui e que o Senador Líder do Governo, Romero Jucá, ficou de resolver para todos nós. Oxalá o Senador Romero Jucá, que se pronunciou ontem com relação a este assunto, possa, imediatamente, fazer com que essa medida provisória chegue aqui e que possamos votar imediatamente.

Se o FPM (Fundo de Participação dos Municípios), Senador, já é oscilante, mês sobe, mês desce,

deixando os Prefeitos em situação difícil, calcule V. Ex^a quando o Prefeito paga aquilo que ele não tem obrigação de pagar, quando ele transporta alunos da rede estadual, o que não é obrigação do Prefeito, do Município pagar. Só para fazer uma exemplificação, o Prefeito recebe, em média, por ano, R\$40 mil e paga R\$400 mil. Calcule V. Ex^a, Sr. Presidente, um Município pequeno, de 20 mil, 30 mil, 40 mil habitantes – e não há exceção neste País. Não há exceção, neste País, de perda. Se V. Ex^a fizer uma pesquisa, Senador João Pedro, verá que 100% dos Prefeitos passam por essa situação.

Quero deixar mais uma vez registrado nas notas taquigráficas deste Parlamento: Felizmente houve uma consciência, por parte do líder do Governo, em resolver o problema. Ele comprometeu-se com todos nós. Inclusive eu não queria votar na matéria que estava em discussão se não fosse resolvido esse problema. E ele assegurou a cada um de nós, Senadores e Senadoras, que esse problema seria resolvido, tirando essa carga dramática de cima dos Prefeitos Municipais. E ontem tornou a afirmar que a medida provisória estaria chegando neste Parlamento para que pudéssemos votar.

Outro assunto é com referência àquele 1%. Vamos tocar nesse assunto de novo. Ajude-nos a resolver esse assunto, Senador. Nós precisamos resolver esse assunto. O Presidente prometeu aos Prefeitos. O Presidente Lula tem que resolver esse problema porque ele sabe que a situação dos Municípios brasileiros é terrível, é ingrata, e os Prefeitos ainda têm que zelar pela segurança. Se esse 1% sair pode até não resolver, mas já melhora, sensivelmente, a situação dos Prefeitos.

Eu recebi, ontem, Senador Mão Santa, um *e-mail* de um Prefeito da cidade de Goianésia, que eu visitei há poucos dias. Olha o desespero desse Prefeito, Senador Valter. Olhem o desespero desse Prefeito. Olhem a situação desse prefeito, carregando alunos da rede estadual e tendo que pagar. Se ele não for buscar, a situação dele fica complicada. Não vão acusar o Governo Federal nem o Estadual, vão acusar o Prefeito Municipal de negligência e de irresponsabilidade. Olhem o desespero desse prefeito. Vou ler só a metade do *e-mail* para não perder tanto tempo, porque o meu tempo é curto. Goianésia do Pará sofre uma onda de criminalidade que vem assolando o Município há muito tempo, Senador, principalmente a violência contra a mulher.

Olhem os dados, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores: quatro estupros por semana; dez arrombamentos, assaltos, assassinatos, por semana, em média; tráfico de drogas, enfim, é a situação de um Município pobre,

que tem apenas cinco policiais militares e três policiais civis. Esse é apenas um exemplo. Mas isso acontece em quase todos os Municípios brasileiros. São quase 50 mil assassinatos por ano neste País, Senadores. Quase 50 mil assassinatos por ano neste País. No meu Estado do Pará, 2.438 pessoas foram assassinadas a bala. Não estou falando em assalto, não estou falando em roubo, não estou falando nisso, não, estou falando em arma de fogo: 2.438 pessoas em 2005. Guerra civil, Mão Santa.

Estou repetindo isso várias vezes aqui nesta tribuna para que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tome providências. A criminalidade, Presidente, na minha terra, no Estado do Pará, nesses seis meses, aumentou 50%. Foi de 50% o aumento da criminalidade no meu Estado. Limite! Limite! Chegamos ao limite, Mão Santa. Chegamos ao limite.

O Presidente da República lançou o Plano Nacional de Segurança recentemente. Pulei de alegria, meu grande amigo Senador Tião Viana, a quem aprendi a admirar. O Presidente lançou o plano e eu pulei de alegria. Fui ao Pará, soltei foguete, soltei pistola e pensei: agora vai acontecer! Agora o Presidente vai resolver o problema do meu Estado do Pará! Vai diminuir a criminalidade nesse Estado agora!

Depois eu fui ler, bem baixinho, à noite, sentado na minha cama, e vi que era só na cidade de Belém. Aí eu fiz uma reflexão: a criminalidade maior está no interior do Estado. Lá é que estão as pessoas mais carentes. Lá é que estão as pessoas mais necessitadas.

Olhem o dado do IBGE: dos 5.602 Municípios do País, 30 dos mais violentos estão no Pará.

Trinta dos mais violentos estão no Pará: Tucuruí, Marabá, Goianésia, Tailândia, Municípios do sul e sudeste do Pará. Ao descer desta tribuna, Presidente, eu faço um apelo ao Presidente da República: mande combater, sim, como Vossa Excelência está assinando o Plano, está tocando este projeto, mande combater a violência na cidade de Belém. Nós queremos, sim. Na cidade de Belém, morrem por ano 500 pessoas assassinadas a bala, só na capital. Só na capital paraense. Que mande para a capital paraense. Mas não pode deixar de mandar para o interior do Pará, Presidente! Tem que mandar para o interior do Pará. O interior do Pará não pode mais viver nessa situação de insegurança. São 143 Municípios nessa situação dramática.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, pedindo a Sua Excelência o Presidente da República que possa se sensibilizar com o meu Estado. Parabéns pelo Plano lançado, Senador Tião Viana. Parabéns pelo Plano lançado pelo Presidente da República. Agora, tem que ser para o Estado do Pará. Não pode ser para a cidade de Belém só. Tem que ser Belém e os 143 Municípios.

Aí eu quero voltar a essa tribuna e agradecer ao Presidente da República, Senador Mão Santa. Se assim não o fizer, sinceramente, não vou poder agradecer, porque a coisa foi feita simplesmente num pedaço do Pará, e eu não quero só em um pedaço do Pará, eu quero no Pará inteiro, porque o meu Estado não agüenta mais o nível de violência que lá foi implantado.

Ao descer da Tribuna, Senador Jarbas Vasconcelos, lamento por aquelas pessoas que disseram que iam acabar com a criminalidade no Estado do Pará. Ao contrário, Senador Jarbas Vasconcelos. Lamento dizer isso, não queria dizer isso, não desejo mal ao meu Estado, ao contrário, mas lamento dizer a V. Ex^a que a criminalidade no Estado do Pará, nesses seis meses, aumentou 50%. É um nível alarmante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Conclua, nobre Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É um nível incontrolável. É um nível preocupante, por isso estou pedindo ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: olhe pela segurança do meu Estado. Não mande só para Belém. Mande para Belém, mas mande para os 143 Municípios do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, pela Liderança do PMDB.

V. Ex^a, Senador, dispõe de cinco minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Já em 1824, o País tinha a sua primeira Constituição. Mas de nada adiantavam leis se não houvesse quem as executasse. Assim, em 11 de agosto de 1827, D. Pedro criou os dois primeiros cursos de Direito no Brasil: um em São Paulo, outro em Olinda (Pernambuco), para dar cabo à administração da Justiça e do próprio texto constitucional.

De 1827, quando foram criados os dois primeiros cursos, até o ano de 1995 – repito, até 1995 - havia 235 faculdades de Direito no País.

Peço a atenção de V. Ex^{as} para acrescentar aqui um dado de suprema relevância: a Lei nº 8.906, de 1994, criou a figura do Exame de Ordem da OAB, aquela famigerada prova que pretende filtrar quem está e quem

não está apto a exercer a profissão de advogado, mesmo depois de passar cinco anos na faculdade.

O objetivo do Exame de Ordem, na visão da OAB e de seus seguidores, é impedir o crescimento desordenado das faculdades de Direito a fim de garantir a qualidade dos cursos ministrados.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, dei-me o trabalho de investigar o número de cursos de Direito no País após o advento do Exame de Ordem.

Pasmem, mas é verdade!

Até 1995, havia 235 cursos de graduação em Direito no Brasil. De 1995 a 2005, em dez anos de vigência do Exame de Ordem da OAB, esse número pulou para 861. Hoje, em 2007, são 1.017 cursos. Ou seja, em dez anos, um aumento de 366% no número de cursos de Direito no País.

Esse dado põe por terra, definitivamente, a tese de que o Exame de Ordem é um instrumento para breacar a proliferação e aferir a qualidade acadêmica dos cursos de Direito no País.

A moral da história vem ao encontro daquilo que venho me batendo desde que apresentei o PLS nº 186/2006, que acaba com a figura do famigerado Exame de Ordem da OAB: a prova não prova nada, nem impede, como dizem seus defensores, a proliferação desordenada de faculdades de Direito.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Nobre Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Em seguida, eu a concederei a V. Ex^a, desde que a Mesa o permita.

Antes do Exame de Ordem, Sr. Presidente, havia o chamado Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – O tempo é de V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Então, por obrigação e elegância, deverei conceder o aparte ao Senador que ora o pleiteia.

Esse estágio era supervisionado por integrantes da OAB.

Sr. Presidente, meu tempo está acabando. V. Ex^a está me aconselhando mal, a não ser que V. Ex^a me conceda mais cinco minutos.

Era uma matéria ministrada na faculdade durante...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a terá mais dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Entre concluir e dar o aparte, eu prefiro dar o aparte a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu sei que V. Ex^a é muito conciso, objetivo, não é muito prolixo. V. Ex^a sempre pousa com imediata precisão na conclusão dos seus apartes.

Por favor.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Gilvam Borges, só quero deixar muito claro que V. Ex^a labora em grosseiro equívoco, com todos os fundamentos que despende para abordar essa questão do Exame de Ordem. Embora eu tenha profundo respeito e profunda admiração e amizade por V. Ex^a – V. Ex^a sabe da estima que nos une –, não posso me calar diante da fundamentação que V. Ex^a, reiteradas vezes, vem fazendo sobre essa questão do Exame de Ordem. Não vou entrar na polêmica neste momento porque V. Ex^a está falando pela Liderança, e é exíguo o seu prazo. Eu gostaria só de registrar que esse é um debate que nós vamos travar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Valter, compreendo o corporativismo que baliza o aparte de V. Ex^a, mas, se V. Ex^a optar por uma avaliação isenta, há de convir que somente o curso de Direito, nenhum outro curso de qualquer área de conhecimento humano, possui uma vedação e uma imposição que desqualifica e tira o poder do Ministério da Educação e o poder do estudante que passou cinco anos numa cadeira de faculdade. Aí vem a OAB dizer que esse exame é que dá o título, é que credencia o profissional. Isso é um absurdo!

A grossura espraiada na bitola que cerceia o alargamento da compreensão pode trazer V. Ex^a de volta dessa praia extensa que é justamente a avaliação sem isenção. V. Ex^a, que é advogado e deve ser membro da OAB ou, pelo menos, ter relações com a OAB, não poderia agir diferentemente. Compreendo a posição de V. Ex^a, mas esse curso e essas provas da OAB são inconstitucionais.

Como é possível impedir um estudante, depois de passar anos e anos na faculdade e de receber o diploma, dizendo que ele não pode exercer sua profissão? Até os mais leigos dos leigos compreendem por essa ótica. Esse exame não prova nada, não. Vários escândalos estão sendo propagados pelo País com esses cursinhos que surgem, transformando-se em verdadeira ciranda de interesses econômicos que impõem a milhares de estudantes esse impedimento de exercer a profissão.

Há apenas uma prova, Sr. Presidente, que é a prova da competência. Há apenas uma prova após se receber o diploma, em qualquer atividade ou profissão: o mercado. Não há uma profissão, Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, mais fiscalizada do que a profissão de advogado. Começa com as partes, começa com o cliente, começa com o juiz, começa com o promotor, e o mercado é que faz a seleção. Por esse motivo...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campainha.) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concluo, Sr. Presidente.

A OAB não tem esse poder que diz que tem. Nós vamos derrubar essa prova, porque ela é inconstitucional. Ou essa prova é derrubada, ou todas as categorias, dos formandos de Ciências Biológicas, de Ciências Exatas, de todas as profissões, vão ser regulamentadas por um sindicato ou por uma ordem. Isso é um absurdo!

Tenho todo o respeito pela OAB, que tem sua importância, Sr. Presidente. Sua importância está na fiscalização, junto com o MEC, e não em dizer quem deve ou quem não deve exercer a profissão. Só quem deve exercer a profissão são aqueles que são credenciados pela universidade, que se aperfeiçoam. Ninguém mais pode fazer isso. Que história é essa? É um absurdo!

E, para a prova da OAB, há uma máfia que se estende por todo o País, com cursinhos por todos os cantos. Isso é um absurdo! Nós precisamos corrigir isso! Temos de acabar com a visão, Senador Valter, com todo o respeito, a solidariedade e o amor que existe entre nós dois... Falo do amor fraterno, não do amor que V. Ex^a está imaginando.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu vou parar com isso, porque, quando falamos em amor, já somos cerceados.

Encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Gilvam Borges, e concedo a palavra...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB.) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não quero atrapalhar essa demonstração de carinho explícito. Até saí do meio da linha de tiro. Também não quero atrapalhar o debate jurídico.

Quero apenas, Sr. Presidente, fazer o registro de que, hoje, pela manhã, às dez horas, aconteceu um evento extremamente importante da Associação dos Magistrados do Brasil a que alguns Senadores

estiveram presentes: o Senador Augusto Botelho, o Senador Pedro Simon e eu.

O ato “Juizes contra a corrupção” tem uma série de questionamentos e proposições a apresentar ao Congresso Nacional. Quero, inclusive, deixar para registro na sessão quais as questões levantadas.

Eu também gostaria de comunicar à Casa que, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, atendendo ao nosso apelo, o Senador Valter Pereira colocou em votação um requerimento, que aprovamos, para a constituição de um grupo de trabalho, a exemplo do que já aconteceu com a questão da segurança pública, para que, em 30 dias, possamos examinar e agilizar a tramitação de projetos que tratam da agilização no trâmite do processo penal. Já há seis projetos lá nesse sentido. Até porque há um clamor – essa é uma das questões que a própria Associação dos Magistrados do Brasil levanta – quanto à questão de projetos de lei que tornem prioritários os julgamentos dos crimes contra o patrimônio público, corrupção e foro privilegiado. Ou seja, que possamos ter uma agilidade processual para que a demora na prestação jurisdicional não acabe sendo um sinônimo de impunidade.

Usamos como exemplo para a aprovação, por unanimidade, do requerimento de formação do grupo de trabalho o fato de que, das operações da Polícia Federal, de 2003 para cá, mais de seis mil pessoas foram presas, com ordem judicial para instruir os processos, das quais apenas 19 estão condenadas. Ou seja, o transitado em julgado é muito lento. Então, dos mais de seis mil presos, apenas 19 estão com o processo judicial concluído e condenados.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer esses dois registros, agradecendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, por unanimidade, aprovou o nosso requerimento para a constituição do grupo de trabalho, esperando que esse grupo tenha o mesmo sucesso e o mesmo rendimento que o grupo da segurança pública teve no trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento, nobre Senadora Ideli.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nobre Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Senador Efraim Morais, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao ouvir agora a Senadora Ideli Salvatti relatar esse encontro nacional dos magistrados, vale a pena fazer o registro que acabei de ouvir na rádio CBN, já

sintetizando tal encontro dos magistrados: é a informação de que, de 1980 para cá, o Supremo Tribunal Federal, envolvido em 116 processos penais, julgou apenas seis; e o Superior Tribunal de Justiça do nosso País, em 460 processos penais, julgou apenas 16.

Então, isso demonstra a dificuldade que tem a sociedade brasileira de alcançar a justiça. Não estou aqui culpando, querendo transformar em responsáveis, em culpados, membro algum do Supremo Tribunal Federal, nem do Superior Tribunal de Justiça.

Mas que há uma distância entre aquilo que é proclamado e aquilo que é sagrado pela Constituição brasileira, que é o acesso e o direito à Justiça, com a realidade é um fato inquestionável.

Então, espero que esse encontro da magistratura brasileira, aqui, possa, de fato, contribuir para dar mais condições ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, para que a sociedade possa ter, sim, uma resposta eficiente do aparelho de Estado, porque ela precisa de justiça. A sociedade brasileira vive uma fase de intensa sede de justiça.

Mas o que me traz é um breve comentário sobre o tema que vive a Câmara dos Deputados hoje, que é o da reforma política, que nos incomoda e inquieta muito. Todos somos sabedores da falência em que estamos mergulhados com o atual modelo eleitoral brasileiro, com um processo de representatividade, no Brasil, da forma como está sendo conduzida a escolha em razão dos escândalos, das crises, das dificuldades em que vivemos. E a Câmara dos Deputados tem como consequência, agora, a análise, como responsabilidade, daquilo que o Senado Federal debateu muito no ano de 1994, aquilo que veio evoluindo, em 2004, 2005, 2006, e foi enviado para lá, que é todo um debate sobre a reforma política.

Aqui, no Senado Federal, já aprovamos o financiamento público, a cláusula de desempenho e outros itens fundamentais da reforma política. E como está a Câmara dos Deputados hoje? Envolvida no enorme desafio de votar o financiamento público de campanha, o sistema de lista fechada ou o sistema de lista flexível, o sistema de cláusula de desempenho, a fidelidade partidária e as coligações proporcionais.

Sr. Presidente, o que se vê é uma enorme dificuldade para votar esses itens que são fundamentais para que se tenha um horizonte tranquilizador, pacificador, que dê a devida tranquilidade à sociedade brasileira em sua relação de representatividade política, da vida pública nacional e da representação dentro de uma instituição como o Senado Federal. E o que podemos observar, acompanhando o esforço do Presidente Arlindo Chinaglia e de alguns Líderes partidários na Câmara, é que será muito difícil a aprovação da reforma

política. Basicamente, já temos sepultada a votação do financiamento público. Pode ser que consigamos, ainda, a votação do chamado financiamento público para os cargos majoritários, ficando Vereadores e Deputados ainda para o sistema de financiamento privado – já seria um grande passo. Mas, parece, não houve acordo no dia de ontem e não tivemos a votação.

A cláusula de desempenho, sempre que se fala nela, é como se batesse na parede e caísse dentro da Câmara dos Deputados. Quando vamos para o debate sobre fidelidade partidária, temos alguma esperança; quando vamos para o fim das coligações proporcionais, temos alguma esperança, mas não temos a conclusão daquela matéria, não temos o avanço do processo de reforma política que deva ser bem estabelecido pelo Parlamento brasileiro. O Senado se diz pronto para debater, para enfrentar o tema. Haveria poucas diferenças entre esses itens apresentados. Mas, infelizmente, a discussão partidária, os interesses eminentes para a próxima eleição têm empurrado para um risco – podemos até não dizer que seja um risco –, mas uma alternativa que não seria ideal: a da criação de uma mini Constituinte, na eleição de 2008, que pudesse levar a política brasileira a eleger uma Assembléia, para que pudesse constituir o seu posicionamento definitivo sobre a ordem política brasileira em termos de representação partidária e de processo eleitoral. Esse é o debate, o desafio que temos à frente.

Sr. Presidente, eu ficaria muito satisfeito, e sei que o povo brasileiro também, se a Câmara conseguisse votar pelo menos o financiamento público para os cargos majoritários, excetuando para Vereador e Deputado, a fidelidade partidária e o fim das coligações proporcionais, mantendo a cláusula de desempenho. Já seria um componente fundamental de credibilidade e de retomada de um diálogo direto e promissor com a sociedade brasileira.

Espero apenas que possamos ter a supressão do imediatismo, do olhar para o próprio umbigo na próxima eleição e que asseguremos à sociedade brasileira a responsabilidade pela condução de uma reforma política que não é para o Parlamentar, mas para o cidadão que nos elege e para a sociedade que espera ter uma boa imagem do Parlamento brasileiro e das instituições.

Temos ainda uma ferida aberta da Comissão de Orçamento e a possibilidade de aumentar fortemente a pena para os crimes eleitorais, o que seria um componente fundamental para a democracia brasileira e para a imagem do Parlamento neste momento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quis Deus que V. Ex^a, que tem muita sabedoria e sensibilidade, estivesse presidindo.

Tenho um texto em mãos, e o lerei para que o Brasil reflita, que é um patrimônio da história. Senado Federal. Eis a pasta do Senador Joaquim Roriz.

Atentai bem, Efraim Moraes, para uma reflexão do País no momento. Pegou-se o telefonema de uma transação, R\$2.2 milhões: “Não, estou aperreado, eu dou é mais”. Isso seria para nós. Aquele homem, o Nenê, é um príncipe, é um rei. Imagine, Efraim Moraes, V. Ex^a voa na Gol, aquele avião, qual é o valor daquele avião? Brasileiros e brasileiras, reflitam!

E quis Deus que eu esteja aqui, com Montesquieu. Aprendam! *O Espírito das Leis*. Ele, que fez a divisão do poder, a tripartição. Aí, ele viu que era confuso e levou vinte anos escrevendo *O Espírito das Leis*. Então, um telefonema entre dois amigos ricos. E este País só será rico se tiver homens ricos. O meu avô foi o homem mais rico do Estado do Piauí, tinha dois navios. Eu não amaldiço, não. Eu sou como Calvino. Desprezo aquele ensinamento que diz: “É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”. É com a riqueza que a gente compra a Bíblia, que faz o bem, que faz os hospitais. Não sou!

Então, Sibá, é a mesma coisa que V. Ex^a, lá do meu Piauí, que representa a virtude, chegasse e dissesse: “Mão Santa, tive um problema ali, me arruma R\$300,00”. Aí, dou para ele um cheque de R\$5.000,00. Fique tranqüilo. Essa transação desses dois homens ricos. Você que voou na Gol.

Efraim de Moraes, V. Ex^a, que sabe tudo, e o Cícero, porque são engenheiros: quanto é um avião daquele da Gol? Quantos milhões? Só um avião!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Para concluir a questão de ordem, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Então aquela transação entre dois homens, amigos de décadas...

O Heráclito entende de avião. Quanto é um avião, daqueles grandes, da Gol?

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Pago pelo Governo ou pela iniciativa privada?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela iniciativa privada. A transação é entre dois empregados privados. Não há dinheiro público.

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Precisava entender primeiro o raciocínio de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atenção para este minuto de verdade. Eram dois homens ricos. Seriam R\$5 mil entre mim e o Sibá. Seria somente a palavra; quando pudesse, um devolveria ao outro. E ali foi.

Quero permissão de V. Ex^a para, neste instante, falar da emoção, da tristeza ao ler a renúncia ontem. Mas eu queria fazê-lo e vou guardar para o meu Piauí, para os meus filhos, para a Paraíba, para o Nordeste do Brasil, o discurso do *Senador dos pobres*, Joaquim Roriz.

“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou emocionado, confesso. É uma emoção indescritível estar nesta tribuna, falando em nome do Distrito Federal e poder saudar a visita do santo Papa ao Brasil, Sua Santidade o Papa Bento XVI.

Não poderia deixar de estar aqui, como cristão e homem de fé, e me associar em oração ao povo brasileiro pela acolhida e boas-vindas ao Santo Padre, visita essa que representa um momento de fé, união e congratulação de todo o povo brasileiro. Que a benção do Santo Padre mostre o caminho da diminuição das desigualdades sociais em nosso País.

Congratulo-me com os bispos do Brasil em agradecimento ao Santo Padre pela escolha do nosso País como sede da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.

A canonização de Frei Antônio de Santana Galvão será uma grande benção para este povo, que é regido pela fé, união e esperança. Seja bem-vindo Santo Padre. Nós o recebemos com muito amor. Abençoe o nosso País. Muito obrigado.”

Palavras do Senador Joaquim Roriz, que saiu daqui humilhado como Juscelino Kubitschek e é exaltado pelo povo e pela história.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abençoado pelo Senador Mão Santa, nas palavras do Senador Roriz, invoco o art. 14 para responder ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex^a me perguntou o custo de um avião da Gol. A Gol tem três tipos de aeronaves, todas da linha Boeing: 737-300, 737-700, 737-800.

Os preços são distintos. Mas eu não gostaria de responder a V. Ex^a por um motivo muito simples: para preservar esta empresa que é um patrimônio nacional, a Gol.

A Gol é uma companhia de capital aberto, com ações na Bolsa de Nova Iorque. Em nenhum momento uma transação poderá envolver o patrimônio da Gol. Daí por que, para esclarecer a V. Ex^a, as ações do empresário Nenê Constantino, que é pai dos diretores da Gol, como pecuarista, são isoladas das ações da companhia aérea Gol. Não podemos, de maneira nenhuma, trazer esse assunto para cá sob pena de comprometer, de maneira decisiva, o já caótico setor aéreo brasileiro. Portanto, tenho impressão de que o Sr. Nenê, ao delegar aos filhos a direção da companhia aérea, exime-se de qualquer envolvimento da empresa nessa questão.

Quero até reconhecer que a Gol existe hoje em função do trabalho e da luta desse homem que saiu do interior das Minas Gerais como caminhoneiro e conseguiu fazer um patrimônio e educar os filhos para que construíssem uma empresa que hoje é orgulho brasileiro, no caso, a Gol.

De forma que acho que o preço de um avião que a companhia adquire, geralmente ou quase sempre, financiado no mercado internacional com o apoio e o respaldo de bancos externos ou internos, não vem ao caso na questão em si.

Já estamos voando com esses bois que se espalham por aí pelo Brasil. Vamos deixar pelo menos aviões de carreira voarem em paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira, por cessão do Senador César Borges.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade espera que todo homem público se conduza com zelo, probidade e eficiência. É verdade que hoje uma imensa desolação contamina a maioria da população brasileira. Contribui para essa descrença a escassez daquelas virtudes e a disseminação de escândalo de corrupção nas várias esferas do Poder.

Assim, cada deslize de um parlamentar se transforma em formidável fonte de frustrações e desencantos. Não é de hoje que o Congresso Nacional vem sendo maltratado por pecados dos seus integrantes e pela incapacidade da instituição de exorcizá-los. Não bastasse o castigo dos seus próprios erros, não é raro o Congresso ser penitenciado pelas mazelas cometidas por integrantes de outros Poderes.

Quando o Executivo falha na prestação de serviços básicos ou em desvios éticos, o Legislativo também paga por isso, e apanha tanto quanto o Governo. Muitas vezes apanha mais; apanha da imprensa e da sociedade.

Pesquisa da Universidade de São Paulo mostra que 76% das pessoas não confiam mais no Congresso. A avaliação da USP foi publicada neste último domingo, 1º de julho, na coluna do jornalista Fernando Barros de Mello. O lado bom do estudo da USP, Sr. Presidente, é que esse descrédito ainda não está contaminando o conceito da própria democracia. Por enquanto, a preferência pela democracia continua se impondo, apesar da relação umbilical entre o regime representativo e o Poder Legislativo. De sorte que 68,1% das pessoas consultadas manifestaram que preferem viver na democracia.

São números eloqüentes, Sr. Presidente, a mostrar que o regime democrático se mantém imunizado contra o vírus do autoritarismo. E é bom que dele saibam alguns arautos, arautos da ditadura que de vez em quando saem pregando que o regime de força é a panacéia para a moralização. O articulista alertou que a cada nova crise envolvendo parlamentares, juízes e políticos, a confiança dos brasileiros no funcionamento da democracia é abalada.

Embora os números ainda não mostrem fraturas do prestígio do regime representativo, a corrupção é sempre corrosiva à democracia.

A pesquisa, inédita, patrocinada pela Fapesp e coordenada pelo cientista político José Álvaro Moisés, vem em momento que exige grande reflexão. Uma das informações que merece maiores cuidados diz respeito à credibilidade dos partidos políticos. Para 81% dos pesquisados nossas agremiações não merecem confiança dos eleitores.

Acontece, Sr. Presidente, que o Congresso e os partidos políticos constituem os principais alicerces da democracia. Ora, se a base do regime está fragilizada, não podemos nos perder em hesitações e elucubrações, esperando que ela seja minada aos poucos e seguidamente.

A crise que se instalou com as denúncias contra dois Senadores tem se revelado um forte insumo para a escalada de descrédito desta Casa. A restauração do conceito da instituição depende de como será o desfecho de toda essa crise.

A decisão da Mesa de devolver o processo que envolve o Presidente da Casa ao Conselho de Ética para que esse órgão promova as medidas que faltam para concluir as investigações foi acertada. Qualquer

mudança no curso dos trabalhos daquele Colegiado acarretaria, fatalmente, mais suspeitas e mais desgastes ao conceito do Senado Federal. A iniciativa do Presidente Renan Calheiros de abster-se da decisão também foi correta, porque do contrário ele quebraria a imparcialidade, que é fundamental para dar legitimidade a todo esse processo. Com o processo saneado e a designação de uma relatoria, o que se espera é que se faça um trabalho sério e um trabalho sem morosidade. Pessoalmente, entendo que a designação de três Relatores é mais um complicador. É mais um complicador entre tantos que se acumularam desde o ajuizamento da representação. Todavia, é preciso acreditar que Parlamentares do porte de Marisa Serrano, Almeida Lima e Renato Casagrande estejam devidamente conscientes da grave missão que lhes fora reservada. A sociedade espera uma decisão justa. Justa e corajosa. E para isso é preciso livrar-se do corporativismo, que acumplicia, e do sensacionalismo, que a muitos seduz. Se os Relatores agirem com discernimento e o Conselho de Ética se comportar com isenção e legalidade, a normalidade em breve será restaurada.

A renúncia do Senador Joaquim Roriz, independentemente de analisar os fundamentos dos quais se ancorou, contribuiu para reduzir as tensões que vêm perturbando a tranquilidade desta Casa.

O Conselho de Ética poderá consolidar a normalização que se busca para esta Casa. Afinal não é lícito a instituição pagar tão caro pelas contradições que adiam a solução do problema. O Senado Federal ao encarnar uma das pilasstras da democracia não pode ser penalizado em razão de virtuais mazelas de seus dirigentes.

Sr. Presidente, além de abordar esta questão que a todos ainda aflige, porque parece uma novela sem fim, eu gostaria de fazer aqui, no ocaso do meu pronunciamento, uma denúncia, uma denúncia da maior gravidade. Sempre sustentei em todos os momentos, em todas as instâncias que esses casos de corrupção devem ser investigados, sim, devem ser apurados com rigor, mas tem que ser observado sempre, rigorosamente, o devido processo legal.

Recentemente, precisamente hoje, Sr. Presidente, tomei conhecimento de que uma juíza de Direito do Município de Cassilândia, a Dr^a Jeane de Souza Barboza Ximenes, que está apurando denúncias formuladas pelo Ministério Público, que está dando impulso à representação proposta pelo Ministério Público daquela cidade, depois de afastar prefeito, vice-prefeito

e vereadores, resolveu – pasmem! – simplesmente intervir no Município e designar outro juiz de Direito para assumir a Prefeitura, sem nenhuma previsão legal, sem nenhum amparo na Constituição e na lei. S. Ex^a simplesmente suprimiu a Câmara de Vereadores, violou completamente o devido processo legal, transgrediu todas as normas jurídicas vigentes, para designar um juiz do mesmo grau de jurisdição para assumir o comando da Prefeitura daquele Município.

Trata-se de fato muito grave a mostrar que há neste País, hoje, sim, um açodamento; há neste País, sim, hoje, uma busca pelo sensacionalismo. E essa busca pelo sensacionalismo está ocorrendo em todas as instâncias; está começando no pequeno Município de Cassilândia e alcançando todos os rincões deste País. É preciso fazer uma grande reflexão sobre isso. Não quero aqui, ao fazer essa crítica à conduta da juíza, dizer que as investigações contra o prefeito, contra o vice-prefeito e contra os vereadores não devam prosseguir. Sim, elas devem prosseguir, devem ser rigorosas, deve-se punir os responsáveis, mas, sair da legalidade e enveredar, pelo autoritarismo, isso não podemos aceitar em hipótese alguma. Para isso, existe uma Câmara Municipal, para isso há vereadores, e para isso existe uma ordem de sucessão que está prevista na lei. E isso tem que ser observado, tem que ser cumprido. Não vou me aprofundar na avaliação do que aconteceu no Município de Cassilândia. Eu gostaria, apenas, ao encerrar o meu pronunciamento, de conclamar todos os Srs. Senadores para repensar toda essa conjuntura, essa conjuntura de sensacionalismo, essa conjuntura que leva o País para o caminho da ilegalidade, sob os aplausos da própria população. Vamos punir os corruptos, mas vamos puni-los dentro da Lei.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, para uma comunicação inadiável.

Nobre Senador, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Mão Santa, por cessão do Senador Magno Malta; posteriormente, falará o Senador Fernando Collor, pela Liderança do PTB.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita tristeza que registro o falecimento, no dia de ontem, de um

grande cidadão, um pai exemplar, um militante político, fundador do Partido dos Trabalhadores no Amazonas nos anos 80, do nosso companheiro Francisco do Nascimento Nogueira.

Conhecido como Nogueira, era homem de uma convicção intrépida em defesa da democracia, da agroecologia, era morador do km 52 da BR-319. Estava se deslocando, Senador Sibá, no dia de ontem, numa viatura oficial do Incra, quando o carro, nos buracos da BR-319, perdeu a direção... e perdemos este grande dirigente sindical, o seu Nogueira, como era conhecido por nós, do PT. Dez mil filiados do PT no Amazonas estão de luto pela perda inesquecível desse cidadão, desse pai de 11 filhos, sendo um deles Vice-Prefeito do Município de Careiro Castanho, Hermenegildo Nascimento Nogueira. Ele perdeu a vida no dia de ontem, quando estava justamente se deslocando para conversar com um grupo de trabalhadores rurais que ia de Rondônia para o Amazonas. O sepultamento foi no final da manhã de hoje.

Meu coração está lá, com a dor dos seus familiares, dos seus filhos, dos militantes do PT, dos dirigentes do movimento sindical. Ele foi dirigente da Fetagri, Presidente do Sindicato Rural do Município de Careiro Castanho e Vereador do Município, um homem de um padrão ético louvável.

Em nome dos militantes do PT, quero prestar a nossa solidariedade à família, aos seus amigos e ao povo de Careiro Castanho, uma das cidades à margem da BR-319, que estão de luto por essa perda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de outro assunto. Como o tempo é curto, pois disponho apenas de cinco minutos, vou pedir que seja inserido nos Anais do Senado da República o editorial de hoje do *Jornal do Brasil* intitulado *PAC no Rio, Resgate do sonho carioca*.

Não lerei todo o editorial, mas solicito que seja considerada feita a leitura do editorial, Sr. Presidente.

O parágrafo importante é:

O carioca já tem uma luz no fim do túnel. O governo estadual ganhou o respeito da população e os brasileiros esperam que o Rio de Janeiro saia vitorioso do desafio que resolveu enfrentar [os seus problemas no que diz respeito ao combate ao narcotráfico]. Parece ser torcida para o Pan, mas é algo mais importante: o combate ao crime. O pacote [eu diria um pacote] de R\$3,23 bilhões para obras em saneamento e urbanização na cidade e no Estado dá largada ao mais ambicioso projeto de recuperação urbana no país,

planejado para superar o abandono de grandes áreas sob controle de traficantes.

Não se trata mais de apenas mandar a polícia subir o morro e combater o traficante bala a bala. A megaoperação policial no Complexo do Alemão teve o mérito de mostrar o Estado presente, ao menos com aparato repressivo. Provocou também o efeito colateral de convocar a opinião pública para a guerra por um futuro melhor.

Sr. Presidente, o último parágrafo do editorial – e quero elogiar o editorial do *Jornal do Brasil* de hoje:

O Rio de Janeiro pode voltar a traduzir os melhores sonhos de todos os brasileiros, que torcem para que consigamos saber aproveitar a oportunidade histórica e recheiar o *slogan* poético de “Cidade Maravilhosa” com a concretude de creches, escolas, unidades de saúde, postos de bombeiro e delegacias policiais.

Esse é o editorial de hoje do *Jornal do Brasil*.

Quero terminar, registrando, porque é competência dos governos estaduais tratar da segurança, a sensibilidade do Governo Lula em trabalhar com os Estados, em fornecer, em atender pleitos justos, no sentido de melhorarmos a vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, penso que o Brasil vive, e quero registrar com toda convicção, um grande momento. A nossa Líder Ideli registrou, na tarde de hoje, o momento da economia nacional, os números crescentes da economia nacional, de setores fundamentais da nossa economia, como o de calçados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campanha.) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – E esses números, esse registro importante da nossa economia, não estão dissociados da importância de revertermos situações sociais que, ao longo desses anos, principalmente, o Rio de Janeiro padece.

Penso que, na hora em que o Brasil está aplaudindo esse evento internacional do Pan, a atitude do Governo do Presidente Lula, em consonância com o Governo Estadual, o Governo do PMDB no Estado do Rio de Janeiro, merece esse registro, o aplauso, o reconhecimento do povo brasileiro e desta Casa.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Opinião

A10

JORNAL DO BRASIL

QUINTA-FEIRA
5 DE JULHO DE 2007
opinlao@jb.com.br

Editorial

PAC NO RIO

Resgate do sonho carioca

O CARIOCA JÁ TEM UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL. O governo estadual ganhou o respeito da população e os brasileiros esperam que o Rio de Janeiro saia vitorioso do desafio que resolveu enfrentar. Parece ser torcida para o Pan, mas é algo mais importante: o combate ao crime. O pacote de R\$ 3,23 bilhões para obras de saneamento e urbanização na cidade e no Estado dá largada ao mais ambicioso projeto de recuperação urbana no país, planejado para superar o abandono de grandes áreas sob controle de traficantes.

Não se trata mais de apenas mandar a polícia subir o morro

De visões estreitas de governantes o Rio de Janeiro está farto. Na raiz de um abandono sofrido pelo menos há 36 anos, esteve inicialmente um ingênuo saudosismo dos tempos de Capital Federal, quando o presidente da República estava próximo do prefeito e do governador e cuidava de liberar fundos especiais para a administração local. Nessa época, perderam-se tempo e energia na articulação de expedientes para que o Rio recuperasse o antigo brilho que não perdeu para Brasília, apenas se esvaiu como bruma.

Contra esse imobilismo, o carioca reagiu como pôde e foi às urnas levando ao governo

e combater o traficante bala a bala. A megaoperação policial no Complexo do Alemão teve o mérito de mostrar o Estado presente, ao menos com o aparato repressivo. Provocou também o efeito colateral de convocar a opinião pública para a guerra por um futuro melhor. Porém, engana-se quem queira fazer do combate ao tráfico uma guerra santa, onde os cruzados policiais podem trucidar os infiéis combatentes e os moradores reféns. Assim, os pedidos de investigação sobre as mortes ocorridas na repressão aos criminosos são previsíveis e devem ser cumpridos normalmente, mesmo desagradando os defensores da pena de morte para todos os outros que não eles próprios.

De resto, há equívocos essenciais até na consideração do presidente da República segundo a qual o Estado vai “competir” com o crime organizado, levando “benefícios” para os moradores de áreas conflagradas. Embora as metáforas presidenciais geralmente sejam compreensíveis, neste caso reforçam uma visão estreita que já custou caro aos cariocas. Primeiramente, não se compete com o crime organizado ou desorganizado, se prende e se processa o criminoso. Mais importante ainda é que as obras anunciadas não são benefícios, com a carga paternalista que a palavra carrega. São direitos constitucionais que só agora se pretende garantir aos cidadãos de algumas áreas da cidade.

do Estado quem parecia ter novas idéias – mesmo quando tentaram conspirar nas apurações. Infelizmente, as novas idéias no poder eram velhas, inclusive uma condescendente visão de que “dar vez ao morro”, como pedia o samba,

As obras previstas não são benefícios, mas direitos do cidadão e deveres do Estado

significava deixar rolar impune o controle territorial pelo crime. De novo, o carioca reagiu pelo voto, mas os governos subseqüentes frustraram outra vez as expectativas dos eleitores, pois não conseguiram nem reeditar as iniciativas de Carlos Lacerda – que, em 1960, enfrentou o desafio de reurbanizar áreas degradadas para incluí-las na melhor paisagem social da cidade.

Mais recentemente, houve até dirigente estadual que aparentemente considerou tudo perdido e passou a investir em outras regiões do Estado, de olho no próprio futuro eleitoral.

O Rio de Janeiro pode voltar a traduzir os melhores sonhos de todos os brasileiros, que torcem para que consigamos saber aproveitar a oportunidade histórica e recheiar o slogan poético de “Cidade Maravilhosa” com a concretude de creches, escolas, unidades de saúde, postos de bombeiro e delegacias policiais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, apenas lembrando que a Prefeitura do Rio é comandada pelos Democratas, que o Prefeito César Maia tem sido uma das grandes forças em defesa da realização do Pan. Só para lembrar a V. Ex^a, também, que esse evento conta com a participação do Poder Municipal; que é Democrata o ex-Governador daquele Estado. Então que V. Ex^a também registre a participação dos Municipalistas.

O Senador Mão Santa tem a palavra, e dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores presentes nesta Casa, brasileiros e brasileiras aqui presentes que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Presidente Efraim, temos que fazer uma reflexão. Para onde vamos levamos a nossa formação profissional. Sou, Cícero Lucena, médico cirurgião. Há algo de errado no Senado da República. Presidente Collor, jamais eu aceitaria ser Presidente da Comissão de Ética do Senado porque, lendo e aprendendo, meditei em um pensamento de Napoleão Bonaparte.

Dizia ele, Presidente Collor: “A maior desgraça é exercer um cargo para o qual não se está preparado”. Senador, nós vamos levando porque estamos na mídia, aqui estudamos e aprendemos. O povo do Piauí reconheceu e nos mandou.

Mas, ali, na Comissão de Ética, eu fui o primeiro a advertir o extraordinário e virtuoso homem do Piauí, o Sibá. Eu cheguei ao Sibá e disse: “Irmão” – porque ele é do Piauí, de União, dos vaqueiros; nós somos orgulhosos –, “você é uma vítima, Sibá”. Como, Efraim, de chofre, o Senador se transforma em juiz? Como? Como? Eu sou muito temente a Deus. Eu não sei se o Luiz Inácio é temente a Deus, mas eu sou. “Não julgueis para não serdes julgados”. Bem, Sibá, juiz. Com todo o respeito, eu não queria.

Eu tenho esse princípio, Presidente Collor. Uma vez, na eleição para Deputado Federal, eu fiquei como primeiro suplente. Aí não há aquele negócio de acomodar? O governador chamou-me e disse: “Vou dar a Emater para você, Mão Santa”. Eu era primeiro suplente de Deputado Federal. E eu pulei acolá, porque lembrei de Napoleão Bonaparte, não é? Aí um Deputado amigo disse: “Rapaz, lá há carros e até um avião. A Emater é boa, tem tudo”. Eu disse: É, mas eu nem conheço um pé de feijão.

Então, aquilo é a maior desgraça. Napoleão Bonaparte foi uma vida. Ele foi o primeiro que fez o Código Civil. Não me refiro ao lado militar dele, mas ao de estadista.

A maior desgraça é exercer um cargo para o qual não se está preparado. Sou do PMDB, mas nunca fui convidado nesse PMDB, o meu é o outro.

Em 1972, antes de Ulysses, eu enfrentava a ditadura. Com Elias Ximenes do Prado, nós conquistávamos a prefeitura da maior cidade do Piauí, cidade independente, Collor, que votou em V. Ex^a. E quero dizer-lhe que governei com V. Ex^a. Sarney foi generoso, com o Programa do Leite; V. Ex^a foi correto. Ulysses, que beijou a Constituição, disse: “Desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira brasileira”. Está lá o dinheirão. Deveriam ser 53% só do Presidente – o Collor só ficava com 53% –, 22,5% para os prefeitos – e eu era um deles –, 22,5% para os governadores e 2% para os fundos constitucionais. Pode somar que dá 100%. Agora, no Governo do Presidente Luiz Inácio, já vai para mais de 60%, e os prefeitos minguando. Fomos bons prefeitos porque V. Ex^a repassou, e nós atendemos. Mas o Governo, que está voando aí no Aerolula, está voando nas pesquisas. Atentai bem, Luiz Inácio! Não acredito em governo que ganhe também na violência. Nunca antes, na história deste País, teve tanta violência!

Sobre saúde eu posso falar, essa é a minha praia; juiz, não, eu não seria. Mas esse negócio de saúde é comigo. Precisa o Ministro Temporão andar muitos quilômetros e ler muitos livros para entender isto: nunca estive tão ruim a saúde neste País. Nunca! E a dengue? Oswaldo Cruz ganhou do mosquitinho. Era a febre amarela. Gente, tinha desaparecido! Na Colômbia, acabaram; em Cuba, não tem mais. Aqui está matando todo mundo!

Há aqui dois artigos. Um é da Revista Médico: “Senador Mão Santa reconhece que os médicos ganham mal”. Eu só ia citar o seguinte, uma reflexão: Ô Luiz Inácio! Eu acho que ele não é temente a Deus, não. Dom Quixote deu a Ilha Baratária a Sancho Pança porque achou que ele era temente a Deus. E outras coisas eu aprendi... Mas, olha aqui o que está no jornal da classe médica: “Senador Mão Santa reconhece que os médicos ganham mal”. Está aqui: Revista Médico! Olha o que eles pinçaram no discurso:

Aqui estamos diante do fato de que o teto dos homens da Justiça é de R\$18 mil – é bom, é muito bom. Eles merecem porque estudaram; e os médicos muito mais, porque cuidam de vidas. O Senador Mão Santa disse [eles anotam; o que digo é ouvido] que em 1994 um médico recebia um salário de R\$755,00, e um promotor público, R\$1,3 mil. Hoje, a realidade é bem diferente, não para os médicos de alguns estados que continuam recebendo os mesmos R\$755,00, e o promotor,

mais de R\$18 mil. “Que diferença de responsabilidade ou de curso faz com que ocorra tal disparidade?”.

Senador Sibá Machado, orgulhe-se de saber que uma das medicinas mais avançadas é a do Piauí. Na Ditadura de Vargas, colocaram-se tenentes como interventores. Lá, não. Tenente não deu certo, então entrou um médico: Leônidas Melo. Sabido, montou o Hospital Getúlio Vargas e avançou. Era o único médico, na época da ditadura, que governava um Estado. Faziam transplante cardíaco no meu Governo; eu ajudei, com êxito.

Carta dos médicos piauienses aos Deputados Federais e Senadores:

A categoria médica, através de seus legítimos representantes: Associação Piauiense de Medicina (Aspimed), Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (Simepi) e Conselho Regional de Medicina (Cremepi), vêm à procura de seus dignos representantes no Congresso Nacional [mandaram para mim] para mostrar a nossa insatisfação com o atual estado em que se encontra a saúde no nosso estado.

Os médicos piauienses vêm manifestar, através desta, o seu posicionamento acerca do importante momento político que vivemos, com o nosso repúdio a essa roubalheira desenfreada que sangra os cofres públicos, bem como apontar as medidas que consideramos necessárias para a melhoria das condições de vida e saúde de nosso povo.

Um documento sério, assinado pelo Dr. Felipe Eulálio de Pádua, Presidente da Aspimed; pelo Dr. Leonardo Eulálio de Araújo Lima, Presidente da Simepi; e pelo Dr. Wilton Mendes da Silva, Presidente da Cremepi.

Dessa forma, a categoria médica vem reafirmar seu apoio ao Sistema Único de Saúde, público, integral, universal e equânime. Como cidadãos piauienses, mantemos a luta e a expectativa por um Piauí melhor, onde a saúde e o direito a uma vida digna sejam garantidos a todos os piauienses.

Sibá, os anestesistas estão em greve no Piauí. E esse negócio, Efraim Morais, de dizer que medicina é sacerdócio... Mas, nessa tabela do SUS, ainda é R\$ 2,50 uma consulta médica. A última vez que fui a Teresina, Efraim Morais...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mão Santa, esta Presidência vai dar mais um minuto a V. Ex^a, para concluir seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é. Então, era R\$5,00 e dei R\$ 10,00 para o engraxate. A

consulta médica é R\$2,50 neste Brasil. A anestesia é R\$9,00. Desafio o Luiz Inácio Lula da Silva a mostrar uma grande cirurgia feita pelo SUS. Fiz milhares de tireoidectomias, colecistectomias, mastectomias e histerectomias.

Mas, já está chegando o fim do meu tempo – estou olhando, faltam trinta segundos –, e Cristo fez o Pai Nosso em um minuto. Ó Deus, no Piauí temos duas grandes pragas: a dengue, que voltou e está matando – matou cinco pessoas neste fim de semana –, mas a praga maior que entrou lá foi o PT. Oh, Deus, livra-nos da dengue e do PT!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela Liderança do PTB, ao Senador Fernando Collor.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, nobre Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho feito intervenções neste plenário e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre minhas preocupações com os graves problemas que afetam as nossas relações exteriores. Desejo agora trazer à reflexão desta Casa a situação do Mercosul.

O Mercosul sintetiza o resultado de longa série de esforços em busca de uma aproximação complexa e integral – social, econômica, cultural e diplomática – entre os países do Cone Sul. Demandou a firme vontade política inicial do Brasil e da Argentina para superar suas rivalidades históricas e estabelecer um novo patamar de relacionamento. As duas nações procuraram esquecer disputas e desavenças. Procuraram unir-se para enfrentar os desafios de um cenário internacional no qual ruía a rígida formação dos blocos político-ideológicos e se acelerava o fenômeno da globalização.

Essa busca de união, quando as duas nações procuravam juntar forças, foi facilitada pelo processo de redemocratização de ambas. Coube aos Presidentes Sarney e Alfonsín lançarem as bases da integração regional, quando, em 1985, firmaram a Declaração de Iguazu. Passo a passo, com abnegação, as sociedades e os Governos dos dois países foram construindo uma via de cooperação e de entendimento.

Às duas nações uniram-se o Paraguai e o Uruguai, países com os quais tínhamos, e buscamos superar, problemas históricos. A união para nos inserir no cenário potencialmente adverso da globalização e a busca de valores democráticos foram fundamentais para a integração.

A superação de desconfianças mútuas, muitas vezes arraigadas, foi também processo penoso, que demandou concessões de todas as partes e, sobretudo,

vontade de superar obstáculos. Relembro as medidas de “construção de confiança”, como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e o acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica, que firmei em Viena em 1991. Esses atos buscavam transformar um relacionamento de disputas e desconfianças em uma relação de credibilidade e respeito compartilhados. Procurávamos fazer cair no esquecimento o conceito de potências regionais rivais, de bipolaridade regional, e substituí-lo por uma realidade de cooperação entre sociedades cultural e economicamente complementares.

As fronteiras do sul do Brasil deveriam deixar de ser área de disputas, na medida em que a confiança recíproca as fosse tornando mais permeáveis à cooperação. Na Região Sul, à época da criação do Mercosul, as populações já possuíam seus próprios mecanismos informais de integração. Buscavam trabalhar onde estivesse o emprego, compravam mercadorias onde as encontrassem por melhores preços e procuravam serviços onde tivessem acesso mais fácil, sem considerar a linha de fronteira.

Essa integração do mundo real era obstada pela presença do Estado. Com o Mercosul, procurávamos, na verdade, por intermédio da ação governamental, expandir uma integração embrionária, que já existia e funcionava nos espaços fronteiriços. Procurávamos institucionalizar e ampliar para o espaço regional uma racionalidade econômica já exercida na fronteira e desejada pela sociedade.

A construção do Mercosul não se limita, no entanto, à racionalidade econômica. Embasa-se na vontade dos povos, no entendimento e na solidariedade. Não se trata apenas de negociar tarifas, mas, em visão maior, de integrar-se para se desenvolver e para enfrentar vicissitudes do cenário internacional com mais força.

Foram essas as idéias que presidiram as negociações do Tratado de Assunção, que tive a honra de firmar também em 1991. Esse Tratado, embora procurasse a formação de um mercado comum – forma já muito avançada de integração –, procurou definir as etapas necessárias para atingir seu objetivo em curto espaço de tempo. Estabeleceu que se procuraria a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Collor, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, no curto espaço que governou este País, foi muito importante para a globalização, para a competitividade da nossa indústria. Foi V. Ex^a que alertou. Mas o problema de hoje – eu, que sou cirurgião, conheço as urgências, quando

temos de operar apendicites, hérnias estranguladas, úlceras perfuradas, etc. –, o problema grave hoje é o relacionamento entre Brasil e Venezuela, cuja tradição não era essa, mas a do povo libertador da Venezuela, simbolizado por Simón Bolívar. D. João VI disse: “Filho, antes que algum aventureiro...” Era o Simón Bolívar, que estava libertando, construindo uma República. Então, neste momento, deve estar o entendimento do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^a faz parte e enriquece – Heráclito, o embaixador. E eu sugeri que fosse uma equipe de parlamentares, porque aquilo tudo é como Antoine de Saint Exupéry disse: “A linguagem é uma fonte de desentendimento”. Houve um desentendimento, pelas palavras, do nosso Parlamento e o Presidente daquele País, mas nós achamos que há uma obrigação, pela nossa história, pelo futuro que V. Ex^a exige, numa consolidação do Mercosul, de uma aproximação deste País, e nada mais do que o Parlamento, a Comissão de Relações Exteriores. E eu perguntaria – nós estamos trabalhando para isso, já temos alguns nomes – se V. Ex^a nos acompanharia nessa missão de reaproximar o país Brasil da Venezuela, pelo engrandecimento do projeto que V. Ex^a está defendendo, o Mercosul.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Senador Mão Santa. Eu lhe diria que a preocupação que nos move a todos hoje, inclusive e mais especificamente aqueles que fazem parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deve-se objetivamente às ações que vêm sendo empreendidas pelo governo venezuelano. O Brasil é uma ilha dentro do nosso subcontinente. Temos uma língua diferente da dos países com os quais fazemos fronteira, temos uma história e raízes culturais diferentes das desses outros países. Quando o Presidente da Venezuela fala em Simón Bolívar, esse eco da sua palavra é entendido pelo nosso entorno, e não é entendido dentro do Brasil, porque a nossa história e as nossas origens são diferentes.

A construção do Mercosul pressupõe o desejo daqueles que se integram a viver em paz, porque ninguém chega a um processo de união aduaneira completa, em que as fronteiras já deixam de existir da maneira como hoje se conceituam, para ser uma área de livre trânsito e de livre comércio. E quem assim age, quem assim participa de um processo de integração implicitamente está admitindo que deseja viver em paz com seus vizinhos.

O momento que o Brasil hoje vive é de extrema preocupação para nós, no meu entender, salvo melhor juízo dos Srs. Senadores aqui presentes.

Nós temos problemas na Colômbia, pois, com a redução do espaço antes dominado pelas Farc naquele

País, pela ação efetiva do Governo colombiano, as Farc estão sendo jogadas para nossa fronteira molhada, e isso faz com que eles já ultrapassem os nossos rios e venham para o nosso território. Esse é um ponto de inflamação importante.

Temos o Governo do Equador, que já reivindica para si uma parte do nosso território da Floresta Amazônica, onde se diz que existe muito petróleo. Sua Excelência o Senhor Presidente do Equador já anunciou que vai iniciar, logo depois da Assembléia Nacional Constituinte que está sendo realizada naquele País, tratativas no sentido de reaver parte de um território que ele julga ser equatoriano.

A questão da Bolívia é sintomática e emblemática. Hoje, estamos pagando o preço da nossa dependência do gás boliviano. Há duas semanas, o Governo da Bolívia reduziu o envio de gás para Cuiabá, fazendo com que parasse de funcionar lá uma usina movida a gás. Hoje, se o Governo da Bolívia fechar suas torneiras de fornecimento de gás ao Brasil, a indústria paulista, a indústria brasileira, por assim dizer, pára de funcionar. O episódio da encampação da Petrobras nos moldes em que foi feita nos preocupa. A posição dos brasileiros que estão hoje vivendo na fronteira entre a Bolívia e o Brasil – já há um movimento dentro do país para que eles de lá saiam – é um fato que nos causa preocupação.

Em relação ao Paraguai, o candidato mais bem colocado nas pesquisas está fazendo a sua campanha com o *slogan* “Itaipu é nossa. O Brasil está espoliando os nossos recursos, pagando uma tarifa irrisória pelos nossos recursos naturais” - entenda-se aí a água.

Tudo isso nos traz preocupações, porque é fundamental que a nossa política externa comece a agir de maneira mais ofensiva e menos reativa. É preciso também que nós entendamos a absoluta necessidade de que as nossas Forças Armadas estejam convenientemente preparadas para, numa eventualidade que esperamos que não venha a acontecer, atuar em defesa do Estado brasileiro.

Em função disso, concordo com as palavras de V. Ex^a, Senador Mão Santa, e me permito concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Enfim, estabeleceu-se a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, o estabelecimento de união aduaneira com uma tarifa externa comum e que não se buscava a coordenação de políticas macroeconômicas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se o Sr. Presidente permitir, porque V. Ex^a está falando pela Liderança.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Serei breve. A avaliação que V. Ex^a faz sobre os nossos vizinhos aqui é muito correta, mas ainda me chama a atenção um ponto: olhando a história da independência desses países, independência mais política, como é a nossa, e, depois, a extrema dependência tecnológica e econômica, considero até certo ponto muito positivas ainda algumas posições que vemos, porque quem está mais próximo desses países é o Brasil. É natural que há um senso popular de que o gigantismo do que poderia ser comparado ao imperialismo do passado, até mesmo quando militantes como eu gritavam nas ruas contra os interesses norte-americanos no Brasil, entendo que isso esteja, digamos, de certa forma, aflorando novamente nesses países, que podem olhar para o Brasil como esse gigante que sufoca o desempenho dessas economias. Mas acho que precisamos tomar um cuidado muito grande, porque, inevitavelmente, para que possamos dar um salto de qualidade em interesses econômicos e políticos da América do Sul em relação à União Européia, aos Estados Unidos e a todos os fóruns internacionais, não há como os países da América do Sul fazerem isso de maneira bilateral. Eu não acredito nisso. Acho que, em alguns pontos, pode ser, mas, de modo geral, não. Então, a situação dos contratos de Itaipu, a situação dos contratos do gás da Bolívia, a situação de um PAC de uso mais moderado da Amazônia, que faz fronteira com tantos outros países, realmente nos impõem provarmos que temos umas idéias que poderão avançar muito mais do que foram as assinaturas desses contratos naquele momento, naquela conjuntura, naquela situação. Realmente, o mundo mudou, a situação é completamente diferente, e nós agora temos que nos dar as mãos o máximo possível, até mais, para que esses países que possam crescer. Certa vez, ouvi de Benjamin Steinbruch a informação de que, para que algumas empresas brasileiras continuem crescendo, só há dois caminhos: ou o nosso PIB cresce, aceleradamente, acima de 5%, ou essas empresas terão que avançar em outros países. Não há outra alternativa, porque a capacidade de crescimento, no tamanho da nossa economia, já está no limite. Quero dizer que a América do Sul frente aos desafios do mundo é algo parecido com essa frase de Benjamin Steinbruch. Portanto, acho que a nossa diplomacia tem um árduo trabalho pela frente e que V. Ex^a, por ter sido Presidente da República, tem um vasto conhecimento sobre essa matéria. É preciso que o Senado da República aproveite a ocasião para apresentar as melhores

sugestões possíveis para que o Mercosul cresça, não só no tamanho econômico, mas também na base geográfica, para que esses povos se entendam como parceiros de um grande desafio que nós temos pela frente. Agradeço muito pela oportunidade do aparte.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL)

– Obrigado pelo aparte de V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Fernando Collor...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL)

– Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL - PB)

– ... a Presidência, com a tolerância costumeira, dará mais dois minutos a V. Ex^a, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os Governos da Venezuela e da Bolívia têm tomado atitudes que não condizem com o próprio espírito do Mercosul, que norteou a sua fundação. As ameaças em relação ao fornecimento energético não coadunam com negociações entre países que aspiram a conviver em um mercado comum. Não se pode aceitar a provocação como elemento de barganha diplomática. Repito: não se pode aceitar a provocação como elemento de barganha diplomática.

O Governo da Venezuela, de sua parte, não tem mostrado o respeito que é devido a um relacionamento adequado entre nações. Adota atitudes provocativas e trata a instituição do Mercosul com menosprezo. Ao não dar importância à recente reunião do Mercosul em Assunção e ao se voltar à compra de armas, mostra-se dissociado do verdadeiro objetivo da integração: criar espaço de cooperação e paz e não de conflito.

Quanto às assimetrias em relação às economias menores, reitero que sou favorável a corrigi-las, mas como objetivo permanente do Mercosul, e não medianamente medidas tópicas. Devemos convidar as forças produtivas do Brasil, por suas entidades representativas, para trabalhar junto com o Governo na consecução das metas do Mercado Comum que almejamos.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, penso que está na hora de repensar o Mercosul. De um lado, repelir de modo firme as ameaças e, de outro, revigorar a argamassa de solidariedade que foi utilizada na sua fundação.

Penso que devemos consolidar a integração para fazer que sua desejável ampliação se faça em base sólida e segura. Não podemos deixar que o açodamento e a falta de firmeza façam com que a própria sociedade brasileira deixe de apoiar o Mercosul, como fazia até recentemente.

O Presidente Lula não pode ficar na História como tendo relegado o Mercosul. Ao contrário, ele tem capacidade de liderança, tem legitimidade, tem apoio do povo brasileiro, para reviver esse empreendimento vital para nosso futuro.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Senador Fernando Collor, agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, por permuta com o Senador Jayme Campos.

Senadora, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Jayme Campos pela permuta e também ao Senador Tuma, que permutou comigo e que agora vai permutar com o Senador Jayme Campos. Tenho outro compromisso logo de imediato.

Sr^{as} e Srs. Senadores, falarei de um tema hoje, e alguns dirão: para variar, ela vai falar da questão da mulher.

Mas quero que todos os cidadãos e cidadãs que nos assistem pela TV e que nos ouvem pela Rádio Senado atentem bem para esta questão. Aliás, todos já estão sabendo do problema, pelo fato de a imprensa nacional ter divulgado. Mas preciso registrar esta questão aqui da tribuna do nosso Senado.

A indignação é grande, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a covardia de que uma cidadã brasileira foi vítima na última semana. Uma senhora que teve seu corpo marcado pela discriminação que alguns têm em relação à mulher e aos pobres deste País.

Todos devem ter conhecimento da barbaridade a que foi submetida a Sra. Sirley Dias, vergonhosamente atacada por homens covardes que queriam roubar seu suado dinheiro e, também, se divertirem, batendo e humilhando uma pessoa que se encontrava em desvantagem.

Não basta toda a dificuldade enfrentada, senhoras e senhores, por essa trabalhadora, que labuta diariamente na busca pela sobrevivência de forma digna, honrada e honesta. Dificuldades que a obrigaram a sair no meio da madrugada para ir ao hospital, para não enfrentar filas e não perder o dia inteiro de trabalho.

Por conta dessa situação, ela foi atacada! Para poder ser atendida no serviço médico, ela estava naquela hora e naquele lugar! E os garotões? Universitários, ricos, com seus carros e roupas da moda, estavam se divertindo – responderam eles – e viram,

naquela parada de ônibus, mais uma forma de continuar a diversão: bater em uma mulher! Desde quando bater em mulher é diversão, Senadores?

Aliás, já vi de tudo. Já vi gente que bate em mulher para curar a bebedeira, que bate em mulher para mostrar quem manda e exercitar a masculinidade, e inúmeras outras desculpas que esses covardes utilizam, mas bater em mulher por diversão, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a primeira vez que ouvi falar.

Pior que o ato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez seja a desculpa dos bandidos para justificá-lo. Após serem presos, alegaram o seguinte: “Pensávamos que era uma prostituta”.

Um absurdo! Acredito que o crime deveria ser agravado. Não é admissível agredir uma pessoa que está em situação de grande vulnerabilidade social, marginalizada pela sociedade e quase sempre tendo seus direitos negados, simplesmente por ser prostituta. Então, roubar uma pessoa e nela bater por ser minoria é uma barbaridade que deve ser exemplarmente punida.

As prostitutas podem não ter um trabalho socialmente tão aceitável, é verdade, mas são pessoas. São mulheres tão dignas quanto qualquer outra, que merecem e têm de ter o nosso respeito.

Chega de desculpas ridículas: “Ateei fogo no índio porque pensei que era um mendigo”. “Tentei roubar e matar uma trabalhadora doméstica porque achei que era uma prostituta”.

Basta de achar que por alguém ser mendigo, porque alguém ser prostituta pode ser assassinado, pode ser violentado de forma tão covarde.

Por isso, pedimos punição exemplar. E precisamos nos comprometer com isso, sim. Basta!

Não vivemos em uma sociedade exclusiva. Todos têm os mesmos direitos, e acho que a utilização desse tipo de desculpa deveria servir de agravante para os bandidos, em suas condenações, porque é flagrante o desrespeito aos direitos humanos.

Espero que a justiça seja feita, que esses bandidos recebam a punição rigorosa que merecem e sirvam de exemplo. Ricos também são punidos, mesmo que o crime seja cometido contra uma mulher negra, pobre e doméstica.

Cito as domésticas, porque elas são uma das classes trabalhistas mais discriminadas de nosso País. O preconceito é tamanho que muitas preferem não ter a carteira assinada, por vergonha do trabalho que desempenham.

Chamou-me a atenção a postura da Sra. Sirley, que sempre se mostrou orgulhosa de ser uma batalhadora, por trabalhar como doméstica.

Parabéns, Sirley Dias!

Ao agir assim, ela dignifica a si, ao seu trabalho e a todas as domésticas deste País.

As trabalhadoras domésticas, quando não são agredidas em pontos de ônibus, estupradas ao chegarem tarde em casa, humilhadas nas casas em que trabalham, quando não sofrem muitas outras formas de humilhação e violência, ainda se deparam com uma legislação que as tratam como trabalhadoras de segunda classe. Não possuem os mesmos direitos que os demais trabalhadores deste País só porque trabalham no lar, mesmo que seja o lar dos outros, e não o seu. Sinto que ainda seja resquício da escravidão aquela idéia de que já fazemos muito por elas: damos casa e comida, para que direitos? Simplesmente isso é um absurdo. O trabalho doméstico é igual a todos os outros. É uma prestação de serviço em troca de uma remuneração estipulada na hora do acordo. Logo, o trabalhador deve gozar dos mesmos direitos.

Tenho muito orgulho de ser relatora do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2006, fruto da Sugestão nº 16, de 2004, de autoria da valorosa Associação Tangarense de Empregadas Domésticas, da cidade de Tangará da Serra, no meu Estado do Mato Grosso – isso é novo realmente –, que busca equiparar o direito das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores deste País.

Por considerar esse assunto muito importante e necessitar de um debate ampliado por ter questões um tanto complicadas, como a hora extra, como a jornada de 44 horas, como o FGTS e outros, realizaremos algumas audiências públicas para tratar da questão.

A primeira será na próxima sexta-feira, dia 6, às 18 horas e 30 minutos, no salão paroquial da Igreja Matriz de Tangará da Serra, em Mato Grosso, para debater com as autoras do projeto – essa organização de trabalhadoras domésticas – a situação da trabalhadora doméstica e as possibilidades de mudanças.

Queremos incluir também no debate a classe média, que, de modo geral, é quem emprega, para que não existam prejudicados.

Temos de encontrar mecanismos que garantam direitos sem que torne alguma parte vulnerável ou prejudicada.

Quero escutar os sindicatos de empregadores, de empregadas; enfim, todo mundo, para construir um parecer a partir do consenso e contemplar a todos de alguma forma.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de homenagear todas as trabalhadoras domésticas, a partir da Sirley Dias, um exemplo de trabalhadora orgulhosa de seu trabalho, que vive de forma digna as dificuldades de seu dia-a-dia. Ninguém é inferior a ninguém. Ninguém está acima da lei, nem ricos, nem políticos, ninguém.

Sr. Presidente, a nossa homenagem, com certeza, a homenagem do Senado da República, para que realmente Sirley Dias seja contemplada com a punição de seus algozes porque é isso que ela e sua família esperam. É isso que a sociedade brasileira espera.

Chega de maus exemplos! Chega de queimar índio por pensar que é mendigo! Chega de bater em mulher por achar que pode espancar, pode bater em mulher! Nesse caso, era uma mulher pobre que estava em um ponto de ônibus de madrugada. Chega de violência doméstica contra a mulher! Não a qualquer tipo de agressão a quem quer que seja!

Estamos aqui defendendo a questão de gênero, a questão da mulher, porque sabemos que 70% dos casos de agressão, de violência contra a mulher são de violência doméstica. Essa é uma das maiores, apesar de termos agora a Lei Maria da Penha, que protege a mulher com uma pena mais severa no caso da violência doméstica.

Sr. Presidente, procurei me restringir ao tempo. Eu teria mais o que dizer.

Mais uma vez agradeço aos Senadores Romeu Tuma e Jayme Campos pela concessão do tempo a mim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais – PFL – PB) – Nós agradecemos a V. Ex^a, Senadora Serys Silhessarenko, pelo cumprimento do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

Em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada passo que damos em direção ao futuro, deixamos cravado o caminho, o peso de convicções e a força de nosso destino. Quem anda com destemor, marca a sua jornada com o rastro da coerência e da coragem. Quem segue a sua linha com bravura e dignidade demarca não apenas sua trajetória, como também aponta horizontes das novas gerações.

A data de amanhã, Sr. Presidente, guarda dois significados importantes para Mato Grosso: o primeiro, de tristeza, porque há exatamente um ano falecia o ex-Governador Dante Martins de Oliveira; o segundo diz respeito ao valor de um homem que empenhou sua juventude e seu vigor à causa democrática brasileira.

Dante não foi o herói, simplesmente o símbolo de um capítulo remoto da história contemporânea do País; Dante foi mais, foi o trabalhador, foi o artífice das

diretas, herdeiro das virtudes de sua gente, paciente como o pescador, tenaz como o lavrador e detalhista como o artesão.

Falo de Dante de Oliveira com invulgar isenção porque, se o amor a Mato Grosso sempre nos uniu, a militância partidária impôs muros intransponíveis à nossa convivência política. Fomos adversários, sim. Militamos em campos opostos e, muitas vezes, de forma dura. Mas, diante de seu monumental esforço cívico pela redemocratização, devo reconhecer seu papel histórico e a inspiração que emana de seu nome.

Enquanto se mantiverem vivos seus ideais, Dante continuará presente entre nós. Não apenas como memória pálida nas paredes do tempo, mas pela força de seus exemplos, principalmente pela confiança que sempre demonstrou no Brasil; pela paixão que devotou à nossa gente.

Senadora Serys Silhessarenko, que conheceu muito bem o ilustre ex-Governador Dante Martins de Oliveira, concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Em primeiro lugar, a nossa saudação a V. Ex^a pela homenagem extremamente justa que faz nesse momento, da qual não poderíamos deixar de participar. V. Ex^a disse muito bem. Realmente, Dante de Oliveira foi político da maior envergadura do nosso Estado. V. Ex^a o colocou como opositor, e eu, em determinado momento, estive nas mesmas fileiras com Dante de Oliveira e, em outros momentos, estive em oposição. Mas temos de dar nosso testemunho da dignidade e da grandeza com que ele sempre fez política no nosso Estado de Mato Grosso, e a grandiosidade da sua propositura em nível nacional. Realmente, as Diretas Já são algo histórico no nosso País; foi um acontecimento que devemos a Dante de Oliveira. Portanto, a nossa homenagem, muito carinhosa a ele, certamente em outro espaço... Mas a sua família; a sua esposa, Telma de Oliveira; a sua mãe, dona Maria, tão querida, e a seu irmão e suas irmãs todo o nosso carinho, toda a nossa homenagem e o reconhecimento da grandiosidade, da dignidade e do valor de Dante de Oliveira como político em Mato Grosso. Muito obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado pelo aparte, Senadora Serys.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – É muito oportuno lembrarmos o nome desse grande líder político, não bastasse o decisivo que ele foi para a redemocratização. Mas quero dizer que ele extrapolou. Ele não é só de vocês, não. Eu tive a honra de, na primeira capital do Piauí, Oeiras, homenageá-lo com a maior comenda: a Grã-Cruz Renascença do Estado do Piauí, de-

monstrando respeito e gratidão por aquele político do Estado de V. Ex^a, Mato Grosso, que contribuiu para a redemocratização e enriqueceu o Brasil. Ele foi um dos ícones do desenvolvimento da plantação de soja no seu Estado.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – É verdade.

Obrigado, Senador Mão Santa.

Seguindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

As curvas do destino escrevem as linhas de nossa vida de forma misteriosa, mas coerente. Eu e Dante fomos contemporâneos, mas nossas trajetórias se desenvolveram de forma paralela. Na política também estivemos em rotas paralelas, ambos defendendo os interesses do povo de Mato Grosso. Dante trafegou pela esquerda, militando no MR 8, no MDB, no PMDB, no PDT e, depois, no PSDB. Eu estive na Arena, depois no PDS e, finalmente, no PFL, hoje Democratas. Fui Governador de Mato Grosso e Dante me sucedeu.

Somos filhos dos mesmos ventos e redemoinhos que esculpiram um País de contradições e mazelas. Emergimos da ditadura militar e restauramos a democracia no País. Nesse momento, Dante foi um vanguardista; sua coragem e ousadia o dividiu da maioria dos políticos de sua geração. Dante acreditou num sonho e fez dele as asas de seu próprio ideal. Por isso, Mato Grosso e o Brasil reverenciam-no como o “Homem das Diretas Já”; um sopro de esperança e alegria que iluminou caminhos no crepúsculo da ditadura militar.

Por isso, sua morte prematura chocou Mato Grosso e o Brasil. Dante deixou a vida como um baluarte da democracia. Seu desaparecimento não encobre suas falhas e equívocos, mas reveste sua obra com o manto da história, para a qual os erros são apenas uma etapa da evolução.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite parteá-lo?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a presta uma homenagem àquele que foi chamado “Senhor das Diretas”, aquele que teve a oportunidade de apresentar uma emenda que se transformou numa verdadeira cruzada dos brasileiros que buscavam então a eleição direta. A partir daí, eu diria que não tivemos mais outra opção senão partir para a redemocratização. Não podemos esquecer o papel que Dante de Oliveira desempenhou nesse episódio da vida política brasileira. Mas falar de Dante de Oliveira é falar também do administrador, do governador. Eu, que fui governador, como ele foi, sei das dificuldades que ele enfrentou como governador. E lamentei muito que o Brasil tivesse perdido Dante de

Oliveira em plena, vamos dizer assim, maturidade, mas que ainda poderia dar muito a este País. Então, congratulo-me com V. Ex^a pelo fato de estar nesta tribuna homenageando esse grande homem público.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Suas palavras realmente retratam a verdade desse grande mato-grossense.

De forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que presto, aqui, portanto, minhas homenagens a um grande brasileiro que usou a sua vida em favor do seu País, um mato-grossense que orgulhou sua gente e, sobretudo, um político que soube fazer dos seus ideais o caminho para o bem comum.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha para o momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Jayme Campos, a Mesa se solidariza com V. Ex^a na homenagem que faz a esse grande companheiro do Congresso Nacional, que fez história e que deixa saudades não só ao Parlamento e ao povo do querido Estado, mas a todos os brasileiros, pela sua coragem e, acima de tudo, pelo amor que tinha ao povo brasileiro e ao Parlamento. Parabéns a V. Ex^a.

Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Morais, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos terminando a semana, que foi iniciada como a outra, criando-se a expectativa para todos os brasileiros de que, finalmente, a Câmara dos Deputados votaria e aprovaria muitas matérias concernentes à reforma política.

No entanto, até hoje nada foi votado. Os Líderes conseguiram pautar junto à Presidência da Casa várias matérias, com as listas partidárias, o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, mas, apesar do esforço, o Plenário não votou. Não houve consenso, nem dissensão; não houve condições de se votar.

Chegou a hora de perguntar: será que não precisamos de uma reforma política? Será que a reforma política é um tema artificial, fabricado pelos políticos, para se contentarem, eles mesmos, com suas idéias, com suas invencionices?

Não, Sr. Presidente. Diria que, se tivéssemos a oportunidade de ouvir a sociedade, claro que ela diria que a reforma política precisava ter sido debatida e votada.

Pois, afinal, o Senado votou – dizem – uma tímida reforma política, que não se caracteriza pela ousadia,

pelo desejo de sintonizar os políticos, o Congresso, com os temas mais atuais sobre reforma política.

Não estou aqui para cobrar da Câmara dos Deputados que vote a reforma política. Estou aqui para dizer aos Deputados e Senadores que a nossa pauta se empobrece e que deixamos de abordar algo que parece fundamental para melhorarmos nossa representatividade, já que essa se baseia num sistema proporcional anacrônico e gera um processo deletério de enfraquecimento dos Partidos, além de produzir vícios e distorções eleitorais.

Sr. Presidente, estamos com necessidade de votar essa reforma política, para promover a afirmação do Congresso; para mostrar que não bastou o Brasil consolidar a democracia que tem, Senador Sibá Machado, mas que fomos em busca de institutos mais modernos e condizentes com uma Nação comprometida com o regime democrático.

No início da década de 90 para cá, algumas reformas entraram na pauta do Congresso e se converteram em realidade. Mesmo que, de maneira insuficiente, reformamos o Judiciário, a Previdência, o Direito empresarial; dotamos o País de um novo Código Civil e de uma nova lei de falências. Resistimos, entretanto, a votar duas reformas essenciais: a reforma política, conhecida como aquela matriz do grande debate democrático, e a reforma do Estado, que poderia tirar-nos da inércia, visto que o Poder Público é hoje, em vez de condutor, um grande entrave para o desenvolvimento. É como se diz na Nação americana: quando o Governo não atrapalha, já é muito bom.

Temos o dever de nos voltar para estas duas realidades: a primeira, que garanta a legitimidade de nossas instituições, que é a reforma política; a segunda, que objetive a eficiência das ações estatais, por meio da obtenção do máximo de resultados, com o emprego de menos recursos.

Sr. Presidente, no início deste pronunciamento, disse que o sistema proporcional é anacrônico e distorce o conceito de representação. Em vez de os candidatos estarem a serviço de agremiações partidárias fortes, valem-se dos partidos como meio de atingirem suas eleições. Os partidos se equivalem e estão a serviço de outros interesses, que não os expressos nos seus estatutos.

Dou, com todo prazer, o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Garibaldi Alves, não ouvi por completo a fala de V. Ex^a, porém, pelo pouco que pude observar, trata-se de um assunto que me deixou de certa forma desapontado, por causa dos encaminhamentos que a Câmara adotou com relação à matéria. Por alguns instantes, achei que ofere-

ceríamos ao País algumas novidades. Para pensar nessa consolidação democrática, no avanço do País em direção a uma economia mais pulsante, numa maior consolidação do desenvolvimento social e até numa nova relação externa, inevitavelmente, temos que também retomar e realinhar a representatividade e essa tão falada reforma política. Mas, de cara, penso que a Câmara adotou demais o critério que – o que eu vi pela imprensa – alguns institutos de pesquisa adotaram como critério do conhecimento popular sobre a matéria, já dizendo que o povo brasileiro tinha escolhido se queria ou não as listas ou coisa parecida. Na verdade, nós não ouvimos a população. Não sei se isso é critério. Quando V. Ex^a diz que a proporcionalidade reduz a figura da estrutura partidária e amplia a figura da pessoa em si, que fragmenta essas relações mais coletivas, V. Ex^a tem inteira razão. Digo que, no Brasil, aprendemos que um dos critérios que se utiliza é o da personalidade como o critério da liderança, da autoridade. E podemos constituir isso de outra maneira – penso eu. Hoje peguei o final da reunião do Conselho Político no Palácio do Planalto e fiquei impressionado com o que ouvi. Vi a preocupação do Ministro a respeito do que vamos fazer agora para retomar essa discussão, pois ela não pode ser jogada na lata do lixo. Parece que vamos juntar todas as lideranças novamente com o objetivo de encontrar o caminho para retomar o debate da reforma política. Foi dito algo interessante: dos 513 Deputados, havia 513 idéias; dos 81 Senadores, mais 81 idéias. Então, está aí um assunto que não dá para alguém se arvorar a dizer “está aqui um texto, esse é melhor do que aquele”. Parece-me que surgirão algumas sugestões como: “por que não uma assembléia constituinte exclusiva que trata dessa matéria, e com um mandato que encerre no momento da promulgação do texto?” Promulgado o texto, aqueles parlamentares eleitos apenas para essa finalidade voltam para casa, e os demais continuam seu trabalho normal. Penso que essa seria, talvez, a única alternativa para a construção de um texto com maior aprofundamento e com melhor qualidade, com vasto debate na imprensa e, quem sabe, com a realização de plebiscito, para que o povo diga, nas urnas, o que quer, de forma que não seja mais uma idéia que saia da cabeça de algum iluminado. Parabéns pela preocupação de V. Ex^a. Espero que o Senado não deixe cair a peteca da reforma política para o País.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Sibá Machado, já que cada um de nós tem uma idéia sobre a reforma política, ainda bem que nós dois não discordamos aqui, porque seríamos dados como exemplo de que cada um mesmo tem uma reforma política na cabeça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– O Presidente já está na faixa da tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Não. V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Obrigado, Sr. Presidente.

A reforma política, que ora tropeça na Câmara e que não teve condições de ali encontrar o grande cenário para o seu debate, a despeito disso tudo, é necessária. É necessária, Sr. Presidente, pelo sistema que temos aí.

Como disse o Senador Sibá Machado, o eleitor deveria votar mais no partido e menos no candidato. Não vamos pensar que, de repente, o eleitor brasileiro votará mais no partido da noite para o dia. Como V. Ex^a diz, o eleitor hoje vota no candidato e não quer nem saber do partido. E assim vamos caminhando sem o principal alicerce da democracia, que é o partido político.

Infelizmente, não poderei ler meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a tem mais dois minutos, nobre Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Obrigado, Sr. Presidente.

As listas foram afastadas sumariamente. Não se deu a oportunidade de se saber o que eram essas listas. Oitenta por cento da população brasileira não participou desse debate, não sabe o que é a lista e o que ela representa.

Com a tolerância do nosso Presidente, ouço, com muito prazer, o aparte do Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Garibaldi Alves Filho, serei breve também. Cumprimento V. Ex^a pela sua fala na tarde de hoje, que é muito oportuna. Temos de fazer com que essa reforma seja aprovada e, certamente, prevaleça até para as eleições de 2008, o que seria o ideal. Entretanto, como disse o Senador Sibá Machado, o Brasil ainda não está preparado cultural e politicamente para votar em partidos. Hoje, a bem da verdade, vota-se em um candidato. Quando se fala em lista fechada, creio que a sociedade, de modo geral, não está preparada, até porque não podemos desconhecer que, em muitos Estados da Federação – acredito que em todos os 27 Estados –, ainda prevalecem os caciques, os chefes políticos, aqueles que lideram seus partidos. Creio que essa reforma, acima de tudo, tem de ser votada na medida em que devemos reduzir o número de partidos, para pensarmos em financiamento público de campanha. Caso contrário, não teremos capacidade alguma, não haverá uma Justiça Eleitoral com capacidade para fiscalizar, muito menos um Poder Executivo com con-

dições de repassar os recursos para os partidos. De forma que o discurso de V. Ex^a é oportuno. Temos de discutir o tema o mais exaustivamente possível para que essa reforma política prevaleça. Parabéns, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço, Senador Jayme Campos.

Como é que se vai cobrar fidelidade partidária dos parlamentares se os partidos não existem, se os candidatos se sentem donos dos seus mandatos? Afinal de contas, não foi o partido que os elegeu, mas eles próprios o conseguiram.

Sr. Presidente, gostaria de ouvir o Senador Inácio Arruda. Depois, encerrarei.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, meu caro Senador Garibaldi, compreendo que esta é uma das questões mais relevantes do debate do Congresso Nacional, que é o ajustamento da reforma política. E veja que – eu comentava com o Senador Augusto Botelho – o povo é muito sábio. Às vezes ficamos discutindo que o povo não vai compreender a reforma política, não vai entendê-la. Sempre falamos “vamos fortalecer os partidos”, mas termina prevalecendo a idéia de que as lideranças que se expõem pelos veículos de comunicação se sobrepõem aos partidos. Por isso que o voto em lista teve tanta dificuldade de ser aprovado na Câmara dos Deputados, porque a liderança atropela a estrutura partidária. Basta ver a movimentação a que assistimos na Câmara e mesmo no Senado, e entre o Executivo, Governadores e Prefeitos, de mudança de partido. Por quê? Porque os partidos são desconsiderados, prevalece a figura do grande líder ou da grande líder, que comanda uma porção do povo, via de regra com forte presença em veículo de comunicação. Acho que é importante nos debruçarmos sobre o financiamento público que desejamos. Agora sai uma proposta de o Executivo ter financiamento público. Creio que, de qualquer sorte, já é um passo, se tivermos financiamento público para os cargos do Executivo. Mas quero considerar que o voto em lista seria a nossa melhor oportunidade. Na América do Sul, acho que só o Brasil e o Chile; aliás, da América Latina inteira: do México até a Patagônia, só Brasil e Chile não têm voto em lista. Então, no sentido de fortalecer os partidos, deixamos isso de lado. Vejo a questão dessa maneira. A reforma política pode acabar tendo um aspecto muito conservador, não somente mantendo o *status quo* – tudo como está –, assim como avançando em restrições. Vejo aquela proposta de eleições dos Deputados Federais dentro de um “distritão” como algo que tem o objetivo de fazer prevalecer as lideranças superfortes, que terão melhores condições de se eleger. Acho que este é um

bom debate, esta é uma boa discussão no plenário do Senado Federal: a reforma política no Brasil, buscando dar um passo para consolidar a democracia, fortalecendo os partidos. Por isso, eu me regozijo com o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– V. Ex^a tem inteira razão. A minha preocupação é que a Câmara dos Deputados, não aprovando a reforma política, se frustre, e nós não vamos ter uma nova oportunidade de debater essa matéria aqui no Senado Federal. Então, estamos correndo esse risco.

Sr. Presidente, como não há mais tempo, deixo para continuar esse discurso numa sessão em que eu possa falar novamente – espero que V. Ex^a esteja na Presidência para me dar esse tempo adicional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a pela compreensão. Não resta a menor dúvida de que este Presidente foi bastante tolerante com V. Ex^a, concedendo-lhe preciosos 22 minutos para discutir matéria de tamanha importância.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a tem a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex^a fica inscrito como Líder.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Sibá Machado e, posteriormente, a V. Ex^a, como Líder.

Senador Edison Lobão, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje falar de uma luta já antiga. Mas uma daquelas lutas que, a despeito de todos os obstáculos, entraves e adversidades, não nos deixa esmorecer e não nos permite trégua nem remissão. Isso porque está intimamente ligada à qualidade de vida dos maranhenses e dos nordestinos e à recuperação de um ecossistema que é patrimônio não só de todos os brasileiros, mas da humanidade.

Certamente alguns de nossos eminentes Pares, que acompanham minha atuação nesta Casa, já terão intuído que me refiro ao projeto de revitalização do rio Itapecuru. Em março de 2003, no início da 52^a Legislatura, nesta mesma tribuna, pedia eu vênua a V. Ex^{as} para renovar meu alerta sobre o rio Itapecuru, tema

de diversas intervenções no ano precedente, e de um projeto de lei que apresentei em 2002 e que ora tramita na Câmara dos Deputados.

Naquela ocasião, adverti, em pronunciamento integralmente dedicado ao tema, que “este rio, de fundamental importância para a economia, o meio ambiente e o desenvolvimento do Maranhão e do Nordeste, está mingando; condenado à morte se providências drásticas não forem implementadas”.

Quatro anos escoaram-se desde aquela intervenção. As providências reclamadas à época simplesmente não vieram; portanto, são ainda necessárias e muito mais urgentes do que antes. O rio Itapecuru continua experimentando cotidiana agonia. Contudo, apesar de toda essa delonga, pois lá se vão mais de cinco anos, devo registrar minha satisfação pela recente aprovação, à unanimidade, de parecer favorável ao meu projeto, do eminente Deputado Gervásio Silva, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

Esta etapa, fundamental para trazermos à realidade ações oficiais de recuperação do rio Itapecuru, nos enche de ânimo e de expectativa, sugerindo a certeza de que o restante da tramitação na Câmara poderá ser concluído mais celeremente, provavelmente ainda nos próximos meses.

Mas permitam-me recordar aqui, ainda uma vez, Sr^{as} e Srs. Senadores, a relevância do rio Itapecuru para o Estado do Maranhão e as ponderáveis razões que me levam a insistir, de forma tão obstinada, na matéria. Cognominado o Rio da Integração Maranhense, o rio Itapecuru percorre mais de mil quilômetros, singrando o Estado de sul a norte. Constitui-se em uma das principais bacias hidrográficas do Maranhão, onde recobre uma área de quase 53 mil quilômetros quadrados.

Debilitado, especialmente a partir do último quartel do século XX, o Itapecuru viu sua deterioração precipitar-se por uma série de fatores, a começar pelo envenenamento de suas nascentes por contaminação de agrotóxicos.

Como se o uso absoluto descontrolado de defensivos agrícolas não fosse suficiente, conspiram ainda para sua crescente fragilização a urbanização caótica, a pesca predatória, a destruição de mangues “legalmente protegidos”, o assédio de consumidores de madeira e o desmatamento contínuo de suas margens. Ademais, lixo, resíduo, esgoto doméstico e poluentes de pequenas indústrias são lançados ao rio, de forma indiscriminada.

Todas essas constatações não são fruto do “ouvir dizer” ou do impressionismo leigo, mas produto de levantamento criterioso efetuado pelo IBGE – Institu-

to Brasileiro de Geografia e Estatística, especializado também nessa matéria. Elas revelam, em toda a sua crueza, as misérias a que vem sendo submetido o rio responsável pelo abastecimento de água da capital maranhense, São Luís, com 1 milhão de habitantes, e as populações de mais meia centena de outros Municípios. Finalmente, esse é o rio que atende metade da população do Estado do Maranhão.

E esse rio, que já foi navegável e em seu curso recebeu inúmeros barcos comerciais, estimulando e realizando a circulação da riqueza, perdeu a capacidade de autodepuração. E mais, muitos de seus principais tributários, que eram afluentes perenes, viram-se lançados à condição de rios temporários.

O que motiva todo o empenho que dedico às tribulações sofridas pelo rio Itapecuru e, em especial, pelas populações que dele dependem – virtualmente expostas a doenças veiculadas pela água –, é a óbvia constatação de que o seu comprometimento implica, diretamente, sérios riscos à saúde dos maranhenses, ocasionando ainda a debilitação da economia estadual e regional, com graves derivações para o desenvolvimento geral. Além disso, não há qualquer índice de grandeza em nos tornarmos inertes espectadores da triste e calamitosa deterioração de um bem natural que outrora concorreu, em larga medida, para a manutenção e para o equilíbrio de um ecossistema admirável.

O Projeto de Lei do Senado que submeti a esta Casa, no primeiro semestre de 2002, enriquecido agora pelo aporte oferecido pelo Deputado Gervásio Silva, “autoriza o Governo Federal a elaborar e a implantar o Projeto de Revitalização da Bacia do Rio Itapecuru, em parceria com o Governo do Estado do Maranhão e entidades da sociedade civil organizada”.

Permito-me destacar, Sr. Presidente, que, no mérito, nossa proposição mereceu o integral apoio do Deputado Relator na Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Evidenciando extrema sensibilidade e compromisso social, como é de se esperar de um representante popular de estatura, S. Ex^a percebeu a importância da proposta e o caráter imperioso, urgente, do encaminhamento de uma solução viável, conseqüente e estável para os problemas a que vem sendo submetido o rio Itapecuru, na minha terra.

Recordo que ainda no ano passado, em pronunciamento neste plenário, tive a oportunidade de asseverar que “o Maranhão é o Estado nordestino de rios perenes. Quando tantos de nossos irmãos nordestinos sofrem os terríveis períodos do flagelo das secas, o Maranhão mantém-se com terras e climas que se entregam ao êxito da agricultura”. É nossa obrigação, como homens e mulheres que se dedicam com seriedade e determinação

à causa pública, pugnar incansavelmente pela defesa intransigente e, quando for o caso, pronta recuperação do meio ambiente. Não se trata mais – como muitos chegaram equivocadamente a cogitar nos anos 60 e 70 do século passado – de um mero modismo ou simples e frugal diletantismo. A questão ambiental – e a realidade os cientistas nos provam isso a cada santo dia – é uma questão que está diretamente ligada à manutenção do planeta, à sobrevivência das espécies e à perenização de condições mínimas para que todos nós, e as gerações que haverão de suceder-nos, realizemos as imensas, e ainda não divisadas, potencialidades do humano.

Devo mencionar, ainda, Presidente Romeu Tuma, nesta intervenção, a boa vontade e o sincero interesse que percebo em diversas agências governamentais, no sentido de, no âmbito de suas atribuições, contribuírem para minorar os problemas a que se vê submetido o Rio da Integração Maranhense. Depois, na atualidade, constata-se, mais do que a emergência, a gradual mas verdadeira consolidação de uma consciência ecológica em inúmeras empresas, públicas e privadas, atentas e preocupadas em preservar o patrimônio natural comum. Esta talvez seja a área em que mais avançamos nos últimos anos. Apesar das violações e dos abusos que se verificam com excessiva regularidade, e da própria degradação do rio Itapecuru, creio que, em linhas gerais, não será equívoco afirmar-se que, no que tange ao meio ambiente, tivemos sim progressos significativos.

Mas tampouco poderia deixar de mencionar o papel desempenhado por essa grande lutadora, essa mulher extraordinária que é a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente. Com objetivos claros, vontade férrea, integridade e credibilidade nacional e internacional, tem conseguido promover notáveis avanços em uma área tão sensível quanto visível, mas sempre extremamente delicada, haja vista os interesses econômicos que regem o mundo.

Sei que, tão logo tenhamos transformado em lei o projeto de revitalização do rio Itapecuru, o Maranhão poderá contar com a Ministra Marina, nossa colega Senadora da República, que empresta seu extraordinário talento e reconhecida competência ao Governo atual.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uso esta tribuna – e já concluo – para externar meu sincero regozijo, meu público contentamento por ver tramitar essa proposição, já aprovada pelo Senado, ao tempo em que reafirmo minha confiança nos ilustres Parlamentares que integram a nossa Câmara dos Deputados. Certamente, eles tratarão de apreciar logo e, enfim, aprovar essa medida tão esperada pelo Maranhão e pelo povo maranhense.

Encareço, sobretudo aos eminentes Presidentes das Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania, a especial atenção de fazer tramitar, com a celeridade possível, esse projeto de interesse imediato do Maranhão, mas que aproveita a todo o Brasil.

Sr. Presidente, sei que V. Ex^a sabe entender este grito de alegria que foi de inconformidade no passado, porque também o seu Estado sofre com a degradação de rios tão importantes para a economia de São Paulo, para a vida social do povo e até para a economia e a vida social do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a se refere ao nosso querido rio Tietê?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E nós vamos abençoar o rio Itapecuru, se Deus quiser. Eu sempre tenho muito orgulho de poder estar na Presidência quando V. Ex^a usa da palavra para mostrar a geoeconomia e a importância do Estado do Maranhão, que todo brasileiro ama – um pouco menos que V. Ex^a!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Inácio Arruda.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer seu pronunciamento.

Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

Caso V. Ex^as queiram trocar de posição, sintam-se à vontade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a está inscrito depois.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, fiz permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vou citar os nomes que estão inscritos aqui. Pela Liderança, falará o Sibá Machado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Heráclito Fortes, na verdade, tem precedência nesse tema que quero abordar rapidamente: a visita do Embaixador da Venezuela ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito Fortes, a qual teve o objetivo de buscar distender o clima que se criou em função das várias declarações e, ao mesmo tempo, dos posicionamentos que foram feitos aqui no Senado Federal.

O Embaixador venezuelano conversou com o Senador Heráclito Fortes, com o Senador Suplicy e com o Senador Sérgio Zambiasi, que coordena a nossa Bancada de Deputados Federais e de Senadores no Parlamento do Mercosul. Isso teve um sentido muito importante – e estive presente ali com os demais Senadores –, na busca de um diálogo maior entre os Parlamentos do Brasil e da Venezuela, na busca do entendimento de que o fortalecimento do Mercosul é uma questão muito mais significativa, muito mais importante do que a retórica circunstancial, momentânea, sobre um episódio ou outro, seja do Parlamento brasileiro, do Parlamento venezuelano, do líder venezuelano Hugo Chávez, seu Presidente, eleito sucessivas vezes, ou mesmo de um membro do Executivo brasileiro. O mais importante para nós, brasileiros, argentinos, uruguaios, paraguaios, venezuelanos, chilenos e bolivianos, é o fortalecimento do Mercado Comum do Sul, de suas relações, a possibilidade de nos irmarmos ainda mais. Nossas economias e nossas relações comerciais têm crescido intensamente. Portanto, as relações políticas e as relações sociais têm de caminhar no mesmo passo. Não pode haver um descompasso largo entre essas questões.

O objetivo maior de nosso País, como economia mais forte, é o de agregar. Isso é fazer política de Estado, política de nação, política de país que compreende a importância da união das nações sul-americanas. E o Mercosul é a experiência mais avançada, com as melhores condições de atender ao objetivo de fortalecer as nações da América do Sul.

Podemos citar os inúmeros investimentos feitos pelo Brasil, irmanado com as demais nações, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Às vezes, questiona-se no Brasil: por que o BNDES emprestou dinheiro para a Venezuela, para o Peru, para a Colômbia ou para as demais nações sul-americanas? Para entrelaçar nossa economia às economias dos países da América do Sul. É essa a razão pela qual o Embaixador venezuelano, de forma cortês, visitou o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mostrando que não pode haver embaraço na incorporação da Venezuela

ao Mercado Comum do Sul, ao Mercosul. Esse ponto tem grande significado, é importante do ponto de vista político e vai reforçar uma experiência que ainda é nova. O Mercosul é recente, é embrionário. Precisamos avançar mais, incorporando essas nações. Penso que o Brasil tem uma visão mais ampla e compreende que precisa trazer para seu seio os demais países da América do Sul.

O Embaixador da Venezuela, ao visitar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, abre essa porta significativa. Recebemos um convite para visitar Caracas e, ao mesmo tempo, convidamos os venezuelanos para que visitassem o Brasil, para que viessem ao Parlamento brasileiro conversar com os Deputados e com os Senadores. E faremos o mesmo, vamos a Caracas dialogar com os Deputados do Parlamento venezuelano. O sentido é o de se fazer uma forte integração da América do Sul, permitindo que se realize um debate mais acalorado entre os blocos.

Não vamos acabar com nossas diferenças, pois elas são importantes. O Brasil tem uma formação cultural, tem um parque industrial mais desenvolvido. A Venezuela tem aspectos econômicos importantíssimos e muito interessantes para o Brasil.

Veja que há uma proposta em curso de integração energética dessas nações, e isso tem um peso e um valor sem igual no mundo de hoje. Energia é tudo para os brasileiros, para os venezuelanos, para os argentinos, para os uruguaios, para os chilenos e para os bolivianos. Sem energia, nosso crescimento, nosso desenvolvimento, o Programa de Aceleração do Crescimento não tem para onde ir. É preciso muita energia. O Brasil precisa estar integrado a um projeto em curso entre Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, podendo atingir até o Chile, que é um gasoduto de integração dessas nações. E olhem que vai passar no Nordeste brasileiro! É como se disséssemos: saindo da Venezuela, em vez de fazer uma reta em direção ao Sul e ao Sudeste do País, vamos fazer uma curva, para que possamos não só lembrar as curvas de Oscar Niemayer – este homem centenário –, mas também lembrar que o Nordeste precisa ser integrado energeticamente com a Nação brasileira. Esse gasoduto vem da Venezuela, passa pelo Nordeste, vai para o Sudeste, entra pelo Sul, vai para a Argentina, integra-se com as nações do Mercosul, levando gás venezuelano. Olhem o significado disso! Olhem a importância econômica disso para a América do Sul!

A mesma coisa vamos fazer com a energia brasileira da biomassa. Os venezuelanos estão comprando etanol. Temos a possibilidade de vendermos energia da biomassa para as nações sul-americanas. A integração energética terá impacto muito grande no crescimento, no desenvolvimento, das nações sul-americanas.

Então, jamais iremos deixar que uma intriga qualquer, um excesso de retórica nosso, do Parlamento venezuelano ou de um dirigente venezuelano, mesmo de seu Presidente, possa empanar essa possibilidade de integração fortíssima e necessária para a América do Sul. Este, sim, é que tem de ser o nosso objetivo: garantir essa integração. Esse é nosso papel, é o papel das forças mais avançadas, das forças mais progressistas da sociedade brasileira. Aqui, acolá, os conservadores levantam sua voz, porque sabem que essa integração fortalece esse Bloco, cujo fortalecimento, muitas vezes, não interessa aos setores hegemônicos da economia mundial. E, às vezes, fazemos discursos que servem mais aos interesses imperialistas e hegemônicos da economia mundial de hoje do que à integração de nações tão importantes como as da América do Sul.

Então, quero registrar que tivemos a importante oportunidade de distensionar o movimento que parecia separar Brasil e Venezuela. Jamais, jamais, iremos nos separar, porque a noção de importância e de significado da integração das economias dessas nações, desses estados tão importantes, tem de ter uma compreensão mais profunda por parte de todos nós.

Sr. Presidente, eram essas as questões que gostaria de abordar. Solicito a V. Ex^a que permita um aparte do Senador Eduardo Suplicy, que não só participou desse encontro, mas que também buscou dialogar muito com o Embaixador da Venezuela, mostrando o papel das duas economias num trabalho conjunto.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Inácio Arruda, primeiro, faço um apelo ao Senador Romeu Tuma, que preside a sessão, para que tanto o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quanto eu próprio possamos complementar o relato tão importante que o Senador Inácio Arruda está fazendo sobre o encontro ocorrido, há pouco, das 15h30 às 16h30 – durou cerca de uma hora, uma hora e vinte minutos –, no gabinete do Senador Heráclito Fortes. Foi um diálogo tão proveitoso, que, na expressão do Embaixador Julio Garcia Montoya, digo que foi um *acercamiento*, que traduzo como uma aproximação entre o povo da Venezuela e o povo brasileiro e entre nós, Senadores, representantes do povo, e o Embaixador, que representa o Governo da Venezuela no Brasil. Gostaria de ressaltar alguns pontos mencionados por S. Ex^a. E o primeiro ponto de grande importância foi quando observou que a nova Constituição venezuelana, no seu art. 153, tem uma expressão muito semelhante àquela que está no art. 4º da nossa Constituição. Constitui um objetivo da nação venezuelana realizar a integração com os países da América do Sul da mesma maneira que está explicitado, entre os objetivos da República

Federativa do Brasil, no art. 4º, que constitui nosso objetivo realizarmos a integração com os demais países da América do Sul. O segundo ponto é a avaliação que faz no sentido de que há uma amizade muito grande do povo venezuelano com o povo brasileiro, e S. Exª quer estreitar esses laços. O terceiro ponto, muito importante, foi assinalado pelo Presidente Heráclito Fortes, e vou me permitir frisá-lo, porque o Presidente Heráclito Fortes pôde esclarecer isso ao Embaixador, inclusive como pessoa que vai levar essa mensagem ao Presidente Hugo Chávez. Apreciamos uma recomendação formulada pelo Senador Eduardo Azeredo, em termos construtivos, para que o Presidente Hugo Chávez pudesse rever a decisão de não renovar a concessão para a RCTV. Em verdade, diferentemente do que o Presidente Hugo Chávez depois disse, de que aqui seríamos papagaios do governo norte-americano e de que estaríamos contra o Mercosul, o Presidente Heráclito Fortes esclareceu que nós, Senadores dos mais diversos Partidos, somos muitas vezes críticos das ações do governo do Presidente George Walker Bush. Inclusive, fiz questão de dar a cópia do meu pronunciamento de setembro de 2002, onde conclamei o governo do Presidente George Walker Bush a não realizar a ação bélica para derrubar o Presidente Saddam Hussein, no Iraque. Infelizmente, ele não ouviu o clamor que aqui apresentei e que era a opinião de praticamente todos os Senadores. Todos nós recomendamos que fosse outro o caminho que não o meio bélico para resolver o problema do Iraque, que, até agora, não está solucionado. Portanto, esperamos que possa o Presidente Hugo Chávez saber que aqui temos posições muitas vezes diferentes daquela do governo dos Estados Unidos, ainda que sejamos admiradores do povo norte-americano, de suas instituições democráticas, de sua luta pela liberdade e pela democracia. São coisas muito diversas. Enfim, quando ele nos disse que uma delegação de parlamentares da Venezuela virá nos visitar, achamos isso muito positivo. Cumprimento V. Exª, Senador Inácio Arruda, todos os que ali participaram e, especialmente, nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, porque testemunhamos um passo muito positivo, quem sabe, para reconstituirmos uma relação que, por algumas palavras aqui e acolá, estava sendo atrapalhada. Então, meus cumprimentos a V. Exª pelo seu pronunciamento!

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Agradeço a V. Exª seu importante aparte ilustrativo, informando, inclusive, sobre esse aspecto levantado pelo Embaixador de que nossas duas Constituições tratam da integração regional e fortalecem, então, o sentido do Mercosul.

Meu caro Senador Heráclito Fortes, V. Exª, de forma muito gentil, recebeu o Embaixador da Vene-

zuela, dando esse significado a esse novo momento. Cria-se um novo clima também para se discutir o fortalecimento do Mercosul.

Senador Heráclito Fortes, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Inácio Arruda, ao ser procurado pelo Senador Sérgio Zambiasi para manter o entendimento com o Embaixador da Venezuela, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, não pude me furtar disso e, às 15h30, eu o recebi em meu gabinete, estranhando a ausência do sempre empedernido chavista Senador José Nery, que não se fez presente no que poderia ter sido uma colaboração do companheiro para o diálogo. Recebi-o, na companhia de V. Exª, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Sérgio Zambiasi. Ouvimos as ponderações do Embaixador, muito interessado em restabelecer o diálogo entre Brasil e Venezuela, no que concordamos. E fizemos ver ao Embaixador que as questões que separam a Venezuela do ingresso no bloco do Mercosul independem do Brasil, pois há pontos dentro da Carta de Princípios para ingresso ao Mercosul que deverão ser cumpridos pela Venezuela, não pelo Brasil. Daí por que esse prazo não nos cabe, e o Parlamento brasileiro está cumprindo sua tarefa regimentalmente. O processo de discussão da aceitação ou não da Venezuela encontra-se tramitando na Câmara dos Deputados, passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Relações Exteriores, irá ao Plenário e, posteriormente, virá para o Senado da República. Aqui, passará pela Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, pelo Plenário do Senado. Portanto, não há de nossa parte – nem houve em nenhum momento – intenção de ditar prazo, como também não há a hipótese de aceitamos prazo, no que concordou o Embaixador, em conversa civilizada que V. Exª testemunhou e que todos testemunharam. Faço esse registro, porque considero que esse seja exatamente o início de um diálogo que pode restabelecer as relações entre dois países que têm uma tradição histórica de diálogo. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Exª, Senador Heráclito.

Registro, meu caro Senador Nery, que V. Exª não compareceu, porque não tomou sequer conhecimento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Inácio, peço que conclua.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A bem da verdade, aguardamos o Senador Nery hoje, na Comissão de Relações Exteriores. S. Exª me disse que para lá se dirigiria, para fazer a entrega de um pedido seu. S. Exª

seria recebido com a maior alegria, porque encarna, aqui, a defesa permanente dos ideais de Chávez no Congresso Nacional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Mas fizemos questão de registrar, meu caro Senador Nery, o esforço de V. Ex^a, feito no mesmo sentido daquele empreendido pelos Senadores que ali estavam, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Heráclito Fortes e eu. V. Ex^a também trabalhou no mesmo sentido, com o mesmo intuito de fortalecer as relações entre Brasil e Venezuela e de jamais deixar que nos separássemos por uma questão de força retórica de um lado ou de outro.

Penso que o mais importante foi esse passo que foi oferecido. Ali esteve o Embaixador da Venezuela, nós o recebemos de forma tranqüila, fizemos um bom diálogo, um bom debate. Há muito desentendimento entre as informações. Às vezes, retira-se uma frase fora do contexto, seja do Presidente Hugo Chávez, do Presidente Lula ou de um Senador que faz um pronunciamento. Retira-se do contexto aquela expressão e utiliza-a para separar nossas duas Nações. Mas isso não ocorrerá, porque o sentimento dos Senadores foi de acolhimento. O sentimento do Embaixador foi de *acercamiento*, e o nosso, de acolhimento.

Penso que foi esse o sentido, meu caro Presidente Romeu Tuma, da nossa reunião com o Embaixador da Venezuela, que abre um espaço significativo. Há o convite para nós, do Parlamento brasileiro, visitarmos Caracas, e há o nosso convite, para que os Parlamentares venezuelanos aqui venham e para possamos discutir nesse alto nível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Inácio Arruda, se V. Ex^a me permite, quero dizer que estivemos agora no Parlamento do Mercosul, uma comitiva de dezoito Parlamentares brasileiros. Houve um pequeno incidente lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Um representante de um partido radical...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Do Partido Nacional Uruguaio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a estava lá?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Eu estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a viu que ele exigia uma satisfação do representante da Venezuela, porque ninguém queria discutir o assunto, já que não era tema do encontro. Um Parlamentar brasileiro disse que, no grito, ninguém iria levar, e, com a retirada da Argentina, foi suspensa

a reunião. Houve uma reação favorável de um Parlamentar brasileiro, para impedir que a discussão...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Na verdade, um Parlamentar brasileiro, o Deputado Federal Beto Albuquerque, juntamente com outros Deputados, anunciou para o Deputado do Partido Nacional Uruguaio que ninguém iria criar a situação de, no grito, impedir o acesso de nenhum país ao Mercosul. O que nos interessa é uma integração econômica, política e social que fortaleça as Nações da América do Sul perante o mundo. Há muitos blocos poderosos que não têm interesse nessa integração, e nós é que temos de zelar por ela.

O Senador Heráclito Fortes, ao receber o Embaixador da Venezuela hoje, abre caminho para fortalecer nossas relações. Teve grande significado a reunião na Comissão de Relações Exteriores, sob a Presidência do Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer o registro do que li nos jornais de hoje: o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirmou que algumas áreas de terra no Estado de Goiás, tidas como pertencentes a Fernando Beira-Mar, serão confiscadas e transformadas em projetos de assentamento da reforma agrária.

Sr. Presidente, da tribuna do Senado Federal, louvo essa iniciativa. São atitudes como essa que ajudam nosso País a caminhar na direção certa. Pessoas como Fernando Beira-Mar não têm esse direito; nessa área, ele não tem. E o Estado brasileiro tem obrigação de tomar atitudes como essa.

Parabenizo a iniciativa do Incra e espero que outros exemplos como esse sejam adotados, para que nunca mais permitamos que pessoas como Fernando Beira-Mar se beneficiem, apropriando-se de terras como essas.

Sr. Presidente, o que me traz à tribuna hoje é a audiência pública, de iniciativa do Senador Cícero Lucena, realizada ontem na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a participação de Aparecido Bispo, representante da Feraesp; da pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, da Fundacentro, órgão do Ministério do Trabalho; do Sr. Eduardo Koizume, engenheiro de Segurança do Trabalho e da Sr^a Elimara Aparecida Sallum, ambos assessores da União da Indústria da Cana de Açúcar (Única).

Tivemos, ontem, a oportunidade de realizar um debate a partir da expansão da cana-de-açúcar no Brasil e, de todo o prognóstico que temos, a possibilidade do crescimento da exportação de álcool para o mundo inteiro. Quase todos os países, hoje, olham para o Brasil.

Então, o cenário é o mais interessante possível. Já tivemos oportunidade de conversar muito, aqui, no Senado Federal, sobre alguns problemas que precisamos corrigir o mais rápido possível.

Naquela audiência pública, estávamos tratando exatamente de como ficam as relações de trabalho entre as empresas que produzem cana-de-açúcar no Brasil e seus funcionários, seus operários. Não houve bem surpresa, mas tratamos de um ponto que causou impacto. O Ministério do Trabalho tem feito vistorias; em alguns Estados, com muita dificuldade. Como nos disse a pesquisadora Dr^a Maria Cristina, houve dificuldade para acessar algumas empresas, para fazer a vistoria, para saber como está sendo tratado o trabalhador. E assistimos, no noticiário de ontem, que uma usina do Estado do Pará mantinha, em situação considerada degradante – regime de trabalho análogo ao da escravidão –, cerca de 1.108 pessoas. O Ministério do Trabalho teria ido lá e colocado essas pessoas em liberdade. Soube agora, por intermédio da Senadora Kátia Abreu, que diversas entidades se dirigiram àquela empresa, para, *in loco*, saber dos acontecimentos.

O que paira sobre minhas preocupações e minhas convicções, Sr. Presidente? Creio que precisamos, imediatamente, adotar atitudes que premiem, ao máximo, as empresas mais corretas que temos. Poderia haver um grau, digamos assim, de relacionamento diferenciado com aquelas empresas que se estão esforçando e trabalhando para serem consideradas dignas de participarem desse mercado e nenhuma tolerância com aquelas empresas que não têm a menor condição, o menor interesse em tratar, de forma diferenciada, as questões ambientais, as questões trabalhistas e as questões tributárias.

Sr. Presidente, eu soube que a Petrobras está credenciando algumas empresas brasileiras para serem as primeiras fornecedoras de álcool brasileiro para o Japão. Agora, está havendo também, na União Européia, em reunião realizada em Portugal, novo cenário para o álcool brasileiro e para o biodiesel nos países da União Européia. Se se abre um mercado novo, tão promissor, e se há possibilidade também de aumentarmos o percentual da mistura de álcool na gasolina no nosso País, seguramente, em 2010, 2012, haverá cerca de 500 usinas de açúcar instaladas.

Os números que apresentarei, Sr. Presidente, foram mencionados por muitas pessoas que já parti-

ciparam desses debates. Há 800 milhões de hectares de terra, que é o tamanho total do nosso País. Desses, 200 milhões de hectares são destinados ao pasto, à pata do boi; e, desses 200 milhões, cerca de 90 milhões de hectares estão em estado de degradação: subutilizados, mal utilizados; uma área que tem um potencial muito grande para ser reaproveitada.

Vi, agora, um mapa que o Greenpeace forneceu, sobre o chamado “arco do desmatamento”. Ele vai da ponta leste do Estado do Acre até o litoral do Estado do Maranhão. Os pontos em vermelho mostram as terras já totalmente desmatadas; os pontos mais amarelos mostram as áreas que foram desmatadas e que estão em fase de regeneração, e as áreas consideradas de floresta nativa.

Ainda em 2003, tive uma conversa com dirigentes da Companhia Vale Rio Doce, quando aquela empresa manifestou a possibilidade de produzir seu próprio biodiesel; e também madeira para carvão vegetal, para a transformação do ferro. Um dos custos principais do projeto da empresa Vale do Rio Doce era a aquisição de terras. Então, sugeri a eles o seguinte: com tanta terra desmatada, com tanta terra devastada e com a existência de tantos projetos de assentamento de reforma agrária naquelas áreas, inclusive fazendas, se a Vale do Rio Doce quer comprar mais terra para substituir – do ponto de vista ambiental, tudo bem – o óleo *diesel* de suas máquinas pelo biodiesel, fazendo uma mistura, ou, quem sabe, substituindo 100% do produto, por que não se associar aos moradores do chamado “arco do desmatamento”, a fim de que eles produzam e forneçam essa matéria-prima para a Vale do Rio Doce? Assim, a companhia não precisaria fazer, de jeito nenhum, investimento daquela natureza. Com a compra da terra, há a possibilidade de, no futuro, famílias voltarem a ser sem-terra e criarem novos embarços, principalmente, pela propriedade fundiária do Estado do Pará.

No debate de ontem, Sr. Presidente, verifiquei, com muita clareza, que deveríamos adotar alguns critérios sugeridos pelo Aparecido Bispo, representante da Feraesp. Segundo ele, até o presente momento, o trabalhador passa o dia inteiro cortando cana. Foram discutidos muitos temas a esse respeito, como segurança do trabalho; uso de equipamentos adequados – há empresas que fornecem alguns equipamentos que mais atrapalham do que ajudam a saúde do trabalhador; luvas padronizadas – fornecem a mesma luva para pessoas de estatura física diferente, assim, a mão de um trabalhador é maior do que o tamanho da luva, para outro, a mão é menor; discutiu-se também o fato de o trabalhador ficar muito tempo curvado para fazer o corte da cana; a velocidade com que tem de trabalhar; o

número mínimo de toneladas que têm de ser cortadas por dia, sob pena de o cortador perder a oportunidade do trabalho; e muitas outras coisas foram faladas. Mas há algumas que considero regras básicas. Até sugiro que as instituições que representam os empresários dessa área, como a CNI, a CNA, as federações de indústrias, os sindicatos das indústrias de cana e outras entidades envolvidas nessa questão adotem algumas regras básicas, para que acabemos de vez com a mácula que existe na produção agrária brasileira: o tratamento a que é submetido o trabalhador.

Sabemos que há muitas empresas que já caminham no sentido da respeitabilidade ao trabalhador.

Considero regra nº 1: o trabalhador tem o direito, e a empresa tem a obrigação de medir a cana cortada todo dia, para que o trabalhador vá para casa sabendo, de fato, quantas toneladas ele cortou, porque ele não sabe. Isso foi dito na audiência pública. Considero isso a regra nº 1. Regra nº 2: ainda considero uma espécie de câncer social brasileiro a história de o trabalhador do Nordeste migrar para fazer o corte temporário da cana ainda com o uso dos chamados “gatos”. Esses cidadãos recrutam pessoas nos Estados mais pobres do Nordeste brasileiro para o corte da cana e isso é burla trabalhista, além de que o tratamento dispensa comentários. E tem mais: foi dito, na audiência pública, que esses “gatos” cobram um percentual muito alto, chegando até a 30% do valor pago ao trabalhador, para apresentá-lo numa determinada empresa.

Então, Sr. Presidente, digo que se deve ir para as pontas, porque pelo meio não se resolve.

Para mim, a Petrobras e o Governo brasileiro deveriam determinar, ao credenciar qualquer empresa que vá participar, agora, do processo de exportação do álcool brasileiro, que somente podem ir as empresas que garantiram que essas situações já foram resolvidas. Não pode ir qualquer uma.

Sei que quando uma empresa corrige, minimamente, o respeito ambiental, o respeito social, o respeito tributário, quando corrige tudo, há um custo. Para aquela que não respeita tudo isso, o custo é bem inferior. Na hora de vender, as duas vão vender pelo mesmo preço? Isso está completamente errado.

Penso que uma saída importante seria fazer-se a certificação obrigatória, onde deve haver a composição de todos os ISOs, não somente daquele que diz respeito à modernidade tecnológica, mas do que considera o trabalhador e o respeito ambiental como peças importantes da sua empresa. Essas empresas deveriam ser premiadas.

Penso, também, que, daqui para a frente, deveríamos adotar um outro cenário. Estou disposto a atender a solicitação da Senadora Kátia Abreu de irmos

ao Pará, para visitarmos essa empresa que acaba de ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego por apresentar 1.108 pessoas consideradas em estado de trabalho semi-escravo.

Vamos dar uma olhada.

Primeiro ponto: o Ministério do Trabalho e Emprego tem inteira razão naquilo que fez. Se for, essa empresa pode-nos apresentar o seguinte: confessa um erro e apresenta alternativa para corrigir tal erro. Numa situação como essa, acredito que devemos evitar um outro gargalo. Por exemplo, se temos trabalho escravo configurado em uma determinada área, por força de lei essa área poderia até ser confiscada pelo Incra para reforma agrária. É claro que ainda está tramitando, mas já temos um projeto de lei nessa área.

Se a empresa nos garante que pretende corrigir tal mazela, que pretende corrigir agressões ambientais, que pretende corrigir uma série de coisas, até podemos pensar, em português mais simples, numa nova chance para que essa empresa possa continuar operando. Quanto àquelas empresas que não querem participar de jeito algum, Sr. Presidente, as próprias instituições que têm, hoje, caráter de representação devem ter coragem de desfiliá-las, devem ter coragem de tirá-las dos seus quadros, porque assim pega mal para a Fiesp, assim pega mal para a CNI, assim pega mal para a CNA, assim pega mal para as estruturas dos empregadores do patronato brasileiro, dos empresários brasileiros, que ficam misturando aqueles que fazem as coisas corretamente com aqueles que fazem as coisas de maneira detestável.

Ainda há mais: com relação à reunião da UE, dos países europeus, estes estão dizendo que não vão aceitar álcool e biodiesel brasileiro – corretamente – cuja produção precisou avançar sobre matas nativas, nascentes, matas ciliares e que tenha utilizado trabalho escravo. Não vão aceitar um chamado álcool ou biodiesel sujo. Não vão aceitar e estão corretos. Então, o Governo brasileiro deve adotar essa medida, daqui para a frente, de forma muito mais correta.

Agora, não sei por que as próprias instituições não tomam uma atitude dessa natureza. Portanto, faço um apelo à Federação das Indústrias de São Paulo, à Confederação Nacional das Indústrias, CNI, e à Confederação Nacional da Agricultura, CNA, para que comecemos a limpar o joio do trigo, separando uma coisa da outra, porque o nosso País quer, sim, avançar e ser líder mundial.

Hoje, o País domina essa matéria em nível mundial. O mundo inteiro considera o Brasil o grande líder na produção de combustível limpo e renovável. Portanto, ele deve ser limpo na plenitude, não pode ser apenas uma gasolina chique ou um biodiesel chique

para ser colocado nos carros europeus, japoneses e norte-americanos. Não adianta dizermos que estamos reduzindo a emissão de CO₂ se, por trás disso, há sangue, suor, lágrimas, rios e solos destruídos.

Essas coisas não nos interessam, Sr. Presidente.

Portanto, esse é o apelo final que faço.

Peço a tolerância de V. Ex^a e também que considere como lido o discurso que eu trouxe por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo-lhe mais cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Esse é o caminho brasileiro. Pretendo ir, sim, novamente, ao Estado de São Paulo, que já visitei. Conheci diversas empresas de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, em áreas cujos empresários deram passos largos em direção do que considero o mais correto para o nosso País.

No entanto, infelizmente, notícias como essas do Estado do Pará, mais uma vez, levam-nos a perguntar: vale a pena uma situação como essa? Acredito que não.

Ouçó, com muita atenção o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Sibá Machado, essa preocupação que V. Ex^a expressa com relação ao meio ambiente e aos efeitos da provável expansão da agricultura e da cana-de-açúcar no Brasil, assim como os cuidados que devem pautar esse crescimento, são rigorosamente procedentes. De nada nos adianta criar uma base energética se, de outro lado, desestruturarmos as nossas bases de recursos naturais no sentido mais amplo, mexendo com o meio ambiente de forma precária e imprevisível. Valeria a pena, Senador Sibá Machado, uma consulta ao esforço, teórico e prático, que vêm fazendo o Governo de São Paulo e o Governador José Serra, que desenvolvem, nesse plano, projeto e ações antecipadoras no sentido de dotar aquele Estado de material concreto para balizar a expansão da agroindústria do açúcar e fazê-la compatível com os recursos naturais, além de justa sob o ponto de vista dos recursos humanos. Somos de um Estado – eu e o Senador Jarbas – que tem uma tradição grande com relação à cana-de-açúcar. Os recursos naturais, lá, não são tão positivos como os de São Paulo e os de outras áreas: os solos estão envelhecidos, há 300 ou 400 anos planta-se cana-de-açúcar, a topografia é acidentada e a população, bastante pobre.

A monocultura da cana-de-açúcar, aos poucos, em Pernambuco, foi-se concentrando nas áreas de maior eficiência e foi, praticamente, limitando-se nas áreas de topografia mais prejudicada, nas quais era antieconômica a produção da cana e, portanto, do açúcar ou do álcool. Rigorosamente, Pernambuco viveu todas

essas experiências, ainda as vive e terá, também, muito o que mostrar e o que balizar, sob o ponto de vista do futuro desse grande projeto brasileiro. Concordo que o grande instrumento para o futuro do Brasil, visível, é a expansão da sua agroindústria do açúcar e do que ela pode representar com relação à energia. A preocupação de se manter um equilíbrio, de se fazer com ele também justiça social e de se protegerem os recursos humanos é saudável. Sugiro, mais uma vez, consulta e uma integração maior com o Governo do Estado de São Paulo, com o Governador José Serra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a. Realmente, eu não conhecia a Zona da Mata: Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Andei por ali até mesmo para conhecer de perto, *in loco*, um pouco dessa realidade, principalmente para saber como se produz cana-de-açúcar em uma região com aquela topografia, relevo. Com exceção de Alagoas, em que a região pareceu-me mais plano que o de Pernambuco, a mecanização vai demorar muito para ser instalada ali, integralmente.

Tive a oportunidade de ir a São Paulo, principalmente a Ribeirão Preto, onde pude conhecer um grupo de empresas da área de cana-de-açúcar que trabalham com o rigor que todos desejamos.

Por isso, ao fazer este apelo, quero também dizer que estamos criando 72 novas usinas no Brasil, e a continuarmos nesse ritmo, elas passarão de 100. Essas novas usinas não precisam copiar nada de errado das anteriores. Inclusive, vamos fazer um esforço no sentido de que as empresas que estiverem com problemas possam dirimi-los e avançar. Nesse sentido, defendo que o empresário que esteja com problema hoje, mas que tem o desejo de avançar, será dado um tratamento nessa direção. Os que estão ativos devem ser os beneficiados pelos primeiros contratos.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Repito: o custo ambiental, o custo social e o custo tributário, a plenitude, são custos que têm de ir para o preço. Então, o preço tem de ser dado. O empresário não pode ter custos dessa natureza e vender o seu produto pelo mesmo preço daquele que não tem nenhuma obediência aos critérios.

Portanto, acredito que estão com a palavra as instituições que respondem pelo empresariado e, em seguida, o Governo brasileiro.

Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a pela tolerância do tempo.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

A situação dos trabalhadores das usinas de cana do país

Prezadas senadoras, prezados senadores,

Aconteceu, no dia de ontem, no âmbito da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, audiência pública para analisar questões sociais e trabalhistas nas atividades do setor de biocombustíveis. A iniciativa do nobre senador Cícero Lucena permitiu debater longamente a situação das trabalhadoras e trabalhadores, especialmente dos cortadores de cana-de-açúcar em todo o país.

Além de senadores, essa audiência reuniu o sindicalista Aparecido Bispo (representante da FERAESP), a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga (da Fundacentro, instituição de pesquisa do Ministério do Trabalho), o senhor Eduardo Koizume, engenheiro de Segurança do Trabalho e a senhora Elimara Aparecida Sallum, ambos assessores da União da Indústria da Cana de Açúcar, a ÚNICA.

Senhor presidente,

Desde 2003 venho defendendo o biocombustível como uma alternativa energética. Tenho defendido os bios ou agrocombustíveis, inclusive a produção de álcool, não só porque é uma importante alternativa ambiental, mas também porque é

uma fonte de geração de trabalho e renda no meio rural. A produção de biocombustíveis é atividade que promove oportunidade de emprego e renda para a população rural.

A minha defesa desta alternativa, no entanto, não desconhece as sérias acusações que pesam sobre o setor sucroalcooleiro, aliás, acusações e denúncias amplamente publicadas pela imprensa nacional. A dois ou três dias atrás, todos nós lemos nos jornais mais um flagrante da prática de trabalho escravo no setor. O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho libertou 1108 trabalhadoras e trabalhadores, ou seja, não se contam as dezenas, mas aos milhares de trabalhadores submetidos condições análogas à escravidão no trabalho da cana. Esses 1108 trabalhadores faziam a colheita e plantio da cana para uma fazenda no Pará.

Essa e tantas outras notícias recentes sobre casos semelhantes, inclusive em Estados centrais como São Paulo e Rio de Janeiro, são expressões de uma chaga social inominável. Não há argumento econômico, político ou trabalhista que permita justificar, em pleno século XXI, esse tipo de prática; não há justificativa possível para essas condições de trabalho no meio rural brasileiro.

Infelizmente, a audiência de ontem na nossa subcomissão de biocombustíveis simplesmente confirmou essa realidade. O

depoimento de Aparecido Bispo, um sindicalista que começou a cortar cana aos 13 anos de idade, explicitou que ainda há muitos resquícios de modelos escravocratas em usinas de cana.

Faço uso desta tribuna para enfatizar alguns aspectos do depoimento da Doutora Maria Cristina Gonzaga, da Fundacentro. Ela faz pesquisas sobre as condições de trabalho no setor sucroalcooleiro a 13 anos, inclusive denunciou que muitas empresas do setor impedem o acesso de pesquisadores aos ambientes de trabalho para estudar os impactos das atividades na saúde do trabalhador.

Na audiência de ontem, ela fez sérias denúncias sobre as péssimas condições a que são submetidos cortadoras e cortadores de cana. A doutora Maria Crista explicitou fatores que provocam o esgotamento e a exaustão física dos cortadores de cana. Entre os fatores mencionados pela doutora estão, por exemplo, as normas rígidas de produção - são muitas regras a serem seguidas no corte - e a exigência de alta produtividade.

Todos apontam a remuneração por produtividade - ou seja, o trabalhador ganha pela quantidade diária de cana cortada - como o principal fator que resulta em longas jornadas diárias de trabalho, muitas sem intervalos. Longas jornadas, falta de

intervalos, exposição ao sol, alimentação inadequada resultam em desnutrição e desidratação.

O corte da cana é feito em uma postura que acaba ferindo a coluna vertebral dos cortadores. Além disso, o cultivo da cana exige o manuseio de vários produtos tóxicos. Postura inadequada, falta de intervalos para descanso, movimentos repetitivos levam ao cansaço físico.

A combinação de todos estes fatores resulta em esgotamento físico; a exaustão física tem alguns canavieiros à morte. Apesar de não haver estudos comprobatórios, os trabalhadores da cana estão morrendo por exaustão. Se o trabalho escravo é uma chaga social, o que dizer destes casos de morte por excesso de trabalho?

Se os argumentos humanos não são suficientes para ampliar a fiscalização e acabar definitivamente com esta realidade de super-exploração do trabalho no setor, temos agora argumentos do mercado externo. Explico!

Líderes da União Européia decidiram, em março deste ano, que os biocombustíveis devem representar pelo menos 10 por cento dos combustíveis de veículos até 2020. O Brasil é o principal parceiro comercial da União Européia na América

Latina. Até aí tudo bem, mais oportunidades de negócios para a nossa produção de energia alternativa.

Segundo notícias de hoje, o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, defenderá esta semana que a União Européia se abra a importações de biocombustíveis, ao invés de usá-los para capitalizar seus agricultores.

No entanto, Mandelson já alertou que a Europa não quer que a importação de biocombustíveis tenha como custo a destruição de ecossistemas ou de métodos de produção e transporte que consumam energia demais. Segundo palavras dele mesmo: "Os europeus não vão pagar um ágio pelos biocombustíveis caso o etanol no seu carro seja produzido de forma insustentável, ou se vier à custa das florestas tropicais".

A exigência será por uma produção sustentável de biocombustíveis. Embora os biocombustíveis sejam uma "tremenda oportunidade" para o país, é preciso eliminar riscos, como a degradação ambiental e a concentração de renda. É necessário, também, inserir a agricultura familiar no processo e garantir os direitos trabalhistas.

Segundo o representante brasileiro junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para a

América Latina e o Caribe, professor José Graziano da Silva, "Precisamos saber quanto ganha o bóia-fria e como ele é pago para não estar toda a semana nos deparando com a morte de um trabalhador por exaustão ou com uma denúncia de trabalho infantil na nossa agricultura".

Diante disto, é fundamental ações tanto por parte dos governos federal e estaduais, como das empresas para:

- coibir toda e qualquer forma de super-exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Não à mão-de-obra escrava no Brasil! Para tanto, acredito ser fundamental que a Câmara vote e aprove, o quanto antes, a PEC que expropria as terras onde for constatado trabalho análogo à escravidão.

Acredito que essa PEC deve ser apoiada, inclusive, pelas empresas e usinas sérias, pois esses casos inomináveis trarão prejuízos econômicos para o conjunto do setor.

É importante também que:

- os empregadores precisam garantir a segurança e os direitos trabalhistas de seus empregados. Nesse sentido, é fundamental acabar com a prática da terceirização da mão-de-obra; ou seja, acabar com agentes que aliciam trabalhadores e que ficam com parte do dinheiro pago pelos usineiros;

- É preciso também intensificar a fiscalização e garantir que todos os trabalhadores tenham registro na carteira de trabalho e condições mínimas de trabalho como, por exemplo, o fornecimento de água potável e fresca nas lavouras de cana.

Era o que tinha!

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido.

Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Democrata do Piauí, Heráclito Fortes.

V. Ex^a, regimentalmente, teria dez minutos, mas como representante do grandioso Estado do Piauí poderá usar o tempo que lhe convier.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez, em toda minha vida Parlamentar, mais de 25 anos percorrendo os corredores destas duas Casas, este tenha sido o período em que me mantive por maior tempo em silêncio.

Sr. Presidente, tenho evitado – e evitei até hoje – falar sobre essa crise que apequena o Congresso e, de maneira muito especial, o Senado da República, por motivo muito simples: fui designado, desde a Legislatura passada, pelo Líder do meu Partido, Senador José Agripino, membro do Conselho de Ética. Entendo que, como membro do Conselho de Ética, tenho a penosa responsabilidade de julgar processos que envolvem companheiros, ou não companheiros, mesmo que fossem adversários ou quem quer que seja, o julgador não fala; analisa e vota.

Mantive-me, Senador Jarbas Vasconcelos, em silêncio, esperando o ajuste dos fatos e que as coisas viessem para a rota, para o seu trâmite normal, e pudessemos, de maneira tranqüila, fazer o julgamento que aquele Conselho tem por missão.

Entendo, Senador Mozarildo Cavalcanti, que a indicação para participar do Conselho de Ética longe está de ser um prêmio; é uma responsabilidade e, acima de tudo, um ônus para o Parlamentar.

Tenho visto a imprensa e, de maneira muito especial, a sociedade criticar aquele Conselho. Contudo, quero chamar a atenção para um fato: o Conselho ainda não teve oportunidade de se reunir para julgar. Não tivemos, ainda, Senador Mão Santa, a oportunidade da manifestação ou da análise dos fatos por parte dos membros do Conselho. O Senador Sérgio Guerra, membro do Conselho, está aqui presente para testemunhar. As reuniões marcadas apenas se destinaram a eleger presidente, para substituir presidente que renunciou, para comunicação de escolha de relator ou para comunicação de renúncia de relator e a subsequente procura de novos nomes.

Até ontem, o terceiro presidente do Conselho estava à procura de um relator. Pelas peculiaridades e dificuldades da tarefa, ao não encontrar um relator, foi à procura de um critério inovador para a questão em tela e optou por uma Comissão de Relatores. Tenho dúvidas quanto a sua eficácia. Penso que não é uma questão para ser decidida por seis mãos e três cabeças.

Tenho a impressão, Senador Eduardo Suplicy, que nós, mais uma vez, vamos errar no encaminhamento dessa questão. E o julgamento, que poderia ter-se dado em outros termos, em outro clima, hoje mobiliza a opinião pública nacional.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte, com prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a faz uma análise rigorosa dos passos que têm sido dados por nós, aqui no Senado, pelo Conselho de Ética, bem salientando que a opinião pública está atenta e nos cobrando, e muito. No entanto, gostaria de dizer que entendo que o Conselho de Ética poderá, sim, proceder com correção. Temos, como membros dessa comissão, o

Senador Renato Casagrande que, juntamente com a Senadora Marisa Serrano e o Senador Almeida Lima, poderão realizar um belo trabalho, pois que, ainda que tenham, por vezes, histórias e perspectivas diferentes, S. Ex^{as} representam segmentos que poderão resultar num equilíbrio muito importante e significativo para a responsabilidade que agora o Conselho de Ética tem em avaliar as ações do Presidente Renan Calheiros. Ou seja, é tão grande a responsabilidade que me pareceu, embora não usual, que essa solução poderá ser adequada, sobretudo, com o nosso apoio – e V. Ex^a é um dos membros do Conselho de Ética. Informou-me a Senadora Marisa Serrano que hoje, na parte da manhã e também agora à tarde, os três Parlamentares se reuniram, inclusive com a presença do Presidente Leomar Quintanilha, com os responsáveis pelas investigações na Polícia Federal, e estabeleceram a necessidade de vinte dias de prazo para completar o trabalho pericial dos documentos apresentados pelo Senador Renan Calheiros. Então, isso nos possibilitará, em um prazo razoável, ou seja, no início de agosto, termos o relato completo da perícia que está sendo realizada. E, durante esse período, os três Senadores poderão complementar quaisquer informações, assim como indagar o Presidente Renan Calheiros se necessário. Mas, sobretudo, quero registrar e saudar a decisão do Senador Renan Calheiros, que nos foi informada ontem, de comparecer ao Conselho de Ética. Soubemos agora que o Conselho se reunirá nos primeiros dias de agosto para examinar o resultado dessa perícia, ocasião em que poderemos obter os esclarecimentos a serem feitos pessoalmente pelo Senador Renan Calheiros. Acredito que teremos, então, a possibilidade de mais conscientemente tomar uma decisão. Cumprimento as ações que, desde ontem, colocaram o Conselho de Ética na direção correta. Mais uma vez, expressei a minha confiança no trabalho dos três Relatores designados. Será importante que colaborem com eles. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a – e vou ser bem franco, o que, aliás, é uma característica minha – me força, diante do que diz, a emitir uma opinião.

Senador Renato Casagrande, o nome de V. Ex^a foi aplaudido unanimemente pelo Conselho quando indicado Relator. Não sei que contramarcha houve que o convite foi desfeito. Agora, aceitam o mesmo Casagrande com o espaço dividido. O que quero dizer é que, individualmente, qualquer um dos três escolhidos exerceria um extraordinário papel. Mas não me venha convencer, Senador Eduardo Suplicy, que a junção de três pensamentos do mesmo caso trará

algum esclarecimento positivo para o Conselho. Um terço de Casagrande vale mais do que ele todo? Não! Esse é um erro grave, porque expõe as pessoas e o próprio Conselho.

O segundo ponto é a partidização do processo e da comissão. V. Ex^a traz informações extraordinárias sobre o que está acontecendo no Conselho de Ética. Eu, como membro, talvez por não ter o brilho e o prestígio de V. Ex^a, estou sabendo agora por V. Ex^a, mas poderia ter o constrangimento de saber amanhã, pela televisão...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O erro está na maneira como o processo está sendo conduzido.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com prazer, Senador Renato Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, prorrogo o tempo de V. Ex^a por mais cinco minutos.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente Mão Santa, solicito a V. Ex^a que conceda mais um tempinho a S. Ex^a. Senador Heráclito Fortes, o Senado da República, a partir de ontem, começou a dar respostas à crise por que passa. Por mais de um mês, permaneceu sem responder. E uma instituição, quando não dá respostas à sua crise, perde a razão de existir. O Senado Federal começou a responder. A renúncia do Senador Joaquim Roriz, por mais que questionemos o porquê de as pessoas e as lideranças políticas, ao renunciarem, continuarem mantendo os direitos políticos, já foi uma preocupação do Senador com relação ao processo que tramitaria no Conselho de Ética. Além disso, a definição de uma comissão, que não foi o primeiro encaminhamento dado... O primeiro encaminhamento foi a decisão de escolher um relator para o processo. V. Ex^a, que é do Conselho de Ética, sabe que essa é uma tarefa que poucos aceitaram. Quando fui convidado, aceitei. Depois, houve a retirada do convite. O Presidente Leomar Quintanilha me pediu desculpas na terça-feira à noite, em uma reunião do Conselho de Ética, de que V. Ex^a participou.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Claro.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Fui convidado a continuar participando, com o apoio de todos os Partidos que compõem o Conselho de Ética, inclusive o de V. Ex^a. Não queria aceitar porque meu nome já havia sido rejeitado; mas, se não aceitasse, talvez não teríamos conseguido constituir a comissão

na data de ontem. Portanto, aceitei como uma tarefa, como uma missão de colaborar e contribuir para que o Senado comece a responder à sua crise. Hoje, a comissão trabalhou o dia todo, com a ausência do Senador Almeida Lima, que está adoentado. Contudo, eu, a Senadora Marisa Serrano e o Presidente Leomar Quintanilha trabalhamos o dia todo e tomamos as primeiras providências no sentido de sanear o processo, que possui diversos equívocos do passado. Saneamos o processo por decisão do Presidente Leomar Quintanilha. E já encaminhamos ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente do PSOL um documento a fim de que S. Ex^{as} apresentem quesitos e perguntas à perícia que vamos pedir à Polícia Federal. Estivemos na Polícia Federal, conversando com o Diretor Paulo Lacerda. Hoje, portanto, já trabalhamos no sentido de avançar. Agora, temos de acreditar e trabalhar a fim de responder a essa crise, analisar e chegar ao final do processo contra o Presidente Renan Calheiros, com justiça. Temos de obter informações para que, com justiça, cheguemos a um final que resgate ainda mais a credibilidade do Senado da República. Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Senador Renato Casagrande, concordo com V. Ex^a. Chegou a hora de parar de errar nesse Conselho. Agora, é preciso que se divida. Os erros não são do Conselho como um todo. O Conselho ainda não teve tempo de errar nem de acertar. O Conselho não conhece o processo, o Conselho ainda não conhece os fatos. O Conselho só conhece versões.

O Conselho de Ética do Senado da República tem uma tradição. Basta examinar os que passaram pelo julgamento. Há absolvições e há condenações, mas é preciso que os fatos sejam analisados com equilíbrio, com tranquilidade, sem açodamento. Fico altamente tranquilo e seguro com as informações que V. Ex^a presta agora. Começa-se a trilhar por um caminho.

V. Ex^a aduz, com seu aparte, um outro fato extremamente preocupante, que é a renúncia do Senador Joaquim Roriz. Senador Renato Casagrande, convivemos na Câmara dos Deputados. Tenho 25 anos nas duas Casas. Adoro a tribuna do Parlamento, mas tenho pavor a delegacia. Se não tivermos cuidado extremo com as questões que se avolumam no Congresso, sairemos daqui com o diploma de delegado de polícia, e jamais de parlamentares.

Já se sabe, de antemão, que o episódio Joaquim Roriz não se encerra apenas com a renúncia dele. Existem conseqüências na sua própria sucessão. Não quero prejudicar seu sucessor, mas os jornais trazem denúncias contra quem ainda nem posse tomou. Vamos reiniciar essa via-crúcis?

Senador Mão Santa, é preciso que as coisas sejam feitas com mais equilíbrio, de maneira mais rápida e, sobretudo, sob o signo da sensatez.

Senador Cristovam Buarque, com relação a minha posição pessoal, digo aos brasileiros, principalmente àqueles que permanentemente me enviam *e-mails* – e sei distinguir os *e-mails* que saem do coração, da indignação, daqueles que saem postados na mesma hora, em fração de minutos e com objetivos determinados –, àqueles que acompanham minha atuação parlamentar, preocupados, que o meu silêncio é silêncio do observador, é o da responsabilidade, é o de quem tem sobre os ombros, por delegação partidária, o dever de julgar um Senador que é membro desta Casa, e, por força disso, companheiro, mas que nem por isso me retirará o direito à isenção, a isenção que é preciso que tenhamos para preservar o conceito e o nome da instituição.

Sr. Presidente, faço este registro na certeza de que teremos, o mais breve possível, com a nomeação dessa Comissão de Relatores, acesso aos fatos que nos darão embasamento para um julgamento que não seja movido pelo ódio nem tampouco pela benevolência, mas, acima de tudo, pela justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador José Nery, do PSOL do Estado do Pará.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me para falar, como Líder do PSDB, após o Senador José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usará da palavra logo após o término do pronunciamento do Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, reporto-me nesta tarde à realização da 59^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Belém, a cidade herdeira da heróica revolução popular cabana, de 1835, acolhe com alegria os participantes da 59^a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a realizar-se no período de 8 a 13 de julho de 2007.

Com um povo corajoso e alegre, Belém já foi palco de importantes eventos nacionais e internacionais, como o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo e as duas edições do Fórum Social Pan-Amazônico. Agora, após 25 anos, assistimos a uma nova edição da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência na capital do Pará, Belém.

“Amazônia: um desafio nacional”. Esse é o tema central da presente reunião anual da SPPC. E a Amazônia é sempre superlativa. Recursos hídricos estratégicos, reserva mundial de biodiversidade, minérios em abundância e povos indígenas e tradicionais com uma história tão bela quanto rica.

Seria de esperar que os povos da Amazônia pudessem desfrutar, de alguma maneira, de toda essa riqueza. Ledo engano. Calcula-se que 2,6 milhões de pessoas, quase a metade da população do Estado do Pará, sofrem aflições com o flagelo da fome. Dos cerca de 30 mil trabalhadores brasileiros submetidos à condição análoga de escravos, 70% estão em solo paraense. A taxa de analfabetismo é uma das mais altas do País. A maioria dos 9.460 conflitos pela terra registrados nos últimos dez anos também ocorreu no Estado do Pará. Como conseqüência, o Pará coleciona o triste título de campeão da violência no campo, com exemplos inesquecíveis, como o massacre de Eldorado dos Carajás e o assassinato da missionária Dorothy Stang, símbolos de uma história de injustiça e impunidade.

Um dos conceitos em voga define ciência como a soma dos conhecimentos humanos considerados em conjunto. Um processo pelo qual o homem se relaciona com a natureza, visando à dominação desta em seu próprio benefício. Não seria sem propósito agregar que essa relação deve basear-se no respeito e no equilíbrio, a fim de torná-la saudável e perene. Infelizmente, como todos sabemos, a realidade é bem diferente. A relação entre o homem e a natureza é regida pela lógica do capital, que nenhuma preocupação tem com a preservação do meio ambiente.

Como se isso não bastasse, a exploração predatória da natureza ainda guarda outra iniquidade: não tem servido para melhorar a vida de nosso povo. Os recordes nos indicadores de exportação, bem como os dos superávits primários não escondem a fome, o trabalho escravo, a violência urbana e rural, o desemprego e a submissão ao capital internacional.

Qualquer estudo sério, Sr. Presidente, desmonta a lógica dos grandes projetos. Intervenções drásticas no bioma terrestre trazem conseqüências trágicas. No Pará, podemos falar da usina de Tucuruí, que tanta destruição trouxe sem a contrapartida devida aos moradores da região em que se formou o lago de Tucuruí. Por mais incrível que possa parecer, diversas comunidades vizinhas à usina de Tucuruí vivem na mais completa penúria, sem energia elétrica, inclusive.

Exploração mineral desenfreada, agronegócio, monocultura de cana-de-açúcar, superportos e superusinas são apenas alguns dos projetos previstos para serem implantados na Amazônia. O rastro de destruição deixado

por esses projetos é enorme. Agora há um novo tipo de conflito desenvolvendo-se: o conflito pela água.

A II Conferência Mundial sobre Águas, realizada em Amsterdã, em princípios de 2001, prognosticou que, em 2027, cerca de um bilhão de habitantes não terá água suficiente para o atendimento de suas necessidades básicas.

A Amazônia, que dispõe de cerca de 25% do sistema hidrográfico do planeta, já está no centro dessa disputa. O projeto de construção de mais uma usina hidrelétrica, a de Belo Monte, no Pará, gera intensa polêmica, pois, a exemplo de Tucuruí, terá um custo social e ambiental elevado, ameaçando a existência de comunidades tradicionais, inclusive de diversas nações indígenas que habitam a região desde tempos imemoriais.

Fica, então, um rol de perguntas: temos o direito de dispor de águas perenes como força motriz para movimentar geradores, transformando energia mecânica em elétrica, desresponsabilizando-nos com uma discussão muito mais profunda sobre os usos da água como fonte de vida em nosso planeta? Como combinar o desenvolvimento necessário e indispensável para o progresso de nosso País com sustentabilidade? É possível uma verdadeira sustentabilidade dentro dos limites impostos pelo capitalismo mundial? Como aproveitar as potencialidades naturais de nosso País e da Amazônia, sem comprometer o homem de hoje e de amanhã? Como apreender os saberes locais e trabalhar a pequena propriedade, tão mais produtiva e saudável que os latifúndios? Essas são algumas das questões postas para a sociedade brasileira, que os estudiosos da SBPC estão chamados a discutir.

Como Senador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), desejo pleno sucesso aos milhares de participantes de mais esta reunião da SBPC, que se inicia na cidade de Belém, no próximo domingo.

Espero que as discussões avancem na solução concreta desses e de outros problemas que estão colocados na nossa realidade. Que Belém se transforme de cidade das luzes em cidade das idéias. A ciência deve estar a serviço da vida: só assim se realiza em toda sua potencialidade.

Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa saudação e os votos de boas-vindas a todos os cientistas, estudiosos e pesquisadores do Brasil e do exterior, que nos darão a honra de sua presença na cidade de Belém para tão importante evento, 25 anos após a última edição da SBPC em território paraense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA

- Nº 5.708/2007, de 18 de junho último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 288, de 2007, do Senador Heráclito Fortes.

AVISO
DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 982/2007, de 14 de junho último, encaminhado cópia do Acórdão nº 2.264, de

2006, proferido nos autos do processo TC 002.595/2006-0, com novas providências referentes ao Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2007

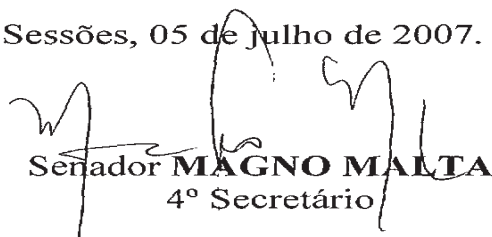
Requeiro, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo falecimento do escritor, professor de literatura brasileira e biógrafo de Rubem Braga, Marco Antonio Carvalho Freitas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família do falecido, reconhecido como um escritor e professor competente que ousado e de opinião forte sempre trabalhando em projetos assistencialistas para moradores carentes.

Justificação

Marco Antonio Carvalho Freitas foi Escritor, Professor de Literatura Brasileira e Biógrafo, teve sua vida pautada por realizações que merecem a homenagem especial deste Senado Federal que não pode deixar de reconhecer a sua importância, o seu mérito e seu legado para as gerações que ouvirão falar de sua obra que muito engrandeceu o Estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, 05 de julho de 2007.



Senador **MAGNO MALTA**
4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 795, de 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre contrato firmado entre a Petrobras e a empresa TGS Consultoria.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre contrato firmado entre a Petrobras e a empresa TGS Consultoria:

1. A Petrobras possui contratos firmados com a empresa TGS Consultoria?
2. Qual o objeto desses contratos?
3. Qual o valor desses contratos?
4. Os contratos obedeceram o disposto na Lei nº 8.666/93?
5. Se houve dispensa de licitação, qual a justificativa?
6. A Petrobras tem conhecimento de que os serviços prestados pela TGS foram terceirizados?
7. A Petrobras faz alguma avaliação das empresas que prestam serviços à estatal de forma terceirizada?
8. A Petrobras tem conhecimento de quem são os sócios da TGS Consultoria? Favor informar os nomes.
9. A Petrobras tem conhecimento de quem são os sócios da empresa DNP? Favor informar os nomes.

10. Algum dos sócios das empresas contratadas ou terceirizadas responde a processo como réu em ação promovida pela União ou em processo tramitando no TCU?
11. Em caso afirmativo, tal fato não implicaria em restrição ou impossibilidade de contratação dessas empresas?

JUSTIFICATIVA

A revista *Veja*, em sua edição de 4 de julho do corrente, publicou matéria intitulada “Ele não larga o osso”, mostrando que a Petrobras firmou contrato com a empresa TGS Consultoria para prestação de serviços na organização da “Cinemostra de Verão” realizada em Vitória, em fevereiro último.

Ocorre que a revista revelou que a empresa DNP - dirigida pelo ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira – foi subcontratada pela TGS para coordenar e produzir o evento acima citado, recebendo pelo serviço o valor de R\$ 55 mil. Oficialmente, as empresas que idealizaram e executaram o evento foram a TGS Consultoria e a Central de eventos e Produções, ambas de propriedade do Sr. Júlio César dos Santos, sócio do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, num escritório de consultoria técnica.

A revista *Veja* lembra que Sílvio Pereira protagonizou escândalo que marcou o primeiro mandato do presidente Lula ao receber de presente da empreiteira GDK um carro da marca Land Rover:

“A empresa tinha contratos com a Petrobras, então notória área de influência do grupo do ex-ministro José Dirceu, do qual Silvinho, como é conhecido, fazia parte. Denunciado pelo Ministério Público por formação de quadrilha, peculato e corrupção, Silvinho (que a partir daí ganharia o sobrenome gaiato de “Land Rover Pereira”) foi apontado pelo procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, como peça-chave no


esquema de 'indicações políticas espúrias' para altos cargos no governo federal."

A revista *Veja* publica, ainda, que consultou três especialistas em direito comercial que afirmaram que todos esses detalhes sugerem que as três empresas anteriormente citadas são, na verdade, uma só:

"Os especialistas ouvidos explicam que esse tipo de 'arranjo comercial' pode ser feito com as seguintes intenções: 1) burlar o Fisco, para pagar menos impostos; 2) fraudar ou obter vantagens em processos de licitação, já que, para impedir favorecimento, os processos públicos de concorrência costumam estabelecer valores máximos de contrato com uma única empresa; 3) manter no anonimato um sócio que, por interdições legais ou éticas, não deve aparecer em determinados contratos. Pelo menos no último caso, é certo que a situação interessaria a Silvinho".

Enfim, o presente requerimento pretende tornar transparente a relação comercial relatada acima, a fim de que se apure eventuais irregularidades nos contratos e os conseqüentes prejuízos aos cofres públicos.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2007.



Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Líder do PSDB

(À mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 796, de 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre as denúncias de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação sobre as denúncias de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado:

1. Quantas e quais são as entidades credenciadas por essa Pasta responsáveis por executar o Programa Brasil Alfabetizado?
2. Quais são os critérios estabelecidos por essa Pasta para credenciar as entidades?
3. Quanto recebeu cada uma dessas entidades nos anos de 2006 e 2007, até a presente data?
4. Como é feita a fiscalização em relação às verbas repassadas às entidades cadastradas?
5. Que irregularidades foram apuradas pela fiscalização até o momento?
6. Que providências estão sendo tomadas em relação às irregularidades apuradas?
7. Está sendo tomada alguma providência para tornar a fiscalização mais eficaz?

JUSTIFICATIVA

O jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de 2 de julho do corrente, publicou matéria intitulada "Curso fantasma desvia verbas do MEC", que trata de irregularidades observadas na execução do Programa Brasil Alfabetizado.

A matéria mostra que muitas das turmas cadastradas pelo Ministério têm endereços fantasmas e que muitos alfabetizadores não receberam o valor devido pelas entidades cadastradas.

Ainda segundo a matéria, o diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos admite que a pasta não tem condições de fiscalizar a atividade de todas as ONG's cadastradas no programa.

Assim, senhor Presidente, as informações que ora requiero tem por objetivo esclarecer o assunto para que se tenha a total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos por parte do atual governo.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2007.


Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

(À mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 797 , DE 2007

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Emílio Batistela e Filomena Batistela.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2007



Senador RAIMUNDO COLOMBO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 580 , DE 2007

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007,

de iniciativa do senador Cristovo Buarque
que autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor.

RELATOR: Senador GERALDO MESQUITA JUNIOR

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 186, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, autoriza a criação, no âmbito do Poder Público Federal, do Programa Biblioteca do Professor, cujo intuito é propiciar reforço aos programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

A proposição, em seu art. 2º, estabelece a constituição da Biblioteca do Professor, dispendo sobre a escolha dos títulos, a ser realizada pelos professores, bem como sobre a propriedade, a guarda e a renovação do acervo.

O § 1º do art. 2º estipula que a escolha dos volumes será feita conforme os princípios do Programa Nacional do Livro Didático, mediante consulta aos professores da rede pública pelos órgãos competentes do Poder Público Federal.

O projeto de lei dispõe, no art. 3º, que os recursos destinados à constituição da Biblioteca do Professor correrão à conta do Programa Nacional do Livro Didático.

Em análise na Comissão de Educação do Senado Federal, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas.


II – ANÁLISE

Em boa hora o projeto de lei em comento reconduz à política educacional do País o programa de reforço à habilitação profissional do professor da rede pública, por intermédio da constituição e da manutenção da Biblioteca do Professor.

Esse bem-sucedido programa, instituído em 2003 pelo Ministério da Educação, demonstrou sua eficácia entre 2003 e 2004, período em que esteve em execução. À época, o intuito precípua era facultar aos educadores brasileiros a formação de uma biblioteca que suprisse o imperativo de complementação e atualização da formação profissional dos professores, graças ao acesso a obras técnicas e científicas. A proposição em análise reproduz a meritória intenção.

Como bem esclarece a justificação do projeto, o referido programa, criado nos moldes do Programa Nacional do Livro Didático, facultava ao professor a escolha de dois volumes de uma lista de obras selecionadas pela Academia Brasileira de Letras para que integrassem sua biblioteca. Na ocasião, foram distribuídos 144 títulos, alcançando o total de um milhão e meio de livros, em benefício de setecentos mil professores das escolas de alfabetização e da 1ª à 4ª série.

Com a descontinuidade, o programa deixou de beneficiar esse público específico, tão carente de suporte de toda ordem. Não é de hoje que sabemos que uma política educacional só alcança seus objetivos se seus agentes estiverem, além de remunerados a contento, bem preparados para a execução de suas tarefas. A instrumentalização dos professores da rede pública é uma iniciativa da maior oportunidade, nesse momento em que as políticas do setor encontram-se em plena discussão e implementação.

Relativamente ao caráter autorizativo do projeto de lei, eventual motivo de argüição quanto à sua constitucionalidade, o mesmo encontra amparo no Parecer nº 527, de 1998, de autoria do então Senador Josaphat Marinho. Nele, o respeitado jurista defende a natureza de proposições desse teor, considerando que o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Assim, como a iniciativa em comento não é apresentada para impor uma prática, mas para autorizá-la ou sugeri-la, nada impede que o assunto seja objeto de lei. 

Por fim, cumpre ressaltar que o projeto de lei se harmoniza perfeitamente aos preceitos constitucionais insculpidos nos capítulos dedicados à Educação e à Cultura, em particular nos arts. 205, 215 e 216 da Carta Magna.

A partir das razões expostas, entendemos que a pertinência da proposição está amplamente justificada.

III – VOTO

Pelo exposto, analisado o mérito, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007.

Sala da Comissão, em 22/06/07

Luiz F.

, Presidente

Juarez Mesquita, Relator

EMENDA, Nº 01 - CE

*Substitua-se a expressão "de ensino
 pré-escolar, fundamental e médio", no
 Art. 1, 2º, por "de educação básica",*

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 186/07 NA REUNIÃO DE 12/06/07
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Cristovam Buarque

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO <i>Augusto Botelho</i>	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco Dornelles</i>
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	6- MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	9- (VAGO)

PMDB

WELLINGTON SALGADO <i>Wellington Salgado</i>	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES <i>Gilvam Borges</i>	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita Júnior</i>	6- JOAQUIM RORIZ <i>Joaquim Roriz</i>
RELATOR:	7- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
(VAGO)	

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES <i>Heráclito Fortes</i>	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	6- ROMÉU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCONI PERILLO <i>Marconi Perillo</i>	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	9- WILSON MATOS <i>Wilson Matos</i>
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 186/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPE					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
(VAGO)					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				IONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CÍCERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALEO PAES					WILSON MATOS	X			
FLEXA RIBEIRO	X				LUCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 17 SIM: 46 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 12/06/2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 186 / 07 EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOIZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					(VAGO)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	X				ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA					PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				JOAQUIM RORIZ				
(VAGO)					NEUTO DE CONTO	X			
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDISON LOBÃO					ADELMIR SANTANA				
HIERÁCLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JONAS PINHEIRO				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CIGERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO				
PAPALÉO PAES					WILSON MATOS	X			
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 06 / 2007

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2007**

Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação, no âmbito do Poder Público Federal, do Programa Biblioteca do Professor.

Parágrafo único. A biblioteca de que trata esta Lei tem como objetivo reforçar os programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de educação básica.

Art. 2º A Biblioteca do Professor constará de obras científicas, técnicas, didáticas e literárias fornecidas pelo Poder Público Federal.

§ 1º O Poder Público Federal fará consulta aos professores, que indicarão os títulos escolhidos, de acordo com os princípios do Programa Nacional do Livro Didático.

§ 2º Os livros da Biblioteca do Professor serão de uso, guarda e propriedade dos professores da rede pública de ensino.

§ 3º Anualmente, serão oferecidos, a cada professor, pelo menos dois títulos de obras para constituição do acervo da Biblioteca do Professor.

Art.3º Os recursos para a aquisição da Biblioteca do Professor correrão à conta do Programa Nacional do Livro Didático.

Art.4º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2007.


Senador Cristovam Buarque, Presidente


Senador Geraldo Mesquita, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL
DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
Seção I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

.....
Seção II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

.....

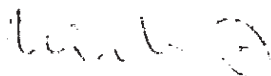
Of. nº. CE/ 065 /2007.

Brasília, 12 de junho de 2007.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007, de minha autoria que, “Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor”, com a emenda oferecida, de autoria do Senador Flávio Arns.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A Sua Excelência o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Senado Federal

NESTA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº. CE/ 065 /2007.

Brasília, 12 de junho de 2007.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007, de minha autoria que, “Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor”, com a emenda oferecida, de autoria do Senador Flávio Arns.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A Sua Excelência o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Senado Federal

NESTA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS Nºs 104 e 105, de 2007

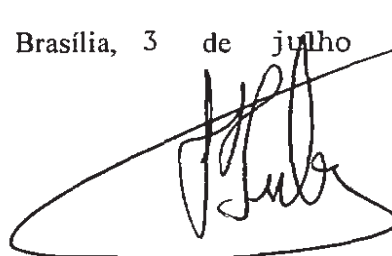
MENSAGEM Nº 104, DE 2007

(nº 447/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa.

Brasília, 3 de julho de 2007.



E.M. 029 /2007-BCB

Brasília, 27 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração Vossa Excelência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 26 de junho de 2007, juntamente com o Relatório de Execução relativo ao período nele referenciado.

2. Acrescento, a propósito do assunto, que, consoante estabelece o mencionado diploma legal, a Programação Monetária (art. 6º, § 1º) deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e o Relatório de Execução (art. 7º, inc. I), aos senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente,



Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Diretoria Colegiada Departamento Econômico – DEPEC

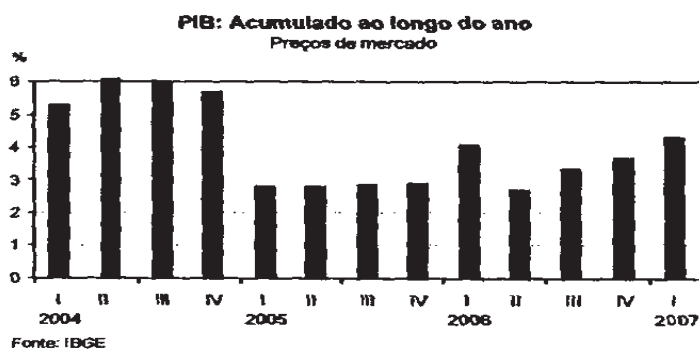
Programação Monetária 2007

Junho – 2007

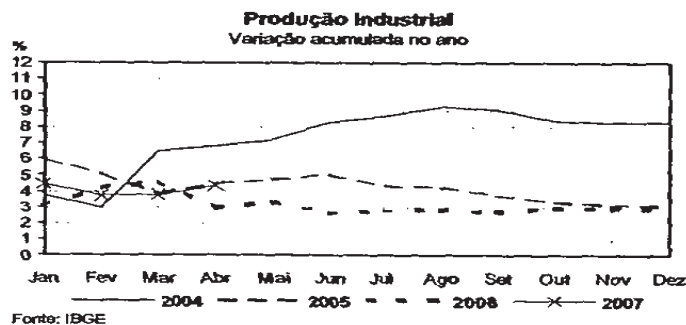
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007**A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2007**

1. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2007, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, segundo estatísticas dessazonalizadas das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. A taxa de crescimento do PIB na margem ratificou a percepção de recuperação do ritmo de crescimento da economia, influenciada, principalmente, pelo crescimento contínuo da renda real e do emprego, pelo bom desempenho do setor agrícola e pelos reflexos da flexibilização da política monetária. Registraram-se aumentos de 0,3% na indústria e de 1,7% no setor de serviços, e redução de 2,4% na produção agropecuária. Em relação aos componentes da demanda, ressaltou-se, no período, a continuidade do crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), atingindo 2,1%. O consumo das famílias aumentou 0,9% e o do governo, 3,5%, enquanto as exportações elevaram-se 1,2% e as importações, em linha com o processo de aceleração do nível da atividade, 4,1%.

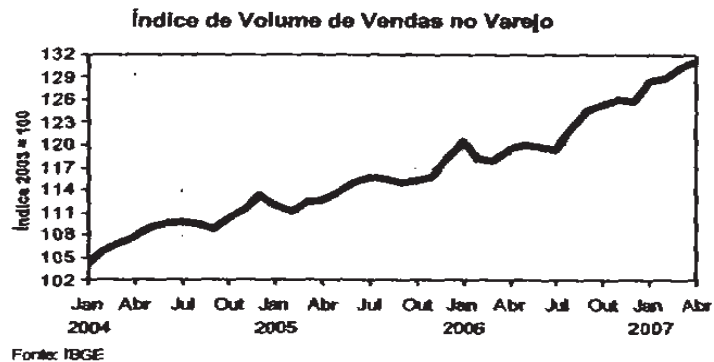


2. A produção industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, vem apresentando crescimento mais acelerado no início de 2007. De acordo com dados dessazonalizados, a produção industrial aumentou 1,5% no trimestre terminado em abril, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, quando crescera 1%, na mesma base de comparação. Em 2006, a produção industrial apresentou variação média trimestral de 0,8%. O incentivo proporcionado pela redução do custo do crédito de médio e de longo prazos, ocorrida ao longo de 2006, tornou-se mais evidente no início deste ano. A produção de bens de capital, que apresentou taxa de crescimento trimestral média de 1,9% em 2006, aumentou 2,9% no trimestre terminado em abril, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, considerados dados dessazonalizados. No mesmo sentido, as produções de bens de consumo duráveis, de bens intermediários, e de bens de consumo



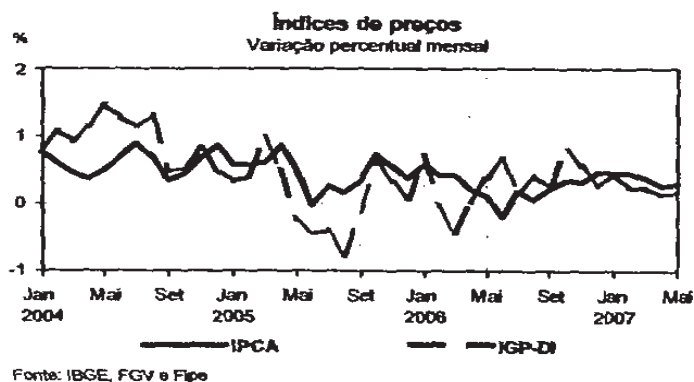
semiduráveis e não-duráveis, que haviam apresentado taxas médias de crescimento trimestral de 1,2%, 0,6% e 0,8%, em 2006, elevaram-se 4,3%, 1,6% e 0,7%, respectivamente, no trimestre terminado em abril.

3. O volume de vendas no varejo, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 9,2% nos primeiros quatro meses de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior. No conceito comércio varejista ampliado, que incorpora os segmentos materiais de construção e automóveis, motocicletas, partes e peças, a aceleração das vendas mostrou-se mais evidente, com elevação de 12,6%

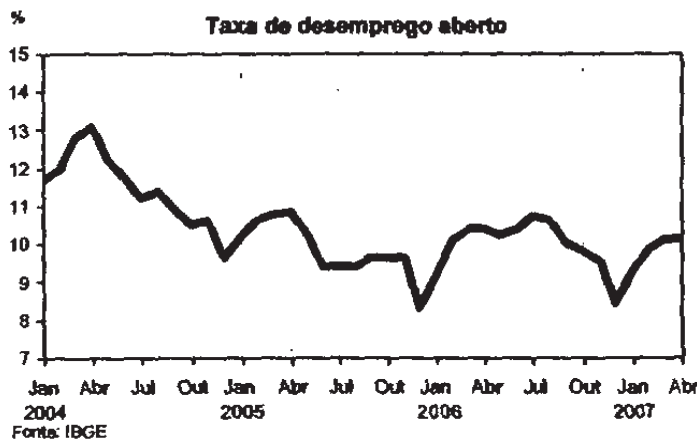


no período. A análise na margem, considerando dados dessazonalizados, sugere a continuidade do desempenho favorável. Nesse sentido, as vendas cresceram 2,6% no trimestre encerrado em abril, em relação ao trimestre finalizado em janeiro, com aumentos de 3,8% nas vendas de móveis e eletrodomésticos, de 2,4% em combustíveis e lubrificantes, e de 2,2% em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Na mesma base de comparação, as vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças cresceram 7,9%. A evolução das vendas nesse segmento, que atingiram níveis recordes nos últimos meses, e no de móveis e eletrodomésticos refletiu, em parte, a relevância do crédito para o atual ciclo de crescimento das vendas do comércio.

4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) registrou inflação de 0,16% em maio, comparativamente a 0,14% em abril. No ano, o IGP-DI acumulou alta de 1,18%, ante 0,61% nos primeiros cinco meses de 2006. A variação mensal do IGP-DI em maio refletiu reduções nas variações do IPA-DI e do IPC-DI e elevação, decorrente de aumento no item mão-de-obra, na relativa ao INCC. A variação acumulada em doze meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como indicador no sistema de metas de inflação, vem registrando relativa estabilidade, no patamar de 3%, desde outubro de 2006. Em maio, o IPCA variou 0,28%, ante 0,25% em abril, acumulando 1,79% nos primeiros cinco meses do ano, ante 1,75% em igual período de 2006.

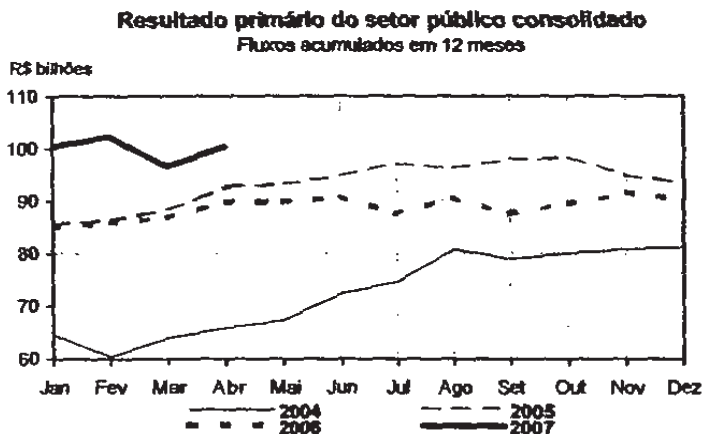


5. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego aberto manteve-se em trajetória ascendente, mas esperada, no primeiro quadrimestre de 2007, alcançando 10,1% em abril, ante 8,4% em dezembro de 2006. Esse aumento refletiu, fundamentalmente, a sazonalidade desfavorável do período, quando foi registrada a eliminação de 258 mil postos de trabalho. A taxa média de desemprego recuou 0,17 p.p.,

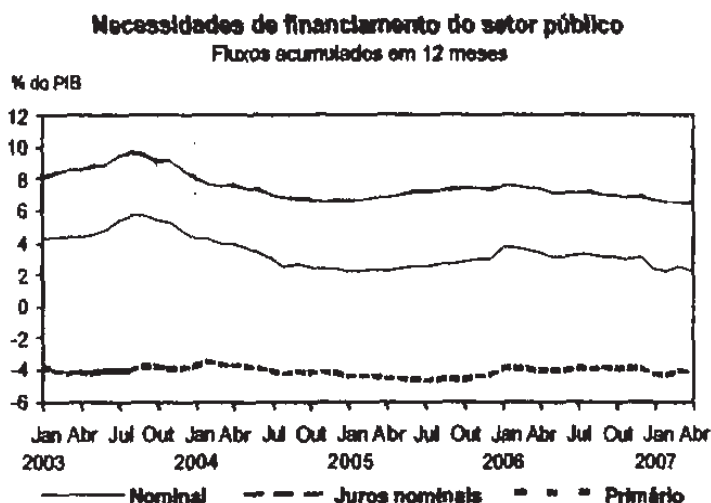


em relação ao mesmo período de 2006, reflexo de expansões de 2,9% no número de ocupados e de 0,9% no de desocupados. Considerando estatísticas relativas a abril de 2007 e igual mês do ano anterior, registrou-se a criação de 640 mil vagas, com melhoria da qualidade das ocupações, tendo em vista o aumento de 361 mil postos de trabalho no segmento com carteira assinada, ante a criação de 90 mil empregos no mercado informal.

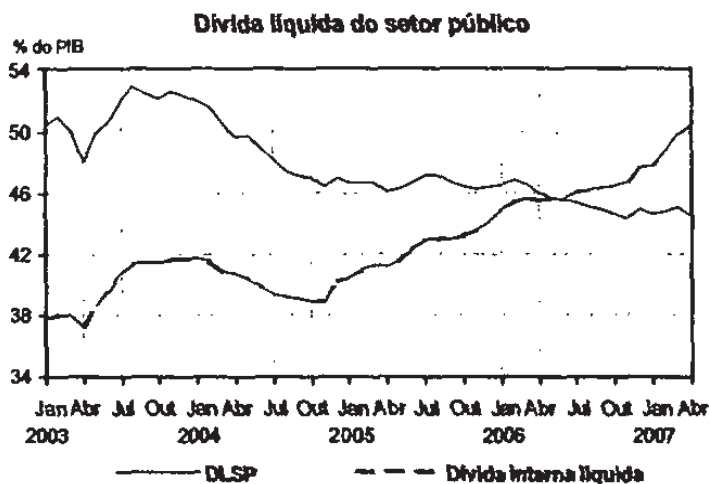
6. O superávit primário do setor público não financeiro totalizou R\$23,5 bilhões em abril, o melhor resultado mensal desde o início da série, em 1991, acumulando R\$50,7 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, 6,51% do PIB, ante 5,62% do PIB em igual período de 2006. Esse resultado refletiu os aumentos nos superávits do governo central, 0,31 p.p. do PIB, e dos governos regionais, 0,61 p.p., e a redução de 0,03 p.p. do PIB no superávit das empresas estatais, registrados no quadrimestre. O superávit do Governo Central atingiu R\$33,3 bilhões no quadrimestre, registrando-se resultado positivo de R\$47,5 bilhões no Governo Federal e déficit de R\$14 bilhões nas contas da Previdência Social. Assinale-se que o superávit alcançado pelo setor público consolidado no primeiro quadrimestre, que representou 53% do resultado previsto para 2007, evidenciou crescimento mais acentuado das receitas do Tesouro Nacional, 0,88 p.p. do PIB, do que das despesas, 0,34 p.p.



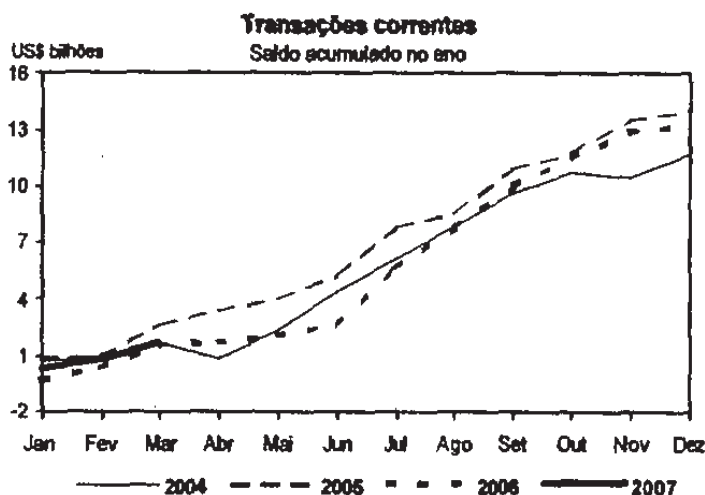
7. Os juros nominais, incorporados pelo critério de competência, totalizaram R\$51,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2007, 6,56% do PIB, comparativamente a R\$57 bilhões, 7,93% do PIB, no mesmo período de 2006. Esse menor volume de juros apropriados decorreu, basicamente, da trajetória declinante da taxa Selic. O déficit nominal do setor público não financeiro, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu R\$405 milhões no quadrimestre encerrado em abril, 2,26 p.p. do PIB, ante 2,31 p.p. do PIB no mesmo período do ano anterior.



8. A dívida líquida do setor público alcançou R\$1.079,5 bilhões em abril, 44,4% do PIB, ante R\$1.067,4 bilhões, 44,9% do PIB, em dezembro de 2006. A redução da relação dívida/PIB foi favorecida pelos impactos associados ao resultado primário, 2,1 p.p., e ao crescimento do PIB valorizado, 1 p.p., enquanto, em sentido contrário, concorreram os impactos associados à apropriação de juros nominais, 2,1 p.p. do PIB; os ajustes de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,3 p.p. do PIB; e o ajuste decorrente da apreciação cambial acumulada no ano, 0,2 p.p. do PIB. Excetuando-se novembro de 2006, a relação dívida líquida/PIB atingiu o nível mais baixo desde abril de 1999, traduzindo, especialmente, a trajetória declinante da taxa Selic e a continuidade do equilíbrio fiscal em todas as esferas de governo.

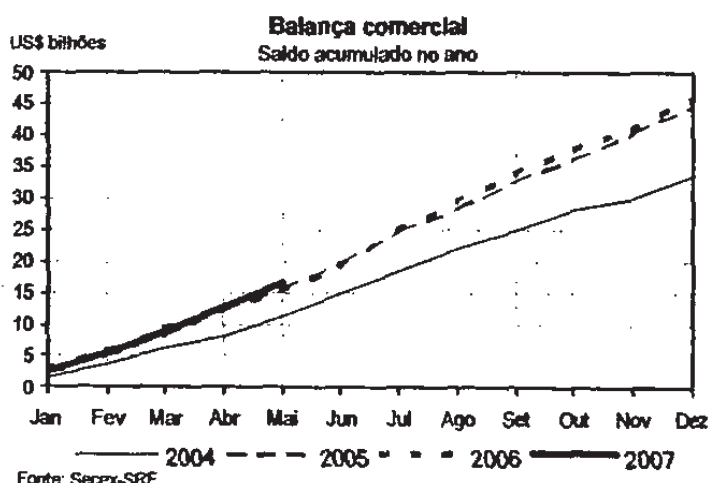


9. As transações correntes acumularam saldo positivo de US\$1,7 bilhão no primeiro trimestre de 2007. As remessas líquidas com serviços atingiram US\$2,2 bilhões, elevando-se 29,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, e os gastos líquidos de rendas, US\$5,8 bilhões, com recuo de 16,3% no período. As transferências correntes atingiram US\$982 milhões no trimestre, elevando-se 4,1%. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou

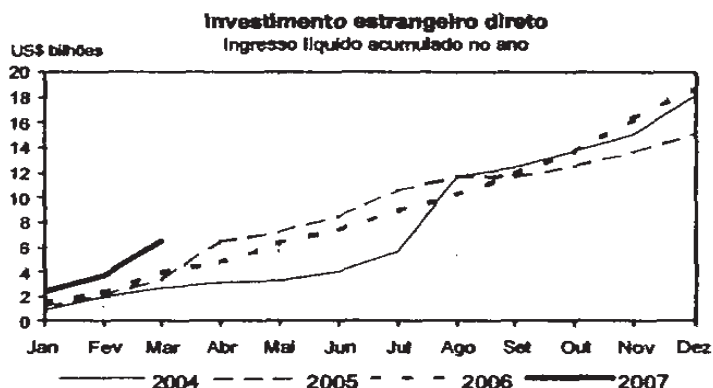


US\$13,4 bilhões em março, representando 1,23% do PIB, ante US\$14,1 bilhões no período correspondente de 2006. Assinale-se que o desempenho das transações correntes em doze meses vem apresentando estabilidade ao redor de US\$13,5 bilhões desde agosto de 2006, evidenciando tanto a manutenção de expressivos superávits comerciais como a estabilidade das remessas líquidas nas contas de serviços e rendas.

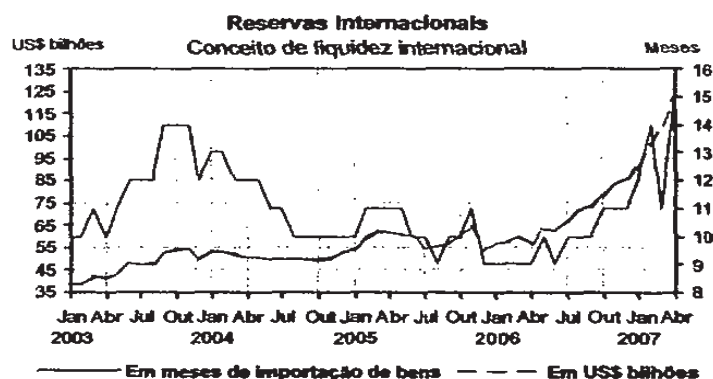
10. As exportações somaram US\$13,6 bilhões em maio e as importações, US\$9,8 bilhões, valores recordes para o mês. Os valores médios diários cresceram 32,4% e 34,2%, respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O superávit comercial de US\$3,9 bilhões, assinalado em maio, situou-se 28,2% acima do ocorrido em maio de 2006. Considerados os doze meses encerrados em maio, o superávit comercial totalizou US\$47,5 bilhões, crescimento de 7% em relação ao período correspondente no ano anterior, com as exportações totalizando US\$148 bilhões e as importações, US\$100,5 bilhões.



11. Os ingressos de investimentos estrangeiros diretos (IED) líquidos somaram US\$6,6 bilhões nos três primeiros meses do ano, ante US\$4 bilhões de janeiro a março de 2006. Considerado o período de doze meses encerrado em março de 2007, os ingressos líquidos de IED somaram US\$21,4 bilhões, comparativamente a US\$15,6 bilhões, no período equivalente do ano anterior.



12. As reservas internacionais cresceram US\$36 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, ante a posição de final de 2006, atingindo US\$121,8 bilhões, equivalentes a 14,9 meses de importações.



B. Política Monetária no primeiro trimestre de 2007

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$109 bilhões em março, com redução de 2,6% no mês e expansão de 20,5% em 12 meses. O papel-moeda emitido alcançou R\$75,7 bilhões, apresentando redução mensal de 3,6% e expansão de 22,1% em relação a março do ano anterior. As reservas bancárias atingiram R\$33,3 bilhões, recuando 0,4% no mês e elevando-se 17,1% em 12 meses.

15. O saldo da base monetária ampliada em final de período, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 17,6% em 12 meses, alcançando R\$1,42 trilhão ao final de março. Essa

evolução refletiu expansões na base restrita, 20,8%; no saldo de títulos públicos federais, 17,4%; e nos depósitos compulsórios em espécie, 15,1%.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2007 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	127,1-172,0	13,3	157,1	19,0
Base restrita ^{3/}	86,9-117,5	13,0	109,0	20,5
Base ampliada ^{4/}	1262,6-1482,2	13,6	1419,8	17,6
M4 ^{4/}	1338,4-1810,8	14,9	1625,4	18,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$157,1 bilhões em março, apresentando redução mensal de 0,4% e aumento de 19% em 12 meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$61,5 bilhões, recuando 2,1% no mês e elevando-se 21,5% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$95,5 bilhões, com acréscimos de 0,8% e 17,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,62 trilhão em março, registrando aumentos de 1,5% no mês e de 18,6% em relação a março de 2006.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$55,9 bilhões no primeiro trimestre de 2007. No mercado primário, ocorreram colocações líquidas de R\$11 bilhões em títulos, resultado de emissões líquidas do mesmo valor do Tesouro Nacional, enquanto no mercado secundário o impacto contracionista atingiu R\$42,9 bilhões.

19. Em janeiro, o Copom avaliou que a elevação da inflação no curto prazo estava sendo liderada por pressões de caráter transitório, que deverão arrefecer ao longo do tempo. Foi considerado, adicionalmente, que, ao longo dos próximos meses, a expansão do nível de emprego e da renda e o crescimento do crédito continuarão impulsionando a atividade econômica, e que a esses fatores devem ser acrescidos os efeitos da expansão das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais ocorridos em 2006 e esperados para este ano. Dessa forma, os efeitos defasados dos cortes de juros sobre uma demanda agregada que já cresce a taxas robustas, se somarão a outros fatores que continuarão contribuindo de maneira importante para a sua expansão. À luz dessas considerações, o Copom voltou a avaliar, tal como nas últimas três reuniões, a conveniência de reduzir a taxa

Selic em 25 p.b. Nesse sentido, tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária, a menor distância entre a taxa básica de juros corrente e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo e os cortes já implementados desde setembro de 2005, a maioria dos membros do Copom concordou em alterar o ritmo de flexibilização da meta para a taxa Selic, reduzindo-a em 0,25 p.p., para 13% a.a. Em março, o Copom avaliou que a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude dos efeitos dos processos de elevação das taxas de juros nas economias industrializadas, e do recente, e possivelmente temporário, aumento de volatilidade nos mercados globais, o cenário externo continua favorável. Particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento externo para a economia brasileira, o Comitê continuou atribuindo baixa probabilidade a um cenário de deterioração significativa nos mercados financeiros internacionais. Nesse cenário, tal como na reunião de janeiro, foi enfatizado que o principal desafio da política monetária consiste em garantir a consolidação dos desenvolvimentos favoráveis que se antecipam para o futuro. Diante disso, dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 12,75% ao ano, sem viés.

C. Política monetária no bimestre abril-maio de 2007

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$111,3 bilhões em maio, com expansões de 0,5% no mês e de 22,6% em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, as reservas bancárias aumentaram 1,3% e 24,8%, respectivamente, situando-se em R\$35,2 bilhões, e o papel-moeda emitido cresceu 0,2% e 21,7%, atingindo R\$76,1 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,49 trilhão em maio, com aumentos de 2,7% no mês e de 21% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 17,8% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie; 25,6% na base restrita; e 20,9% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$158,5 bilhões em maio, com contração de 0,2% no mês e elevação de 20,1% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$61,9 bilhões, elevando-se 0,8% no mês e 20,8% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$96,7 bilhões, com redução mensal de 0,9% e aumento de 19,6% em 12 meses.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,7 trilhão em maio, registrando aumentos de 2,1% no mês e de 21,4% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2007 e ocorridos no período abril/maio^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	131,3-177,6	15,4	158,5	20,1
Base restrita ^{3/}	94,5-127,8	18,5	111,3	22,6
Base ampliada ^{4/}	1331,8-1563,4	17,0	1486,4	21,0
M4 ^{4/}	1402,7-1897,8	17,1	1701,3	21,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$38,2 bilhões no bimestre abril-maio, traduzindo operações contracionistas do Tesouro Nacional da ordem de R\$8,8 bilhões no mercado primário e de R\$29,5 bilhões no mercado secundário.

25. Em abril, a maioria dos membros do Copom avaliou que, tendo em vista a extensão do processo de flexibilização já implementado, as incertezas remanescentes quanto aos impactos defasados do estímulo monetário já injetado na economia, o comportamento esperado dos outros fatores de sustentação do dispêndio, como o crescimento da renda, em um quadro de sólida expansão da demanda doméstica por bens e serviços transacionáveis e não transacionáveis, e de fortalecimento da atividade econômica, seria conveniente a manutenção do ritmo de redução da taxa básica de juros em 25 p.b. Diante disso, dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por quatro votos a três, reduzir a taxa Selic para 12,50% ao ano, sem viés. Em junho, o Copom avaliou que o comportamento mais benigno da inflação nos últimos meses, em contraste com as taxas mensais relativamente elevadas que vinham persistindo desde o final de 2006, confirmava a convergência da inflação para a trajetória das metas. Adicionalmente, foi argumentado que a contribuição do setor externo para a consolidação de um cenário benigno para a inflação poderá ser maior do que a inicialmente contemplada, especialmente pela disciplina exercida sobre os preços de bens transacionáveis e por meio da ampliação dos investimentos, em ambiente de demanda aquecida. Tal contribuição estaria ampliando o escopo para que as taxas de crescimento da demanda agregada e da oferta doméstica voltem a se equilibrar em um prazo relevante para as decisões de política monetária, sem comprometer a convergência para a trajetória das metas de inflação. Diante disso, avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, naquele momento, reduzir a taxa Selic para 12% a.a., sem viés.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50
19.04.2006	-	15,75
31.05.2006	-	15,25
19.07.2006	-	14,75
30.08.2006	-	14,25
18.10.2006	-	13,75
29.11.2006	-	13,25
24.01.2007	-	13,00
07.03.2007	-	12,75
18.04.2007	-	12,50
06.06.2007	-	12,00

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano de 2007

26. O desempenho robusto da economia brasileira registrado no primeiro trimestre de 2007 refletiu, em grande medida, o comportamento da demanda interna, favorecido pelo dinamismo do consumo das famílias e, mais recentemente, pela expansão dos investimentos. O ciclo de crescimento registrado no consumo das famílias vem sendo sustentado tanto pelos aumentos da renda e do emprego quanto pelas melhores condições de crédito.

27. O crescimento expressivo apresentado pelos investimentos nos primeiros meses de 2007 evidencia a recuperação da renda agrícola, os altos níveis de confiança dos empresários, o patamar reduzido do risco-Brasil, o volume de importações de bens de capital, assim como a continuidade do processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, o aumento recente da utilização da capacidade instalada da indústria, desdobramento compatível com o maior dinamismo da produção, não deverá constituir-se em restrição à continuidade do crescimento da atividade econômica no curto prazo. As perspectivas para o médio prazo também parecem ser benignas, haja vista a postura aparentemente favorável dos empresários, em especial nos segmentos com menor grau de ociosidade, em relação ao aumento da capacidade produtiva.

28. O mercado de trabalho segue apresentando evolução virtuosa, com aumentos do emprego formal e da massa salarial real, essa última explicitando, também, as reduzidas taxas de inflação. A continuidade da melhora no mercado de trabalho e os efeitos da flexibilização da política monetária constituem-se em fatores determinantes para a consolidação da expansão da atividade ao longo de 2007.

29. No âmbito externo, as importações continuam crescendo de forma mais acelerada do que as exportações, evolução associada tanto ao dinamismo do mercado interno quanto à oportunidade de ampliação da capacidade produtiva, ressaltando-se que o crescimento das importações de bens de capital vem superando, em volume, o aumento médio total das importações, o que fortalece as perspectivas de adequação da capacidade instalada ao cenário de manutenção do crescimento da demanda interna.

30. O crescimento das operações de crédito, favorecido pela continuidade do processo de flexibilização da política monetária, assim como o desempenho dos agregados monetários, seguem evidenciando a importância da contribuição desse canal de difusão da política monetária na composição da demanda interna. Nesse contexto, enquanto as novas contratações por parte das famílias mantêm-se em patamar elevado, a demanda por recursos por parte das empresas se situa em linha com a intensificação do nível da atividade econômica.

31. A evolução do crédito para pessoas físicas permanece sustentada, em grande parte, pela modalidade de crédito pessoal. As operações relativas a esse segmento seguem traduzindo o desempenho dos empréstimos consignados em folha de pagamento, enquanto o crédito para pessoas jurídicas, seguindo o padrão observado nos primeiros meses de 2006, esteve vinculado de forma mais acentuada às modalidades lastreadas em moeda estrangeira.

32. A evolução do cenário fiscal permanece favorável em 2007, com perspectivas de redução dos juros nominais apropriados, em linha com a continuidade da trajetória declinante da taxa Selic e da relação DLSP/PIB.

33. A consolidação do processo de ajuste fiscal persiste como meta prioritária, observando-se o cumprimento das metas de superávit primário, inclusive no que se refere aos governos subnacionais, esfera cujos resultados vêm se mostrando favoráveis. Ressalte-se que as metas fiscais estabelecidas são compatíveis com a redução consistente da relação DLSP/PIB, mesmo considerando as deduções do superávit primário previstas para os investimentos prioritários incluídos no PPI, e que as perspectivas de elevação do investimento público, por meio da implantação progressiva dos projetos incluídos no PAC, favorecem o crescimento do produto, criando condições suplementares à geração de um círculo econômico virtuoso.

34. O comportamento favorável dos preços nos últimos meses refletiu, especialmente, o fim das pressões sazonais de alimentos “*in natura*” e de cursos. Ressalte-se que a inflação acumulada em 12 meses tem-se mantido no patamar de 3% desde o quarto trimestre de 2006, apesar das pressões altistas, registradas no final daquele ano e nos primeiros meses de 2007, associadas aos preços dos alimentos, em cenário tanto de adversidades climáticas quanto de aquecimento da demanda internacional.

35. As perspectivas para os próximos meses em relação ao comportamento da inflação continuam favoráveis, mesmo considerando a aceleração do crescimento da economia. Ressalte-se, no cenário interno, os aspectos positivos da redução dos preços de alguns itens importantes, a exemplo de energia elétrica. Entretanto, a continuidade do crescimento da economia mundial deverá seguir pressionando os preços internacionais de alimentos e de energia, enquanto a expansão da demanda doméstica deve pressionar os preços de bens e serviços não comercializáveis.

36. O setor externo da economia brasileira permanece sólido e superavitário, adicionando graus de liberdade à gestão da política econômica. Os saldos da balança comercial continuam expressivos, devendo alcançar, pelo terceiro ano consecutivo, patamar de US\$40 bilhões, estimulados pela sustentação do dinamismo das exportações, em cenário de crescimento das importações. Dessa maneira, os superávits comerciais elevados coexistem com a ampliação da corrente de comércio do país, aumentando, ainda que de uma base limitada, o grau de abertura da economia brasileira.

37. Esse desempenho da balança comercial se traduz em seguidos superávits das contas correntes do país que, neste ano, deverá atingir US\$10,7 bilhões. Adicionalmente, o fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos do país, como a estabilização da inflação e a aceleração do crescimento, deverão estimular expressivos ingressos de divisas oriundas de investimentos estrangeiros diretos, de aplicações em ações e em títulos de renda fixa negociados no país, contribuindo juntamente com as transações correntes para a manutenção de elevado superávit global no balanço de pagamentos.

38. Nesse cenário, permanecem em curso medidas destinadas a melhorar a capacidade do país resistir a cenários externos adversos. A acumulação das reservas internacionais cresce a ritmo acentuado, com a aquisição de divisas pelo Banco Central refletindo os saldos positivos no mercado cambial e obedecendo à política anunciada de não impor tendência nem pisos à flutuação cambial nem adicionar volatilidade ao mercado. Seguem-se as emissões de bônus soberanos no mercado internacional denominados em moeda nacional, com taxas de juros decrescentes a cada nova emissão, reduzindo a exposição da dívida externa às variações cambiais. Assinale-se, ainda, a continuidade da política do Tesouro Nacional relativa à recompra da dívida externa, melhorando o perfil desse endividamento para os próximos anos, além de adquirir em mercado as divisas necessárias ao pagamento do serviço da dívida vincenda em 2007.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

39. A programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2007 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões			
	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	146,3-197,9	19,9	169,8-229,7	19,5
Base restrita ^{3/}	100,3-135,8	17,5	119,1-161,1	18,4
Base ampliada ^{4/}	1426,0-1674,0	20,1	1467,8-1723,1	19,3
M4 ^{4/}	1537,6-2080,3	22,9	1602,4-2168,0	20,9

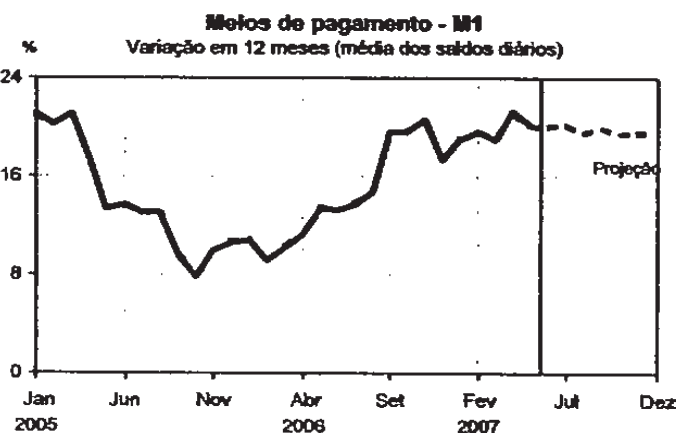
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

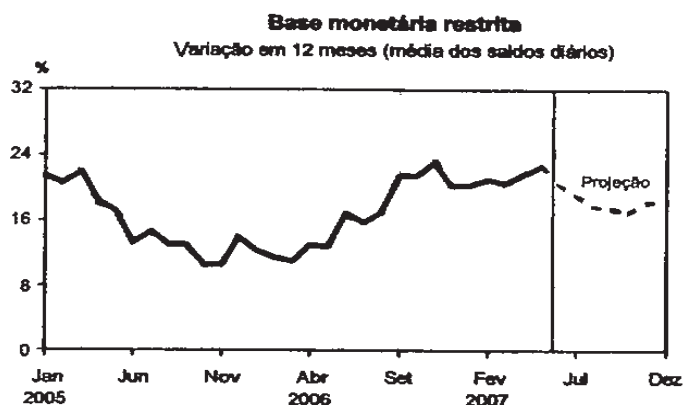
4/ Saldo em fim de período.

40. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerou-se ainda o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 19,9% para setembro e 19,5% para dezembro de 2007.

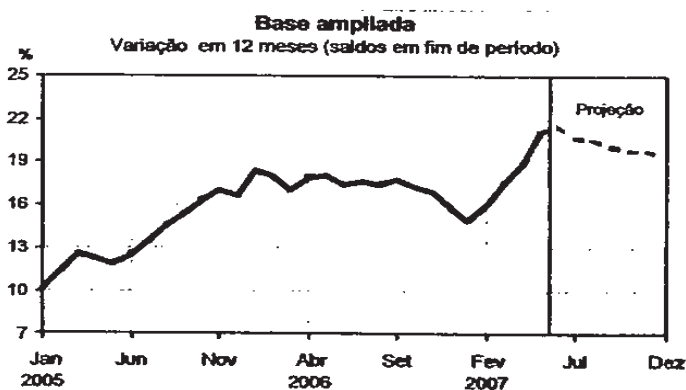


41. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, como variáveis exógenas, a elevação do salário mínimo e as restituições do imposto de renda.

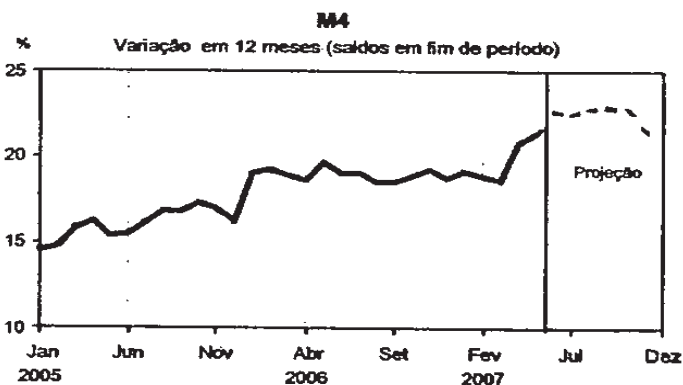
42. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em 12 meses para o saldo médio da base monetária de 17,5% em setembro e 18,4% em dezembro de 2007.



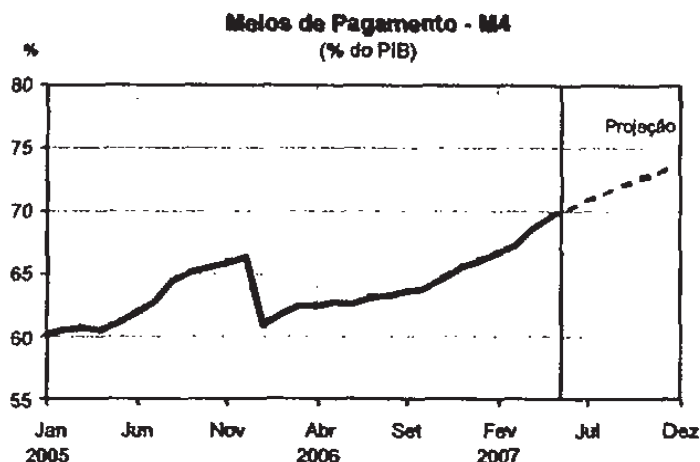
43. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de mercado de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 20,1% em setembro e 19,3% em dezembro de 2007.



44. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 22,9% em setembro e 20,9% em dezembro de 2007.



45. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2007, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



46. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre abril/maio de 2007, bem como os valores previstos para o terceiro trimestre e para o final de 2007.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{4/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	158,5	20,1	172,1	19,9	199,7	19,5
Base restrita ^{4/}	111,3	22,6	118,1	17,5	140,1	18,4
Base ampliada ^{5/}	1486,4	21,0	1550,0	20,1	1595,4	19,3
M4 ^{5/}	1701,3	21,4	1809,0	22,9	1 885,2	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.

47. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,424	-2,1	1,458	2,1	1,426	0,9
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,365	4,3	0,344	0,0	0,355	0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,390	0,5	0,385	-4,0	0,397	-1,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,145	0,3	1,167	2,4	1,182	1,4

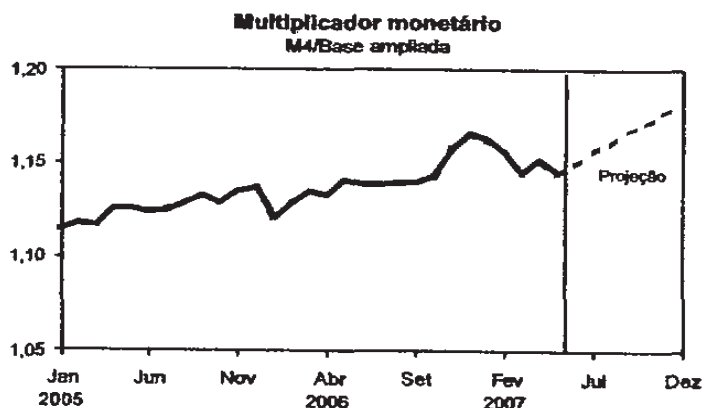
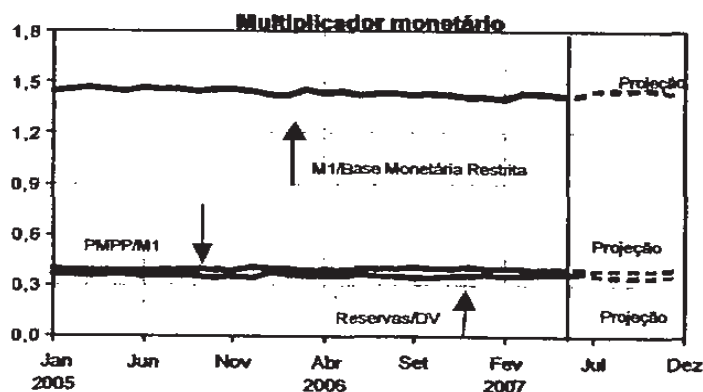
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

48. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo de 2007.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2007 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	127,1-172,0	13,3	157,1	19,0
Base restrita ^{3/}	86,9-117,5	13,0	109,0	20,5
Base ampliada ^{4/}	1262,6-1482,2	13,6	1419,8	17,6
M4 ^{4/}	1338,4-1810,8	14,9	1625,4	18,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2007 e ocorridos no período abril/mayo ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	131,3-177,6	15,4	158,5	20,1
Base restrita ^{3/}	94,5-127,8	18,5	111,3	22,6
Base ampliada ^{4/}	1331,8-1563,4	17,0	1486,4	21,0
M4 ^{4/}	1402,7-1897,8	17,1	1701,3	21,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007 ^{1/}

Discriminação	R\$ bilhões			
	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	146,3-197,9	19,9	169,8-229,7	19,5
Base restrita ^{3/}	100,3-135,8	17,5	119,1-161,1	18,4
Base ampliada ^{4/}	1426,0-1674,0	20,1	1467,8-1723,1	19,3
M4 ^{4/}	1537,6-2080,3	22,9	1602,4-2168,0	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{4/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	158,5	20,1	172,1	19,9	199,7	19,5
Base restrita ^{4/}	111,3	22,6	118,1	17,5	140,1	18,4
Base ampliada ^{5/}	1486,4	21,0	1550,0	20,1	1595,4	19,3
M4 ^{5/}	1701,3	21,4	1809,0	22,9	1 885,2	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,424	-2,1	1,458	2,1	1,426	0,9
Res. bancárias / dep. vista ^{3/}	0,365	4,3	0,344	0,0	0,355	0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,390	0,5	0,385	-4,0	0,397	-1,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,145	0,3	1,167	2,4	1,182	1,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

Aviso nº 604 - C. Civil.

Brasília, 3 de julho de 2007.

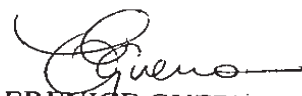
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

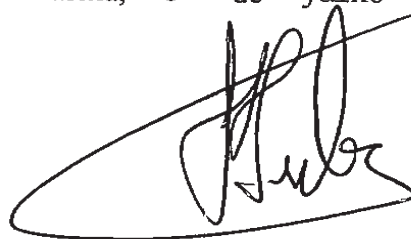
Mensagem nº 105, de 2007

(nº 446/2007, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossa Excelência o relatório de execução da Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

Brasília, 3 de julho de 2007.



E.M. 029 /2007-BCB

Brasília, 27 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração Vossa Excelência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 26 de junho de 2007, juntamente com o Relatório de Execução relativo ao período nele referenciado.

2. Acrescento, a propósito do assunto, que, consoante estabelece o mencionado diploma legal, a Programação Monetária (art. 6º, § 1º) deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e o Relatório de Execução (art. 7º, inc. I), aos senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente,


Henrique de Campos Meirelles
Presidente

Diretoria Colegiada Departamento Econômico – DEPEC

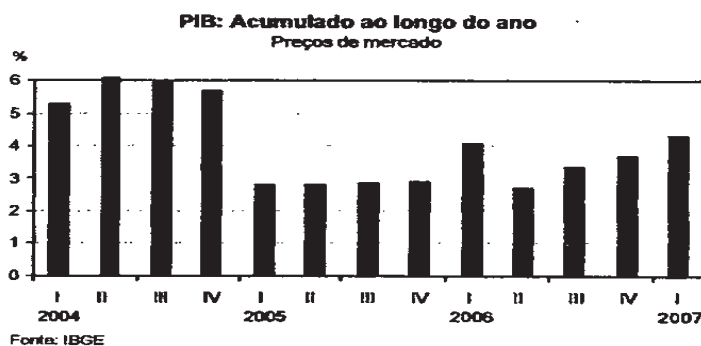
Programação Monetária 2007

Junho – 2007

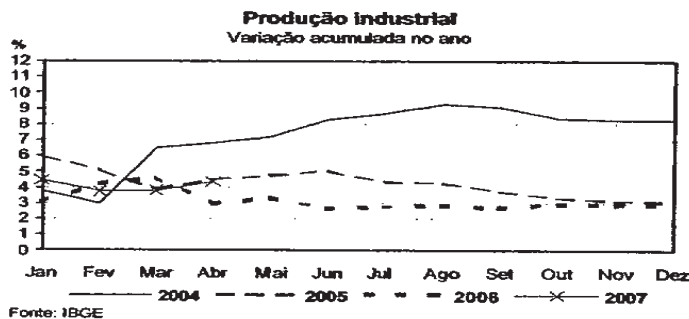
BANCO CENTRAL DO BRASIL

Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007**A. A economia brasileira no segundo trimestre de 2007**

1. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2007, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, segundo estatísticas dessazonalizadas das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. A taxa de crescimento do PIB na margem ratificou a percepção de recuperação do ritmo de crescimento da economia, influenciada, principalmente, pelo crescimento contínuo da renda real e do emprego, pelo bom desempenho do setor agrícola e pelos reflexos da flexibilização da política monetária. Registraram-se aumentos de 0,3% na indústria e de 1,7% no setor de serviços, e redução de 2,4% na produção agropecuária. Em relação aos componentes da demanda, ressaltou-se, no período, a continuidade do crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), atingindo 2,1%. O consumo das famílias aumentou 0,9% e o do governo, 3,5%, enquanto as exportações elevaram-se 1,2% e as importações, em linha com o processo de aceleração do nível da atividade, 4,1%.

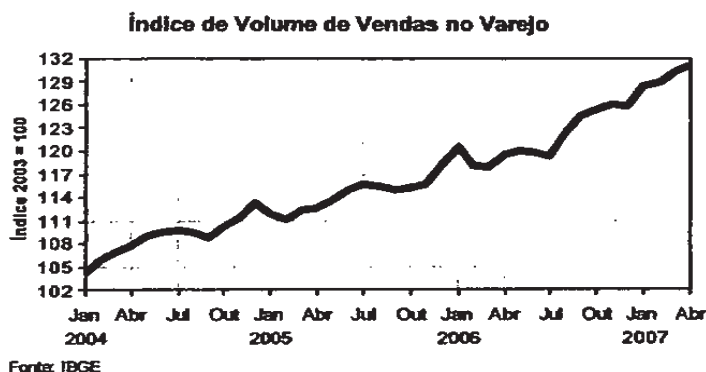


2. A produção industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, vem apresentando crescimento mais acelerado no início de 2007. De acordo com dados dessazonalizados, a produção industrial aumentou 1,5% no trimestre terminado em abril, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, quando crescera 1%, na mesma base de comparação. Em 2006, a produção industrial apresentou variação média trimestral de 0,8%. O incentivo proporcionado pela redução do custo do crédito de médio e de longo prazos, ocorrida ao longo de 2006, tornou-se mais evidente no início deste ano. A produção de bens de capital, que apresentou taxa de crescimento trimestral média de 1,9% em 2006, aumentou 2,9% no trimestre terminado em abril, em relação ao trimestre encerrado em janeiro, considerados dados dessazonalizados. No mesmo sentido, as produções de bens de consumo duráveis, de bens intermediários, e de bens de consumo



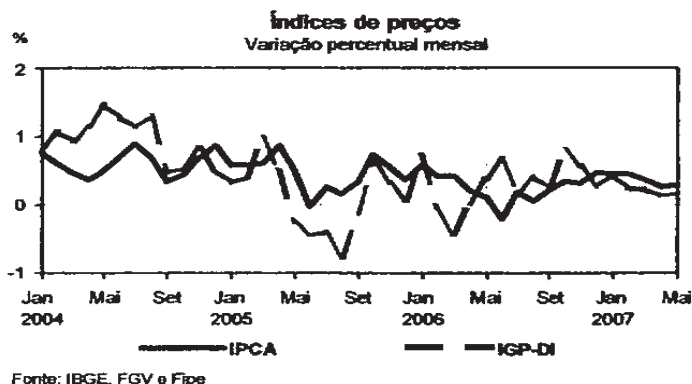
semiduráveis e não-duráveis, que haviam apresentado taxas médias de crescimento trimestral de 1,2%, 0,6% e 0,8%, em 2006, elevaram-se 4,3%, 1,6% e 0,7%, respectivamente, no trimestre terminado em abril.

3. O volume de vendas no varejo, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 9,2% nos primeiros quatro meses de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior. No conceito comércio varejista ampliado, que incorpora os segmentos materiais de construção e automóveis, motocicletas, partes e peças, a aceleração das vendas mostrou-se mais evidente, com elevação de 12,6%

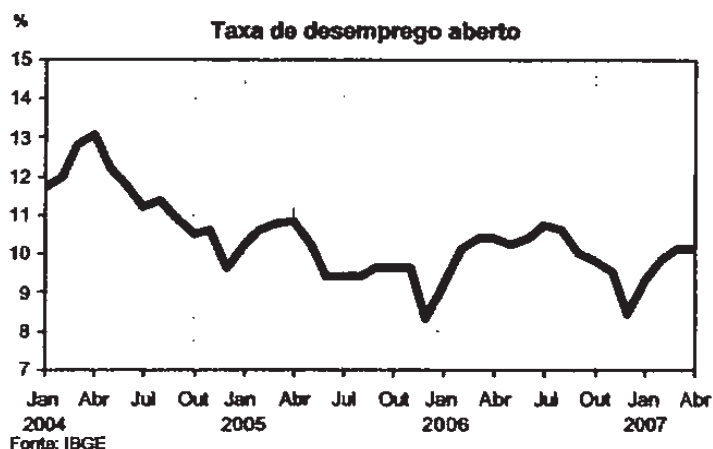


no período. A análise na margem, considerando dados dessazonalizados, sugere a continuidade do desempenho favorável. Nesse sentido, as vendas cresceram 2,6% no trimestre encerrado em abril, em relação ao trimestre finalizado em janeiro, com aumentos de 3,8% nas vendas de móveis e eletrodomésticos, de 2,4% em combustíveis e lubrificantes, e de 2,2% em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Na mesma base de comparação, as vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças cresceram 7,9%. A evolução das vendas nesse segmento, que atingiram níveis recordes nos últimos meses, e no de móveis e eletrodomésticos refletiu, em parte, a relevância do crédito para o atual ciclo de crescimento das vendas do comércio.

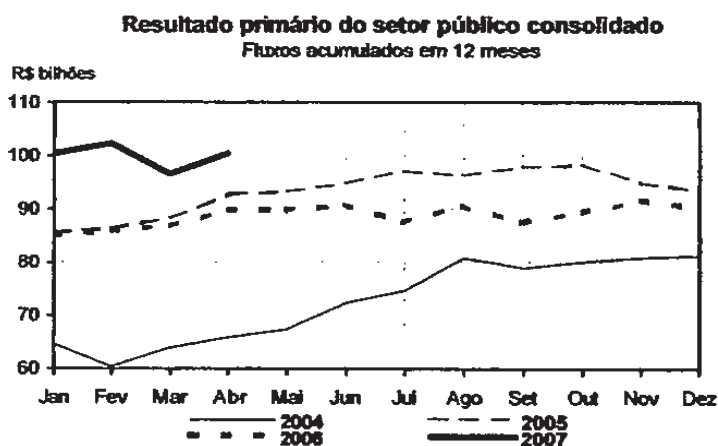
4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ) registrou inflação de 0,16% em maio, comparativamente a 0,14% em abril. No ano, o IGP-DI acumulou alta de 1,18%, ante 0,61% nos primeiros cinco meses de 2006. A variação mensal do IGP-DI em maio refletiu reduções nas variações do IPA-DI e do IPC-DI e elevação, decorrente de aumento no item mão-de-obra, na relativa ao INCC. A variação acumulada em doze meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como indicador no sistema de metas de inflação, vem registrando relativa estabilidade, no patamar de 3%, desde outubro de 2006. Em maio, o IPCA variou 0,28%, ante 0,25% em abril, acumulando 1,79% nos primeiros cinco meses do ano, ante 1,75% em igual período de 2006.



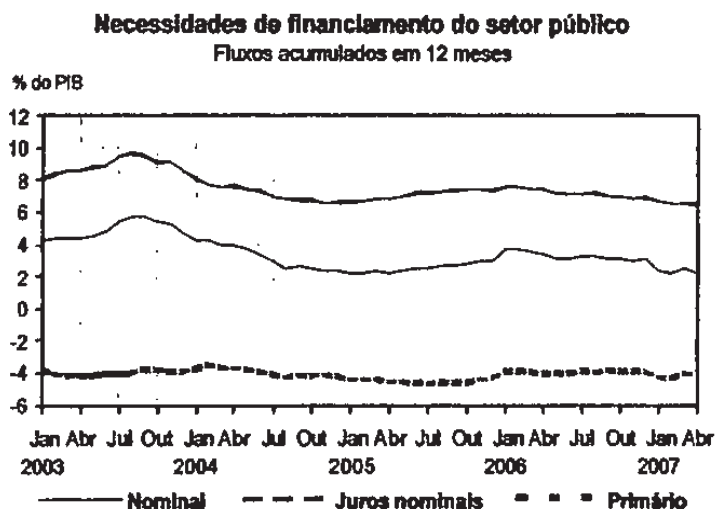
5. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego aberto manteve-se em trajetória ascendente, mas esperada, no primeiro quadrimestre de 2007, alcançando 10,1% em abril, ante 8,4% em dezembro de 2006. Esse aumento refletiu, fundamentalmente, a sazonalidade desfavorável do período, quando foi registrada a eliminação de 258 mil postos de trabalho. A taxa média de desemprego recuou 0,17 p.p., em relação ao mesmo período de 2006, reflexo de expansões de 2,9% no número de ocupados e de 0,9% no de desocupados. Considerando estatísticas relativas a abril de 2007 e igual mês do ano anterior, registrou-se a criação de 640 mil vagas, com melhoria da qualidade das ocupações, tendo em vista o aumento de 361 mil postos de trabalho no segmento com carteira assinada, ante a criação de 90 mil empregos no mercado informal.



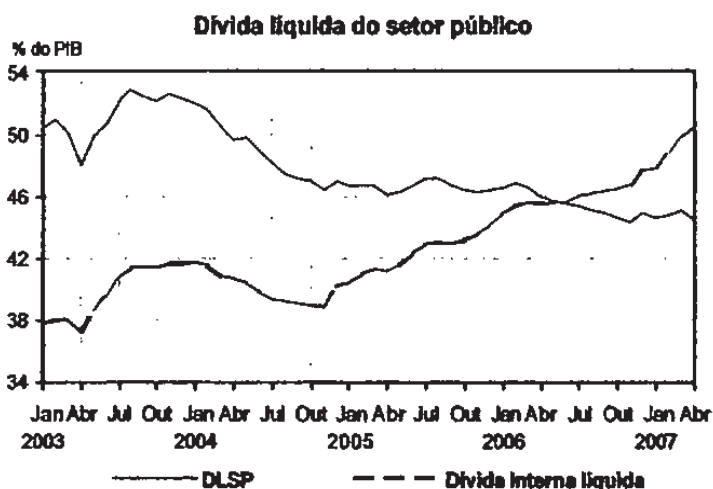
6. O superávit primário do setor público não financeiro totalizou R\$23,5 bilhões em abril, o melhor resultado mensal desde o início da série, em 1991, acumulando R\$50,7 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, 6,51% do PIB, ante 5,62% do PIB em igual período de 2006. Esse resultado refletiu os aumentos nos superávits do governo central, 0,31 p.p. do PIB, e dos governos regionais, 0,61 p.p., e a redução de 0,03 p.p. do PIB no superávit das empresas estatais, registrados no quadrimestre. O superávit do Governo Central atingiu R\$33,3 bilhões no quadrimestre, registrando-se resultado positivo de R\$47,5 bilhões no Governo Federal e déficit de R\$14 bilhões nas contas da Previdência Social. Assinale-se que o superávit alcançado pelo setor público consolidado no primeiro quadrimestre, que representou 53% do resultado previsto para 2007, evidenciou crescimento mais acentuado das receitas do Tesouro Nacional, 0,88 p.p. do PIB, do que das despesas, 0,34 p.p.



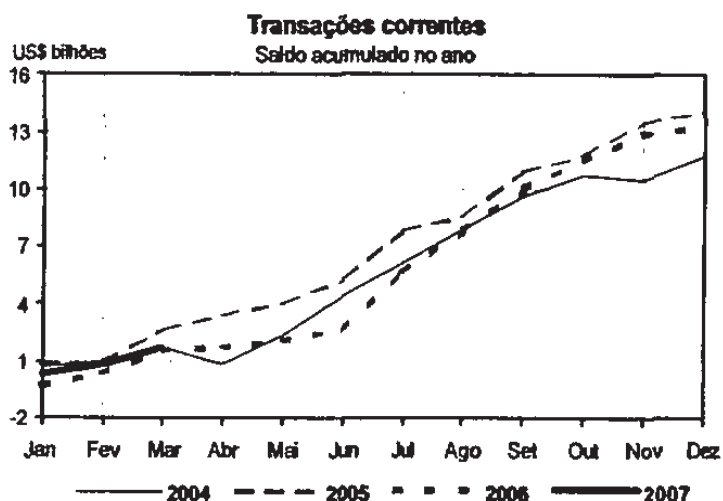
7. Os juros nominais, incorporados pelo critério de competência, totalizaram R\$51,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2007, 6,56% do PIB, comparativamente a R\$57 bilhões, 7,93% do PIB, no mesmo período de 2006. Esse menor volume de juros apropriados decorreu, basicamente, da trajetória declinante da taxa Selic. O déficit nominal do setor público não financeiro, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu R\$405 milhões no quadrimestre encerrado em abril, 2,26 p.p. do PIB, ante 2,31 p.p. do PIB no mesmo período do ano anterior.



8. A dívida líquida do setor público alcançou R\$1.079,5 bilhões em abril, 44,4% do PIB, ante R\$1.067,4 bilhões, 44,9% do PIB, em dezembro de 2006. A redução da relação dívida/PIB foi favorecida pelos impactos associados ao resultado primário, 2,1 p.p., e ao crescimento do PIB valorizado, 1 p.p., enquanto, em sentido contrário, concorreram os impactos associados à apropriação de juros nominais, 2,1 p.p. do PIB; os ajustes de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,3 p.p. do PIB; e o ajuste decorrente da apreciação cambial acumulada no ano, 0,2 p.p. do PIB. Excetuando-se novembro de 2006, a relação dívida líquida/PIB atingiu o nível mais baixo desde abril de 1999, traduzindo, especialmente, a trajetória declinante da taxa Selic e a continuidade do equilíbrio fiscal em todas as esferas de governo.

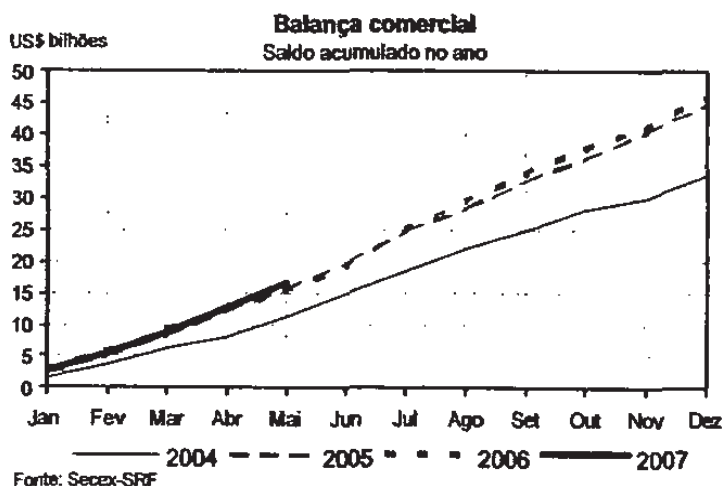


9. As transações correntes acumularam saldo positivo de US\$1,7 bilhão no primeiro trimestre de 2007. As remessas líquidas com serviços atingiram US\$2,2 bilhões, elevando-se 29,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, e os gastos líquidos de rendas, US\$5,8 bilhões, com recuo de 16,3% no período. As transferências correntes atingiram US\$982 milhões no trimestre, elevando-se 4,1%. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou



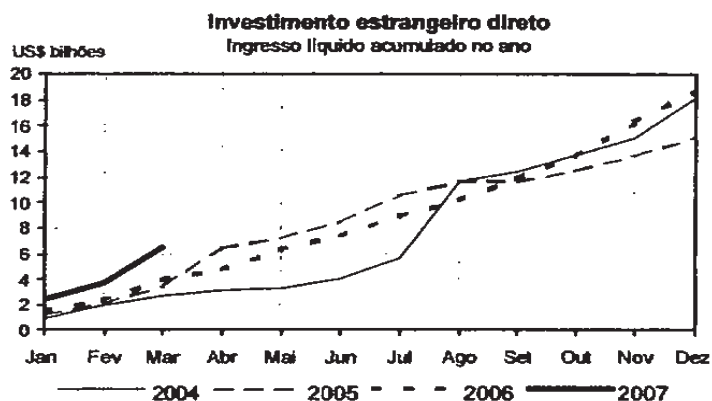
US\$13,4 bilhões em março, representando 1,23% do PIB, ante US\$14,1 bilhões no período correspondente de 2006. Assinale-se que o desempenho das transações correntes em doze meses vem apresentando estabilidade ao redor de US\$13,5 bilhões desde agosto de 2006, evidenciando tanto a manutenção de expressivos superávits comerciais como a estabilidade das remessas líquidas nas contas de serviços e rendas.

10. As exportações somaram US\$13,6 bilhões em maio e as importações, US\$9,8 bilhões, valores recordes para o mês. Os valores médios diários cresceram 32,4% e 34,2%, respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O superávit comercial de US\$3,9 bilhões, assinalado em maio, situou-se 28,2% acima do ocorrido em maio de 2006. Considerados os doze meses encerrados em maio, o superávit comercial totalizou US\$47,5 bilhões, crescimento de

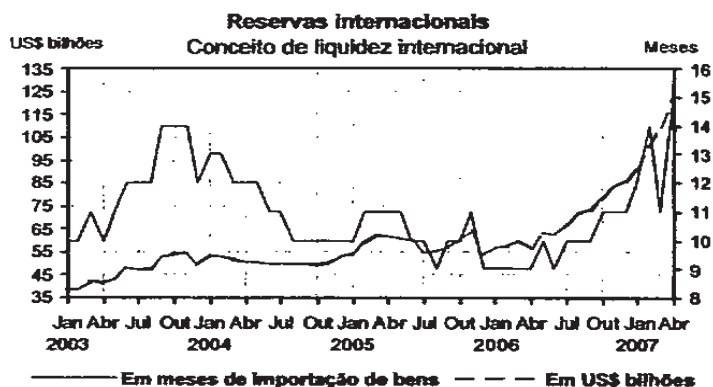


7% em relação ao período correspondente no ano anterior, com as exportações totalizando US\$148 bilhões e as importações, US\$100,5 bilhões.

11. Os ingressos de investimentos estrangeiros diretos (IED) líquidos somaram US\$6,6 bilhões nos três primeiros meses do ano, ante US\$4 bilhões de janeiro a março de 2006. Considerado o período de doze meses encerrado em março de 2007, os ingressos líquidos de IED somaram US\$21,4 bilhões, comparativamente a US\$15,6 bilhões, no período equivalente do ano anterior.



12. As reservas internacionais cresceram US\$36 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, ante a posição de final de 2006, atingindo US\$121,8 bilhões, equivalentes a 14,9 meses de importações.



B. Política Monetária no primeiro trimestre de 2007

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$109 bilhões em março, com redução de 2,6% no mês e expansão de 20,5% em 12 meses. O papel-moeda emitido alcançou R\$75,7 bilhões, apresentando redução mensal de 3,6% e expansão de 22,1% em relação a março do ano anterior. As reservas bancárias atingiram R\$33,3 bilhões, recuando 0,4% no mês e elevando-se 17,1% em 12 meses.

15. O saldo da base monetária ampliada em final de período, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, cresceu 17,6% em 12 meses, alcançando R\$1,42 trilhão ao final de março. Essa

evolução refletiu expansões na base restrita, 20,8%; no saldo de títulos públicos federais, 17,4%; e nos depósitos compulsórios em espécie, 15,1%.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2007 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	127,1-172,0	13,3	157,1	19,0
Base restrita ^{3/}	86,9-117,5	13,0	109,0	20,5
Base ampliada ^{4/}	1262,6-1482,2	13,6	1419,8	17,6
M4 ^{4/}	1338,4-1810,8	14,9	1625,4	18,6

^{1/} Refere-se ao último mês do período.

^{2/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

^{3/} Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

^{4/} Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$157,1 bilhões em março, apresentando redução mensal de 0,4% e aumento de 19% em 12 meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$61,5 bilhões, recuando 2,1% no mês e elevando-se 21,5% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$95,5 bilhões, com acréscimos de 0,8% e 17,4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,62 trilhão em março, registrando aumentos de 1,5% no mês e de 18,6% em relação a março de 2006.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto contracionista de R\$55,9 bilhões no primeiro trimestre de 2007. No mercado primário, ocorreram colocações líquidas de R\$11 bilhões em títulos, resultado de emissões líquidas do mesmo valor do Tesouro Nacional, enquanto no mercado secundário o impacto contracionista atingiu R\$42,9 bilhões.

19. Em janeiro, o Copom avaliou que a elevação da inflação no curto prazo estava sendo liderada por pressões de caráter transitório, que deverão arrefecer ao longo do tempo. Foi considerado, adicionalmente, que, ao longo dos próximos meses, a expansão do nível de emprego e da renda e o crescimento do crédito continuarão impulsionando a atividade econômica, e que a esses fatores devem ser acrescidos os efeitos da expansão das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais ocorridos em 2006 e esperados para este ano. Dessa forma, os efeitos defasados dos cortes de juros sobre uma demanda agregada que já cresce a taxas robustas, se somarão a outros fatores que continuarão contribuindo de maneira importante para a sua expansão. À luz dessas considerações, o Copom voltou a avaliar, tal como nas últimas três reuniões, a conveniência de reduzir a taxa

Selic em 25 p.b. Nesse sentido, tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária, a menor distância entre a taxa básica de juros corrente e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo e os cortes já implementados desde setembro de 2005, a maioria dos membros do Copom concordou em alterar o ritmo de flexibilização da meta para a taxa Selic, reduzindo-a em 0,25 p.p., para 13% a.a. Em março, o Copom avaliou que a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude dos efeitos dos processos de elevação das taxas de juros nas economias industrializadas, e do recente, e possivelmente temporário, aumento de volatilidade nos mercados globais, o cenário externo continua favorável. Particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento externo para a economia brasileira, o Comitê continuou atribuindo baixa probabilidade a um cenário de deterioração significativa nos mercados financeiros internacionais. Nesse cenário, tal como na reunião de janeiro, foi enfatizado que o principal desafio da política monetária consiste em garantir a consolidação dos desenvolvimentos favoráveis que se antecipam para o futuro. Diante disso, dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic para 12,75% ao ano, sem viés.

C. Política monetária no bimestre abril-maio de 2007

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, totalizou R\$111,3 bilhões em maio, com expansões de 0,5% no mês e de 22,6% em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, as reservas bancárias aumentaram 1,3% e 24,8%, respectivamente, situando-se em R\$35,2 bilhões, e o papel-moeda emitido cresceu 0,2% e 21,7%, atingindo R\$76,1 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,49 trilhão em maio, com aumentos de 2,7% no mês e de 21% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 17,8% nos saldos de depósitos compulsórios em espécie; 25,6% na base restrita; e 20,9% no saldo de títulos públicos federais.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$158,5 bilhões em maio, com contração de 0,2% no mês e elevação de 20,1% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$61,9 bilhões, elevando-se 0,8% no mês e 20,8% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$96,7 bilhões, com redução mensal de 0,9% e aumento de 19,6% em 12 meses.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,7 trilhão em maio, registrando aumentos de 2,1% no mês e de 21,4% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2007 e ocorridos no período abril/maio^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	131,3-177,6	15,4	158,5	20,1
Base restrita ^{3/}	94,5-127,8	18,5	111,3	22,6
Base ampliada ^{4/}	1331,8-1563,4	17,0	1486,4	21,0
M4 ^{4/}	1402,7-1897,8	17,1	1701,3	21,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldo em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$38,2 bilhões no bimestre abril-maio, traduzindo operações contracionistas do Tesouro Nacional da ordem de R\$8,8 bilhões no mercado primário e de R\$29,5 bilhões no mercado secundário.

25. Em abril, a maioria dos membros do Copom avaliou que, tendo em vista a extensão do processo de flexibilização já implementado, as incertezas remanescentes quanto aos impactos defasados do estímulo monetário já injetado na economia, o comportamento esperado dos outros fatores de sustentação do dispêndio, como o crescimento da renda, em um quadro de sólida expansão da demanda doméstica por bens e serviços transacionáveis e não transacionáveis, e de fortalecimento da atividade econômica, seria conveniente a manutenção do ritmo de redução da taxa básica de juros em 25 p.b. Diante disso, dando prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária, iniciado na reunião de setembro de 2005, o Copom decidiu, por quatro votos a três, reduzir a taxa Selic para 12,50% ao ano, sem viés. Em junho, o Copom avaliou que o comportamento mais benigno da inflação nos últimos meses, em contraste com as taxas mensais relativamente elevadas que vinham persistindo desde o final de 2006, confirmava a convergência da inflação para a trajetória das metas. Adicionalmente, foi argumentado que a contribuição do setor externo para a consolidação de um cenário benigno para a inflação poderá ser maior do que a inicialmente contemplada, especialmente pela disciplina exercida sobre os preços de bens transacionáveis e por meio da ampliação dos investimentos, em ambiente de demanda aquecida. Tal contribuição estaria ampliando o escopo para que as taxas de crescimento da demanda agregada e da oferta doméstica voltem a se equilibrar em um prazo relevante para as decisões de política monetária, sem comprometer a convergência para a trajetória das metas de inflação. Diante disso, avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, naquele momento, reduzir a taxa Selic para 12% a.a., sem viés.

Reunião do Copom	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	18,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50
19.04.2006	-	15,75
31.05.2006	-	15,25
19.07.2006	-	14,75
30.08.2006	-	14,25
18.10.2006	-	13,75
29.11.2006	-	13,25
24.01.2007	-	13,00
07.03.2007	-	12,75
18.04.2007	-	12,50
06.06.2007	-	12,00

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano de 2007

26. O desempenho robusto da economia brasileira registrado no primeiro trimestre de 2007 refletiu, em grande medida, o comportamento da demanda interna, favorecido pelo dinamismo do consumo das famílias e, mais recentemente, pela expansão dos investimentos. O ciclo de crescimento registrado no consumo das famílias vem sendo sustentado tanto pelos aumentos da renda e do emprego quanto pelas melhores condições de crédito.

27. O crescimento expressivo apresentado pelos investimentos nos primeiros meses de 2007 evidencia a recuperação da renda agrícola, os altos níveis de confiança dos empresários, o patamar reduzido do risco-Brasil, o volume de importações de bens de capital, assim como a continuidade do processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, o aumento recente da utilização da capacidade instalada da indústria, desdobramento compatível com o maior dinamismo da produção, não deverá constituir-se em restrição à continuidade do crescimento da atividade econômica no curto prazo. As perspectivas para o médio prazo também parecem ser benignas, haja vista a postura aparentemente favorável dos empresários, em especial nos segmentos com menor grau de ociosidade, em relação ao aumento da capacidade produtiva.

28. O mercado de trabalho segue apresentando evolução virtuosa, com aumentos do emprego formal e da massa salarial real, essa última explicitando, também, as reduzidas taxas de inflação. A continuidade da melhora no mercado de trabalho e os efeitos da flexibilização da política monetária constituem-se em fatores determinantes para a consolidação da expansão da atividade ao longo de 2007.

29. No âmbito externo, as importações continuam crescendo de forma mais acelerada do que as exportações, evolução associada tanto ao dinamismo do mercado interno quanto à oportunidade de ampliação da capacidade produtiva, ressaltando-se que o crescimento das importações de bens de capital vem superando, em volume, o aumento médio total das importações, o que fortalece as perspectivas de adequação da capacidade instalada ao cenário de manutenção do crescimento da demanda interna.

30. O crescimento das operações de crédito, favorecido pela continuidade do processo de flexibilização da política monetária, assim como o desempenho dos agregados monetários, seguem evidenciando a importância da contribuição desse canal de difusão da política monetária na composição da demanda interna. Nesse contexto, enquanto as novas contratações por parte das famílias mantêm-se em patamar elevado, a demanda por recursos por parte das empresas se situa em linha com a intensificação do nível da atividade econômica.

31. A evolução do crédito para pessoas físicas permanece sustentada, em grande parte, pela modalidade de crédito pessoal. As operações relativas a esse segmento seguem traduzindo o desempenho dos empréstimos consignados em folha de pagamento, enquanto o crédito para pessoas jurídicas, seguindo o padrão observado nos primeiros meses de 2006, esteve vinculado de forma mais acentuada às modalidades lastreadas em moeda estrangeira.

32. A evolução do cenário fiscal permanece favorável em 2007, com perspectivas de redução dos juros nominais apropriados, em linha com a continuidade da trajetória declinante da taxa Selic e da relação DLSP/PIB.

33. A consolidação do processo de ajuste fiscal persiste como meta prioritária, observando-se o cumprimento das metas de superávit primário, inclusive no que se refere aos governos subnacionais, esfera cujos resultados vêm se mostrando favoráveis. Ressalte-se que as metas fiscais estabelecidas são compatíveis com a redução consistente da relação DLSP/PIB, mesmo considerando as deduções do superávit primário previstas para os investimentos prioritários incluídos no PPI, e que as perspectivas de elevação do investimento público, por meio da implantação progressiva dos projetos incluídos no PAC, favorecem o crescimento do produto, criando condições suplementares à geração de um círculo econômico virtuoso.

34. O comportamento favorável dos preços nos últimos meses refletiu, especialmente, o fim das pressões sazonais de alimentos “*in natura*” e de cursos. Ressalte-se que a inflação acumulada em 12 meses tem-se mantido no patamar de 3% desde o quarto trimestre de 2006, apesar das pressões altistas, registradas no final daquele ano e nos primeiros meses de 2007, associadas aos preços dos alimentos, em cenário tanto de adversidades climáticas quanto de aquecimento da demanda internacional.

35. As perspectivas para os próximos meses em relação ao comportamento da inflação continuam favoráveis, mesmo considerando a aceleração do crescimento da economia. Ressalte-se, no cenário interno, os aspectos positivos da redução dos preços de alguns itens importantes, a exemplo de energia elétrica. Entretanto, a continuidade do crescimento da economia mundial deverá seguir pressionando os preços internacionais de alimentos e de energia, enquanto a expansão da demanda doméstica deve pressionar os preços de bens e serviços não comercializáveis.

36. O setor externo da economia brasileira permanece sólido e superavitário, adicionando graus de liberdade à gestão da política econômica. Os saldos da balança comercial continuam expressivos, devendo alcançar, pelo terceiro ano consecutivo, patamar de US\$40 bilhões, estimulados pela sustentação do dinamismo das exportações, em cenário de crescimento das importações. Dessa maneira, os superávits comerciais elevados coexistem com a ampliação da corrente de comércio do país, aumentando, ainda que de uma base limitada, o grau de abertura da economia brasileira.

37. Esse desempenho da balança comercial se traduz em seguidos superávits das contas correntes do país que, neste ano, deverá atingir US\$10,7 bilhões. Adicionalmente, o fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos do país, como a estabilização da inflação e a aceleração do crescimento, deverão estimular expressivos ingressos de divisas oriundas de investimentos estrangeiros diretos, de aplicações em ações e em títulos de renda fixa negociados no país, contribuindo juntamente com as transações correntes para a manutenção de elevado superávit global no balanço de pagamentos.

38. Nesse cenário, permanecem em curso medidas destinadas a melhorar a capacidade do país resistir a cenários externos adversos. A acumulação das reservas internacionais cresce a ritmo acentuado, com a aquisição de divisas pelo Banco Central refletindo os saldos positivos no mercado cambial e obedecendo à política anunciada de não impor tendência nem pisos à flutuação cambial nem adicionar volatilidade ao mercado. Seguem-se as emissões de bônus soberanos no mercado internacional denominados em moeda nacional, com taxas de juros decrescentes a cada nova emissão, reduzindo a exposição da dívida externa às variações cambiais. Assinale-se, ainda, a continuidade da política do Tesouro Nacional relativa à recompra da dívida externa, melhorando o perfil desse endividamento para os próximos anos, além de adquirir em mercado as divisas necessárias ao pagamento do serviço da dívida vincenda em 2007.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

39. A programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 2007 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	146,3-197,9	19,9	169,8-229,7	19,5
Base restrita ^{3/}	100,3-135,8	17,5	119,1-161,1	18,4
Base ampliada ^{4/}	1426,0-1674,0	20,1	1467,8-1723,1	19,3
M4 ^{4/}	1537,6-2080,3	22,9	1602,4-2168,0	20,9

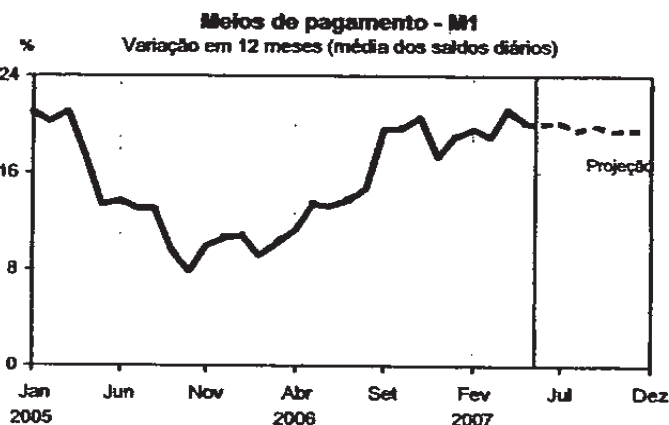
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

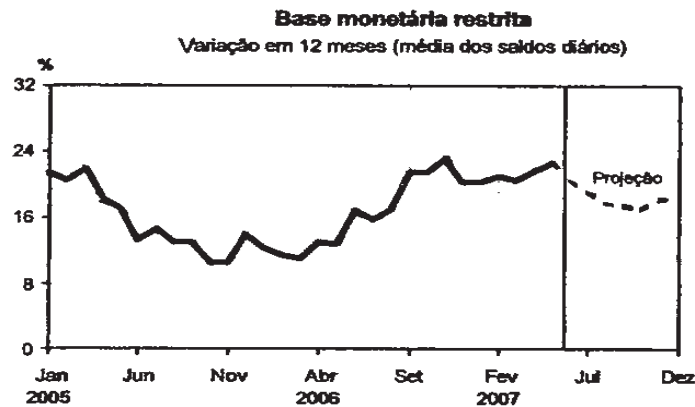
4/ Saldos em fim de período.

40. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerou-se ainda o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 19,9% para setembro e 19,5% para dezembro de 2007.

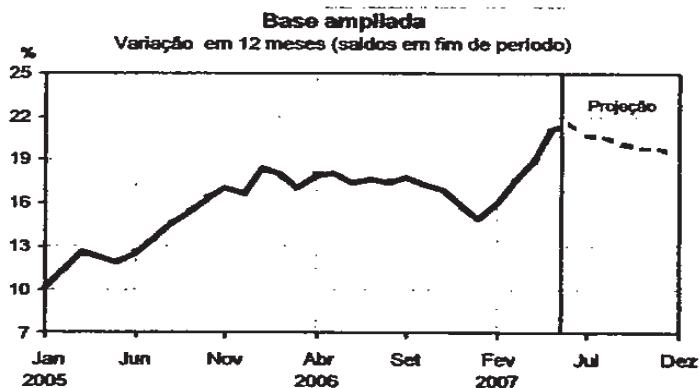


41. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, como variáveis exógenas, a elevação do salário mínimo e as restituições do imposto de renda.

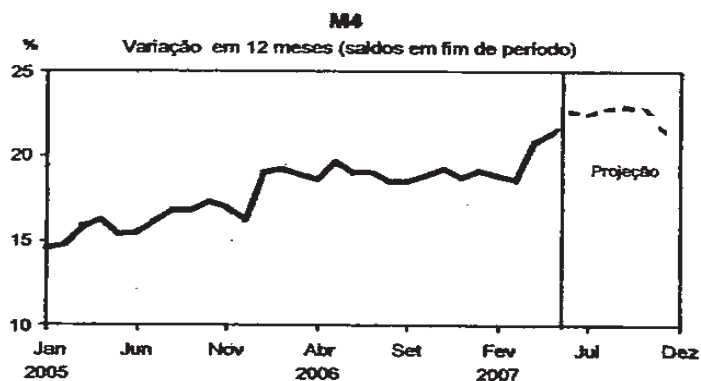
42. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em 12 meses para o saldo médio da base monetária de 17,5% em setembro e 18,4% em dezembro de 2007.



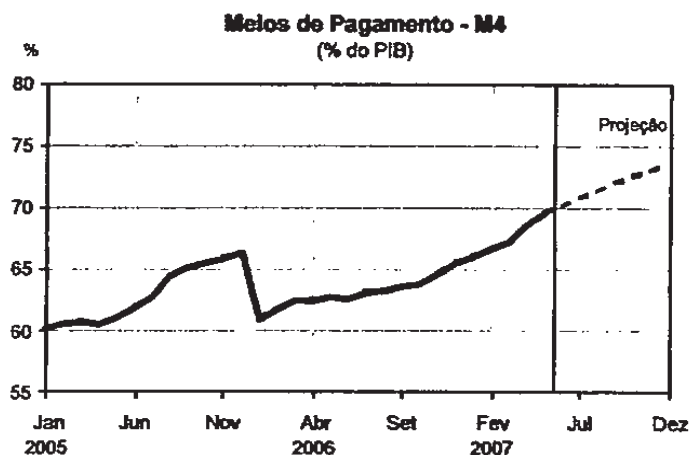
43. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de mercado de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 20,1% em setembro e 19,3% em dezembro de 2007.



44. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 22,9% em setembro e 20,9% em dezembro de 2007.



45. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2007, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



46. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre abril/maio de 2007, bem como os valores previstos para o terceiro trimestre e para o final de 2007.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	158,5	20,1	172,1	19,9	199,7	19,5
Base restrita ^{4/}	111,3	22,6	118,1	17,5	140,1	18,4
Base ampliada ^{5/}	1486,4	21,0	1550,0	20,1	1595,4	19,3
M4 ^{5/}	1701,3	21,4	1809,0	22,9	1885,2	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

47. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,424	-2,1	1,458	2,1	1,426	0,9
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,365	4,3	0,344	0,0	0,355	0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,390	0,5	0,385	-4,0	0,397	-1,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,145	0,3	1,167	2,4	1,182	1,4

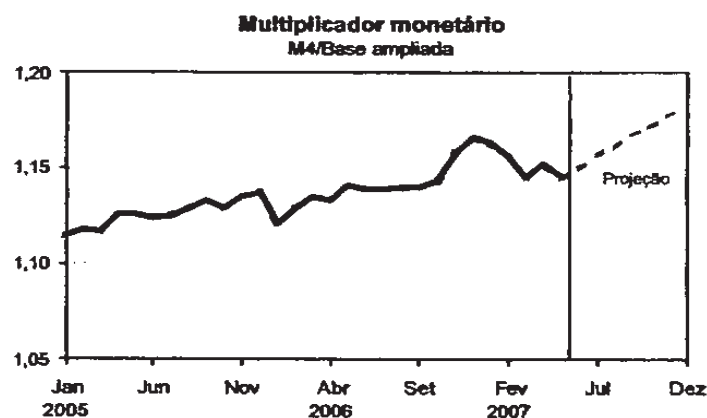
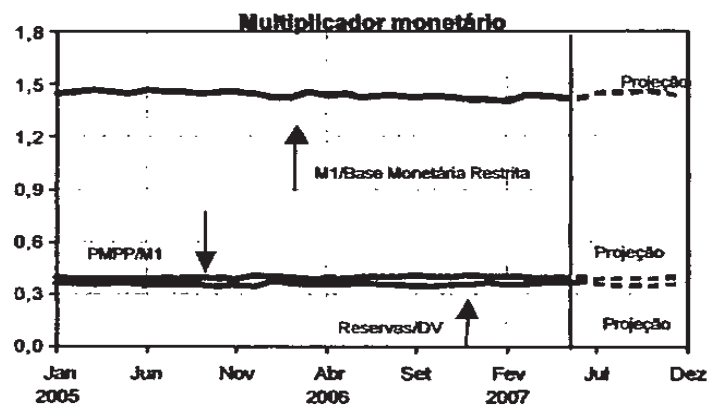
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

48. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo de 2007.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no primeiro trimestre de 2007 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	127,1-172,0	13,3	157,1	19,0
Base restrita ^{3/}	86,9-117,5	13,0	109,0	20,5
Base ampliada ^{4/}	1262,6-1482,2	13,6	1419,8	17,6
M4 ^{4/}	1338,4-1810,8	14,9	1625,4	18,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o segundo trimestre de 2007 e ocorridos no período abril/maio ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	131,3-177,6	15,4	158,5	20,1
Base restrita ^{3/}	94,5-127,8	18,5	111,3	22,6
Base ampliada ^{4/}	1331,8-1563,4	17,0	1486,4	21,0
M4 ^{4/}	1402,7-1897,8	17,1	1701,3	21,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007 ^{1/}

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	146,3-197,9	19,9	169,8-229,7	19,5
Base restrita ^{3/}	100,3-135,8	17,5	119,1-161,1	18,4
Base ampliada ^{4/}	1426,0-1674,0	20,1	1467,8-1723,1	19,3
M4 ^{4/}	1537,6-2080,3	22,9	1602,4-2168,0	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{4/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	158,5	20,1	172,1	19,9	199,7	19,5
Base restrita ^{4/}	111,3	22,6	118,1	17,5	140,1	18,4
Base ampliada ^{5/}	1486,4	21,0	1550,0	20,1	1595,4	19,3
M4 ^{5/}	1701,3	21,4	1809,0	22,9	1 885,2	20,9

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldo em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2007		2007 ^{2/}			
	Abril-Maio		Terceiro Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,424	-2,1	1,458	2,1	1,426	0,9
Res. bancárias / dep. vista ^{3/}	0,365	4,3	0,344	0,0	0,355	0,3
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,390	0,5	0,385	-4,0	0,397	-1,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,145	0,3	1,167	2,4	1,182	1,4

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldo em fim de período.

Aviso nº 603 - C. Civil.

Em 3 de julho de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República referente ao relatório de execução da Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

(À mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Com referência às **Mensagens nºs 104 e 105, de 2007**, que acabam de ser lidas, a Presidência comunica ao Plenário que as matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de

Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 334/2007

Brasília, 05 de julho de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o nome do Sena **Garibaldi Alves Filho – PMDB/RN**, como membro titular em vaga existente, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador  **Waldin Raupp**
Líder do PMDB

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Senado Federal
Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
 – A Presidência designa o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho para compor a Comissão de Agricultura e

Reforma Agrária, como titular, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2007

Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.48.....

.....
 § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades e centros universitários, públicos ou privados, que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A notória falta de vagas no ensino superior brasileiro e a busca por instituições de reconhecida excelência internacional são dois dos principais fatores que influenciam a saída de estudantes para realizarem seus estudos de graduação no exterior.

Segundo dados fornecidos pela Embaixada dos Estados Unidos da América, no livreto OPEN DOORS 2005, somente em universidades estadunidenses havia, naquele ano, 3.755 brasileiros cursando graduação. Com base neste número e em informações de instituições que promovem intercâmbio, o número total de graduandos no exterior ultrapassa, no mínimo, uma dezena de milhar.

Ao concluírem seus estudos e retornarem ao nosso País, graduados nas diversas áreas enfrentam uma burocracia quase interminável e não são poucos os casos em que os processos de revalidação de diploma se acumulam nas universidades públicas.

Vemos como forma de facilitar esse processo que a revalidação dos diplomas seja feita por universidades e centros universitários, públicos ou privados, mantendo-se a exigência de que tenham curso do mesmo nível e área – ou equivalente – e sejam respeitados os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. Apresentamos este projeto de lei com o fito de dar celeridade a essa parcela de jovens, permitindo sua mais rápida inserção no mercado de trabalho.

Vale também lembrar que, se o intercâmbio de conhecimento entre os diferentes povos, desde os primórdios, é de suma importância para a evolução da humanidade, no mundo globalizado em que vivemos, esta troca de saberes é peça fundamental de desenvolvimento das nações.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2007



Senador WILSON MATOS

Legislação Citada

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

.....
.....
.....

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

(À Comissão de Educativo decisão derminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº401, DE 2007

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o *Código de Trânsito Brasileiro*, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 11, renumerando-se os demais:

“**Art. 159.**

.....

§ 11. Até trinta dias antes do vencimento da CNH, o condutor será informado da data limite para renovação do exame de aptidão física e mental, na forma estabelecida pelo Contran.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) tem sua validade vinculada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental exigido do condutor. Até os 65 anos os motoristas devem renová-la a cada cinco anos; e, a partir daí, a cada três anos.

Não é raro ocorrer desatenção de condutores para com a data de vencimento de sua CNH, a despeito de os órgãos expedidores, visando prevenir problemas, já terem feito coincidir o término da validade do documento com a data do aniversário do titular.

Fruto desse lapso, o condutor desatento continua a circular despreocupadamente com a carteira vencida até ser flagrado pela fiscalização. Se o vencimento ocorreu a mais de trinta dias, será punido por infração considerada gravíssima, à qual corresponde a multa de maior valor e a pontuação máxima, além do recolhimento da CNH e da retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado.

Ora, para uma omissão involuntária, a punição, embora correta, é fonte de transtornos desmedidos, que poderiam ser evitados com uma medida simples, mas eficiente e, acima de tudo, extremamente afinada com os propósitos preventivos e educativos que devem reger a administração do trânsito.

Assim, se é desejo do Estado educar a sociedade para o trânsito e combater os excessos da criticada indústria das multas, seria perfeitamente razoável exigir dos órgãos competentes que notifiquem os condutores da necessidade de renovação da CNH com a antecedência mínima de trinta dias.

Em face da simplicidade da medida e do seu elevado sentido social, esperamos contar com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação da medida.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 2007

Senador MARCONI PERILLO

Legislação Citada

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Mensagem de veto

Instituto Código de Trânsito Brasileiro

Vide texto compilado

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do CONTRAN, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterá fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.

§ 1º É obrigatório o porte da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor estiver à direção do veículo.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A emissão de nova via da Carteira Nacional de Habilitação será regulamentada pelo CONTRAN.

§ 4º (VETADO)

§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir somente terão validade para a condução de veículo quando apresentada em original.

§ 6º A identificação da Carteira Nacional de Habilitação expedida e a da autoridade expedidora serão registradas no RENACH.

§ 7º A cada condutor corresponderá um único registro no RENACH, agregando-se neste todas as informações.

§ 8º A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação ou a emissão de uma nova via somente será realizada após quitação de débitos constantes do prontuário do condutor.

§ 9º (VETADO)

§ 10. A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

§ 11. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida na vigência do Código anterior, será substituída por ocasião do vencimento do prazo para revalidação do exame de aptidão física e mental, ressalvados os casos especiais previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

Art. 160. O condutor condenado por delito de trânsito deverá ser submetido a novos exames para que possa voltar a dirigir, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN, independentemente do reconhecimento da prescrição, em face da pena concretizada na sentença.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão remetidos às comissões competentes.

Deputados, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 43, DE 2007-COMPLEMENTAR
(Nº 79/2007-Complementar na Casa de origem)**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (altera dispositivos referentes à tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Supersimples)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.

VI - Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 e no inciso VI do § 5º do art. 18, todos desta Lei Complementar;

§ 1º

XIII -

g) correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e no Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital, sendo vedada a cobrança de ICMS sob a forma de regime de antecipação do recolhimento do imposto;

“ (NR)

"Art. 16.

.....

§ 4º Serão consideradas inscritas no Simples Nacional, em 1º de julho de 2007, as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar.

..... " (NR)

"Art. 17.

.....

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, bebidas tributadas pelo IPI com alíquota específica, cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

.....

§ 1º

.....

XIV - transporte de cargas ou de passageiros;

.....

§ 2º Também poderão optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorram em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar.

....." (NR)

"Art. 18.

.....

§ 5º

.....

II - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII e XIV do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, exceto quanto às atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais, às quais se aplicará o disposto no inciso VI deste parágrafo;

.....

IV - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

V - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo

ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

VI - as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, sem a incidência da parcela correspondente ao ISS, e acrescidas das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

VII - as atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma dos Anexos IV ou V desta Lei Complementar.

....." (NR)

"Art. 21.

IV - em banco integrante da rede arrecadadora do Simples Nacional, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

....." (NR)

"Art. 29.

XI - houver descumprimento da obrigação contida no inciso I do caput do art. 26 desta Lei Complementar;

XII - omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurados empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe prestem serviços.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a XII do caput deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

....." (NR)

"Art. 33.

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 e no inciso VI do § 5º do art. 18, todos desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

"Art. 50. As microempresas e as empresas de pequeno porte serão estimuladas pelo poder

público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho." (NR)

"Art. 60-A. Poderá ser instituído Sistema Nacional de Garantias de Crédito pelo Poder Executivo, com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito e a demais serviços nas instituições financeiras, o qual, na forma de regulamento, proporcionará a elas tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, sem prejuízo de atendimento a outros públicos-alvo.

Parágrafo único. O Sistema Nacional de Garantias de Crédito integrará o Sistema Financeiro Nacional."

"Art. 79. Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos impostos e contribuições referidos nos incisos I a VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2007.

.....
§ 5º O parcelamento de que trata o caput deste artigo poderá ser requerido no período do 1º (primeiro) dia útil de julho de 2007 ao último dia útil da 1ª (primeira) quinzena de agosto de 2007.

§ 6º A opção pelo Simples Nacional do requerente do parcelamento de que trata o caput deste artigo produzirá efeitos a partir de 1º de julho de 2007, deferindo-se a opção sob condição resolutória de posterior concessão do parcelamento, mediante:

I - a apresentação dos documentos requeridos pela respectiva legislação de cada ente federativo;

II - o pagamento da primeira parcela de cada pedido de parcelamento.

§ 7º Os entes federativos disponibilizarão até 24 de agosto de 2007 as informações relativas ao cumprimento dos requisitos previstos no § 6º deste artigo.

§ 8º Na hipótese de indeferimento do pedido de parcelamento, será emitido termo de indeferimento da opção pela autoridade fiscal integrante da estrutura administrativa do respectivo ente federado, sendo a microempresa ou a empresa de pequeno porte excluída do Simples Nacional com efeitos retroativos a 1º de julho de 2007." (NR)

"Art. 79-A. Excepcionalmente, para o ano-calendário de 2007, a opção a que se refere o § 2º do art. 16 desta Lei Complementar poderá ser realizada no período do 1º (primeiro) dia útil de julho de 2007 ao último dia útil da 1ª (primeira) quinzena de agosto de 2007, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2007."

"Art. 79-B. Excepcionalmente para os fatos geradores ocorridos em julho de 2007, os

tributos apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar deverão ser pagos até o último dia útil de agosto de 2007."

"Art. 79-C. A microempresa e a empresa de pequeno porte que, em 30 de junho de 2007, se enquadravam no regime previsto na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e que não ingressaram no regime previsto no art. 12 desta Lei Complementar sujeitar-se-ão, a partir de 1º de julho de 2007, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

§ 1º Para efeito do disposto no caput deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL na forma do lucro real, trimestral ou anual, ou do lucro presumido.

§ 2º A opção pela tributação com base no lucro presumido dar-se-á pelo pagamento, no vencimento, do IRPJ e da CSLL devidos, correspondente ao 3º (terceiro) trimestre de 2007 e, no caso do lucro real anual, com o pagamento do IRPJ e da CSLL relativos ao mês de julho de 2007 com base na estimativa mensal."

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2008, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 13.

.....

VI - Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o

art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar;

....." (NR)

"Art. 18.

.....

§ 5º

.....

II - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII e XIV do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

.....

VI - as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I desta Lei Complementar;

....." (NR)

"Art. 33.

.....

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da

Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da empresa, de que trata o art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

Art. 3° Ficam revogados o inciso VI do caput do art. 17, o inciso II do caput do art. 21 e o art. 53 e seu parágrafo único, todos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 4° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de julho de 2007, ressalvado o seu art. 2°, que entra em vigor em 1° de janeiro de 2008.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ORIGINAL

N.º 79, DE 2007

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º A Lei Complementar nº 123, de 2006, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 13.

.....

VI – Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar;

§ 1º

.....

XIII -

.....

g) correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital, sendo vedada a cobrança de ICMS sob a forma de regime de antecipação do recolhimento do imposto;

.....

Art. 14A. A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não se sujeita à retenção na fonte da Contribuição para a Seguridade Social de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do imposto de renda na fonte que tenha como base de cálculo o valor da

receita bruta obtida na operação comercial, industrial ou de prestação de serviços.

.....

Art. 17.

.....

X – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcóolicas, cigarros e armas;

.....

§ 1º

.....

XIV – transporte de cargas ou de passageiros;

.....

§ 2º Também poderão optar pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se dediquem à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa neste artigo, desde que não incorram em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta Lei Complementar.

Art. 18.

.....

§ 5º

.....

II – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII e XIV do § 1º, todos do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

.....

IV – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

V – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

VI – as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzidas a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I desta Lei Complementar; e

VII – as atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma do Anexo IV ou V.

.....

Art. 30.

I -

II – obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei

Complementar, bem como quando deixarem de emitir o documento fiscal referido no art. 26, I, desta lei complementar; ou

.....

Art. 33.

.....

§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII e XV a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Federal do Brasil a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

.....

Art. 50. As microempresas e as empresas de pequeno porte serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

.....

Art. 60A. Poderá ser instituído Sistema Nacional de Garantias de Crédito pelo Poder Executivo, com o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito e a demais serviços nas instituições financeiras, o qual, na forma de regulamento, proporcionará a elas tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, sem prejuízo de atendimento a outros públicos alvo.

Parágrafo único. O Sistema Nacional de Garantias de Crédito integrará o Sistema Financeiro Nacional.

.....

Art. 78.

.....

§ 3º A baixa, na hipótese prevista neste artigo ou nos demais casos em que venha a ser efetivada em virtude de solicitação do empresário ou dos administradores ou sócios da microempresa ou empresa de pequeno porte, inclusive naquele a que se refere o art. 9º desta Lei Complementar, não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores, reputando-se como solidariamente responsáveis, em qualquer das hipóteses referidas neste artigo, os titulares, os sócios e os administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores ou em períodos posteriores.

.....

Art. 79. Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a União, com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2007.

§ 1º

.....

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos da pessoa jurídica, ressalvado exclusivamente o

disposto no inciso II do § 6º deste artigo, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 5º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irrevogável e irretratável.

§ 6º O parcelamento de que trata este artigo:

I - aplica-se, também, à totalidade dos débitos apurados segundo o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES; inclusive os tributos e contribuições administrados por outros órgãos federais, entidades ou arrecadados mediante convênios.

II - somente alcançará débitos que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais;

III - a inclusão dos débitos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do art. 151 do CTN fica condicionada à comprovação de que a pessoa jurídica protocolou requerimento de extinção do processo com julgamento do mérito, nos termos do inciso V do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (CPC).

§ 7º Havendo ação judicial proposta pela pessoa jurídica, o valor da verba de sucumbência, decorrente da extinção do processo para fins de inclusão dos respectivos débitos no parcelamento previsto no caput, será de um por cento do valor do débito consolidado, desde que o juízo não estabeleça outro montante.

§ 8º O parcelamento da verba de sucumbência de que trata o § 7º deverá ser requerido pela pessoa jurídica perante a PGFN no prazo de trinta dias, contado da data em que transitar em julgado a sentença de extinção do processo, podendo ser concedido em até sessenta prestações mensais e sucessivas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data do deferimento até o mês do pagamento, observado o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela.

§ 9º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa confissão de dívida irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos existentes em nome da pessoa jurídica na condição de contribuinte ou responsável, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 do CPC e sujeita a pessoa jurídica à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para a concessão do parcelamento.

§ 10. Na concessão dos parcelamentos previstos neste artigo será assegurada redução de cinquenta por cento da multa, aplicando-se, a partir da consolidação do débito, a Taxa de Juros de Longo Prazo.

§ 11. Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 12. O parcelamento de que trata este artigo não se aplica a débitos:

I - relativos a impostos e contribuições retidos na fonte ou descontados de terceiros e não recolhidos à Fazenda Nacional ou ao INSS;

II - de valores recebidos pelos agentes arrecadadores não recolhidos aos cofres públicos; e,

III - relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

§ 13. Os débitos de que trata este artigo deverão ser pagos no prazo de trinta dias contados da data de opção ou, havendo decisão judicial suspendendo sua exigibilidade, da data em que transitar em julgado a decisão que a reformar.

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados o inciso VI do art. 17 e o art. 53 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tem por objetivo estimular o desenvolvimento e formalização dos pequenos negócios no Brasil e assim fomentar o desenvolvimento econômico e social, baseado num modelo intensivo na geração de postos de trabalho e distribuição de renda em todo o território nacional.

O capítulo tributário contido neste novo ordenamento jurídico se referenciou no Simples Federal, Lei 9.317/1996 e nas diversas legislações estaduais vigentes, que serão revogadas com a vigência do Simples Nacional a partir de primeiro de julho de 2007.

O sentido da Lei Complementar 123/06 é efetivar um avanço no tratamento dedicado aos pequenos negócios e assim atrair milhões de empreendimentos que hoje atuam na informalidade, dotando-os de maior

competitividade e contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país. Daí a necessidade da legislação traduzir com clareza seus aspectos positivos, que claramente demonstrem um avanço no tratamento diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Constituição federal.

Neste sentido a legislação foi construída sobre premissas tratadas como “regras de ouro” ao longo das discussões e sua construção. Dentre elas a de que não houvesse retrocessos para as empresas, em particular quanto à carga tributária e obrigações burocráticas;

Ocorre que, a atual redação não permite que um universo significativo de micro e pequenas empresas, que já usufruem o Simples Federal e de vários regimes simplificados estaduais, possa participar do regime. Outro grande número de empresas teria sua carga tributária elevada em mais de 300%. Por fim, todo esse universo de ME e EPP deixaria de contar com mecanismos de estímulo do acesso ao crédito.

Neste aspecto, quatro dispositivos da Lei, quando de sua sanção e avaliação pelos setores interessados, demonstraram a necessidade de aprimoramentos pontuais, sob pena de ter mitigado o alcance da política pública pretendida. Dentre estes, destacam-se os principais:

- Eliminação da possibilidade de cobrança de ICMS nas fronteiras dos Estados no caso das microempresas e empresas de pequeno porte, de modo a evitar a dupla tributação:

Art. 13, § 1º, inciso XIII, alínea “g” – entendemos que a prática de cobrança antecipada de ICMS nas fronteiras de Estados, em operações interestaduais, é prática que deve ser coibida no que pertine às empresas optantes pelo Simples Nacional.

- Vedação da possibilidade de retenção na fonte de tributos incluídos no Simples Nacional, haja vista a inexistência de tal hipótese na legislação do atual Simples Federal:

Art. 14A – Estabelecendo que as empresas optantes pelo Simples Nacional não sofrerão a incidência na fonte de imposto de renda que tenha

como base de cálculo o valor dos serviços prestados, e nem da Contribuição para o INSS, a exemplo do que já ocorria com as empresas optantes pelo Simples Federal.

- Manutenção do atual nível de tributação para inúmeros segmentos do setor de serviços, que abrigam centenas de milhares de micro e pequenas empresas, permitindo que possam permanecer na tabela de tributação da Lei 123/06 – Simples Nacional compatível com a que utilizam na 9.317/1996 – Simples Federal;

Art. 13, inciso VI – as atividades de transporte interestadual e intermunicipal, de cargas ou de passageiros, podiam optar pelo Simples Federal, sem a incidência da contribuição para o INSS. Por essa razão, retiramos a previsão de que, no caso dessas atividades, tal contribuição seria recolhida destacadamente.

Art. 17, § 1º, inciso XIV – previsão de que podem optar pelo Simples Nacional as empresas que se dediquem ao transporte de cargas ou de passageiros, a exemplo do que já ocorria com o Simples Federal.

Art. 17, § 2º - pequena modificação no texto, de modo a aclarar-lhe o alcance.

Art. 18, § 5º, itens V, VI e VII – retirada da previsão automática de que as demais atividades de serviços serão tributadas na forma do Anexo V, bem como estabelecimento de que as atividades de prestação de serviços que já eram enquadradas no Simples Federal, a exemplo da de transporte, de lavanderias, tinturarias, cabelereiros etc. sejam enquadradas no Simples Nacional na forma do Anexo III.

- Manutenção da autorização legal para que 3 segmentos industriais que demandam políticas de estímulo à formalização e atualmente autorizados a participar do Simples Federal, possam permanecer no Simples Nacional;

Art. 17, inciso X – modificação do texto do dispositivo, de modo a permitir que empresas que fabriquem cosméticos, fogos de artifício e sorvetes possam ingressar no Simples Nacional.

- Mecanismo regulando a mera falta de emissão de documento fiscal:

Art. 30, II – visando a ressaltar a importância da cidadania fiscal, fizemos constar expressamente que a falta de emissão de documento fiscal é causa de exclusão do Simples Nacional.

- Resgate do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, objeto de veto quando da Sanção da Lei 123/06 em função de limitações do texto apresentado, agora ajustado a atender às preocupações e motivos apresentados pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Art. 60A – prevê a criação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito das microempresas e empresas de pequeno porte, incorporando propostas constantes do Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2007, de autoria do nobre Deputado Pepe Vargas e orientações da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

- Ajustamento do período de cobertura do parcelamento contido na Lei 123/06, originalmente para débitos vencidos até 31 de dezembro de 2006 para débitos vencidos até 31 de maio de 2007, permitindo que as empresas com débitos possam equacioná-los e assim estar aptas a participar do regime, ingressando no ciclo de desenvolvimento que a legislação busca estabelecer no País;

Art. 79 – estende o prazo dos débitos passíveis de parcelamento até 31 de maio de 2007, mantendo as demais condições previstas na Lei 123/06.

Tais ajustes respeitam as diretrizes e lógica da Lei 123/06, resgatam a intenção do Legislador e negociações mantidas à época da construção do PLP 123/04 e, contemplados, estimularão a formalização e desenvolvimento dos pequenos negócios, resgatando os propósitos e resultados buscados pelo Legislador e Governo em atendimento a agenda de desenvolvimento do País a que se dedicam nossas instituições, empresas, trabalhadores e sociedade.

Por essa razão, apresentamos o presente projeto de lei complementar, o qual promove alterações no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte de modo a viabilizar os objetivos anteriormente visados, utilizando-se de alternativas que não esbarrem nos óbices apontados por Sua Excelência em suas razões de veto.

Salientamos que a medida não tem impacto nas contas públicas na medida em que mantém a situação atual das microempresas e empresas de pequeno porte já participantes do Simples e permitir a regularização de débitos por ventura existentes, permitindo ainda o incremento da atividade econômica e a reversão dos níveis de informalidade atuais.

Por fim, o art. 2º revoga:

- o inciso VI do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o qual vedada que às empresas que prestassem serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros de ingressar no Simples Nacional, visto que elas anteriormente podiam optar pelo Simples Federal, a fim de possibilitar tal ingresso;

- o art. 53 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 123, de 2006, pois todos os benefícios constantes do mesmo já eram concedidos por outros dispositivos da mesma lei, razão pela qual sua manutenção no texto legal estava apenas mantendo dúvidas em sua interpretação.

Temos a certeza de contar com o apoio de todos os nobres parlamentares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2007.

Deputado JOSÉ PIMENTEL

Deputado CARLOS MELLES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Mensagem de veto

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

.....
 Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I – Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II – Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V – Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI – Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do § 1º e no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar;

VII – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

.....
 § 1º O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

.....
 XIII – ICMS devido:

.....
 g) nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, bem como do valor relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital;

Art. 16. A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irrevogável para todo o ano-calendário.

§ 2º A opção de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 4º Serão consideradas inscritas no Simples Nacional as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar.

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

I – que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

II – que tenha sócio domiciliado no exterior;

III – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV – que preste serviço de comunicação;

V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI – que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

VII – que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII – que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX – que exerça atividade de importação de combustíveis;

X – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem como de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota ad valorem superior a 20% (vinte por cento) ou com alíquota específica;

XI – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

XII – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII – que realize atividade de consultoria;

XIV – que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo:

I – creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;

II – agência terceirizada de correios;

III – agência de viagem e turismo;

IV – centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V – agência lotérica;

VI – serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;

VII – serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

VIII – serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;

IX – serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

X – serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

XI – serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

XII – veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;

XIII – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;

XIV – transporte municipal de passageiros;

XV – empresas montadoras de estandes para feiras;

XVI – escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

XVII – produção cultural e artística;

XVIII – produção cinematográfica e de artes cênicas;

XIX – cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

XX – academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

XXI – academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

XXII – (VETADO);

XXIII – elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

XXIV – licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

XXV – planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

XXVI – escritórios de serviços contábeis;

XXVII – serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

XXVIII – (VETADO).

.....
§ 2º Poderão optar pelo Simples Nacional sociedades que se dediquem exclusivamente à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa no caput deste artigo.
.....

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, optante do Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período.

§ 3º Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma do caput e dos §§ 1º e 2º deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irrevogável para todo o ano-calendário.

§ 4º O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento:

I – as receitas decorrentes da revenda de mercadorias;

II – as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;

III – as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;

IV – as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária; e

V - as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou do consórcio previsto nesta Lei Complementar.

§ 5º Nos casos de atividades industriais, de locação de bens móveis e de prestação de serviços, serão observadas as seguintes regras:

I – as atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar;

II – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

III – atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzindo-se da alíquota o percentual correspondente ao ISS previsto nesse Anexo;

IV – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

V – as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XXVIII do § 1º e no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

VI – as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, acrescido das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

§ 6º No caso dos serviços previstos no § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, que será abatido do valor a ser recolhido na forma do § 3º do art. 21 desta Lei Complementar.

§ 7º A empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago, aplicável à própria comercial exportadora.

§ 8º Para efeito do disposto no § 7º deste artigo, considera-se vencido o prazo para o pagamento na data em que a empresa vendedora deveria fazê-lo, caso a venda houvesse sido efetuada para o mercado interno.

§ 9º Relativamente à contribuição patronal, devida pela vendedora, a comercial exportadora deverá recolher, no prazo previsto no § 8º deste artigo, o valor correspondente a 11% (onze por cento) do valor das mercadorias não exportadas nos termos do § 7º deste artigo.

§ 10. Na hipótese do § 7º deste artigo, a empresa comercial exportadora não poderá deduzir do montante devido qualquer valor a título de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

§ 11. Na hipótese do § 7º deste artigo, a empresa comercial exportadora deverá pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenha alienado ou utilizado as mercadorias.

§ 12. Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos IV e V do § 4º deste artigo terá direito a redução do valor a ser recolhido na forma do Simples Nacional calculada nos termos dos §§ 13 e 14 deste artigo.

§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

§ 14. A redução no montante a ser recolhido do Simples Nacional no mês relativo aos valores das receitas de que tratam os incisos IV e V do § 4º deste artigo corresponderá:

I – no caso de revenda de mercadorias:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à Cofins, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/Pasep, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

II – no caso de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à Cofins, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/Pasep, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso;

d) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao IPI, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do § 4º deste artigo, conforme o caso.

§ 15. Será disponibilizado sistema eletrônico para realização do cálculo simplificado do valor mensal devido referente ao Simples Nacional.

§ 16. Se o valor da receita bruta auferida durante o ano-calendário ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a parcela de receita que exceder o montante assim determinado estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 17. Na hipótese de o Distrito Federal ou o Estado e os Municípios nele localizados adotarem o disposto nos incisos I e II do caput do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar, a parcela da receita bruta auferida durante o ano-calendário que ultrapassar o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses do período de atividade, estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

§ 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.

§ 19. Os valores estabelecidos no § 18 deste artigo não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista na tabela do caput deste artigo, respeitados os acréscimos decorrentes do tipo de atividade da empresa estabelecidos no § 5º deste artigo.

§ 20. Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do § 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

§ 21. O valor a ser recolhido na forma do disposto no § 20 deste artigo, exclusivamente na hipótese de isenção, não integrará o montante a ser partilhado com o respectivo Município, Estado ou Distrito Federal.

§ 22. A atividade constante do inciso XXVI do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

§ 23. Da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

§ 24. Para efeito de aplicação do Anexo V desta Lei Complementar, considera-se folha de salários incluídos encargos o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de salários, retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição para a Seguridade Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

.....

Art. 19. Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas no art. 18 desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:

I – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais); e

III – os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

§ 1º A participação no Produto Interno Bruto brasileiro será apurada levando em conta o último resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que o substitua.

§ 2º A opção prevista nos incisos I e II do caput deste artigo, bem como a obrigatoriedade de adotar o percentual previsto no inciso III do caput deste artigo, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

Art. 20. A opção feita na forma do art. 19 desta Lei Complementar pelos Estados importará adoção do mesmo limite de receita bruta anual para efeito de recolhimento na forma do ISS dos Municípios nele localizados, bem como para o do ISS devido no Distrito Federal.

§ 1º As microempresas e empresas de pequeno porte que ultrapassarem os limites a que se referem os incisos I e II do caput do art. 19 desta Lei Complementar estarão automaticamente impedidas de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional no ano-calendário subsequente ao que tiver ocorrido o excesso.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica na hipótese de o Estado ou de o Distrito Federal adotarem, compulsoriamente ou por opção, a aplicação de faixa de receita bruta superior à que vinha sendo utilizada no ano-calendário em que ocorreu o excesso da receita bruta.

§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução na alíquota equivalente aos percentuais relativos a esses impostos constantes dos Anexos I a V desta Lei Complementar, conforme o caso.

§ 4º O Comitê Gestor regulamentará o disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar.

Seção IV

Do Recolhimento dos Tributos Devidos

Art. 21. Os tributos devidos, apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar, deverão ser pagos:

.....
 II – segundo códigos específicos, para cada espécie de receita discriminada no § 4º do art. 18 desta Lei Complementar;

.....
 IV – em banco integrante da rede arrecadadora credenciada pelo Comitê Gestor.

§ 1º Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.

§ 2º Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, inclusive sem utilização da rede bancária, mediante requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.

§ 3º O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

§ 4º Caso tenha havido a retenção na fonte do ISS, ele será definitivo e deverá ser deduzida a parcela do Simples Nacional a ele correspondente, que será apurada, tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção, na forma prevista nos §§ 12 a 14 do art. 18 desta Lei Complementar, não sendo o montante recolhido na forma do Simples Nacional objeto de partilha com os municípios.

§ 5º O Comitê Gestor regulará o modo pelo qual será solicitado o pedido de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

.....
 Art. 26. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I – emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

.....
Art. 29. A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

.....
II – for oferecido embarço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III – for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV – a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;

V – tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;

VI – a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

VII – comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VIII – houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

IX – for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X – for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos II a X do caput deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º deste artigo será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável segundo o regime especial previsto nesta Lei Complementar.

§ 3º A exclusão de ofício será realizada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, cabendo o lançamento dos tributos e contribuições apurados aos respectivos entes tributantes.

§ 4º Para efeito do disposto no inciso I do caput deste artigo, não se considera período de atividade aquele em que tenha sido solicitada suspensão voluntária perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 5º A competência para exclusão de ofício do Simples Nacional obedece ao disposto no art. 33, e o julgamento administrativo, ao disposto no art. 39, ambos desta Lei Complementar.

.....
Art. 33. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

.....
§ 2º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, caberá

à Secretaria da Receita Previdenciária a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 50. As microempresas serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Art. 53. Além do disposto nos arts. 51 e 52 desta Lei Complementar, no que se refere às obrigações previdenciárias e trabalhistas, ao empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) é concedido, ainda, o seguinte tratamento especial, até o dia 31 de dezembro do segundo ano subsequente ao de sua formalização:

Parágrafo único. Os benefícios referidos neste artigo somente poderão ser usufruídos por até 3 (três) anos-calendário.

Art. 60. (VETADO).

Art. 79. Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos tributos e contribuições previstos no Simples Nacional, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

§ 2º Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º O parcelamento será requerido à respectiva Fazenda para com a qual o sujeito passivo esteja em débito.

§ 4º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Anexo I

Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	INSS	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%

De 840.000,01 a 960.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Anexo III

Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	INSS	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,39%	1,19%	0,00%	2,42%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,26%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Anexo IV

Partilha do Simples Nacional – Serviços

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Anexo V

1) Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

$$(r) = \frac{\text{Folha de Salários incluídos encargos (em 12 meses)}}{\text{Receita Bruta (em 12 meses)}}$$

Receita Bruta (em 12 meses)

2) Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,40 (quarenta centésimos), as alíquotas do Simples Nacional relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins corresponderão ao seguinte:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL
Até 120.000,00	4,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	4,48%
De 240.000,01 a 360.000,00	4,96%
De 360.000,01 a 480.000,00	5,44%
De 480.000,01 a 600.000,00	5,92%
De 600.000,01 a 720.000,00	6,40%
De 720.000,01 a 840.000,00	6,88%
De 840.000,01 a 960.000,00	7,36%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	7,84%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	8,32%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	8,80%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	9,28%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	9,76%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,24%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,72%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,20%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,68%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	12,16%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,64%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	13,50%

3) Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,35 (trinta e cinco centésimos) e menor que 0,40 (quarenta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,00% (catorze por cento).

4) Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,30 (trinta centésimos) e menor que 0,35 (trinta e cinco centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,50% (catorze inteiros e cinquenta centésimos por cento).

5) Na hipótese em que (r) seja menor que 0,30 (trinta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 15,00% (quinze por cento).

6) Somar-se-á a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins apurada na forma acima a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo IV desta Lei Complementar.

7) A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins arrecadadas na forma deste Anexo será realizada com base nos seguintes percentuais:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP
Até 120.000,00	0,00%	49,00%	51,00%	0,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	0,00%	49,00%	51,00%	0,00%
De 240.000,01 a 360.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 360.000,01 a 480.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 480.000,01 a 600.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 600.000,01 a 720.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 720.000,01 a 840.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 840.000,01 a 960.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Regulamento

Atualizações decorrentes de normas de hierarquia inferior

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

.....

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de: (Vide Lei nº 9.317, de 1996)

I - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Vide LCp nº 84, de 1996)

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

III - vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

IV - quinze por cento sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho. (Incluído pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de dois vírgula cinco por cento sobre a base de cálculo definida nos incisos I e III deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99) (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.8.2001)

§ 2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 9º do art. 28.

§ 3º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiências física, sensorial e/ou mental com desvio do padrão médio.

§ 5º (Revogado pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 6º A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e II deste artigo, corresponde a cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 7º Caberá à entidade promotora do espetáculo a responsabilidade de efetuar o desconto de cinco por cento da receita bruta decorrente dos espetáculos desportivos e o respectivo recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social, no prazo de até dois dias úteis após a realização do evento. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 8º Caberá à associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional informar à entidade promotora do espetáculo desportivo todas as receitas auferidas no evento, discriminando-as detalhadamente. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 9º No caso de a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional receber recursos de empresa ou entidade, a título de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, esta última ficará com a responsabilidade de reter e recolher o percentual de cinco por cento da receita bruta decorrente do evento, inadmitida qualquer dedução, no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, do art. 30 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 10. Não se aplica o disposto nos §§ 6º ao 9º às demais associações desportivas, que devem contribuir na forma dos incisos I e II deste artigo e do art. 23 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 10.12.97)

§ 11. O disposto nos §§ 6º ao 9º deste artigo aplica-se à associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional e atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços e que se organize regularmente, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.345, de 2006) **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 358, de 2007)

§ 12. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.170, de 29.12.2000)

§ 13. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado. (Incluído pela Lei nº 10.170, de 29.12.2000)

§ 14. **Atenção:** (Vide Medida Provisória nº 316, de 2006)

Art. 22A. A contribuição devida pela agroindústria, definida, para os efeitos desta Lei, como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição às previstas nos incisos I e II do art. 22 desta Lei, é de: (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

I - dois vírgula cinco por cento destinados à Seguridade Social; (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

II - zero vírgula um por cento para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade para o trabalho decorrente dos riscos ambientais da atividade. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 1º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às operações relativas à prestação de serviços a terceiros, cujas contribuições previdenciárias continuam sendo devidas na forma do art. 22 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 3º Na hipótese do § 2º, a receita bruta correspondente aos serviços prestados a terceiros será excluída da base de cálculo da contribuição de que trata o caput. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às sociedades cooperativas e às agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura. (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 5º O disposto no inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, não se aplica ao empregador de que trata este artigo, que contribuirá com o adicional de zero vírgula vinte e cinco por cento da receita bruta proveniente da comercialização da produção, destinado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). (Incluído pela Lei nº 10.256, de 9.7.2001)

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

§ 7º Aplica-se o disposto no § 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

.....

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Lei Complementar nº 123, de 2006

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Projeto de lei da câmara nº 44, de 2007
(nº 993/ 2007, na Casa de Origem)
(De iniciativa do Presidente da Republica)
(Em regime de urgência nos termos do art 64, §1º,
da constituição Federal)

Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DA RELAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação metódica para o trabalho de educandos que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio.

§ 1º Como ato educativo, o estágio deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio deve visar ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional ou à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho em geral.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do projeto pedagógico dos cursos.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão universitária desenvolvidas pelo estudante no ambiente de trabalho equiparam-se ao estágio não-obrigatório.

Art. 3º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional ou no ensino médio, atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo por professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.

§ 2º O descumprimento do disposto em qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso de estágio caracteriza vínculo laboral do educando com a parte concedente para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 4º São obrigações das instituições de ensino, em relação ao estágio de seus educandos:

I - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando a adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa de formação escolar do educando e ao calendário escolar;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação social, profissional e cultural do educando;

III - indicar professor orientador, com formação e experiência profissional, responsável pelo acompanhamento das atividades de estágio;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório de atividades;

V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;

VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação do estágio de seus educandos; e

VII - comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, os períodos estipulados para a realização das avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O estrito cumprimento das obrigações previstas neste artigo será observado para efeitos das avaliações e dos processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de instituições e cursos, ou de sua renovação, previstos nos incisos VIII e IX do caput do art. 9º, IV do caput do art. 10 e IV do caput do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de

dezembro de 1996, e na Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, devendo a documentação comprobatória ser mantida à disposição dos órgãos responsáveis, nos termos e prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 5° É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, no qual se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6° a 10 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração do convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3° desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 6° As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar termo de compromisso com o educando e a instituição de ensino, zelando pelo seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

V - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório de atividades;

VI - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VII - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio; e

VIII - exigir da parte concedente a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório de atividades, dando vista obrigatoriamente ao educando.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 7º A jornada máxima de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo ser compatível com as atividades escolares e não superior a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º O estágio relativo a cursos que contemplem períodos alternados de teoria e prática poderá ter jornada de até 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso.

§ 2º A carga horária do estagiário será reduzida à metade durante o período estipulado pela instituição de ensino para realização de avaliações escolares ou acadêmicas, sendo vedada qualquer possibilidade de compensação de horários em razão da redução.

Art. 8º A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos.

Art. 9º O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não-obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação ou saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º É facultado ao educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 10. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante o período de férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata o caput deste artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os 30 (trinta) dias de recesso previstos no caput deste artigo serão concedidos de maneira proporcional ao período estagiado, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 11. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V
DOS AGENTES DE INTEGRAÇÃO

Art. 12. As instituições de ensino e as partes concedentes de estágio, a seu critério, poderão contar com os serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico próprio, devendo ser observada, no caso de contratação de agente de integração com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Os agentes de integração atuarão como auxiliares, exercendo, além de outras correlatas ao aperfeiçoamento do instituto do estágio, atividades:

I - na identificação de oportunidades de estágio a serem apresentadas às instituições de ensino;

II - no cadastramento de estudantes e de oportunidades de estágio; e

III - nas providências pertinentes à contratação, a favor do aluno estagiário, de seguro contra acidentes pessoais.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos no § 1º deste artigo.

§ 3º As entidades de que trata este artigo deverão estar devidamente cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego e, nos termos da regulamentação, enviar relatórios semestrais informando o quantitativo de estágios intermediados no período, por município, devendo constar no relatório:

I - nome do estagiário;

II - carga horária do estagiário;

III - valor da remuneração, se houver;

IV - vigência do contrato;

V - curso do estagiário;

VI - resumo das funções desempenhadas.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei sujeita a pessoa jurídica de direito infratora a multa variável, à base de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) a R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por trabalhador em situação irregular, conforme regulamentação.

§ 1º A multa de que trata este artigo será aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de cuja providência dará ciência ao órgão supervisor do respectivo sistema de ensino, ao Ministério Público do Trabalho e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Sempre que a fiscalização da Previdência Social constatar irregularidade na contratação e na manutenção de estagiário, deverá, sem prejuízo das providências pertinentes, comunicar a ocorrência à fiscalização do trabalho.

§ 3º A instituição privada que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 4º A multa de que trata o caput deste artigo será corrigida em 1º de janeiro de cada exercício, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-

lo, verificada nos 12 (doze) meses anteriores à publicação desta Lei.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou por seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, vedada a atuação dos agentes de integração referidos no art. 12 desta Lei como representantes de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo deverá conter, minimamente, o disposto nos incisos IV e V do caput do art. 6º e nos arts. 7º a 10 desta Lei.

Art. 15. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio, relacionados a sua atividade-fim, deverá atender à seguinte proporção:

I - de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II - de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: 2 (dois) estagiários;

III - acima de 10 (dez) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada uma delas.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo ao estágio de nível superior e de educação profissional.

§ 5º No caso de estágio em unidade de ensino público e privado, poderá a atividade do estagiário ser desenvolvida fora daquele recinto, de acordo com os critérios estabelecidos no termo de compromisso.

§ 6º Fica assegurado ao portador de necessidades especiais o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, desde que esta tenha mais de 10 (dez) estagiários.

Art. 16. Os estágios em realização na data de entrada em vigência desta Lei deverão ser ajustados, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, às suas disposições.

Art. 17. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 7º Nas localidades em que não houver oferta de ensino médio suficiente para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação de aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental." (NR)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

PROJETO DE LEI (ORIGINAL) Nº 993, DE 2007

Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DA RELAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação metódica para o trabalho de educandos que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio.

§ 1º Como ato educativo, o estágio deve fazer parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio deve visar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional ou a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho em geral.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do projeto pedagógico dos cursos.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão universitária, desenvolvidas pelo estudante no ambiente de trabalho, equiparam-se ao estágio não obrigatório.

Art. 3º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional ou no ensino médio, atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo por professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente do estágio, comprovados por vistos nos relatórios referidos no art. 4º, inciso IV.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso de estágio caracteriza vínculo laboral do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 4º São obrigações das instituições de ensino, em relação ao estágio de seus educandos:

I - celebrar termo de compromisso com o educando e a parte concedente do estágio, indicando a adequação do estágio à proposta pedagógica do curso e à etapa de formação escolar do educando;

II - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação social, profissional e cultural do educando;

III - indicar professor orientador, com formação e experiência profissional, responsável pelo acompanhamento das atividades de estágio;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório de atividades;

V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso; e

VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação do estágio de seus educandos.

Art. 5º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, no qual se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 10.

Parágrafo único. A celebração do convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente de estágio não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o art. 3º, inciso II.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 6º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar termo de compromisso com o educando e a instituição de ensino, zelando pelo seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente;

IV - oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais;

V - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório de atividades;

VI - quando do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; e

VII - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 7º A jornada máxima de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo ser compatível com as atividades escolares e não superior a seis horas diárias ou trinta horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que contemplem períodos alternados de teoria e prática poderá ter jornada de até oito horas diárias e quarenta horas semanais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso.

Art. 8º A duração máxima do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois anos.

Art. 9º O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação ou saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º É facultado ao educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 10. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de trinta dias, a ser gozado preferencialmente durante o período de férias escolares do estagiário.

Art. 11. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DOS AGENTES DE INTEGRAÇÃO

Art. 12. As instituições de ensino e as partes concedentes de estágio, a seu critério, poderão contar com os serviços auxiliares de agentes de integração, públicos ou privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico próprio.

§ 1º Os agentes de integração atuarão como auxiliares, exclusivamente:

I - na identificação de oportunidades de estágio a serem apresentadas às instituições de ensino;

II - no cadastramento de estudantes e de oportunidades de estágio; e

III - nas providências pertinentes à contratação, a favor do aluno estagiário, de seguro contra acidentes pessoais.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos no § 1º.

CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei sujeita a pessoa jurídica de direito infratora a multa variável, à base de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) a R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por trabalhador em situação irregular, conforme regulamentação.

§ 1º A multa de que trata este artigo será aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de cuja providência dará ciência ao órgão supervisor do respectivo sistema de ensino e ao Ministério Público do Trabalho.

§ 2º Sempre que a fiscalização da previdência social constatar irregularidade na contratação e na manutenção de estagiário, sem prejuízo das providências pertinentes, deverá comunicar a ocorrência à fiscalização do trabalho.

§ 3º A instituição privada que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por dois anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário e pelos representantes legais do concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração referidos no art. 12 como representantes de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo deverá conter, minimamente, o disposto nos arts. 6º, incisos IV e V, e 7º a 10 desta Lei.

Art. 15. O número total de estagiários não poderá ser superior a dez por cento do quadro de pessoal da parte concedente do estágio.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores existentes no estabelecimento do concedente do estágio, independente de seus enquadramentos jurídicos.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput ao estágio obrigatório de nível superior e de educação profissional.

Art. 16. Os estágios em realização na data de entrada em vigência desta Lei deverão ser ajustados, no prazo de cento e oitenta dias, às suas disposições.

Art. 17. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 7º Nas localidades em que não houver oferta de ensino médio suficiente para o cumprimento no disposto no § 1º, a contratação de aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

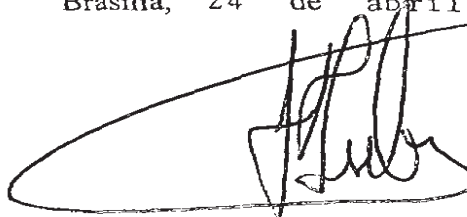
Brasília,

Mensagem nº 279, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”.

Brasília, 24 de abril de 2007.



E.M.I Nº 0030/MEC/MTE

Brasília, 17 de abril de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

01. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei, que visa a revogação da Lei nº 6.494, de 1977, para dispor sobre o estágio de estudantes de educação superior, educação profissional e ensino médio, além de alterar a disciplina jurídica do aprendiz, conforme a redação do art. 428, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
02. O objetivo da proposta é contextualizar o estágio de estudantes em relação às profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, no âmbito das relações de trabalho e também no panorama educacional. Essa nova realidade evidencia que a Lei nº 6.494, de 1977, e o Decreto nº 87.497, de 1982, que a regulamenta, encontram-se hoje defasados, necessitando de urgente atualização.
03. A proposta traz inúmeras inovações, dentre as quais destacamos a concepção do estágio como ato educativo supervisionado, colocando mais claramente o papel da escola, no intuito de evitar que o contingente de jovens estagiários passe a engrossar as estatísticas de trabalhadores precarizados em nosso país.
04. Para tanto, a proposta define com mais clareza o papel das instituições de ensino, vinculando o projeto pedagógico proposto pela instituição com o termo de compromisso a ser celebrado com o educando e a parte concedente do estágio, de modo a estabelecer uma caracterização clara do estágio, por oposição à relação de emprego.
05. Merece também destaque, na proposta, a possibilidade de as instituições de ensino celebrarem com entes públicos e privados acordo de concessão de estágio, no qual se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos. Essa dinâmica estimulará uma participação mais ativa das instituições de ensino, que terão condições de planejar, na perspectiva coletiva de seus estudantes, o estágio como experiência no mundo do trabalho complementar ao ensino escolar formal. Nesse sentido, a escola deixa de ser mera instância burocrática, que apenas chancela o

termo de compromisso, passando a ser protagonista do processo de aproximação entre os universos da educação e do trabalho.

06. Não se pode ignorar que o estágio é, muitas vezes, a primeira forma de inserção de um jovem estudante na vida profissional. No contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação, a proposta ganha relevo, em conjunto com a proposta de alteração da Lei nº 9.394, de 2006, Lei de Diretrizes e Bases, para a reorganização da educação profissional e do ensino médio, iniciativas que implicam uma nova ordem nas relações jurídicas que vinculam a educação à inserção profissional.

07. A proposta contempla normatização precisa dos direitos e obrigações do concedente e estagiário, dos limites da jornada e concessão de bolsas, além do seguro contra acidentes pessoais, de modo a garantir o estágio como meio de consolidação dos conhecimentos escolares e não forma de recrutamento de mão-de-obra.

08. Outra importante alteração contida na proposta é a disciplina da atuação dos agentes de integração, delimitando o seu papel e propiciando maior e melhor fiscalização, em razão da simplificação das regras de estágio e suas obrigações, sujeitando aqueles que mantêm estagiários em desconformidade com a Lei a penalidades definidas, o que evitará o desvirtuamento do estágio como ato educativo supervisionado.

09. Em resumo, a proposta visa moralizar o estágio e valorizá-lo enquanto prática educativa, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos para coibir a sua utilização como forma de absorção precoce de mão-de-obra, o que lamentavelmente corresponde à realidade em curso no país hoje.

10. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência o Projeto de Lei anexo.

Respeitosamente,

Assinado por: Fernando Haddad e Carlos Lupi

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977.Regulamento

Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994.

Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

.....

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

.....

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

.....

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

.....

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

.....

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

.....

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

.....

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide Leis nºs 11.495 e 11.496, de 2007

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19.12.2000)

§ 5º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.180, de 2005)

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. (Incluído pela Lei nº 11.180, de 2005)

Art. 429. Os estabelecimentos

.....

TÍTULO VII**DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS****CAPÍTULO I****DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS**

Art. 626 - Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único - Os fiscais dos Institutos de Seguro Social e das entidades paraestatais em geral dependentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 627 - A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis;

b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

Art. 627-A. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.8.2001)

Art. 628 - Salvo o disposto no artigo 627, a toda verificação em que o agente da inspeção concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.8.2001)

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a possuir o livro intitulado "Inspeção do Trabalho", cujo modelo será aprovado por portaria Ministerial. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 2º Nesse livro, registrará o agente da inspeção sua visita ao estabelecimento, declarando a data e a hora do início e término da mesma, bem como o resultado da inspeção, nele consignando, se for o caso, todas as irregularidades verificadas e as exigências feitas, com os respectivos prazos para seu atendimento, e, ainda, de modo legível, os elementos de sua identificação funcional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 3º Comprovada má fé do agente da inspeção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá ele por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito administrativo. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 4º A lavratura de autos contra empresas fictícias e de endereços inexistentes, assim como a apresentação de falsos relatórios, constituem falta grave, punível na forma do § 3º. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 629 - O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada, dentro de 10 (dez) dias da lavratura, sob pena de responsabilidade, em registro postal, com franquia e recibo de volta. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 1º O auto não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da inspeção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 2º Lavrado o auto de infração, não poderá êle ser inutilizado, nem sustado o curso do respectivo processo, devendo o agente da inspeção apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em êrro. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 3º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do auto. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 4º O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos característicos, em livro próprio que deverá existir em cada órgão fiscalizador, de modo a assegurar o contrôle do seu processamento. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 630. Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exhibir a carteira de identidade fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 1º É proibida a outorga de identidade fiscal a quem não esteja autorizado, em razão do cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação trabalhista, atos de fiscalização. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 2º - A credencial a que se refere êste artigo deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei em casos de provimentos em outro cargo público, exoneração ou demissão bem como nos de licenciamento por prazo superior a 60 (sessenta) dias e de suspensão do exercício do cargo. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 3º - O agente da inspeção terá livre acesso a tôdas dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação, sendo as emprêsas, por seus dirigentes ou prepostos, obrigados a prestar-lhes os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exhibir-lhes, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 4º - Os documentos sujeitos à inspeção deverão permanecer, sob as penas da lei nos locais de trabalho, sòmente se admitindo, por exceção, a critério da autoridade competente, sejam os mesmos apresentados em dia hora prèviamente fixados pelo agente da inspeção. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 5º - No território do exercício de sua função, o agente da inspeção gozará de passe livre nas emprêsas de transportes, públicas ou privadas, mediante a apresentação da carteira de identidade fiscal. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 6º - A inobservância do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º configurará resistência ou embaraço à fiscalização e justificará a lavratura do respectivo auto de infração, cominada a multa de valor igual a meio (1/2) salário mínimo regional até 5 (cinco) vêzes êsse salário, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios a seu alcance para cumprir a lei. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 7º - Para o efeito do disposto no § 5º, a autoridade competente divulgará em janeiro e julho, de cada ano, a relação dos agentes da inspeção titulares da carteira de identidade fiscal. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

§ 8º - As autoridades policiais, quando solicitadas, deverão prestar aos agentes da inspeção a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 631 - Qualquer funcionário público federal, estadual ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as infrações que verificar.

Parágrafo único - De posse dessa comunicação, a autoridade competente procederá desde logo às necessárias diligências, lavrando os autos de que haja mister.

Art. 632 - Poderá o autuado requerer a audiência de testemunhas e as diligências que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade, julgar da necessidade de tais provas.

Art. 633 - Os prazos para defesa ou recurso poderão ser prorrogados de acordo com despacho expresso da autoridade competente, quando o autuado residir em localidade diversa daquela onde se achar essa autoridade.

Art. 634 - Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este Título.

Parágrafo único - A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

.....

Art. 6º O § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os alunos a que se refere o **caput** deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial." (NR)

.....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O **Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2007– Complementar**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– O **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007**, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno, e será apreciado simultaneamente pelas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, podendo somente receber emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Não chegou à Mesa informação sobre acordo das Lideranças para apreciação da matéria constante do Item 1 da pauta.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 364, DE 2007
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 364, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de um bilhão, setecentos e dezessete milhões, quarenta e um mil e vinte e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
3.6.2007)
Prazo final (prorrogado): 30.8.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 365, DE 2007
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 365, de 2007, que abre crédito ex-

traordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de cinco bilhões e duzentos milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
8.6.2007)
Prazo final (prorrogado): 4.9.2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 19, DE 2007
(*Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências (Proveniente da Medida Provisória nº 366, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
11.6.2007)
Prazo final (prorrogado): 7.9.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2007
(*Proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de quatrocentos e quinze milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e dez reais, para os fins que especifica, (proveniente da Medida Provisória nº 367, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
16.6.2007)
Prazo final (prorrogado): 12.9.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 368, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 368, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 21.6.2007)

Prazo final (prorrogado): 17.9.2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 370, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 370, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de vinte e cinco milhões de reais, para o fim que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal (proveniente da Medida Provisória nº 371, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.6.2007)

Prazo final (Prorrogado): 21.9.2007

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 669, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 245, de 2007, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no*

valor total de cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) [financiamento parcial do Proágua].

11

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

12

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 671, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 269, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor de até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América (financiamento parcial do Premar).*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco

Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001,

na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho

dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº

1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isonção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a Ordem do Dia.

Seguindo a lista de oradores, chamaremos, para usar a tribuna como Líder, com prioridade regimental, o Senador Arthur Virgílio, do PSDB. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei inicialmente – no espaço que

todas essas crimes me concedem – de dois assuntos do meu Estado. Um deles é uma solicitação que faço ao Governador Eduardo Braga, do meu Estado, no sentido de quebrar o isolamento, por falta de manutenção da estrada, de Boca do Acre. Boca do Acre precisa ter sua estrada restaurada. Outro, é denunciar o apagão elétrico na cidade de Tefé, no rio Solimões. É uma denúncia que me chegou às mãos pela Rádio Educação Rural de Tefé, dando conta de que as interrupções no abastecimento de energia da cidade são diárias. Toda manhã, a partir das seis horas, Tefé fica sem energia por cerca de uma hora e, ao longo do dia, outras interrupções ocorrem. Vou pedir até que V. Ex^a considere como lido este pronunciamento. Mas é um sofrimento muito grande para os 70 mil habitantes daquele Município, que estão perdendo suas geladeiras, seus aparelhos elétricos, e, sobretudo, lidam com toda a dificuldade que isso causa para a economia do Município.

Então, que as obras da estrada que liga Boca do Acre a Rio Branco sejam feitas urgentemente na parte que toca o Amazonas – a parte do Acre já está feita – e que as autoridades do setor de energia do País observem isso que não acontece só em Tefé, é muito freqüente no interior inteiro, mas está acontecendo muito seriamente no Município de Tefé.

Sr. Presidente, aproveito o tempo que me resta para lembrar que hoje faz um ano de falecimento do Deputado Dante Martins de Oliveira, meu companheiro de partido, meu amigo muito querido e autor da emenda histórica das Diretas Já.

Uma delegação muito expressiva de Senadores e Deputados – conduzida essa delegação pelo Presidente do meu partido, Senador Tasso Jereissati –, dirigiu-se a Cuiabá para participar daquilo que já não é mais o pranto, mas a celebração da vida de um grande homem público. Aqui, envio um abraço muito afetuoso à minha colega de Congresso Nacional e querida amiga Deputada Thelma de Oliveira e ao sempre Senador Antero Paes de Barros.

Lembro que a história do Brasil começou a mudar quando Dante, muito jovem – cheguei com ele ao Congresso Nacional –, antes até de tomar posse, colhia as assinaturas para sua emenda que, depois, viraria um instrumento de mobilização de opinião pública. Essa mobilização, mesmo não conseguindo ver aprovada a Emenda das Diretas, gerou todo aquele sentimento que terminou derrotando Paulo Maluf e dando a vitória a Tancredo Neves nas eleições indiretas, com aquela coisa espúria que era o colégio eleitoral funcionando pela última vez, sob a pressão popular. Então, votou-se com a legitimidade da pressão popular.

Eu achava engraçado Dante pedir assinaturas para uma emenda antes da posse. Ele conseguiu as assinaturas em poucos dias. Aliás, tenho impressão de que, no primeiro dia de funcionamento do Congresso Nacional, ele já protocolou a sua Emenda das Diretas. Um belo dia, o Dr. Ulysses Guimarães tem a idéia de lançar a campanha, mas havia a pergunta de como se poderia fazer. Se conseguíssemos colocar povo na rua, qual seria o instrumento que viabilizaria as eleições diretas? Haveria alguma proposta de emenda à Constituição? Tinha. Tinha a proposta de emenda à Constituição do Deputado Dante Oliveira, que nos mobilizou a todos e que fez dele um personagem da história brasileira.

Conversei com meus companheiros e não poderia deixar de abordar um assunto. Até me disseram: “Espere para conversar primeiro com a viúva”. Mas eu vou conversar com a Nação primeiro, porque, se há uma coisa que não faz parte da minha personalidade é mesquinharia. Qualquer pessoa que me conhece sabe que encontra em mim um aliado leal ou um adversário frontal, jamais uma figura afeita a gestos de pequenez, de nanismo, de mesquinharia, de covardia, tudo o que passa por aí.

Lá existe uma autoridade, juiz ou procurador de justiça, que entrou em diversas disputas com Dante de Oliveira, diversas disputas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei seu tempo por mais cinco minutos, em homenagem a V. Ex^a e a Dante de Oliveira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mui-tíssimo obrigado, Sr. Presidente. É o suficiente.

Dr. Taques. Dante se sentiu muito perseguido por ele. Em algum momento, Dante disse dele o que pensava e foi por ele processado com o objetivo de receber uma indenização pecuniária.

Muito bem. Sou testemunha de defesa do Dante e, um dia, recebi a notificação de que seria citado na terça-feira como testemunha de defesa do Dante. Depois poderei, até pela prerrogativa do meu mandato parlamentar, dizer o dia e a hora em que estarei disponível para prestar o depoimento. No primeiro momento, cheguei a pensar que estavam processando o morto. Pensei: “Meu Deus, processando um cadáver? Será que a morte não apaga essas coisas?” Soube, depois, pelo Senador Antero, que não, que o tal Dr. Taques insiste no processo, porque quer uma indenização pecuniária.

Então, a morte do Governador, Prefeito, Deputado Dante de Oliveira não foi suficiente, não apagou. Ele pretende avançar no patrimônio da viúva, da

Deputada Thelma de Oliveira. Ele pretende uma indenização pecuniária. A morte não foi o bastante.

Coloco-me no lugar do Dr. Taques para saber se esse gesto dele é honesto, se é ético. Para mim, não é honesto nem ético. É mesquinho, é pequeno, porque S. S^a nunca foi atacado pela Deputada Thelma de Oliveira. Se tivesse sido, poderia exigir dela essa compensação pecuniária por danos morais. Mas nunca o foi. Dante, que era o seu adversário, a figura que supostamente o teria caluniado – não sei se caluniou ou se disse a verdade, mas disse o que achou que deveria dizer –, morreu.

Pergunto a V. Ex^a, Sr. Presidente: “Passa pela cabeça de alguma pessoa boa, generosa, que tenha grandeza, largueza no coração, que tenha efetiva honestidade intelectual, continuar com essa questão – aí já meramente pelo dinheiro – depois de seu adversário ter falecido?” Quer dizer que S. S^a continua inimigo do falecido Deputado Dante Martins de Oliveira? Não bastou morrer? A morte não foi suficiente? É preciso que agora a viúva, se condenada, ou se condenado Dante, se o cadáver for condenado, pague não sei quantos mil reais para o Dr. Taques?

Estou falando isso porque tento me imaginar no lugar dessa pessoa. Se eu me sentisse ofendido, poderia perfeitamente entrar com uma ação pedindo também a indenização. Mas, se meu adversário morre, eu ligaria para a viúva e diria: “Acabou. Acabou. Apresento à senhora as minhas condolências. A minha pendência com o seu marido acabou. Acabou!” Para que o dinheiro? Para comprar um carro novo? Quer comprar um terno da Daslu? O que quer com o dinheiro? Quer comprar um sapato bonito, uma gravata? O que quer com o dinheiro? Quer comprar um aparelho de som? O que deseja com o dinheiro? Então, não é para reparar a honra? Se é para reparar a honra, o que falta senão dar uma declaração de que mantém a sua posição, mas que abre mão disso, em homenagem a esse fenômeno, que é a morte, Sr. Presidente, do qual nenhum de nós escapará?!

Fico impressionado! Conheço ser humano de todo tipo. Meu pai me dizia que, na vida pública, a gente lida com tipos variados de pessoas, dentro e fora do Parlamento, ou do Executivo, dependendo de onde estejamos, mas dizia que deveria ser permitido ao homem público – como V. Ex^a, com tantos anos de vivência – fazer um requerimento ao MEC para que lhe fosse deferido um diploma de Psicologia, porque terminamos conhecendo bastante da alma humana. E eu já....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fora do microfone.*) – Prorrogo a sessão neste momento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu dizia: “Meu Deus, eu já vi de tudo”. Coisa mais comum é a criatura se virar contra o criador; coisa mais comum é vermos gente que não cumpre os contratos que celebra. Há gestos – eu perguntava ainda há pouco a uma pessoa – de pessoas que dignificaram este Senado, como, por exemplo, o falecido Senador Daniel Krieger, o falecido Senador João Agripino, Rui Barbosa e tanta gente. Ou seja, eu fico pensando: “Meu Deus, meu Deus do céu, essa é nova para mim”. Senador Heráclito Fortes, sou testemunha de defesa do Deputado, do Governador, do Prefeito Dante de Oliveira num processo que move um tal de Dr. Taques, uma figuraça – se não me engano procurador ou algo assim. A morte de Dante não bastou. Ele quer receber uma indenização da viúva, que jamais disse nada contra ele. Não teve a grandeza de ligar para ela e dizer: “Deputada Thelma, acabou; com a morte do seu marido, acabou”.

Então, estou aqui tentando me comunicar com o Dr. Taques e dizer-lhe que, desse jeito, ele não chega a Pontes de Miranda nunca; desse jeito, ele não chega a Clóvis Beviláqua jamais; desse jeito, ele não chega a Josaphat Marinho em tempo algum; desse jeito, ele não chega a nada, a não ser a essa situação que me faz dizer que, tendo visto quase tudo, como já vi na vida pública, sou obrigado a constatar...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu perguntava: “Dante morreu. Isso não encerrou? Continua inimigo do morto? Agora, é o dinheiro. Então era o dinheiro e não reparação; era o dinheiro”. Eu perguntei: “É um carro novo? Quer comprar gravata? Quer comprar chiclete de bola? Quer comprar um bambolê para ficar com a cintura mais fina? O que deseja o Dr. Taques?”

Se tiver um pouco de sensibilidade, puxe pelo que possa ter de coisa boa em seu coração, e ligue para a viúva hoje. Faz hoje um ano de morte de Dante de Oliveira. Ligue para a viúva hoje e diga que essa ação é absolutamente grotesca. Ela é perversa. Ela é ridícula. Ela não tem razão de ser. Ela é injusta com alguém que faz parte da história deste País!

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente, Senhoras e

Senhores Senadores,

Tefé, uma das principais cidades do meu Estado, às margens do Rio Solimões, enfrenta problema que poderia legitimamente ser chamado de *Apagão Elétrico*, para entrar na onda e ficar na moda. Ali, segundo denúncia que me chega às mãos pela Rádio Educação Rural de Tefé, as interrupções no abastecimento de energia são diários.

A emissora de Tefé não faz nenhuma denúncia infundada. Ela se baseia em relatório da Companhia Energética do Amazonas, a CEAM, integrante do Sistema Eletrobrás. Diz o relatório que, dois oito grupos geradores da empresa, quatro estão inoperantes, não funcionam.

Abro aspas para a denúncia:

(...) Toda manhã, a partir das 6 h, Tefé fica sem energia por cerca de uma hora. E, ao longo do dia, outras interrupções ocorrem, para, à noite, se tornar ainda mais problemático o abastecimento.

Não é só: a CEAM alega que “*boa parte dessas interrupções é causada por pássaros, que são numerosos na região. Além disso, os cortes ocorrem também por galhos de árvores, falhas nos componentes, manobras e outras causas naturais.*”

Os cortes no fornecimento de energia são reais. Quanto às desculpas, são meio irrealis ou fantasiosas. No mínimo, levam à conclusão de que não há manutenção nem proteção dos equipamentos contra pássaros ou outros quetais.

Faço o registro da denúncia, endereçando-a ao Ministro das Minas e Energia, ao qual se vinculam a Eletrobrás e a CEAM.

Não é possível que a CEAM fique a apenas a ver pássaros voando. Nem mesmo fica com um. Todos ficam voando.

Encerro, anexando a este pronunciamento o relatório da CEAM sobre o *apagão energético* que afeta a vida da população de 70 mil habitantes de Tefé.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

**FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM
RÁDIO EDUCAÇÃO RURAL DE TEFÉ
CNPJ 01.451.506/0001-80**

**Praça Santa Teresa, 283 – Centro - Cx. Postal 21 69470-000 - Tefé/AM
Fone: 0xx 97 3343-3017 Fax: 3343-2663 E-mail rert@osite.com.br**

De: Rádio Educação Rural de Tefé
Para: Senador Arthur Virgílio Neto

Tefé/AM, 22 de junho de 2007

Encaminhamento se faz:

Caro amigo, Senador Arthur Virgílio Neto.

Primeiramente, obrigado pelo seus votos e cumprimentos, que recebemos por ocasião do aniversário do município de Tefé.

Como já antecipamos por meio de e-mail, enviamos em anexo uma documentação que recebemos ontem da Agência da CEAM de Tefé sobre a situação dos grupos geradores da usina termelétrica da CEAM de Tefé. O relatório é assustador, porque mostra toda a irresponsabilidade da CEAM e a falta de competência administrativa da mesma.

Conforme o relatório, dos oito grupos geradores da CEAM, quatro estão parados, e pior, trata-se justamente daqueles que geram 2.000 kw, inclusive dois sem previsão alguma de recuperação, tornando a usina de Tefé um parque de grupo geradores sucata: Há ainda três geradores alugados pela CEAM que estão funcionando com 70% de capacidade. Segundo o relatório, a usina tem a capacidade de gerar a energia suficiente para o município em torno de 7.000 kw, mas qualquer quebra de motor significaria um racionamento para o município.

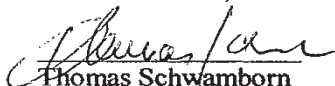
Inclusive estamos sofrendo diariamente constantes interrupções de energia elétrica, toda a manhã lá pelas 6 hs, Tefé fica sem energia por quase uma hora, durante o dia há inúmeras quedas e interrupções, sempre imprevisas, e a noite, costuma dar mais uma interrupção prolongada em todos os circuitos.

As razões que a CEAM nos fornece são problemas na rede de distribuição de energia elétrica, causados ou por aves, como urubus e andorinhas ou por questões climáticas, mas admite também que um dos grupos geradores da CEAM está com problemas técnicos sérios, ou seja, mecânicos que a qualquer hora possam levar ao estouro do motor e que ainda há problemas com as chaves, isoladores e com os transformadores etc.

Senador, estamos iniciando a época de verão amazônico, e estamos temendo pelo pior, queremos levar ao seu conhecimento este relatório, por isso fizemos questão de fazer chegar o documento às suas mãos.

Esperando que possam ser feitos os devidos encaminhamentos, agradecemos desde já o seu empenho nesta questão.

Atenciosamente,


Thomas Schwamborn

Ofício 021/2007 – AGTEF

Tefé (AM), 21 de junho de 2007.

Assunto: Dados Operacionais.

Referência: CEAM-Agência de Tefé.

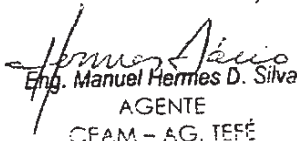
Prezado senhor;

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria, vimos através deste informar sobre as atuais condições de funcionamento da Usina Termelétrica da CEAM de Tefé, conforme relatório que segue anexo.

Na oportunidade, ressaltamos que Vossa Senhoria receberá informações atualizadas sempre que houver alteração significativa nas condições apresentadas.

Adicionalmente, ficamos à disposição para qualquer informação, e subscrevemo-nos

Atenciosamente,


Eng. Manuel Hermes D. Silva
AGENTE
CEAM – AG. TEFÉ

Ilmo.Sr.:
THOMAS SCHWAMBORN
DD. Diretor da Rádio Rural de Tefé
Praça Santa Teresa, nº. 283 – Centro.
NESTA

1. Grupos Geradores.

1.1 Unidades Próprias (08):

- GMI-EMD Nº. 1022 – 2.000kW.

Parado desde 25/09/2002. Aguardando peças para a revitalização do motor, gerador e quadro de comando. Não tem previsão para o funcionamento desta unidade.

- ALCO Nº. 9804 – 2.000kW.

Parado desde 08/11/2004. Aguardando peças para a revitalização do motor, gerador e quadro de comando. A previsão para o funcionamento desta unidade é de 120 dias.

- CATERPILLAR Nº. 3608 – 2.000kW.

Há mais de 28.821 horas sem manutenção preventiva, está funcionando com 70% (1400kW) de capacidade, em virtude de problemas mecânicos. O mais grave é que o motor apresenta um ruído muito estranho quando funciona sem carga. São "pancadas" muito fortes dentro da máquina que aos poucos desaparecem com o acréscimo da carga.

- ALCO Nº. 17316 – 1.250kW.

Há mais de 12.709 horas após a revitalização, está operando em condições normais com 80% (1.000kW) de capacidade.

- ALCO Nº. 2162 – 1.250kW.

Há mais de 5.473 horas após a revitalização, está operando em condições normais com 72% (1.000kW) de capacidade.

- CUMMINS Nº. 079 – 1.100kW.

Há mais de 9.875 horas após a revitalização, está operando em condições normais com 73% (800kW) de capacidade.

- ALCO Nº. 1281 – 1250kW.

Parado para revisão desde 18/01/2006, e aguardando a construção de base para a sua reativação. A previsão para o funcionamento desta máquina é de 90 dias. A construção da base iniciou em 20/06/2007.

CATERPILLAR Nº. 6023 – 2.000kW.

Esta máquina está parada em serviço de manutenção mecânica e elétrica, e de conclusão da para a montagem e ativação desta unidade. Previsão de 45 dias esta máquina deverá entrar em operação. A base ficou pronta em 25/05/2007, e aguardamos o envio de montagem na próxima semana.

1.2 Unidades Locadas (03):

- CATERPILLAR Nº. 6437 – 1.400kW.

Funcionando com até 1.100KW conforme contrato de locação, com 48.469 horas de operação. Porém, o defeito no radiador baixa o rendimento da unidade, e a proteção de temperatura do motor tem atuado na hora da ponta de carga provocando interrupções indevidas no fornecimento de energia. Estamos providenciando a substituição desta máquina para os próximos 60 dias.

- CATERPILLAR Nº. 6395 – 1.400kW.

Funcionando normalmente com até 1.200kW conforme contrato de locação, com 42.020 horas de operação.

- CATERPILLAR Nº. 6734 – 1.400kW

Funcionando com até 1.100kW conforme contrato de locação, com 31.803 horas de operação.

2. Capacidade x Demanda.

2.1 Capacidade Efetiva.

De acordo com as condições acima citadas, com apenas 07 máquinas em operação, a Usina Termelétrica de Tefé está com capacidade efetiva de 7.700kW.

2.2 Demanda Máxima.

A demanda máxima da cidade registrada este ano foi de 7.502kW, ocorrida às 21 horas de 04 de abril de 2.007.

2.3 Capacidade de Reserva.

Nestas condições, o balanço energético indica saldo positivo de apenas 198kW na capacidade efetiva da usina. Em termos práticos, este saldo não pode ser considerado como capacidade de reserva. Assim sendo, a paralisação de qualquer das máquinas que atualmente estão funcionando implica em racionamento de energia na cidade.

3. Consumo.

Para atender à demanda são consumidos em média 39.000 litros de diesel em 24 horas; com variação de até 4,5% para mais ou 13% para menos, dependendo de fatores que influem na demanda da cidade como a temperatura ambiente.

4. Abastecimento.

- *O abastecimento é feito por transportadores terceirizados pela Petrobrás Distribuidora.*
- *O transporte do combustível da refinaria de Manaus a Tefé é feito em balsas-tonéis em viagens de até cinco dias.*
- *A capacidade de armazenamento da usina é de 420.000 litros, suficientes para o funcionamento da usina por 13 dias em média.*
- *Daí a necessidade do reabastecimento da usina com uma frequência de pelo menos três vezes ao mês.*
- *Observe-se que qualquer problema na programação do abastecimento implica em ameaça de racionamento (até black-out), por falta de combustível.*

5. Problemas Rotineiros.

5.1 – Na usina.

Excetuando-se as ocorrências por defeitos mecânicos ou elétricos, as intervenções programadas na geração não interferem na continuidade do fornecimento. E, quando necessário, a comunidade é avisada com antecedência, sempre.

Quando ocorre parada total da usina - não programada - o tempo médio do retorno da energia é de 20 minutos, principalmente à noite, em virtude da empresa dispor de apenas 02 operadores nos turnos para a operação de 07 máquinas distribuídas entre a sala de máquinas e o pátio da

5.2 – Na Rede de Distribuição.

Grande maioria das ocorrências é provocada por pássaros. Outras causas se devem a galhos de árvores, falhas de componentes, manobras, causas naturais, ou ação de terceiros. Nestes casos, não é possível qualquer informação antecipada sobre a interrupção.

Nas interrupções provocadas por pássaros, cuja incidência é muito grande em nossa cidade, e que acontecem tanto durante o dia quanto à noite, não dispomos de meios para combatê-las; simplesmente atuamos no restabelecimento da energia. Quando o problema afeta o circuito individualmente sem provocar instabilidade na usina, o tempo médio de retorno da energia é de aproximadamente 04 minutos.

Por outro lado, estamos atuando continuamente na manutenção de rede corrigindo falhas, fazendo podagens, introduzindo algumas melhorias, e eliminando situações que possam provocar desligamentos indesejáveis.

Tefé (AM), 21 de junho de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Convidamos para usar da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB do Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, antes de entrar no tema do pronunciamento que farei a seguir, registro a presença, na tribuna de honra, do presidente da Assembléia de Deus de Roraima, Pastor Isamar Pessoa, que está em Brasília nos honrando com sua presença. Por intermédio dele, mando um abraço para todos os fiéis da Igreja Assembléia de Deus de Roraima.

Sr. Presidente, lamentavelmente, tenho de novamente abordar aqui um tema pelo qual nós lutamos muito para ver resolvido de maneira que atendesse a todos, e, infelizmente, a decisão do Presidente Lula não foi nesse sentido. Refiro-me, Sr. Presidente, à questão da, agora, terra indígena Raposa Serra do Sol, homologada pelo Presidente, e que foi objeto de longo estudo feito por uma comissão externa da Câmara dos Deputados e de outra comissão externa do Senado, que tive a honra de presidir, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral. Fizeram parte dessa comissão também os Senadores Jefferson Péres e Augusto Botelho. Fomos a Roraima e ouvimos todas as partes envolvidas na questão, principalmente os índios daquela região.

Quero dizer que os chamamos de índios porque são de etnia indígena, mas, na verdade, são índios que estão perfeitamente dentro da sociedade de Roraima. Só para se ter idéia, essa reserva abrange três Municípios. Em um, o Prefeito é índio; no outro, o Vice-Prefeito é índio; e, no terceiro, também é um índio, assim como a maioria dos Vereadores. Então, são índios porque têm a origem indígena, mas, na realidade, são completamente integrados ao modo de vida da sociedade. São professores, policiais militares... Não há, portanto, índio algum ao estilo daqueles que aqui estavam quando Pedro Álvares Cabral chegou.

Os índios dessa reserva compõem três etnias diferentes e, principalmente, têm até religiões diferentes: há um grupo ligado à Igreja Católica e um outro que segue a Assembléia de Deus e outras igrejas evangélicas.

Pois bem, realmente, não são uma coisa só. Inclusive, há comunidades completamente distintas. Essa demarcação representa um crime contra o Brasil, que é esvaziar aquela área de fronteiras do Brasil com a Guiana e com a Venezuela. E, absurdo dos absurdos: brasileiros estão tirando de pequenas cidades na fronteira com a Guiana e na fronteira com a Venezuela os moradores que estão lá há mais de século e con-

denando-os a irem para outra região, o que eles não querem. Além de tudo, isso está sendo consumado de maneira muito humilhante. Eu só tenho notícias de que alguém tira alguém de uma localidade para outra à força em regimes totalitários.

Para ilustrar mais o que estou dizendo, a índia mais idosa daquela região foi casada com um não-índio, um branco, como se diz. Ele já morreu, e toda a descendência dessa índia é de mestiços, filhos de índio com não-índio.

Mas o motivo maior que eu trago, já que essa questão foi mal resolvida – não a considero sequer resolvida –, porque foi um ato arbitrário, no meu entender, porque fundado reconhecidamente em fraudes. Começa pelo laudo antropológico que foi uma fraude completa, e as sucessivas ações praticadas pela Funai e pelo próprio Ministério da Justiça foram baseadas em fraude. Então, no bom Direito não pode ter legitimidade algo que se baseia em fraude. Mas faço uma denúncia à Nação, chamando a atenção do Presidente Lula para o absurdo que está ocorrendo. A Polícia Federal está se preparando para expulsar à força da borda, da parte quase externa dessa reserva, um grupo de produtores de arroz que ocupam mais ou menos 15 mil hectares. Sabe qual o tamanho da reserva, Senador Mão Santa? A reserva tem 1.720.000 hectares. Esses pequenos produtores ocupam 12 mil, 20 mil hectares na beirada, na borda da reserva, e não no meio dela. Isso não tem nenhuma ingerência no contexto da reserva. Pois bem, a Polícia Federal prepara-se para fazer a expulsão, à força, desses produtores, cujo produto, o arroz, responde por 25% da renda, do PIB do Estado.

O Governo brasileiro está fazendo isso contra brasileiros. O Governo brasileiro está fazendo isso contra o progresso do Estado de Roraima, pois a permanência dos produtores lá não afeta em nada a vida dos índios, mesmo dos radicais da aldeia chamada Maturuca, a grande central, onde um padre chamado Giorgio Dal Ben ficou durante décadas treinando guerrilha com os índios, e esses passaram a fazer, a partir da presença desse padre, uma série de ações realmente de guerrilha. Depois da demarcação, o padre voltou para a Itália, mas eles já estão devidamente preparados.

Recentemente, o Deputado Federal Márcio Junqueira foi fazer uma reportagem lá – ele também é radialista e tem um programa de televisão – para mostrar o que aconteceu na área dos produtores de arroz, e o que aconteceu? Um grupo de índios, tendo à frente um dos tuxauas, com um terçado na mão – vejam bem, terçado não é instrumento indígena, é um instrumento da civilização envolvente, como dizem os antropólogos –, agrediu o Deputado, quebrou o microfone e o equipamento que ele estava usando na reportagem.

Esse clima de guerra está montado. E a guerra agora é entre índios. Recentemente, na Vila Surumu, um grupo de índios do Conselho Indígena de Roraima invadiu a área onde estava se reunindo um outro grupo de índios de outras entidades, chamadas Sodiur e Alidici, e houve um conflito de índios com índios. Fizemos um alerta sobre tudo isso em nosso relatório da comissão externa do Senado. Nada foi levado em conta, e a coisa só está se agravando.

Então, quero aqui fazer esta denúncia e dizer que é lamentável que, no Governo do Presidente Lula, esse terrível mal esteja sendo feito contra a população do meu Estado. Inclusive, quero aqui apelar para o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, para que verifique, primeiro, se há ordem judicial para fazer isso; segundo, que atente para o fato de que eles não estão expulsando bandidos, não estão indo fazer uma operação contra bandidos: se eles forem fazer essa operação, mesmo com ordem judicial, estarão fazendo uma operação contra pessoas que estão lá de boa-fé, que estão lá há décadas, investindo dinheiro por conta própria e produzindo em benefício do Estado e em benefício do próprio Brasil.

O que vai acontecer amanhã quando esses arrozeiros saírem de lá? Eles irão para a Guiana ou para a Venezuela produzir arroz, e, aí, nós iremos importar o arroz, Senador Mão Santa, que hoje nós exportamos para o Amazonas, para o Pará e até para a Venezuela. Então, não posso aceitar essa medida.

O que eles já fizeram com centenas de famílias que tiveram de sair de lá? Colocaram em assentamentos do Incra, isto é, favelizaram pessoas que viviam em cidades como verdadeiros guardiões da fronteira lá no extremo Norte.

Quero aqui aproveitar a presença do Pastor Isamar para dizer que está havendo hostilidade contra os pastores que estão naquela região – há muito tempo existem igrejas lá construídas. Não é possível que isso aconteça!

Eu quero aqui, portanto, publicamente, para o Brasil todo, fazer um apelo ao Presidente Lula para que olhe essa situação com carinho – ele, que é tão tolerante em certas situações, que foi tolerante com o Evo Morales da Bolívia, que tem sido tolerante com tantas manifestações hostis ao Brasil –, que seja tolerante também com aqueles brasileiros que estão lá produzindo, trabalhando, e que estão sendo enxotados – e, o que é pior, vêem-se diante da ameaça de serem retirados à força. Uma polícia que devia estar combatendo o crime é usada em uma megaoperação – já foram feitas várias na Raposa Serra do Sol – para expulsar os produtores de arroz daquela região.

Quero protestar, primeiro, contra a demarcação, que não foi um ato correto; segundo, contra a expul-

são de vários habitantes das vilas que já mencionei aqui e também de pequenos produtores que estavam ali há centenas de anos; por último, agora, a expulsão também do que resta praticamente dos produtores de arroz, que poderiam perfeitamente ser excluídos.

E não seria a primeira vez que se faria isso, não: o próprio Presidente Lula, recentemente, alterou uma reserva indígena – se não me engano a de Baú, no Pará – para diminuí-la e permitir uma determinada atividade; anteriormente, a reserva Waimiri-Atroari, em Roraima, também foi diminuída para permitir a extração de minérios naquela região. Então, não seria nenhum absurdo se o Presidente Lula editasse, ele próprio, um novo decreto para corrigir o decreto que ele já baixou, homologando, e excluísse pelo menos essa área, que é importantíssima para o meu Estado. Assim fazendo, será possível acabar com essa ameaça de agressão que está lá – não deixará de ser uma agressão, ainda que seja legal sob o ponto de vista legal –, de expulsar quem está trabalhando, produzindo e gerando mais de seis mil empregos diretos e indiretos naquela região.

Faço este registro aqui no Senado para que toda a população brasileira saiba o que está acontecendo, isso não pode passar despercebido. Vou, inclusive, pedir ao Presidente do Senado para me designar, já que fui Presidente da comissão externa do Senado, para estar presente quando essa operação ocorrer, porque quero ver se haverá excessos e se haverá, principalmente, tratamento indigno com pessoas de bem, que trabalham, e que, portanto, são úteis a Roraima e ao Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Arthur Virgílio pede a palavra, mas eu queria apenas comentar o pronunciamento de V. Ex^a.

Que o Brasil saiba que V. Ex^a é um dos Senadores mais brilhantes desta Casa. V. Ex^a foi o primeiro a denunciar as ONGs, que fazem grandes falcaturas. Um dos motivos de nossa fraqueza é que, assinado um pedido de CPI, por solicitação de Heráclito Fortes, tivemos número, mas não tivemos força para fazer funcionar essa CPI.

V. Ex^a tem sido, no Brasil, o maior líder da instituição secular da Maçonaria, à qual, através de Gonçalves Ledo, devemos as nossas liberdades da República.

V. Ex^a deu a mais brilhante idéia – e é bom que esteja presente Arthur Virgílio, o grande tribuno – sobre esse Conselho de Ética. V. Ex^a nos advertiu quanto ao erro que estamos cometendo. Também acho que esse Conselho de Ética – quero ser o seu cireneu na mudança – é um tribunal da Inquisição. Um tribunal político faz um julgamento político.

Essa foi a saída do Senador Joaquim Roriz. É um tribunal político, há predomínio de partido político

co, o julgamento é político. O resultado do julgamento político se sabe pelo número dos membros, que é majoritário. Então, ele, que representava o anti-PT na capital federal, o antigoverno, teria um julgamento pior do que na Inquisição.

Então, esse Conselho de Ética... É errado, Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a é uma das inteligências mais brilhantes, mas V. Ex^a, do Itamaraty, não pode sofrer uma metamorfose e se transformar, de chofre, em juiz. Eu não queria e não aceitaria ser Presidente desse Conselho de Ética, nem aceitaria ser um dos membros. Eu sou um médico-cirurgião e não iria me transformar, numa metamorfose, em juiz. É um erro. Nós temos de fazer essa reflexão. Nós temos de nos inspirar até no Livro de Deus, que diz: “Não julgueis para não serdes julgados”.

Trata-se de um tribunal político e, como Mozarildo já advertiu, tendo um partido a maioria, e o outro sendo minoria, o resultado já pode ser antecipado: condenação. Então, a medida de V. Ex^a é para reflexão.

Quero dizer que, se fosse eu a indicar o Presidente para esse Conselho de Ética, não seria Arthur Virgílio, Mozarildo nem Mão Santa, não: seria um jurista, porque seria mais fácil ele se aproximar de um juiz, que entende da lei e da justiça.

Com a palavra, este extraordinário Líder que engrandece a história do Senado, Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu peço que integre os Anais a íntegra do pronunciamento em que o Coronel Hugo Chávez dá três meses ao Congresso do Brasil para ratificar a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Eu pinço aqui alguns trechos:

Vamos esperar até setembro. Não esperamos mais, porque os Congressos do Brasil e do Paraguai não têm razão política nem moral para não aprovar nossa entrada. Se não o fizerem, vamos nos retirar até que haja novas condições.

[...]

Empresários venezuelanos, não vou deixá-los desamparados diante de ninguém, nem diante do Brasil, nem diante dos Estados Unidos, nem diante da Europa, nem diante do Irã, nem diante de ninguém.

E depois de ter chamado de impertinente o Chanceler brasileiro Celso Amorim:

A Venezuela não tem nada por que se desculpar. É o Congresso do Brasil que deve se desculpar por se imiscuir nos assuntos internos da Venezuela.

[...]

Se o Brasil insistir em que a Venezuela tem que se desculpar, não entraremos [no Mercosul]. Não esta-

mos desesperados para entrar no Mercosul, e menos ainda quando sentimos que ali não há muita vontade de mudar.

[...]

Se queremos a integração é preciso mudar os paradigmas do capitalismo selvagem [...]

Se nos pedirem que nos suicidemos e abramos nossa economia, não vamos fazê-lo, nem com o Mercosul, nem com a CAN (Comunidade Andina), nem com a Europa, nem com ninguém. Temos o dever de levantar nossa economia, defendeu.

Para começar, ele está arruinando a economia da Venezuela, com uma inflação de mais de 20% ao ano, vive do *boom* do petróleo, apenas isso.

Segundo, ele pretende, no Mercosul, fazer uma estudantada modelo anos 50, antiamericana e anti-União Européia.

Terceiro, ele não respeita a cláusula democrática essencial ao funcionamento do Mercosul.

Quarto, ele mantém fechada a economia venezuelana.

Quinto, o Coronel Chávez entende que deve haver uma guerra. Ele repudia o sistema capitalista de produção, que nos rege, que tem seus defeitos – e temos de ter leis sociais para amenizá-los –, mas é o sistema econômico que mais soube construir riquezas no mundo – isso está provado –, com maior capacidade de reciclagem e maior capacidade de criação de riqueza.

Ou seja, ele não precisaria ter dito o que disse para barrarmos o ingresso da Venezuela no Mercosul. Temos de barrá-lo, porque ele não interessa ao Mercosul, porque ele atrasará nossa relação com os países desenvolvidos, que têm mercado para oferecer aos nossos produtos. E temos de ser competentes para sabermos oferecer produtos com bons preços para o mercado desses países desenvolvidos.

Portanto, o PSDB fará o impossível para impedir, no Senado, a ratificação desse acordo, porque o PSDB não quer – não é o povo venezuelano que estimamos, com o qual nos solidarizamos, pois está sendo vítima da opressão do Coronel Chávez – a companhia de Hugo Chávez, não quer nenhum candidato a ditador nos nossos calcanhares na América do Sul. Vamos, se Deus quiser, barrar, sim, pelo voto, a entrada da Venezuela no Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Chávez dá três meses ao Congresso do Brasil para ratificar adesão a Mercosul

Caracas, 3 jul/2007 (EFE).- O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou nesta terça-feira (3) que, se nos próximos três meses, o Congresso do Brasil não ratificar o processo de adesão de seu país ao Mercosul, preparará "a solicitação de retirada" do bloco.

Em um discurso televisionado, Chávez reiterou que a Venezuela quer outro sistema de integração na América do Sul. Ele voltou a responsabilizar alguns setores do Congresso brasileiro pelo atraso no processo de ratificação da entrada de seu país no Mercosul.

"Vamos esperar até setembro. Não esperamos mais, porque os Congressos do Brasil e do Paraguai não têm razão política nem moral para não aprovar nossa entrada. Se não o fizerem, vamos nos retirar até que haja novas condições", disse Chávez.

O presidente afirmou que a oposição do Brasil ao ingresso da Venezuela se deve ao desejo dos empresários brasileiros de eliminar as proteções aos produtores venezuelanos.

"Empresários venezuelanos, não vou deixá-los desamparados diante de ninguém, nem diante do Brasil, nem diante dos Estados Unidos, nem diante da Europa, nem diante do Irã, nem diante de ninguém", prometeu o governante.

Além disso, advertiu os empresários brasileiros que, se a Venezuela não entrar no Mercosul, eles têm muito mais a perder do que os venezuelanos.

Chávez ilustrou a afirmação com números sobre o crescimento das exportações brasileiras à Venezuela nos últimos anos, passando de US\$ 539 milhões em 2003 a US\$ 2,973 bilhões em 2006.

Ele destacou que os Congressos da Argentina e do Uruguai já aprovaram a entrada da Venezuela no Mercosul.

Por outro lado, qualificou de "impertinentes" as declarações do chanceler brasileiro, Celso Amorim, que disse que a Venezuela deveria se desculpar com o Congresso brasileiro para que a aprovação do ingresso fosse agilizada.

"A Venezuela não tem nada por que se desculpar. É o Congresso do Brasil que deve se desculpar por se imiscuir nos assuntos internos da Venezuela", afirmou Chávez.

A polêmica começou quando os congressistas brasileiros criticaram a decisão da Venezuela de não renovar a concessão de transmissão da rede "Radio Caracas de Televisión" ("RCTV"). Em seguida, Chávez respondeu chamando-os de "papagaios" que repetem as palavras de ordem de Washington.

"Se o Brasil insistir em que a Venezuela tem que se desculpar, não entraremos (no Mercosul). Não estamos desesperados para entrar no

Mercosul, e menos ainda quando sentimos que ali não há muita vontade de mudar", disse o governante.

"Se queremos a integração, é preciso mudar os paradigmas do capitalismo selvagem", disse Chávez, em alusão à suposta pretensão dos empresários brasileiros de impor suas condições ao resto dos membros do Mercosul, especialmente aos mais debilitados.

"Se nos pedirem que nos suicidemos e abramos nossa economia, não vamos fazê-lo, nem com o Mercosul, nem com a CAN (Comunidade Andina), nem com a Europa, nem com ninguém. Temos o dever de levantar nossa economia", defendeu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– De acordo com o Regimento, atendemos ao pedido de transcrição solicitado pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em votação o **Requerimento nº 776, de 2007**, de autoria do Senador Flávio Arns, lido em sessão anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) **Aprovado.**

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Expedito Júnior, Sérgio Guerra, Mário Couto, Marconi Perillo, Cícero Lucena, João Tenório, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cem anos, no dia 23 de junho de 1907, era fundada a estaca que deu início às obras da Ferrovia Madeira–Mamoré, que ligaria, cinco anos depois, as cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho.

As origens da estrada de ferro se encontram, no entanto, em passado bem mais remoto do que naquele caloroso 23 de junho. Na verdade, ainda em tempos do Império, surgiram as primeiras propostas de construção de uma ferrovia que tornasse o transporte de mercadorias e pessoas bem mais fácil naquela remota área do território nacional.

De certa forma, a história da construção da Madeira-Mamoré é a síntese da maneira como o Estado brasileiro lida com as obras de infra-estrutura. O primeiro estudo visando a construir uma ferrovia é de 1861, quando o General Boliviano Quentin Quevedo, os brasileiros João Martins Silva Coutinho, engenheiro, e Tavares Bastos, publicista, sugeriram a construção de uma ferrovia ligando o Mato Grosso ao Pará.

A partir dessa primeira iniciativa, o Brasil e a Bolívia firmaram tratado em 1867, em que o nosso País se comprometia a construir uma ferrovia que fosse alternativa ao trecho de quatrocentos quilômetros de cachoeira dos Rio Madeira e Mamoré.

Em outubro do mesmo ano, o governo brasileiro contratou dois engenheiros alemães que procederam a estudo preliminar à construção da obra.

Em 1871, foi fundada a Madeira Mamoré Railway, companhia de capital inglês destinada a construir a obra. Em meados desse ano, 25 engenheiros e equipamentos chegaram para dar início aos trabalhos.

Dois anos de sofrimento e mortes levaram os ingleses a rescindir o contrato, sob a alegação de que as condições eram inóspitas demais para a construção de qualquer coisa no lugar.

O governo brasileiro, disposto a levar adiante a construção da ferrovia, conseguiu a aprovação do Senado para uma suplementação de 400 mil libras, quantia significativa para o período.

Em substituição aos ingleses, vieram os americanos, em janeiro de 1878. Formavam, nas palavras dos jornais da época, o mais fino grupo de profissionais jamais reunido nos Estados Unidos.

Três km de trilhos e seis meses depois, sem receber as verbas prometidas, o governo americano enviou navio para recolher o que sobrara da mais capacitada expedição de engenheiros que o Brasil já vira.

No Brasil, permaneceu apenas um pequeno grupo de engenheiros, que construíram mais quatro quilômetros antes de serem definitivamente derrotados pela selva.

Apesar da importância da ferrovia, as dificuldades encontradas levaram ao abandono das obras por tempo indeterminado. Apenas a anexação do território acreano ao Brasil, em 1903, levou à retomada das obras como uma das condições acordadas no Tratado de Petrópolis, que pôs fim à questão fronteiriça.

Em 1905, é publicado edital de concorrência e, em 1907, são finalmente iniciadas, mais uma vez, as

obras da ferrovia Madeira– Mamoré. O vencedor da licitação vendeu a concessão para o famoso empreendedor Percival Farquar, conhecido pelas empresas que havia fundado no Brasil, no início do século XX.

Fundada mais uma empresa com o nome de Madeira Mamoré Railway, é levantado capital para tornar a companhia viável.

Em 1908, mais de duas mil pessoas estavam empregadas na construção; e o número aumentou ao longo dos anos porque o tempo que um trabalhador conseguia permanecer em atividade era de, no máximo, três ou quatro meses, quando sucumbia às doenças que assolavam a região.

Ao longo dos seis anos de construção da ferrovia, vinte e dois mil trabalhadores passaram pelos canteiros de obra.

Em 1912, é inaugurado o último trecho da ferrovia. Um número incontável de pessoas deu a vida pela construção dos trilhos. Não apenas em razão das difíceis condições locais, mas, principalmente, pela falta de planejamento e organização.

Em suma, da sua concepção inicial até a sua conclusão, passaram-se mais de cinquenta anos. Um tempo assustadoramente longo para um País que carecia de infra-estrutura.

Apesar do custo em vidas, em dinheiro e em sacrifícios de toda a espécie cobrados pela obra, parece que pouco aprendemos, se é que aprendemos algo, com a epopéia da Madeira-Mamoré.

Em primeiro lugar, as obras de infra-estrutura, apesar de sua importância vital para o País, são sempre relegadas ao segundo plano. Toda ordem de obstáculos é imposta para delongar, de maneira irresponsável, as obras. Um exemplo recente é o Rodoanel da cidade de São Paulo, cujas obras, a permanecer o ritmo atual, terminarão 40 anos depois de iniciadas. Outro exemplo é a ferrovia Norte-Sul, uma das mais importantes obras de interligação regional, cujas obras já se prolongam por 20 anos – e que provavelmente demorarão outros vinte para serem concluídas.

Em segundo lugar, apesar do alto custo de manutenção, as rodovias continuam a predominar em nossa matriz de transporte. Um caso exemplar é o da rodovia Cuiabá-Santarém. Indago, aos Senhores Senadores e às Senhoras Senadoras, se não teria sido muito mais produtivo construir uma ferrovia, com maior capacidade para transporte de carga, a um custo menor e com muito menos danos ao meio ambiente.

Em terceiro lugar, as estradas brasileiras, salvo exceções em São Paulo e no Paraná, encontram-se em estado lamentável. É assustador que leiamos que os argentinos construirão um trem de alta velocidade entre Buenos Aires e Córdoba, enquanto por aqui con-

tinuamos a discutir, infrutiferamente, a construção de um mesmo tipo de transporte entre Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, parece-me que outros eixos, como Brasília, Goiânia, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, além das capitais nordestinas, poderiam integrar uma malha de trens de alta velocidade.

Ao mesmo tempo, o grande centro dinâmico da economia brasileira tem-se deslocado, ao longo dos últimos trinta anos, para o centro-oeste e alguns estados da região Norte, como Rondônia e Pará. Infelizmente, esse pólo se encontra desassistido no que tange aos meios de transporte de passageiros e mercadorias. O trem, sem sombra de dúvidas, é a solução.

Nessa oportunidade em que celebramos os cem anos da Madeira–Mamoré, é a hora de levarmos adiante um projeto de integração nacional por meio de ferrovias. Na história deste País perdemos oportunidades atrás de oportunidades. É chegada a hora de, finalmente, tomarmos os destinos da nação em nossas mãos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado pela atenção.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Frei Betto lava mágoas e cobra Lula em livro”, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 03 de junho de 2007.

A matéria comenta o livro *Calendário do Poder*, o livro diário de Carlos Alberto Libânio Cristo, o Frei Betto. Segundo a reportagem Frei Betto faz de suas memórias uma metralhadora giratória contra o governo Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Chefe da máfia se dizia amigo de Lula, revela testemunha”, publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 07 de junho de 2007.

A matéria destaca que o homem apontado como chefe da máfia dos caça níqueis combatida pela Operação Xequê-Mate, Nilton Cezar Servo, se apresentava como amigo do presidente Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Frei Betto lava mágoas e cobra Lula em livro

Em 'Calendário do Poder', ex-auxiliar dispara contra homens do presidente

Gabriel Manzano Filho

brado, com mágoa e rigor, nas 519 páginas de *Calendário do Poder*, o livro-diário de Carlos Alberto Lula da Silva, em todos os palcos do mundo, como a grande marca de seu governo, o programa Fome Zero não passou, dentro do Palácio do Planalto, de um palatino feio e enjoadado para o qual ninguém ligava. Seu comandante, o ministro José Graziano, era incompetente, não se entendia com os auxiliares - Frei Betto e Oded Grajew - e nunca libertava dinheiro. O ministro Luiz Gushiken, que devia ajudar a divulgar o programa pela Secretaria de Comunicação (Secom), barrava todas as iniciativas a seu favor. O ministro-chefe José Dirceu recusava-se a marcar audiência para discutir o projeto de todo o País. Queria controlar os cadastros e ignorar os tais 'colâneos gestores' do plano, com total complacência do Planalto. E o próprio Lula, cujos olhos brilhavam ao elogiar a ideia, abandonou as tarefas de organizar e mobilizar os grupos sociais, pouco fazendo além de promessas logo esquecidas.

Tanta indiferença teve um preço para o governo. Ele é co-

do a ideia de apenas distribuir comida, ele sonhava montar grupos voltados a educação e cidadania. "Custo a engolir que a Presidência não dispõe de recursos para a mobilização social", anotou ele no diário, já no início de março de 2003. No mês seguinte, já faz uma profecia: "Se até dezembro de 2004 não houver uma guinada do governo a favor de demandas populares, pedirei demissão." Cumprira a promessa. A seguir, alguns dos episódios dessas memórias.

'Falta ao Zé Dirceu ser presidido...'

A velha amizade com Lula e a primeira-dama Marisa Letícia e a condição de assessor especial davam a Frei Betto fácil contato - ao menos por carta - com o presidente. Nessas mensagens ele criticava e fazia sugestões. Como esta, em abril de 2003: "Lula, é hora de repensar o governo. Ministro tem que ser gestor. Demita quem não é capaz de bem administrar." Mais adiante: "Por favor, não peça

mais paciência à Nação. Ela espera há séculos". Ou ainda: "Não se arrisque a repetir o velho histórico de Lech Walesa, de Daniel Ortega e tantos outros que frustraram a esperança de milhões."

Numa reunião, Lula se chamou ao saber que Dirceu não atenderia Frei Betto para discutir formas de apelo. "É a terceira vez que falo isso e o Zé não convida o Betto", queixou-se o presidente. Frei Betto completa, nas memórias: "Não resisti à ironia: falta ao Zé Dirceu ser presidido..."

Benedita 'não larga o osso'

A ex-ministra, Benedita da Silva, aparece no livro logo nas primeiras páginas. E quando, derrotada por Anthony Garotinho, liga para Lula e avisa: "Agora quero você cuidando de mim..." Volta à cena em carta que Frei Betto escreve a Lula, em 13 de agosto de 2008: "Querido Luiz Inácio, li com espanto a notícia de que Benedita da Silva não meia evangélicos para o ministé-

tério dela. A ser verdade, representa um retrocesso, pois uma das mais significativas conquistas da modernidade é o Estado laico, não-confessional. (...) Tenho que Benedita seja acusada de 'aparelhar' seu ministério com pessoas de sua denominação religiosa." Fraternalmente, Carlos Alberto."

E uma terceira vez com a reforma ministerial de janeiro de 2004. "Benedita da Silva não queria largar o osso. Insistia em permanecer no governo. Transição. Gilberto (Carvalho, secretário de Lula) viu-se obrigado a ir lá, em missão de paz..."

Procura-se um negro para o STF

Numa breve anotação, em 6 de março de 2003, Frei Betto informa critérios com que o governo montou o Supremo Tribunal Federal. "Márcio Thomaz Bastos indagou se conheço um negro com perfil para ocupar vaga no STF. Lula pretende no-

near um afrodescendente para a Suprema Corte do País. Lembrei-me de Joaquim Barbosa. O ministro ficou de convocá-lo para uma entrevista."

Joaquim Barbosa foi empossado no STF dia 8 de maio seguinte. Frei Betto o conheceu casualmente em um aeroporto, meses antes.

A inveja e a mancada

No jantar de fim de ano com ministros, em 2008, Lula fez longo elogio a Antonio Palocci. Frei Betto descreve: "Zé Dirceu ficou-se visivelmente constrangido com as lãs de Lula e Palocci. Não sei se a propósito disso, mas Lula veio soprar em meu ouvido, mais tarde, esta frase de Gilberto Gil: 'É mais fácil se- com a inveja'."

Tempos depois, o autor comenta sobre Dirceu sobre sua cara chateada, naquele jantar, e ouve: "O que você queria que eu dissesse? O Lula dá aquela marca-da de só elogiar a política de Palocci, como se nenhum de nós tivesse feito nada durante o ano..."

Ninguém informa o presidente

A 18 de junho, conta Frei Betto, voltou com Lula de viagem ao Paraguai. Viu na TV a notícia de que Sandro, filho do presidente, sofrera tentativa de assalto ao ir apitar a namorada em Santo André. Duas horas depois, resolveu ligar para Lula, em solidariedade, e saber como estava.

"Tudo bem com o Sandro? Sim, por quê? A tentativa de assalto, falei. Que tentativa?, reagi perplexo o presidente."

Inacreditável. Malgrado Secretária de Segurança Institucional, a Abin, a Polícia Federal, o Centro de Informações do Exército, o da Marinha e o da Aeronáutica, o presidente não sabia de nada. Sobre pelo telefone de um amigo, que foi informado por um jornal da TV."

Chefe da máfia se dizia amigo de Lula, revela testemunha

Segundo ex-dono de casas de bingo, Servo declarava abertamente que contava com "beneplácito do presidente"

João Naves
CAMPO GRANDE

O homem apontado como chefe da máfia dos caça-níqueis combatida pela Operação Xeque-Mate, Nilton Cezar Servo, se apresentava como amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo pessoas que o conhecem. No caso do irmão do presidente, Genival Inácio da Silva, a amizade foi confirmada pelo próprio Servo, em depoimento à Polícia Federal ontem.

"O Cezar dizia abertamente em Campo Grande que era amigo do presidente Lula, que tinha o beneplácito do presidente", declarou Jamil Name, dono de casas desativadas de bingo e caça-níqueis, que teve um filho preso na operação e foi chamado a depor. Na entrada do prédio da PF, Name deu entrevista na qual disse que não atua mais na área de caça-níqueis e que seu filho, Jamil Name Filho, foi preso com base em escuta telefônica em que cobrava dívida de um ex-deputado federal. "São dois cheques, um de R\$ 15 mil e outro de R\$ 60 mil, cobrados de Gandhi Jamil Georges, de Ponta Porã", afirmou.

Sobre a alegada amizade entre Servo e o presidente Lula, Name disse que ela era alardeada antes e durante a campanha eleitoral de 2006. Servo, na ocasião, era candidato a deputado federal.

O advogado do acusado de chefiar a máfia, Osmar Russlan, contesta essa versão. Ele sustenta que "a amizade era mais política, aproveitando a ocasião das eleições" e que "não passou disso". Sua declaração foi confirmada por advogado do meio político que preferiu não se identificar, mas relatou que era Servo que unilateralmente se aproximava de Lula, durante a campanha.

OUTRAS LIGAÇÕES

A descrição é diferente para a relação entre o suposto chefe da quadrilha e Genival Inácio da Silva, o Vavá. Em depoimento, Servo confirmou ser amigo de Vavá. Seus dois filhos presos na Operação Xeque-Mate, Victor Emanuel e Cezar Segundo, também confirmaram essa amizade à Polícia Federal.

Segundo o advogado dos dois irmãos, Eldes Rodrigues, Servo mantinha relações estreitas também com o compadre de Lu-

Preso em Minas Gerais, é considerado o chefe da máfia dos caça-níqueis. Segundo a PF, ele comandava os cinco grupos de empresários de casas de bingo e donos de caça-níqueis, investigados. É ex-deputado estadual do PR e nega a acusação

Foi indiciado pela PF após depoimento e operação de busca e apreensão em sua casa, em São Bernardo. O irmão do presidente Lula é acusado de tráfico de influência no Executivo e exploração de prestígio na Justiça. Também nega envolvimento

Funcionário público afastado da Companhia de Saneamento de Diadema e compadre do presidente Lula. Foi preso pela polícia, sob acusação de atuar na máfia dos caça-níqueis e de ser dono de máquinas de jogos. Ele nega a acusação

la, Dario Morelli Filho - funcionário da prefeitura de Diadema, administrada pelo PT, que também foi preso na operação. "É lógico que eles, sendo amigos, trocavam telefonemas", disse Eldes. "Mas não foi constatada em nenhuma das gravações vínculos comerciais ou que caracterizassem crimes como os que estão sendo imputados a meu cliente

Em seu depoimento, Morelli disse à PF que não tinha sociedade com Servo. De acordo com seu advogado, Milton Fernando Taizi, o que motivou a prisão de Morelli foi a suspeita de que era dono de uma casa de vício-bingo em Ilhabela, litoral paulista, juntamente com Servo. "Essa bingo era única e exclusivamente propriedade de Servo", afirma o advogado.

Morelli, que é compadre do presidente Lula, depois por quase nove horas, respondendo a 24 quesitos - cada um gerando de duas a três perguntas. "Ouvimos as gravações telefônicas feitas pela PF. Nenhuma delas chega

PF usou gravações como tática para obter depoimentos

*** A Xeque-Mate, que incluiu Vavá - Irmãos mais velho do presidente Lula -, em suposto esquema de contrabando, corrupção e exploração de jogos de azar, foi

dellagrada com base em grampos telefônicos que identificaram como primeiro alvo o ex-deputado Nilton Cezar Servo. Durante meses, os federais, baseados em Campo Grande (MS), monitoraram Servo e seus parceiros - advogados, empresários, políticos. A interceptação pegou contatos de Dario Morelli Filho, apontado como integrante da máfia dos caça-níqueis, com Genival Inácio da Silva, o Vavá. Na segunda-feira de manhã, uma equipe de policiais munidos de ordem judicial vasculhou a casa de Vavá, em São Bernardo do Campo (SP). Os agentes apreenderam documentos e puseram em prática uma estratégia de investigação - ligaram um gravador para que o irmão do presidente ouvisse suas conversas telefônicas que foram captadas pelo grampo. Em seguida, tomaram o depoimento de Vavá. A PF fez isso com os 79 presos da Xeque-Mate. ■ F.M.

ser comprometedor", acredita o advogado. "Eles me pareceram conversas amistosas." De acordo com o defensor de Morelli, a maioria das perguntas buscava estabelecer vínculo comercial entre ele e Servo.

A investigação da PF pode fornecer ao Ministério Público índices de envolvimento de Servo com irregularidades. A promotora já estava no encalço do ex-deputado estadual desde que, em dezembro de 2006, foi denunciado por estelionato e formação de quadrilha e teve a prisão preventiva requerida. O pedido, na época, foi negado.

Servo é acusado de armar um esquema criminoso para reaver bens penhorados pela Justiça em ações trabalhistas movidas por funcionários do bingo que tinha em Campo Grande. Segundo a promotora Esther Souza de Oliveira, durante toda a investigação não foi possível ouvir os envolvidos. "Eles nunca eram encontrados para receber a intimação", disse. ■ COLABOROU SILVIA AMORIM

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "O Rio não é o Haiti", publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de 13 de maio de 2007.

A matéria critica a idéia do governador fluminense Sérgio Cabral de pedir ao Planalto um ano de engajamento

do Exército no combate à criminalidade que infesta o Rio de Janeiro. A matéria alerta para o risco de no primeiro confronto o Exército Nacional abater um civil, cidadão, e que ninguém perguntará se é um traficante ou se a tropa agiu em legítima defesa. O jornal concluiu que a única saída é fazer um policiamento permanente, em parceria com programas de promoção social nas favelas, idéia que

nunca fez parte de uma política duradoura do Estado no rio de Janeiro. E conclui: "O Haiti não é aqui".

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Rio não é o Haiti

A idéia do governador fluminense Sérgio Cabral de pedir ao Planalto um ano de engajamento do Exército no combate à criminalidade que infesta o Rio de Janeiro é muito pior do que uma suposição falaciosa quanto aos resultados pretendidos – reduzir pelo menos a níveis toleráveis a violência infernal que se abateu sobre a Cidade Maravilhosa, ou, como ele escreveu no ofício ao presidente da República, garantir a lei e a ordem na metrópole. Desse ângulo, um comandante militar ouvido por este jornal descreveu em termos mordazes o que é lícito esperar: "Blindado na rua, tropa morro acima, bandido morro abaixo e, depois de algum tempo, tchau e bênção." E essa é uma previsão ainda otimista.

Pois a mera pretensão de que a Força Armada venha a participar de "ações de natureza preventiva e repressiva, em articulação com os serviços de segurança do Estado", nas palavras de Cabral – o que Lula resumiu na fantasiosa expressão "parceria" –, é uma irresponsabilidade que imporá ao Exército um custo exorbitante, se levar a missão repressiva ao pé da letra. Um oficial se pergunta: "Se estivermos policiando a Linha Vermelha e formos atacados pelo crime organizado, o que fazemos? Respondemos ou apenas enterramos o nosso soldado morto?" O problema é outro, a rigor. Para dizê-lo em português claro, não é que o recruta morra – é que o recruta mate. Assim como não poderá se resignar a enterrar os seus mortos, tampouco o Exército poderá abrir fogo contra paisanos.

A primeira baixa, ninguém se perguntará se a vítima era um traficante ou se a tropa agiu em legítima defesa. O Exército Nacional terá abatido um civil, num ato que inevitavelmente será percebido como uma agressão aos direitos fundamentais da população em plena vigência da ordem democrática. O Haiti não é aqui. O resultado será um escândalo cujos desdobramentos é melhor nem imaginar. Por mais que o presidente Lula fale em tomar "uma decisão de forma muito ordenada, muito cuidadosa, do que as Forças Armadas podem fazer", os riscos desse fazer, na hora da verdade, são literalmente incalculáveis. Na projeção de ganhos e perdas, os pri-

meiros serão duvidosos, para dizer o mínimo, mas estas serão certas. E não há ordenamento e cuidado capazes de contornar a questão de fundo.

A não ser em situações tópicas, perfeitamente circunscritas no tempo e no espaço – como foi o caso da presença de força federal nas ruas cariocas para inibir a criminalidade durante o megaevento promovido pela ONU, a conferência ambiental chamada Rio-92, ou como poderá se repetir nos Jogos Pan-Americanos de julho próximo –, não há hipótese de "parceria" entre Exército e Polícia. Falar, com essas ou outras palavras, que a Força é passível de ser encaixada como um dispositivo a mais de um sistema estadual de segurança pública ou é malandragem ou é ignorar fatos elementares da vida. O comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, não hesitou em dizer à imprensa que precisa ficar claro "que as Forças Armadas têm de ter o comando da missão".

Ora, na medida em que a missão consiste em exercer poder de polícia não apenas preventivo – patrulhamento ostensivo de espaços públicos para dissuadir os criminosos –, mas também repressivo, o engajamento só poderá se concretizar sob o amparo jurídico de um decreto de intervenção federal, com todas as suas implicações políticas e administrativas previstas na Constituição. Simplesmente não há meio-termo, do mesmo modo como é alheio à lógica militar o conceito de gestão compartilhada. Ações podem ser articuladas com a cúpula dos organismos locais de segurança, mas não há uma terceira via para os fardados: eles ou mandam ou obedecem.

Mesmo nos termos mais condizentes com a doutrina militar, a participação do Exército na luta contra a delinqüência endêmica na antiga capital e na região metropolitana inteira não mudará o dado central da equação. Governo após governo, as autoridades fluminenses agiram como se o morro fosse território inimigo de um país estrangeiro, que se invade, se ocupa e do qual cedo ou tarde se sai. O policiamento permanente, em parceria – assim – com programas de promoção social nas favelas, nunca foi duradoura política de Estado no Rio de Janeiro. A população paga o preço.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “É tudo em nome da tal ‘democracia popular’”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 02 de maio de 2007.

O artigo do jornalista José Nêumanne destaca que o Partido dos Trabalhadores ocupou, de maneira nada sutil, a máquina pública federal e que tem feito, de forma preocupante, tentativas de controle do Estado.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado “Comemorando o quê?”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 26 de março de 2007.

O artigo do jornalista Carlos Alberto Sardenberg alerta que a euforia do governo com o novo PIB não só é exagerada, como equivocada, já que o Produto Interno Bruto cresceu devido ao aumento de consumo da população de baixa renda, agora beneficiada pelos programas sociais e não por investimentos do governo na economia e infra-estrutura.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É tudo em nome da tal da ‘democracia popular’

José Nêumanne

Desde que o Partido dos Trabalhadores ocupou, de maneira nada sutil, aliás, a máquina pública federal, têm sido feitas, de forma preocupante, tentativas de controle de uma velha e fundamental conquista do Estado Democrático de Direito: o direito à informação livre e à opinião plural. Depois dos abortos do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), ainda na primeira gestão, e anabolizados pela reeleição, consagradora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o segundo mandato foi inaugurado com o anúncio da implantação de uma rede pública de rádio e televisão e a idéia do controle da “mídia” em períodos eleitorais. A missão de criar alternativas à chamada “imprensa burguesa” foi dada inicialmente à chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, com o efeito colateral de esvaçar a gestão de Eugênio Buccini na Radiobrás, realmente comprometido com a natureza “pública” das emissoras oficiais. Depois, essa idéia foi substituí-

do após se terem tornado públicas relações trabalhistas entre parentes próximos e a máquina pública federal, abrigou-se por pouco tempo na concorrente Rede Bandeirantes, apoiando discretamente, tanto quanto possível, a linha dos petistas no comando da União. Ainda assim, surpreendeu ao aceitar o posto oferecido pelo presidente, pois assim demonstrou não ter intenção nenhuma de desmentir quem denunciou ser ele cúmplice nos comentários que fazia nos telejornais do governo ao qual passou a servir em função de destaque.

Deixando de lado essas considerações e o espanto com que foi recebida sua declaração de que teria tomado conhecimento antecipado de condenação judicial de um denunciante e de afeto, importa entender nas entrelinhas do que ele disse a lógica da missão que lhe foi confiada pelo presidente. Aos entrevistadores do *Rozá Viva*, por exemplo, disse ter sido um combatente da democracia. Na verdade, ele lutou contra a ditadura de direita, mas para substituí-la por outra de esquerda e, ao se permitir tal falácia, não é original: muitos já o fizeram e está aí José Dirceu que, neste capítulo de pretensão herói na luta pelas liberdades, salve, salve, não deixa ninguém mentir em vão.

Não há aqui, contudo, interesse em detrá-lo, mas em compreender sua lógica. O ex-sequestrador não é um inimigo da democracia, *lato sensu*. É, sim, um devoto da democracia dita popular, teorizada por Lenin, Rosa Luxemburgo e outros comunistas de primeira hora e levada a extremos por tiranos sanguinários como os mortos Stalin, Mao e Ceausescu e os ainda vivos, como Fidel Castro. Para esses marxistas-leninistas, a democracia burguesa não passa de uma farsa das elites capitalistas para dar aparências amenas à exploração do proletariado. Portanto, quando Franklin se diz um democrata, ele não está falsificando a verdade, mas usando um sentido que nega a essência da palavra, que vem do grego e significa governo do povo, mas mantém a ilusão publicitária, tão cara à propaganda missionária e à feira de ilusões da política de massas. Desmamado e criado nos dogmas marxistas, o ministro não é um cínico

falsificador, mas um ortodoxo pregador. A “democracia burguesa”, para os de sua grei, é que seria uma farsa. E como tal ele e seus companheiros não têm nenhum pudor de usar seus métodos para alcançar o topo do poder e de lá construir as “condições objetivas” para o verdadeiro assalto ao

Palácio de Inverno, mesmo sem neve nestes trópicos. A discordância fundamental entre ele e o colega Eugênio Buccini em torno do real sentido da palavra “pública” vem da mesma cartilha: para os devotos de Lenin, o partido é a vanguarda do operariado e, portanto, fica acima dos interesses e das idiosincrasias das classes sociais que historicamente o oprimem. “É a volta do cipó de arceira no lombo de quem mandou dar”, como cantava o “companheiro” Vandré.

A sugestão do presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini (SP), é de natureza bastante diferente. Militante oriundo do sindicato, este propõe que a “mídia” seja controlada em períodos eleitorais, não por convicções socialistas, mas por pragmatismo puro. Se os meios de comunicação não tivessem noticiado o envolvimento de seus subordinados na cúpula do PT federal no pagamento aos falsários que engendraram um dossiê contra os adversários tucanos, ele teria poupado alguns dissabores e arranhões em sua biografia. Que, aliás, não o impediram de se reeleger deputado federal e presidente nacional da sigla.

Mas não importa a diferença entre o elevado senso de missão de um e a familiaridade do outro com gente que falsifica dossiês. O que se busca era ambos estes surtos de autoritarismo e calar as vozes dissidentes e garantir o exercício do poder por um grupo de políticos que se consideram monopolistas da vontade do povo: enterrar a “democracia burguesa” em nome da “democracia popular”. ●

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

O governo se acha o dono do poder e quer calar as vozes que discordam dele

da pelo anúncio de investimentos milionários numa rede sobreposta às já existentes da cidade Radiobrás e das emissoras educacionais, culminando com a posse do jornalista Franklin Martins no Ministério que comandará a operação.

As declarações que Sua Excelência deu aos jornais e ao programa *Rozá Viva* na TV Cultura semana passada são coerentes com seu passado de militante da chamada Dissidência Comunista da Guanabara, que teve a ousadia de planejar, realizar e glamorizar com manifestos políticos divulgados nos jornais o sequestro do embaixador dos EUA no Brasil à época, Charles Elbrick. Filho de um político da esquerda tradicional, o senador fluminense Mário Martins, o ministro se tornou conhecido no período depois da queda da ditadura militar, que combateu, como um executivo que fez carreira nas Organizações Globo, no jornal e depois nas emissoras de TV aberta e a cabo, que não podem ser definidas como “socialistas”. Demiti-

Comemorando o quê?

Carlos
Alberto
Sardenberg*

O presidente Lula foi direto ao ponto. Disse, na sexta-feira, na posse dos ministros: "O crescimento da economia, mesmo sem estar acompanhado do crescimento de investimento, se deve à extraordinária colocação de dinheiro nos programas sociais." É preciso acrescentar o forte aumento real do salário mínimo, que, em sentido amplo, cabe nos programas sociais, já que o governo paga o mínimo a 17 milhões de pessoas na forma de pensões, aposentadorias ou benefícios.

A revisão das contas do produto interno bruto (PIB) mostrou exatamente isso: aumentou a participação do consumo das famílias e o peso do governo tanto na arrecadação de impostos quanto nos gastos. O tamanho do PIB ficou 11% maior e a média do ritmo de crescimento, nos três primeiros anos de Lula, subiu quase 0,6 ponto porcentual ao ano. Metade desses dois quesitos se deve à incorporação da Cofins ao preço dos produtos e serviços.

O PIB nominal mede o valor de mercado dos produtos – e aí se incluem os impostos. Por critérios técnicos, a Cofins não era incluída. Passou a ser, os preços medidos subiram e, pois, o PIB. (CPMF e PIS continuam de fora.)

Por outro lado, os gastos do governo aumentaram fortemente no custeio, no pagamento de benefícios previdenciários e de bolsas e na folha salarial de servidores, cujo número subiu. E o pessoal ocupado passou a ser considerado para a variação do valor adicionado pelo governo.

Tudo somado, eis a equação: mais impostos, mais gastos públicos, mais distribuição de dinhei-

ro, mais consumo das pessoas e do governo são iguais a PIB maior.

Na outra ponta, verifica-se que os investimentos, em geral, são menores do que se imaginava. Na média, a nova contagem derrubou-os de 19% ao ano para cerca de 16%. E, dentro desse número, os investimentos do governo federal se revelaram menores do que se supunha e em queda. Nos três primeiros anos de Lula, o investimento do governo federal em infra-estrutura foi de 0,59% do PIB.

Ora, quando o governo retira dinheiro da sociedade e o distribui a determinadas pessoas, incluídas as mais pobres, o consumo destas necessariamente aumenta. Isso movimenta a economia, gera atividade.

Se, ao mesmo tempo, os investimentos crescem, fica quase perfeito. Os investimentos privados em fábricas e lojas colocam no comércio os produtos que os consumidores, com mais dinheiro, vão comprar. A infra-estrutura fornecida pelos investimentos públicos e privados em estradas, portos, energia, etc., permite a ampliação e o trânsito dessa produção pelo País.

Este lado está faltando, em parte como consequência da própria política distributivista e de aumento do tamanho do Estado. Isso ocorre com o aumento sistemático de impostos, comprovado pela recontagem do PIB. Como este agora é maior, a carga tributária obviamente caiu em proporção do PIB. Mas continua na tendência firme de alta. No primeiro ano do governo Lula, era de 32% do PIB (nova contagem) e se aproxima dos 36%. E três pontos no PIB turbinado de 2005 representam nada menos que R\$ 60 bilhões de impostos tomados a mais pelo governo.

Ora, pagando cada vez mais impostos, as empresas e as pessoas poupam e investem menos. Gastando cada vez mais no custeio, no social e no funcionalismo, o Estado investe cada vez menos.

É exatamente o contrário do que fazem os países que mais crescem: consomem menos e investem mais.

O crescimento via consumo obtido com dinheiro do governo tem óbvios limites. O primeiro é a capacidade de pagamento de impostos pela sociedade. E o Brasil já deve estar passando desse limite, que é físico e político. As pessoas e as empresas não conseguem mais pagar impostos (por isso vão para a informalidade) e há uma rejeição social e política.

O outro limite está na oferta de produtos e serviços, que cresce menos que a demanda. No momento, com folga no comércio externo, o Brasil pode suprir isso com importações – e é até bom que se importe mais neste momento. Mas há limites à frente.

Tudo considerado, o cresci-

Euforia do governo com o novo PIB não só é exagerada, como equivocada

mento forte e duradouro depende diretamente do investimento, que gera atividade (e empregos e renda) no momento em que é feito e cria capacidade futura. A relação é direta e universal: quanto maior o investimento, maior o crescimento, maior a riqueza. A China investe mais de 40% do PIB e o consumo é baixíssimo.

Um salto apenas no consumo gera crescimento só no curto prazo, por uma razão básica: não é possível distribuir a riqueza que não é gerada e esta só é gerada pelo investimento.

Ou seja, os novos números do PIB mostraram uma economia brasileira um pouco menor, na superfície. No fundo, continua com os mesmíssimos problemas.

Eis o melhor exemplo: a melhor notícia está na redução da relação dívida pública líquida-PIB. Trata-se do mais importan-

te – e mais acompanhado pelo mercado – indicador de solvência do País.

Essa relação estava em torno dos 50% do PIB, muito alta. Com os dados a serem conhecidos na semana que vem, relativos a 2006, é possível que tenha caído abaixo dos 45% já em dezembro.

Para se ter uma idéia do tamanho dessa mudança: pelas contas antigas, somente se chegaria àquele número em 2010. Um ganho de quatro anos. Mas mesmo a 45% ainda é muito alto.

Dos quatro principais países emergentes – Brasil, Rússia, China e Índia –, apenas este último tem indicador pior que o brasileiro (altíssimos 96,3%). Mas os juros reais que incidem sobre essa dívida são de 1% ao ano, ante os 8,5% do Brasil.

Para os países emergentes normais, digamos assim, sem crise atual ou que não estejam saindo de crise profunda, como a Argentina, a relação dívida pública-PIB vai de 25% para baixo.

Por outro lado, o ministro Guido Mantega tem comentado que, se o investimento é menor e o crescimento do PIB é maior, isso significa que o investimento é mais produtivo aqui. Ou seja, não precisaria chegar aos 25% do PIB para gerar o crescimento de 5% ao ano.

Verdade, mas não muda a natureza do problema. Antes, era preciso elevar os investimentos de 19% para 25% ao ano. Agora, de 16% para, digamos, 22%. E, agora, como o PIB está turbinado, 6 pontos porcentuais sobre o resultado de 2005 representam R\$ 129 bilhões (ante R\$ 120 bilhões da medida anterior). Ou seja, precisa de mais, e não de menos investimento.

A euforia e a comemoração do governo não são apenas exageradas. São completamente equivocadas. ●

*Carlos Alberto Sardenberg é jornalista. Home page: www.sardenberg.com.br

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Incrã atropela lei ambiental, aponta estudo", publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 15 de junho de 2007.

A matéria destaca que na ânsia de cumprir metas, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrã) tem atropelado a legislação ambiental do país e que o desrespeito atinge até mesmo projetos de desenvol-

vimento sustentável, que deveriam servir de modelo de preservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada "Morelli tem trânsito no Campo Majoritário do PT", publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 6 de junho de 2007.

A matéria destaca que o compadre de Lula, Dario Morelli Filho, acusado de fazer parte da máfia dos caça-

níqueis, tem ampla circulação no Campo Majoritário, tendência que reúne a maior parte dos integrantes do governo Lula filiados ao PT. Ainda segundo a reportagem, o compadre do presidente Lula fez campanhas políticas em São Bernardo e era uma espécie de faz-tudo de Marisa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Incra atropela lei ambiental, aponta estudo

Segundo pesquisadora da UnB, há problema até em projetos de desenvolvimento sustentável

Roldão Arruda

Na ânsia de cumprir metas; exibir números elevados de assentamentos rurais e responder às pressões de movimentos sociais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem frequentemente atropelado a legislação ambiental do País. As leis são desrespeitadas até mesmo nos projetos de desenvolvimento sustentável, chamados de PDS, que deveriam servir de modelo de preservação do meio ambiente.

Essas são algumas das conclusões da dissertação de mestrado *Reforma Agrária e Gestão Ambiental: Encontros e Desencontros*, defendida pela pesquisadora Flávia de Araújo, no Centro de Desenvolvimento Susten-

tável da Universidade de Brasília (UnB). A partir de estudos de casos, análises de documentos do Incra e entrevistas, ela observou que no processo de criação dos assentamentos não se cumpre nem a lei mais básica, que é a obtenção de licença ambiental. "Do conjunto de quase 7 mil assentamentos no País, 90% não cumpriram essa norma", diz.

A pesquisadora visitou nove assentamentos, em Goiás, Amazonas, Acre e Minas Gerais. Constatou que a maioria deles surgiu sem a existência do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - outra exigência legal, criada com objetivo de garantir condições de sobrevivência para os assentados, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental.

"Metade não tinha esse plano", assinala Flávia, que é engenheira agrônoma. "Por toda parte observei que há muita pressa em criar o assentamento, mas pouca preocupação com sua sustentabilidade."

Um dos assentamentos que visitou, chamado Elói Ferreira, ocupa uma área de 4 mil hectares, em Minas. Lá pôde constatar que a licença ambiental saiu depois que o assentamento já existia, que ninguém fez o tal plano de desenvolvimento e que metade do projeto inicial não foi executado.

"Das 108 famílias previstas inicialmente para a área foram assentadas apenas 90. Mais tarde, 35 famílias devolveram os lotes ao Incra, alegando que era

NÚMEROS

90% dos quase 7 mil assentamentos no País não obtiveram a licença ambiental, de acordo com o estudo

15 famílias estavam vivendo no primeiro assentamento do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. A previsão inicial era de 170

impossível produzir qualquer coisa naquela terra."

A autora da dissertação esteve ainda no assentamento Morena, na região de Manaus - o primeiro do País dentro do conceito de desenvolvimento sustentável. Lá também viu o resultado da pressa que o Incra tem para exibir números elevados:

das 170 famílias previstas inicialmente, só 15 estavam vivendo na área.

Apesar dos sinais de fracasso desse PDS, o Incra levou adiante a experiência e criou em seguida outros 40 na mesma modalidade. "Parece que não existe um processo de reflexão sobre as experiências feitas. É preocupante o fato de até hoje não existir um estudo detalhado sobre a produção dos assentamentos."

Na opinião de Flávia, já passou da hora de mudar o foco da reforma: "De que adianta exibir números elevados de assentamentos, se em muitos deles as famílias não conseguem rend para viver? A quantidade não faz o menor sentido se não houver qualidade, se não houve melhoria nas condições de vida das famílias assentadas."

Na questão ambiental, ela notou uma mudança na estrutura do Incra: "Há nove anos foi criada lá dentro uma coordenadoria ambiental, o que é um avanço, pois antes não existia nada na área. O coordenador e seus técnicos brigam, mas acabam atropelados pelos outros setores, que buscam o cumprimento de metas."

Na entrevista ao Estado, Flávia enfatizou que sua dissertação é baseada em estudos de caso - e nem todos os resultados podem ser estendidos para as demais áreas da reforma. Também assinalou que, embora tenha observado sinais de degradação ambiental nas áreas que visitou, é difícil definir os responsáveis: se os fazendeiros que ocupavam a terra antes de ser repassada ao Incra, ou os assentados. e

Morelli tem trânsito no Campo Majoritário do PT

Compadre de Lula fez campanhas políticas em São Bernardo e era uma espécie de faz-tudo de Marisa

Eduardo Reina

O compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dario Morelli Filho, tem ampla circulação no Campo Majoritário, tendência que reúne a maior parte dos integrantes do governo Lula filiados ao PT. Morelli é separado, tem um filho, do qual Lula é padrinho, e mora num conjunto de apartamentos conhecido como Irajá, em São Bernardo, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Na portaria, a única informação obtida ontem é de que não havia ninguém no apartamento.

É nesse grande condomínio de classe média que Morelli conviveu com Edson Inácio Marina da Silva, filho de Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão de Lula. "Eu morava no bloco 9 e ele no 10. Isso há nove anos", contou

Edson, que é professor, trabalha no Ceagesp e em 2004 foi candidato a vereador pelo PT em São Bernardo. Recebeu 1.784 votos, insuficientes para se eleger. Eram necessários pelo menos 3 mil.

Morelli tem uma empresa de eventos em São Bernardo. Trabalhou para o PT. Segundo um petista do alto escalão em São Bernardo, ele também fez muita campanha eleitoral na cidade. "É amigo. Mas não o conheço a fundo", disse ontem o filho de Vavá.

Preso pela Polícia Federal em Campo Grande (MS), Morelli trabalhava como assessor técnico da Companhia de Saneamento de Diadema (Saned), cargo de terceiro escalão, mas só ocupado mediante indicação política. Ontem, ninguém confirmou quem seria o padrinho de Morelli na Saned. A direção

da empresa, ligada à Prefeitura de Diadema, comandada pelo PT, resolveu afastá-lo, sem pagamento de salários, até que seja esclarecida a situação de seu suposto envolvimento com quadrilha de caça-níqueis.

Em 2006, Morelli registrou queixa sobre roubo a uma chácara de Lula

Alvo das atenções em São Bernardo e Diadema, Morelli era uma espécie de faz-tudo da primeira-dama, Marisa Letícia. Em 2003, foi ele quem registrou um boletim de ocorrência sobre roubo de um celular de Marisa. No ano passado, Morelli também foi à delegacia de polícia de Riacho Grande, em

São Bernardo, registrar queixa sobre roubo na chácara de Lula, chamada de Los Fubangos, à beira da Represa Billings.

O advogado de Vavá, Benedicto de Tolosa Filho, contou que seu cliente conheceu Morelli há cerca de oito anos, quando o segundo trabalhava como assessor na Assembleia Legislativa de São Paulo. Já a versão do filho de Vavá, Edson Inácio Marina da Silva, é outra: os primeiros contatos teriam ocorrido nas festas do PT e na residência do presidente, há dez anos.

Em 1989, ano da primeira candidatura de Lula à Presidência, Morelli integrou o corpo de seguranças. Em 2005, constou como um dos milhares de nomes do manifesto contra a cassação do então deputado José Dirceu (PT). Também integrou o rol de doadores para a campanha a senador de Eduardo Suplicy. Colaborou com R\$ 50. Apesar da grande aproximação com petistas, não seria filiado ao diretório de São Bernardo ou de Diadema. Ninguém confirmou essa informação. Em Diadema, dizem que Morelli teria em seu nome algumas máquinas caça-níqueis que seriam de um ex-candidato a vereador na cidade. A polícia desconhece essa informação. Os petistas também. ●

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "Dois encontros, um só sentimento", publicado na revista *Veja* em sua edição de 28 de março de 2007.

Em seu artigo, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, discorre sobre os encontros entre o ex-ministro da Casa Civil e deputado cassado, José Dirceu com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, na festa de aniversário do primeiro, e o encontro do presidente Lula e o ex-presidente cassado e atual senador Fernando Collor de Mello, no Planalto. Para o articulista, o encontro do primeiro par foi muito parecido com o de "amantes

clandestinos", já que Delúbio, acusado de administrar o mensalão, e Dirceu de comandá-lo, negaram ser amigos durante todo o processo. Já o encontro da segunda dupla soou mais estranho ao jornalista, porque, Lula e Collor, sempre estiveram em lados opostos da doutrina política e se enfrentaram ferozmente no passado. "A esta altura não é surpresa que não tenham saído sopapos; antes soa normal o clima de amor e concórdia, como o enlace de dois corações que, enfim, assumem o sentimento que os une".

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro do artigo intitulado "A

crise e o ministro que finge sê-lo”, publicado na revista *Veja* em sua edição de 11 de abril de 2007.

Em seu artigo, o articulista Roberto Pompeu de Toledo, analisa a crise aérea e a falta de autoridade do ministro da Defesa. Para ele tudo se resume ao fato do governo Lula não ter conseguido se fazer respeitar pelos comandantes militares, que encaram o ministério da Defesa como um obstáculo ao poder militar e que impede o acesso direto ao presidente da República.

Dois encontros, um só sentimento

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

**José Dirceu
com Delúbio,
Lula com
Collor: o
amor que
se esconde,
o amor que
se revela**

Delúbio Soares compareceu, na semana passada, à festa de aniversário de José Dirceu. Não vá dizer o leitor ou a leitora que não sabe quem é. É o “nosso Delúbio”, como disse uma vez o presidente Lula: aquele tesoureiro do PT dos dias de glória do dinheiro farto e fluído para os amigos inscritos no bolsa-mensalão. Mas, se o (a) leitor(a) se esqueceu, não é de estranhar. Nosso Delúbio, desde aqueles dias que abalaram a república lulista, optou pelo sumiço. Gostaria de ser invisível. Daí a surpresa de sua aparição na festa. Ele mesmo afirmava mas, ao mesmo tempo, negava que estivesse ali, de carne e osso. “Prazer, meu nome é Marcelo”, dizia aos repórteres que se aproximavam, segundo noticiou a coluna de Mônica Bergamo na *Folha de S. Paulo*.

Dirceu convidou 2 000 pessoas para a comemoração de seus 61 anos, realizada num badalado bar de São Paulo. Se Delúbio compareceu, é porque foi convidado. Impossível imaginar que ali estivesse na qualidade de penetrante, ainda mais em se tratando de pessoa que não sai assim à toa de sua toca. E, no entanto, deu-se uma coisa assombrosa: os dois mal se cumprimentaram. Delúbio, de cabelos longos e desalinhaados, a barba grisalha de sempre, camisa azul com dois botões abertos, paletó de couro e lata de cerveja na mão, já era visto desde as 21h30, muito à vontade, no local. Só às 23h40, porém, segundo noticiário da *Folha*, ele e Dirceu trocaram um “cumprimento rápido”. O relato da repórter Clarissa Oliveira, de *O Estado de S. Paulo*, é ainda mais intrigante. Contou ela que alguns convidados se aproximavam de Delúbio e, efusivos, bradavam: “Você por aqui, nem acredito!”. A certa altura, calhou de ele ficar bem perto de Dirceu, mas... “os dois não se olharam nem se cumprimentaram”. A *Folha* notou que assessores de Dirceu, discretamente, afastavam Delúbio, para que os dois não fossem fotografados juntos.

A situação é mais do que esquisita. Um amigo convida o outro para seu aniversário. O outro vai. E os dois mal se olham! A esquisitice aumenta quando se tem em mente a resposta de Delúbio, quando lhe perguntaram que presente trouxera para o aniversariante. “Trouxe um abraço”, disse. Ora, que abraço????!! Vai ver que... Sim, é a única conclusão razoável, levando-se em conta que Delúbio é na verdade um herói petista, ele que aceitou calado os companheiros lhe imputarem todas as culpas.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A única conclusão razoável é que houve, sim, um grande, sentido abraço — talvez na cozinha, talvez à entrada da toailete, ao abrigo dos olhares dos repórteres e de outras testemunhas. Mal se viram a sós, e estreitaram-se um ao outro, emocionados, talvez uma lágrima a rolar na face de um, o soluço a estremeecer o peito do outro. A relação entre eles é de amantes clandestinos.



O novel senador Fernando Collor de Mello visitou o presidente Lula, na semana passada. Acompanhava a bancada do PTB no Senado. Lula com Collor! Eis um encontro que seria mais compreensível se, como o de Delúbio e Dirceu, se desenrolasse na clandestinidade. Não. Os fotógrafos foram convidados a registrá-lo. Os dois posaram sorridentes, sentados à mesa redonda do gabinete de Lula no Planalto, um mero 1 metro ou 2 entre um e outro, no meio deles o vice-presidente José Alencar. Fernando Collor — se o leitor ou a leitora se esqueceu também *delle* — é *aquelle* que, na memorável campanha eleitoral de 1989, pagou uma antiga namorada de Lula para aparecer na TV e não só revelar o que até então permanecia desconhecido do grande público — que Lula teve com ela uma filha — como denunciar que Lula lhe oferecera dinheiro para abortar a criança, e de quebra aproveitar a ocasião para dizer que Lula, nos tempos de namoro, se revelara um racista impenitente, a dizer continuamente que não suportava negros. Lula, até por razões pessoais, foi um dos chefes da campanha que tirou Collor da Presidência da República. A lógica fazia supor que, no dia em que viessem a se encontrar, um avançaria na goela do outro.

Não. Só amabilidades. “Encontrei uma pessoa por quem tenho respeito e admiro pelo trabalho que vem realizando”, disse Collor, ao deixar o encontro. Sim: *elle* respeita e admira o outro! Contou que Lula o recebeu com um abraço — o abraço que, em público, Dirceu negou a Delúbio. Collor, o ilusionista de sempre, agora posa de injustificado, como se as denúncias do irmão, os feitos de PC Farias, as extorsões, o caixa dois, a Operação Uruguai, as mentiras, tudo não passasse de uma alucinação coletiva do povo brasileiro. Lula, o neo-ilusionista, age como se o “nosso Delúbio”, Marcos Valério, os “recursos não contabilizados”, os dólares na cueca, as mentiras, tudo não tivesse passado de uma segunda alucinação. É triste, para Lula, mas, na verdade, não... A esta altura não é surpresa que não tenham saído sopapos no encontro com Collor. Antes, são normal o clima de amor e concórdia. Foi como o enlace de dois corações que, enfim, assumem o sentimento que os une.

A crise e o ministro que finge sê-lo

Roberto Pompeu de Toledo | Ensaio

O Ministério da Defesa é ótima invenção; pena que não exista. E mais: um país, dois presidentes

vência humana —, sobre as instituições do estado. E ganho estético porque nos livrou das fotos do ministério em que sobressaía aquela trinca de quepe e japona que, em *Nuestra América*, sempre evoca o fantasma bufo das juntas militares, ou (fica mais sonoro em espanhol) *de las juntas militares*. Melhor ainda seria se, uma vez criado, o Ministério da Defesa tivesse dado sinais de que realmente existia. Nunca existiu, e não é de hoje que se sabe disso. Para os distraídos que ainda não se tinham dado conta, está aí a crise do apagão aéreo para comprová-lo.

Desde o desastre do avião da Gol, marco inaugural da crise, ao ministro Waldir Pires só sobrou um papel decorativo. Nestes últimos dias, depois da insubordinação dos controladores aéreos, até o papel decorativo lhe foi tirado. Esqueceram-no num canto, enquanto as coisas eram resolvidas (ou não resolvidas) entre o presidente Lula e o comandante da Aeronáutica, acolitado pelos comandantes das outras forças.

Ao respeitável e cavalheiresco Waldir Pires se tem imputado a culpa pela inoperância do ministério. Ele tem lá sua responsabilidade, mas o centro do problema fica em outro lugar. Os militares ainda não engoliram a interpolação (alguns diriam intromissão) de um civil a encompridar-lhes o caminho de acesso ao presidente e a despojá-los do título de “ministros”. Tampouco parecem reconhecer a um paisano autoridade para decidir sobre o assunto das armas. De sua parte, os presidentes da República que se têm sucedido desde a redemocratização mostram-se pouco à vontade, para dizer o mínimo, no trato com os militares. Dirigem-se a eles cheios de dedos. Parecem assombrados pela rica crônica dos golpes, como se ainda vivêssemos nos tempos da Guerra Fria, em que o argumento da ameaça comunista oferecia ao povo de farda esplêndidas oportunidades de tomada do poder (ou *toma del poder*). Da má

vontade dos militares, de um lado, e da tibieza dos presidentes, do outro, surge o impasse que dificulta a implantação a sério do Ministério da Defesa e gera o vazio em que atua o ministro que finge comandá-lo.

Fernando Henrique teve dois ministros da Defesa, e Lula está no terceiro. O único que ousou tentar impor-se aos militares foi o diplomata José Viegas, o primeiro da série na era Lula. No episódio das fotos de um preso falsamente identificado como o jornalista Vladimir Herzog, momentos antes de ser assassinado nos cárceres da ditadura, o então comandante do Exército, Francisco Albuquerque, saiu-se com uma nota em que, retomando o dialeto daquele período, defendeu a atuação do Exército contra “um movimento subversivo” que atuava “a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento comunista internacional”. Viegas, de quem a nota evidentemente passara ao largo, insurgiu-se contra ela e exigiu uma retratação. A convivência com o comandante ficou insustentável. Quem caiu? Claro, o ministro.

Os militares, no atual episódio, reclamam — com razão — da quebra de hierarquia que representou a desautorização, por Lula, da ordem de prisão contra os controladores amotinados. Quebra de hierarquia é uma prática que os deixa nervosos como diante de uma cilada de Satanás. Mas não se importam em quebrar a hierarquia quando se trata de passar por cima do ministro da Defesa. Com isso retardam nossa libertação de um passado sombrio e nos obstruem a ascensão ao civilismo, ao civismo, à civilidade, à civilização e a quantos outros *civs* houver.



O presidente Lula deu, a bordo do avião a caminho dos Estados Unidos, a ordem de negociar com os controladores de voo, em vez de prendê-los. Pergunta-se: mas ele não tinha, ao deixar o país, passado a Presidência ao vice José Alencar? Se a havia passado, não presidia mais. Que autoridade possuía, então, para dar a ordem? Aliás, se passara a Presidência ao vice, com que autoridade se apresentou ao presidente Bush, em Washington? O presidente era o que ficara no Brasil. Aquele que chegava aos EUA, uma vez destituído da faixa presidencial, era um cidadão comum. Até se poderia concluir que, ao arvorar-se em presidente, não passava; à letra fria da lei, de um impostor. A menos que se admita a possibilidade legal de duas pessoas exercerem a Presidência, o que é uma excrescência ainda maior do que o país deixar-se representar no exterior por um impostor.

O.k., este arrazoado tem consequência prática zero. Mas mostra a comédia que é a cerimônia tupiniquim de passagem do cargo quando o presidente viaja.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mangabeira, que já acusou Lula de corrupto, pode ser ministro”, publicada no *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 19 de abril do corrente.

A matéria destaca que meses depois de pregar que o atual governo é “o mais corrupto da história nacional”, o professor Roberto Mangabeira Unger pode virar ministro do presidente Lula que, segundo ele já disse, ameaça a democracia com o “veneno do cinismo”.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Conselho suspende procurador por 45 dias”, publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) determinou ontem a suspensão do procurador-regional da república Luiz Francisco de Souza por 45 dias e aplicou pena de censura ao procurador-regional Guilherme Schelb. As punições se devem ao fato dos procuradores terem perseguido politicamente o ex-secretário-geral da Presidência de Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Segundo a matéria é a primeira vez que um procurador é punido pelo CNMP desde a sua criação, há dois anos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mangabeira, que já acusou Lula de corrupto, pode ser ministro

Após pedir afastamento do presidente, ele fez comício com o petista e é cotado para assumir nova secretaria

Leonencio Nossa
BRASÍLIA

Meses depois de pregar que o atual governo é “o mais corrupto da história nacional”, o professor Roberto Mangabeira Unger pode virar ministro do presidente que, segundo ele já disse, ameaça a democracia com o “veneno do cinismo”. O Planalto confirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá Mangabeira hoje.

A idéia do presidente que “corrompeu e esvaziou” as instituições, nas palavras do professor, é criar uma secretaria com status de ministério para discutir ações de longo prazo. Lula há tempos reclama que é preciso discutir o planejamento do País até 2022, quando o Brasil completará 200 anos de independência. A nova secretaria cuidaria de órgãos como o Núcleo de Assuntos Estratégicos, um departamento já ocupado por Luiz Gushiken.

Professor de direito na Universidade Harvard, Mangabei-

ra ganhou espaço na mídia ao se apresentar como guru do ex-ministro e atual deputado **Ciro Gomes** (PSB-CE).

Em outubro do ano passado, acompanhou Lula em comícios pela reeleição em Campina Grande (PB) e Mossoró (RN). Chamou a atenção dos nordestinos que puderam conversar com ele por causa do forte sota-

Secretaria discutiria o planejamento do País até 2022

que americano. Ele é brasileiro, mas passou boa parte da vida nos Estados Unidos.

Antes, porém, as críticas a Lula eram ferozes. Tanto que sua presença na campanha despertou atenção dos próprios aliados do petista. Em novembro de 2005, o professor escreveu artigo pedindo o afastamento do presidente. Ele acusou o gover-

no de politizar a Polícia Federal e as agências reguladoras, de comprar parlamentares e de tentar dobrar qualquer instituição do Estado “capaz de se contrapor a seus desmandos”.

“Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente”, afirmou. “As provas acumuladas de seu envolvimento em crimes de responsabilidade podem ainda não bastar para assegurar sua condenação em juízo. Já são, porém, mais do que suficientes para atender ao critério constitucional do impedimento.”

Mangabeira foi além. Considerou que os cidadãos não podiam permitir que Lula presidisse as comemorações da Proclamação da República naquele ano. “Desde o primeiro dia de seu mandato o presidente desrespeitou as instituições republicanas”, escreveu. “(Lula) comandou, com um olho fechado e outro aberto, um aparato político que trocou dinheiro por poder e poder por dinheiro.” ●

Conselho suspende procurador por 45 dias

Punição de Luiz Francisco foi solicitada pelo ex-ministro Eduardo Jorge por suposta perseguição política

SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) determinou ontem a suspensão do procurador-regional da República Luiz Francisco de Souza por 45 dias e aplicou pena de censura ao procurador-regional Guilherme Schelb.

As punições foram solicitadas por Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência de Fernando Henrique Cardoso e alvo de uma ação de improbidade administrativa proposta pelos dois procuradores de Brasília, além de pedidos de quebra de sigilo.

Ele acusou Luiz Francisco e Schelb de fazer perseguição política contra ele no governo FHC e logo depois. A corregedoria do Ministério Público Federal tinha arquivado repre-

sentações em que ele pedia que a dupla fosse investigada por faltas funcionais. A pedido de Eduardo Jorge, o CNMP as reabriu e ontem concluiu o exame desse processo disciplinar.

Foi a primeira vez que um procurador foi punido pelo CNMP desde a sua criação, há dois anos. Tanto Eduardo Jorge quanto Luiz Francisco assistiram à sessão, mas o procurador retirou-se da sala antes do término do julgamento. Schelb não estava presente.

O ex-secretário-geral da Presidência disse que aguarda o desfecho de ação por danos morais contra os dois procuradores na Justiça Federal em Brasília. Ações penais movidas contra eles foram arquivadas porque prescreveram. Segundo Eduardo Jorge, a ação de improbidade contra ele está paralisada. Ela foi movida em 2003,

mas até hoje ele não foi nem sequer citado. Os procuradores afirmam que ele atuava em quadrilha que fraudava o INSS.

Ele afirmou que foi a primeira pessoa a propor um processo no CNMP, quando ele foi instalado, em 2005. O protocolo o registrou como o pedido de revisão nº 1. Luiz Francisco divulgou nota afirmando que a punição “é ilícita e injusta” e disse que irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal sob argumento de que o conselho não pode aplicar uma pena por fatos ocorridos antes de sua criação.

Perfil

Com seu poder de investigação limitado, Luiz Francisco Fernandes de Souza, 45, o mais controverso procurador da República da era FHC, hoje tem rotina de trabalho burocrática: “Eu me sinto bastante inútil”.

Segundo ele, “no final do governo FHC, ele me tirou a arma central que eu utilizava até contra ele próprio. Eu processei uns 20 ou 30 ministros, todos por improbidade administrativa. Acontece que no governo Lula eu não podia processar ninguém, porque foi editada uma lei que criou a prerrogativa de foro para essas ações”, disse. Em 2004, uma resolução do ex-procurador-geral Claudio Fonteles colocou “algema” sobre a sua atuação, ao impedir a iniciativa de investigação.

A rotina atual é diferente. “Chego por volta de 1h da tarde. Recebo três processos por dia. Tenho uma assessora jurídica, uma secretária que estuda direito e duas estagiárias. Até as 17h, a gente já acabou com tudo e não tenho mais o que fazer”. Dedicar a maior parte do tempo a ler livros e a cuidar de gastos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de 5 de julho de 2007, ao tempo em que convoca para amanhã, sexta-feira, 6 de julho, às 9 horas da manhã, sessão não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 4 DE JULHO DE 2007, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mês de julho é especial para a educação paraense. Em 1957, foi criada a Universidade Federal do Pará, a primeira universidade

federal do Norte do Brasil pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, por meio do Decreto-Lei nº 3.191, de 2 de julho.

A nossa querida UFPA completou seu cinquentenário este ano, na segunda-feira, dia 2 de julho. O Teatro da Paz, um dos mais belos cartões postais da Amazônia, foi o palco da solenidade de instalação da Universidade, em 15 de março de 1958.

O Presidente Juscelino Kubitschek veio, especialmente, à capital paraense para participar da cerimônia, que contou com as presenças do Governador do Estado, Magalhães Barata; reitores de universidades e várias autoridades – civis, militares e eclesiásticas.

Hoje, a Universidade Federal do Pará possui 3.904 professores de pós-graduação e 2.406 alunos desses cursos. São quase 4.500 do ensino fundamental, mais de dois mil servidores e 36.891 estudantes de graduação – 22.221 na capital e 14.680 no interior, além de dois hospitais universitários de atendimento à comunidade acadêmica e à população em geral: o Barros Barreto e o Bettina Ferro.

A UFPA tem cursos de excelência, como o de Geologia. Ao todo, a universidade oferece 266 cursos superiores, 117 de pós-graduação, 64 especializações, 33 de mestrado, 12 de doutorado e oito de residência médica.

Não poderia deixar, neste momento do cinquentenário da Universidade Federal do Pará, de homenagear o meu conterrâneo e ex-Deputado Federal Epílogo de Campos. Foi ele, como Deputado Federal, que apresentou projeto de lei para a criação de uma universidade federal no Estado do Pará. O projeto contou com a ajuda essencial do Deputado João Lameira Bittencourt, que elaborou um substitutivo, que apressou a aprovação do projeto que se arrastava pelo Congresso Nacional.

O primeiro reitor da Universidade Federal do Pará foi o Professor Doutor Mário Braga Henriques, nomeado por decreto presidencial, e o qual homenageio nesta oportunidade.

Aos grandes mestres José Rodrigues da Silveira Neto, Aloysio da Costa Chaves, Clovis Cunha da Gama Malcher, Aracy Amazonas Barreto, Daniel Coelho de Souza, José Seixas Lourenço, Nilson Pinto de Oliveira – hoje Deputado Federal pelo Pará -, Marcos Ximenes Pontes, Cristovam Diniz e o atual Reitor Alex Fiúza de Mello meus cumprimentos pela Universidade Federal do Pará que construíram ao longo destes cinquenta anos!

Quando foi criada, a UFPA significou um salto muito grande na educação dos paraenses, reunindo as sete faculdades existentes em Belém. Hoje, precisamos de uma nova revolução para continuarmos a alavancar o desenvolvimento paraense. Por isso, em 2006, apresentei dois projetos, Senador Mário Couto, autorizando as criações das universidades do sul e do sudeste do Estado e a do oeste do Estado.

Os PLS de nºs 213 e 215, de 2006, autorizam o desmembramento da UFPA nas duas universidades citadas acima.

Graças ao apoio dos meus colegas do Senado, em especial do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação – que todos conhecem como grande defensor da educação brasileira – consegui que os dois projetos de criação das universidades paraenses fossem aprovados, com pareceres do Senador Eduardo Azeredo, rapidamente e de forma unânime no Senado Federal. Os dois projetos já tramitam na Câmara Federal, e tenho certeza de que a Bancada paraense fará de tudo para aprová-los o mais breve possível.

Estive, junto com o Senador José Nery, na cerimônia de festejo do cinquentenário da Universidade Federal do Pará.

Naquela ocasião, e é importante que o povo paraense, Senadores Mário Couto e José Nery, que nos vê e nos ouve, saiba que naquela ocasião o Reitor Alex Fiúza de Mello entregou, em mão, ao Ministro Fernando Haddad o projeto de criação da Universidade do Oeste do Pará, projeto, como já disse, de minha lavra, já aprovado no Senado Federal. Mas, lamentavelmente, Senadores Mário Couto e José Nery, – lamentavelmente, repito – o Reitor Alex Fiúza de Mello também deveria ter entregue ao Ministro Fernando Haddad o projeto de criação da Universidade do Sul e Sudeste do Pará, também já aprovado no Senado Federal.

Quero aqui pedir o apoio, e tenho certeza de que os Senadores Mário Couto e José Nery estão solidários, para que o Presidente Lula crie não somente a Universidade do Oeste, mas também a Universidade do Sul e do Sudeste do Pará. Até porque o Presidente Lula, Senador Eduardo Azeredo, gosta muito de se comparar com Juscelino Kubitschek. Por várias vezes, Senador Valter Pereira, o Presidente Lula tem se comparado com o grande estadista que foi Juscelino Kubitschek. Então, como Juscelino Kubitschek foi o Presidente que instalou, há 50 anos, a Universidade Federal do Pará, o Presidente Lula tem agora a oportunidade de fazer o dobro do que fez Juscelino Kubitschek pelo Estado do Pará, ou seja, criar duas universidades: a Universidade do Oeste, com sede em Santarém, e a Universidade do Sul e Sudeste, com sede em Marabá.

Eu pediria, Presidente Gilvam Borges,...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Eu pediria que o meu pronunciamento em homenagem ao cinquentenário da Universidade Federal do Pará fosse incluído nos Anais da Casa, na íntegra, porque não terei tempo de fazer a leitura completa, até porque quero parabenizar o corpo docente, o corpo discente, os funcionários da Universidade Federal do Pará, por tudo aquilo

que fizeram ao longo desses 50 anos na geração de conhecimento para o desenvolvimento do nosso Estado.

Eu mesmo tive a honra de ser professor da Universidade Federal do Pará, na área tecnológica, por mais de quinze anos, tendo depois me afastado da Universidade. Mas, continuo com o mesmo carinho e o mesmo apreço.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, o tempo de V. Ex^a acabou.

V. Ex^a dispõe de mais dois minutos para concluir seu pronunciamento.

Está bom ou V. Ex^a quer mais tempo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a que preside esta sessão, neste momento histórico para o Pará, tenho certeza de que não vai limitar o tempo para que possamos concluir o raciocínio e até fazer as observações necessárias.

V. Ex^a, que é um vizinho e um nobre representante do Estado do Amapá, em hipótese nenhuma limitaria o tempo do Pará para se expressar a respeito de um assunto como é este da educação para todos os paraenses.

Então, como disse, Senador Gilvam Borges, eu pediria que V. Ex^a aumentasse o tempo concedido porque só na solicitação a V. Ex^a eu quase o esgotei. Peço que me conceda o tempo suficiente para concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Flexa Ribeiro, há oradores inscritos, mas sabemos da importância do tema e vou conceder cinco minutos a V. Ex^a, desde que conceda pelo menos dois minutos ao Senador Nery que está aguardando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou conceder o aparte ao Senador Nery ao concluir o pronunciamento, que já o farei.

Então, como disse, quero incluir nos Anais o texto completo e deixo aqui a minha homenagem à Universidade Federal do Pará, pedindo à Governadora Ana Júlia, que estava presente na cerimônia do cinquentenário, que S. Ex^a também defenda junto ao Presidente da República e ao Ministro Fernando Haddad as duas universidades para o Estado do Pará.

Encaminhei à Mesa um requerimento para que seja aprovado um voto de homenagem pelo cinquentenário da Universidade Federal do Pará, completados nesta segunda-feira passada, dia 2 de julho, e que seja comunicado ao Magnífico Reitor Professor Dr. Alex Bolonha Fiúza de Melo.

Ao concluir, e antes dos apartes dos Senadores José Nery e Mário Couto, quero dizer aos nossos amigos do sul e sudeste do Pará que estivemos, o Senador Mário Couto e eu, numa caminhada neste final de semana por vários municípios, Senador Gilvam Borges.

Lamentavelmente, não pude estar com o Senador Mário Couto em Goianésia e em Tucuruí, na quinta-feira, mas S. Ex^a fará, com certeza hoje, o pronunciamento sobre a visita. E desde já me solidarizo,

Senador Mário Couto, com as famílias que estão na área das eclusas, para que sejam devidamente indenizadas pela Eletronorte, permitindo-se o início das obras das eclusas.

Na sexta-feira, em função da TAM – esse apagão parece imaginário, mas existe -, também não pude participar com o Senador Mário Couto em Marabá. A partir de sábado, visitamos os Municípios de Palestina do Pará, Brejo Grande, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Piçarra e São Geraldo do Araguaia.

Em Palestina do Pará, estivemos com os nossos companheiros, os Vereadores Djaci, César, Adeuvaldo, a Maria Pantoja, Senador Mário Couto, que será a futura Prefeita de Palestina.

Em Brejo Grande, estivemos com o Prefeito José Antônio, com os Vereadores Cícero, Chiquim, Edmilson, Ana Paula, com a Lurdinha. E aí, Senadores Mário Couto e José Nery, faço um apelo à Governadora Ana Júlia, porque lá em Brejo Grande existe um hospital com 37 leitos pronto. Está completamente pronto, Senador Gilvam Borges, e seus equipamentos foram licitados no Governo passado. No entanto, após seis meses de Governo, a Governadora Ana Júlia não faz o convênio, Senador Valter Pereira, com o Prefeito José Antônio para que a população de Brejo Grande possa ter direito ao atendimento de saúde.

Faço este apelo à Governadora Ana Júlia Carepa e ao Secretário da Saúde, pois a saúde no Pará já está sofrendo um apagão, já é motivo até de matérias na mídia nacional. Secretário da Saúde, Dr. Halmélio Sobral, ponha o hospital de Brejo Grande para funcionar o mais rápido possível pois a população não merece o tratamento que está tendo.

Em São João do Araguaia estivemos com o Prefeito Marisvaldo, com os nossos Vereadores Hermínio, Cintya, Manoelzinho, Jeanne, Antônio Marinho e Joaquim.

Em São Domingos do Araguaia, com o Vice-Prefeito Dorival, com os Vereadores Cecília e Francisco, o Tiririca, e com o Raimundinho, Senador Mário Couto, que será, sem sombra de dúvida, o futuro Prefeito de São Domingos do Araguaia.

Em Piçarras, com o Prefeito Jairo, com os Vereadores Félix, Mascarenhas e Valmir.

Em São Geraldo do Araguaia, com o Prefeito Manelão, com o Vice-Prefeito Irmão Roque, com os Vereadores Maria Félix, a Felinha, a Estér, o Sabino, que é do PT, e o Acácio. Senador Heráclito Fortes, mando um abraço a todos eles porque, com certeza, estão nos acompanhando pela TV Senado.

Este caminho que fazemos pelo Pará é no sentido de ouvir os reclamos dos nossos companheiros nesses Municípios, para que possamos levá-los à Governadora. Amanhã, teremos um café da manhã da Bancada do Pará com a Governadora e vou levar a ela todas estas reivindicações: além da do hospital, as outras reivindicações feitas nessa viagem.

Concedo, com muita honra, apartes aos Senadores José Nery e Mário Couto.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro, quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex^a sobre o evento comemorativo dos 50 anos da Universidade Federal do Pará, uma homenagem das mais justas, que nós, representantes do Pará, precisamos fazer à mais importante universidade federal da região. É a primeira grande universidade da Amazônia e conta hoje com 36 mil alunos, 2 mil professores e 2 mil servidores. Ao lado de conquistas importantes para a ciência, tecnologia e conhecimento, enfrenta também desafios que precisam do apoio necessário na luta por mais recursos, a fim de fortalecer o trabalho, a educação e o conhecimento que a Universidade Federal do Pará vem realizando ao longo de 50 anos. Isso é motivo de orgulho e satisfação para o povo do Pará, para o povo da Amazônia e, em especial, para nós que representamos os interesses do Pará aqui no Senado Federal. Concordo com a manifestação de V. Ex^a, que, de forma tão precisa, lembrou que, no ato da entrega do projeto para a criação da Universidade Federal do Oeste Paraense que deve ser sediada no Município de Santarém, igualmente teria sido importante protocolar e entregar o projeto de instalação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com sede em Marabá. Pleito, reivindicação, proposta que V. Ex^a tão bem tem defendido aqui e que, com certeza, conta em uníssono com o apoio da Bancada do Pará. Também gostaria de dizer a V. Ex^a, ao Sr. Presidente e ao Senado que, em visita ao Município de Capanema, no último final de semana, recebi um pleito da Câmara Municipal de Capanema. O requerimento do Vereador Antônio Maria é fruto de debate com a comunidade educacional daquela região e propõe a criação da Universidade Federal do Nordeste Paraense, para V. Ex^a ter uma idéia de como essa questão da educação em nível superior é uma bandeira hoje encampada por vários Municípios paraenses. Com certeza, é mais uma proposta que precisamos aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Nery pediria que V. Ex^a...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Sr. Presidente, estou concluindo dentro dos dois minutinhos do aparte concedido pelo Senador Flexa Ribeiro. Esse pleito que Capanema e a região nordeste do Pará nos traz também deverá ser fruto da nossa preocupação, da análise do nosso compromisso de ampliar a luta pela educação em todo o interior paraense. Quero dizer mais: estive em Capanema, a convite do Prefeito Alexandre Buchacra, quando participei de inaugurações, de vários eventos no referido Município. Aproveito a oportunidade para me congratular com o povo de Capanema, que luta por políticas públicas e melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, agradeço a recepção brilhante que a mim ofereceram por oca-

sião da visita. Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pela oportunidade do aparte. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento, com muita honra.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente, até porque estou vendo a sua angústia pela conclusão do pronunciamento do Senador Flexa. Tenho certeza de que V. Ex^a já irá me chamar para a tribuna, porque estou inscrito para uma comunicação inadiável depois do Senador Mão Santa. Senador Flexa, serei rápido. Quero apenas cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento de hoje à tarde e dizer que o povo que espera as universidades, tanto do oeste como do sul e do sudeste, obviamente está aplaudindo V. Ex^a neste momento, porque tudo o que se quer é uma universidade naquelas áreas. Senador Flexa Ribeiro, quem não deseja ou quem dificulta a implantação de universidades no Pará não é paraense, sinceramente, ou o faz por questões políticas! V. Ex^a viu a nossa luta pelo Sarah, e, no momento em que disse nesta tribuna que não queria estar no palanque das inaugurações, vão inaugurar o Sarah – graças a Deus. Da mesma forma, digo que não quero estar na inauguração da universidade, mas implantem a universidade. Aí, a universidade será implantada imediatamente. Mais uma vez, meus parabéns, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Obrigando, Senador.

Quero dizer-lhe, Senador Mário Couto, que não faço questão de estar na instalação das universidades, assim como não vamos estar juntos, V. Ex^a e eu, na inauguração do Hospital Sarah. O que queremos é que esses benefícios cheguem à população do Estado do Pará, independentemente de coloração partidária.

Tenho certeza absoluta de que o Presidente Lula está atento e vai ser receptivo, Senador Sibá. V. Ex^a, que já morou no Pará, sabe das nossas necessidades quanto à instalação das duas universidades.

Agradeço ao nobre Senador Gilvam Borges, que preside a sessão neste momento, pela generosidade de ter estendido o tempo regimental a este orador.

Era o que tinha a declarar.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY NA SESSÃO DO DIA 27 DE JUNHO DE 2007, QUE, ORA SE REPUBLICA, PARA INCLUIR TRADUÇÃO DO ARTIGO INTITULADO “O QUE APRENDEI”, DE AUTORIA DO EX-PRIMEIRO MINISTRO DA GRÃ-BRETANHA, TONY BLAIR.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continuamos com a lista de oradores inscritos.

O próximo orador é o Senador Eduardo Suplicy, que tem a palavra, de acordo com o Regimento Interno, pelo tempo de dez minutos. Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Gerson Camata, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, gostaria de falar hoje sobre um tema de importância internacional. Quero até chamar a atenção do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes, que há poucos instantes estava aqui, pois S. Ex^a sempre gosta de me provocar. Hoje é um dia importante para um dos principais líderes contemporâneos, o do Reino Unido. O Primeiro-Ministro Tony Blair está passando o seu bastão para o Sr. Gordon Brown, que assume o cargo, indicado que foi, no último domingo, em eleição, pelo Partido Trabalhista inglês. Há tempos o seu nome era cogitado para substituir Tony Blair.

Eu gostaria de mencionar algumas coisas importantes ocorridas durante o governo de Tony Blair e que se relacionam as proposições que trago aqui.

Primeiro, vou falar a respeito do que discordo do Primeiro-Ministro Tony Blair. Refiro-me, especialmente, à maneira como, diante das manifestações tão belas que estavam ocorrendo em 2002 e 2003 no Reino Unido, em Londres e nas principais cidades, quando o povo saía às ruas pedindo que não se utilizassem meios bélicos para destronar o Presidente Saddam Hussein, do Iraque, tendo em vista os fortíssimos laços de amizade dos Estados Unidos com o Reino Unido, Tony Blair avaliou que era importante estar solidário às diretrizes do Presidente George Walker Bush. Ele aceitou os argumentos do governo do Presidente George Walker Bush, que, depois, mostraram-se incorretos, pois, missões da ONU não encontraram armas de destruição em massa naquele país. Portanto, a minha discordância com Tony Blair foi em relação à sua solidariedade com a ação bélica do governo do Presidente George Walker Bush, especialmente ali no Iraque.

Também durante os dez anos de governo de Tony Blair, houve quatro ações importantes: no Kosovo, em Serra Leoa, no Afeganistão e no Iraque.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permite, passarei a Presidência à Senadora Serys Shlessarenko, porque sou o próximo orador inscrito.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a atenção, Senador Gerson Camata. Se V. Ex^a quiser me apartear, será uma honra.

Querida Senadora Serys, que agora preside a sessão, quero ressaltar que, no diz respeito àquilo que tanto acredito: no esforço para que segmentos da população resolvam seus problemas pela não-violência, o Primeiro-Ministro Tony Blair teve uma ação que é de tirar o chapéu. Refiro-me aos seus esforços para pacificar os católicos e os protestantes, entre os quais, durante décadas do século XX e mesmo agora no século XXI, ocorreram ações bélicas de terror.

O Primeiro-Ministro Tony Blair conseguiu, pouco a pouco, transformar a Irlanda num país de paz para católicos, protestantes e para as mais diversas

denominações – inclusive aqueles que participaram do IRA, Exército Republicano Irlandês, que lutava pela libertação da Irlanda. Isso aconteceu, inclusive, recentemente.

Recomendo a todos a leitura de um artigo de três páginas, muito interessante, do último *The Economist*, de 2 a 8 de junho de 2007, do Primeiro-Ministro Tony Blair, em que ele fala o que aprendeu durante o seu governo. Infelizmente, não vou pedir sua transcrição por se tratar de uma publicação em inglês. Mas, se for possível ao Serviço de Taquigrafia a tradução, até requero a transcrição do texto traduzido, já que há excelentes tradutores no Senado.

Senador Gerson Camata, Tony Blair explica as razões pelas quais não imaginava que a política externa, de relações exteriores, fosse tomar tamanha atenção de sua parte. Na verdade, o Reino Unido hoje tem uma tal importância no mundo, é a quarta economia, que acabou tomando a maior parte das considerações dessas três páginas de testemunho sobre o que ele aprendeu durante seus dez anos de governo.

Senador Gerson Camata, dentre os aspectos positivos que estão no texto, ressalto a referência que ele faz sobre o sistema de bem-estar, que ele modificou bastante. Ele diz que os sistemas de bem-estar trabalham somente se houver a responsabilidade compartilhada. O Estado, sim, provê uma ajuda a cidadãos para que estes possam favorecer a si próprios. A reforma das pensões na Inglaterra, no Reino Unido, desenvolve-se ao longo das décadas com um sistema possível do ponto de vista econômico, sendo também justo entre as gerações, assegurando que cada cidadão tenha o direito a uma pensão básica. Ele poderá, além disso, obter aquilo que conseguir por suas próprias finanças.

Vou laborar um pouco sobre esse pensamento, mas, antes, com muita honra, concedo-lhe o aparte, Senador Gerson Camata. Ainda farei outras considerações.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quero apenas congratular-me com V. Ex^a quando vem ao Senado brasileiro falar sobre um dos grandes líderes destes primeiros anos do século: Tony Blair. V. Ex^a fala de maneira magistral sobre uma biografia política bonita, uma trajetória bonita, com aquela mancha do Iraque. Como é que ele foi acabar apoiando Bush contra o Iraque naquela invasão extemporânea, absurda, cujas conseqüências ele praticamente pagou com a perda do seu cargo na Inglaterra? Estive pessoalmente com ele, ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por duas vezes: uma vez, lá, em Londres, quando ele era candidato, na sua campanha e; depois, em Bolonha, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*. De modo que eu passei a ser fã do trabalho dele e lamentei quando ele deu esse passo na direção da guerra do Iraque. Mas isso não empana seu brilho como um grande líder europeu e, às vezes, e também um grande líder mundial. E ressalto outra coisa, como católico, muito orgulhoso, da conversão dele ao catolicismo no final do seu governo. Ele deixa a Igreja Anglicana – são nossos irmãos também – e vem para a Igreja Católica, a origem também da Igreja Anglicana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, peço que V. Ex^a seja um pouco generosa comigo, porque agora vou falar da parte principal que eu quero registrar a respeito de Tony Blair, que ainda mal foi percebida pela opinião pública tanto no Reino Unido quanto no mundo.

Inclusive aquelas pessoas que o acompanham e que estão fazendo, assim, um diagnóstico dos seus dez anos, muitos, no Brasil, não percebem isso que vou relatar.

Quando a esposa de Tony Blair estava grávida do seu quarto filho, ele anunciou que, a partir dali, ao nascer no Reino Unido toda pessoa passaria a ter um depósito, na sua conta bancária, de 250 libras esterlinas e, ao completar 6, 11 e 16 anos (mais £50, £50 e £50); se a pessoa for de família mais pobre, as quantias serão, respectivamente, de £500, £100, £100 e £100. E esses valores passarão a render juros. Quando a pessoa completar 18 anos, todos os nascidos e os moradores do Reino Unido passam a ter o direito inalienável de receber esses recursos acumulados e iniciar a sua vida adulta, aos 18 anos, com algo em torno de 4 mil a 5 mil libras esterlinas.

Senador Mão Santa, veja só: é o direito de todos partilharem da riqueza do Reino Unido. Não é uma caridade, mas é observado e provido como um direito de todos. E quem recomendou isso há bem mais tempo, Senador Mão Santa? V. Ex^a sabe, porque sempre tem prestado a atenção, aqui, aos meus pronunciamentos. Então, V. Ex^a poderá recordar, que, em 1795, quem expôs isso para a Assembléia Nacional Francesa foi um ilustre inglês, nascido em Thetford, um dos maiores ideólogos das revoluções americana e francesa, Thomas Paine, que, a certa altura da vida,...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Autor de *A Utopia*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Thomas Morus foi o autor de *A Utopia*. Thomas Paine, nascido no Reino Unido, persuadido por Benjamim Franklin, foi para a América, antes da independência, e ali, coletor de impostos, observador de costumes e de valores, começou a escrever ensaios. A partir disso, George Washington escreveu a um amigo dizendo que nenhum outro ensaio tivera tamanha influência sobre os americanos para lutarem por sua independência quanto o *Senso Comum*. E o que dizia Thomas Paine em *Senso Comum*? Que contrariava o bom senso que uma ilha dominasse um continente. E, baseado em idéias como essa, seis meses depois, os americanos proclamaram a sua independência.

E, por suas idéias serem consideradas tão progressistas, Thomas Paine começou a sentir-se perseguido e voltou para o seu país. E o que aconteceu lá? Começaram a queimar os seus livros: “Imaginem esse homem, responsável pela perda da nossa principal colônia!” Por isso, ele foi até a França abraçar os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Tamanho foi o seu engajamento na Revolução Francesa de 1789, que, embora estrangeiro, o elegeram constituinte francês e, em 1795, nessa qualidade, ele escreveu o ensaio *Justiça Agrária*, onde diz que a pobreza tem a ver com a civilização e a instituição da propriedade privada; que, na América, onde a propriedade era comum entre os índios, não enxergava tamanha destituição e pobreza quanto nas vilas e cidades européias de então. Ele considerava de bom senso que uma pessoa que cultivava a terra e nela realiza uma benfeitoria possa usufruir do seu trabalho na sua propriedade, mas era sua proposição que toda pessoa que assim o fizesse destinasse uma parcela desse rendimento para um fundo que a todos pertenceria. Desse fundo, se pagaria a cada pessoa residente naquele país...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex^a um aparte. Do contrário, vou pedir a palavra pelo art. 14, o que vai dar no mesmo. A ordem dos fatores não altera o produto. Nós estamos diante de uma Presidente muito sensível ao direito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em seguida.

Terminando a frase, Thomas Paine propôs que toda pessoa recebesse, a partir desse fundo, uma vez acumulado, tanto uma renda básica como um capital básico que seria conferido a cada um naquele país como um direito inalienável de todos partilharem da riqueza da Nação.

Pois bem, Tony Blair, mais de 200 anos depois, instituiu o que Thomas Paine propôs em 1795. A candidata Ségolene Royal, na França, agora, tinha no seu plano também instituir...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E ela já largou o marido, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a já está querendo passar para a parte pessoal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, eu quero o aparte para justificar o Thomas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu concedo o aparte, Senador, mas...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a é a mais brilhante estrela do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu queria que V. Ex^a falasse não tanto da Ségolene e do marido, mas do direito inalienável de todos partilharem da riqueza da Nação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, permita-me, nós vamos ficar nos Thomas. Thomas Paine V. Ex^a explicou bem. Eu me equivoquei aqui. O Thomas Morus foi autor de *A Utopia*, e há o Thomas Merton. São muitos Thomas. O Thomas é um filósofo cristão, católico, que disse que homem algum é uma ilha. Vamos fazer um resumo. Eu aprendi e tenho aprendido muito com V. Ex^a. V. Ex^a é uma inteligência privilegiada, é a estrela melhor e mais justa do PT. Aliás, Aristóteles disse que a justiça tem de estar como uma coroa: tem de estar mais alta do que a coroa dos santos e brilhar mais do que a coroa dos reis. Mas eu queria dizer por que foi possível isso. V. Ex^a falou da Inglaterra. O nosso Tony Blair entregou hoje o cargo a seu sucessor, Gordon Brown. Aí é que está o erro. V. Ex^a, o melhor nome e a melhor inteligência do PT, leve para o Luiz Inácio a luz de V. Ex^a. Isso é possível porque Gordon Brown, o substituto de Tony Blair, só vai nomear 150; Luiz Inácio Lula da Silva nomeou vinte e quatro mil. Mais ainda, ele não é temente a Deus, porque cometeu a maior injustiça: acabou de dar 139% de aumento para os alopados beneficiados com DAS e 3% para os verdadeiros trabalhadores do Brasil, que são os aposentados. Tony Blair vai entregar o cargo, e o seu sucessor só vai fazer 150 nomeações; o Governo de V. Ex^a fez vinte e quatro mil nomeações. Por isso é que o povo brasileiro está sacrificado, explorado, arruinado de tanto trabalhar para pagar imposto e para se sustentar. Essa é a

diferença que, talvez, não tenha vivido em sua época o nosso Thomas Paine, cujos ensinamentos V. Ex^a trouxe e em quem V. Ex^a buscou inspiração. V. Ex^a tem demonstrado boas intenções, sensibilidade política e austeridade. Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Suplicy, vou lhe conceder mais dois minutos para que V. Ex^a conclua, pois V. Ex^a já está na tribuna há vinte minutos.

O SR EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Está certo.

Apenas, Senador Mão Santa, quero lhe dizer que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve inúmeros diálogos muito construtivos com o Primeiro-Ministro Tony Blair, por vezes acompanhado do Ministro Celso Amorim e, felizmente, as relações entre os nossos países se encontram muito boas.

Certamente o Primeiro-Ministro Gordon Brown, que sucede Tony Blair, aprendeu muito como seu Ministro da Economia e certamente levará adiante uma série de propósitos muito positivos. E há um ponto comum entre os governos de Tony Blair e do Presidente Lula, que tem sido objeto de análise da nossa Líder Ideli Salvatti – não sei se a Senadora Ideli conhece os dados que vou aqui apresentar relativamente à distribuição de renda e à exclusão social.

De 1979 a 1997 – assim vou concluir, Senadora Serys – as rendas dos 20% mais ricos na Grã-Bretanha cresceram mais depressa (2,5%) do que as rendas dos 20% mais pobres, que cresceu 0,8%. Mas isso foi revertido exatamente nos dez anos de 1997 a 2007, porque as rendas dos mais pobres passaram a crescer 2,2% enquanto a dos ricos, 2% apenas.

No Brasil também tem havido o crescimento da renda dos mais pobres em maior proporção durante os quatro anos e meio do Governo Lula, em relação ao que antes vinha ocorrendo. Era esse ponto comum que queria ressaltar.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

{{Documento a que se refere **o senador** Eduardo Suplicy em seu discurso, inserido nos termos do art. 210 inciso I e § 2º do Regimento Interno}}

Ensaio - Tony Blair

O que Aprendi

Reflexões de Tony Blair sobre as lições de sua década como Primeiro Ministro da Grã-Bretanha.

Se alguém tivesse me dito, há dez anos, que eu passaria grande parte do meu tempo como Primeiro Ministro tratando de política externa, eu teria ficado surpreso, um pouco chocado e, provavelmente, em termos políticos, um pouco assustado. Mesmo hoje, todos nós, ao concorrermos a cargos públicos, nos concentramos nas questões internas. Tratar da política “externa” raramente angaria votos, e pode facilmente fazer com que votos sejam perdidos. No entanto, hoje em dia o fato é que cada vez mais somos obrigados, como líderes, a pensar, trabalhar e agir internacionalmente.

Ao longo dos últimos dez anos, assisti ao desenvolvimento dessa realidade (Se alguém tivesse me dito, há dez anos, que eu estaria enfrentando o terrorismo, eu teria compreendido de imediato, mas iria pensar que estava se referindo ao terrorismo do Exército Republicano da Irlanda). A linha entre política “externa” e “interna” está ficando indefinida. Hoje, a mudança do clima é uma questão importante nas políticas dos países desenvolvidos, que só pode ser enfrentada por uma ação global. O que acontece hoje no Paquistão interessa às ruas da Inglaterra. A migração em grande número só pode ser parcialmente administrada pelas políticas internas de cada nação. Economias estão sendo moldadas pelas forças da globalização.

Acima de tudo, a ordem mundial está mudando. O poder político da China emerge ao mesmo tempo em que seu poder econômico aumenta. A Índia será magnífica. O Japão está deixando seu passado para trás. A Rússia está se tornando cada vez mais assertiva.

Hoje em dia, a política externa não é uma abstração interessante dos duros golpes da reforma interna. Ela é o elemento que mostra, ao mundo, a postura de uma nação, estabelece a percepção que os outros têm a seu respeito e, em parte, a percepção que ela tem dela mesma.

Todos nós falamos de interdependência como a característica que define o mundo moderno. Mas deixamos de ver, frequentemente, as implicações fundamentais de tal declaração. Significa que temos um interesse verdadeiro, enquanto nação, no que acontece no mundo. E porque a mídia transmite, mundo afora, imagens tão fortes quase que instantaneamente, ela impõe que as lutas sejam combatidas tanto por meio de propaganda, idéias e valores quanto por meios convencionais, sejam eles militares ou diplomáticos.

Seguem-se as minhas reflexões, baseadas nessa análise:

1. Seja um participante, não um espectador

Ao longo dos últimos dez anos, a Grã-Bretanha tem estado no centro das discussões. Não há debate internacional importante no qual não estejamos engajados o máximo possível.

Temos tentado construir a agenda mais ampla possível, que seja capaz de reunir a comunidade internacional e seja baseada em valores. Esta é a razão pela qual a ação em relação à pobreza na África, um bom resultado para as conferências sobre o comércio mundial e o acordo sobre a mudança do clima, todas estas questões estão além da importância óbvia de cada questão individual. Elas são indicativas de uma atitude, de responsabilidade em relação aos outros, uma aceitação de que as políticas internacionais não devem ser simplesmente um jogo de interesses, mas também de convicções, algo pelo qual lutamos e defendemos.

É também a razão pela qual devemos estar preparados para intervir, militarmente se for necessário, para impedir genocídio, opressão, a cruel injustiça tão frequentemente infligida àqueles que são vulneráveis. A Grã-Bretanha, na última década, interveio quatro vezes: no Kosovo, em Serra Leoa, no Afeganistão e no Iraque. Em cada caso, o regime de cruel brutalidade foi removido.

No começo desta semana, visitei o povo de Serra Leoa, que ainda está lutando, mas é, ao menos, capaz de contemplar um futuro melhor. Mas, tão importante quanto Serra Leoa, é o Estado vizinho da Libéria, agora um país democrático. Isto nunca teria acontecido se Serra Leoa tivesse caído nas mãos de gângsteres. Do mesmo modo, como um resultado do Kosovo, os Bálcãs mudaram. Nesta região, os países podem pensar em relação a um futuro dentro da União Européia.

Assim, quando chegamos a Darfur, será que realmente acreditamos que, se não agirmos para mudar esta situação, a violência não irá além das fronteiras do Sudão? No começo dos anos noventa, não conseguimos juntar vontade política suficiente para reagir na Bósnia. Foi necessário que duzentas e cinquenta mil vidas fossem ceifadas antes que percebêssemos que não tínhamos outra opção.

Diz-se que, ao derrubar Saddam ou o Taliban - regimes autoritários, mas que mantinham certa ordem - a situação dos iraquianos e dos afegãos piorou e permitiu-se que o terrorismo crescesse. Este é um argumento sedutor, porém perigoso. Veja o que ele realmente significa. Significa que, pelo fato de estas forças reacionárias e malignas combaterem duramente, por meio de terrorismo, para evitar que os países - e suas populações - possam andar livremente após a derrubada dos ditadores, devemos deixar a população viver sujeita aos ditadores. Significa que nossa vontade de combater por aquilo que acreditamos pode ser medida pela vontade de nosso inimigo em combater-nos, mas na proporção inversa. Esta não é uma base sobre a qual se possa vencer qualquer coisa.

Entretanto, o ponto crítico é que nós, britânicos, deveríamos estar estreitamente envolvidos em todas essas questões porque, ao final, elas afetarão nosso futuro. E a agenda deverá ser construída sobre os valores de liberdade, democracia, responsabilidade em relação a outros, mas também justiça e equidade.

2. A cooperação transatlântica ainda é vital.

Preocupo-me seriamente que haja, em ambos os lados do Atlântico, em algumas regiões, uma indiferença, uma hostilidade mesmo, em relação a uma aliança, tão fundamental para nosso futuro quanto foi para nosso passado. Com estas palavras, não quero me referir somente ao excessivo antiamericanismo em partes da esquerda. Em certo sentido, é relativamente fácil fazer oposição.

É mais um distanciamento, um isolacionismo ressurgente, que traspassa a direita e a esquerda. Na Grã-Bretanha, agora, há partes da mídia e da política que são céticas quanto à Europa e desejam “uma política externa independente”, em relação aos Estados Unidos. Causa-me espanto pensar com quais países a Grã-Bretanha deve fazer alianças. Fala-se muito de a Grã-Bretanha ter um novo relacionamento estratégico com a China e a Índia, deixando de lado as ligações tradicionais com a Europa e os Estados Unidos. Sejam realistas. É claro que manteremos nosso próprio relacionamento com ambos os países. No entanto, teremos muito mais influência sobre eles se tivermos fortes alianças a dar-nos apoio.

Na Europa, nós imaginamos: vale a pena continuar tal dependência dos Estados Unidos? Fariamos melhor se nos perguntássemos se os líderes políticos nos Estados Unidos ainda vêem a Europa como seu primeiro porto de apoio.

A despeito de todas as nossas diferenças, devemos ser muito claros. A Europa e os Estados Unidos compartilham os mesmos valores. Devemos ficar juntos. Para isso é necessária uma forte aliança transatlântica, e também significa uma União Européia forte, efetiva e capaz. Uma Europa fraca é uma aliada fraca. Por isso precisamos de uma cooperação mais próxima entre as nações da União Européia e as instituições europeias eficazes. Em um mundo no qual a China e a Índia serão, cada uma, três vezes mais populosas que a União Européia, qualquer outra coisa está completamente ultrapassada.

3. Seja muito claro a respeito do terrorismo global

Temo que o mundo, uma grande parte da opinião do Ocidente em especial, tenha errado de forma perigosa a respeito desta ameaça. Se houve algum erro após o onze de setembro, foi o de não compreender que as raízes do terrorismo eram mais profundas e mais invasivas. Remover o Taliban do governo pareceu relativamente fácil. Eliminar sua ideologia, que tem se desenvolvido por mais de uma geração, é muito mais difícil. Esta ideologia baseia-se em uma crença genuína; e os crentes são pessoas determinadas a nos sobreviver, a serem infatigáveis quando nos cansamos, a terem enorme força de vontade e o pensamento direcionado a um só foco, enquanto temos outras coisas com as quais nos preocuparmos (e quando o conforto de nossas vidas no Ocidente parece tão intocável pelas atividades de alguns que são naturalmente vistos como uns poucos fanáticos).

As pessoas dão muita importância ao fato de que, em cada área do conflito, os extremistas se apresentam sob forma diferente. Elas apontam para o absurdo histórico de, por exemplo, elementos iranianos estarem ligados ao Taliban. Sobretudo, dizem elas, suas armas, número e apoio são pequenos em comparação com os nossos.

Este enfoque se desvia do ponto central. O comunismo revolucionário tomou muitas formas. Escolheu os mais improváveis companheiros. Mas nós, ainda assim, consumimos décadas a confrontá-lo.

Este novo terrorismo tem uma ideologia, que se baseia em uma total perversão da fé islâmica, mas joga com um sentimento de vitimização e sofrimento do mundo islâmico. Muitos discordam de seus métodos. No entanto, muitos mais partilham alguns de seus sentimentos. A cosmovisão dos terroristas é totalmente reacionária. Todavia, a compreensão que eles têm, em relação ao terrorismo e ao poder do mesmo, em uma era de globalização, é extremamente sofisticada e também estratégica.

Esta compreensão significa que o terrorismo pode introduzir-se em qualquer situação onde a paz é frágil e o conflito possível. Pode, pelo simples uso do terror, romper a paz e provocar o conflito. O que acontece é que, em uma era de mídia de massa, retransmitida instantaneamente mundo afora, o impacto tem peso: e nada provoca mais impacto que a carnificina de inocentes. E o que os terroristas aprenderam é que os Estados, ao responderem ao terror, podem, mesmo sem o querer, realimentá-lo.

Agora, no Oriente Médio, o progresso no Iraque tem sido refreado. As tentativas de paz entre Israel e Palestina têm sido frustradas e a democracia libanesa tem andado na corda bamba, o que é muito significativo. Porém, muito mais significativo é o modo pelo qual os terroristas têm distorcido, com sucesso, nosso sentido do que tem acontecido e o porquê. Eles têm feito com que nós nos sintamos culpados.

Podemos debater e redebater o que foi certo e o que foi errado ao derrubar Saddam. Mas a realidade é que se tivéssemos retirado a Al-Qaeda (no Iraque, antes da queda de Saddam) do conflito em Bagdá, ou em redor, sem os carros bombas que visavam os civis e a destruição de monumentos como o Templo de Samarra, teria sido possível acalmar a situação. Os acontecimentos na província sunita de Anbar, onde, gradativa mas seguramente, a opinião sunita está se voltando contra a Al-Qaeda, o demonstram claramente. E em Basra, a violência e a criminalidade do Jaish-al Mahdi e outros grupos envenenam a cidade – grupos que são apoiados, financiados e armados por elementos do regime iraniano. Remova a Al-Qaeda, remova a maligna atividade iraniana, e a situação mudaria, poderia mesmo ser transformada.

A verdade é que o conflito no Iraque transmutou-se em algo diretamente alimentado pelos mesmos elementos que nos confrontam em todos os lugares. Ainda assim, uma grande parte, provavelmente a maior parte da opinião do Ocidente preferiria que nos retirássemos. Este é o extraordinário embotamento de sentidos a que levou o terrorismo. Em relação à questão palestina, quem leva a culpa pela ausência de progresso? O Ocidente. No Líbano – uma crise provocada, deliberadamente, mais uma vez, pelas mesmas forças – quem é responsabilizado? Israel.

No Afeganistão, está claro que o Taliban está recebendo ajuda, inclusive armas, novamente, do regime iraniano. Eles aprenderam em algum lugar. Eles acreditam que se infligirem caos suficiente, baixas de soldados ocidentais o suficiente, perderemos nossa força de vontade, e o lugar irá tornar-se uma “baderna”. E se isto acontecer, o problema será colocado às portas do governo afegão e de seus aliados ocidentais.

Somente nas últimas semanas, temos visto bombas terroristas no Marrocos, na Argélia, no Paquistão, na Índia e prisões na Arábia Saudita. Nem uma única nação europeia importante está imune. Na África, no Sudão e na Somália, mesmo em países como a Nigéria onde convivem os muçulmanos e os cristãos, o terrorismo é ativo.

Não há alternativa senão combater esta ameaça onde quer que ela apareça. Não há demanda que possa ser, remotamente, negociável. Ela tem que ser combatida. E ponto final.

4. Temos que defender nossos valores

Nós não teremos êxito por meios simplesmente militares ou de segurança. É um desafio político. O terrorismo recruta pessoas com base em um apelo à emotividade. Ele só pode ser enfrentado por um apelo contrário que seja melhor, mais profundo e bem articulado.

Mas isto não acontecerá a menos que defendamos nossos valores, tenhamos orgulho deles e os advogemos com convicção. Não há nada mais ridículo que a tentativa de retratar a “democracia” ou “liberdade” como conceitos, de certa forma, “Ocidentais” que, erroneamente, tentamos aplicar a nações ou povos para os quais esses conceitos são estranhos. Deve haver governos para os quais eles sejam estranhos. Mas não pessoas. Quem votou com o fim de se livrar da democracia? Ou preferiu a polícia secreta à liberdade de expressão?

Estes valores são universais. Nós deveríamos atacar, com segurança, a ideologia dos extremistas: sua visão reacionária do estado; sua recusa em deixar as pessoas prosperarem em paz; sua visão totalmente reacionária em relação à mulher. Deveríamos condenar não somente seus métodos bárbaros de terrorismo, mas, em especial, seu suposto sentimento de sofrimento em relação ao Ocidente. Precisamos apoiar e ajudar a mobilizar o moderado e verdadeiro Islã a fazer o mesmo. Não há nada mais absurdo que a idéia de que retirar o Taliban do Afeganistão, ou Saddam e seus filhos do Iraque, e substituir seus regimes por oportunidades de voto, com supervisão da ONU é, de certa forma, uma agressão contra os muçulmanos. Deveríamos fazer ver que aqueles que estão, pelo terror, assassinando muçulmanos, são, na verdade, outros muçulmanos e que o que eles estão fazendo é totalmente contra os ensinamentos do Corão.

Mas, e trata-se aqui de um mas contundente, tal abordagem só terá peso se for aplicada vigorosamente e de uma maneira imparcial. Aqui é onde eu sinto que as políticas habituais, de direita e de esquerda, são um obstáculo. O problema é que a direita está correta em relação à necessidade de defesa militar e do apoio à liberdade; e esquerda está correta em relação à necessidade de justiça.

A luta contra as idéias que estão por trás do terrorismo não funcionará a menos que seja motivada e provocada por um sentimento de justiça. Esta é a razão pela qual tentar resolver a disputa entre Israel e a Palestina é tão importante – não somente pela razão em si, mas porque a ausência de paz causa sofrimento e é explorada pelos extremistas. Pergunte-se por que razão partes do regime iraniano tentam, de toda forma, evitar um acordo; e compreenda então por que é crucial que ela seja feito.

Enfrentamos um desafio vindo de uma concepção de mundo. Precisamos ter nossa própria visão de mundo, não menos abrangente, mas com base nos valores decentes nos quais acreditamos.

5. Trata-se também da agenda do amanhã

A importância de tal agenda é que ela nos permite definir sistema de valores comuns de um mundo em que, muito em breve, os novos poderes e interesses terão força para influenciar vigorosamente o caminho que o mundo traçar. Assim, tal apoio é uma defesa contra extremistas, mas também é uma força civilizadora em um futuro no qual o peso político e econômico do Ocidente será menor do que foi até agora. Precisamos ter uma base nos guiar, forte o suficiente, fundada em um compromisso claro e imparcial com nossos valores, para que o mundo, durante a mudança, adote esses valores, universais como eles o são.

Enquanto isso, em casa

Este artigo é destinado a um público global, e focou, principalmente, a política internacional. Mas há, também, algumas lições interessantes que podem ser tiradas da política interna.

1. *“Aberto versus fechado” é tão importante, hoje, em política, quanto “esquerda versus direita”.* As nações ficam em melhor situação quando estão preparadas para se abrirem para o mundo. Isto significa abrir a economia, fugir à tentação do protecionismo, receber de bom grado o investimento estrangeiro, administrar mercados de trabalho flexíveis. Significa também abrir para os benefícios da imigração controlada, pois, para todas as nações, esta é uma área da política extremamente contenciosa. Porém, não tenho dúvidas de que o governo britânico é mais forte e terá mais êxito por meio do encorajamento à migração com metas. O isolacionismo e o protecionismo agora atravessam as fronteiras da esquerda e da direita. São matérias fáceis de serem abordadas, mas sem objetivo algum que não o de curtíssimo prazo.
2. *O papel do Estado está mudando.* O Estado precisa, hoje, ser capacitador e basear-se em uma parceria com o cidadão, uma parceira com base em direitos mútuos e responsabilidades. As implicações são profundas. Os serviços públicos precisam passar pela mesma revolução – profissionalmente, culturalmente e em sua organização – a mesma pela qual já passou o setor privado.

A antiga disposição monolítica tem que ser rompida. Há que ser dado ao usuário preferência e poder de fato. O sistema necessita incentivos próprios e recompensas. A finalidade deveria ser que os serviços públicos se adaptassem e ajustassem com naturalidade – uma reforma auto engendrada- ao invés de serem empurrados, continuamente, para fora do centro. Não se pode permitir que os sindicatos do setor público definam a forma dos serviços públicos.

Na Grã-Bretanha colocamos altos investimentos nos serviços públicos. Mas também estamos abrindo o serviço de saúde para parcerias privadas e do setor do voluntariado, introduzindo um sistema de pagamentos por resultados, criando competição e permitindo a hospitais que se tornem autogovernáveis. As novas academias e as escolas que são mantidas por entidades beneficentes terão a liberdade de se desenvolver como escolas independentes e gratuitas, com parcerias como o empresariado, as universidades e as instituições de caridade para patrociná-las e administrá-las.

3. *Sistemas previdenciários só funcionam se a responsabilidade for compartilhada* - o Estado para fornecer auxílio, os cidadãos para usarem esse auxílio para ajudar a si mesmos. As reformas de pensões que estão sendo instauradas na Grã-Bretanha, ao longo de décadas, nos darão um sistema que é acessível e justo entre as gerações, ao assegurar que, embora cada cidadão tenha garantida uma pensão básica, espera-se que ele a complete com seus próprios recursos.
4. *A Lei e a Ordem importam de um modo muito mais profundo do que se pensa*. Era comum serem os progressistas pessoas que queriam por um fim ao preconceito e à discriminação e tinham a visão de que, em relação ao crime, as causas sociais eram as mais importantes. Os conservadores achavam que o crime era uma questão de responsabilidade individual e que as campanhas contra a discriminação davam muita ênfase à correção política.

Hoje, o público distingue claramente entre questões pessoais de estilo de vida, onde são liberais, e crime, onde definitivamente não o são. É o que eu chamo de a favor dos direitos dos homossexuais, e inflexível em relação ao crime, confundindo as visões de direita e esquerda.

5. *A exclusão social necessita de um foco especial*. De 1979 a 1997, a renda dos 20% mais ricos, na Inglaterra, cresceu mais rapidamente (2,5%) que a renda dos 20% mais pobres (0,8%). Isto foi revertido. Desde 1997, a renda dos mais pobres cresceu mais rapidamente (2,2%) que a renda dos mais ricos (2%). Entretanto, isto mascara muitos outros, os socialmente excluídos. O vento que sopra não faz mover seus moinhos. A questão da exclusão social é comum a todas as nações do Ocidente.
6. *Finalmente, os partidos políticos terão que mudar radicalmente o modus operandi*. Contrariamente à mitologia, os partidos políticos não estão morrendo; o interesse público em política é tão grande quanto sempre foi. Como o demonstram as últimas eleições em França: dêem ao povo uma disputa real e ele irá votar.

Mas a política está sujeita às mesmas forças de mudança a que todos estão sujeitos. É menos tribal; as pessoas estarão interessadas em questões, não necessariamente em ideologias; a organização política, se rígida, é excludente; e há uma miríade de novos caminhos de transmissão de comunicações. Acima de tudo, os partidos políticos precisam sair e procurar a participação do público, e não esperar que seja permitido ao público fazer parte da seita.

Assim, a adesão deve ser mais fácil, a formulação de política mais ampla e mais representativa, a internet e a comunicação interativa a norma. Que tudo seja aberto.

Passando o cargo

Isto é uma breve sinopse do que aprendi. Não tenho a intenção de chamá-la de conselho ao meu sucessor. Tive uma sorte razoável em raramente receber “conselhos” públicos de meus predecessores.

O trabalho já é difícil o suficiente e, sabendo disto, eu não tenho senão apoio para oferecer ao meu sucessor.

In: *The Economist*, 2 de junho de 2007, pp.26,27 e 28

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shessarenko – PT
Exedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Shlessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns - PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia - PSDB	1. Cícero Lucena - PSDB
Jayme Campos - PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E - Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo - PSDB	1. Papaléo Paes - PSDB
Rosalba Ciarlini - PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E - Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
PDT	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

(5 titulares e 5 suplentes)

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646

E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Shessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1º Eleição Geral: 19.04.1995

4º Eleição Geral: 13.03.2003

2º Eleição Geral: 30.06.1999

5º Eleição Geral: 23.11.2005

3º Eleição Geral: 27.06.2001

6º Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	AM	1413
Marisa Serrano ⁷	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.07.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2,4}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA			
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	167	Requerimento n.º 783, de 2007, que requer voto de aplauso à Senhora Lila Covas, pelo lançamento de seu livro “Histórias e Receitas De Uma Vida”.	89
Manifestação sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	183	Sugestão, em nome do PSDB, ao Senador Renan Calheiros para que se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	161
AMIR LANDO			
Parecer n.º 577, de 2007 (da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária), sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	250	Requerimento n.º 788, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento da atriz Alcina Miranda Tetterberg, a Lícia Magna das novelas de TV, do teatro e do cinema que o Brasil todo reverencia.	229
ARTHUR VIRGÍLIO			
Comentários sobre a estabilidade econômica que o Plano Real proporciona ao País.	73	Requerimento n.º 789, de 2007, que requer voto de pesar pelo falecimento do professor Antonio Werna de Salvo, Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.	230
Registro do 42º Festival Folclórico de Parintins/AM, e homenagem ao Boi Bumbá Caprichoso e ao Garantido.	73	Oposição à entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino. ...	299
Requerimento n.º 777, de 2007, que requer voto de aplauso ao Grupo Caprichoso, grande vencedor do 42º Festival Folclórico de Parintins/2007.	74	Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Brasileira da Agricultura e Pecuária do Brasil.....	317
Requerimento n.º 781, de 2007, que requer ao Ministro da Saúde informações, da FUNASA, acerca de denúncias do elevado número de mortes, no Amazonas, de crianças indígenas, por falta de assistência médica.	87	Conclusão das tratativas sobre os três relatos que irão compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.....	317
Requerimento n.º 782, de 2007, que requer voto de aplauso ao Embaixador Brasileiro Sérgio de Queiroz Duarte pela sua nomeação para o cargo de alto representante da ONU para assuntos de desarmamento.	88	Requerimento n.º 795, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre contrato firmado entre a Petrobrás e a empresa TGS Consultoria.	405
		Requerimento n.º 796, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre as denúncias de irregularidades na execução do Programa Brasil Alfabetizado.	408
		Registro de solicitação ao Governador Eduardo Braga, do Amazonas, no sentido de quebrar o isolamento da estrada de Boca do Acre/AM.	535

	Pág.		Pág.
Transcurso de um ano do falecimento do ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira.	535	Comentários acerca da demora no afastamento de Senadores que sofrem representação regimental contra seus atos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	295
Ocorrência de apagão elétrico na cidade de Tefé/AM.	535		
Oposição à entrada da Venezuela no MERCOSUL.	548	DELCIDIO AMARAL	
AUGUSTO BOTELHO		Apresentação de Projeto de Lei que dispõe sobre o afastamento preventivo de Senadores que ocupem cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora e Presidente de Comissão, no caso de sofrerem representação regimental contra seus atos.	293
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.....	224	DEMÓSTENES TORRES	
Comentários sobre o crescimento da produção industrial, e suas conseqüências para a diminuição da taxa de desemprego. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	361	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	169
Comentário acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal de que o ex-ministro Ronaldo Sardemberg não pode ser condenado pela Lei de Improbidade Administrativa. Senador Augusto Botelho.....	363	Considerações sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	185
CÍCERO LUCENA		EDISON LOBÃO	
Registro da matéria intitulada “Entidades de consumidores reagem e criticam ministra”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de junho de 2007.....	41	Regozijo pela aprovação de Projeto de Lei de autoria de S.Exa., na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, que autoriza o Governo Federal a elaborar e implantar o projeto de revitalização do rio Itapecuru, no Maranhão.....	385
Registro das matérias intituladas “Relatório da PF aponta para Vavá” e “Compadre de Lula está envolvido ‘até o pescoço’, diz diretor da PF”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 14 e 11 de junho de 2007, respectivamente.	191	EDUARDO AZEREDO	
Registro da matéria intitulada “São Paulo vai devolver 30% de ICMS”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de junho de 2007.....	347	Requerimento n°. 791, de 2007, que requer que além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais – CAS – sobre o Projeto de Lei da Câmara n°. 5, de 2007.....	232
Registro das matérias intituladas “Incrá atropela lei ambiental, aponta estudo” e “Morelli tem trânsito no Campo Majoritário do PT”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 15 e 6 de junho de 2007.	556	Parecer n°. 578, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre o Projeto de Lei do Senado n°. 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei n°. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	256
CRISTOVAM BUARQUE		Parecer n°. 579, de 2007 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado n°. 126, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta dispositivos aos arts. 5º e 20 da Lei n°. 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para a sua liberação.	274
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	164		
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	215		
Projeto de Lei do Senado n°. 399, de 2007, que denomina “Rodovia Honestino Monteiro Guimarães”, o trecho da BR-020 que corta o Distrito Federal.....	289		

	Pág.		Pág.
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, ocorrido no dia 29 de junho de 2007.	290	tando o PMDB, para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.	318
Comentários acerca da entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino.	300	Cumprimento aos Senadores que participaram do entendimento para indicar os nomes dos relatores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	321
Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira.	314	Comentários sobre o Programa Renda Básica de Cidadania.	325
EDUARDO SUPPLY		Justificativa à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2006, de autoria de S.Exa., que propõe alteração à Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.	325
Importância do desenvolvimento do Programa Bolsa Família.	81	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal.	332
Apoio à decisão da Mesa do Senado Federal de enviar o processo contra o Senador Renan Calheiros ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	81	Importância da entrada da Venezuela no MERCOSUL. Aparte ao Senador Inácio Arruda.	388
Proposta de Emenda à Constituição nº. 55, de 2007, que altera a Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal.	145	Considerações acerca dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	400
Encaminhamento à Mesa de Proposta de Emenda à Constituição de 2006, que institui eleições diretas para suplentes no Senado Federal.	161	Análise sobre o que S.Exa. considera ter sido importante na “Era Blair”.....	567
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	174	EXPEDITO JÚNIOR	
Comentários a respeito dos procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Almeida Lima.	185	Manifestação sobre os fundos constitucionais destinados ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	68
Saudações ao Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Gustavo Petta. Aparte ao Senador Sibá Machado.	215	Requerimento nº. 779, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº. 304, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	86
Apoio à entrada da Venezuela no MERCOSUL, por interesses maiores dos povos venezuelanos e brasileiros para além dos governos. Aparte ao Senador José Agripino.	301	Requerimento nº. 785, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº. 4, de 2007, além do despacho inicial, seja também apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	90
Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira.	315	Considerações acerca da audiência pública para votação da Medida Provisória nº. 366, de 2007.....	185
Comentários acerca da indicação da Senadora Marisa Serrano, representando o DEM e o PSDB, do Senador Renato Casagrande, pelo Bloco do Governo e do Senador Almeida Lima, represen-		Projeto de Lei do Senado nº. 398, de 2007, que altera o art. 141 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado através da Internet, e o art. 14 de Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito.	288
		Comemoração dos cem anos da Ferrovia Madeira-Mamoré.	550

IV

	Pág.		Pág.
FÁTIMA CLEIDE			
Apoio à atividade pesqueira profissional nas bacias dos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Rondônia.....	9	Registro da matéria intitulada “FHC cobra de Lula reformas para coibir corrupção no País”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007.	191
FERNANDO COLLOR			
Reflexão sobre a situação do MERCOSUL....	376	Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.....	225
FLÁVIO ARNS			
Requerimento n.º. 776, de 2007, que requer autorização para representar o Senado Federal em missão no exterior no XXI Jamboree Mundial, comemorativo ao centenário do movimento escoteiro a realizar-se em Londres, no período de 27 a 30 de julho. Comunica, ainda, que se ausentará do País no período de 13 a 31 de julho de 2007.....	40	Requerimento n.º. 790, de 2007, que requer voto de homenagem aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, completados no dia 2 de julho de 2007, e que seja comunicado ao Magnífico Professor Doutor Alex Bolonha Fiúza de Mello.....	232
Projeto de Lei do Senado n.º. 396, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade da continuidade do tratamento de sujeito de pesquisa em seres humanos com fármaco, medicamento, nova formulação ou nova combinação de fármacos, por meio da sua dispensação gratuita pela instituição pesquisadora no decorrer da pesquisa até a efetiva comercialização, e pelo fabricante, quando já comercializado, e sobre a divulgação dos resultados da pesquisa.	138	Repúdio à entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino.	300
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.....	226	Comentários acerca da falta de recursos destinados ao transporte escolar nos municípios brasileiros.	304
Requerimento n.º. 793, de 2007, que requer que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprecie o PLC n.º. 85, de 2006, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.	233	Apreensão com a situação das famílias que moram na zona do alagado, próxima a barragem do Tucuruí, que serão removidas para a construção de eclusas.	317
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.	291	Registro da matéria intitulada “Vale faz nova ameaça de adiar investimento”, publicada no jornal <i>Folha de São Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007.	346
Considerações acerca da entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia. Aparte ao Senador José Agripino.....	302	Registro da matéria intitulada “Governo vê perda de R\$40 bi com cartéis”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007.....	561
FLEXA RIBEIRO			
Registro da matéria intitulada “Infraero é caixa-preta e reteve verba de controle aéreo, diz procurador”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2007.	44	Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA.	563
		FRANCISCO DORNELES	
		Preocupação com a dificuldade de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em diversos municípios brasileiros.....	63
		Considerações sobre o décimo terceiro aniversário de lançamento do Plano Real. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	66
		Proposta de Emenda à Constituição n.º. 60, de 2007, que acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alteração do mandato de Governadores e Deputados Estaduais eleitos em 2010, com o fim de estabelecer a coincidência das eleições estaduais e municipais.	239
		Comemoração da vigência do Estatuto das Pequenas e Médias Empresas, em primeiro de julho de 2007.	292

	Pág.		Pág.
JARBAS VASCONCELOS			
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	176	Registro do artigo intitulado “Está chegando perto”, e das matérias “Compadre era ‘faz-tudo’ da família Lula” e “PF faz busca e apreensão em casa de irmão de Lula”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> e nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>Gazeta Mercantil</i> , edições de 28 de março, 06 e 05 de junho de 2006. ...	186
JAYME CAMPOS			
Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte.	381	Registro da matéria e do artigo intitulados “O espetáculo do crescimento ainda não começou” e “Lula na inércia da história do Brasil”, publicados, respectivamente, nos jornais <i>Jornal do Brasil</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 8 de maio e 25 de março de 2007.	336
Considerações acerca da necessidade de se fazer uma reforma política no País. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	384	Registro dos artigos intitulados “Dois encontros, um só sentimento” e “A crise e o ministro que finge sê-lo”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> , edições de 28 de março e 11 de abril de 2007.	558
JEFFERSON PÉRES			
Leitura de decisão dos Senadores do PDT, que recomendaram ao Senador Renan Calheiros o seu afastamento temporário da Presidência do Senado Federal até o encerramento do processo no Conselho de Ética.....	79	JOSÉ AGRIPINO	
Sugestão de privatização da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, como solução para a crise no setor aéreo do País.			
		24	
Pedido de reunião à Mesa Diretora para que delibere sobre determinada matéria.			
		163	
JOÃO PEDRO			
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.			
		173	
Alerta para a entrada da Venezuela no MERCOSUL, visto que o Presidente Hugo Chávez objetiva dificultar as relações comerciais do Brasil e demais países-membros com os Estados Unidos e com a União Européia.			
		298	
Homenagem à festa do boi-bumbá realizada em Parintins/AM e às agremiações culturais Garantido e Caprichoso.			
		16	
Cobranças de maior rapidez no processo contra o Senador Renan Calheiros no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.....			
		16	
Participação de S.Exa. no lançamento, feito pelo Presidente Lula, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)...			
		84	
Registro do primeiro Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas, no município de Luziânia/GO.			
		84	
JOSÉ NERY			
Registro de evento em comemoração aos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará.....			
		85	
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.			
		170	
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.....			
		220	
Registro do editorial intitulado “PAC NO RIO – Resgate do sonho carioca”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 5 de julho de 2007.....			
		371	
Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal.			
		335	
JOÃO TENÓRIO			
Registro da matéria intitulada “Genoíno, Palocci e João Paulo, a bancada do silêncio”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de março de 2007.			
		40	
Realização da quinquagésima nona Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belém/PA, no período de 8 a 13 de julho de 2007, com o tema: “Amazônia: um desafio nacional”.			
		402	

	Pág.		Pág.
Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	566	Requerimento nº. 794, de 2007, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do escritor, professor de literatura brasileira e biógrafo de Rubem Braga, Marco Antonio Carvalho Freitas.	404
KÁTIA ABREU		MÃO SANTA	
Comentários sobre a importância do Plano Real para a economia brasileira. Aparte ao Senador Marco Maciel.	67	Manifestação contrária à idéia de se dar ao Presidente da República a possibilidade de convocar plebiscitos sem aprovação do Congresso Nacional.	1
Requerimento nº. 778, de 2007, que requer a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº. 202, de 2005, a fim de que esta proposição prossiga a sua tramitação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	86	Considerações acerca do desgaste que vêm sofrendo os Poderes Legislativo e Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	8
LEOMAR QUINTANILHA		Comentários a respeito da implantação do Plano Real. Aparte ao Senador Marco Maciel.	65
Comentários acerca do desejo do Conselho de Ética em agir com sensatez, com transparência e com a velocidade necessária e possível para chegar a uma decisão, e elogia a contribuição das forças representativas do Senado Federal, que indicou os nomes da Senadora Marisa Serrano, representando o DEM e o PSDB, do Senador Renato Casagrande, pelo Bloco do Governo e do Senador Almeida Lima, representando o PMDB.	318	Alerta para a epidemia de dengue no Brasil. ...	77
LÚCIA VÂNIA		Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	211
Projeto de Lei do Senado nº. 392, de 2007, que altera a Lei nº. 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura.	100	Comentários a respeito do afastamento de Senadores que sofrem representação regimental contra seus atos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	295
Projeto de Lei do Senado nº. 393, de 2007, que institui o Programa Melhor Idade, e dá outras providências.	103	Homenagem aos 97 anos de criação da cidade de Piripiri/PI.	322
Projeto de Lei do Senado nº. 394, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás.	112	Considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2006, de autoria de S.Exa., que propõe alteração à Constituição Federal para instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	326
Projeto de Lei do Senado nº. 395, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás.	125	Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal.	334
MAGNO MALTA		Considerações acerca da escolha do Brasil como sede da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.	369
Registro do aniversário de emancipação do município Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.	62	Registro da insatisfação de profissionais com a situação da Saúde no Estado do Piauí.	375
Comentários acerca da renúncia do Senador Joaquim Roriz ao mandato de S.Exa. no Senado Federal.	333	Defesa da aproximação do MERCOSUL com a Venezuela. Aparte ao Senador Fernando Collor.	377
		Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Jayme Campos.	381
		Comentários acerca da vida política de Tony Blair, Primeiro-Ministro Britânico. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	570
		MARCO MACIEL	
		Registro do décimo terceiro aniversário de lançamento do Plano Real.	64

VIII

	Pág.		Pág.
MARCONI PERILLO			
Registro da matéria intitulada “Crescimento pode ser vôo de galinha”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de maio de 2007.....	49	Preocupação com a situação das famílias que moram na zona do alagado, próxima à barragem do Tucuruí, que serão removidas para construção de eclusas.....	316
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	175	Registro do editorial intitulado “O Ibama, o bode e o bagre”, publicado na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 2 de maio de 2007.	340
Registro da matéria intitulada “Sob Lula, invasões de terra se espalham e aumentam em 24%”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de maio de 2007.....	193	Preocupação com a difícil situação financeira de Municípios Paraenses e com a criminalidade no interior do Pará.	364
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	221	Registro da matéria intitulada “O Rio não é o Haiti”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de maio de 2007.	553
Requerimento n°. 786, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Doutor Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ocorrido em 29 de junho de 2007.	227	Homenagem pelo transcurso dos 50 anos de criação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	566
Homenagem de pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.	291	MARISA SERRANO	
Registro do artigo intitulado “Deboche à Nação”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 28 de abril de 2007.	345	Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	164
Projeto de Lei do Senado n°. 401, de 2007, que altera o art. 159 da Lei n°. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar a notificação do condutor sobre a data limite para renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).	466	Considerações sobre a importância da participação dos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nas propostas apresentadas.	320
Registro dos artigos intitulados “É tudo em nome da tal ‘democracia popular’” e “Comemorando o quê?”, publicados, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 2 de maio e 26 de março de 2007.	555	MOZARILDO CAVALCANTI	
MARIO COUTO			
Registro da matéria intitulada “Brasil cai 5 postos em ranking de competitividade”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2007.	48	Comentários acerca do impedimento de construção de postos de saúde em comunidades indígenas pela Prefeitura do Município de Bonfim/RR.....	75
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	167	Homenagem aos 50 anos de existência da Universidade Federal do Pará. Aparte ao Senador José Nery.	86
Registro da matéria intitulada “No DF, 650 funcionários do órgão vão às ruas protestar”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 10 de maio de 2007.	194	Projeto de Lei do Senado n°. 391, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima.	99
		Proposta de Emenda à Constituição n°. 58, de 2007, que acrescenta parágrafo ao art. 65 da Constituição Federal, para fixar prazo de exame, pela Casa revisora, dos Projetos de Lei encaminhados a esta. ..	157
		Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	220
		Projeto de Lei do Senado n°. 397, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.....	286
		Comentários acerca do Projeto de Resolução que modifica a forma de se compor o Conselho de Ética do Senado Federal. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.....	295

	Pág.		Pág.
			IX
			Pág.
Críticas à excessiva edição de medidas provisórias pelo Executivo.	304	PEDRO SIMON	
Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que fixa prazo de exame, pela Casa revisora, dos Projetos de Lei para os quais a Casa iniciadora houver, pela maioria de seus membros, solicitado urgência.	304	Proposta de Emenda à Constituição n.º 56, de 2007, que confere à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Câmara dos Deputados mecanismos que tornam eficiente a fiscalização das contas públicas.	149
Comentários acerca da homologação, pelo Presidente da República, da reserva indígena Raposa Serra do Sol.	546	Proposta de Emenda à Constituição n.º 57, de 2007, que altera o § 4º e acrescenta § 12 ao art. 14, e acrescenta dispositivos e parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal.....	153
OSMAR DIAS		Apio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	172
Comentários sobre Projeto de Lei que trata do estabelecimento de critérios para a política de salário mínimo.	71	Registro de nota intitulada “Democracia e Ética”, de autoria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que trata do momento político nacional.	197
PAPALÉO PAES		RAIMUNDO COLOMBO	
Reflexão sobre o desgaste que vêm sofrendo os Poderes Legislativo e Judiciário.....	6	Homenagem de pesar pelo falecimento de Emílio Batistela e Filomena Batistela.	79
Apelo ao Presidente Lula, no sentido de que tome a responsabilidade pela defesa da democracia.....	6	Defesa de uma reforma política.....	79
Registro da matéria intitulada “Sem terra invadem fazendas e prédios em 8 Estados e no DF”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 17 de abril de 2007.....	43	Requerimento n.º 797, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar, e apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina.	410
Registro da matéria intitulada “Eterna campanha”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de abril de 2007.	190	RENAN CALHEIROS	
Registro das matérias intituladas “Economistas temem fim de reformas” e “Lista é de mimos, não corrupção, diz Tarso”, publicadas no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2007.	349	Considerações sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada pelo Senado Federal, o que proporciona impulso definitivo em um dos setores mais importantes da economia.....	51
Registro das matérias intituladas “Mangabeira, que já acusou Lula de corrupto, pode ser ministro” e “Conselho suspende procurador por 45 dias”, publicadas, respectivamente, nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 19 de abril e 22 de maio de 2007.....	562	RENATO CASAGRANDE	
PAULO PAIM		Apio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	175
Registro de posse da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul.	59	Importância do entendimento para indicar os nomes dos relatores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, e disposição do orador em cumprir sua tarefa como membro do Conselho.....	320
Comentários sobre a conquista do título de Capital Brasileira da Cultura 2008 pela cidade de Caxias do Sul/RS.....	59	ROMERO JUCÁ	
Defesa da inclusão do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo contemporâneo.	351	Registro da aprovação de recursos pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que o Governo da Guiana possa construir a estrada que liga o Porto de Georgetown à fronteira com o Brasil.....	21

	Pág.		Pág.
Considerações sobre o Relatório de Atividades, apresentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.	50	publicados, respectivamente, nos jornais <i>Folha de S.Paulo</i> e <i>Valor Econômico</i> , edições de 21 e 9 de maio de 2007.	195
Parecer n°. 575, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre as Mensagens n°. 77 e 78, de 2007 (n°.s 229 e 228/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2007.	91	Registro das matérias intituladas “Palocci é condenado a perda de cargo em dois processos”, “Em grampo, empresário fala até em pressionar Lula”, e do artigo intitulado “Homem ao mar”, publicados nos jornais <i>O Estado de S.Paulo</i> e <i>Folha de S.Paulo</i> , edições de 7 de junho, 31 de maio e 27 de abril de 2007.	341
Considerações acerca da audiência pública para votação da Medida Provisória n°. 366, de 2007.	186	Considerações acerca da expansão da agroindústria do açúcar, e o que ela pode representar para o crescimento energético do País. Aparte ao Senador Sibá Machado.	393
Comentários acerca da atuação da <i>Rede Globo de Televisão</i>	198	Registro das matérias intituladas “Frei Beto lava mágoas e cobra Lula em livro” e “Chefe da máfia se dizia amigo de Lula, revela testemunha”, publicadas, respectivamente, no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edições de 3 e 7 de junho de 2007.	551
Posicionamento do Governo Federal em relação à criação de mecanismos em defesa dos pescadores de lagosta, com enquadramento na nova legislação.	303	SÉRGIO ZAMBIASI	
Comentários a respeito do posicionamento do Governo Lula diante da possível entrada da Venezuela no MERCOSUL.	303	Agradecimento ao Ministro da Saúde, José Temporão, que recebeu portadores de obesidade mórbida em seu gabinete.	70
Importância do papel econômico-financeiro e dos programas de inclusão social da Bolsa de Mercadorias & Futuros.	351	SERYS SLHESSARENKO	
Considerações acerca de sua participação dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	401	Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	219
ROMEU TUMA		Indignação com barbárie sofrida pela trabalhadora doméstica Sirley Dias.	379
Considerações sobre a falta de atendimento médico e dentário nas comunidades indígenas da Amazônia. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	76	Homenagem ao ex-Governador do Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira, pelo aniversário de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Jayme Campos.	381
SÉRGIO GUERRA		SIBÁ MACHADO	
Registro do artigo e da matéria intitulados “Os meus nambiquaras” e “Tribunal julga ilegal concorrência vencida pela Gautama em SP”, publicados, respectivamente, na revista <i>Veja</i> e no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edições de 2 e 31 de maio de 2007.	45	Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	212
Alerta para a falsa estabilidade proporcionada pelo Plano Real.	72	Requerimento n°. 787, de 2007, que requer a mudança da data da Sessão Especial do Senado, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna, para o dia 11 de julho de 2007.	228
Apoio à sugestão do PSDB para que o Senador Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	166	Encaminhamento à votação do Requerimento n°. 787, de 2007, que requer a mudança da data da Sessão Especial do Senado, destinada a comemorar os 80 anos do escritor, dramaturgo e poeta Ariano Suassuna, para o dia 11 de julho de 2007.	312
Considerações sobre os procedimentos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	186		
Registro da matéria e do editorial intitulados “No Paraguai, Lula é atacado por jornal local” e “Atrasos do PAC envolvem gestão e não só licenças”,			

	Pág.	XI	Pág.
Comentários a respeito do ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007. Aparte ao Senador Valter Pereira.	314		
Sugestões para o crescimento econômico e geográfico do MERCOSUL. Aparte ao Senador Fernando Collor.	378		
Considerações acerca da necessidade de se fazer uma reforma política no País. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	383		
Registro de audiência pública realizada na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que debateu a expansão da cana-de-açúcar no Brasil.	390		
TASSO JEREISSATI			
Apoio à sugestão do PSDB para que o Senador Renan Calheiros se afaste da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	163		
TIÃO VIANA			
Considerações sobre a votação da reforma política na Câmara dos Deputados.	367		
VALDIR RAUPP			
Apoio à decisão de afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado Federal. Aparte ao Senador Tasso Jereissati.	165		
Comemoração dos 70 anos de criação da União Nacional dos Estudantes – UNE, e homenagem ao Centro Popular de Cultura – CPC.	218		
VALTER PEREIRA			
Parecer n.º 576, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 137, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar a aplicação das penas alternativas.	243		
Críticas ao ultimato do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil, caso o Congresso Nacional não aprove a entrada da Venezuela no MERCOSUL até setembro de 2007.	313		
			366
			370
			370
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA			
			86
			233
			321
			328
			333
WILSON MATOS			
			463